

Carlos Cassemiro Casaril

**A DINÂMICA DA REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO -
PARANÁ**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor de Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Messias Bastos

Coorientador: Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio

Área de Concentração:
Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Casaril, Carlos Cassemiro

A Dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão - Paraná
/ Carlos Cassemiro Casaril ; orientador, José Messias
Bastos ; coorientador, Fernando dos Santos Sampaio. -
Florianópolis, SC, 2014.

454 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Geografia Urbana e Econômica. 3.
Desenvolvimento Urbano e Regional. 4. Rede Urbana. 5.
Francisco Beltrão - Sudoeste do Paraná. I. Bastos, José
Messias. II. Sampaio, Fernando dos Santos. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Geografia. IV. Título.

Carlos Cassemiro Casaril

A DINÂMICA DA REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Florianópolis, 28 de março de 2014.

Prof. Dr. Márcio Rogério Silveira
Coordenador do PPGG/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Messias Bastos (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Fresca
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Fábio Napoleão
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti
Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho as três
mulheres mais importantes de
minha pequena história de vida:

A minha avó Rita que nos deixou
quando iniciávamos a graduação;

A minha mãe Regina que nos
deixou quando elaborávamos este
trabalho; e

A minha esposa Kérley que desde
2003 vem compartilhando comigo
muitas angústias e dificuldades,
mas sem sombra de dúvidas,
muitas vitórias e momentos alegres
(felicidade)!

AGRADECIMENTOS

Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa de Pesquisa.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC

Ao Prof. Dr. José Messias Bastos, orientador e amigo, que me deu total liberdade para desenvolver este trabalho;

Ao Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio, coorientador, pelas sugestões;

Aos Professores Doutores Armen Mamigonian, José Messias Bastos, Fábio Napoleão e Marlon Clovis Medeiros, pelas valiosas sugestões durante a banca de qualificação;

Aos professores e colegas do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal de Santa Catarina (LABEUR-UFSC);

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC;

Aos colegas pós-graduandos;

Aos industriais que contribuíram com a pesquisa;

Aos proprietários e/ou responsáveis pelos comércios e prestadoras de serviços que contribuíram com a pesquisa;

A Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão – PR, em nome de Neiva Terezinha Barbieri de Oliveira (Secretária de Finanças) e ao Cláudio da Secretaria de Obras e Urbanismo;

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus de Francisco Beltrão – PR em nome de Rosângela Aparecida Marquezi (Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral);

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Francisco Beltrão – PR em nome de Loiva Marli Kurtz (Chefe da Secretaria Acadêmica);

A Marinez da Silva Mazzochin (Secretária do CCH/UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão – PR);

Aos membros da banca examinadora desta tese Prof^ª. Tânia Maria Fresca, Prof^ª. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, Prof. Marlon Clovis Medeiros, Prof. Fábio Napoleão e Prof. Zeno Soares Crocetti.

A minha família, por me incentivar e entender meu afastamento em diversas ocasiões;

Em especial a minha esposa Kérley Braga Pereira Bento Casaril, motivadora, incentivadora e primeira leitora deste trabalho;

E a todos que de alguma forma puderam contribuir para que este trabalho fosse realizado;

...

Tente! (Tente!)

E não diga

Que a vitória está perdida

Se é de batalhas

Que se vive a vida!

(Tente outra vez – Raul Seixas)

RESUMO

O objetivo desta tese foi analisar a dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão, visando desvelar o entendimento do processo de transformação da rede, através do setor terciário e produtivo. Além de analisar a dinâmica da rede, buscamos responder, entre outras, duas perguntas que diziam respeito à estudos do IPARDES, que davam conta de que o Sudoeste do Paraná era considerado como um espaço de mínima relevância e/ou socialmente crítico e, além disso, a região era distinguida por possuir um único vetor de desenvolvimento, o setor têxtil. Nossa proposta se justifica, devido a relativa ausência de pesquisas enfocando as pequenas cidades e centros locais, sobretudo em se tratando das cidades localizadas no Sudoeste paranaense. A rede urbana configura-se em um recorte que possibilita a análise do desenvolvimento regional. A rede estrutura as mais variadas atividades e interações, compreendendo centros urbanos dos mais variados níveis hierárquicos e complexidades, que por intermédio de suas relações (setor terciário e produtivo), promulgam etapas do desenvolvimento da divisão social e territorial do trabalho. Utilizamos os trabalhos do IBGE (1972, 1987, 2000b, 2008) denominados de RECIGs para compormos a base da rede urbana de Francisco Beltrão “conjunto de centros funcionalmente articulados”, que enfocam a rede de localidades centrais e áreas de atuação das mesmas. Nos apoiamos ainda, em informações disponibilizadas pelo SECEX/MDIC, alusivas aos produtos exportados e importados pelas unidades industriais e por empresas especializadas no processo de exportação e importação, instaladas nos centros da rede de Francisco Beltrão. Como perspectiva teórica aliamos ciência geográfica e economia política. Para tanto, utilizamos a formação sócio-espacial como categoria de análise, a qual se refere a uma análise da concreticidade de uma sociedade, onde cada sociedade possui diferenças em sua evolução. A base mesma da explicação é a produção. Somamos ainda, a teoria da dualidade, proposta por Rangel, as combinações geográficas, de André Cholley e as múltiplas determinações, de Marx. A forma espacial da rede, só atinge sua plenitude, isto é, só termina seu processo de estruturação, no final da década de 1990, quando se verifica a fundação dos últimos núcleos urbanos. E, conforme a REGIC de 2008, Francisco Beltrão polariza 25 cidades em sua rede, porém quando analisamos a dinâmica do setor terciário, verificamos que as interações da rede se ampliam, alcançando praticamente toda região Sul e Sudeste do país, sem nos esquecermos do mercado externo, responsável por

encaminhar produtos para abastecer os lojistas instalados nos centros da rede. Da mesma forma os alcances da rede se ampliam ainda mais, quando analisamos a rede a partir da dinâmica do setor produtivo, pois possibilita que centros locais (de menor nível hierárquico da rede) realizem interações diretamente com centros que comandam a rede urbana nacional e, até mesmo, com o mercado externo, ou seja, a rede urbana de Francisco Beltrão expressa uma centralidade (alcance) muito mais ampla do que a informada pelo último REGIC. Ao analisarmos a dinâmica atual do setor produtivo, verificamos que, a rede urbana de Francisco Beltrão se torna cada vez mais complexa e à medida que se amplia a divisão territorial do trabalho, se amplia a complexidade da rede e, uma das explicações para essa problemática, está no fato de cada centro urbano situar-se em pelo menos duas redes. Uma formada pelo REGIC e outra por fluxos irregulares e não sistemáticos, expressando continuidades e descontinuidades.

Palavras-chave: Rede Urbana. Desenvolvimento Urbano e Regional. Formação Sócio-Espacial. Francisco Beltrão. Geografia Econômica. Geografia Urbana.

ABSTRACT

The aim of this thesis was to analyze the dynamics of the urban network of Francisco Beltrán, targeting unveiling the understanding of the process of transformation of the network, through the tertiary sector and productive. In addition to analyzing the dynamics of the network, we seek to answer, among others, two questions that concerned the IPARDES studies, who gave account which Southwest of Paraná was considered as a space of minimal relevance and/or socially critical and, furthermore, the region was distinguished by having a single vector of development, the textile sector. Our proposal is justified because of the relative absence of research focusing on small towns and local centers, especially in the case of the cities located in the Southwest Parana. The urban network is configured in a cutout that allows the analysis of regional development. The network structure the most varied activities and interactions, including urban centers of various hierarchical levels and complexities, which through their relationships (tertiary sector and productive), promulgated steps of the development of social and territorial division of labor. We utilized the work of the IBGE (1972, 1987, 2000b, 2008) called RECIGs to compose the base of the urban network of Francisco Beltrão "set of center functionally articulated", which focus on the network of central localities and areas of operation of the same. We also support us, on information available by SECEX/MDIC, alluding to the products exported and imported by industrial units and by companies specializing in the import and export process, installed in network centers of Francisco Beltrão. As theoretical perspective, we combine geographical science and political economy. For this, we use the socio-spatial formation as category of analysis, which refers to an analysis of the concreteness of a society, where each society has differences in their evolution. The basis of the explanation is the production. We add further, the duality theory, proposed by Rangel, geographical combinations, by André Cholley and the multiple determinations of Marx. The spatial form of the network, only reaches its fullness, i.e. just finishes its structuring process, at the end of the Decade of 1990, when is verified foundation of the last urban core. And as of REGIC of the 2008, Francisco Beltrão, polarizes 25 cities in its network, but when we analyze the dynamics of the tertiary sector, we verified that the network interactions increase, reaching almost the entire Southern region and Southeast of the country, without forgetting the external market, responsible for forward products to supply the tenants

at the center of the network. Similarly, the scope of the network are amplified even more, when we analyze the network from the dynamics of the productive sector, because enable that local centers (lower hierarchical level of the network) perform interactions directly with centers that command the national urban network, and even with the external market, i.e. the urban network of Francisco Beltrão expresses a centrality (reach) much broader than informed by last REGIC. By analyzing the current dynamics of the productive sector, we verified that the urban network of Francisco Beltran becomes increasingly complex, and as expands the territorial division of labor, expands network complexity and, one explanation for this problematic is the fact that each urban center be located in at least two networks. One formed by REGIC and another by irregular and no-systematic flows, expressing continuities and discontinuities

Keywords: Urban Network. Urban and Regional Development. Socio-Spatial Formation. Francisco Beltrão. Economic Geography. Urban Geography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Relações entre as cidades em uma rede urbana.....	52
Figura 2	Ciclos longos, dualidade básica da economia brasileira e ciclos médios.....	58
Figura 3	Mapa Estado do Paraná, Mesorregiões e Regiões Metropolitanas.....	148
Figura 4	Região de Influência de Curitiba – PR (REGIC 2007).....	151
Figura 5	Região de Influência de Londrina e de Maringá (Capitais Regionais B).....	152
Figura 6	Região de Influência de Cascavel – PR (Capital Regional B).....	153
Figura 7	Evolução da Hierarquia Urbana no Paraná.....	154
Figura 8	Rede Urbana do Sul do Brasil.....	155
Figura 9	Araucárias remanescentes no Sudoeste paranaense.....	175
Figura 10	Exemplo do Relevo do Sudoeste do Paraná: Recorte de uma área rural do município de Francisco Beltrão – PR em 3D.....	178
Figura 11	Tropa de mulas empregadas no transporte de mercadorias, inclusive de erva-mate.....	184
Figura 12	Escritório da CANGO em Francisco Beltrão.....	190
Figura 13	Ônibus da linha Marrecas, Jardineira – Chevrolet 1942.....	210
Figura 14	Primeira empresa de serviços de transporte coletivo de Francisco Beltrão, década de 1950.....	210
Figura 15	Neve, em Pato Branco em 1952.....	211
Figura 16	Construção e inauguração do primeiro hotel da ainda Vila Marrecas.....	212
Figura 17	Francisco Beltrão – PR em 1952.....	213
Figura 18	O início Ghelplus Inox em 1990 e a Máquina de corte a laser.....	272
Figura 19	Centro industrial da Gaam, em Ampére.....	273
Figura 20	Rede Urbana de Francisco Beltrão – PR.....	294

Figura 21	Futuro Terreno do Parque Tecnológico, com área de 300.000 m ²	317
Figura 22	UTFPR – Francisco Beltrão.....	330
Figura 23	Interações Espaciais de outros Estados para (IES) Públicas de Francisco Beltrão – PR.....	334
Figura 24	Unisep – Francisco Beltrão, a partir de dois ângulos..	340
Figura 25	CEONC – Hospital do Câncer de Francisco Beltrão..	343
Figura 26	Visualização da fachada reformulada da Policlínica São Vicente de Paula.....	344
Figura 27	Centro Regional de Especialidades (CRE), em obras.	345
Figura 28	Unidades Ítalo Supermercados.....	357
Figura 29	Nova sede da CISS, que terá cerca de 7 mil m ²	363
Figura 30	Benini e Cia Ltda. (em primeiro plano visualização da entrada, em segundo plano vista da área administrativa).....	381
Figura 31	Em primeiro plano: Máquina de pintura UV da Gaam; no centro: Impressora de acabamento UV e ABB Robotics; e na parte inferior: Centro de Furação e Máquina coladeira.....	387
Figura 32	Imagens da estrutura fabril e suas tecnologias, como a máquina de corte, da matriz Krindges, em Ampére – PR.....	388
Figura 33	Vista aérea e chão de fábrica da Marel S/A, Francisco Beltrão – PR.....	395
Figura 34	Visualização das Instalações da Alcast do Brasil Ltda.....	403
Figura 35	Fachada da loja da fábrica e da indústria MTA.....	406
Figura 36	Dois modelos de painéis de pressão com visor da MTA.....	408
Figura 37	Imagens do Projeto de expansão da Latreille Jeans (2013).....	410
Figura 38	Unidade Industrial da Folem, em Enéas Marques.....	419

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Centros de Gestão do Território.....	122
Mapa 2	Rede Urbana do Brasil em 2007.....	125
Mapa 3	Cidades com população urbana acima de 50 mil habitantes.....	147
Mapa 4	Localização do Sudoeste Paranaense.....	165
Mapa 5	Área do Município de Palmas e a Gênese da Região Sudoeste do PR.....	167
Mapa 6	Áreas dos Municípios de Palmas e Clevelândia em 1982.....	169
Mapa 7	Hipsometria do Estado do Paraná.....	176
Mapa 8	Aptidão Agrícola do Solo.....	177
Mapa 9	O Sudoeste do Paraná em 1938: Sedes Municipais, vilas, povoados e vias de acesso.....	182
Mapa 10	Fluxo migratório para o Sudoeste do Paraná.....	192
Mapa 11	Desmembramento da Região Sudoeste do Paraná em 1947.....	195
Mapa 12	Desmembramento da Região Sudoeste do Paraná em 1952.....	208
Mapa 13	Desmembramento da Região Sudoeste do Paraná em 1955.....	214
Mapa 14	Desmembramento da Região Sudoeste do Paraná em 1961.....	215
Mapa 15	Desmembramento da Região Sudoeste do Paraná em 1963.....	216
Mapa 16	Desmembramento da Região Sudoeste do Paraná em 1964.....	218
Mapa 17	Desmembramento da Região Sudoeste do Paraná em 1983.....	233
Mapa 18	Desmembramento da Região Sudoeste do Paraná em 1989.....	234
Mapa 19	Desmembramento da Região Sudoeste do Paraná em 1993.....	259
Mapa 20	Desmembramento da Região Sudoeste do Paraná em 1997.....	261
Mapa 21	Síntese do Desmembramento da Região Sudoeste do Paraná.....	263
Mapa 22	Rede Urbana do Sudoeste Paranaense.....	294

Mapa 23	Cooperativas, Empresas Agroindustriais e Avícolas na Rede de Francisco Beltrão.....	312
Mapa 24	Ativos Técnico-Científicos: Pesquisa, Desenvolvimento E Tecnologia na rede em 2013.....	315
Mapa 25	Ativos Técnico-Científicos: Instituições de Ensino Superior (IES) na rede em 2013.....	317
Mapa 26	Interações Espaciais de Cidade do Estado do Paraná para as (IES) Públicas de Francisco Beltrão – PR.....	332
Mapa 27	Cidades da 8ª Regional de Saúde do Paraná.....	341
Mapa 28	Fluxos das Exportações da rede (2007).....	374
Mapa 29	Fluxos das Exportações da rede (2009).....	375
Mapa 30	Fluxos das Exportações da rede (2011).....	376
Mapa 31	Fluxos das Importações da rede (2007).....	377
Mapa 32	Fluxos das Importações da rede (2009).....	378
Mapa 33	Fluxos das Importações da rede (2011).....	379

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa Nacional de Desemprego (PNAD) 1992 – 2012..	111
Gráfico 2	PIB dos setores da economia paranaense.....	138
Gráfico 3	Quantidade produzida de produtos selecionados (1975-1980-1985).....	251
Gráfico 4	Valor da Produção dos produtos selecionados (1975-1980-1985).....	252
Gráfico 5	Quantidade de efetivos selecionados (1975-1980-1985).....	253
Gráfico 6	Quantidade dos efetivos suínos e galináceos (1975-1980-1985).....	254
Gráfico 7	Quantidade produzida de Leite e Ovos (1975-1980-1985).....	255
Gráfico 8	Valor da Produção de Leite e Ovos (1975-1980-1985).....	256
Gráfico 9	Número de Estabelecimentos Produtivos na Rede (Subsetores IBGE).....	279
Gráfico 10	Número de Ocupações do setor produtivo na Rede (Subsetores IBGE).....	280
Gráfico 11	Estabelecimentos comerciais e serviços na Rede (Subsetores IBGE).....	282
Gráfico 12	População ocupada do setor terciário na Rede (Subsetores IBGE).....	283
Gráfico 13	Quantidade produzida de produtos selecionados (1990-2000).....	286
Gráfico 14	Valor da Produção dos produtos selecionados (1990-2000).....	286
Gráfico 15	Quantidade de efetivos selecionados (1990 - 2000).....	287
Gráfico 16	Quantidade dos efetivos suínos e galináceos (1990 - 2010).....	288
Gráfico 17	Quantidade produzida de Leite e Ovos (1990-2000).....	289
Gráfico 18	Quantidade produzida de produtos selecionados (1975-2010).....	300
Gráfico 19	Valor da Produção dos produtos selecionados (1975-2010).....	301
Gráfico 20	Quantidade de efetivos selecionados (1975-2010).....	301

Gráfico 21	Quantidade dos efetivos suínos e galináceos (1975-2010).....	302
Gráfico 22	Quantidade produzida de Leite e Ovos (1975-2010).....	303
Gráfico 23	Valor da Produção de Leite e Ovos (1975-2010).....	303
Gráfico 24	Número de Estabelecimentos industriais na Rede (Subsetores IBGE).....	305
Gráfico 25	População ocupada na indústria na Rede (Subsetores IBGE).....	309
Gráfico 26	Estabelecimentos comerciais e serviços na Rede (Subsetores IBGE).....	323
Gráfico 27	População ocupada no setor terciário na Rede (Subsetores IBGE).....	324
Gráfico 28	Balança comercial da rede urbana de Francisco Beltrão – PR (1997-2013).....	371
Gráfico 29	Balança comercial da rede urbana de Francisco Beltrão – PR – <u>retirados os dados de Barracão</u> (1997-2013).....	371
Gráfico 30	Consumo de Carne de Frango no Brasil.....	413

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Evolução da taxa de inflação brasileira no período: 1960-1999.....	97
Quadro 2	Brasil, formuladores da política econômica, suas estratégias de estabilização e eventos políticos: 1985-2010.....	98
Quadro 3	Níveis de Centralidade/Hierarquia dos Centros Urbanos Brasileiros.....	119
Quadro 4	Síntese do REGIC, com os Níveis Hierárquicos dos centros urbanos do Paraná.....	120
Quadro 5	Evolução da Hierarquia dos Centros da Rede Urbana do Paraná.....	150
Quadro 6	Número de habitantes estabelecidos pela CANGO entre 1947 – 1956.....	193
Quadro 7	Pessoal Ocupado e Estabelecimentos por setores de atividades selecionados, na Rede de Francisco Beltrão (1970-1985).....	236
Quadro 8	PIB dos centros da Rede de Francisco Beltrão – 1970-1980-1985.....	242
Quadro 9	Pessoal Ocupado e Estabelecimentos por setores de atividades selecionados, na Rede de Francisco Beltrão (1990-2000).....	269
Quadro 10	PIB dos centros da Rede de Francisco Beltrão – 1985-1996-2000.....	275
Quadro 11	Pessoal Ocupado e Estabelecimentos na Agropecuária - Rede de Francisco Beltrão (1990-2000).....	284
Quadro 12	Varição Demográfica entre os Censos de 2000-2010..	296
Quadro 13	Pessoal Ocupado e Estabelecimentos na Agropecuária - Rede de Francisco Beltrão (2000-2010).....	305
Quadro 14	PIB dos centros da Rede de Francisco Beltrão – 2000, 2005 e 2010.....	320
Quadro 15	PIB <i>per capita</i> (2003 – 2010) e IDHM (2000-2010) da Rede de Francisco Beltrão.....	321
Quadro 16	Relação de Acadêmicos matriculados nas IES Públicas de Fco. Beltrão-PR provenientes de Cidades do Estado do Paraná.....	331
Quadro 17	Relação de Acadêmicos matriculados nas IES Públicas de Fco. Beltrão-PR provenientes de Cidades de outros Estados.....	333

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Taxas regionais de urbanização.....	70
Tabela 2	Brasil: comparação de indicadores macroeconômicos – 1964-1967; 1968-1973.....	92
Tabela 3	Taxa Nacional de Desemprego (PNAD) 1992-2012..	113
Tabela 4	Desempenho das principais culturas no Estado e na região Norte paranaense entre 1950 – 1970 (em toneladas).....	133
Tabela 5	Exportações Paranaenses de Óleo e Farelo de Soja (1969-1976).....	137
Tabela 6	Evolução do número de Tratores e Colheitadeiras no Paraná (1960-1980).....	137
Tabela 7	Importações paranaenses de fertilizantes (1972-1980).....	138
Tabela 8	Varição absoluta e relativa na área plantada dos principais produtos no Paraná (1970-1980).....	139
Tabela 9	Dinâmica Demográfica do Paraná – 1940 – 2010.....	144
Tabela 10	Brasil, Paraná e municípios mais populosos: população residente e participação no total da população (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).....	146
Tabela 11	População total e participação das mesorregiões no Paraná (1991-2010).....	150
Tabela 12	Composição setorial do PIB Estadual (2000, 2005 e 2010).....	158
Tabela 13	Municípios com participação maior que 1% no total do PIB do Paraná (2000, 2005 e 2010).....	159
Tabela 14	População Sudoeste do Paraná – CENSO 1960.....	219
Tabela 15	Produto Interno Bruto Municipal (Sudoeste do PR) 1959.....	222
Tabela 16	População Sudoeste do Paraná – CENSO 1970 (também representa a Rede de Pato Branco (REGIC, 1972).....	225
Tabela 17	Rede de Francisco Beltrão (REGIC 1972) - CENSO 1970.....	226
Tabela 18	População Sudoeste do Paraná (Censo 1980).....	228
Tabela 19	Pessoal ocupado e estabelecimentos, por setores econômicos.....	230
Tabela 20	Rede Urbana de Pato Branco (REGIC – 1987, Censo 1980).....	231

Tabela 21	Rede de Francisco Beltrão (REGIC – 1987 – Censo 1980).....	232
Tabela 22	População do Sudoeste Paranaense (Censo – 1991).....	258
Tabela 23	População do Sudoeste Paranaense (Censo – 2000).....	264
Tabela 24	População da Rede Urbana de Pato Branco (REGIC 1993 - CENSO – 2000).....	265
Tabela 25	População da Rede Urbana de Francisco Beltrão (REGIC 1993 - CENSO – 2000).....	267
Tabela 26	População da Rede Urbana de Francisco Beltrão (REGIC 2007 - CENSO – 2010).....	295
Tabela 27	Estabelecimentos de Saúde em Francisco Beltrão, em 2009.....	341
Tabela 28	Cidades exportadoras da Rede de Francisco Beltrão (2007-2009-2011).....	372
Tabela 29	Cidades Importadoras da Rede de Francisco Beltrão (2007-2009-2011).....	376
Tabela 30	Unidades da Federação e Cidades que contam com Lojas Marel.....	396
Tabela 31	UFs e Cidades que contam com pontos de venda dos produtos Dimare.....	397

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEF	Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos
ACP	Área de Concentração Populacional
AMSOP	Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
APL	Arranjo Produtivo Local
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
BRF	<i>Brasil Foods</i>
CAMDUL	Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CBA	Companhia Brasileira de Alumínio
CEONC	Centro de Oncologia de Francisco Beltrão
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESUL	Centro Sulamericano de Ensino Superior
CETIS	Centro de Tecnologia Industrial do Sudoeste
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CITLA	Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COAGRO	Cooperativa Agropecuária Capanema
COAGRO	Cooperativa Agropecuária Capanema
COAIS	Cooperativa Agroindustrial São-Joanense
COASUL	Cooperativa Agroindustrial Ltda.
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COPTRANS	Cooperativa de Transportes Quatorze de Dezembro
CRE	Centro Regional de Especialidades
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DASP	Departamento de Administração e Serviço Público
DERAL	Departamento de Economia Rural do Paraná
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FDE	Fundo de Desenvolvimento Econômico
FES	Formação Sócio-Espacial
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEP	Federação das Industrial do Estado do Paraná
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FINDEX	Incubadora de Empreendimentos Inovadores e Tecnológicos
GETSOP	Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense
HRS	Hospital Regional do Sudoeste
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IES	Instituição de Ensino Superior
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	Juscelino Kubitschek
LACTEC	Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento
LULA	Luiz Inácio Lula da Silva
MDIC	Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ORTN	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
OTN	Obrigações do Tesouro Nacional
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDU	Política de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPP	Parceria Público Privada
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
REPAR	Refinaria do Paraná
RM	Região Metropolitana
SADIA	Sociedade Anônima Concórdia
SEAB	Secretaria da Agricultura e Abastecimento do PR
SECEX	Secretária de Comércio Exterior
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SISU	Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDCOOP	Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Tecnologia da Informação
UDF	Universidade do Distrito Federal
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Realeza – PR
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UGI	União Geográfica Internacional
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Fco. Beltrão
UNIPAR	Universidade Paranaense
UNISEP	União de Ensino Superior do Sudoeste do Paraná
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Dois Vizinhos
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Fco. Beltrão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	31
1 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE AOS ESTUDOS SOBRE REDE URBANA.....	37
1.1 O Paradigma de Formação Sócio-Espacial e considerações sobre seu uso a respeito de Rede Urbana.....	41
1.2 A Formação Sócio-Espacial como teoria e como método aos estudos sobre Rede Urbana: Uma discussão necessária e demais referenciais teóricos.....	46
1.3 O conceito de Básico e não-Básico de John W. Alexander.....	65
1.4 Considerações do Capítulo.....	66
2 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL E NO PARANÁ: A CONJUNTURA DA REDE URBANA.....	69
2.1 Da decomposição do Complexo Rural.....	71
2.1.1 A Revolução de 1930: gênese da modernização da agricultura e estruturação do D ₂	78
2.1.2 Ampliação da inserção do capitalismo no campo e estruturação do D ₁	84
2.2 Bases industriais modernas estruturadas e urbanização caótica.....	88
2.3 Entreguismo, Neoliberalismo e a chegada do governo Progressista ao poder.....	106
2.4 A estruturação da rede urbana nacional (estudos do IBGE).....	116
2.5 A ocupação do território paranaense e a formação de sua rede urbana.....	235
2.5.1 Tendências demográficas do Paraná.....	143
2.5.2 Evolução hierárquica dos centros da rede urbana do Paraná.....	150
2.5.3 Análise dos dados econômicos atuais dos principais centros da rede	157
2.6 Considerações do Capítulo.....	162

3	FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO SUDOESTE PARANAENSE: GÊNESE E ESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO.....	165
3.1	A Pré-Colonização do Sudoeste Paranaense.....	166
3.2	Os dois primeiros quartéis do Século XX.....	171
3.3	Intensificação do Povoamento.....	188
3.4	O Urbano no Sudoeste do Paraná: Distinções entre Pequenas Cidades e Cidades Locais.....	196
3.4.1	A Gênese das Cidades da rede urbana de Francisco Beltrão e Pato Branco.....	203
3.5	Considerações do Capítulo.....	290
4	DINÂMICA ATUAL DA REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO.....	293
4.1	Principais Atividades Econômicas na Rede Urbana de Francisco Beltrão.....	293
4.2	As Contemporâneas Interações Espaciais do Setor Terciário.....	322
4.2.1	Os serviços de educação (Instituições de Ensino Superior): como expressão da centralidade de Francisco Beltrão.....	326
4.2.1.1	Características das IES Públicas de Francisco Beltrão.	327
4.2.1.2	As IES Públicas de Francisco Beltrão-PR como Expressão da Centralidade.....	330
4.3	Os serviços de saúde: como expressão da centralidade de Francisco Beltrão.....	340
4.4	A Dinâmica do Comércio (e serviços) na Rede.....	346
4.5	A Dinâmica Atual do Setor Produtivo e suas Contemporâneas Interações Espaciais.....	368
4.6	Considerações do Capítulo.....	429
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	431
	REFERÊNCIAS.....	439
	ANEXOS.....	455

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vários estudos acerca do entendimento da rede urbana paranaense foram levados adiante, estudos estes, que se concentraram no Norte paranaense e região metropolitana de Curitiba desenvolvidos, principalmente por pesquisadores da UEL - Universidade Estadual de Londrina; UEM - Universidade Estadual de Maringá; UFPR - Universidade Federal do Paraná e pelo IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Tais estudos não buscaram até o presente momento, analisar a rede urbana de Francisco Beltrão e/ou a rede urbana Sudoeste paranaense formada pelas redes polarizadas por Francisco Beltrão e Pato Branco. E, devido à falta dos mesmos, principalmente em se tratando do urbano sudoestino paranaense suas “pequenas cidades e centros locais”, a singularidade de seus centros etc., é que propomos uma análise desta rede urbana, pois acreditamos ser indispensável seu estudo, haja vista, o aumento da circulação da produção industrial, bens e serviços até mesmo para países distantes, o que por sua vez, leva ao aumento do processo de acumulação de capital na região. Destacando que para a realização deste estudo, a Formação Sócio-Espacial como categoria de análise foi imprescindível. A tese tem como principal objetivo a análise da dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão, visando desvelar o entendimento do processo de transformação da rede urbana, através do setor terciário e produtivo.

A rede urbana configura-se como um recorte que possibilita uma análise do desenvolvimento regional. Estruturada em um conjunto de centros funcionalmente articulados, através de fixos e fluxos (CORRÊA, 1989). A partir da rede estruturam-se as mais variadas atividades e interações, abrangendo centros urbanos dos mais variados níveis hierárquicos e complexidades estruturais, que por intermédio de suas relações (setor terciário e produtivo), promulgam etapas do desenvolvimento da divisão social e territorial do trabalho. “[...] Mas, envolve ainda outras funções urbanas ligadas à produção industrial, à circulação, à distribuição, gerando ampliações de atividades urbanas que podem atingir níveis de especializações produtivas” (FRESCA, 2010b).

Duas das perguntas levantadas nesta tese dizem respeito ao Sudoeste paranaense, base regional da rede de Francisco Beltrão, em geral ser considerado como uma região de agricultura familiar e de setores de serviços ligados a atividades agrícolas. No estudo do IPARDES relativo à classificação dos Arranjos Produtivos Locais no

Paraná, reconhece-se no Sudoeste apenas o setor têxtil como “Vetor de Desenvolvimento Local”. Já o estudo, *Os Vários Paranás*, realizado pelo IPARDES (2005, 2006a, 2006b), identificou no Paraná três espacialidades consideradas relevantes: *a*) a aglomeração metropolitana de Curitiba; *b*) as aglomerações urbanas de Londrina e Maringá e *c*) a aglomeração urbana polarizada por Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. E, nesta pesquisa podemos notar que a região Sudoeste (área onde estão sobrepostos os centros da rede de Francisco Beltrão) fica excluída das políticas de dinamização realizadas pelo governo, não figurando entres os espaços relevantes do Estado. Neste estudo, o Sudoeste conta com Francisco Beltrão e Pato Branco que são identificados como de média relevância, além de alguns centros considerados como de mínima relevância e outros como espaços socialmente críticos. E, a pergunta que tínhamos era: será que isto corresponde com a realidade? Será que apenas o segmento de confecções responderia como vetor de desenvolvimento? Buscamos responder estas perguntas no decorrer dos quatro capítulos estruturados nesta pesquisa.

Mas, adiantamos de antemão que Isto é apenas parte da realidade, pois os centros da rede de Francisco Beltrão vêm desde a década de 1990 passando por intenso processo de diversificação de atividades, com importante crescimento industrial dos mais variados setores, sem esquecer-se de sublinhar o alargamento das atividades de comércio e serviços.

Nossa proposta de trabalho visa uma análise da dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão e para a constituição da base desta rede urbana “conjunto de centros funcionalmente articulados” nos apoiaremos em trabalhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000b; 2008), intitulado de Regiões de Influência das Cidades (REGIC) que enfocam a rede de localidades centrais e áreas de atuação das mesmas. Pesquisas estas que foram prosseguimento de trabalhos anteriores (IBGE, 1972; 1987) e tiveram como pressupostos teóricos a Teoria das Localidades Centrais, procurando identificar os níveis de centralidade das cidades.

O REGIC de 2008 apresenta duas redes urbanas na região Sudoeste paranaense, uma polarizada por Francisco Beltrão e outra por Pato Branco, sendo que a rede de Francisco Beltrão polariza 25 cidades e a de Pato Branco compõem-se de 13 centros urbanos. A rede de Francisco Beltrão possui sua interação espacial com a cidade de Cascavel e a de Pato Branco liga-se com Curitiba. Assim como já destacado, nosso universo de análise é a rede de Francisco Beltrão e, nosso esforço analítico visa desvelar o entendimento do processo de

formação e transformação da rede urbana, procurando ainda, ponderar os processos industriais ou vinculados ao comércio e serviços.

Proposta esta que se justifica, principalmente, devido à relativa ausência de pesquisas enfocando as “pequenas cidades e centros locais”, segundo Monbeig (1957, p.36) as cidades pequenas merecem ser estudadas, pois, são tão interessantes “[...] quanto as colméias urbanas modernas e é quase sempre mais difícil precisar seu mecanismo e o ritmo calmo de sua vida do que analisar as engrenagens bem lubrificadas, correndo a toda velocidade, das metrópoles imponentes. [...]”. Do mesmo modo Santos (2008) menciona esta ausência de estudos sobre as cidades aqui abordadas e a preferência pelo estudo das cidades grandes em países subdesenvolvidos ou se preferir países em desenvolvimento. “[...] Todavia, se considerarmos com atenção tanto as estatísticas como a realidade, vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das cidades *locais* que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto [as cidades grandes] [...]” (SANTOS, 2008, p. 85).

Apoiamo-nos também, nos dados disponibilizados pelo SECEX/MDIC – Secretaria de Comércio Exterior/Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, referentes aos produtos exportados e importados pelas unidades industriais e por empresas especializadas no processo de exportação e importação, instaladas nos centros da rede de Francisco Beltrão.

Este estudo tem como elemento básico para seu entendimento a inter-relação entre a ciência geográfica e a economia política. Para tanto, utilizaremos a formação sócio-espacial como categoria de análise, a qual se refere a uma análise da concreticidade de uma sociedade, onde cada sociedade possui diferenças em sua evolução. A base da explicação é a produção, ou seja, o trabalho, onde o homem transforma o espaço. Seu estudo possibilita “[...] a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. [...] mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 1982, p.12). Portanto, o primeiro passo para entender a formação sócio-espacial Sudoeste paranaense e a gênese dos centros da rede de Francisco Beltrão seria atingir a realidade, a concreticidade (a totalidade concreta – para apreender a realidade).

Totalidade que só conseguimos apreender em um dado momento, pois quando aquele momento foi apreendido já não será mais aquela totalidade, pois a mesma já se tornou outra. Assim, para conhecermos o contexto da realidade devemos separar “[...] os fatos do contexto, isolando-os e tornando-os relativamente independentes. Eis aqui o

fundamento de todo conhecimento: a cisão do todo. Todo conhecimento é uma oscilação dialética [...] entre fatos e o contexto, cujo centro ativamente mediador é o método de investigação” (KOSIK, 1976, p. 48).

Assim, temos o materialismo dialético de conhecimento da realidade que permite a passagem do abstrato ao concreto e o movimento de passagem da parte para o todo e do todo para a parte, ou seja, permite “[...] compreender a parte enquanto manifestação do todo. O todo pelo todo não existe, a não ser como mera abstração, porque é na parte que o todo se manifesta, se realiza” (FRESCA, 2000, p. 12-13). Portanto, discutiremos aspectos da formação sócio-espacial Sudoeste paranaense e a construção da rede urbana de Francisco Beltrão – PR como a parte do todo.

Aqui é importante destacar que, a perspectiva teórica que comungamos é uma perspectiva que possui um grande potencial para análise da realidade nacional, de outros países e por que não das realidades regionais e locais. Ela foi construída com base no paradigma de “Formação Sócio-Espacial” (Milton Santos) nos anos 1970, somada à “Teoria da Dualidade” do professor Ignácio Rangel e, também a entendimentos que aproximam o estudo/a geografia do marxismo, representando assim, praticamente um retorno a uma análise que era característica da geografia tradicional, quando *Alexander von Humboldt* e *Karl Ritter*, realizavam análises que englobavam uma visão holística da realidade.

A esses referenciais se somam ainda as ideias do geógrafo francês *André Cholley* (1964), que fala nas “Combinações Geográficas”, ou seja, que o entendimento de toda realidade é formada por combinações de elementos de origens físicas, biológicas e humanas, o que na verdade se soma a proposta das “múltiplas determinações” de *Karl Marx* e, ainda um entendimento que por trabalharmos com a ideia de formação¹, estamos sucessivamente realizando nossas análises de forma a unir à história, a geografia e a economia na interpretação de uma dada realidade, realidade que por sua vez é complexa e, para analisar uma realidade específica, não podemos nos furtar em isolar cada um desses conhecimentos, daí a interdisciplinaridade e a visão de totalidade propiciadas pelos paradigmas de formação sócio-espacial [e

¹ Vide grupo de pesquisa Formação Sócio Espacial: Mundo/Brasil/Regiões (UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina) e grupo de pesquisa Dinâmica Econômica e Formação Sócio-Espacial (UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão).

geossistemas], tão necessários para uma radicalização teórica da ciência geográfica, que por sua vez, afastam o perigo da compartimentação da geografia dentro de si mesma (MAMIGONIAN, 1996; PEREIRA, 1997).

Portanto, a luz desse referencial teórico é que procuramos analisar a dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão.

Vale ressaltar que, para o desenvolvimento deste trabalho, nos utilizamos de alguns procedimentos operacionais, como fontes primárias e secundárias. As fontes primárias referem-se aos dados obtidos junto às prefeituras municipais, instituições públicas e privadas, sindicatos, associações, estabelecimentos do setor produtivo e do setor terciário, somando-se a estas, várias conversas com proprietários industriais, de comércios e serviços, trabalhadores etc. As fontes secundárias dizem respeito aos levantamentos e estudos bibliográficos, realizados tanto em dados e publicações nacionais, Estaduais, ou mesmo específicas aos centros da rede analisada. Compreendidas em tais fontes, estão os dados do já mencionado REGIC do IBGE e os dados da SECEX/MDIC, além de outros dados do próprio IBGE, IPARDES, IPEA, IPEADATA etc.

Visando alcançarmos os objetivos do trabalho, estruturamos o mesmo em quatro capítulos, no primeiro buscamos discutir a base teórica, enfocando os caminhos para o entendimento de uma dada rede urbana, tendo a formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre redes urbanas.

No segundo capítulo, apresentamos o processo de industrialização e urbanização no Brasil e no Paraná, buscando proporcionar um entendimento da conjuntura da rede urbana nacional e paranaense. Nesta parte, discutimos a decomposição do complexo rural, a revolução de 1930, a estruturação do D_2 e do D_1 , a rede urbana nacional e paranaense é analisada a partir dos estudos do IBGE, denominados de REGICs, além de uma breve análise da ocupação paranaense, suas tendências demográficas e evolução hierárquica de seus centros.

A formação sócio-espacial do Sudoeste paranaense, a gênese e estruturação da rede urbana de Francisco Beltrão são analisadas no terceiro capítulo, que perpassam pela análise da pré-colonização a intensificação do povoamento do Sudoeste paranaense à gênese das cidades da rede urbana de Francisco Beltrão.

No quarto capítulo analisamos especificamente, a dinâmica atual da rede urbana de Francisco Beltrão, discutindo as principais atividades econômico-sociais instaladas nos centros da rede, as contemporâneas interações espaciais do setor terciário e produtivo, a qual proporcionou

entendermos a centralidade exercida por Francisco Beltrão e Dois Vizinhos na rede, além da ampliação dos alcances das interações, da complexidade da rede e no fato de cada centro situar-se em pelo menos duas redes.

A partir da disposição destes capítulos foi possível entendermos a dinâmica atual da rede urbana de Francisco Beltrão – Paraná – Brasil.

1 - A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE AOS ESTUDOS SOBRE REDE URBANA

A Marx e Engels que lançaram a semente da Formação Econômica e Social.

A Lênin que a sistematizou e, brilhantemente nos mostrou que para lançarmos mão da Formação Econômica e Social tínhamos que analisar uma sociedade espacialmente e temporalmente determinada, ou seja, incluiu o “espaço” em nossas análises.

A Milton Santos que através da brilhante categoria de Formação Econômica e Social uniu o espaço (que já estava unido, como Lênin nos mostrou, pois não existe a possibilidade de analisarmos uma sociedade a-espacial) e em 1977 fez germinar a Formação Sócio-Espacial (obs. que já estava germinada).

O processo de urbanização enfrentado por muitos países na primeira metade do século XX originou reflexões de muitos analistas, visando, principalmente entender as problemáticas e a intensidade das transformações, sugerindo assim, soluções adequadas. As propostas de W. Christaller, Losch, etc., tornaram-se manuais importantes na literatura sobre as cidades estruturadas em redes, porque buscavam assinalar lógicas de organização espacial e apontar as relações decorrentes da ampliação da urbanização em uma dada região.

No Brasil, alguns pesquisadores comungaram de alguma maneira, esse tipo de análise, como os próprios analistas do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pioneiros nos estudos Pierre Deffontaines, Aroldo Azevedo, somados aos trabalhos de Monbeig (1952, 1954) e Geiger (1963), os quais analisaram a gênese e a evolução da rede urbana delineada entre as décadas de 1940 e 1950.

A inserção dos estudos sobre rede urbana no Brasil tem sua gênese a partir da publicação do artigo de Deffontaines (1944 e 1945)²

² Cabe aqui informar ao leitor que a primeira versão deste artigo foi publicado no *Bulletin de la Société de Géographie de Lille (France)*, a. 59, tomo 82, n. 9, 1938. No Brasil foi publicado no Boletim Geográfico, em duas partes, a primeira em 1944 e a segunda em 1945:

“Como se constituiu no Brasil a rede das cidades”, no Boletim de Geografia. Neste artigo, Deffontaines (1944, p.141) inicia sua discussão com algumas questões relevantes, dentre elas: “como uma região foi dotada de aglomerações urbanas? Como nasceram elas, onde se instalaram, por que progrediram? Como se cria uma rede urbana [...]”. Tais questionamentos estão diretamente relacionados ao surgimento e a evolução de centros urbanos em uma determinada região e, conseqüentemente, com a estruturação de suas respectivas redes, indicando, num processo de evolução, que é permanente, a possibilidade de reconhecimento de diversos momentos, por sua vez, reveladores dos processos de mudança sócio-espacial.

Deffontaines (1944; 1945) assinala o estado da arte do sistema urbano brasileiro das décadas de 1930-1940, assegurando que a rede urbana brasileira se encontrava em sua “infância”, marcada pela expectativa de crescimento e instabilidade das cidades.

O autor se diz espantado com a instabilidade da vasta quantidade de pequenas aglomerações do Brasil. Os centros urbanos não tem a fixidez das velhas cidades europeias; “[...] muitas são cidades em eclipse, e o número de cidades mortas é inteiramente anormal para um país novo, no qual a forma de cidade não tem três séculos de existência. A maioria das cidades mineiras está hoje em plena letargia, os pequenos portos da costa, muitas cidades de estrada ou cidades de rio estão também golpeadas mortalmente. [...]” (Deffontaines, 1945, p.306).

A respeito da configuração da rede de cidades no Brasil dos anos 1940, Deffontaines sugere que,

O Brasil não atingiu um estágio em que a divisão do trabalho tenha feito progressivamente descobrir as aptidões regionais variadas comportando interdependências e, portanto, do potencial urbano, as divisões naturais ainda não nasceram, uma monótona economia fechada continua espelhada muito generalizadamente, a noção de ‘região’, isto é, de paisagem que o homem confeccionou progressivamente pelas especializações de regime e de horizonte de

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades. **Boletim Geográfico**, v.2, n. 14, p. 141-148, maio, 1944.

_____. Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades II. **Boletim Geográfico**, v.2, n. 15, p. 299-308, maio, 1945.

trabalho, está ainda confusa. [...] (Deffontaines, 1945, p.307).

As análises do autor supracitado demonstram que a rede urbana nacional configura-se em uma formação desagregada em pequenos núcleos e não em um sistema urbano articulado. A partir dessa análise, o autor apontava que essa era “[...] a característica de uma rede urbana na infância [...]” (Deffontaines, 1945, p.308). Já outros pesquisadores em estudos posteriores mencionam não haver uma rede de cidades no Brasil naquele momento, pois o conceito de rede urbana se refere a um conjunto de cidades espacialmente e funcionalmente articulado. Concordamos com o conceito de rede urbana, igualmente com o apontado por Deffontaines, que não disse outra coisa senão que a rede de cidades estava em formação, nas palavras do autor, estava na “infância”.

Em 1956, durante o Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), realizado no Rio de Janeiro, a temática da rede urbana aparece novamente e, a partir de então, vários pesquisadores realizaram análises sobre o tema. Durante o Congresso um dos debates se deu em torno do papel dos centros urbanos, enquanto sustentáculos “[...] à atividade regional de produção industrial [...]”, determinados conforme as atividades e as relações entre as cidades e seu entorno (sua região), assinalando assim, uma classificação tanto estrutural como funcional das cidades (ROCHEFORT, 1959, p.427).

As excursões, previstas dentre as atividades do Congresso da UGI de 1956, resultaram na confecção de *guias*, *produzidos* com uma abordagem da Geografia *clássica*, material importantíssimo para o congresso, tanto que, tais guias foram mais difundidos do que as próprias comunicações do evento. Essas excursões (não analisaram somente os centros urbanos) procuraram apresentar os conjuntos regionais do Brasil, sobretudo para os estrangeiros. Para nós, neste trabalho, não é importante detalhar cada trabalho de campo, todavia, apenas mencionando as regiões propostas, percebemos o destaque dado à tentativa de analisar a totalidade do conjunto regional nacional. As excursões foram para a Amazônia; a Bahia; o Nordeste; a Marcha do Café e as Frentes Pioneiras; o Vale do Paraíba, a Serra da Mantiqueira e a Região Sul de São Paulo (com ênfase geomorfológica); o Planalto Centro-Ocidental e o Pantanal do Mato Grosso; a Planície Litorânea e a Região Açucareira do Estado do Rio de Janeiro (com destaque à área de influência da capital federal); o Planalto Meridional e a Região Metalúrgica de Minas Gerais e o Vale do Rio Doce (UGI, 1959).

Vale destacar que, os anos seguintes ao Congresso foram marcados pelo fortalecimento do intercâmbio entre geógrafos franceses e brasileiros, parceria promovida desde a fundação da USP - Universidade de São Paulo e da UDF - Universidade do Distrito Federal (atual UFRJ), que envolveram profissionais do gabarito de Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Roger Bastide, etc. Na sequência destacaram-se o intercâmbio entre, principalmente Michel Rochefort e Pierre George, integrantes da Geografia Ativa.

Vale sublinhar que Rochefort, orientou o Grupo de Trabalho de Geografia Urbana do Departamento de Geografia do Conselho Nacional de Geografia, que resultou no trabalho, coordenado por Lysia Bernardes (1964), “O Rio de Janeiro e sua região”; além do método de classificação das redes urbanas, de grande estima para o trabalho de Pedro Geiger “*Evolução da rede urbana brasileira*” (1963); somadas às publicações editadas pelo Conselho Nacional de Geografia, sobretudo, o “Esboço preliminar de divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados” (IBGE, 1967), e as publicações do IBGE, destaque para os “Subsídios à regionalização” (IBGE, 1968). Assim, percebemos que durante a UGI de 1956 e no decorrer dos anos 1960 os estudos urbanos (com destaque para as análises da rede urbana) marcaram intensa presença no Brasil.

As pesquisas desenvolvidas sobre a temática da rede urbana voltaram a receber maior dedicação, a partir da década de 1990. Podemos dizer que, até mesmo, durante toda a primeira década do século XXI, foram levados adiante estudos sobre a temática que ainda proclamam da “teoria das localidades centrais” proposta pelo Geógrafo Alemão Walter Christaller, como a mais adequada teoria para problematizar uma dada rede urbana, ganham destaque, por exemplo, os estudos do IBGE, 2008; IPARDES, 2004; IPEA, 2002, entre outros.

Um dos objetivos deste trabalho é buscar analisar uma dada rede urbana sob o paradigma da Geografia Crítica, mais precisamente, com o emprego da Formação Sócio-Espacial proposta por Santos (1977), derivada da Formação Econômico-Social proposta por Marx. Assim, comungamos de uma perspectiva teórica que vem sendo há muito negligenciada por vários geógrafos brasileiros.

Uma ressalva a ser feita neste momento é que a formação sócio-espacial proposta por Santos (1977) foi estruturada tendo em vista um entendimento da totalidade espacial em macro escala (escala nacional), todavia, não a percebemos como um paradigma teórico-metodológico unívoco e acabado. Como exemplo, podemos mencionar o professor Armen Mamigonian e outros intelectuais discípulos seus, os quais

comungam de uma mesma perspectiva teórica, sendo que para estes intelectuais a formação sócio-espacial pode ser utilizada para analisar tanto a escala nacional, como a regional e a local.

Nesse capítulo buscamos apresentar o referencial teórico e metodológico por nós utilizado para alcançar os objetivos propostos neste trabalho. Assim, o presente capítulo está dividido em três partes, na primeira apresentamos o paradigma da formação sócio-espacial, na segunda parte discutimos a formação sócio-espacial como teoria e como método aos estudos sobre a rede urbana e, na terceira parte fazemos uma sucinta apresentação dos demais referenciais utilizados na construção da tese.

1.1 - O Paradigma de Formação Sócio-Espacial e considerações sobre seu uso a respeito de Rede Urbana

Segundo o professor Armen Mamigonian (1996) o artigo intitulado “Sociedade e Espaço – a Formação Social como Teoria e como Método”, publicado em 1977 no Boletim Paulista de Geografia nº 54 e na Antipode nº 1, no mesmo ano, além de ser publicado em outras revistas, é “o mais importante texto teórico de Milton Santos [...]” e “[...] constitui o marco fundamental da renovação da geografia humana atual” (MAMIGONIAN, 1996, p. 198).

A categoria de Formação Econômica e Social (FES)³ teve sua conceituação inicial elaborada por Marx e Engels e sistematizada por Lênin, buscando compreender a totalidade da história e o desenvolvimento de uma sociedade. Segundo Santos (1977), Karl Marx conseguiu fundamentar o método científico da FES, justamente porque soube retirar desde o início os entendimentos histórico-filosóficos da sociedade em geral apresentando somente uma análise científica de uma sociedade e de um progresso.

³ A gênese do conceito de formação econômica e social foi elaborada em **O Capital** por Marx (1983) e em **A Ideologia Alemã** por Marx e Engels (1993). Vladimir Lênin (1982) foi responsável pela sistematização do conceito, realizada em sua obra intitulada **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. Milton Santos (1977) uniu o espaço e fez germinar o conceito de formação sócio-espacial. Destaca-se também o capítulo de livro de autoria do Prof. Dr. Armen Mamigonian (1996) A Geografia e “A Formação Social como Teoria e como Método”, publicado no livro organizado pela Prof^{ta}. Dr^a. Maria Adélia A. de. Souza, intitulado: **Mundo do cidadão, um cidadão do mundo** (1996).

O entendimento da FES como parte de um processo histórico é dada por Marx (1983, p. 13) no prefácio de *O Capital*, quando entende “[...] o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural [...]”. A partir desse entendimento, o desenvolvimento histórico e suas etapas se tornam o lugar central na interpretação das sociedades. Com isso, Marx buscava evitar o materialismo abstrato das ciências naturais, na qual o desenvolvimento histórico não é considerado. Portanto, o conceito da FES se refere a uma sociedade determinada, como Lênin fez a respeito do capitalismo da Rússia. “Assim é que a noção adquire o *status* de formações históricas e geograficamente localizadas, isto é, formações sócio-espaciais” (ESPÍNDOLA; SILVA, 1997, p. 61-62).

Milton Santos resgata a categoria marxista da FES, afirmando ser “[...] a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. [...]” (SANTOS, 1977, p. 81). Como a produção é o elemento estruturante da FES, Santos (1977, p.82) argumenta que devido as transformações ocorridas no espaço acontecerem via trabalho, não é impossível “[...] falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. [...]” Daí a gênese do conceito de Formação Sócio-Espacial.

A FES ou simplesmente formação social (axial ao materialismo histórico) expressa “La unidad (y nosotros añadiremos por nuestra parte la totalidad) de las diversas esferas económica, social, política, cultural de la vida de una sociedad, y La expresa, [...] al mismo tiempo en la discontinuidad de su desarrollo histórico” (SERENI, 1971, p.24).

A formação sócio-espacial refere-se à análise da concreticidade de uma sociedade (compreendendo sua evolução, sua situação atual, sua mudança histórica e suas relações) sendo esta uma realidade histórico-concreta, geograficamente localizada. Sua base de explicação é a produção, ou seja, o trabalho, onde o homem transforma o espaço. Seu estudo possibilita “[...] a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. [...] mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 1977, p.84). Assim, o primeiro passo para entender a formação sócio-espacial de uma dada rede urbana seria atingir a realidade.

“[...] A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. [...]”. Portanto, para atingir a realidade, tem-se que compreender os fenômenos e suas manifestações, onde a partir do entendimento do fenômeno atinge-se a essência e, através do fenômeno e da essência entra-se em contato com a realidade, ou melhor, com o mundo da

concreticidade, rompendo ao mesmo tempo com o mundo da pseudoconcreticidade (aparência) (KOSIK, 1976, p.12).

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário. [...] A essência se manifesta no fenômeno. [...] A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK, 1976, p.11).

Destruir a pseudoconcreticidade visando atingir a concreticidade “[...] é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo das aparências se desvenda o mundo do real [...]” (KOSIK, 1976, p.16). E para romper a aparência e desvendar o mundo real, ou seja, a totalidade é necessário entender a “[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. Assim, a totalidade não é o conhecimento resultante da soma das partes. “Os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético [...] se são entendidos como partes estruturais do todo” (KOSIK, 1976, p.35-36).

A partir de uma proposta de trabalho que se utilize dessa categoria de análise, “[...] a totalidade concreta – para apreender a realidade, é um momento dado que se apreende, pois o todo está sempre se desfazendo e se refazendo para se tornar outro todo no contínuo processo de desenvolvimento [...]” (FRESCA, 2000, p.12). Assim, só apreendemos a totalidade em um determinado momento, pois quando aquele momento foi apreendido já não será mais aquela totalidade, pois a mesma já se tornou outra.

O concreto é para o pensamento um processo de síntese e não um ponto de partida, apesar de ser o ponto de partida (MARX, 1983; 1987).

[...] O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida efetiva e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No

primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado (MARX, 1987, p.17).

A respeito de Marx, Araújo (1995, p. 56) afirma,

Marx vem de uma tradição filosófica que sempre distinguiu entre fenômeno e essência, aparência e realidade. Esta distinção torna-se muito mais visível em Hegel. O objetivo de qualquer prática científica é esclarecer a essência das coisas e não descrever aparências (fenômeno vem da raiz grega *fainw* = faino, que significa aparecer, surgir à luz). **A ciência deve partir do fenômeno para chegar à realidade que se esconde atrás do fenômeno.** [...] (ARAÚJO, 1995, p. 56, grifo nosso).

Para conhecermos o contexto da realidade devemos separar “[...] os fatos do contexto, isolando-os e tornando-os relativamente independentes. Eis aqui o fundamento de todo conhecimento: a cisão do todo. Todo conhecimento é uma oscilação dialética [...] entre fatos e o contexto, cujo centro ativamente mediador é o método de investigação” (KOSIK, 1976, p. 48).

Assim, temos o materialismo dialético de conhecimento da realidade, o qual possibilita a passagem do abstrato ao concreto e o movimento de passagem da parte para o todo e do todo para a parte, ou seja, permite “[...] compreender a parte enquanto manifestação do todo. O todo pelo todo não existe, a não ser como mera abstração, porque é na parte que o todo se manifesta, se realiza” (FRESCA, 2000, p. 12-13). Portanto, para analisarmos a formação sócio-espacial de uma dada rede urbana temos que explorá-la como a parte do todo, lembrando, que uma formação sócio-espacial é “[...] um objeto real que existe independentemente de seu conhecimento, mas que não pode ser definido a não ser por seu conhecimento” (ALTHUSSER, 1965, p. 205 apud SANTOS, 1977, p. 86).

Santos (1977, p. 91), discutindo espaço e totalidade, assevera que

[...] o espaço reproduz a totalidade social [...] o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da

totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isto, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

Assim, as formações sociais influenciam os períodos posteriores dos modos de produção. A esse respeito, Santos (1977, p. 90) observa que

[...] a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço. A evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço, isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social atual, mas também das formações econômico-sociais permanentes.

Segundo Santos (1977, p.81), as formações sócio-espaciais, como etapas de um processo histórico, fazem referência à “[...] evolução diferencial das sociedades”, o que, por sua vez, desvelam dados basilares para esclarecer por que países, regiões e por que não cidades diferenciam-se uns dos outros. O que, todavia, quer dizer que, a pedra angular da organização/transformação espacial coexiste no embate entre o que está posto e o que se estabelece como novo, resultando em um espaço desigual e combinado, que decorre da unidade da continuidade e da descontinuidade, portanto, o espaço é “[...] considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras [...]” que por sua vez, “[...] sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (SANTOS, 1985, p.22).

Isso revela a veracidade da ideia de Milton Santos (1985, p. 57) quando afirma que “[...] cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra; cada lugar combina de maneira particular, variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares”.

Para o estudo de uma dada rede urbana, o conceito de FSE é singular, pois reside no fato deste ser indissociável do concreto, ou seja, a FSE faz referência como já mencionamos, a uma sociedade historicamente determinada, o que nos permite conhecer uma sociedade em sua totalidade e em suas frações, porém sempre um conhecimento particular, compreendido num determinado momento de sua evolução (SANTOS, 1977).

Assim, a questão regional no Brasil pode ser determinada e apreendida tendo a FSE como categoria de análise basilar. Esta categoria permite compreender as relações de produção e forças produtivas, em suas desiguais celeridades no processo de acumulação capitalista, que contrapõem as áreas de pequena produção mercantil e de latifúndio, sendo que, estas duas formações representam, nada menos que, totalidades sócio espaciais.

Estas duas formações genéticas, com suas dinâmicas econômico-sociais próprias, recebem importância significativa na literatura sobre as redes de cidades no Brasil.

Um dos autores, entre outros, a dar ênfase a esta importância é Corrêa (2006, p. 284-285) quando menciona dois aspectos, onde o primeiro consiste na “[...] drenagem da renda fundiária rural pela cidade, a partir do absenteísmo dos grandes proprietários [...]”, uma particularidade das formações sócio-espaciais referendadas na grande propriedade; o segundo aspecto é dado por uma “[...] distribuição mais equitativa da demanda e do consumo [...]” marcando “[...] uma mais nítida hierarquia de centros [...]” particularidade da FSE da pequena produção mercantil.

1.2 - A Formação Sócio-Espacial como teoria e como método aos estudos sobre Rede Urbana: Uma discussão necessária e demais referenciais teóricos

Os estudos sobre redes urbanas têm se constituído em um importante campo de pesquisa na geografia brasileira, desde meados dos anos de 1940, quando da introdução do tema no país através do artigo de Deffontaines (1944; 1945) e, durante o Congresso da UGI, em 1956, no Rio de Janeiro, quando volta-se a discutir a temática, fase que se estende por praticamente toda a década de 1960.

Desde sua introdução até os dias atuais o tema passou por diversas fases de difusão e/ou realinhamento dos estudos e de confrontações do ponto de vista teórico-metodológico. Tais avanços podem ser entendidos a partir da vasta bibliografia com destaques aos trabalhos de Deffontaines (1944; 1945 [publicado originalmente em 1938 na França]); Monbeig (1943); Rochefort (1961); Geiger (1963); Bernardes (1964); Corrêa (1967), Müller (1969), Santos (1979; 1993), Corrêa (1988; 1989; 1997), Fresca (1990; 2000), IBGE (1972; 1987; 2000; 2008), IPEA (2002), IPARDES (2002), Bessa (2007), etc., nos quais realizaram-se avaliações da produção geográfica sobre redes

urbanas no Brasil, bem como produziram-se proposições teóricas e metodológicas para tais estudos.

Recentemente, a temática entra novamente em evidência no Brasil, basta observarmos as recentes publicações, teses e dissertações defendidas na academia e a realização de eventos nos quais as discussões sobre as redes urbanas e outras redes geográficas proliferam. Essa proeminência encontra motivos no fato de que as transformações sócio-espaciais determinaram novos complicadores para as análises perante a atual fase do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, onde questões como mundialização do capital, neoliberalismo, imperialismo entre outras, estão presentes e, se legitimam na crescente concentração e centralização do capital.

A rede urbana constitui-se em um “[...] conjunto de centros funcionalmente articulados”, o que por sua vez, reflete e condiciona as transformações econômico-sociais (CORRÊA, 1989, p.8). O importante é compreender que para desvendar uma dada rede urbana, a análise de sua gênese e dinâmica se torna imprescindível e, deve ser buscada em seu processo histórico, atribuindo a rede uma natureza social, tornando-a uma dimensão sócio-espacial, que reflete e condiciona a sociedade que a produziu. Deste modo, a rede urbana seria “[...] um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução” (CORRÊA, 1997, p.93).

Sendo a rede urbana uma dimensão sócio-espacial da sociedade, constatamos que os processos de concepção, apropriação e circulação do valor excedente, frequentemente modificado, já que é integrado a divisão territorial do trabalho, estão igualmente em constante alteração. O que, todavia nos faz entender que a “[...] rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho” (CORRÊA, 1989, p.48).

“[...] É um reflexo na medida em que, em razão de vantagens locais diferenciadas, verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional caracterizadora, entre outros tipos, de cidades industriais, político-administrativas ou portuárias” (CORRÊA, 2006, p. 26). Portanto, na realidade, é um reflexo “[...] dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos [...]”. Tais, diferenciações sócio-espaciais, provocam alterações dialéticas, através de continuidades e descontinuidades. “[...]”

Neste sentido, é necessário que se compreenda a lógica da implantação das atividades no mais ou menos complexo mosaico de centros e hinterlândias [...]. Isso recomenda ponderarmos às “[...] motivações dos diversos agentes sociais, bem como o entendimento dos conflitos de interesses entre eles [...]. Implica, ainda, colocar em evidência as práticas que viabilizaram a articulação entre os distintos centros urbanos e suas hinterlândias [...]” (CORRÊA, 2006, p. 27).

A rede urbana é ainda condição para a divisão territorial do trabalho, pois define os pontos de relações e as vias de tráfego por onde os fluxos são postos e permitem a concepção e transformação constante e desigual de atividades e cidades (FRESCA, 2004). Assim, a rede urbana é condição para a divisão territorial do trabalho, pois através dos papéis de seus centros urbanos, articulam: setor primário, setor secundário, setor financeiro, comércio atacadista e varejista, serviços de armazenagem, transporte, administrativo, contábil, educação, saúde dentre outros. Portanto, são nos centros urbanos inseridos em uma determinada rede urbana, que se produzem as condições imperativas para a produção, distribuição, circulação e consumo.

Para Ribeiro (1998, p.63), a rede urbana sob o capitalismo representa “uma estratégia logística na acumulação de capital, que tem como expressão as cidades, dotadas continuamente de meios técnicos científicos, entre eles [...] um sistema de comunicação [...] e meios de transportes [...] que permitem a expansão do mercado”.

Aqui é importante destacar novamente que, a rede urbana é dinâmica e mutável. Ela é nada mais que uma dimensão sócio-espacial da sociedade, por isso passa a alterar-se conforme as transformações da sociedade. Se a totalidade da mudança institui uma nova organização espacial, por sua vez, a rede, como uma destas dimensões, passará por mudanças para dar conta das alterações da sociedade (SANTOS, 1985).

A rede urbana brasileira era até o início dos anos 1950 assinalada por um grau limitado de diversificação funcional de suas cidades, como Deffontaines (1945) mencionou, a rede urbana brasileira se encontrava em sua “infância”, ou seja, seu processo de formação havia tão somente iniciado. Sua importância relacionava-se a posição que ocupava na hierarquia urbana, vinculada a divisão territorial do trabalho revelada, segundo suas funções centrais distribuídas conforme o modelo hierárquico christalleriano.

Este modelo hierárquico supracitado foi estruturado pelo geógrafo alemão Walter Christaller, nomeando-se “teoria das

localidades centrais”⁴, elaborada em 1933. Nele, Christaller demonstrou a presença de uma hierarquia entre cidades determinadas pela lógica da extração tributária e pelas necessidades da circulação mercantil estabelecidas permanentemente no território. Nesta teoria, qualquer estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, fornece bens e serviços a uma região próxima do centro fornecedor, representando, nesse sentido, uma polarização espacial da aglomeração urbana. Proporcionando assim, a constituição de uma hierarquia de cidades, em que, no nível mais elementar, estariam as cidades produtoras basicamente de bens e serviços, aqueles mais procurados pela população para sua reprodução social cotidiana, e, do outro lado, estariam os centros maiores, geradores de produtos e serviços mais especializados para uma área territorial mais extensa.

A respeito da crítica que é realizada aos estudos sobre rede urbana, sobretudo, aquelas pesquisas que se utilizaram do modelo proposto por Christaller, e que foi incorporada por vários autores da chamada Nova Geografia (ou Geografia Quantitativa, Geografia Pragmática ou mesmo, Geografia Teorética) com suas “geometrias estéreis” (para usar a expressão de Corrêa). Corrêa comenta que,

Em realidade as abordagens consideradas são, com raras exceções, caracteristicamente de natureza positivista e funcionalista. A cidade – e, por extensão, a rede urbana – é vista como se fosse uma coisa, destituída de vida social e, portanto, de interesses antagônicos, de conflito: é a assim passível de um tratamento marcado por uma postura pretensamente neutra. As interpretações calcadas nas ciências naturais estão presentes nos estudos de redes urbanas, estas sendo concebidas como engrenagens manipuladas por agentes, não especificados, muitas vezes por processos aleatórios. A história é colocada de lado, não havendo preocupação com a gênese e a dinâmica da rede urbana: o tempo constitui uma abstração em que têm existência mecanismos que originam uma sequência evolutiva marcada por equilíbrio-desequilíbrio-equilíbrio. O caráter idealista de algumas abordagens aparece quando

⁴ Sobre lugar central, Christaller menciona que a principal função ou característica de uma cidade, é a de ser o centro de uma região. Os locais que são centros de regiões o autor denominou de lugares centrais.

se considera como normativos alguns modelos sobre estrutura espacial da rede urbana ou de sua evolução (CORRÊA, 1989, p.47-48).

É interessante notar que vieram muitas críticas à teoria das localidades centrais de Christaller⁵, porém acreditamos que a mesma não merecia tantas críticas assim, pois foi uma formulação pioneira que até os dias atuais é utilizada por vários pesquisadores e institutos de pesquisa e, até mesmo, por que o próprio Christaller reconhecia certas deficiências de seu sistema e o modifica sempre que considera necessário. De modo geral, ele nota que:

O esquema matemático rígido [...] desenvolvido é incompleto sob certos aspectos, e sua inexatidão reside mesmo em sua rigidez. Devemos aproximar nosso esquema da realidade; portanto, devemos estudar os fatores que ocasionam mudanças importantes e que devem ser levados em considerações (CHRISTALLER, 1961, p.73).

Portanto, o autor reconhece que sua teoria em um determinado momento deve ser modificada, sempre levando em consideração aspectos da realidade analisada, assim, seu esquema rígido é convocado por ele mesmo a ser aperfeiçoado sempre que se julgar necessário. Por isso, todas as críticas caem por terra, elas na verdade deveriam ser e/ou são complementos e/ou aprofundamentos da teoria.

A característica básica da teoria das localidades centrais, não é mais válida⁶ para Santos (1993, p.53), pois a rede urbana torna-se “Cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexificada, cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas

⁵ As críticas mais contundentes, que declaravam a teoria das localidades centrais serem excessivamente quantitativas, descoladas da realidade e por aí vai, foram produzidas a partir da análise de outros estudos que se utilizaram da teoria e não o estudo proposto por Christaller. Por isso acreditamos que muitos destes estudos exageraram sim no quantitativismo, a exemplo de várias publicações realizadas no decorrer dos anos 1970, entre estas, as assinadas por Brian Berry (1975), Berry & Horton (1970), Speridião Faissol (1970; 1975), Galvão & Faissol (1970), dentre outras.

⁶ Para nós a teoria ainda é válida, pois como o próprio Christaller mencionou o esquema matemático rígido pode e deve ser modificado sempre que se considerar necessário, sobretudo, para buscar aproximar o esquema de uma determinada realidade. Assim, o que devemos fazer é aprofundar a teoria acompanhando o desenvolvimento da sociedade que é mutável.

da realização da vida econômica e social [...] Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa seu tamanho [...]”. Essa nova característica da rede urbana, a de ser complexa e diferenciada se expressa, principalmente pelas diversas maneiras como ocorrem suas inserções na divisão territorial do trabalho, que podem ser por uma, ou várias produções propriamente ditas. Pois, cada rede e centro urbano se inserem distintamente nos processos de produção, distribuição, circulação e consumo, mesmo porque, no sistema capitalista de produção os centros melhores situados tenderam a se sobressair, visto que, o que interessa é a redução de custos e sobrevalorização de lucros, onde a cada nova atividade surge modelos de localização particulares que buscam atender à lógica do capital.

O parágrafo anterior explica que a posição de um centro na hierarquia urbana não é mais suficiente para entender sua importância. Recentemente, necessitamos considerar “[...] suas especializações funcionais, sejam industriais ou vinculadas aos serviços [...]” porque a “[...] divisão territorial do trabalho entre os centros urbanos amplia-se”. A complexidade funcional oriunda desta nova fase do desenvolvimento econômico-social se traduz no fato de um centro situar-se em pelo menos duas redes. A primeira constituída por localidades centrais, na qual, cada centro tem na rede urbana uma posição vinculada à distribuição de bens e serviços “[...] (metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona, centro local) [...]”; a segunda, menos desenvolvida e mais irregular, em que cada centro “[...] desempenha um papel singular e/ou complementar a outros centros” (CORREIA, 1997, p.100).

Assim, cada centro pode ter relações com centros de níveis hierárquicos mais elevados, não necessariamente sendo um centro do próximo nível hierárquico, as relações podem ser realizadas de um centro local diretamente com a metrópole nacional, conforme demonstra a figura 1. Destacando que, a partir da figura abaixo, podemos perceber que o modelo teórico básico não se alterou, o que se alterou foram as múltiplas determinações de suas relações.

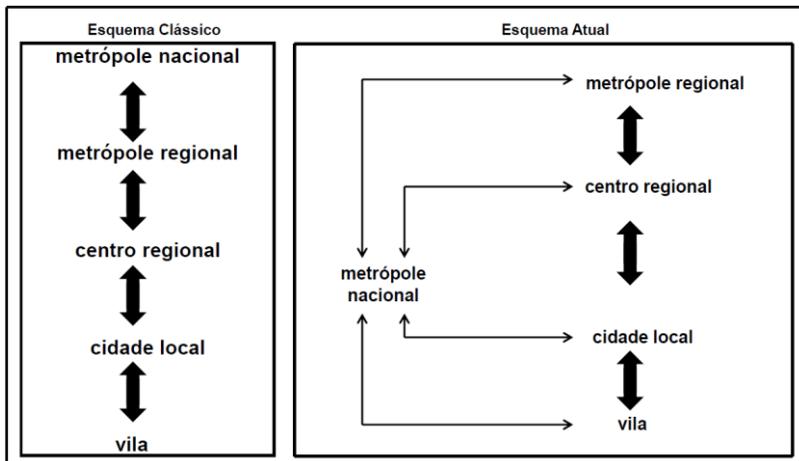


Figura 1 - Relações entre as cidades em uma rede urbana

Fonte: Adapt. de SENE & MOREIRA, 1999.

Diante disso, para nós a rede urbana brasileira pode ser analisada através da teoria Christalleriana, basta fazermos os complementos necessários para acompanhar a complexificação atual da sociedade e rede urbana, visto que a complexidade da divisão territorial do trabalho leva a numerosas especializações funcionais/produativas, que definem diversos centros urbanos.

A rede urbana por assim dizer, se relaciona a outras espacialidades, através de uma intensa circulação de mercadorias, pessoas, ideias e informações compondo “um conjunto articulado de fixos e fluxos”, que ao se interagirem expressam a realidade geográfica, formando o espaço, por meio de “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”, para utilizar a terminologia de Santos (1985, p. 67), o que é equivalente a “forças produtivas” e “relações de produção” na perspectiva teórica marxista.

Santos (1977, p. 87) lembra que “[...] a localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades ‘externas’, aquelas do modo de produção ‘puros’, quanto pelas necessidades ‘internas’ [...]”, manifestadas pela “[...] formação social propriamente dita”.

Esse dinamismo exposto pelas necessidades internas e externas acaba refletindo em relações contraditórias que geram conflitos, onde as necessidades externas, como o autor supracitado adverte, são próprias às determinações universais do modo de produção, já os imperativos

internos são geridos pelas influências das formações sócio-espaciais, estas determinadas pelos enfoques das elites locais, que concebem subsídios importantes para a explicação e entendimento das especificidades de um dado centro urbano e/ou até mesmo das diferenciações entre os centros urbanos de uma determinada rede urbana.

A realização de análise de uma dada rede urbana baseada na formação sócio-espacial é extremamente complexa, necessitando-se para tal concretização, profundas reflexões e investigações empíricas. Além de determinar atenção quanto a cada novo momento da formação sócio-espacial, que por sua vez, permite a apreensão da interpenetração dos contrários.

Portanto, a análise busca a apreensão da realidade, que apresenta múltiplas determinações, características próprias de formações sociais antigas e novas (continuidades e discontinuidades), de

[...] racionalidades que interagem de forma mútua e contraditoriamente, evidenciando, além da possibilidade da interpenetração dos contrários, dos opostos, a articulação de espaços-tempos distintos e justapostos, que passam a coexistir de modo diverso. Nessa coexistência, ou melhor, na base dessa combinação, residem, paradoxalmente, as raízes da diferenciação, da desigualdade, pois os processos gerais, universalizantes, são sobrepostos e ajustados aos processos antecedentes e à base espacial preexistente. A **combinação de sucessivas justaposições** produzirá, nas formações sócio-espaciais, efeitos específicos, que variam no espaço e contribuem para promover e ampliar as diversidades geográficas, pois tais processos materializam-se de maneira distinta e seletiva, assim como sofrem ajustes, em maior ou menor grau, no contato com a própria formação socioespacial, resultando, portanto, numa organização diferenciada do espaço [...] (BESSA, 2007, p.61-62, grifo nosso).

A essas combinações supracitadas, nós podemos ainda somar um entendimento com base nas ideias de André Cholley (1964), que como mencionamos na introdução deste trabalho fala nas “combinações

geográficas”⁷, ou seja, que o entendimento de toda realidade é formada por combinações de elementos de origens físicas, biológicas e humanas, o que na verdade se soma a proposta das múltiplas determinações de *Karl Marx*, e que, todavia, vem a se somar junto a nossa perspectiva teórica para o estudo de uma dada rede urbana.

Essa realidade permite analisar a especificidade de cada lugar histórica e geograficamente, sem perder de vista o conhecimento do conjunto. Entendida assim, essa visão aponta obrigatoriamente no sentido da interdisciplinaridade indispensável à percepção da totalidade e, simultaneamente, favorece a consideração de características particulares concretas que derivam da relação dialética e histórica da totalidade dos elementos da sociedade, incluídas aí as condições naturais (VIEIRA; PEREIRA, 1997, p. 454).

As autoras supracitadas acrescentam,

Como cada região tem também uma parcela de seu desenvolvimento ligado às suas próprias forças, decorrentes de uma trama complexa de elementos, a análise das especificidades de cada formação social ajuda a compreender melhor as determinações que operam sobre os processos responsáveis pela construção das especificidades regionais. Por isso, o método geográfico que tem por base a categoria de formação sócioespacial, proposto por Milton Santos é o que permite a apreensão das especificidades enquanto fruto da combinação de

⁷ “As combinações podem ser divididas em três grandes categorias: as que resultam, unicamente, da convergência de fatores físicos; aquelas, já mais complexas; que são, a um tempo, de ordem física e de ordem biológica; as mais complicadas e por isso mesmo, mais interessantes que resultam da interferência conjunta dos elementos físicos, dos elementos biológicos e dos elementos humanos. São estas últimas que estudamos de início. Elas, sempre, por ocasião do exercício de uma atividade necessária à vida dos grupos humanos: atividade agrícola, de criação industrial, etc... E é justamente, ao provocar essas convergências de elementos físicos, biológicos e humanos, que o grupo humano consegue resolver os duros e numerosos problemas que lhe são expostos pela vida” (CHOLLEY, 1964, p 141).

processos distintos. E, ao introduzir a dimensão espacial mostra ser impossível pensar a sociedade sem referência ao espaço; vê, acertadamente, o espaço como integrante da formação econômico-social, já que toda a formação é espacial e temporalmente determinada (VIEIRA; PEREIRA, 1997, p. 454, grifo nosso).

Para apreender a dinâmica transformadora de uma determinada rede urbana, compete entender a racionalidade da estrutura sócio-espacial, a qual exerce importante função na acepção de tornar perceptíveis as lógicas geratrizes (como por exemplo, o latifúndio ou a pequena produção mercantil) “[...] que, na fase embrionária de uma dada rede urbana, impuseram um padrão específico de combinação de seus elementos peculiares, determinando a ela uma identidade singular [...]”. Necessita-se também, “[...] entender as lógicas dinamizadoras que desarticulam a combinação pretérita e rearticulam uma nova configuração espacial para essa rede, definida por essa ou por aquela recombinação de elementos que se manifestam de modo integrado num dado contexto espaço-temporal [...]”, o que, todavia, resulta em re-diferenciações, “[...] com o declínio imediato ou gradativo de determinados centros em favor da ascensão de outros” (BESSA, 2007, p.69-70).

Através do conjunto de noções, ideias, combinações, etc., é que temos que analisar a rede urbana. A complexidade da rede urbana resulta de processos que revelam relações desiguais de trocas,

[...] diretamente associada à complexidade da divisão territorial do trabalho, por sua vez, engendrada pelas atitudes, estratégias e práticas dos atores econômicos, políticos e sociais. O aprofundamento da divisão territorial do trabalho e a ampliação exponencial das interações promovem mudanças nos conteúdos e nas formas espaciais. Em realidade, quando uma nova divisão territorial do trabalho se impõe, seja pela ampliação das funções produtivas, tanto agropecuária quanto industrial, seja pelo aumento das funções comerciais e de prestação de serviços, incluindo-se, primordialmente, as atividades especializadas, com um necessário aprofundamento das interações espaciais, desenha-se uma nova rede urbana. [...] (BESSA, 2007, p.75).

A partir da autora supracitada, gostaríamos de mencionar que creditamos ao setor produtivo a peça fundamental para se iniciar a análise de qualquer rede urbana, pois vivemos numa sociedade capitalista, onde os centros urbanos e por consequência as redes urbanas são estruturadas pela acumulação de capital, através de seus complexos de produção, distribuição, circulação e consumo. Valendo enfatizar que, “[...] não apenas a relação de uma nação com outras, porém até mesmo toda a estrutura interna dessa nação, depende do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 43). Assim, a partir da análise da produção, edificada no método materialista pode-se explicar teoricamente as relações tanto intra-urbanas como inter-urbanas entre os lugares.

Aliás, verificamos que a industrialização tem sido uma temática pouco referendada nas pesquisas geográficas, sobretudo quando ponderamos a totalidade das publicações da ciência geográfica nos últimos anos. Entretanto, Marx e Engels (1998, p. 21) destacam que,

[...] para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida.

Portanto, o setor produtivo é fundamental para a vida da humanidade e tal entendimento nos faz constatar a importância que as pesquisas relacionadas com esta temática ganha para o avanço da ciência geográfica. Destacando que a indústria recebe importância considerável na produção em geral, devido ao seu poder de estimular além do próprio setor industrial, também o setor de comércio e de prestação de serviços, sem esquecer-se que tal setor promove a inserção do capitalismo no campo, ou em outras palavras, a modernização na agricultura. Portanto, o setor industrial é um dos grandes responsáveis pela dinâmica do comércio e dos serviços na economia urbana.

No decorrer deste capítulo buscamos apresentar ao leitor um melhor entendimento dos referenciais teórico e metodológico por nós utilizados para produção desta tese. Até o presente momento,

mencionamos os conceitos de formação sócio-espacial, rede urbana, combinações geográficas, dentre outros que citamos “*en passant*”.

Portanto, realizamos o que propomos com o título do capítulo. Porém, acreditamos ser ainda imprescindível abordarmos mesmo que sutilmente, os chamados ciclos de acumulação capitalista, analisados para o caso brasileiro, por Ignácio Rangel. Ciclos estes denominados de ciclos longos ou de Kondratieff e os ciclos médios ou juglarianos brasileiros. Sem nos esquecer de apresentar a teoria da dualidade básica da economia brasileira⁸, proposta por Rangel a partir da década de 1930. Estes serão sintetizados a seguir, lembrando que, voltaremos a eles no decorrer dos demais capítulos, momento que caberá comumente uma análise mais enfática.

O desenvolvimento econômico, no capitalismo, vem se estruturando a partir de variações de desempenho das atividades econômicas. No caso brasileiro os ciclos longos e médios desempenharam/desempenham influência sobre o que Ignácio Rangel tituló de dualidade básica da economia brasileira, sobretudo, na industrialização por substituições de importações e na concepção dos pactos de poder entre as duas classes dirigentes e suas ordens diferentes e contraditórias de interesses. Importante destacar que, os ciclos de Kondratieff a partir da industrialização por substituição de importações, além da dualidade contribuiu para o nascimento dos juglarianos brasileiros.

Os ciclos juglarianos surgem na economia brasileira a partir da década de 1920, ocasião em que teve início o processo de industrialização nacional. Momento que ocorreu a combinação do período recessivo nos dois ciclos, destacando que, a recessão interna brasileira é longa e crítica, porém quando coincidem as fases de ascensão, percebemos que, os momentos de entusiasmo econômico são prolongados. Tanto o ciclo longo quanto o ciclo médio são fundamentais para compreender os efeitos da economia capitalista sobre o espaço mundial e brasileiro.

A partir de estudos de estatísticas econômicas, Kondratieff verificou que a economia capitalista do centro do sistema (Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos) lidava com sucessivos períodos de

⁸ Aqui vale destacar que, antes de cometermos o grave erro de simplificarmos os ciclos médios ou juglarianos brasileiros e a complexa teoria da dualidade proposta por Rangel, indispondo-nos com os ensinamentos do autor e com os que comungam desta perspectiva teórica, indicamos as obras do próprio autor mencionadas nas referências bibliográficas.

expansões e depressões econômicas. Assim, a economia mundial, no decorrer de longos períodos históricos, passou por significativas variações em seu desempenho, variações estas que aconteciam em períodos regulares, desenvolvendo-se em ciclos de 50 anos, divididos em 25 anos de fase expansiva e 25 anos de fase depressiva, conforme segue:

1º ciclo longo de Kondratieff: fase A de 1790 a 1815; fase B de 1815 a 1848;

2º ciclo longo de Kondratieff: fase A de 1848 a 1873; fase B de 1873 a 1896;

3º ciclo longo de Kondratieff: fase A de 1896 a 1920; fase B de 1920 a 1948;

4º ciclo longo de Kondratieff: fase A de 1948 a 1973; fase B de 1973 a

Veja o detalhamento didaticamente do ciclo longo, médio e da dualidade básica da economia brasileira na figura 2.

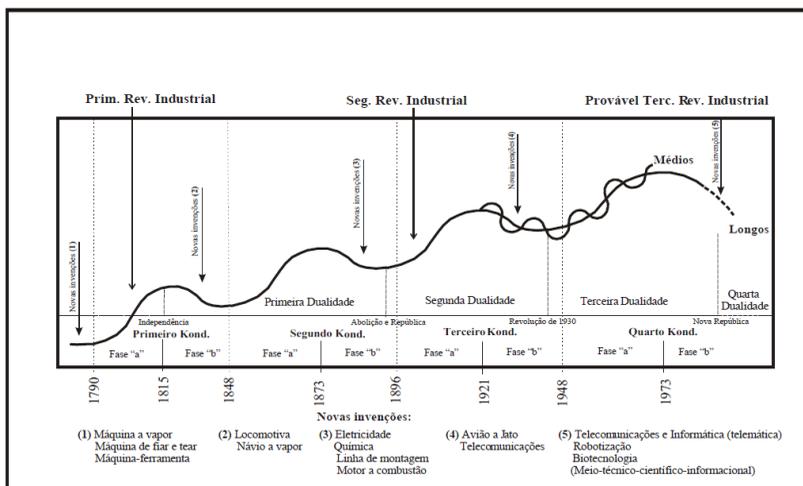


Figura 2 – Ciclos longos, dualidade básica da economia brasileira e ciclos médios.

Fonte: MAMOGIAN, 1987, apud SILVEIRA, 2003, p. 40.

Rangel dizia que o progresso técnico é visto como um processo cumulativo e predeterminado anteriormente. Deste modo, durante o processo de implantação da nova técnica, o projeto permite o nascimento de uma novíssima técnica que permanece em processo de letargia. Esse processo letárgico/sonolência é interrompido quando a

ciência e a técnica arquitetam novas funções de produção, viabilizando as condições imperativas para a revelação da novíssima técnica, capaz de compensar o sucateamento dos capitais fixos recém-criados e/ou quando o processo de envelhecimento, desgaste da nova técnica, exige a sua implantação. Importante reforçar que, a obsolescência dos produtos/inoações via maturidade/envelhecimento, retrocedia a taxa de lucro, o que por sua vez, deprimiam os investimentos e originavam um período depressivo. Lembrando que, a novíssima técnica é pesquisada e desenvolvida nas fases recessivas anteriores às fases ascendentes. Esses processos de acontecimentos de entrada na crise e entrada em um período ascendente desenvolvem-se ciclos após ciclos (RANGEL, 1980; 1982).

Na visão de Schumpeter (1985) os ciclos originam-se da introdução, promovida a partir do empresário, de inovações revolucionárias no conjunto da economia. A ampliação da confiança na inovação como bem sucedida e a lucratividade arrastaria uma infinidade de empreendedores a imitar as inovações introduzidas pelo empresário inovador. O empresário é indiscutivelmente uma personalidade que concebe inovações, a partir de novas combinações de processos, produtos, organização na gestão produtiva ou gestão administrativa. O empresário/empreendedor é o agente social que dinamiza o processo de desenvolvimento. Uma inovação representa uma alteração revolucionária que surge no sistema de produção capitalista, intensificando os processos produtivos descontinuamente. A concepção de inovações ordena múltiplas combinações de novos materiais e forças, desta forma, o empresário é aquele que possui o comando dos meios de produção necessários para a concretização de novas combinações. Portanto, o empresário está no centro das mudanças, pois é ele quem executa a inovação (SCHUMPETER, 1985).

Como verificamos na figura 2, as inovações tecnológicas proeminentes no primeiro ciclo corresponderam à máquina de fiar e tear, à máquina a vapor e ao progresso da máquina ferramenta; o segundo ciclo trouxe a locomotiva e o navio, ou seja, autorizou o emprego da máquina a vapor nos meios de transportes (ferrovias e na navegação), além do processo Bessemer⁹ de produção de aço; o terceiro ciclo longo

⁹ O **processo de Bessemer** constituiu-se na primeira técnica industrial de custo reduzido para a produção em larga escala de Aço a partir de Ferro Gusa fundido. A técnica foi titulada em homenagem ao seu inventor, Henry Bessemer, que patenteou o processo em 1855. O princípio desse processo é a remoção de impurezas do ferro pela oxidação com ar soprado a partir do ferro

nos brindou com a eletricidade, a indústria química, a linha de montagem e o automóvel com motor a combustão; o quarto ciclo longo concebeu as inovações tecnológicas do avião a jato, das telecomunicações, da petroquímica e das inovações industriais automobilísticas. O quinto ciclo de Kondratieff surgiria, conforme os neo-schumpeterianos do paradigma da microeletrônica, biotecnologia, nanotecnologia e dos novos materiais, que por sua vez, levariam a uma terceira revolução técnico-científica.

Vale destacar que os ciclos de Kondratieff promovem importante influência sobre a periferia do sistema. No dizer de Rangel, o Brasil, nos períodos de expansão da economia mundial, realiza uma intensa ascensão da capacidade de importação e exportação, aumentando assim, as interações com o mercado externo e os vínculos na DIT (Divisão Internacional do Trabalho).

No decorrer do período recessivo, a economia nacional diante da crise mundial, diminui o intercâmbio comercial, originando sucessivas substituições de importações e mudanças nas dualidades, etc. No período de crise do primeiro ciclo longo, o processo de substituição de importações ocorre a partir de combinações naturais, concretizadas no interior das fazendas de escravos; no período recessivo do segundo Kondratieff as substituições de importações são artesanais e desenvolvem-se nos centros urbanos e no terceiro Kondratieff, o processo de substituições de importações são industriais e, possibilitam a intensificação da industrialização brasileira e dos ciclos médios brasileiros (PEREIRA, 2001).

Os Juglarianos brasileiros duram, em média, entre 7 e 11 anos, surgiram como já informamos, a partir da depressão dos anos 1920 (que fez nascer o primeiro juglariano, entre 1932-1942). Nesse período o país desencadeou um processo de industrialização por substituição de importações, em uma ordem que foi do D_2 (Departamento II – produtor de bens de consumo simples) para o D_1 (Departamento I – produtor de bens de produção).

Nas palavras de Rangel, os juglarianos brasileiros são mais simples de serem determinados, “[...] a industrialização, assumindo a

fundido. O processo de Bessemer foi substituído em 1968, pelo processo de Linz-Donawitz, que trouxe um melhor controle da química para o resultado final do Aço. Vale destacar que o processo de Bessemer era extremamente rápido, o que por sua vez, dificultava e/ou impedia a realização da análise química para ajustar os elementos responsáveis por dar uma melhor qualidade ao Aço.

forma de substituições de importações, leva-se a efeito escalonadamente, setor após setor. A cada setor corresponde um novo ciclo” (RANGEL, 1986, p. 21). “Desde que teve início a industrialização do Brasil, esses ciclos breves se tem sucedido regularmente. Primeiramente, foram criadas condições para a implantação da indústria leve, mas, a cada volta do parafuso cíclico, prosseguia a marcha no sentido de indústrias menos leves e, partindo da indústria de bens de consumo, no sentido geral da indústria de bens de produção” (RANGEL, 1986, p. 36).

Rangel (1987) explicava que com o início da crise do juglariano, devido às etapas de maturação dos projetos, ocorre o desenvolvimento da substituição de importações no setor estrangulado. Ao mesmo tempo, existia um grupo que dominava o mercado interno, o que por sua vez, permitia a esse acumular capital e gerar excedentes, porém, sua capacidade de produção rapidamente se esgota, trazendo consigo a crise. A partir desse ponto Rangel dizia que, o setor conquistou capacidade produtiva e financeira excedente, deveria transferir recursos ociosos excedentes para o setor que se encontra escasso/estrangulado¹⁰, promovendo ainda nesse setor uma substituição de importações.

Rangel (1987, p. 03), argumenta didaticamente, mencionando haver duas faces para o entendimento dessa problemática, primeiramente, “[...] trata-se de carrear recursos novos para as atividades retardatárias a desenvolver [...]”, em seguida “[...] trata-se de oferecer destinação hábil ao excedente social a resultar da plena utilização da capacidade produtiva já criada”. Assim, ao passo que estas tratativas iam se desenvolvendo, o processo de industrialização brasileira se constituía setor após setor.

Já em relação à “dualidade básica” da economia brasileira, Rangel (1981) entendia que a economia nacional, no decorrer de seus

¹⁰ Deste modo, a economia brasileira se desenvolve de forma cíclica constituindo recursos ociosos e antiociosos nos setores produtivos. O juglariano brasileiro concretiza a formação de um departamento superinvestido, que formará capacidade ociosa, e outro subinvestido, que se tornará estrangulado. A cada volta no parafuso do ciclo juglariano, constitui-se, nos períodos de euforia econômica (ascendentes), investimentos em determinados departamentos produtivos e, no momento que atinge o ponto mais elevado do ciclo, tem-se a formação de uma capacidade produtiva ociosa, “[...] capacidade além do necessário, por ser planejada, por ser uma economia oligopólica, etc. e atrasada em determinados investimentos; ou aquele próprio desenvolvimento criava deficiências que deveriam, no ciclo seguinte, serem desenvolvidas” (PIZZO, 1997, p. 106).

mais de quinhentos anos, é produto das mesmas estratégias de modos de produção que mundialmente desenvolveram-se no decorrer de milhares de anos. Assim, o Brasil reeditou, a partir do comunismo primitivo (anterior ao descobrimento), o escravismo, o feudalismo e o capitalismo. Rangel (1981) percebeu desde a abertura dos portos que o escravismo, o feudalismo e o capitalismo podem conviver em um mesmo ciclo e, que, sempre dois deles se apresentam unidos, representando as elites políticas e econômicas, a partir de pactos de poder firmados internamente, que mantém relações com o centro do sistema capitalista.

Rangel, portanto, organiza os pactos de poder teoricamente nas “Dualidades Brasileiras”. Esses pactos de poder, por sua vez, não representam acordos simples, livres de conflitos, até porque, existem divergências entre os sócios. As dualidades não são rígidas/estáticas, pois elas, promulgam através da teoria, como ocorreu a organização dos pactos, entre “sócios maiores” e “sócios menores”, ponderando-se o ambiente externo (verificamos assim, como os impulsos direcionados do centro do sistema refletiram no Brasil) e as determinações internas (como o país reagiu a determinados impulsos).

Desde sempre ou, mais precisamente, desde a Independência, o poder do Estado brasileiro é exercido por uma coalizão de duas classes, que refletem o estágio do desenvolvimento das forças produtivas do país. Noutros termos, à medida que a economia nacional avança, modo de produção, após modo de produção, mudam as classes dominantes, nunca os dois sócios da coalizão ao mesmo tempo, mas cada dualidade é substituída por outra dualidade, também caracterizada pela coalizão de duas classes dominantes. Em nenhum momento, o poder político foi exercido com exclusividade por uma só classe, e isso não por acaso, mas como reflexo da estrutura da economia e da sociedade (RANGEL, 1986, p. 25).

Essas coalizões políticas que exercem o comando da nação brasileira (dualidades para utilizar o termo cunhado por Rangel) abrigam classes sociais representantes ora do modo de produção vigente internamente (os barões-senhores de escravos na primeira dualidade eram tidos como os sócios maiores ou a classe hegemônica, que por sua vez, representavam o escravismo demarcado no país desde o século XVI, mantendo relações de vassalagem para com a Coroa Portuguesa), ora do modo de produção vigente externamente (a classe da burguesia

comerciante de importação e exportação que a partir do processo de abolição-república assumiu a condição de sócio maior na segunda dualidade representava o capitalismo industrial do centro dinâmico [Europa]. Deste modo, aproximadamente a cada 50 anos (ciclo de Kondratieff), ocorrem alterações na estrutura política do Estado brasileiro.

Para permitirmos um melhor entendimento por parte do leitor, apresentaremos a partir de Rangel (1981), as dualidades brasileiras que foram se desenvolvendo¹¹. Na primeira dualidade brasileira, tínhamos:

	Lado interno: o escravismo
Pólo interno	Lado externo: o feudalismo
	Lado interno: o capitalismo mercantil
Pólo externo	Lado externo: o capitalismo industrial

A estrutura de poder do Estado brasileiro em formação apresentava-se da seguinte maneira:

Sócio maior (hegemônico): a classe dos barões-senhores de escravos.

Sócio menor: a classe dos comerciantes (principalmente exportadores-importadores) em estreita ligação com o capitalismo industrial estrangeiro, que constitui o lado externo do pólo externo (RANGEL, 1981, ,p.19-20).

Na segunda dualidade, tínhamos:

	Lado interno: feudalismo
Pólo interno	Lado externo: capitalismo mercantil
	Lado interno: capitalismo mercantil
Pólo externo	Lado externo: capitalismo industrial (do centro dinâmico)

¹¹ Enfatizando novamente que, para o leitor que se interessou pela temática e gostaria de se aprofundar nas brilhantes análises de Rangel sejam elas dos ciclos longos, médios, da teoria da dualidade básica da economia brasileira, etc., vale muito a pena reservar algumas horas diárias para fazer a leitura da bibliográfica do autor citadas nas referências desta tese.

Sobre essa base, a estrutura política do Estado se assentava, sendo o pacto de poder nesta dualidade firmado entre:

Sócio maior: a burguesia comerciante, representativa do pólo externo.

Sócio menor: os fazendeiros, latifundiários feudais, por um lado, e comerciantes, por outro, representando o pólo interno (RANGEL, 1981, p.24).

A terceira dualidade brasileira projetava-se da seguinte maneira:

	Lado interno: feudalismo
Pólo interno	Lado externo: capitalismo mercantil
	Lado interno: capitalismo industrial
Pólo externo	Lado externo: capitalismo financeiro

A partir dessa base econômica levanta-se o edifício político do Estado, a saber:

Sócio maior: os fazendeiros-comerciantes representantes do pólo interno.

Sócio menor: a burguesia industrial nascente, representante do pólo externo (RANGEL, 1981, p.28).

Na quarta dualidade brasileira, teríamos:

	Lado interno: semi-salariado (bóias-frias, etc.)
Pólo interno	Lado externo: semicapitalismo rural
	Lado interno: capitalismo industrial
Pólo externo	Lado externo: capitalismo financeiro (centro dinâmico mundial)

A estrutura de poder do Estado brasileiro apresentava-se da seguinte maneira:

Sócio maior: a burguesia industrial, representando o pólo externo.

Sócio menor: a nova burguesia rural, representando o pólo interno (RANGEL, 1981, p.33).

A partir da tese da dualidade, podemos apreender a história do desenvolvimento econômico brasileiro de uma maneira particular e independente das demais interpretações que se dispuseram a analisar a temática. Ignácio Rangel é conhecido por muitos como um autor independente, que nadou contra a corrente e que construiu uma forma totalmente inovadora para entender a realidade brasileira, com uma

clareza ímpar, apesar de toda complexidade teórica envolvida, complexidade esta, que levou muitos intelectuais brasileiros a desprezarem todo cabedal teórico formulado por Rangel.

1.3 - O conceito de Básico e não-Básico de John W. Alexander

Aqui, achamos por bem abrir um novo subtítulo, pois o conceito a ser apresentado, destoa um pouco dos referenciais nomeados até o instante e, mesmo assim, acreditamos ser importante seu apontamento.

O conceito de “Básico” e “não-Básico” nas funções econômicas urbanas, proposto por John W. Alexander (1969), no qual as atividades de exportação constituem as fontes da renda “básica”, em contraste com a renda derivada da circulação interna de bens, moeda e crédito, que é chamada “não-básica”, pois segundo Alexander (1969), a vida econômica de qualquer cidade está ligada, de maneira intrínseca, à vida de sua região. Dessa forma, uma parte do esforço da cidade origina-se da demanda extra local. Mas a população da própria cidade, por sua vez, precisa dos serviços locais, o que mostra o segundo tipo de função, que atende às necessidades urbanas.

Importante destacar que, Victor Antônio Peluso Jr. (1974)¹² utiliza o conceito “Básico” e “não-Básico” de John Alexander em sua tese de livre docência, a qual nos trouxe grande contribuição, pois demonstrou como aplicar este conceito na análise de uma dada rede urbana.

Para o autor, a teoria de base econômica formulada por John W. Alexander (1969), através do conceito “básico” e “não-básico” destaca dois tipos de funções econômicas urbanas: o primeiro diz respeito as atividades exteriores aos seus limites e, portanto inter-urbanas, o segundo relaciona-se as atividades intra-urbanas que a servem no interior do quadro urbano (PELUSO JÚNIOR, 1974). Aqui aparece uma contribuição importante de Peluso Júnior aos pesquisadores do mundo urbano. Contribuição esta, que diz respeito a sua utilização do conceito formulado por John Alexander, pois o pesquisador de uma dada rede urbana sabe que a economia e a população de uma determinada cidade e/ou nação não vivem isoladas, uma vez que, tal isolamento o levaria a

¹² PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **A classificação funcional das cidades e sua evolução: aplicação do método das exigências mínimas, de Ullman e Dacey ao estudo da evolução das funções urbanas e da classificação funcional das cidades do Estado de Santa Catarina.** 1974. 196f. Tese. (Livre Docência em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina.

ruína. Portanto, as cidades necessitam manter relações com outros locais, exportando para estes, bens e serviços e recebendo remuneração de tal mercado consumidor. Alexander (1969) nos diz que, a vida econômica de qualquer cidade está ligada, particularmente, à vida de sua região.

Desta forma, as atividades de exportação constituem as fontes da renda “básica”, em contraste com a renda derivada da circulação interna de bens, moeda e crédito, que é denominada “não-básica”, portanto, uma parte do esforço da cidade origina-se da demanda inter-urbana, isso é, da renda “básica”, principal componente para se analisar uma determinada rede urbana.

“O conceito básico-não-básico permite a classificação funcional dos centros urbanos no sistema de cidades de que faz parte”. Todavia, “[...] A evolução das funções urbanas reflete-se na classificação funcional das cidades, se para diversas épocas se usar o mesmo método e se contar com o levantamento de dados comparáveis entre si” (PELUSO JÚNIOR, 1974, p.4-5).

1.4 - Considerações do Capítulo

A respeito da categoria de formação sócio-espacial, Espíndola e Silva (1997), expõe que

[...] no campo das pesquisas em geografia que se apóiam nessa categoria, é lamentável constatar que boa parte de trabalhos fomenta uma espaciologia estéril, pois se ocupa dos processos históricos, sociais e geográficos, sem partir da esfera da produção – prática absolutamente crucial na análise das sociedades onde o capitalismo é dominante (ESPÍNDOLA, SILVA, 1997, p. 62).

Em relação aos estudos sobre redes urbanas, a citação acima merece total destaque, pois são vários os autores que se dedicam ou se dedicaram as análises das redes urbanas que, não partem da esfera da produção, às vezes até mesmo esquecem tal campo. Assim, concordamos com os autores supracitados, pois os estudos sobre redes urbanas não devem e não podem partir de outra esfera que não seja a da produção e, isso contempla os alicerces de nossa proposta, fundamentada na FSE.

Assim, partimos da ideia que temos que utilizar uma perspectiva teórica para analisar a rede urbana que abarque a totalidade, portanto,

devemos ir à contramão da grande maioria dos geógrafos brasileiros que ignoram a formação social como teoria e como método ou que apenas realizam trabalhos que como resultados apresentam uma espaciologia estéril. Sendo assim, a partir destas colocações, é importante destacar que, a perspectiva teórica que comungamos (e que acreditamos ser a mais adequada para a temática que estamos esboçando) é uma perspectiva de grande potencial para análise não só da realidade brasileira, como de outros países e, por que não, das realidades regionais e/ou locais.

Ela foi erigida com base no paradigma de *Formação Sócio-Espacial* proposto por Milton Santos no decorrer dos anos 1970, somada à *teoria da dualidade básica da economia brasileira* e seus pactos de poder nomeados pelo professor Ignácio Rangel.

A tais perspectivas teóricas adicionamos ainda as ideias de André Cholley (1964) geógrafo francês, que propõe as *combinações geográficas*, que diz que o entendimento de uma dada realidade é formado por combinações de elementos de origens físicas, biológicas e humanas, que, todavia, se soma a proposta das *múltiplas determinações* de Karl Marx.

Não podemos deixar de mencionar também que, por trabalharmos com a ideia de formação, estamos sucessivamente realizando nossas análises de maneira a vincular à história, a economia e a geografia, para interpretar uma dada realidade.

A construção desse texto refere-se essencialmente a um caminho para entendermos e compreendermos a rede urbana. Sendo imprescindível o estudo dos principais centros, inseridos em uma determinada rede, visando encontrarmos as determinações mais gerais, porque o todo se expressa no local, no singular, através do particular (FRESCA, 2000).

Com este capítulo acreditamos ter avançado no sentido de atingir plenas condições de desmistificar uma dada rede urbana sob o paradigma da formação sócio-espacial, entretanto, sabemos que temos sempre que aprofundar¹³ e,

Aprofundar significa levar a sério os grandes intelectuais da humanidade, como Aristóteles, Platão, Hegel, mas sobretudo Marx, Lênin e Gramsci, não esquecendo figuras menores como Weber, entre outros. Significa comparar a idéia de

¹³ E, esse aprofundar deve ser buscado durante toda nossa trajetória acadêmica e trajetória de vida.

combinações de Cholley com as múltiplas determinações de Marx, comparar a renda diferencial de distância e a chamada lei de Von Thünen etc. [...] (MAMIGONIAN, 1996, p. 206).

2 – INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL E NO PARANÁ: A CONJUNTURA DA REDE URBANA

A partir deste momento, gostaríamos de esclarecer ao leitor, que não nos aprofundaremos em analisar o processo de urbanização e industrialização brasileira, desde sua gênese até os momentos atuais, pois acreditamos não ser este o principal anseio e objetivo desta tese. Até porque, para realizarmos uma análise da totalidade deste processo, teríamos que voltar aos primórdios dos acontecimentos, passando pelas duas primeiras revoluções industriais até chegarmos à terceira revolução; além de passarmos pelo processo de formação das primeiras cidades, pois teríamos que dar base para o processo genético das urbes brasileiras, entre muitos outros fatos, que podemos levar uma vida inteira pesquisando.

Devido ao fato deste capítulo ser a forma encontrada para facilitar a explicação e o entendimento por parte dos leitores dos capítulos subsequentes, realizaremos uma breve análise dos acontecimentos que julgamos ser suficientes para apreendermos a conjuntura da rede urbana brasileira, com amplo destaque para a rede urbana paranaense. Assim, traremos para a discussão a soma de determinadas partes do contexto econômico, político e social que nos proporcionarão o entendimento da estruturação da industrialização e da rede urbana.

Vários foram os acontecimentos que suscitaram a ampliação do número de centros urbanos e sua interiorização, como a concepção de órgãos e instituições governamentais, sem esquecer-se das estatais em setores estratégicos da economia como, por exemplo, minas e energia, etc. tal qual constituíram as bases para a materialização da indústria e do urbano.

Ainda que, o processo de urbanização tenha tido seus acontecimentos geratrizes lá no século XVIII, quando a casa da cidade tornou-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, somente dois séculos adiante a urbanização alcançou maturidade e um dinamismo solicitado, pois até o final dos tempos coloniais, nosso país era formado por poucas e precárias aglomerações que poderíamos considerá-las como cidades e por uma medíocre urbanização.

Geiger (1963) já advertia que, entre 1940 e 1950, o Brasil experimentava uma transição que marcaria categoricamente a entrada no grupo dos países predominantemente urbanos. E, tal acontecimento, modificaria também, sua estrutura de atividades. Pois, como bem sabemos, ocorreu um decréscimo do setor primário, que por sua vez

beneficiou destacadamente o setor terciário devido à urbanização, mas, individualmente, o setor secundário, representou o maior crescimento.

Como Geiger (1963) já havia mencionado em seu estudo “*Evolução da rede urbana brasileira*”, a década de 1950 marcaria a intensificação da dinâmica do processo de urbanização. Processo este, resultante das altas taxas de crescimento vegetativo da população urbana e da contribuição do processo de migrações internas de tipo campo-cidade. Ao verificarmos os dados, percebemos a dimensão alcançada: a taxa de crescimento urbano brasileiro entre 1950 e 1960, reflexo do avanço do capitalismo industrial em áreas e regiões estratégicas do País e da inserção do capitalismo no campo brasileiro (processo de modernização da agricultura) no período, atingiu o ritmo inusitado 5,3% a.a.; em 1950, apenas 36% dos habitantes brasileiros residiam em áreas urbanas; em 1960 chegava a 45%. Já no ano 2000, de acordo com o Censo, 81,2% da população brasileira residiam em áreas urbanas e, no Censo de 2010 essa porcentagem sobe para 84,4%. Só para ter uma ideia da grandiosidade da explosão demográfica urbana, em 1950 havia no Brasil 18.782.891 habitantes urbanos e em 2010 esse número atingiu 160.925.792 habitantes. Em relação à população total, verificamos que ocorreu um incremento populacional entre os Censos de 2000 e 2010 de 21.165.106 habitantes.

Tabela 1 - Taxas regionais de urbanização

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
BR	31,3	36	45,1	56,0	67,7	75,5	81,2	84,4
N	2º 27,7	3º 29	4º 35,5	4º 42,6	5º 50,2	5º 57,8	4º 69,8	4º 73,5
NE	4º 23,4	4º 26	5º 34,2	5º 41,8	4º 50,7	4º 60,6	5º 69,0	5º 73,1
SE	1º 39,4	1º 48	1º 57,4	1º 72,8	1º 82,8	1º 88,0	1º 90,5	1º 92,9
S	3º 27,7	2º 33	2º 37,6	3º 44,6	3º 62,7	3º 74,1	3º 80,9	3º 84,9
CO	5º 21,5	5º 24	3º 37,2	2º 50,9	2º 70,7	2º 81,3	2º 86,7	2º 88,8

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 1940 a 2010.

Org.: CASARIL, C. C., 2012.

O Brasil apresentou intenso processo de urbanização, a partir do terceiro quartel do século XX, como já destacado no parágrafo anterior. Em 1940, do total da população brasileira, 26,3% era urbano, que perfazia 18,8 milhões de habitantes. Em 2000 essa porcentagem já era de 81,2%, ou 137,8 milhões e, em 2010 chegou a 84,4%, ou 161 milhões¹⁴. Verificamos, portanto, que em setenta anos a urbanização

¹⁴ Vale salientar que, essa explosão do processo de urbanização, teve contribuição direta da redução da taxa de mortalidade, da elevada taxa de natalidade, dos progressos médicos-sanitários (aumento da expectativa de vida/evelhecimento) e da melhoria relativa das condições de vida da população.

intensificou-se de forma a incorporar mais de 142 milhões de pessoas. Considerando apenas a primeira década do século XXI, as cidades brasileiras aumentaram em 23.170.242 pessoas. Por sua vez, o número de cidades passou de 1.574 em 1940, para 2.766 em 1960, em 1980 atingiu 3.991, no ano 2000 totalizou 5.507 e em 2010 atingiu a soma de 5.565 cidades.

Como a realidade atual demonstra e os dados não mentem, a concentração de pessoas no campo foi gradativamente se modificando e, aqui é importante darmos destaque para as transformações ocorridas no Brasil a partir das políticas nacionalistas estruturadas e implementadas inicialmente por Getúlio Vargas e, posteriormente por Juscelino Kubitschek, que favoreceram uma fulgente transição política e econômica, deixando de ser um país agrário-exportador e tornando-se um país urbano-industrial.

Dessa forma, teve toda uma questão política e econômica como pano de fundo, mas a inserção do capitalismo na agricultura brasileira foi um dos principais fatores da industrialização e por tabela da urbanização.

Portanto, para o entendimento da industrialização e urbanização é imprescindível o entendimento do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira¹⁵, aliás, essa análise deu origem a uma visão histórica alternativa, assentada na apreensão da desagregação do Complexo Rural. Esse ponto de vista é tributário da concepção de Rangel (1954) que pensa o desenvolvimento econômico brasileiro a partir da desagregação do complexo rural, sendo que, cada atividade que se emancipa dos perímetros da propriedade rural dá origem a um particular ramo industrial.

Deste modo, esperamos que tal leitura contribua para o entendimento da dinâmica econômica, da formação sócio-espacial, da industrialização, da urbanização e de sua rede.

2.1 – Da decomposição do Complexo Rural

O principal ponto no pensamento de Ignácio Rangel é a sua tese sobre a dualidade da economia brasileira. Trata-se de uma tese de história e economia política do Brasil, que busca as especificidades das

¹⁵ Mesmo sabendo que, a industrialização e a urbanização possuem dinâmicas próprias e não podem ser consideradas subordinadas ao desenvolvimento da agricultura, vale a pena, verificarmos o quão importante foi a modernização da agricultura para o aumento da população urbana em determinadas regiões.

leis da formação social brasileira, tendo o materialismo histórico como a principal linha teórica para o entendimento dessa formação e, é a partir deste entendimento da dualidade que Ignácio Rangel realiza sua análise sobre a questão agrária brasileira.

Destacamos que, a dualidade de Rangel não corresponde com o dualismo comungado por outras correntes, pois corresponde aqui a uma categoria de análise. A essência desta ideia é sintetizada por Bielschowsky e Castro (1987).

A dinâmica histórica brasileira se distingue dos casos clássicos porque os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção internas ao país, mas também da evolução das relações que este mantém com as economias centrais. As 'relações externas' são determinantes do desenvolvimento das forças produtivas internas e, conseqüentemente, também das relações de produção internas. Essa dupla determinação - evolução das relações internas e das externas - teria como conseqüência fundamental não só a dualidade de todas as instituições econômicas brasileiras - o latifúndio, as empresas industriais e comerciais, etc. -, mas também a dualidade da economia brasileira como um todo. Do ponto de vista do entendimento da visão do autor sobre o processo histórico brasileiro, a dualidade que mais interessa é, essencialmente, essa da economia como um todo (BIELSCHOWSKY; CASTRO, 1987, p.202).

Nossa discussão centra-se na modernização da agricultura brasileira o que, por sua vez, significa um processo de aceleração do desenvolvimento do capitalismo no campo, para tanto, perpetraremos uma discussão a partir da perspectiva de Rangel, sobre a desintegração do Complexo Rural e da perspectiva de Graziano da Silva (1998; 2004) sobre a formação do Complexo Agroindustrial¹⁶.

¹⁶ Gostaríamos de enfatizar aqui que, Rangel em seus mais variados estudos não comenta que a desintegração do Complexo Rural daria origem a um Complexo Agroindustrial, essa perspectiva é de autoria de Graziano da Silva (1998; 2004). E, visando alertar o leitor, talvez por alguma falha nossa, em algum momento desse trabalho poderemos atribuir essa prerrogativa a Rangel. Aqui, vale ainda

Mas, o que seria o Complexo Rural e o Complexo Agroindustrial? Esta é uma das perguntas que buscaremos responder de imediato nos próximos parágrafos, recorrendo ao mestre Ignácio Rangel.

A terminologia “Complexo Rural” foi utilizada por Rangel (1954) para assinalar o grupo de atividades concretizadas no interior das fazendas da época da Colônia, as quais faziam parte de uma economia natural, com embrionária divisão do trabalho. Nestas fazendas, para se produzir alguma mercadoria destinada à exportação, portanto, valores de troca, careciam produzir todos os bens intermediários e os meios de produção necessários e, garantir a reprodução da mão-de-obra, através do cultivo de sua alimentação, ou seja, valores de uso. Deste modo, o designado Complexo Rural internalizava ao mesmo tempo a produção de bens de consumo e a produção de meios de produção (insumos, máquinas e equipamentos), ou seja, “um D₁ assentado em bases artesanais” (para usar a terminologia cunhada por Rangel), que brilhantemente elucidava a ideia de que o capital era simplesmente trabalho morto acumulado, com o ferreiro, o carpinteiro, o pedreiro, o domador de animais, o seleiro, entre outros. Nas palavras de Rangel (1990), verificamos algumas atividades realizadas no interior das fazendas.

[...] produzem bens agrícolas para o próprio consumo, para o consumo do latifundiário e para a venda às cidades e ao exterior. Mas essa atividade está muito longe de ocupar todo o tempo da família e os recursos de que esta dispõe. Além disso, a família camponesa produz a própria casa – de barro, de madeira, de palha ou de sapê, segundo os recursos naturais ao seu dispor. No Amazonas, faz também a canoa, que atende às suas necessidades de transporte; no Nordeste, cria um burro ou um cavalo, que serve ao mesmo fim, etc. No Maranhão, tece a própria rede e, não raro, o pano de que se veste. Toda a confecção da roupa feminina e infantil e grande parte da roupa masculina – com pano de fabricação doméstica ou comprado – costuma ser doméstica. O arroz que consome é pilado em casa e a mandioca é

ênfaticamente que, a industrialização precede a modernização da agricultura e a abertura dos complexos rurais precede ambos. A abertura dos complexos rurais está ligada ao desenvolvimento econômico geral, ou seja, ao avanço da divisão social do trabalho.

convertida em farinha ou goma também em casa. Do couro cru ou rudimentarmente curtido saem roupas, utensílios domésticos e de trabalho, sapatos, etc. Noutros lugares, as mesmas coisas saem da madeira, mas em todos os casos a confecção é doméstica. De raízes e folhas faz suas mezinhas, que são o equivalente camponês aos produtos farmacêuticos. E assim por diante (RANGEL, 1990, p. 47).

A divisão social do trabalho era incipiente, o mercado interno praticamente inexistia e a dinâmica econômica era determinada quase que exclusivamente pelas flutuações do comércio exterior:

[...] Se aumenta a procura de bens agrícolas pela cidade e pelo comércio de exportação, aumenta também a renda monetária do camponês [...] Então o camponês redistribui seu tempo e seus recursos, abandonando provisoriamente as atividades domésticas correspondentes. Se diminui essa procura e, com ela, os preços, diminui a renda do camponês e, portanto, este retoma as atividades abandonadas no período de alta conjuntura econômica. Mas não pode haver dúvida de que muito mais da metade do tempo de trabalho da população agrícola brasileira tem o destino dessa produção que jamais chega ao mercado, porque começa e acaba dentro da própria economia agrícola, dentro da fazenda ou da própria casa de família (RANGEL, 1990, p.47-48).

Essa foi a ideia de complexo rural, repassada por Rangel, ou seja, um conjunto de atividades agrícolas e manufatureiras ligadas que se realizavam internamente nas fazendas e que (re)produziam localmente articulações gerais do D₁ com o D₂ da economia colonial. Destacando que, essa noção serviu de ponto inicial para Rangel demonstrar que o capitalismo não precisaria de um prévio mercado interno para se desenvolver.

Desta forma, Rangel (1954) aderiu às concepções teóricas de Lênin (1982), ou seja, para esses autores, o capitalismo vai criando os mercados à medida que vai se desenvolvendo, através do alargamento da divisão social do trabalho na sociedade. Portanto, o componente basilar desse processo histórico é o desenvolvimento do mercado interno no capitalismo. Que Lênin (1982) apresenta resumidamente,

[...] O processo fundamental de criação do mercado interno (ou seja, de desenvolvimento da produção mercantil e do capitalismo) é a divisão social do trabalho. Esta consiste em que diferentes tipos de transformação de matérias-primas (e de diferentes operações que se realizam nessa transformação) se separam sucessivamente da agricultura e constituem ramos independentes da indústria, trocando seus produtos (agora convertidos em mercadorias) pelos produtos agrícolas. Desse modo, a própria agricultura torna-se indústria (isto é, passa a produzir mercadorias) e também nela o mesmo processo de especialização se efetiva (LÊNIN, 1982, p. 31-32).

Portanto, essa divisão social do trabalho para a criação do mercado interno, nasce a partir da crise do complexo rural, que sobreveio inicialmente em 1850, com a lei de terras e a proibição do tráfico, e finalizou-se no decorrer de um século, momento da implantação do D₁ em bases industriais modernas. No decorrer desse processo foram surgindo, a partir da separação deste complexo rural, novas atividades industriais.

A partir de 1850, o senhor de escravos reagindo à diminuição da capacidade para importar do país, meramente nomeava alguns dos negros do eito que mostrasse mais esperteza e os dirigia à “[...] tenda de ferreiro, de carpinteiro, de correiro. O total dos pagamentos em dinheiro, isto é, a renda monetária gerada dentro da economia, não aumentava em consequência disso [...]”. Ao contrário, quando um ferreiro ou um carpinteiro organiza seu negócio autônomo, como sucedeu no Brasil, em ampla escala, no início do século XX, “[...] seus produtos são vendidos e, com a renda monetária obtida, ele compra os bens de consumo e equipamento de que carece. Noutros termos, amplia-se o âmbito das trocas comerciais” (RANGEL, 1990, p. 83-84).

Tal mercado, resultante do advento de vários pequenos produtores autônomos de artigos, “[...] é como terra adubada para o nascimento e expansão do capitalismo industrial que, historicamente, resulta do controle das atividades dos artesãos individuais pelo capital comercial. [...]” Os fatos antecedentes da economia brasileira, como apresentado no parágrafo anterior, tinham instigado o desenvolvimento desse capital comercial, de início relacionado com as atividades de exportação. Desta forma, estava dada “[...] a direção geral do movimento: o capital comercial controlaria as atividades dos artesãos

independentes, os quais se converteriam em operários e, na medida em que se introduzisse um equipamento pesado, tomariam forma e vulto as fábricas capitalistas” (RANGEL, 1990, p. 84).

Segundo Mamigonian (1976) a ideologia da aristocracia paulista traz para si a ideia de que a industrialização brasileira nasceu do café e ainda serve atualmente para latifundiários brasileiros se glorificarem de um feito. Porém, a verdade é outra, milhões de imigrantes foram fornecidos pela Europa, estes se inseriram das mais variadas maneiras na economia nacional e formaram o principal núcleo estruturante da industrialização paulista e brasileira. “[...] Enquadrados num país latifundiário e escravista, acabaram realizando um capitalismo incompleto, ao mesmo tempo que o mercado nacional assim criado atraiu os grandes capitais internacionais, que os expulsara da Europa cem anos atrás” (MAMIGONIAN, 1976, p.99).

Portanto, a imigração estrangeira deve ser considerada o fator fundamental/basilar, pois os imigrantes foram a principal fonte de empresários industriais, além de ter ao mesmo tempo importância efetiva como mercado consumidor e fornecedor de mão-de-obra industrial.

O professor Armen Mamigonian (1976) menciona uma pesquisa governamental realizada em 1935 e que tal levantamento abarcou mais de 700 indústrias paulistas, o que por sua vez, resultou que, mais de 70% destas eram de origem não luso-brasileira, ou seja, o predomínio de empresários imigrantes fazia parte de nossa realidade. Já a resposta para apreendermos tal contribuição, estaria atrelada ao importante movimento migratório europeu do século XIX. Deste modo, ao verificarmos que a grande maioria dos imigrantes era ingleses, alemães e italianos e, que transplantaram as mesmas estruturas econômico-sociais para as regiões de destino, ou seja, antes de seu embarque para o Brasil, estes, viviam dentro de estruturas capitalistas plenas, trazendo para cá, “[...] ‘o capitalismo em seus ossos’, mesmo que não dispusessem de nenhum capital, mas apenas de iniciativa, habilidades especiais e engenhosidade” (MAMIGONIAN, 1976, p.89).

As primeiras iniciativas nas indústrias têxteis foram tomadas pela aristocracia rural, isso lá no século XIX e, esta se consolidou como a primeira grande indústria nacional. Porém, os aristocratas fazendeiros de café, na maioria dos casos, acabaram perdendo seus negócios industriais.

A mudança do controle de indústrias foi tão visível naquele momento que um porta-voz dos

fazendeiros queixou-se dos imigrantes, que tinham chegado de terceira classe para ‘empobrecer antigas famílias da aristocracia rural, genuinamente brasileira’ (O Estado de São Paulo, 22/09/1919, conforme W. DEAN, 1971, p.76). A conjuntura da primeira guerra mundial acelerou também a mudança da propriedade das terras paulistas, que em grande parte passaram das mãos da aristocracia para as mãos dos antigos colonos de café. [...] (MAMIGONIAN, 1976, p.88).

A Primeira Grande Guerra assinalou um marco importante para esta perda de poder econômico e social por parte dos aristocratas fazendeiros de café e estes começaram primeiramente perdendo seus negócios industriais e depois até mesmo parte ou totalmente suas fazendas. Em se tratando de São Paulo, as exportações durante esta Primeira Guerra, desmoronaram dos 46,4 milhões de libras esterlinas em 1912 para 19,0 milhões em 1918, sendo o principal fator da quebra de muitos latifundiários do café. Em contraposição, os imigrantes colonos de café, com suas visões estratégicas, tornaram-se exportadores de alimentos durante a Guerra. Portanto, verificamos durante a conflagração a anomalia econômico-financeira de fazendeiros empobrecidos e colonos enriquecidos. Assim, estes últimos, apresentaram ampla ascensão e investiram suas benesses na aquisição de parte das terras dos fazendeiros quebrados.

[...] Esta ascensão teve várias consequências: reforçou o mercado consumidor da indústria paulista, permitiu rápida modernização da agricultura de São Paulo, etc. Os novos proprietários rurais imigrantes passaram a utilizar técnicas mais modernas (máquinas, adubos, novas variedades) e a produzir cada vez mais para o mercado urbano de São Paulo, formando-se a partir da metrópole paulista auréolas agrárias: cinturão hortigranjeiro (nipo-brasileiros), bacia leiteira (mineiros), área açucareira (italo-brasileiros), etc. (MAMIGONIAN, 1976, p. 94).

A ampliação do comércio internacional, notadamente na década de 1920, trouxe novamente, a preferência à agricultura de exportação. Portanto, voltam a substituir produtos industriais nacionais por produtos manufaturados estrangeiros, entretanto a dificuldade da capacidade para importar tornava-se cada vez mais crônica.

2.1.1 - A Revolução de 1930: gênese da modernização da agricultura e estruturação do D₂

A crise em nosso país iniciou-se antes mesmo da crise mundial e sua manifestação apresentava-se através da ampliação gradual de estoques de exportação sem saída, especialmente o café. Porém, através de créditos externos e do uso de reservas o Brasil, manteve por um breve período um alto grau de capacidade para importar. Desta forma, o mercado nacional mascarava a conjuntura. Mas ao adentrarmos ao ano nevrálgico de 1929, a crise mundial, fez vir à tona toda a gravidade da situação.

A capacidade para importar cairia a um terço exigindo esforço de substituição de importações. Se prevalescessem ainda as condições de um século antes, essa substituição tomaria a forma de uma diversificação das atividades no nível da fazenda; se reinassem as condições de duas décadas antes, esse mesmo esforço teria tomado a forma de multiplicação das tendas de ferreiro, de carpinteiro, de alfaiate, de tecelão, etc., alimentando o mercado, mas sem expandir demasiado a formação de renda monetária porque exigiam pequenas inversões. [...] (RANGEL, 1990, p. 85).

Todavia, a conjuntura era outra, estávamos na altura dos anos 1930 e, a substituição de importações, além de realizar-se no nível da economia de mercado, era conduzida a desenvolver-se em bases capitalistas. Desta forma, as substituições deveriam garantir um grande aumento das inversões, principalmente com pagamentos da força de trabalho, aquisição de equipamentos, ferramentas, materiais de construção, entre outras, que levariam a ampliação do mercado interno, dando assim, um aspecto inconfundível. Prontamente, impulsionando a economia para o caminho do desenvolvimento. A industrialização desenvolve-se não apenas voltada para o mercado externo, mas ao mesmo tempo tem-se o processo voltado para dentro (mercado interno), para tanto, os impulsos projetados pelo centro dinâmico, foram fundamentais. Assim, em um dado momento histórico, o processo de industrialização nacional teve impulsos próprios e, passou a figurar não mais exclusivamente confinado ao papel demandado externamente, pois teve forças para suscitar seus próprios ciclos internos de desenvolvimento. Ciclos estes que passamos a conhecer como ciclos

médios ou juglarianos (homenagem a Clement Juglar), que Ignácio Rangel batizou de “Juglarianos Brasileiros”¹⁷.

A década de 1930 assinalou um leque de transformações na sociedade brasileira, a qual por sua vez, comportou uma ampliação do mercado interno para produtos agrícolas.

[...] A tomada do poder por Getúlio Vargas e a adoção de uma política industrializante criaram as condições para um aprofundamento da urbanização e, conseqüentemente, um aumento do mercado interno para os produtos agrícolas. É bom lembrar que o pacto de poder firmado com a Revolução de 1930 se deu entre os latifundiários feudais-comerciantes e a burguesia industrial nascente. Esse novo pacto criou possibilidades de novas frações da burguesia utilizarem o poder do Estado para satisfação de seus interesses (SAMPAIO; BROIETTI; MEDEIROS, 2005, p.29).

A Revolução de 1930 efetivou um período de consolidação nacional. Colocou abaixo à República Velha e foi conduzida pelos latifundiários feudais produtores para o abastecimento do mercado interno, logo, a Revolução foi liderada pelos latifundiários gaúchos e, a estes se somaram uma pequena parte de latifundiários nordestinos, sobretudo os da Paraíba que se aliaram demandando compor a chapa para a presidência da República, não esquecendo que este grupo, recebeu apoio/coligação dos mineiros. Esta Revolução arquitetou um duelo entre oligarquias regionais, sendo que, aquelas dedicadas à agricultura de exportação, sobretudo a cafeicultura, foram suprimidas do poder e substituídas pelas oligarquias regionais dedicadas ao abastecimento do mercado interno, ficando os gaúchos como os maiores representantes, liderados por Getúlio Vargas (PEREIRA, 1998).

¹⁷ Conforme Rangel, os juglarianos brasileiros possuem, em média entre 7 e 11 anos e, sua aparição se deu a partir da década de 1930, tendo o primeiro ciclo juglariano ocorrido efetivamente, entre 1932-1942. A diversificada produção industrial em nosso país durante esse período permitiu que o processo de substituição de importações tenha assumido uma forma cíclica. Portanto, o processo de industrialização ocorre por setores (ciclicamente), inicia-se pelos bens de consumo simples e, parte envolvendo os demais setores, a exemplo dos bens de consumo duráveis, até atingir os bens de produção.

Com esta Revolução, floresce um novo pacto de poder nas relações internas, desta forma, o novo trouxe descontinuidade no que se refere às relações mantidas com as nações do centro do sistema. Até o início de 1930, o Brasil sustentava relações com a Inglaterra, pois necessitava das importações industriais dos ingleses, que até esta altura se consolidava como sócio maior do pacto de poder das relações externas (capital industrial inglês), apesar das reduzidas importações de produtos brasileiros pela Inglaterra. Quem mais importava mercadorias brasileiras eram os Estados Unidos que, com ressalvas aos derivados de petróleo, exportavam pouco para o Brasil. Esse contrassenso fortaleceu a ruptura do pacto, pois a Inglaterra como sócio maior, estava enfraquecida mundialmente e as relações mantidas com nosso país estavam debilitadas, o oposto dos Estados Unidos que se efetivaram a partir desse momento como sócios maiores no campo das relações externas (PEREIRA, 2001).

Assim, pois, - como em 1822, no momento da Independência, rompe com o capital português -, em 1930 o Brasil rompe, igualmente, com o capital industrial inglês e se vincula fortemente ao capital financeiro americano. Desde o final do século XIX, quando acontece a 2ª Revolução Industrial, a Alemanha e os Estados Unidos despontam como líderes no plano internacional, isto é, passaram a destacar-se três grandes nações: Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, embora a Inglaterra fosse mais frágil por não ter liderado a 2ª Revolução Industrial. Finalmente, é preciso lembrar ainda que por estar mais ligado ao setor bancário do que ao industrial por não ter nada a perder com o nascente processo de industrialização do Brasil, o capitalismo americano mostrou-se mais aberto ao novo capitalismo industrial brasileiro, garantindo o financiamento das grandes iniciativas estatais, como a Companhia do Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, criadas pelo governo Vargas para alavancar a industrialização brasileira (PEREIRA, 2001, p. 118).

Este processo de industrialização através da construção de companhias estatais¹⁸ de base e, toda uma estrutura de instituições¹⁹ de regulação e controle da economia nacional, serviu de base para o fortalecimento do Estado capitalista no Brasil. Além do processo de unificação do território, com construção de rodovias buscando sua integração, estimulando a colonização do interior, proteção das fronteiras com fortalecimento da unidade nacional, foi liderado por Getúlio Vargas com sua visão nacionalista.

Dentre as medidas levadas adiante pelo governo Vargas para proporcionar uma política nacionalista de integração, a estatização cambial recebeu destaque, pois por meio desta o governo pôde controlar as divisas. Realizou também, taxação de importações, onde as mercadorias consideradas de fundamental importância para o desenvolvimento nacional, especialmente aquelas vinculadas à implantação de novos setores industriais (como maquinários, cimento e equipamentos) eram onerados com baixos impostos, e as importações consideradas supérfluas auferiam tributos elevados. No que diz respeito ao fortalecimento e modernização da agricultura e agroindústria,

[...] No primeiro governo de Getúlio Vargas é criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, a qual visava o financiamento de atividades agroindustriais e de indústrias de alimentos. Criam-se concomitantemente os empréstimos para custeio agrícola e o tabelamento dos gêneros considerados “básicos” na alimentação do trabalhador como feijão, mandioca, arroz e carne bovina. No segundo governo Vargas, como continuidade da política industrializante criam-se indústrias de equipamentos agrícolas e de fertilizantes,

¹⁸ Destacando que, as Estatais criadas que ganharam destaque foram, a CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, em 1942; a CVRD - Companhia Vale Do Rio Doce, em 1943; e a criação da Companhia Nacional de Álcalis, em 1944. Estas, por sua vez, aumentaram os empregos do funcionalismo público, que formaram a classe média urbana.

¹⁹ Criaram-se seis órgãos de planejamento com atribuições de alcance nacional: o DASP (Departamento de Administrativo do Serviço Público); o CFCE (Conselho Federal do Comércio Exterior); o CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças); a CME (Coordenação de Mobilização Econômica); o CNPIC (Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial) e a CPE (Comissão do Planejamento Econômico).

esboçando-se uma política de modernização da agricultura que será levada a efeito no governo de JK e no período militar (SAMPAIO; BROIETTI; MEDEIROS, 2005, p. 32).

Ao longo do governo Vargas são criados ou ampliados Institutos, Autarquias e Conselhos Técnicos, a exemplo do Conselho Nacional do Petróleo, da Comissão do Plano Rodoviário Nacional e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros.

Prosseguindo com as medidas disseminadas a partir de 1930, Pereira (2001) lembra que, partiu do governo uma determinação para que o Loyde Brasileiro e a Estrada de Ferro Central do Brasil adquirissem toda produção de carvão das companhias nacionais de mineração. Outra medida da administração Vargas definia que todo importador comprovasse a compra de produto nacional em quantidade correspondente a 10% da totalidade que estava importando, medida elevada para 20% em 1937.

Aqui defendemos a tese de que a modernização da agricultura teve suas raízes a partir da Revolução de 1930 e foi se estruturando e ganhando corpo através da implantação e/ou fortalecimento de órgãos públicos. Alguns destes são apresentados a seguir:

- **Instituto de Cacau do Brasil (ICB)** - Como medida de socorro, o governo federal autorizou a criação do Instituto de Cacau do Brasil (ICB), uma espécie de cooperativa que ajudava no financiamento e na comercialização das safras, instituído em 1931;
- **Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)** - Com a crise econômica de 1929, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, cuja função era controlar a produção para manter os preços;
- **Instituto do Café** - Em outubro de 1929 os fazendeiros ainda estavam exportando a safra de 1927, enquanto a safra de 1928 estava toda retida nos armazéns de valorização do café gerenciados pelo Instituto do Café, criado em São Paulo em 1924 e, fortalecido no governo Getúlio Vargas. Quando o custo da estocagem se tornou insuportável, a solução foi à queima pura e simples do excedente.
- **Instituto Biológico** - Em 26 de dezembro de 1927 é criado o Instituto Biológico, pela Lei nº2243, tendo, como um dos fatores, o surgimento da broca do café. Inicialmente, foi denominado

Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, passando, em 1937, a Instituto Biológico.

- **Instituto do Mate** - Devido a sua importância econômica e necessidade de registro do produto, foi criado em dezembro de 1927 e, fortalecido no governo Vargas o Instituto do Mate, com sede em Joinville-SC, com objetivo de normatizar a produção e política de exportação do produto;

- **Instituto Nacional do Pinho (INP)** - foi um órgão oficial brasileiro de proteção aos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho, criado pelo Decreto-lei 3.124 de 19 de março de 1941.

- **Universidade Federal de Viçosa** originou-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, criada pelo Decreto 6.053 de 30 de março de 1922, do então Governador do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes e fortalecida no Governo Getúlio Vargas.

Estas instituições, órgãos, comissões continuaram sendo editados, principalmente, visando o financiamento e o aumento da produção, a realização de pesquisas, a adaptabilidade das tecnologias e a assistência técnica ao agricultor. Para elucidar, merecem destaque a Comissão de Financiamento da Produção (1943) e o Serviço de Expansão do Trigo do Ministério da Agricultura (1944) pela respeitável incumbência que virão a cumprir na política agrícola atrelada à expansão do mercado interno (DELGADO, 2000). Sem esquecer-se da criação em 1948 da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que primeiramente se chamava Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), hoje Emater/MG. Já em 1957 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), entre outros.

Portanto, a Revolução de 1930 teve como vimos, Getúlio Vargas como maior líder. Seus governos proporcionaram a criação de institutos de pesquisa e infraestrutura para beneficiar agricultores e destacava como prioridade a produção de alimentos pelos agricultores da região Sul do Brasil, (Pacto de Poder) onde se tais agricultores adotassem suas medidas, ou seja, a produção de alimentos em grande escala, tinham como contrapartida a não realização da Reforma Agrária. Assim, a modernização da agricultura iniciou-se aqui e não com a revolução

verde e com o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), pois podemos dizer que estes últimos, trouxeram sua consolidação.

2.1.2 - Ampliação da inserção do capitalismo no campo e estruturação do D₁

No governo Juscelino Kubitschek (1956-60), foi instituído estímulos à produção de trigo e à concepção de cooperativas agrícolas no Sul do Brasil. Ampliaram-se os serviços de Extensão Rural, visando atuar diretamente com o agricultor, na busca da mudança técnico-produtiva. Também, nesta década surge a Revolução Verde em nosso país, trazendo inovações tecnológicas como: agro-químicos – fertilizantes, adubos, defensivos; agro-mecânicos – máquinas, implementos, equipamentos; agro-biológicos – insumos biológicos. Com tal revolução ocorre o aumento da produtividade, além do aumento dos recursos para agroindústrias de alimentos, o que resultou em uma nova estrutura produtiva da agricultura (SAMPAIO; BROIETTI; MEDEIROS, 2005).

Como verificamos, no decorrer deste capítulo, foi com a desagregação do complexo rural que a industrialização foi se desenvolvendo, pois a cada atividade que ia se emancipando das demarcações da propriedade rural nascia um particular ramo industrial.

Seguindo a matriz teórica de Rangel, verificamos que a industrialização ocorreu a partir de processos de substituição das mercadorias importadas. A substituição de importações teve início pelos bens de consumo, destaque inicial para alimentos e têxteis, atividades que antes eram realizadas dentro do complexo rural e/ou importadas, foram se emancipando da fazenda e nascendo como ramo industrial. Esta industrialização brasileira começou de maneira escalonada e lenta, ou seja, foi passando por etapas conforme surgiam ramos industriais e segundo nosso país alcançava um desenvolvimento econômico significativo. Portanto, podemos nomear as fases do desenvolvimento industrial, seguindo os preceitos de Rangel, da seguinte maneira: década de 1930 (bens de consumo simples), década de 1940 (bens intermediários), década de 1950 (bens de consumo duráveis) e década de 1960 (bens de equipamentos pesados)²⁰, contemplando assim, o quadro das etapas da industrialização em bases modernas.

²⁰ Ao desenrolar do processo de introdução do capitalismo no campo, surgem os Complexos Agroindustriais como menciona Sorj (1980, p.35) “[...] pode-se dizer que o surgimento dos complexos industriais no Brasil se dá realmente com

No governo JK também foi instituído o Plano de Metas que deu total apoio a industrialização de máquinas e equipamentos pesados em nosso país. Importante destacar que, em seu governo foi instituída a Instrução 70 da SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito que reorientava os favores cambiais e a reserva de mercado da indústria leve para certas áreas da indústria pesada, preparando o caminho para um “milagre econômico” (RANGEL, 1983), defesa nacional de nossa base produtiva, que ultimamente não vemos por parte do governo Lula-Dilma, ditos de esquerda, mas que na verdade foram e são governos de centro-esquerda (governo que teve vários avanços, sobretudo na área social, mas que pecou em outras, principalmente no protecionismo e na competitividade da indústria nacional).

A partir do Plano de Metas, que como acabamos de mencionar, deu total apoio a industrialização brasileira e, foi gerido sob ação de capitais, não exclusivamente do Estado, proporcionou a industrialização entrar em uma nova etapa, através do estímulo à implantação de indústrias estrangeiras no país, que visaram explorar os setores de bens de consumo duráveis, sobretudo a indústria automobilística, celulose, cimento, material elétrico, material de transporte, metalurgia, siderurgia, química, etc., convertendo-se na peça chave do modo de produção e reprodução do capital.

Outro ponto importante é o fato de que a entrada brasileira nos ramos industriais mais dinâmicos ocorreu em um contexto de expansiva conjuntura internacional, porém com relativa dificuldade em relação às mudanças na divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil ultrapassaria a condição de exportador de produtos primários para industrializados (FRESCA, 2004).

A década de 1960 entrou para a história nacional como o início do questionado Regime Ditatorial Militar (1964-1985), trazendo consigo inúmeras consequências que não nos dão nenhum orgulho. Mas, por outro lado, sabemos que este governo promoveu alguns investimentos, sobretudo na infraestrutura nacional, destaque para a consolidação do mercado interno, com a rede rodoviária, a exemplo da BR 101, fazendo a ligação Norte-Sul (investimentos que originaram uma enorme dívida externa), e na nacionalização de algumas concepções funcionais, a exemplo da sustentação e do reforço dos aparatos de intervenção nos mercados agrícolas, que passaram a ser denominados como Sistemas e Políticas Nacionais. Aqui podemos, sem medo de errar, mencionar que

a implantação da indústria de maquinaria e insumos agrícolas, por volta do começo dos anos 1960, com início da produção de tratores”.

algumas das explicações mais expressivas do período foram o Sistema de Pesquisa, Sistema de Extensão Rural, Política de Garantia de Preços Mínimos, Estoques Reguladores, Sistema Nacional de Crédito Rural, Centrais de Abastecimento, etc. Esta vistosa estrutura coexiste com os aparatos regionais e com aqueles criados na era Vargas, constituindo-se assim, um enorme departamento público agrícola, que seria desmontado nos anos 1990, sobretudo devido à orientação do “Consenso de Washington” para a conjuntura econômica brasileira, portanto, isso reforça nossa tese de que foi a partir da Revolução de 30 que foi instituída a gênese da modernização da agricultura brasileira e a continuidade de sua estruturação ocorreu com o governo militar, lembrando que os militares, nada mais fizeram do que seguir os preceitos herdados do governo nacionalista de Vargas e do governo JK (realizando seus deveres, sem revogar o progresso, um dos problemas foi que fizeram o ‘bolo crescer, mas não dividiram’) (DELGADO, 2000).

O SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural²¹, criado em 1965, é citado por alguns pesquisadores, como sendo o carro chefe da modernização, pois foi com este sistema que se instituiu pela primeira vez na curta história brasileira, uma política agrícola não circunscrita, somente a determinados produtos, mas realmente abrangente²². “[...] associada aos serviços de extensão rural, a formação de cooperativas agrícolas e à pesquisa agropecuária, que se consolida na década de 1970 com a Embrapa e as empresas de pesquisa estaduais” (SAMPAIO; BROIETTI; MEDEIROS, 2005, p. 33).

Entre os anos de 1968 e 1973, a econômica brasileira passou por uma fase de grande destaque no cenário mundial, fase vulgarizada como “milagre econômico” (estávamos convivendo com a fase ascendente do ciclo longo – o Quarto Kondratieff e com a fase ascendente do ciclo médio de Juglar (RANGEL, 1983)), milagre aqui caracterizado por uma pujante expansão de atividades, que por sua vez, proporcionou receitas

²¹ O SNCR foi criado pela Lei N° 4.829, de 5 de novembro de 1965 (durante o governo militar do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco).

²² Como afirmamos em várias oportunidades deste capítulo, que a modernização estruturou-se no governo militar com o SNCR, com o Sistema Extensão Rural e com a propalada Revolução Verde, mas não podemos nos esquecer que, essa estruturação realizou-se num momento de continuidades do processo aberto com a Revolução de 30 (está sim responsável pela descontinuidade do complexo rural), além de contar com os preceitos herdados dos Governos Vargas e JK.

extras para o governo diversificar seus investimentos e impulsionar setores diversos, sobretudo indústria e agricultura.

Foi a partir desta conjuntura, que em 1972 surge a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), inserida num dilatado projeto (com gênese na Revolução de 30) que propendia um país moderno, buscando o emparelhamento com países do centro do sistema em relação à pesquisa, desenvolvimento e tecnologia. Deste modo, esta Estatal vem para responder aos anseios tecnológicos adaptados à nova dinâmica da agricultura, destacando que a maioria das técnicas era importada de nações com características geológicas e climatológicas particulares. Assim, a EMBRAPA torna-se a empresa referência na geração de inovações tecnológicas²³ adaptadas tanto para o agronegócio, quanto para o pequeno produtor, destacando-se as inovações a partir da biologia celular e molecular na conformação da engenharia genética.

Com efeito, não é mais o monopólio da terra – como nas condições criadas pela Abolição – o fundamento do poder da classe dirigente. Esse fundamento é o capital, isto é, o acesso à tecnologia moderna que, por um lado, abre-lhe terras antes desinteressantes para a agricultura, e, por outro, possibilita um grande sobreproduto que, permitindo o pagamento de um salário maior do que a renda que o camponês poderia obter em terra própria, ainda deixa ao empresariado agrícola uma mais-valia muito considerável (RANGEL, 2004, p. 236).

Portanto, como verificamos, até o momento, a industrialização brasileira, tem fortes raízes na desintegração do Complexo Rural, como demonstramos através das falas de Ignácio Rangel. Além disso, constatamos durante os últimos parágrafos que a inovação tecnológica

²³ As inovações tecnológicas na agricultura já foram muito bem estudadas como um aspecto progressista e entendida pelos marxistas clássicos, sobretudo Lênin e Kautsky, como uma possibilidade real de dissolução do isolamento da população rural, inserindo estas, a melhores condições produtivas, o que por sua vez, proporciona melhores condições de vida, pois a produção passa a ser operacionalizada com menos trabalho intensivo. “[...] Um dos grandes esforços de Lenin após a Revolução foi o desenvolvimento da mecanização na agricultura soviética. Atualmente parece haver entre as esquerdas uma aversão e condenação da tecnologia para a melhoria das condições de vida no campo” (SAMPAIO; BROIETTI; MEDEIROS, 2005, p. 12).

proporcionou a utilização de terras antes deixadas de lado para a agricultura (aqui podemos destacar que grande parte das terras do Cerrado brasileiro começou a ser explorada pela agricultura, após as pesquisas da EMBRAPA que realizou seus estudos sobre fertilidade do solo e adaptou sementes, destaque para a soja, o que por sua vez, tornou o Cerrado no que diz respeito ao Centro-Oeste brasileiro como o maior produtor de soja do país). O fundamento do poder deixava de ser o trabalho intensivo e passava-se a capital intensivo, o que como sabemos, proporcionou grandes dificuldades para aqueles pequenos agricultores que não conseguiam acessar o sistema de crédito para inserir novas tecnologias em suas propriedades, estes, todavia, perderam suas terras e foram para as cidades, (ou inicialmente, foram trabalhar para produtores, a exemplo da região Norte Paranaense, onde atuavam no cultivo de café, mas devido a combinações geográficas, relacionadas às fortes geadas das décadas de 1960 e 1970 (ex. da geada negra no Norte do PR em 1975), perderam seus empregos e os colonos que ainda sobreviviam com suas pequenas propriedades e tiveram estas quebras de safras, ficaram endividados e foram obrigados também, a seguir o caminho do êxodo rural), constituindo-se em um dos grandes responsáveis pela caótica urbanização, especialmente das grandes e médias cidades nos anos 1980.

2.2 – Bases industriais modernas estruturadas e urbanização caótica

Como verificamos, foi a partir das décadas de 1950 e 1960 que se estruturou o D_1 , ou seja, a industrialização em bases modernas (Indústrias de Bens de Consumo Duráveis, de Máquinas e Equipamentos). Lembrando que, a cada ciclo juglariano uma nova etapa do processo de industrialização por substituição de importações foi se estruturando e, passo a passo construindo nosso parque industrial. Aqui é importante frisar que, as novas etapas de nossa industrialização, foram sucumbindo com a abertura econômica propalada no governo Fernando Affonso Collor de Mello e da enorme quantidade de fusões e aquisições levadas adiante no governo Fernando Henrique Cardoso (estas e outras questões abortaram a chegada da fase de estruturação e implantação das indústrias de alta-tecnologia, que atualmente são incipientes e começam a se ampliar lentamente, através tão somente, de montadoras de produtos de reconhecida inovação tecnológica, a exemplo dos produtos da empresa *Apple*, estes que, já estão sendo montados no Brasil por intermédio da Taiwanesa *Foxconn*, localizada no quilômetro 66 da Rodovia Anhanguera, em Jundiá – SP.

Uma das contribuições categóricas de Rangel ([1962] 2005) para esclarecer a questão agrária brasileira é a ideia de que a crise urbana, que se tornava cada vez mais aguda já no início dos anos 1980, apresentava suas raízes no campo, mais especificamente, na maneira como se processava a modernização da agricultura, das relações de trabalho, expulsando e empurrando para os centros urbanos uma população sobrando que não tinha mais como ser absorvida.

Com esse enorme processo de urbanização, destaque para urbanização da pobreza e ampliação da violência urbana, chegávamos à década de 1980 com a conhecida crise urbana. Mas aqui, vale a pena, retrocedermos um pouco, para entender algumas taxas de produção industrial no início dos anos 1960, momento em que já havia uma demanda crescente por habitação em nossas maiores cidades.

Entre 1958 e 1963, as taxas da produção industrial brasileira e da inflação vinham deflagrando uma grande crise. Enquanto a economia entrava em período recessivo, fato observado através do declínio da produção industrial, a taxa de inflação se elevava firmemente, conforme demonstrará Rangel (1986).

Nesse período de crise e com um grande crescimento populacional urbano, Rangel (1986), nos brinda com uma de suas reflexões e exemplos brilhantes e, que acreditamos ser um dos mais citados entre suas obras, no que diz respeito a discutir questões urbanas.

[...] como vender, por exemplo, um apartamento residencial a prazos de dez anos e mais, usando os artifícios dos consórcios ou dos descontos das letras de câmbio? [...] Com uma inflação de 42,2 % (1962), o valor do débito, expresso em moeda do valor do ano-base, teria caído a 17,2%, ao cabo de apenas cinco anos, ao passo que o valor de mercado do mesmo imóvel deixado em garantia, abstraída a pequena depreciação, permaneceria constante. Quebrava-se irremediavelmente a equação econômico-financeira do mútuo. Em tais condições, as vendas de imóveis pouco menos eram do que doações (RANGEL, 1986, p.44).

O remédio necessário para o financiamento de edificações foi à instituição da correção monetária que significava que a equação econômico-financeira do mútuo ficaria preservada durante toda a vida deste, onde ambos os membros eram multiplicados pelo mesmo fator, o que trouxe como consequência a queda da taxa real de juros. Em um pequeno prazo o Brasil viu surgir um sistema nacional de poupança, que

se comparava aos mais potentes do mundo. Os fundos privados elevaram-se grandiosamente na construção de edificações. Nesse momento estava criada a escola maternal do capitalismo financeiro brasileiro (RANGEL, 1986).

Deste modo, a implantação das indústrias de bens de consumo duráveis e a instituição da correção monetária, foi para Rangel, na conjuntura dos anos 1960, uma medida mais do que suficiente para produzir uma nova fase, assinalada como um *boom* do capitalismo industrial brasileiro. Aliás, a correção monetária como mencionamos, dava o pontapé inicial na construção do capitalismo financeiro brasileiro que, auxiliou na dinamização da indústria e do comércio. Os comerciantes e incorporadores podiam realizar a comercialização de suas mercadorias (bens de consumo duráveis) através de várias parcelas, o que por sua vez, permitiu a entrada de uma grande soma de trabalhadores assalariados ao mercado de consumo. Todavia, além do lucro mercantil, passaram a obter um lucro financeiro, evento fundamental para a multiplicação das redes de múltiplas filiais no Brasil (BASTOS, 1996).

Desta forma, para atender tanto ao modelo de desenvolvimento quanto ao aumento das taxas de urbanização, necessitava iniciar um processo para modernizar as cidades com equipamentos urbanos públicos, infraestruturas e áreas comerciais. Assim, foram surgindo mudanças no comportamento social e cultural, em relação às práticas do mundo urbano. Tanto os inúmeros eletroeletrônicos incorporados ao dia a dia, quanto os automóveis, produzidos pela indústria fordista, promoveram, a partir de 1950, expressivas mudanças no modo de vida dos consumidores, nas residências e nas cidades. Este consumo de bens modernos, pelos indivíduos com poder de compra, conforme Maricato (2000) proporcionou uma mudança radical nas condições de vida, nos valores, na cultura e no ambiente construído.

Destacando que, esta mudança radical no conjunto do ambiente construído que nos fala Maricato (2000), teve grande repercussão, sobretudo após a implantação das políticas habitacionais editadas pelo Governo Federal durante o regime militar, sendo o principal destaque o BNH - Banco Nacional da Habitação e o SFH - Sistema Financeiro da Habitação, os dois instalados em 1964, buscando a viabilização do acesso à casa própria para uma demanda que só aumentava, ao mesmo tempo (como já mencionado), introduziu nos planos habitacionais o mecanismo da correção monetária, sustentáculo do Sistema. Outro fator de destaque intra-urbano, é que, além dos conjuntos habitacionais populares e, por sua vez, a expansão físico-territorial da malha urbana, a

drenagem de recursos financeiros carreados para o mercado habitacional serviu de estímulo para uma mudança no perfil (inicialmente) nas grandes cidades, através do processo de intensa verticalização, promovida por incorporadores que buscavam por meio de terrenos sobrepostos em andares múltiplos (leia-se edifícios), auferirem uma maior lucratividade com este adensamento do solo urbano.

Foi no transcorrer desta década de 1960 que tivemos o conhecido milagre econômico, este sublinhado entre os anos de 1968-1973. Durante este período (1968-1973), o PIB nacional elevou-se a uma taxa de 11,1% a.a., enquanto entre 1964-1967 o crescimento tinha sido de 4,2% a.a. “[...] uma característica notável do ‘milagre’ é que, simultaneamente a taxas muito elevadas de crescimento econômico, o período 1968-1973 caracterizou-se por taxas de inflação declinantes e relativamente baixas para os padrões brasileiros e por superávits no balanço de pagamentos” (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2007, p.9). A tabela 2 apresenta vários indicadores econômicos, os quais confirmam o suposto “milagre”.

Tabela 2 – Brasil: comparação de indicadores macroeconômicos – 1964-1967; 1968-1973

INDICADORES SELECIONADOS	MÉDIA 1964-1967	MÉDIA 1968-1973
Taxa de crescimento do PIB (% a.a.)	4,2	11,1
Inflação (IGP, dez./dez., % a.a.)	45,5	19,1
Investimento (% do PIB a preços correntes)	15,5	19,5
Taxa de crescimento das exportações em US\$ (% a.a.)	4,1	24,6
Taxa de crescimento importações em US\$ (% a.a.)	2,7	27,5
Balança comercial (em US\$ milhões)	412	0
Saldo em conta corrente (em US\$ milhões)	15	-1.198
Dívida externa líquida/exportação de bens	2,0	1,8
Saldo do balanço de pagamentos (em US\$ milhões)	-13,8	1.102,8

Fonte: VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2007, p.10.

Segundo os autores supracitados, há três grandes linhas de interpretação para o milagre brasileiro.

A primeira linha de interpretação enfatiza a importância da política econômica do período, com destaque para as políticas monetária e

creditícia expansionistas e os incentivos às exportações. Uma segunda vertente de interpretação atribui grande parte do ‘milagre’ ao ambiente externo favorável, devido à forte expansão da economia internacional, à melhoria dos termos de troca e ao crédito externo farto e barato. Já uma terceira tendência de explicação credita grande parte do ‘milagre’ às reformas institucionais do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), entre 1964 e 1966, em particular às reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2007, p.07).

Contudo, estas interpretações não levaram em conta a complexa análise da economia brasileira realizada por Rangel (1986), que deixa claro o conjunto dos processos econômicos, sociais, políticos, jurídicos, etc. que permitiram a realização do denominado milagre brasileiro. Nesse contexto, como Ignácio Rangel nos explicou a implantação da correção monetária permitiu que a indústria da construção civil (cadeia representada desde os serventes de pedreiros até as empresas produtoras de matérias-primas e maquinários para a construção), após 1965 contribuisse significativamente para o crescimento do PIB. Assim, a aceleração crescente da economia, criou uma nova classe média urbana, que teve economicamente acesso à moradia.

Somados a esta contribuição de Rangel, destacamos que até aproximadamente meados da década de 1970, os planos de governo, sobretudo o Plano de Metas (1956-1961), estabeleceram e direcionaram a construção das infraestruturas de base sobre o território nacional, contribuindo deste modo, para a atração dos estabelecimentos industriais, portanto, o papel do Estado foi fundamental para materialização do setor produtivo e do direcionamento dos fluxos demográficos para regiões dinâmicas e geradoras de empregos.

Essas regiões dinâmicas imprimiram uma concentração de renda, impulsionada pelo governo militar, que se utilizava de uma desculpa simples, afirmando que primeiro era preciso fazer o “bolo crescer para depois dividi-lo” e, assim, a tão sonhada distribuição de renda, ficava somente, na imaginação das mentes de maior sensibilidade humana. E, assim, essa concentração, apresentava-se no território nacional com hierarquias urbano-regionais, através de cidades-regiões providas pelos sistemas de engenharia e a tecnicização do território e, outras

hierarquias de menores níveis, desprovidas dessa qualificação. Porém, mesmo os centros urbanos de maiores níveis de centralidade, apresentaram enormes dificuldades em compor uma infraestrutura suficiente para atender a demanda demográfica que para ela se dirigia em quantidades vultosas.

Em decorrência das políticas governamentais, com seus planos de desenvolvimento, de modernização da agricultura e da desconcentração produtiva regional, nas décadas de 1960-1970, amplia-se o processo de urbanização fora da região Sudeste, aonde alguns centros chegam a atingir mais de 100 mil habitantes. O Centro-Oeste e a região Norte do país, são exemplares e, aqui não podemos nos esquecer de mencionar o papel significativo que as: SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste desempenharam no sentido de promover a urbanização, com o direcionamento de fluxos demográficos e instalação infraestrutural em centros estratégicos. Tais medidas seguiram como vários autores mencionam, a “teoria dos pólos de crescimento”²⁴ proposta em 1955 por François Perroux, tendo por meta a integração nacional, com desconcentração produtiva, onde os pólos industriais de crescimento, produto de economias de aglomeração, comandados por centros hierárquicos (cidades pólos), suscitariam em sua área de influência um desenvolvimento nacional desconcentrado.

O PND I (1972-1974) e o PND II (1975-1979)²⁵ contribuíram para o avanço de políticas de planejamento urbano e regional, ampliando assim, os sistemas de engenharia e a tecnicização do território, os quais davam suporte a industrialização e a desconcentração produtiva, nesta época impulsionada para as cidades de porte médio

²⁴ A Teoria dos Polos de Crescimento foi elaborada por François Perroux, em 1955, quando estudou a concentração industrial na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale do Ruhr (Perroux, 1977).

²⁵ Os PNDs I e II realizaram vultosos investimentos, cuja proporção destes no PIB passaram de cerca de 17% ao final da década de 1960, para uma média de 22% durante os anos 1970, destacando que o pico chegou a 25% em 1975. Outro destaque foi às exportações que com os incentivos governamentais cresceram a uma média de 22% a.a. entre 1970 e 1980, já a participação dos produtos industrializados no total exportado pelo país passou de 15% para 45%. Mesmo com esta importante ampliação das exportações de manufaturados e dos investimentos, nosso país passou a sofrer grandes déficits na balança comercial, pois as importações de bens de produção foram enormes, este déficit se agravou ainda mais, após 1974 com a alta do preço do petróleo (CANO, 2008).

(visando como querem alguns intelectuais de plantão, transformá-las em cidades médias²⁶). Aqui é importante mencionar que, o Programa Nacional de Apoio às Capitais de Porte Médio (1975-1979) integrante do PND II, foi um programa que somou várias iniciativas que visavam transformá-las em lugares centrais, que receberiam o deslocamento da desconcentração produtiva, o direcionamento de fluxos demográficos e empreendimentos geradores de economias de aglomeração capazes de promover desenvolvimento de seu entorno, sobretudo em localidades do Sul e Sudeste (fora da região Metropolitana de São Paulo) (BRUNA; STEINBERGER, 1984). Uma das finalidades deste programa, além do já apresentado era conter o movimento migratório consecutivo em direção às grandes cidades e regiões metropolitanas, buscando desta forma, criar outros centros de atração para essa população migrante, ampliando assim, as políticas territoriais de integração nacional, por onde o Estado visava,

[...] expandir a ‘fronteira econômica’ do país, a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste. [...] o conceito de fronteira econômica era aplicado a partir de suas várias instancias: agrícola, industrial, agroindustrial, urbana, de povoamento, de infraestrutura regional, etc. [...] o Plano definia estratégias de planejamento [...] a partir da criação das ‘Regiões metropolitanas’ e criava estratégia de desenvolvimento regional baseada nos ‘pólos de desenvolvimento’ (COSTA, 2000, p.63-64).

O número de cidades aumentou de 2.766 em 1960, para 3.952 em 1970 e, atingiu 3.991 cidades em 1980. Já o número de cidades que possuíam uma população entre o intervalo de 100 e 200 mil habitantes passou de 60 cidades em 1970, para 95 em 1980; as que possuíam entre 200 e 500 mil habitantes passaram de 19 em 1970, para 33 em 1980, por último, as cidades com mais de 500 mil habitantes passaram de 9 em

²⁶ Para aqueles que querem se familiarizar com os conceitos de “cidade de porte médio” e “cidade média”, lembro que existem várias linhas de abordagem que se possa seguir, mas vale a pena dar uma olhada nos textos produzidos pela Rede de Estudos sobre Cidades Médias – RECIME, liderada pela Profa. Maria Encarnação Beltrão Sposito, na Unesp de Presidente Prudente. Destacando que, este é um dos pontos que estão sendo solicitados em Bancas de Concursos para Docentes nas mais diferentes Universidades Brasileiras e seu conhecimento é fundamental, mesmo para uma refutação.

1970, para 14 centros urbanos em 1980 (IBGE, 1960; 1970; 1980). Esse aumento dos centros urbanos no Brasil, com destaque para a expansão das cidades acima de 100 mil habitantes, foi uma das razões que ao lado da desconcentração produtiva e ampliação da infraestrutura urbana, provocou a reestruturação da rede urbana (alteram-se as relações no interior na rede), ampliando assim, a complexificação da rede, com a redefinição de funções urbanas, pois cidades locais, com papéis determinados, podem vincular-se diretamente com cidades grandes e metrópoles, sem que as relações dependam de agentes localizados em cidades intermediárias, para tanto, o desenvolvimento dos sistemas de engenharia e de tecnologia foram imprescindíveis.

As mudanças foram tão substanciais que, dificilmente conseguimos compreender a realidade econômico-social nacional sem destacarmos o processo de urbanização. Milton Santos (1993) chegou a afirmar que, não podemos realizar análises separando as “regiões rurais”, de um lado e as “cidades” de outro. Pois, o mundo agrícola, não necessariamente o rural, contém cidades e, as regiões urbanas contêm atividades rurais. Ou seja, com a inserção do capitalismo no campo, os espaços ditos agrícolas foram impactados por características urbanas.

Portanto, verificamos que essa política de integração nacional, mediante a desconcentração produtiva, conduzida pelo Estado e por suas empresas, exigiu como observamos a alocação de vultosos recursos na agropecuária, na agroindustrialização, na mineração, na metalurgia básica e na infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações e, essa transferência de pesados investimentos, acelerou ainda mais o crescimento do PIB, o qual, entre 1970 e 1980, cresceu a média anual de 8,7%. Porém, este elevado crescimento se realizou, em sua maior parte, mediante forte endividamento externo (herança maldita do governo militar), o que na sequência, provocaria graves problemas.

Essa conjuntura assinalou o adjetivo de década perdida à década de 1980, isso mediante o esgotamento de recursos para investimentos, incluso os públicos que contribuíram para a recessão, diminuição do crescimento do PIB, crise crônica de balanço de pagamentos, corte do crédito interno, elevação acentuada da dívida pública externa e interna, aprofundamento da crise fiscal e financeira do Estado, aumento da inflação e a implantação de inúmeros planos econômicos para o controle da inflação, dentre outros.

Lembrando ainda que, no início da década de 1980 vigorava o III PND (1979-1985) que tinha como um de seus principais objetivos a redução da dependência técnico-científica nacional, buscando assim, contribuir com investimentos na capacitação e assimilação de inovação

tecnológica às empresas públicas e privadas, além de visar também, ampliar o número de pesquisas científicas para o desenvolvimento de fontes alternativas renováveis de energia, dentre outras ações. Porém, os modestos recursos deste plano, não conseguiram impulsionar a desconcentração industrial e expandir a distribuição de renda, visando diminuir as desigualdades econômico-sociais, até porque estávamos em um momento de grave crise recessiva²⁷ em nosso país vinculado à fase “b” do 4º Kondratieff (RANGEL, 1986).

[...] a década de 80 é marcada por um quadro de estagnação da economia brasileira ou, em outros termos, de ausência de um crescimento autossustentado, em decorrência da não-superação de uma série de obstáculos estruturais, dentre os quais podem ser destacados o desequilíbrio das contas externas, a cessação dos fluxos financeiros internacionais, a indefinição de esquemas viáveis de financiamento dos investimentos de longo prazo, o baixo nível de inversões na ampliação da capacidade produtiva da economia, especialmente por parte do setor público nos setores de insumos básicos e infraestrutura, a brusca queda do poder aquisitivo dos salários associada às elevadas taxas de inflação, o crescente atraso científico e tecnológico, etc. (LOURENÇO, 1990, p.03).

Em relação à aceleração inflacionária, a década de 1980, chegou a apresentar taxas inflacionárias de até 1.972,91%, o que agravou ainda mais a questão da estagnação econômica brasileira. No quadro 1, apresentamos a evolução da taxa de inflação brasileira no período 1960-1999.

²⁷ Em resumo, o Brasil e a América Latina enfrentaram na década de 1980 a pior crise econômica de suas histórias. Sua causa fundamental não foi uma crônica insuficiência de demanda, mas uma crise do Estado – um Estado que havia desempenhado um papel de liderança na promoção do crescimento econômico. A crise do Estado é definida por uma crise fiscal e por uma crise do modo de intervenção: a estratégia de substituição de importações. Com a crise, o Estado foi imobilizado. Ao invés de ser instrumento para o desenvolvimento econômico, tornou-se um obstáculo (BRESSER PEREIRA, 1995, p. 129).

Ano	Inflação	Ano	Inflação	Ano	Inflação	Ano	Inflação
1960	31,63	1970	17,95	1980	99,27	1990	1.620,96
1961	30,89	1971	24,07	1981	95,65	1991	472,69
1962	47,38	1972	17,84	1982	104,80	1992	1.119,09
1963	71,94	1973	13,37	1983	163,99	1993	2.477,15
1964	81,39	1974	24,48	1984	215,27	1994	916,43
1965	76,75	1975	28,95	1985	242,24	1995	22,41
1966	51,60	1976	41,89	1986	79,65	1996	9,56
1967	32,31	1977	43,62	1987	363,41	1997	5,22
1968	24,33	1978	38,76	1988	980,22	1998	1,66
1969	22,22	1979	52,74	1989	1.972,91	1999	8,94

Quadro 1 - Evolução da taxa de inflação brasileira no período: 1960-1999.

Obs.: A taxa de inflação entre 1960 e 1979 é apresentada através do Índice Geral de Preços (IGP) e a partir de 1980 levamos em conta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), destacando que este índice foi criado e calculado a partir de 1980.

Fonte: IBGE, vários anos.

Ao analisar o quadro supracitado, verificamos que o período de inflação galopante, muito acima dos níveis nacionais, aparece na década de 1980 se elevando anualmente, atingindo 242,24% em 1985, o que levou o Governo Federal a iniciar uma política de implantação de planos de estabilização econômica, sendo o Plano Cruzado o primeiro de uma série, veja o quadro 2, abaixo.

Ano	Presidente	Ministro da Economia	Principal Política econômica	Principal evento político
1985	José Sarney	Francisco Dornelles	Ortodoxia	Eleição de
1986		Dilson Funaro	Plano Cruzado	Governadores e Assembleia
1987		Luiz Carlos Bresser Pereira	Plano Bresser	Constituinte - (nov.86)
1988		Maílson da Nóbrega	Arroz e feijão	Assembléia Constituinte
1989			Plano Verão	Eleições Presidenciais (Nov. 89)
1990	Fernando Collor	Zélia M. Cardoso de Mello	Plano Collor I	(abertura de mercado)
1991			Plano Collor II	
1992		Marcílio Marques Moreira	Ortodoxia	Processo de <i>impeachment</i>
1993	Itamar Franco	Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho		A primeira emissão do Real ocorreu no dia 01/07/94
		Paulo Roberto Haddad		
		Eliseu Rezende	Indeterminada	
		F. H. Cardoso		
1994		Rubens Ricupero	URV Lei 8.880 – Plano REAL (27/05/94)	Eleições Presidenciais 3 de outubro de 1994
		Ciro Ferreira Gomes	Plano Real	
1995-2002	Fernando Henrique Cardoso	Pedro Sampaio Malan	Plano Real	Eleições Presidenciais em outubro de 2002
2003	Luiz Inácio Lula da Silva	Antonio Palocci Filho	Plano Real Bolsa Família	Bolsa Família
2005				Mensalão
2006		Guido Mantega		Eleições Presidenciais de outubro de 2006
2007				Brasil sedia os jogos Pan-Americanos e aloca infraestrutura no Rio de Janeiro
2008				Eleito País que realizará a Copa do Mundo de Futebol em 2014. - Crise Econômica Mundial
2009			Plano Real PAC – Programa de Aceleração do Crescimento Redução do IPI de vários produtos industrializados como forma dinamizar a economia e ampliar a geração de emprego e renda.	Eleito País que realizará as Olimpíadas em 2016, tendo Rio de Janeiro como sede. - O Brasil foi o último país a entrar na Crise e o primeiro a sair “A crise é para nosso país apenas uma marolinha”(Presidente LULA, 2008).
2010				Eleições Presidenciais de Outubro de 2010

Quadro 2 - Brasil, formuladores da política econômica, suas estratégias de estabilização e eventos políticos: 1985-2010.

Fonte: BAER, Werner, 1996, p. 192; www.fazenda.gov.br

Org.: CASARIL, C. C., 2012.

Entre 1981-1983, ocorreu uma profunda recessão, em consequência da adoção de uma política econômica que,

[...] reconhecendo no balanço de pagamentos e não no processo inflacionário o principal obstáculo ao crescimento, provocou uma redução significativa no nível de atividade e um arrocho salarial sem precedentes, afetando, de forma mais intensa, os setores produtores de bens de consumo duráveis e bens de capital (LOURENÇO, 1990, p. 03).

Em 1984 teve início uma recuperação, verificada principalmente nos setores articulados as exportações “[...] no primeiro semestre e pelo desempenho das indústrias de bens de consumo duráveis e bens de capital no segundo semestre, reflexo do comportamento positivo das exportações sobre o resto da economia [...]”. Tal recuperação continua em 1985, com destaque para o mercado interno e para o aumento de empregos e salários (LOURENÇO, 1990, p. 03).

Pois bem, a estagnação (e a desvalorização cambial entre 1980 e 1985) estimulou intensamente as exportações, que cresceram 71% entre 1980 e 1989, (uma problemática em relação a isso foi a queda dos preços internacionais de produtos básicos e, a forte valorização cambial entre 1985 e 1989). “[...] A recessão conteve as importações, que cresceram apenas 24%. Geramos, assim, na década US\$ 87 bilhões, além de outros pagamentos, para tentar evitar o aumento da dívida externa, a qual, entre o início e o fim da década, saltou de 64 para 115 bilhões de dólares” (CANO, 2008, p.25).

Em 1986 verificou-se um crescimento em consequência do Plano de Estabilização Econômica, que apresentou um superaquecimento da economia, o que em outras palavras, provocou uma “[...] insuficiência de produção para o atendimento da demanda crescente, na medida em que se esgotava a capacidade de oferta do setor industrial, especialmente das atividades básicas dependentes da capacidade de investimento do setor público (LOURENÇO, 1990, p.03).

O Plano Cruzado²⁸ foi à política econômica que favoreceu, por exemplo, uma ampliação da aquisição de bens de consumo duráveis, mesmo que por um curto período. Decretado em março de 1986, esse pacote econômico com a imposição de algumas medidas gerou a suspensão temporária da inflação, aquecendo a economia brasileira, pois

²⁸ Plano Cruzado (Decreto-Lei 2.283), programa de estabilização anunciado num pronunciamento na televisão, pelo presidente Sarney em 28 de fevereiro de 1986, cuja meta visava derrubar a inflação com um golpe violento (BAER, 1996, p. 166).

ocorreu o congelamento geral dos preços finais dos produtos; “[...] um congelamento seguindo-se a um reajuste que fixou os novos salários reais com base na média dos seis meses anteriores mais 8%, e 15% para o salário mínimo [...]” (BAER, 1996, p.166). A mesma fórmula também foi aplicada a aluguéis e hipotecas, sem o aumento de 8%; as cadernetas de poupança passaram a ter rendimento trimestral, em vez de mensal; e as ORTN - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, que eram corrigidas mensalmente pela taxa de inflação oficial, foram substituídas pela OTN - Obrigação do Tesouro Nacional, tendo seu valor nominal congelado por doze meses; além disso, instituiu-se

[...] um sistema de reajustamento salarial, que assegurava um aumento automático a cada vez que o índice de preços ao consumidor tivesse aumentado 20% em relação ao ajuste anterior ou a partir da data base anual de cada categoria trabalhista; [...] proibição de cláusulas de indexação em contratos com menos de um ano; e [...] criação de uma nova moeda, o cruzado, que substituiu o antigo cruzeiro (Cz\$ 1 sendo igual a Cr\$ 1.000,00) (BAER, 1996, p. 167).

Do ponto de vista econômico, bem como do político, os resultados imediatos do plano foram favoráveis ao crescimento econômico. Verificou-se que a taxa mensal de inflação, medida pelo Índice Geral de Preços, caiu 22% em fevereiro de 1986 para -01% em março, sofrendo pequena elevação e chegando a +0,3% em maio e a 0,5% em junho. Ao mesmo tempo a atividade econômica elevou-se 8,3% em 1985, aumentando ainda em janeiro e fevereiro de 1986. A produção industrial foi 8,6% maior no primeiro trimestre do que no período de 1985 e 10,6% e 11,7% maior no segundo e terceiros trimestres, respectivamente. Obteve-se uma taxa de crescimento da produção de bens de consumo duráveis surpreendentes: ultrapassando 30% entre maio e agosto (BAER, 1996).

O Plano Cruzado promoveu como mencionamos, uma corrida pela aquisição de bens de consumo duráveis como, televisores, geladeiras, automóveis, casas, apartamentos, etc., pois o tempo era claramente de incertezas onde, principalmente a classe média deteve um grande poder de compra, que vendo os juros da poupança baixíssimos, e não sabendo se a inflação voltaria, resolveu desviar recursos das aplicações financeiras para aquisição de bens duráveis. “Este é o principal serviço prestado pela inflação: deprimir a preferência pela

liquidez do sistema, suscitando assim uma **corrida aos bens materiais**” (RANGEL, 1963, p. 63).

Para o entendimento desse mecanismo, seguimos os ensinamentos de Rangel (1963, p. 18-19) que descreve, sumariamente:

- a) a inflação **regular e institucionalizada**, por assim, dizer, leva a todo o corpo social a certeza ou a razoável expectativa de que a moeda se desvalorizará a uma determinada taxa anual;
- b) **informadas disso**, tanto as empresas, como as famílias ou as simples pessoas – e até mesmo os órgãos do Estado – determinarão isso que os economistas Keynesianos batizaram de ‘preferência pela liquidez’, isto é, fixarão as proporções que desejam dar à parte **monetária** e à parte **material** dos seus respectivos ativos;
- c) segue-se que a expectativa de uma inflação maior determinará uma corrida, mais ou menos violenta, aos **bens materiais** e, ao contrário, uma expectativa de menor inflação induzirá uma maior ‘preferência pela liquidez’;
- d) deprimindo-se a preferência pela liquidez, notaremos os seguintes efeitos sobre o comportamento geral da economia: 1) as camadas de renda média ou elevada mostrarão certa propensão por **antecipar** o consumo corrente; 2) as pessoas e as famílias mostrarão certa propensão a adquirir bens duráveis ou susceptíveis de conservação, isto é **imobilizarão mais**, embora essa imobilização não tenha o caráter de **investimento**, à vista do critério simplificador da contabilidade social, que considera como **de consumo** todas as compras das famílias; c) as empresas e os próprios órgãos do poder público **investirão mais**, isto é realizarão imobilizações não necessárias, a rigor, à operação das indústrias e serviços, mas que se justificam à vista do esperado comportamento futuro dos preços, para fins de revenda ou de antecipação do dispêndio, nos casos em que o investimento seja necessário, se bem que somente para data futura.

No ano de 1987 ocorreu um desaquecimento da economia nacional, transformando-se em profunda recessão no segundo semestre,

principalmente no setor industrial. Tal recessão perdurou até o primeiro semestre de 1989 (LOURENÇO, 1990).

Destacando ainda que, para enfrentar a recessão foi colocado em execução em junho de 1987 o Plano Bresser, tendo como principal objetivo a promoção de um choque deflacionário, através da abdução da escala móvel salarial e da redução do déficit público. Todavia, decretou-se o congelamento dos salários, preços finais e aluguéis por três meses; nos contratos financeiros com juros prefixados estabeleceu-se uma tabela deflacionária, com ajustes diários; para enfraquecer o aumento dos bens de consumo duráveis e dificultar a especulação foram mantidas as taxas de juros altas. Este plano de estabilização econômica igualmente ao plano anterior, não conseguiu atingir seus objetivos propostos, uma vez que,

[...] o desequilíbrio dos preços relativos, devido tanto aos aumentos defensivos antes da decretação do congelamento como às majorações dos preços administrados pelo governo; as taxas de juros reais positivas inibiam os investimentos produtivos, privilegiando os especulativos, embora reduzissem a explosão de consumo; e os novos superávits alcançados na balança comercial (1,4 bilhão de dólares só em junho de 1987), que obrigaram o governo a acelerar a emissão primária de moeda, realimentando a espiral inflacionária (REZENDE, 2002, p.179).

No início de janeiro de 1989 a administração Sarney tentou, novamente, combater a inflação através de um programa especial chamado Plano Verão. Para tanto, tomaram-se algumas medidas como, **(a)** um novo congelamento de salários e preços finais (os salários foram convertidos segundo o poder de compra médio dos últimos 12 meses e tiveram reajustes de 26,01%); **(b)** cancelamento da indexação, menos para depósitos de poupança; **(c)** introdução de nova moeda, o ‘Cruzado Novo’ (NCz\$), equivalente a 1.000 cruzados; **(d)** restrição da expansão monetária e de crédito (através do aumento das exigências de reservas no patamar de 80%; redução do prazo de empréstimos ao consumidor de 36 para 12 meses; paralisação de operações de conversão da dívida em capital de giro); e **(e)** desvalorização cambial de 17,73% (BAER, 1996).

No segundo trimestre de 1989 ocorre uma recuperação vinculada ao mercado interno, justificado pelo arrefecimento do arrocho salarial e ao efeito riqueza favorecido pelos ganhos adicionais no *overnight* – que deve ser interpretada em três etapas:

[...] A primeira se refere à expansão sustentada pelos setores produtores de bens de consumo não-duráveis e bens intermediários até junho, na esteira do crescimento das vendas do comércio (supermercado, farmácias e materiais de construção). Essa expansão esteve associada, primeiro ao congelamento de preços; em seguida, às perspectivas de descongelamento; e, mais tarde, à reaceleração inflacionária, que induziu o efeito psicológico de antecipação de consumo.

[...] a segunda corresponde ao prosseguimento generalizado da trajetória ascendente até agosto, liderado pela produção de bens de capital e de consumo duráveis, ligado, respectivamente, a busca de proteção em ativos reais e à flexibilização de preços.

[...] a terceira etapa diz respeito à desaceleração sazonal do último trimestre (LOURENÇO, 1990, p.03).

Verificamos, portanto, como Rangel enfatizou uma grande crise urbana, com ampliação do número de pessoas residindo em favelas, com a intensificação da urbanização da pobreza (ampliação do exército industrial de reserva) e, com o aumento da violência urbana. Sobretudo, porque as cidades não estavam preparadas para absorverem o enorme fluxo migratório campo-cidade. Portanto, a análise do fenômeno urbano continuou tão ou mais importante, porém, distinta e menos concentrada. As reações à excessiva concentração demográfica em contextos de subdesenvolvimento e pobreza motivam a fuga dos grandes centros urbanos por aqueles contingentes demográficos que podem fazê-lo, sobretudo em países de grande extensão físico-territorial, como o Brasil. Assim, a tendência à macrocefalia (na forma de uma exacerbada metropolização), foi desmantelada nos anos 1980, pois muitos fluxos (demográficos e econômicos) rumaram para centros urbanos do interior do país, especialmente para as cidades intermediárias. A urbanização assim tornou-se difusa, e esta interiorização do urbano para as mais distantes localidades do território, contribui para a integração nacional e ao mesmo tempo, apresenta diferenças substanciais à reprodução das periferias metropolitanas.

Assim, o urbano brasileiro continuou seu processo de expansão. Só para destacar, a população urbana que em 1970 era de 52.904.744 habitantes ou 56% do total, em 1980 somou 82.013.375 habitantes ou 67,7% de urbanos. Assim, o processo de urbanização difundiu-se por

amplos espaços regionais sem com isso provocar a propalada desmetropolização²⁹, pois as metrópoles prosseguem pujantes, centrais e se reproduzindo; esta urbanização proporcionou também a expansão de redes geográficas de diversas tipologias que, uniram cidades funcionalmente diversas; fez surgir centros urbanos de destaque entre as cidades intermediárias (algumas transformadas em “regiões metropolitanas”); fez ascender também uma gama de pequenos centros associados aos conhecidos “Arranjos Produtivos Locais” (APL), (além daquelas cidades locais integradas a uma “tal” de “pluriatividade” como gostam de se referir os pesquisadores do campesinato brasileiro no dito “novo rural”); a urbanização também propiciou alternativas para o processo de desconcentração econômica e demográfica das últimas décadas (MATOS, 2005).

Ainda é importante reforçarmos que, esta urbanização fez proliferar lugares favoráveis ao aprofundamento dos capitais hegemônicos, culminando em outra distribuição territorial do setor produtivo (como já enfatizamos) e, com isso produziu, resultados significativos para a divisão social e territorial do trabalho, que por sua vez, ampliou a fragmentação do território. Esse processo também é consequência da expansão do urbano nas áreas de difusão da agricultura científica, que como Elias (2006) menciona, promoveu uma estruturação de novas relações de trabalho no mundo rural, originando o “[...] êxodo rural (migração ascendente) e na migração descendente de profissionais especializados no agronegócio, na difusão do consumo produtivo agrícola [...], dinamizando o terciário e, conseqüentemente, a economia urbana³⁰ [...]” (ELIAS, 2006, p. 288). A autora supracitada deixa claro

²⁹ O termo DESMETROPOLIZAÇÃO disseminado nos últimos 15 a 20 anos vem mais para confundir do que para esclarecer. “[...] Se há o surgimento de novas metrópoles no interior do País, isso por si só é prova da vitalidade desse tipo de assentamento urbano, quer dizer, o fenômeno vem se reproduzindo para além das áreas históricas de concentração. Por outro lado, as metrópoles tradicionais seguem grandes, centrais, acumulando capital fixo e, mesmo que perdessem expressivas parcelas de população ou para elas convergissem os pobres do País, continuariam desempenhando seu papel de comando no sistema de cidades, centralizando funções e economias de escala em setores econômicos associados a serviços raros e estratégicos. Tudo isso em um prazo a perder de vista. Em síntese, a mera redução do crescimento populacional, relativo ou absoluto, das metrópoles está longe de traduzir uma desmetropolização, por melhor uso que se faça da semântica” (MATOS, 2005, p.34).

³⁰ “A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira está entre os processos que promovem o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho,

também, que é no urbano/na cidade que se efetivam as normas regulamentares e a gestão das mudanças que acontecem na moderna agricultura.

Esse processo de urbanização difusa, caminhando para áreas territoriais onde antes dominava uma agricultura rudimentar e hoje é dominado por uma moderna agricultura/*agribusiness*, e por cidades regionais, responsáveis por operarem a logística deste sistema de agricultura científica (são cidades, onde atualmente estão presentes mão-de-obra qualificada e empresas de insumos, maquinários, tecnologia, etc. para a agricultura). Portanto, essa reestruturação produtiva não ocorre somente na região sul-sudeste do Brasil, mas espalhasse por todo território, claro que em algumas regiões a intensidade do processo foi e continua sendo maior. A esse respeito, verificamos o trabalho de Wilson Cano (1988) que demonstrou que, com a intensificação da chamada reestruturação e desconcentração produtiva, o interior do Estado de São Paulo transformara-se na segunda concentração industrial do país, apresentando ritmos de crescimento superiores aos conquistados pela região metropolitana. Para Cano (1988), uma das resultantes deste processo foi a ampliação da urbanização e do crescimento das cidades interioranas de São Paulo, resultante que, colaborou no aprofundamento do processo de involução metropolitana³¹.

Sposito (1999), Elias (2006), entre outros, colocam que o Brasil alcançou a urbanização da sociedade e do território no decorrer do terceiro quartel do século XX. A partir de então, contrapondo-se ao processo de metropolização, que assinalou a urbanização até a década de 1980, apresentar-se-ia uma convergência à involução metropolitana, que

contribuindo para uma total remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano. As novas relações entre a cidade e o campo, impostas pela agricultura científica globalizada, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades médias e locais, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos” (ELIAS, 2006, p.288-289).

³¹ Esta involução metropolitana é vista pelo fato de que as cidades do interior também passam a crescer demograficamente, acontecimento antes, sublinhado somente pelas metrópoles e regiões metropolitanas. Dado interessante é que, “o Estado de São Paulo concentra, no Brasil, o maior número de cidades com mais de 100 mil habitantes. Eram em número de trinta em 1980, sendo apenas três em 1950 [São Paulo (2.042 mil habitantes), Santos (202 mil) e Campinas (102 mil)]. Assim como é também o Estado com maior número de cidades com mais de 20 mil habitantes, que somavam 130 em 1980 contra 29 em 1950” (ELIAS, 2003, p.52).

se resumiria em um processo onde, ao mesmo tempo crescer-se-iam as cidades grandes, intermediárias e locais, ampliando assim, as localidades de reserva de ocupações.

Assim, esta urbanização da sociedade e do território, provocou uma involução metropolitana e, fez proliferar inúmeros lugares benignos ao aprofundamento dos capitais hegemônicos (desconcentração produtiva regional), o que resultou em uma nova espacialização no território de funções produtivas, com efeitos significativos para a divisão social e territorial do trabalho. Desta forma, observamos uma rede urbana cada vez mais distinta, inviabilizando o uso dos esquemas clássicos de análise da temática.

2.3 – Entreguismo, Neoliberalismo e a chegada do governo Progressista ao poder.

No que tange a década de 1990, verificamos que a mesma teve em relação à política econômico-social do Brasil, grandes transformações, especialmente em relação aos planos econômicos, os quais marcaram a década passada e, continuaram sendo editados no período em tela. Portanto, o período foi considerado novamente de recessão, em relação a muitos setores econômicos. Continuou-se a percorrer caminhos para retomar o crescimento nacional adotando os já conhecidos planos econômicos contracionistas que não resultaram em rompimento dos nós de estrangulamento (RANGEL, 1986). Destacando aqui, que a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida e a de 1990 como a década do entreguismo, provocada via privatizações de grandes e estratégicas empresas estatais. Esta última década, além de ser considerada entreguista, pode ser avaliada também como uma década perdida, pois como vamos verificar ocorre um ajustamento em relação à estabilização econômica, mas o preço pago foi o desemprego, o crescimento da dívida interna e o processo de “Fusão e Aquisição” de várias de nossas empresas nacionais.

Em 1990, Fernando Affonso Collor de Mello chegou ao poder e em março desse mesmo ano, a inflação atingiu uma taxa mensal de 82,39%, portanto, estávamos vivendo um momento de hiperinflação ascendente. A partir desse contexto, Collor introduziu imediatamente um surpreendente e novo programa anti-inflacionário (Plano Collor I³²).

³² O Plano Collor I (ou Plano Brasil Novo) foi lançado pelo então Presidente da República Fernando Affonso Collor de Mello, através da Medida Provisória N^o

Esse, por sua vez, introduziu uma nova moeda, o Cruzeiro substituiu o Cruzado Novo (Cr\$ 1,00 = NCz\$ 1,00), alterando novamente o padrão monetário; determinou o percentual mínimo para o reajuste dos salários, porém desconsiderou a reposição da inflação do mês de março (82,39%) e dos meses anteriores, o que por sua vez, levou a um arrocho salarial. Buscou controlar os preços das mercadorias, mas esqueceu de instituir uma política setorial, o que provocou um descontrole da produção. Somando-se a estas medidas, ordenou o bloqueio de ativos financeiros e ainda elevou e ampliou as alíquotas de impostos.

Uma das medidas mais radicais foi que,

[...] 80% de todos os depósitos do *overnight*, contas correntes ou de poupança que excedessem a NCz\$ 50 mil (equivalente a US\$ 1,300 pelo câmbio da época) foram congelados por 18 meses, recebendo durante esse período um retorno equivalente à taxa corrente de inflação mais 6% ao ano; [...] Foi cobrado um imposto extraordinário e único sobre operações financeiras (IOF), sobre o estoque de ativos financeiros, transações com ouro e ações, e sobre as retiradas das contas de poupança; [...] Eliminação de vários tipos de incentivos fiscais – para importações, exportações, agricultura, regiões Norte e Nordeste e a indústria de computadores; aplicação de imposto de renda sobre os lucros provenientes das operações no mercado de ações, atividades agrícolas e exportações; e a criação de um imposto sobre grandes fortunas; [...] Aumento do preço dos serviços públicos (por exemplo, 57,8% no preço do gás; 83,5% nos serviços postais; 32% em eletricidade e telefone e 72,28% nos salários); [...] A extinção de vários institutos governamentais e o anúncio da intenção do governo de demitir cerca de 360 mil funcionários públicos; e [...] Medidas preliminares para instituir um processo de privatização (BAER, 1996, p. 198).

Com a retenção dos recursos da poupança e do descrédito da população, o ano de 1990, apresentou-se como um momento de ruptura no ritmo da economia, ou seja, a economia que já estava em crise, piorou ainda mais e atingiu uma taxa de inflação de 1.620,96%.

O Plano Collor teve grandes repercussões no início deste período, como demonstrado acima, ele realizou o confisco da poupança, decretou abertura do mercado interno para produtos estrangeiros, iniciou o processo de privatizações das estatais dentre outras medidas.

Segundo Delfim Netto (1998, p. 145) a abertura de mercado que ocorreu durante o governo Collor, foi o fato mais importante para a economia brasileira em relação às décadas de 1980 e 1990. No entanto, tal abertura foi conduzida por imensos erros.

[...] Em 1990, as alíquotas de importação foram dramaticamente rebaixadas, expondo a economia à competição. A abertura foi essencial para o aumento da produtividade, embora viesse combinada com sobrevalorização do câmbio e com atos de loucura em matéria de tarifas. Os erros foram imensos. As tarifas não foram usadas como instrumentos de política industrial, mas como instrumentos de vingança contra os produtores brasileiros. Abrimos nosso mercado no momento em que praticávamos taxas de juros absurdas. Passamos a importar produtos que seriam pagos em 18 a 24 meses com taxas de juros de 6% a 7% ao ano, quando o produtor brasileiro tinha de enfrentar juros de 30% e só podia dar prazo de um mês (DELFIN NETTO, 1998, p.145).

Para o autor supracitado, a abertura econômica é positiva, desde que se apresentem condições isonômicas para o empresariado e trabalhadores brasileiros suportarem a competição. Porém, o agravante em tudo isso, foi que o governo nacional não forneceu tais condições. Deste modo, os pedidos de falência das empresas brasileiras não foram motivados por questões de produtividade, mas sim por enormes erros de política econômica, que segundo Delfim Netto (1998, p. 146) “[...] levaram meses para serem corrigidos [...]”. Essa demora na correção dos rumos da política econômica brasileira é mencionada ironicamente por Delfim Netto (1998), quando nos diz que,

[...] nosso Estado é um dinossauro, dotado de um rabo longo e um cérebro pequeno. Você põe fogo

no rabo dele e a informação leva quinze minutos para chegar ao cérebro. Quando ele reage, mexe o rabo para o lugar errado (DELFIN NETTO, 1998, p.146).

Os anos de 1994-95 apresentaram os efeitos imediatos do Plano Real, que com sua pseudo-estabilização monetária, realizou na verdade um forte controle redutor da atividade econômica, aliada às altas taxas de juros reais que visavam reter os recursos nas aplicações financeiras, proclamando desta forma, a recessão do mercado, a diminuição do consumo e do crescimento econômico. Destacando ainda que, no governo FHC – Fernando Henrique Cardoso foi vendida (entregada) grande parte das estatais³³, onde o capital internacional adquiriu ampla parte das mesmas, devido à paridade monetária do real com o dólar e da abertura do mercado brasileiro, ocorreu grande aumento de importações, o que prejudicou as indústrias nacionais, pois criou dificuldades para competir no mercado, levando inúmeras indústrias a falência, a perda de controle acionário, a processos de fusões e aquisições.

O PSDB acabou por não se parecer em nada no seu governo de oito anos com a Social Democracia que leva, em seu nome. Pois, na realidade seu governo deu sequência às reformas neoliberais que tinham sido abordadas no Consenso de Washington e que o ex-presidente Fernando Collor já havia dado o pontapé inicial.

Torna-se claro que os anos de 1994-1995, bem como os demais anos até o final do governo FHC, foram afetados diretamente pela política econômica instalada. A desaceleração econômica no governo supracitado engendrou tensões sobre o mercado de trabalho. “[...] Ora, a ‘globalização’ (termo imposto pelo neoliberalismo para caracterizar a atual fase da economia mundial) tem sua consequência mais perversa no mundo do trabalho, ou seja, o denominado desemprego estrutural [...]” (ESPÍNDOLA; BASTOS, 2005, p.58, grifo nosso).

Neoliberalismo e globalização³⁴ são segundo Mamigonian (2005)

³³ Para maiores informações sobre este processo de “entreguismo” das riquezas nacionais veja: BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

³⁴ Segundo Mamigonian (2003) foram os economistas de direita das universidades estadunidenses que produziram a ideia de globalização, produção que estimulou os cientistas políticos da mesma posição ideológica a fabricar “teorias” que ao mesmo tempo fossem úteis aos seus patrões e também rendessem alguns dólares para suas pesquisas, especialmente após a queda da URSS (MAMIGONIAN, 2003, p. s/n.).

[...] duas idéias-força mais importantes impostas ao mundo pelo imperialismo norte-americano desde 1980, aproximadamente. Quando se iniciou o período depressivo atual no centro do sistema capitalista (ciclo Kondratieff), o capitalismo americano estava atordoado pelas derrotas militares na Ásia (Vietnã), pela expansão geopolítica da URSS, pela crescente concorrência japonesa e pela sua própria perda de dinamismo econômico (MAMIGONIAN, 2005, p. 150).

A eclosão da recessão, culminada com os choques do petróleo de 1973 e 1979, ascenderam um sinal de alerta na política economia estadunidense, lembrando que já “[...] em 1971, sob pressão da concorrência do Japão e da Alemanha, Nixon [...] havia desvinculado o dólar do seu lastro em ouro. [...]”. Porém, os EUA só conseguiram emergir da propalada ruptura a partir do “[...] governo Reagan (1980-1988), que iniciou uma agressiva política de recuperação das posições perdidas³⁵” (MAMIGONIAN, 2005, p.150).

Em resumo, os EUA puseram em prática, na década de 80 e na década atual (Clinton), uma política econômica combinando medidas keynesianas e neoliberais em doses planejadas pelo Estado, incluindo além do que já foi exposto: [...] medidas neoliberais para uso no exterior; cobranças de juros dos devedores, aberturas dos mercados financeiros e de mercadorias na América Latina e em inúmeros tigres asiáticos, incluindo dolarização cambial, como na Argentina, e absorção do movimento das bolsas, como no caso das ações brasileiras hoje mais transnacionalizadas em Nova York do que em São Paulo [...] (MAMIGONIAN, 2005, p. 151).

Mamigonian (2005) nos ensina ainda que, o governo americano modificou sua postura de defensiva nos anos 1970 para agressiva nos anos 1980, para tanto, não é difícil entendermos que esta mudança demandasse a concepção da ideia de “globalização” como a nova “realidade” mundial, uma espécie de campanha de marketing mundial, acenando “[...] a algum tipo de matriz organizacional de empresas ou

³⁵ I. Rangel: *A recuperação americana* (1 e 2). Folha de São Paulo, 21.04 e 06.07 de 1983, N. Spulber: **The american economy: The struggle for supremacy in the 21st century**, Cambridge Univ. Press, 1995.

então à irrelevância das fronteiras nacionais. [...]”, sendo que, o sentido de fim das fronteiras o que se tornou mandamento de exportação estadunidense, “[...] visando forçar a abertura dos mercados financeiros e de mercadorias no exterior, quando as revistas de administração de Harvard, Yale e outras universidades ‘sérias’ foram estimuladas a produzir enxurradas de artigos ‘científicos’ como ‘The Globalization of Markets’ de T. Levitt, na Harvard Business Review”³⁶ (MAMIGONIAN, 2005, p. 151).

A taxa de desemprego durante o governo FHC saiu de 6,1% em 1995 e chegou a um teto de 9,6% em 2000 (veja gráfico 1 e tabela 3 abaixo) e, entregou um governo quebrado em 2003 para o presidente Lula, que em seu primeiro ano de mandato não conseguiu derrubar as taxas nacionais de desemprego que atingiram 9,7%, porém para o ano de 2012, após 10 anos de “governo petista”, a taxa chegou a 6,1% e para 2013 ao que tudo indica ficará abaixo dos 5,5% (taxa considerada pelos economistas como pleno emprego). Sabemos que falta muito para o Brasil, mas não precisamos nem comparar os governos do PSDB e do PT (seria ridículo para uma destas entidades).

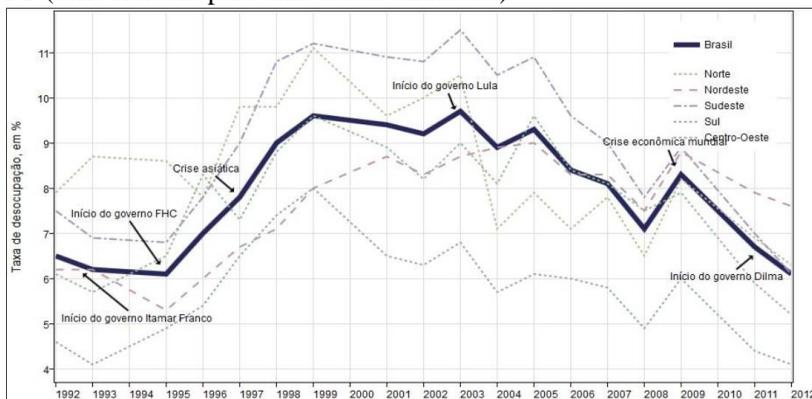


Gráfico 1 – Taxa Nacional de Desemprego (PNAD) 1992 – 2012

Fonte: IBGE, 2012.

Org.: <http://blog.estadaodados.com/>

³⁶ No Brasil poucos intelectuais perceberam o caráter neocolonial da chamada “globalização”, merecendo destaque P. Nogueira Batista Jr.: **Mitos da “globalização”**, IEA - USP, 1997, N. Werneck Sodré: **Imperialismo e neoliberalismo**. **Revista Princípios**, São Paulo, 1997. Ver também Micklethwait e A. Wooldridge: **Os bruxos da administração**, cap. 10, Ed. Campus, 1998.

Após verificarmos o gráfico 1, constatamos que a taxa de desemprego se encontra em seu menor índice para um período de 20 anos de observação. Aproveitamos para apresentar a tabela 3 abaixo, pois com ela podemos observar os dados em seus números concretos e derradeiros. Interessante observar que, no que se refere às taxas de desemprego por regiões, o Sudeste, nossa principal área industrial, é a região que concentra as maiores taxas, o que por sua vez, forma um expressivo exército industrial de reserva.

Tabela 3 - Taxa Nacional de Desemprego (PNAD) 1992-2012

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1992	6,5	7,9	6,2	7,5	4,6	6,1
1993	6,2	8,7	6,2	6,9	4,1	5,7
1995	6,1	8,6	5,3	6,8	4,9	6,5
1996	7	7,8	6	7,8	5,4	8,3
1997	7,8	9,8	6,7	9	6,5	7,3
1998	9	9,8	7,1	10,8	7,4	8,8
1999	9,6	11,1	8	11,2	8	9,6
2001	9,4	9,6	8,7	10,9	6,5	8,9
2002	9,2	10	8,3	10,8	6,3	8,2
2003	9,7	10,5	8,7	11,5	6,8	9
2004	8,9	7,1	8,9	10,5	5,7	8,1
2005	9,3	7,9	9	10,9	6,1	9,6
2006	8,4	7,1	8,3	9,6	6	8,4
2007	8,1	7,8	8,3	9	5,8	8,1
2008	7,1	6,5	7,5	7,8	4,9	7,5
2009	8,3	8,2	8,8	8,9	6	7,9
2011	6,7	6,9	7,9	7	4,4	5,9
2012	6,1	6,3	7,6	6,1	4,1	5,2

Fonte: IBGE, vários anos.

Importante destacar também, sobre o número de empregos gerados. O governo FHC em oito anos gerou um saldo de 796.967 empregos formais. No período Lula, de 2003 a 2010, o saldo acumulado foi de 11,3 milhões de empregos formais e, nos dois primeiros anos (2011/2012) da gestão Dilma, foram geradas 3,2 milhões de vagas (Os dados analisados são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS³⁷), do Ministério do Trabalho e Emprego).

³⁷ A base de dados da RAIS é formada a partir dos dados sobre algumas características básicas dos empregados que as empresas e empregadores de mão-de-obra são obrigados a informar, anualmente, ao Ministério do Trabalho e

Outra problemática do governo FHC foi a dita “estabilização da economia” que aos poucos o consagrava como presidente que derrubou a inflação e criou o Real, por outro lado, endividava cada vez mais o Brasil. Nosso país não sofria um aumento de sua dívida tão significativo desde os anos do dito “milagre brasileiro”, a dívida externa brasileira passou de U\$ 159.256 bilhões em 1995 para U\$ 210.711 bilhões em 2002.

[...] diante da referida conjuntura, o Estado nacional perde aceleradamente sua capacidade de intervenção nas políticas econômicas nos países em desenvolvimento. O caso brasileiro é didaticamente revelador, pois, após sua captura pelas forças políticas imperialistas, o Estado realizou, esforço extraordinário, tanto para ‘vendas’ de ativos nacionais (público e privado) praticamente sem alteração do capital líquido, como também a implementou: 1) políticas de câmbio sobrevalorizado, 2) desregulamentação das importações, 3) política de juros elevados (agiotagem) e 4) desindexação da economia (sobretudo dos salários) (ESPÍNDOLA & BASTOS, 2005, p.58).

Com tais medidas o governou FHC, produziu uma dívida externa média de U\$ 5,4 bi por ano. Contudo, aqui é importante mencionar as privatizações que foram realizadas no governo FHC, estas somaram 68 empresas federais, o que proporcionou um caixa de somente U\$ 70.855 milhões de dólares.

O importante a destacar aqui é que, mesmo com o aporte financeiro proveniente das privatizações, do estrangulamento dos gastos públicos e das somas de capital estrangeiro que adentravam no país, a dívida pública não cessava de aumentar. Isto devido aos juros altos pagos aos investidores estrangeiros para que estes aportassem em nosso país seus recursos, o dinheiro proveniente de todo o esforço brasileiro deslocava-se, portanto para o pagamento dos juros.

Apesar de toda dificuldade econômica exposta durante a década de 1990, novas desconcentrações regionais³⁸ foram estimuladas a partir

Emprego. Portanto, a RAIS é em tese um censo administrativo sobre o mercado de trabalho formal.

³⁸ Em relação ao processo de urbanização, dos anos 1990 e 2000, não podemos esquecer-nos de mencionar que, os tradicionais fluxos migratórios do tipo

de localizações industriais distantes das grandes centralidades possibilitadas pelo aporte das redes geográficas de informações, logística de transportes, financeiras (dispersão bancárias), ampliação dos setores atacadistas e varejistas por intermédio de múltiplas filiais de vendas e representações (proliferação de cadeias lojistas, dentre elas, redes supermercadistas e *shoppings centers*).

Destacando que, nas décadas de 1990 e de 2000 inúmeros empreendimentos passaram a ser inaugurados em todas as regiões nacionais, com grande destaque para a região Nordeste. Empreendimentos estes conhecidos como *shoppings centers*, condomínios/ loteamentos exclusivo-fechados, distribuídos, sobretudo nas capitais regionais e cidades intermediárias.

Nos anos 2000, especialmente após o segundo governo Lula (2006-2010), verificou-se uma ampliação importante do Estado na intervenção da dinâmica econômica, um exemplo foi o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, que distribuiu pelo território nacional “projetos” de infraestrutura, o que trouxe uma expectativa importante para o empresariado (nacional e estrangeiro) que passou a “confiar” no governo e visualizou uma grande oportunidade de lucratividade, através de parcerias com o governo para a construção desta infraestrutura. Outro quesito importante a ser mencionado foi o Programa Minha Casa Minha Vida (um programa do PAC), que diz respeito a um “programa de desenvolvimento econômico” como todos aqueles que foram formulados no PAC, pois estávamos em um período de início de crise (centro do sistema) e estes programas foram formulados como tentativa de minimizar a crise que a priori atingiria nosso país. O Minha Casa Minha Vida trouxe enorme estímulo para o empresariado do setor, destacando que estes foram consultados no momento da estruturação deste projeto e atualmente, podemos verificar desde metrópoles até cidades locais uma dinamização na indústria da construção civil, gerando expansão urbana horizontal e vertical, com ampliação da empregabilidade e, por que não valorização imobiliária, trazendo para a população uma confiança e aprovação acima dos 70% no governo Federal³⁹.

campo-cidade, que foram fundamentais no crescimento das cidades centrais, cederam lugar para os movimentos cidade-cidade que estão sendo basilares para o crescimento de cidades intermediárias.

³⁹ No Brasil, a inclusão social perseguida desde a Constituição de 1988 intensificou-se com o aumento do emprego, com a ampliação do crédito, com a política do salário mínimo e, a partir de 2003, com uma substancial melhoria

As Concessões de Serviços Públicos a Iniciativa Privada que se realizou no final do governo Lula e as que iniciaram durante o governo Dilma, devem estar fazendo o mestre Ignácio Rangel sorrir e acenar positivamente onde ele estiver (mesmo estas concessões não seguindo a risca o que a fórmula de Rangel suscitava, podemos dizer que isso já representa um avanço, pois as condições políticas e institucionais divergem ao seu tempo), essa operação era por ele manifestada como essencial para o progresso de nosso país, sobretudo, quando o mesmo teoriza sobre o que denomina de “capacidade ociosa”. Para Rangel (1980) os pontos de “estrangulamentos da economia” são rompidos pela transferência de “capacidade ociosa” de um setor para as áreas de escassez de investimentos. E, o setor que correspondente aos denominados serviços de utilidade pública (infraestrutura urbana: saneamento, portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, metrô, geração de energia, dentre outros) é o setor estrangulado da economia e o mestre Rangel dizia que se um setor tem capacidade ociosa e, outro está estrangulado, dever-se-ia transferir a ociosidade de um setor para outro o que, por sua vez, garantiria o rompimento da crise e representaria o principal fator de desenvolvimento econômico do país. Para tanto, Rangel (1980) dizia que a Concessão dos Serviços Públicos à Iniciativa Privada seria a saída correta, bastava criar as condições institucionais para a transferência entre os setores.

Podemos falar que nosso país atualmente (2013), ainda esta engatinhando no que se refere a “Concessão de Serviços Públicos à Iniciativa Privada por tempo determinado”, mas verificamos que desde o segundo governo Lula (2006-2010) e início do governo Dilma (2011-2014), até mesmo por intermédio do PAC e obras voltadas para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíada do Rio de Janeiro de 2016, as “Concessões” vem aumentando em números e em importância. Todavia, o governo deve tomar extremo cuidado para não retroceder às estratégias de Parcerias Público-Privadas (PPPs) utilizadas durante a década de 1990, vide “Privatizações por tempo indeterminado”.

Destacando ainda que, o governo progressista que teve início em 2003, fez ampliar nos centros urbanos as sedes de órgãos e instituições administrativas e educacionais, a exemplo da Receita Federal, Universidades e Institutos Federais de Educação (com cursos técnicos e

dos antigos programas de combate à pobreza. É o efeito desses fatos, que se manifestam no apoio continuado ao governo progressista iniciado em 2003 e que permanecerá no poder até 2014, sua continuidade dependerá do julgamento da sociedade nas eleições de outubro de 2014.

tecnológicos), dentre outros, além de sedes econômicas. Estas estratégias políticas e econômicas propiciaram alterações na forma de inserção das cidades na rede urbana e, a complexidade de entendimento da rede ampliou-se, sobretudo em relação a conteúdos e relações. Só para deixar de ser tão generoso em relação a este governo, precisamos lembrar ao leitor que uma das grandes problemáticas atuais de nosso país, refere-se à política e programas voltados para o fortalecimento e aceleração industrial, pois temos enorme dificuldade em competir externamente e, mesmo, nossas indústrias têm dificuldades de competir no vasto mercado consumidor interno, pois juros altos, taxas de câmbio, mão-de-obra qualificada e outros fatores formam um exército de gigantes que lutam contra o crescimento da indústria local (para essa saída precisamos beber nas políticas e estratégias utilizadas para esse setor pelo governo Vargas).

Na sequência, buscaremos apresentar como se deu a estruturação da rede urbana nacional, a partir de determinados estudos do IBGE.

2.4 – A estruturação da rede urbana nacional (estudos do IBGE)

Aqui é importante mencionar para o leitor que o IBGE realiza estudos desde a década de 1960 voltados a entender o funcionamento da rede de cidades brasileira. Destacando que, o primeiro estudo foi denominado de “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”. Neste estudo, os pesquisadores do IBGE foram a campo em 1966 para coletar os dados e a publicação foi editada em 1972, destacando que este estudo foi coordenado pelo chefe da divisão de pesquisas regionais do IBGE, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger. Os próximos estudos sobre a temática foram denominados de REGIC - Regiões de Influência das Cidades. Em 1978, os pesquisadores foram a campo obter os dados e o REGIC foi lançado em 1987. O próximo REGIC foi pesquisado em 1993 e lançado em 2000 e o último REGIC lançado até o momento foi compilado em 2007 e publicado em 2008. Em todos os estudos o IBGE apresentou os fluxos realizados entre os centros urbanos nacionais, expondo os níveis hierárquicos e a abrangência das centralidades (IBGE, 1972; 1987; 2000; 2008).

Quanto à base teórico-metodológica utilizada pelo IBGE a cada REGIC, verificamos uma questão eclética, pois cada um dos estudos se utilizou de uma base teórica e metodológica diferente e, em alguns casos foi incorporada e somada uma teoria nova que representou neste caso, um estudo baseado em uma coleção de teorias e métodos.

No REGIC publicado em 1972, utilizou-se das proposições de Rochefort (1961, 1965) e Rochefort e Hautreux (1963), visando identificar os centros polarizadores, as áreas de influência destas centralidades, além de verificar os fluxos produzidos. Para tanto, o IBGE através de pesquisa direta, realizou levantamentos para analisar a distribuição de bens e serviços à economia e à população, por sua rede de estabelecimento do comércio varejista e atacadista e seus serviços de saúde, educação, bancos, etc. (IBGE, 1972).

Cada município foi representado por uma matriz contento nas linhas os nomes dos centros com os quais se relaciona e nas colunas o tipo de ligação. Para esse fim a matriz foi dividida no sentido das colunas em três partes: a primeira contém os fluxos agrícolas, a segunda agrupa os vínculos relativos à distribuição de bens e serviços para a economia e a terceira reúne os relacionamentos de prestação de serviços e distribuição de bens para a população. Em cada matriz de município, portanto, estão anotados os centros com os quais esse município mantém relações em cada um dos três setores indicados [...] (IBGE, 1972, p.11).

Destacando que, este estudo se utilizou também de uma concepção na qual a cidade não é tão somente uma forma, mas uma estrutura e, esta estrutura seria concebida pela existência de uma economia básica urbana, capaz de suscitar fluxos econômicos entre os centros urbanos e suas regiões. Portanto, este REGIC se utilizou do conceito proposto por John W. Alexander⁴⁰ “Conceito Básico – Não Básico das Funções Econômicas Urbanas”, publicado no Brasil em 1968. A esta proposta somou-se, ainda, o método das necessidades mínimas (minimum requirements) de Ullman e Dacey⁴¹ (1969).

Os resultados produziram classes de centros, sendo que, os centros de nível 1 tiveram a seguinte classificação: nível 1a) Grande Metrópole Nacional: São Paulo; 1b) Metrópole Nacional: Rio de

⁴⁰ ALEXANDER, John W. Conceito Básico – Não Básico das Funções Econômicas Urbanas. **Boletim Geográfico**, n. 203, ano 27, p.34-50, março/abril, 1968.

⁴¹ Ullman, E. L.; Dacey, M. F. **El método de las necesidades mínimas em el estudio de la base económica urbana, em classificação Funcional das Cidades**. Textos Básicos. 2, Comissão de Geografia, Instituto Panamericano de Geografia e História, Rio de Janeiro, 1969.

Janeiro; 1c) Centros Metropolitanos Regionais: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador; e 1d) Centros Macrorregionais: Belém, Curitiba, Fortaleza e Goiânia. Na sequência, aparecem os centros de Nível 2) Centros Regionais: divididos em categorias A e B. Nível 3) Centros Sub-Regionais A e B; e Nível 4) Centros Locais A e B (IBGE, 1972, p.15-16).

No REGIC de 1987, a base teórico-metodológica utilizada foi a “Teoria das Localidades Centrais”, proposta por Christaller (1966). Esta teoria considera o conjunto de centros de uma região ou país, em seu papel de distribuição varejista e de prestação de serviços. Tais centros são batizados como localidades centrais e a centralidade que possuem, procedem de seus papéis como centros distribuidores de bens e serviços, ou seja, das funções centrais que exercem.

Nesta teoria, a demanda de bens e serviços por parte da população traduz-se em uma localização diferenciada de sua oferta. Pois, esta diferenciação é estruturada conforme a frequência de compra dos bens e utilização dos serviços, além disso, essa diferenciação é de natureza hierárquica e visa apresentar os níveis hierárquicos de centros. Essa hierarquia se concretiza da seguinte maneira: as localidades centrais de baixo nível hierárquico distribuem bens e serviços demandados muito frequentemente e que possuem uma área de influência restrita; já as centralidades de nível hierárquico prontamente superior distribuem bens e serviços da mesma natureza dos centros inferiores, somando a esses, bens e serviços menos procurados, o que por sua vez, os levam a possuir uma área de influência maior, pois polarizam os centros menores e suas respectivas áreas de influência. E, finalmente, o centro de alto nível hierárquico é responsável por distribuir todos os bens e serviços realizados pelos centros inferiores, distribuindo, ainda, alguns bens e serviços para os quais se constitui no único centro distribuidor para uma extensa região do país (IBGE, 1987).

A operacionalização e os resultados sobre a centralidade dos centros urbanos foram provenientes de um questionário (com 76 bens e serviços pesquisados) aplicado em 1.416 cidades. O IBGE considerou somente as sedes municipais que apresentaram um mínimo de atividades (funções centrais) que potencialmente as capacitassem a exercer uma centralidade extramunicipal.

Quanto aos resultados alcançados, verificou-se que o Brasil apresentava duas metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro), além disso, 11 centros exerciam a função de “metrópoles regionais (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia)”. A este,

somaram-se, ainda, os níveis hierárquicos denominados de Centro Sub-Metropolitano, Capital Regional, Centro Sub-Regional, Centro de Zona e Município Subordinado (IBGE, 1987, p. 22).

Em relação ao REGIC de 2000, manteve-se a “Teoria das Localidades Centrais” de Christaller (1966). Quanto aos resultados alcançados, partiu-se do pressuposto teórico apresentado, buscando definir um conjunto de funções (funções centrais) que permitissem refletir os diferentes níveis de centralidade das sedes municipais brasileiras. Deste modo, 46 funções centrais (bens e serviços), formaram a base da investigação. Destas, 14 foram consideradas de baixa complexidade e frequentes nos centros hierárquicos de menor nível; 30 funções se revelaram geradoras de fluxos de média e elevada complexidade e definidoras de hierarquias/centralidades mais elevadas que as primeiras; e duas funções foram ponderadas como fluxos relativos à procura dos serviços de informação (IBGE, 2000b, p. 21). O estudo suscitou oito níveis hierárquicos/centralidade, que para melhor compreensão, apresentamos no quadro 3.

Níveis hierárquicos/centralidade	Número de cidades	Padrões de Cidades
Máximo	9	Metropolitano
Muito Forte	24	Predominantemente Submetropolitano
Forte	35	Predominantemente de Capital Regional
Forte para médio	108	Predominantemente de Centro Sub-Regional
Médio	141	Tendendo a Centro Sub-Regional
Médio para fraco	195	Predominantemente de Centro de Zona (ou Centro Local)
Fraco	250	Tendendo a Centro de Zona (ou Centro Local)
Muito Fraco	3.733	Municípios Subordinados

Quadro 3 – Níveis de Centralidade/Hierarquia dos Centros Urbanos Brasileiros

Fonte: IBGE, 2000b, p.25.

Já no REGIC de 2008, em relação à base teórico-metodológica, ocorre um retorno às proposições utilizadas nos dois primeiros REGICs (IBGE, 1972; IBGE 1987), ou seja, realiza-se uma análise buscando

identificar os níveis de centralidade (as classes dos centros), as áreas de influência e os fluxos produzidos. E, no que diz respeito aos resultados obtidos, verificamos que, o REGIC de 2008, subdivide as sedes municipais brasileiras em sete níveis hierárquicos: Grande Metrópole Nacional, representado por São Paulo; Metrópole Nacional (Rio de Janeiro); Metrópole (Brasília). As Capitais Regionais integram 70 cidades, “[...] Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. [...]” (IBGE, 2008, p. 11), estas Capitais Regionais se dividem em três categorias: a) 11 centros urbanos, b) 20 e, c) 39 cidades. Na sequência aparecem os Centros Sub-Regionais que agregam 169 cidades, subdivididas em duas categorias: a) 85 cidades e b) 79 cidades; Os Centros de Zona, são formados por 556 cidades e, também se dividem em duas categorias a) 192 cidades e b) 364 cidades, estes possuem atuação restrita à sua área imediata, além de exercerem funções de gestão incipientes. E, por fim, aparecem os Centros Locais formados por 4.473 cidades, estes, formados por centros com predominantemente, menos de 10 mil habitantes que servem apenas as necessidades básicas de sua população (IBGE, 2008).

Importante frisar que, no atual REGIC (IBGE, 2008) os centros de gestão do território ganham acentuado destaque, como definidores de hierarquias urbanas. Este estudo apresenta uma citação de Corrêa (1995, p.83) *apud* IBGE (2008, p.131), concebendo centro de gestão do território como “[...] aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas sediadas”.

Seguindo esta colocação, podemos dizer que, são pouquíssimas as cidades que exercem a função de centros de gestão do território. Primeiramente, temos São Paulo, seguida por Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, entre outras metrópoles. Destacando que, alguns pesquisadores, estão a mencionar algumas cidades intermediárias “ou ditas cidades médias”, como possuindo, atualmente o *status* de centros de gestão do território e, uma das justificativas para isso, se vincula a questão de que, estas cidades possuem vários órgãos do Estado e várias indústrias de grande porte. Entretanto, se observarmos atentamente, veremos que, quem “comanda” os órgãos governamentais sediados nestas sedes municipais, são centros de maiores níveis hierárquicos, sobretudo as metrópoles e algumas capitais estaduais (ou são “geridas” com pulso firme [sem nenhuma autonomia] pelo governo Federal); outra

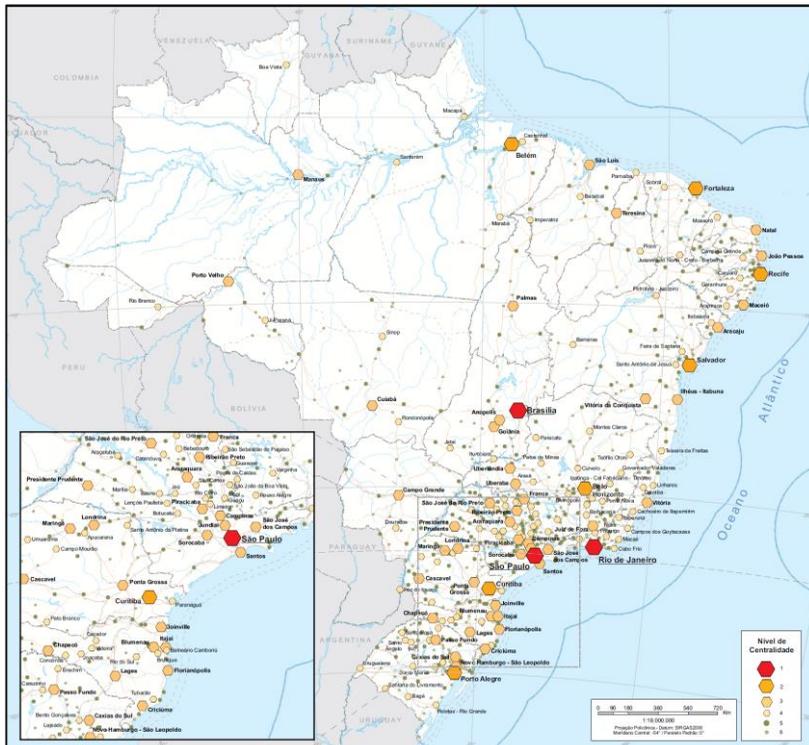
suposição, diz respeito às indústrias, que na verdade em sua ampla maioria estão instaladas nestes centros intermediários, somente com suas plantas fabris, pois as sedes (matrizes) destas empresas ficam normalmente localizadas em centros metropolitanos com enorme destaque para São Paulo, que representa o centro de processamento e administração das informações empresariais, portanto, o principal centro de gestão do território.

Portanto, nosso entendimento caminha para uma visão de existirem pouquíssimos centros gestores do território. Não comungando, desta forma, dos resultados obtidos pelo REGIC (IBGE, 2008), pois este estudo identificou 1.082 centros de gestão, sendo 906 centros de gestão federal e 724 centros de gestão empresarial. Entre estes dois grupos de centralidades, 711 sedes de municípios foram identificadas como centros de gestão do território (veja no mapa 1 abaixo sua distribuição espacial), que para nosso modesto entendimento, representa apenas uma aparência, pois é uma leitura tão-somente quantitativa.

Vale destacar que, o IBGE pesquisou 4.625 cidades de um universo de 5.564 sedes municipais vigentes em 2007, das quais aproximadamente 85% possuíam menos de 20.000 habitantes. E, a estruturação da rede urbana brasileira definida pelo REGIC, e já mencionada, *pari passu*, apresentou doze (**Metrópoles**) centros urbanos principais que se caracterizam por manterem, entre si fortes relacionamentos, além de possuírem extensa área de influência. Esse conjunto de Metrópoles foi dividido em três categorias, conforme sua extensão territorial e intensidade de relações:

- a. Grande metrópole nacional – São Paulo, o maior conjunto urbano do País, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial;
- b. Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007, respectivamente, também estão no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o País; e
- c. Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte), constituem o segundo nível da gestão territorial. Note-se que Manaus e Goiânia, embora estejam no terceiro nível da gestão territorial, têm porte e

projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto (IBGE, 2008, p.11).



Mapa 1 – Centros de Gestão do Território

Fonte: IBGE, 2008, p.162.

A seguir, apresentamos o quadro 4, onde sintetizamos a atual rede de cidades, com seus níveis hierárquicos e, aproveitamos também para destacar os centros paraanaenses.

Níveis hierárquicos	Total de Cidades	Total de Cidades PR	Cidades Paranaenses
a) Grande Metrópole Nacional	01 – SP	--	--
b) Metrópole Nacional	02 – RJ e Brasília	--	--
c) Metrópole	09	01	Curitiba
Capital Regional ‘a’	11	--	--
Capital Regional ‘b’	20	03	Cascavel, Londrina e Maringá.
Capital Regional ‘c’	39	01	Ponta Grossa
Centro Sub-Regional ‘a’	85	10	Apucarana, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Toledo e Umuarama.
Centro Sub-Regional ‘b’	79	04	Cianorte, Ivaiporã, Santo Antônio da Plantina e União da Vitória.
Centro de Zona ‘a’	192	17	Arapongas, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Dois Vizinhos, Ibaiti, Irati, Jacarezinho, Jandaia do Sul, Laranjeiras do sul, Loanda, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palmas, Telêmaco Borba.
Centro de Zona ‘b’	364	23	Andirá, Barracão, Campina da Lagoa, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Faxinal, Goioerê, Guaíra, Jaguariaíva, Matinhos, Nova Londrina, Palmeira, Paranacity, Pitanga, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Rio negro, Roncador, São José do Ivaí, São Mateus do Sul, Siqueira Campos, Venceslau Brás.

Continua...

Continuação...

Níveis hierárquicos	Total de Cidades	Total de Cidades PR	Cidades Paranaenses
Centro Local	4.773	344	Dentre elas destacamos: Ampére, Antonia, Bituruna, Candoí, Capitão Leônidas Marques, Castro, Clevelândia, Corbélia, Itapejara d'Oeste, Ivaí, Jaguapitã, Jataizinho, Mariópolis, Marmeleiro, Matelândia, Nova Prata do Iguaçú, Palotina, Realeza, Renascença, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, Verê, Vitorino.

Quadro 4 – Síntese do REGIC, com os Níveis Hierárquicos dos centros urbanos do Paraná.

Fonte: IBGE, 2008, p.66-69.

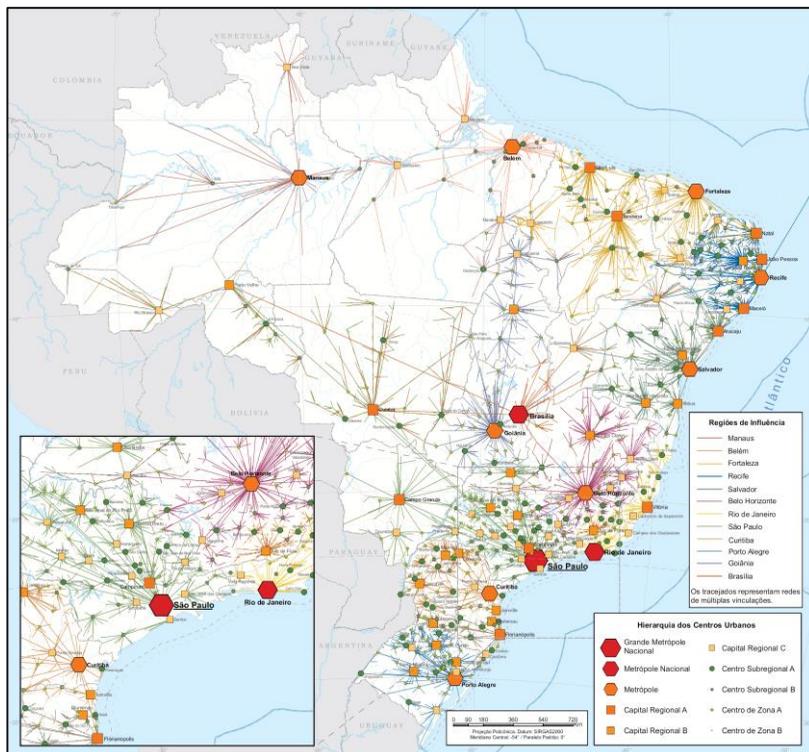
As regiões mais dinâmicas do país continuam figurando no Sul e Sudeste, como evidenciam os fluxos expostos no Mapa 2, onde podemos visualizar as interações das mais variadas naturezas que formam a atual rede urbana brasileira (IBGE, 2008).

Desde os primeiros estudos da REGIC, não se produziu mudança no comando da rede urbana nacional, pois, São Paulo se manteve como principal centro de gestão do país e o Rio de Janeiro como metrópole nacional, porém com substancial inferioridade de supremacia no contexto da rede. Portanto, a hierarquia dos centros, sobretudo os de níveis superiores, apresenta certo equilíbrio em suas posições, por exemplo, podemos mencionar que, os centros que concentraram a gênese do processo industrial nacional, não submergiram seus níveis na hierarquia da rede. Por um lado, “[...] são nas redes menos dinâmicas em que as transformações são mais significativas quanto às articulações entre as cidades” (IBGE, 2008, p. 18).

Desta forma, acreditamos ser fundamental somar a base quantitativa da rede, a categoria de formação sócio-espacial. Esta categoria nos ajudaria em um melhor entendimento da dinâmica da rede e suas transformações, e através desta, poderemos acumular, a gênese

dos centros, suas estruturações e desenvolvimentos econômicos e sociais.

Na sequência, buscaremos apresentar o processo de ocupação do território paranaense e os desdobramentos produzidos na formação de sua rede urbana.



Mapa 2 - Rede Urbana do Brasil em 2007

Fonte: IBGE, 2008, p.12.

2.5 – A ocupação do território paranaense e a formação de sua rede urbana

A gênese de algumas cidades do Paraná ocorreu vinculada a uma formação sócio-espacial, que a cada “expansão” de currais de rebanho bovino⁴², proporcionavam o nascimento de novas sedes municipais.

⁴² Aqui é importante mencionar que, durante o período, imediatamente, anterior à emancipação da Província do Paraná, o tropeirismo (a atividade mercantil de

Essa formação era caracterizada por uma vegetação natural, predominantemente de campos, na qual se desenvolveu uma classe de latifundiários pecuaristas. Dentre estas cidades, podemos citar Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Guarapuava e Palmas, todas no século XIX. Importante esclarecer que, o Paraná conta com duas formações sócio-espaciais, uma tem seu alicerce na formação campestre, que se fundamenta no latifúndio e, a outra na pequena produção mercantil.

A periodização da ocupação territorial e, a formação da rede de cidades paranaenses teve suas primeiras investidas na área litorânea, realizadas entre os séculos XV e XVI; na sequência a ocupação avança para os campos de Curitiba, que conhecemos como Paraná tradicional e que, teve suas iniciativas no século XVII; adiante no século XVIII a colonização avança para os Campos Gerais; no século XIX foram os campos de Palmas e de Guarapuava; entre o final do século XIX até meados dos anos 1930 o Norte Velho/Pioneiro entrou na expansão da fronteira; depois a fronteira se alastrou para o Norte Central/Novo entre os anos 1920 e 1940; na sequência o Norte Novíssimo/Noroeste nos anos 1940; e, a última frente de expansão paranaense se deu nos anos 1950/1960 nas terras do Sudoeste e Oeste. Desta forma, a rede urbana contemporânea, apregoa as distintas formas e estratégias empregadas (nas duas formações sócio-espaciais) no momento da colonização e materialização do desenvolvimento do território paranaense.

Neste processo de ocupação do território paranaense desenvolveram-se o que alguns pesquisadores e a academia denominam de ciclos de exploração, sendo os principais, o “ciclo da erva-mate, o ciclo da madeira e o ciclo do café”⁴³.

A erva-mate (*Ilex paraguariensis*) é uma árvore originária das florestas subtropicais do Sul do Brasil, degustada como “chimarrão”. Esta iguaria se tornou um produto de exportação, o que por sua vez, impulsionou sua industrialização e estabeleceu uma divisão do trabalho

mueres), ao lado dos criadores de gado situados na área do Paraná Tradicional, representavam o domínio político e econômico. Vale lembrar ainda que, os tropeiros desenvolviam suas atividades entre os eixos do Rio Grande do Sul e São Paulo, promovendo assim, o nascimento de diversas cidades no Paraná, estas que inicialmente, representaram localidades de pouso das tropas.

⁴³ O leitor que desejar se aprofundar nesta temática, encontrará uma grande quantidade de publicações, mas sugerimos a tese de doutoramento de Zeno Soares Crocetti “Formação Sócio Espacial do Paraná”, defendida em 2012, no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFSC na área de Concentração de Desenvolvimento Regional e Urbano.

no interior da economia paranaense. “[...] À medida que o produto ia angariando clientes no mercado interno e depois externo, sua colheita, beneficiamento e transporte iam agregando contingentes cada vez maiores de pessoas ao processo produtivo”. Desta forma, e com a generalização das relações capitalistas de produção se inserindo no processo, o mate⁴⁴, foi contribuindo para o aumento do trabalho assalariado, na adoção de novas técnicas, foi motivando também o surgimento de algumas empresas de suporte à sua produção, proporcionando da mesma forma, uma embrionária urbanização “[...] e, finalmente, até mesmo na criação de uma burguesia industrial de origem paranaense” (OLIVEIRA, 2001, p.26).

Essa burguesia industrial nascente veio à tona com o processo de exportação da erva-mate e, essa exportação se tornou economicamente viável, fundamentalmente, devido ao surgimento de vários moinhos entre a região litorânea e o planalto de Curitiba. Wachowicz (1977) menciona que, existiam 90 engenhos de erva-mate em 1853, data da emancipação política do estado do Paraná.

O ciclo do mate teve seu período áureo entre 1853 e a crise de 1929 “[...] chegando a representar 85% da economia paranaense” (CROCETTI, 2012, p. 93).

O crescimento desta burguesia, os focos de urbanização e a propagação de pequenas propriedades rurais, fizeram surgir aqui, uma fase de grande crescimento demográfico. Para ter um exemplo, entre 1820 e 1920 o Paraná passou de 127 mil para 686 mil habitantes, destacando ainda que, Curitiba teve um aumento em seu quadro demográfico de 13 mil para 79 mil habitantes.

Com a crise do mate, a partir dos anos 1930 o ciclo da madeira e a cafeicultura passam a se destacar como as principais atividades econômicas do Paraná. Nesse momento, as serrarias se tornaram corriqueiras na paisagem e, a indústria da madeira se converteu, ao lado do café, no principal produto de exportação e no maior ramo industrial.

⁴⁴ “A atividade do Ciclo do Mate para os economistas e geógrafos econômicos é considerada como à primeira fase da industrialização paranaense. Sua implantação ocorreu na fase “B” do Primeiro Kondratieff, justamente durante a crise recessiva europeia, aonde capitais argentinos e espanhóis vieram se proteger em novos empreendimentos. Coincidindo também com a Primeira Dualidade Brasileira, estudada por Rangel (1957), onde os capitais escravistas latifundiários se aliam aos capitais comerciais, esses aliados dos Capitais industriais da Europa” (CROCETTI, 2012, p. 90).

Com o declínio do tropeirismo, e a ascensão econômico-social do interior favorecido pelos ciclos do Mate e da Madeira, somado a vultosa migração europeia, sobretudo alemã, italiana e eslava (poloneses e ucranios), o Paraná verificou

[...] o primeiro estágio de industrialização autônoma, livre da interferência paulista. Tendo seu primeiro surto industrial no litoral paranaense para processamento, embalagem e distribuição da erva mate e de madeiras beneficiadas. Embora alguns pesquisadores (principalmente jornalistas) equivocados ou mal intencionados discordam dessa tese, negando veementemente essa industrialização, argumentando se tratar de uma incipiente fase fabril, que segundo essa análise antecede a industrialização (CROCETTI, 2012, p.69).

Portanto, a atividade florestal, madeireira e, também a cafeicultura contribuíram significativamente para o crescimento e desenvolvimento paranaense. Estes segmentos produtivos representaram expressivos sustentáculos para a economia nacional com geração de empregos, renda, taxas e divisas.

O café era um produto que, destacava-se, tanto em nível nacional, quanto internacional. Sua produção iniciou-se pelo Vale do Paraíba (RJ e SP), e foi gradativamente incorporando terras paulistas, sobretudo no interior do estado. Trintin (2006) destaca que a cafeicultura paulista e paranaense se combinam, através de sua introdução pelos idos do século XIX no Norte do Paraná.

Essa ocupação, que se verificava em território paranaense, deu-se de forma bastante desordenada e seu traço marcante é que foi feita por migrantes em busca de novas terras para o cultivo do café, principalmente provenientes das regiões de Campinas, São Carlos e Ribeirão Claro, no interior paulista, e também migrantes provenientes do Nordeste e Minas Gerais. Esses grupos proporcionaram o surgimento de vários núcleos de ocupação, que se estenderam com muita rapidez, dando condições para a criação, ainda no século XIX, dos municípios de Tomazina (1865), Santo Antônio da Platina (1866), Venceslau Braz e São José da Boa Vista (1867) e Jacarezinho em 1900 (TRINTIN, 2006, p.42).

Portanto, o cultivo do café se adentrou no Paraná pela região Norte Pioneiro, como parte da expansão da área plantada que vinha de São Paulo. Neste período os sistemas técnicos, responsáveis por dotarem a região de uma capacidade de interações com outras localidades do estado eram escassos. Desta forma, São Paulo era responsável pelo escoamento e abastecimento da região. Apenas a partir de 1924 a região Norte iniciaria um processo de integração econômica com das demais regiões paranaenses. Neste ano, foram exportados pelo Porto de Paranaguá, aproximadamente 30 mil sacas de café, provenientes do Norte paranaense e, quando comparamos que apenas duzentas sacas teriam sido escoadas em 1920, percebemos a dinâmica alocada a partir de 1924 (OLIVEIRA, 2001).

Aqui é importante mencionar que, a agricultura paulista, como demonstra Cano (1988), vai periodicamente renovando/expulsando determinado cultivo para regiões vizinhas. Após 1929, com a necessidade de capitalização, ao elevado preço do solo rural, dentre outros fatores, levaram a agricultura paulista a um rearranjo, onde a produção da cana de açúcar e do algodão ganha substancial destaque em relação ao cultivo do café. O que, todavia, fez do Norte paranaense uma região atrativa, onde somados aos quesitos apresentados, ou seja, terra barata e de alta produtividade, ganha relevância os incentivos federais proporcionados ao cultivo do café fora de São Paulo.

Essa proeminência do Norte do Paraná amplia-se ainda mais a partir da ocupação do chamado Norte Novo, realizada pela CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária no Brasil de uma empresa inglesa. A CTNP, entre 1925 e 1927, adquiriu do governo paranaense 515.017 alqueires na região Norte do Estado, área localizada entre os rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, tendo como finalidade lotear e revender em pequenas propriedades as terras adquiridas, bem como planejar e criar uma rede de cidades para atendimento de condições necessárias ao empreendimento fundiário (ARIAS NETO, 1998).

Nesse empreendimento tudo foi planejado. As disposições dos lotes obedeceram a uma determinação, encontravam-se traçados no sentido dos espigões com as estradas e nos fundos de vales pelos rios. A estrutura fundiária foi estabelecida em pequenas propriedades rurais. No que se refere à rede de cidades, criaram-se núcleos urbanos regionais distantes aproximadamente 100 km uns dos outros; centros abastecedores fundados com distância média oscilando entre 10 e 20 km, visando à formação de uma rede de cidades integradas ao sistema de comunicação em geral, dada por estradas e ferrovias (ZÓRTEA, 1975; JOFFILY, 1985; ARIAS NETO, 1998, FRESCA, 2000).

Destacando que nesta região surgem cidades dinâmicas como, Londrina (1934), Rolândia (1943), Apucarana (1944), Araçongas (1947), Cambé (1947), Maringá (1951) dentre outras sedes municipais.

Entre 1930 e o final da Segunda Grande Guerra, a demanda internacional por café encontrava-se reprimida e, devido às safras nacionais recordes, os preços internacionais acabaram recuando, o que, todavia, trouxe algumas dificuldades. Porém, a partir de meados dos anos 1940 e 1965, ocorre a retomada da demanda internacional e com ela se elevam os preços do café, que somada a uma expansão das atividades do setor secundário e terciário, geraram condições para o estabelecimento de uma etapa, denominada de “anos dourados” para o Norte paranaense, ou seja, transformando-o no principal centro econômico do estado, além de concentrar o maior contingente demográfico até a década de 1960.

Destacando ainda que, no período do auge cafeeiro Norte paranaense, a fronteira agrícola atinge a região Sudoeste e Oeste do Paraná, como expansão da colonização do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A migração para novas áreas foi condicionada, sobretudo pelo desmembramento das propriedades por questões de herança, ou seja, terras estas que se tornaram pequenas para a sobrevivência de muitos, os quais vendo a possibilidade de terras baratas e ajuda do governo migraram para a área de expansão paranaense. Lembrando que, esta área de expansão, especialmente, o Sudoeste paranaense detinha o relevo e o clima similares às terras de origem destes migrantes, principalmente a mesorregião Noroeste Rio-Grandense e Oeste Catarinense, e ali, reproduziram seus modos de vida, produzindo alimentos, suínos e aves, inicialmente para subsistência, ampliando *pari passu* a distribuição destes para mercados regionais e extras regionais.

Desta forma, entre os anos 1930 e 1960 o efeito sobre as estruturas demográficas e econômicas paranaenses foi enorme. O Estado foi receptor de um considerável fluxo migratório em busca de terras ociosas para serem ocupadas. Assim, a população paranaense chegou perto de dobrar seu tamanho entre 1940 e 1950, saindo de 1.236.276 de habitantes para somar 2.115.547. Entre 1950 e 1960, a população dobra para 4.258.239. Em 1970, o Estado totalizou 6.929.868 habitantes. Esse ritmo acelerado de crescimento provém do processo de ocupação, das áreas de formação sócio-espaciais baseadas em pequenas propriedades mercantis, especialmente do Norte⁴⁵, Sudoeste e Oeste do Estado.

⁴⁵ A última fronteira agrícola paranaense se completa nos anos 1960, com a ocupação da região conhecida como Norte Novíssimo ou Noroeste, realizada

Apenas nas áreas da CTNP se fixaram aproximadamente 100 mil famílias no início dos anos 1950 (OLIVEIRA, 2001).

O quadro de uma economia paranaense pouco articulada com outras regiões do país passa a ser alterado com a entrada do café no Norte do Estado, especialmente no pós-Segunda Grande Guerra. No aprofundar das políticas de integração nacional e formação do mercado consumidor, o Paraná se insere economicamente, como produtor agrícola, sobretudo de café, sem esquecer-se do cultivo de algodão, arroz, feijão, milho e rami, etc., somando ainda, as culturas “modernas” da soja e do trigo inseridas durante os anos 1960. A partir dos dados do IBGE, podemos observar o desempenho das principais culturas no Estado e na região Norte, conforme tabela 4.

Tabela 4 – Desempenho das principais culturas no Estado e na região Norte paranaense entre 1950 – 1970 (em toneladas)

Anos	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Café	Soja
Norte do Paraná						
1950	16.761	78.654	115.133	460.120	264.794	-
1960	96.907	119.220	99.268	473.872	1.568.334	142
1970	385.264	246.314	263.435	1.449.921	112.924	201.736
Paraná						
1950	18.695	95.880	169.731	936.705	303.015	-
1960	112.903	171.382	221.688	1.474.493	1.635.122	722.824
1970	397.063	375.603	457.096	3.426.389	116.900	1.686.252

Fonte: IBGE, 1950, 1960, 1970.

Podemos facilmente verificar que ocorreu uma expansão gradativa dos cultivares apresentados, sendo que, a única exceção foi o café, que interrompe seu crescimento, pois nos anos 1960 os incentivos a produção cafeeira deixam de existir, além de disso, entra em vigor uma política de erradicação dos cafezais. Constatamos ainda, que a introdução da soja se deu a partir dos anos 1960, sobretudo, agregada a uma política de crédito farto para culturas “ditas modernas”, dando assim, a ampliação do capitalismo na agricultura paranaense, empregadora de maquinários e técnicas modernas de produção e, ao mesmo tempo, liberadora de grande contingente de mão-de-obra para as

sob estímulos da cafeicultura. Na região Noroeste, destacam-se as sedes municipais de Paranaíba (1951), Cianorte (1953) e Umuarama (1955) colonizados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (OLIVEIRA, 2001).

idades. Destacando que, a soja ganha força já nos anos 1970 como substituta da cultura do café.

Em relação à industrialização, verificamos que o processo se inicia ligado aos ciclos do mate e da madeira. Entre 1890 e 1930 várias indústrias de pequeno porte foram se formando, sempre buscando atender às necessidades da concentração urbana e dos desdobramentos dos ciclos do mate e madeireiro, dentre estas, destacam-se as produtoras de fósforos, alimentos, móveis, artigos em couro, perfumaria, carroças, metalurgia, embalagens, ferramentas, materiais de construção etc.

A partir de 1950 o Paraná (periferia nacional) se industrializa pela proximidade com São Paulo (centro nacional), absorvendo alguns de seus artigos pela migração de certas produções, especialmente as vinculadas à agroindústria (alimentos, bebidas, óleos vegetais). “[...] Ao ter assimilado importante papel de ‘celeiro’ nacional, o Paraná, graças à sua proximidade e rentabilidade, além de mão de obra disponível conseguiu absorver essa função na divisão regional do trabalho” (FUNARI, 2008, p.26).

Neste momento aparece a primeira interpretação sobre o desenvolvimento econômico do Paraná, realizada por Zeno Crocetti (2012). O desenvolvimento da economia paranaense teve várias interpretações formuladas durante o decorrer da segunda metade do século XX e início do século XXI. Estas foram sintetizadas por Crocetti (2012) em seu estudo sobre a “formação sócio espacial do Paraná”, destacando que o autor, apresentou oito interpretações sobre o desenvolvimento econômico do Paraná, entre elas: a “interpretação cepalina” centrada no modelo centro-periferia e, que foi utilizada, pela CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento do Paraná, para analisar o caso paranaense, ou seja, “[...] A ideia central era repetir em âmbito estadual a experiência brasileira (paulista) de industrialização substitutiva de importações”. Os governos Moysés Lupion (1947-51; 1956-61) e Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-55), se apoiaram nesta interpretação e, através do processo migratório idealizaram um Paraná único, concebendo a ocupação territorial e a implantação de uma infraestrutura de estradas que se deslocassem no sentido a Curitiba (ligando assim, o interior com a Capital). “[...] Beneficiaram-se das políticas públicas do Governo Vargas, de transferência massiva de nordestinos, mineiros, paulistas, gaúchos e catarinenses, para construir um projeto de agroindústrias e sistema de cooperativas para alavancar o desenvolvimento do Paraná” (CROCETTI, 2012, p. 143).

Na sequência, aparece a “interpretação de Pedro Calil Padis” que foi contratado pelo governo do Estado para pensar o futuro paranaense e

retirá-lo da situação periférica e subdesenvolvida. O amparo a essa análise era dado nos anos 1960, pois neste período o Paraná se apresentava desarticulado interna e externamente.

[...] em razão de uma dinâmica determinada por uma oligarquia agrária com ranços feudais cuja atividade principal era o extrativismo e pecuária extensiva nas regiões do latifúndio tradicional do estado. E eram polarizadas pelo eixo dinâmico urbano de Curitiba-Paranaguá; **pela incipiente agricultura do sudoeste (pouco articulada ao mercado)**; e pelo norte cafeeiro, ligado à economia paulista e fragilizado pelas condições de deterioração dos preços externos dos produtos primários (CROCETTI, 2012, p. 145).

A “terceira interpretação” se baseava na visão dependentista, admitindo-se que o Estado do Paraná crescer-se-ia economicamente associado/dependente de São Paulo. Desta forma, partilhava-se de um entendimento de que o mercado oligopolista de São Paulo, produtor de bens de consumo duráveis e de capital, depreciava qualquer tentativa interna de industrialização. Atribuindo, por sua vez, “[...] às regiões periféricas a São Paulo o papel de supridoras de matérias-primas para os grandes mercados nacionais e/ou processadoras de *commodities* destinadas ao exterior (café, soja, papel e papelão etc.)” (CROCETTI, 2012, p. 145).

Durante os Governos Ney Braga (1961-65) e Paulo Pimentel (1966-71), vivemos a fase do “milagre” (fase expansiva do quarto Kondratieff) e do auge do Regime Militar e, pensou-se o desenvolvimento paranaense a partir da industrialização⁴⁶. A análise ainda ponderava uma economia periférica, todavia, a proposta explicitou-se distinta, as interpretações realizadas até o momento. Creditava-se uma atitude de complementaridade ao contrário do confronto com São Paulo. Investindo e incentivando a concepção de múltiplos parques industriais em distintas sedes municipais, agregando todas as regiões do Estado, para tanto, apoiava-se a entrada de capitais estrangeiros e nacionais para formação das indústrias que, todavia,

⁴⁶ Em 1967, com o BADEP, começa-se a planejar o chamado **Modelo Paranaense de Desenvolvimento**. “[...] O aparelho estatal entraria com os recursos financeiros [...]” formando “[...] o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) [...]” (CROCETTI, 2012, p. 145).

objetivassem utilizar a base agrícola e atuassem na escala nacional e, gradativamente, no mercado externo.

Mas, por estarmos vivendo a fase expansiva do ciclo de Kondratieff, o “milagre econômico” aflorou neste ciclo e proporcionou ao Paraná crescer de uma forma diferenciada e mais ampla do que a proposta pela CODEPAR/BADEP em seu modelo paranaense de desenvolvimento. “[...] Cresce em primeiro lugar, porque tinha já uma agricultura, principalmente no Norte, bastante dinâmica, capitalista, que é a agricultura baseada no café, num contexto em que se monta o embrião do agronegócio. [...]” (CROCETTI, 2012, p. 147). Somamos ainda, o fato de o regime militar ter abraçado o projeto de desconcentração produtiva, o qual proporcionou novo fôlego à industrialização paranaense.

A quarta “interpretação⁴⁷ negou o modelo da CEPAL”, porém continuou acolhendo a dependência frente a São Paulo⁴⁸. Durante os Governos Jayme Canet (1975-79) e Ney Braga (1979-82), atravessávamos os resquícios iniciais da fase “descendente” do ciclo de Kondratieff, esta fase foi inaugurada com crise do petróleo em 1973 e, abalou particularmente o departamento financeiro e o setor de serviços públicos. Aqui os dois governantes, acreditavam que o Paraná já havia se desenvolvido e, desta forma, optaram apenas em investir em infraestrutura rodoviária, como forma de dar suporte logístico ao prosseguimento gradual do desenvolvimento inaugurado na fase expansiva do ciclo de Kondratieff (CROCETTI, 2012).

Desta forma, o Paraná começa a aprofundar sua integração produtiva interna e com mercados nacionais e internacionais. Inicialmente, recebe destaque a agricultura dinâmica da região Norte, que avança *pari passu* em direção ao Oeste, ou seja, área de formação sócio-espacial baseada na pequena produção mercantil e, que foram responsáveis por fazer florescer o agronegócio no Estado.

Como afirmamos, essa interpretação carregava consigo a ideia de que o Paraná já havia se desenvolvido e, não era pra menos, pois além das condições favoráveis para a industrialização no cenário nacional, o Estado recebeu uma série de investimentos no início da década, que mesmo, após o “milagre” continuaram elevados no decorrer do II PND.

⁴⁷ Para conferir as próximas 4 interpretações formuladas sobre o desenvolvimento econômico paranaense, veja diretamente a tese de Crocetti (2012).

⁴⁸ LEÃO, I. Z. C. C. QUATRO visões sobre o Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.7, n.2, p.3, fev. 1985.

Vasconcelos & Castro (1999, p.10), apresentam três razões internas que permitem entender o dinamismo da indústria paranaense nos anos 1970,

- a) a oferta de uma infraestrutura básica para a recepção de indústrias, como rede rodoviária moderna, ferrovias, porto marítimo e energia elétrica;
- b) a existência de mecanismos institucionais de apoio à indústria, centrados no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP) e em uma série de outros órgãos públicos voltados à atração de indústrias; rede ampla de incentivos e subsídios municipais, estaduais e federais;
- c) a agricultura dinâmica e modernizante presente no estado, que permite a instalação de setores agroindustriais.

Estes três quesitos facilitam o entendimento de uma etapa aqui vivida de forte dinamismo econômico. Os investimentos alocados, sobretudo na agricultura e agroindústria, permitiram a tais setores uma considerável modernização. O que por sua vez, resultou na inserção de culturas altamente mecanizadas, a exemplo da Soja, além de uma diversificação na dinâmica da base produtiva, com produção leiteira, produção de carnes de aves, produção de farelo e óleo de soja, etc., constituindo assim, uma importante indústria produtora de alimentos. Destacando que tal feito só foi possível, graças às três razões supracitadas, somadas aos investimentos do capital internacional e local, especialmente mediante cooperativas.

Aqui é importante esclarecer que, a inserção da cultura da Soja (substituindo o café), teve efeitos preponderantes sobre o processo de urbanização e industrialização paranaense. A Soja, desde o plantio a colheita é intensivamente mecanizada, o que, todavia, levou a exoneração de grande contingente de trabalhadores rurais. Até mesmo entre aqueles que eram pequenos e médios proprietários rurais, as dificuldades enfrentadas foram significativas, para sustentarem o *status* de proprietários, sobretudo se não obtivessem sucesso em administrar a transição das culturas tradicionais para a nova celebridade agrícola. Uma vez que, “[...] tanto pela escala da produção quanto pelas dificuldades de acesso aos financiamentos, a adoção do plantio do soja só podia ser uma realidade para uma minoria de plantadores. O resultado foi a expansão do número de desempregados na área rural. [...]”. População que se dirigiu para a nova fronteira agrícola (Centro-Oeste), ou para as cidades paranaenses ou de outros estados, engrossando em sua maioria o

contingente das favelas. Em consequência, a população urbana enfim suplanta a rural no decorrer dos anos 1970 (Censo 1980), além disso, a população total teve o menor ritmo de crescimento das últimas três décadas, “[...] graças às migrações para as novas fronteiras agrícolas. Com efeito, não se registrou crescimento significativo depois de décadas seguidas de expansão” (OLIVEIRA, 2001, p.37).

Além do efeito urbanizador, a cultura da soja, trouxe predicados importantes para a industrialização, sobretudo, quanto à produção de derivados da soja (para o mercado externo), como o farelo e o óleo, conforme verificamos na tabela 5, a seguir.

Tabela 5 – Exportações Paranaenses de Óleo e Farelo de Soja (1969-1976)

Ano	Óleo de Soja	Farelo de Soja
1969	-	24.037
1970	-	157.833
1971	-	252.569
1972	-	374.105
1973	34.150	544.444
1974	4.872	135.132
1975	81.234	1.412.103
1976	175.862	1.921.921

Fonte: BORGES (1977, p.33) apud OLIVEIRA (2001, p.37).

Como percebemos, a modernização trouxe uma reestruturação no campo, tendo efeitos diretos sobre o trabalho, a organização da produção, a estrutura fundiária, etc. Aqui vale ressaltar, que a ampliação do uso de maquinários e insumos industriais no campo paranaense, foi reflexo desta modernização. Como exemplo, temos a evolução do número de tratores e colheitadeiras, observe a tabela 6, a seguir:

Tabela 6 – Evolução do número de Tratores e Colheitadeiras no Paraná (1960-1980)

Anos	Tratores	Colheitadeiras
1960	5.181	986
1970	18.619	2.509
1980	79.377	14.730

Fonte: IPARDES, 1982, p.56.

Entre 1970 e 1980 o número de tratores aumentou 4,26 vezes, já as colheitadeiras ampliaram-se, em aproximadamente 6 vezes, o que demonstra uma substancial tecnificação do território. Aqui, somamos também a importação de fertilizantes (essenciais à produção agrícola moderna), que se multiplica, por aproximadamente onze vezes, nesse mesmo período (tabela 7).

A instalação desse setor industrial no país, responsável pela produção de máquinas e equipamentos agrícolas (como já colocamos no decorrer deste capítulo, foi responsáveis a partir da década de 1960, pela fase da industrialização de bens de equipamentos pesados, que contemplou a etapa da industrialização em bases modernas), recebeu intenso apoio do governo Federal via políticas públicas. Formando assim, grupos responsáveis pela produção de “[...] tratores, equipamentos, petroquímica, rações, sementes, inseticidas e fertilizantes, além da expansão dos frigoríficos [...]”. Destacando que, “[...] os setores industriais de máquinas e insumos agrícolas, as culturas modernas, os incentivos fiscais e o crédito rural estavam todos articulados” (FUNARI, 2008, p.48).

Tabela 7 – Importações paranaenses de fertilizantes (1972-1980)

Anos	Total	Índice
1972	52.534	100
1973	42.739	74
1974	140.569	244
1975	164.771	286
1976	226.890	394
1977	358.456	623
1978	412.678	717
1979	437.951	761
1980	568.611	988

Fonte: FLEICHFRESSER, 1979 apud FURINI, 2008, p.48.

Interessante também, incluirmos os dados da variação da área plantada dos principais produtos agrícolas no Estado entre 1970-1980 (tabela 8), pois assim, conseguiremos observar o quanto essa modernização impactou a mudança da pauta agrícola.

Tabela 8 – Variação absoluta e relativa na área plantada dos principais produtos no Paraná (1970-1980)

Principais Produtos	Varição Abs.	Varição relativa %
Algodão	-111.413	-24,9
Arroz	-62.191	-13,4
Café	-148.400	-14,2
Cana de Açúcar	23.222	63,2
Feijão	24.849	3,2
Milho	283.691	15,0
Soja	2.115.789	695,5
Trigo	1.312.402	456,3

Fonte: SEAB/DERAL, apud FURINI, 2008, p.49.

É notável o forte acréscimo da área plantada da soja e do trigo. Nossa insistência em abordar essa temática, se justifica, pois a soja representou o principal vetor da modernização agrícola no Estado, responsável como vimos pelo aumento da população urbana e por estimular setores industriais.

No decorrer da década de 1970, especialmente em seus últimos anos e início dos 1980, a indústria superou a agricultura em participação no PIB estadual. Importante, destacar que, a maioria das indústrias vinculava-se a economia agrícola. Em 1975, é criada a CIC - Cidade Industrial de Curitiba, onde o governo municipal e estadual conferiram benefícios para receber indústrias e gerar emprego e renda e foi a partir deste momento que, o setor secundário deu saltos qualitativos, no que se refere à evolução do PIB Estadual, conforme o gráfico 2.

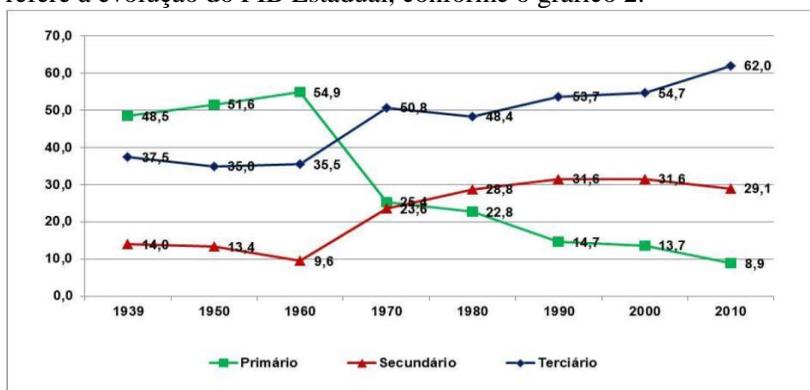


Gráfico 2 – PIB dos setores da economia paranaense

Fonte: IBGE - <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/>; IPEA - <<http://www.ipeadata.gov.br/>>.

Portanto, o Paraná moderno começa a ser gestado nos anos 1970, a partir de determinações econômicas e políticas que influenciaram de maneiras distintas seu espaço e sociedade. A industrialização deflagrada no Paraná (com destaque para a CIC e REPAR⁴⁹), a partir dos investimentos governamentais, moderados pela concessão de benefícios físicos, fiscais e financeiros, teve “[...] um papel de enorme importância tanto no crescimento do parque industrial do Paraná quanto na determinação de sua concentração no entorno de Curitiba”. Portanto, esse processo contribuiu para a mudança de comando do poder econômico, antes afirmado pelo Norte paranaense e no pós 1970 passava a ser conduzido por Curitiba e sua região metropolitana (TRINTIN, 2001, p.99).

A concessão de benefícios promovida pela CIC estimulou uma série de investimentos, destacando-se a introdução de empresas, como,

Siemens (equipamentos e aparelhos de telecomunicações), New Holland (máquinas agrícolas), Philip Morris (cigarros), White Martins, Furukawa Industrial (cabos telefônicos e acessórios), Robert Bosch (peças e equipamentos para diesel), Giben do Brasil (máquinas para corte de alta precisão), Bernard Krone do Brasil (reboques e semi reboques rodoviários) e Volvo (caminhões e ônibus), para citar algumas dentre as de capital internacional que de fato se implantaram (FIRKOWSKI, 2001, p.36).

Ampliando a discussão, o estudo do IPARDES (1982) apresenta alguns dados que demonstram que, a produção de gêneros tradicionais, vão terminantemente perdendo importância relativa, mesmo apresentando crescimento, sobretudo o setor madeireiro, que de uma participação no valor adicionado de 22,5% em 1970, desaba para 14,56% em 1979; o setor de alimentos que somava 23,67% da participação do valor adicionado da produção em 1970 cairia para os meros 17,03% em 1979. Sendo a indústria química, relativamente, a principal responsável por tamanha modificação, pois esta passaria de 7,73% em 1970 para os representativos 30,21% em 1979. A explicação para este feito se reflete na presença de REPAR, que em 1979 gerou sozinha 18,9% do valor adicionado industrial do Estado. Vale ressaltar também que, os ramos da mecânica, material de transportes, material

⁴⁹ Refinaria Presidente Getúlio Vargas ou Refinaria do Paraná (REPAR), localizada em Araucária, inaugurada em 1976.

elétrico e de comunicações, apresentaram leve ascensão na participação, saindo de 5,58% em 1970 para 6,49% em 1979.

Porém, é importante destacar que mesmo com todos os incentivos promovidos pela CIC, Fresca (2004, p.206), assinala que,

[...] não houve o desaparecimento das micro e pequenas empresas de capital local, mormente concentradas nos ramos da chamada indústria tradicional, com base numa produção e consumo local/regional. Significou sim a perda relativa da importância comparada às grandes plantas industriais dos ramos dinâmicos. Nesse período teve início a conformação do setor industrial confeccionista em Cianorte, apoiado grandemente nas micro e pequenas empresas; principiou-se a conformação do parque moveleiro em Arapongas; expandiu-se a produção de café solúvel; iniciou-se o setor confeccionista de bonés em Apucarana, dentre outros exemplos de ação e força do capital regional.

A autora supracitada demonstra com conhecimento de causa que, mesmo com toda farra de investimentos e benefícios para trazer companhias para a CIC, as áreas de pequena produção mercantil, continuaram esboçando o poder do empresariado de capital local/regional.

Aqui é importante esclarecer que todo o desencadeamento do processo de ocupação e a conquista de uma dinâmica urbano-industrial fez de algumas cidades a partir de suas gêneses, localidades escolhidas para receber uma maior quantidade de investimentos e transformarem-se nas principais centralidades das mais variadas regiões (mesorregiões) paranaenses. Estas receberam desde seus princípios apoios governamentais e algumas das companhias de colonização, a exemplo de Londrina e Maringá que nasceram para comandarem o Norte do Estado, foram planejadas desde o início para esta configuração, eram responsáveis pela coleta e expedição da produção rural, com destaque para o café que em seus tempos áureos, trouxe muitos investimentos e fez circular uma grande soma de recursos nesta região, fazendo surgir pelas mãos do Estado uma ampliada alocação de infraestrutura urbana e regional e, através do empresariado, fez florescer, silos, armazéns, hotéis, comércio em geral, indústrias, bancos, etc. Outras regiões do Estado também foram contempladas com suas “cidades privilegiadas” pelo poder público, entre estas podemos citar Cascavel, Toledo e Foz do

Iguaçu na região Oeste, Francisco Beltrão e Pato Branco no Sudoeste, sem esquecer as cidades que lentamente se tornaram dinâmicas, pois faziam parte de formações sócio-espaciais baseadas em áreas de campos, ou seja, em grandes propriedades criadoras de gado, como Ponta Grossa e Guarapuava, estas duas continuam com grande representatividade no Estado, já Palmas e Clevelândia, também cidades fundadas em áreas de campos, tiveram seus tempos de glória e atualmente passam por um tremendo retrocesso, fato que pode ser entendido por sua formação sócio-espacial, onde a elite rural absenteeista não conseguiu atingir a dinâmica própria da pequena produção mercantil em fazer novos investimentos e reinversões de seus capitais.

Assim, o processo de ocupação do território paranaense fez surgir uma dinâmica rede urbana, gerando algumas cidades prósperas (regiões-pólo) que, emergiram economicamente e continuam ocupando níveis hierárquicos elevados na rede, portanto prosseguem a comandar suas regiões e são áreas de influência direta de Curitiba que, faz a gestão territorial da rede. Esse processo foi determinado durante a expansão de sua ocupação e, a partir de 1970, com a consolidação do Paraná urbano, inicia-se um processo de pensar/planejar o futuro, almejando um novo modelo territorial do Estado. Deste modo, o governo, por meio dos pesquisadores do IPARDES, lançam duas publicações, “A Política de desenvolvimento urbano do Estado do Paraná (PDU)” (PARANÁ, 1973) e o “Projeto de regionalização administrativa” (IPARDES, 1976), nestes, apresentam um modelo que assegure um equilíbrio econômico-social entre as sedes municipais no processo de ocupação do território.

Como resultado, do “projeto de regionalização administrativa”, foi estabelecido 5 regiões e 14 sub-regiões. Contendo as seguintes sedes municipais: 1) Região de Curitiba, formada por 46 cidades; 2) Região de Ponta Grossa, formada por 24 centros; 3) Região de Londrina, constituída por 80 centros; 4) Região de Maringá, formada por 94 cidades e; 5) Região de Cascavel, constituída por 46 cidades.

Já no PDU foram estudadas as 288 cidades, sendo destacadas no diagnóstico e nas proposições as 41 cidades com mais de 10.000 habitantes que representavam 66,8% da população urbana do Estado. Como resultado o PDU propôs três alternativas para o Desenvolvimento Urbano, buscando assegurar um equilíbrio no processo de estruturação da rede urbana, assim as propostas denominaram-se: Sistema Polinuclear, Biaxial e Tripolar.

O sistema polinuclear⁵⁰ (bastante parecido com as regiões estabelecidas no “projeto de regionalização administrativa”) buscou ampliar a dinâmica das sedes municipais que demonstrassem ter centralidade regional expressiva.

O sistema Biaxial enfatizava dois eixos principais, que concentram uma adequada infraestrutura urbana e, congregam as principais sedes municipais do Estado. Esse sistema reforça a função da capital. A atividade urbana, deste sistema biaxial formaria uma interação espacial a partir da centralidade de Curitiba, constituída também por Paranaguá e a Ponta Grossa⁵¹, em direção as cidades de Londrina e Maringá. O outro eixo deste sistema se estenderia e em direção aos centros de Cascavel e Toledo. Essa proposta formaria um modelo linear (uma rede contínua) de desenvolvimento urbano.

Já o sistema Tripolar tinha como prioridade reforçar três polos de grande dinamismo. O primeiro polo seria constituído pelo conjunto de Curitiba e Ponta Grossa; o segundo seria formado por Maringá e Londrina e o terceiro polo corresponderia ao eixo Cascavel-Toledo-Guaíra. Estes três polos eram responsáveis a dar suporte ao desenvolvimento de suas regiões (IPARDES, 1983).

Portanto, desde a década de 1970, o Governo realiza propostas para o desenvolvimento do que ele denominou de espaços relevantes. Destacando que, desde então, a região Sudoeste não foi incorporada aos espaços tidos como relevantes. Assim, como o Sudoeste, outras regiões do Estado seguem polarizadas por estas centralidades de níveis hierárquicos superiores, que vão incorporando gradativamente infraestruturas e investimentos, contemplando as condições necessárias para o atendimento à população da centralidade e de sua área de influência.

⁵⁰ Esse sistema estabeleceu os seguintes polos: “Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Apucarana, Maringá, Paranavaí, Irati, União da Vitória, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel, Umuarama, Campo Mourão, Cornélio Procópio e Jacarezinho” (IPARDES, 1983, p.129).

⁵¹ Em relação ao desenvolvimento industrial, a proposta destacava o eixo Curitiba-Ponta Grossa-Paranaguá nomeado no sistema Biaxial. E, apontava Ponta Grossa como área alternativa à Região Metropolitana de Curitiba, para incorporar investimentos industriais.

2.5.1 - Tendências demográficas do Paraná

A tendência da dinâmica demográfica do Estado se orienta para a concentração populacional nas centralidades, indicadas pelo PDU (PARANÁ, 1973), estas, como vimos além de concentrar a população, somam os maiores aportes em infraestrutura, bens e serviços que dão suporte à estruturação do Paraná urbano-industrial.

Sinônimo de fronteira agrícola, entre 1950 e 1970 a população do Estado mais que triplicou, anotando taxas de crescimento, de aproximadamente 5% a.a. A população total passou de 2,1 milhões para 7 milhões de habitantes, majoritariamente rurais. A partir de então sofre um arrefecimento e passa a contar com taxas de apenas 1% a.a. Após os anos 1970 a transição do Paraná rural para o urbano foi intensa e gradual, mantendo uma elevação acentuada do grau de urbanização, passando de 36% em 1970 para 85% em 2010, como podemos observar na tabela 9.

Tabela 9 - Dinâmica Demográfica do Paraná – 1940 – 2010.

Ano	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização	Total
1940	302.272	934.004	24%	1.236.276
1950	528.288	1.587.259	26%	2.115.547
1960	1.305.927	2.962.312	28%	4.268.239
1970	2.504.378	4.425.490	36%	6.929.868
1980	4.472.561	3.156.881	58%	7.629.392
1991	6.197.953	2.250.070	78%	8.448.713
2000	7.786.084	1.777.374	81%	9.563.458
2010	8.912.692	1.531.834	85%	10.444.526

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 1940 a 2010.

Org.: CASARIL, C. C. 2013.

Como já mencionamos no decorrer deste capítulo, o aumento populacional no Estado teve suas razões vinculadas ao processo de expansão da fronteira agrícola e das estratégias bem sucedidas das companhias de colonização. Além do fluxo campo-cidade principiado a partir dos anos 1960, e aqui um destaque, deve ser dado à crise do café, sobretudo a “geada negra” de 1975, que provocou a intensificação do processo de modernização agrícola do Estado, sendo uma das principais responsáveis pela transição para culturas modernas, o que desencadeou

por sua vez, um acelerado processo de reestruturação na distribuição populacional no território.

A partir de então, ocorre um esvaziamento de amplas áreas rurais em direção a centros urbanos emergentes, com destaque para a capital do Estado, Londrina e Maringá. Além deste tipo de fluxo demográfico, ocorre também um fluxo no sentido das novas fronteiras agrícolas nacionais, que faz o Paraná recuar sua participação no total da população brasileira, declinando de 7,33% em 1970 para 5,48% em 2010.

Eram 80 centros urbanos presentes no Paraná em 1950 que, de uma década para outra duplicaram seu número, atingindo 162 cidades em 1960. Já em 1970, as cidades se ampliam para 288 centros urbanos, representando 36% da população. Em 1980, o Estado adiciona apenas duas cidades, somando 290 no total e, o processo de urbanização atinge 58%, ou seja, foi no decorrer dos anos 1970-1980 que o urbano começa a se destacar no Paraná. No Censo de 1991, volta a ampliar consideravelmente seu número de cidades, passando então a contar com 323 centros urbanos que aglomeravam 78% da população. Essa ampliação de centros urbanos persistiu durante a década 1990 e, é nesta década que se consolida no Paraná o modelo urbano-industrial (IPARDES, 2005), o Estado alcançou a soma de 399 cidades no Censo de 2000, as quais abrigavam 81% da população total, atingindo 85% em 2010 (IBGE, 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

A concentração demográfica, como relatamos, foi direcionada para determinadas centralidades, que elevaram sua participação no total da população estadual. Como é o caso de Curitiba, que em 1970, somava 8,8% do total da população paranaense e, em 2010, praticamente duplicava sua participação, alcançando os 16,77%. Ao lado de Curitiba, Londrina e Maringá, representariam os três maiores municípios do Estado, sendo que, as duas últimas também aumentaram a margem de participação, totalizando em 2010, 4,85% e 3,42%, respectivamente. Na tabela 10, verificamos que estes três polos, são responsáveis por concentrar, $\frac{1}{4}$ da população do Estado em 2010.

Tabela 10 – Brasil, Paraná e municípios mais populosos: população residente e participação no total da população (1970, 1980, 1991, 2000, 2010)

Localidade	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	94.508.583	121.150.573	146.825.475	169.799.170	190.755.799
Paraná	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.563.458	10.444.526
Curitiba	609.026	1.024.975	1.315.035	1.587.315	1.751.907
Londrina	228.101	301.711	390.100	447.065	506.701
Maringá	121.374	168.239	240.292	288.653	357.077
Total dos Três maiores municípios	958.501	1.494.925	1.945.427	2.323.033	2.615.685
Demais municípios do Paraná	5.971.367	6.134.467	6.503.286	7.240.425	7.828.841

Participação (%)	1970	1980	1991	2000	2010
Paraná/Brasil	7,33	6,30	5,75	5,63	5,48
Curitiba/Paraná	8,79	13,43	15,56	16,60	16,77
Londrina/Paraná	3,29	3,95	4,62	4,67	4,85
Maringá/Paraná	1,75	2,21	2,84	3,02	3,42
Total dos três maiores municípios	13,83	19,59	23,03	24,29	25,04
Demais municípios do Paraná	86,17	80,41	76,97	75,71	74,96

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Org.: CASARIL, C.C, 2014.

Na tabela supracitada⁵², verificamos que a população do Estado foi diminuindo sua participação em relação à população nacional. Constatamos também, que as três principais centralidades do Estado ampliam consideravelmente suas participações na população total, saindo de 13,83% em 1970 para 25,04% em 2010. Esse poder concentrador levou as demais municipalidades a perderem participação, que era de 86,17% em 1970, e em 2010 declinou para 74,96%.

Se aproveitarmos para analisar os municípios com população total superior a 250 mil habitantes no Estado, contabilizaremos sete sedes municipais (IBGE, 2010) (os três maiores mencionados na tabela acima), mais Ponta Grossa (311.611), Cascavel (286.205), São José dos Pinhais (264.210) e Foz do Iguaçu (256.088) que, juntos totalizariam

⁵² A partir dos dados observados na tabela 10, podemos inferir o quanto é importante a análise da dinâmica populacional para formular distintas políticas públicas. Destacando ainda, que esta análise é imprescindível para os partidos políticos em época de eleição estadual (Governador), pois as menores cidades concentram 74% dos habitantes do Estado. Essa observação é importante também, por exemplo, para um prefeito de uma cidade local, pois é uma ótima ferramenta para justificar o apoio a determinado projeto.

3.733.799 habitantes, o que representaria 35,75% de participação da população paranaense. Os demais municípios somariam um total de 6.710.727 habitantes e 64,25% de participação no total da população. Assim, ao analisarmos os sete maiores municípios, verificamos que o poder concentrador se amplia significativamente, atingindo $\frac{1}{3}$ da população do Estado.

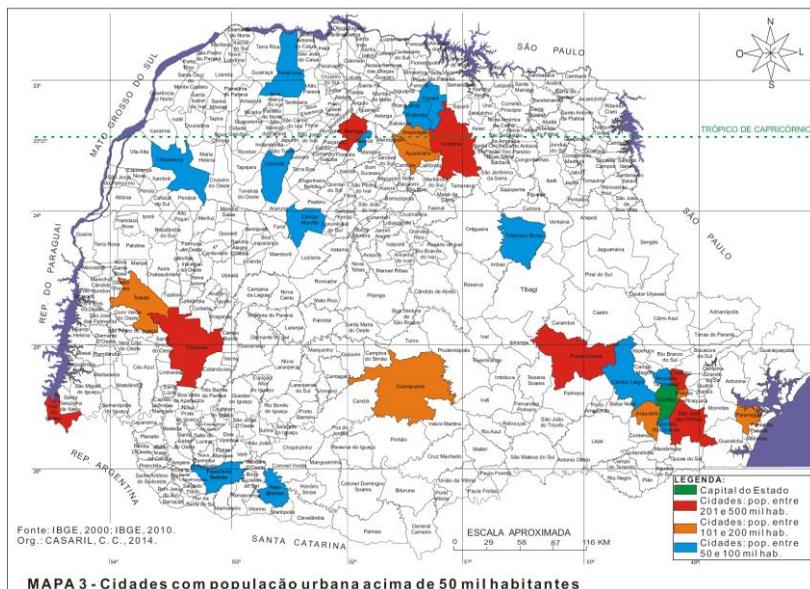
Esse acelerado processo de urbanização foi linear, ou seja, envolveu todos os municípios, além de ser, extremamente concentrador. Como sugerem o IPARDES (2005, 2006a, 2006b) e MOURA (2009), esse processo definiu três principais espacialidades no cenário paranaense⁵³. Estas espacialidades articulam-se a partir de arranjos complexos, como o arranjo urbano-regional de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, e a partir de arranjos singulares que somam centros da região Norte Central (polarizado por Maringá e Londrina) e centros da região Oeste (polarizado por Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu). Pois bem, como vimos essas três espacialidades, não esquivam em nada da proposta apresentada pelo PDU (PARANÁ, 1973), ou seja, as alternativas suscitadas para o desenvolvimento urbano na década de 1970 foram efetivadas e continuam sendo observadas pelo governo como as espacialidades relevantes.

O mapa 3, destaca as cidades com população (urbana) entre 50 e 100 mil habitantes, entre 101 e 200 mil habitantes e entre 201 e 500 mil habitantes. A partir desta configuração, verificamos que além das três principais espacialidades do Estado, outras centralidades regionais possuem grande representatividade e constituíram-se nos principais elos da atual rede urbana regional. Destacando aqui, os centros com população entre 50 e 100 mil habitantes⁵⁴ que somam 13 cidades, a exemplo de Francisco Beltrão e Pato Branco que comandam a região

⁵³ Na pesquisa “Os vários Paranás”, definiu-se três espaços, denominados como relevantes. Estas três espacialidades foram consideradas como espaços de concentração e densificação, acentuado pela importância econômica, técnico-científica e pela função de lugar central na rede urbana, tendo sua dinâmica amparada pela infraestrutura rodoviária.

⁵⁴ Essas centralidades “[...] mantêm a capacidade de reter sua população e muitos deles permanecem no mapa das principais centralidades do Estado ao longo de décadas, pela relevância de seu papel como centros de oferta de serviços de funções de maior complexidade” (IPARDES, 2010, p.35).

Sudoeste do Paraná que, aliás, não são considerados espaços relevantes pelo Ipardes (2006)⁵⁵.



A partir dos anos 1980, quando o Estado apresentou maior concentração de habitantes residindo em cidades, os centros urbanos com população no intervalo dos 50 a 500 mil habitantes passaram a desempenhar importante função para o desenvolvimento urbano-regional e econômico-social de suas áreas de influência, demarcando os caminhos da rede urbana no Estado. “As dinâmicas territoriais que operam na produção desses espaços de concentração resultam das lógicas do capital em sua busca de condições vantajosas para reprodução e acumulação, favorecidas pela atuação do estado a partir da formulação de políticas e da adoção de estratégias de desenvolvimento [...]” (MOURA, et. al., 2011, p.312).

⁵⁵ Na pesquisa intitulada “Os vários Paranás” verificamos que o Sudoeste fica excluído das políticas de dinamização realizadas pelo governo, não sendo, concebida como um dos três espaços relevantes do Estado. Neste estudo, o Sudoeste conta com Francisco Beltrão e Pato Branco que são identificados como de média relevância, além de alguns centros considerados como de mínima relevância e outros como espaços socialmente críticos (IPARDES, 2006).

Importante sublinhar que, o Estado para fins de planejamento, considera sua divisão em mesorregiões, formuladas pelo IBGE (1989). Adicionando a estas, três regiões metropolitanas, a de Curitiba proposta em 1973 e as editadas pelo governo estadual nos anos 1990, as regiões metropolitanas de Londrina⁵⁶ e de Maringá⁵⁷. O Estado foi dividido em 10 mesorregiões geográficas, a saber, Noroeste Paranaense, Centro-Occidental, Norte Central onde se inserem as RMs de Maringá e de Londrina, Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba (figura 3).

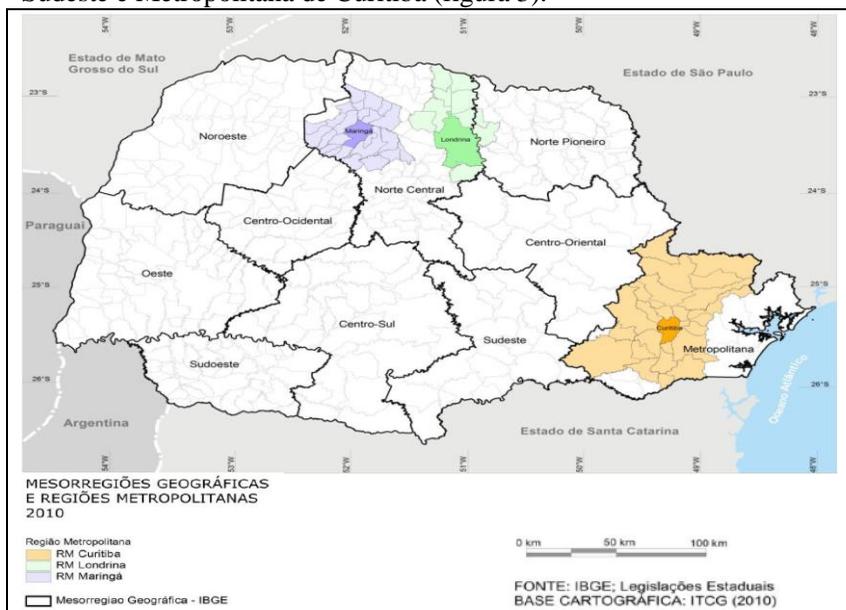


Figura 3 – Mapa do Paraná, Mesorregiões e Regiões Metropolitanas.

Fonte: Iparides, 2011; MOURA, 2011.

⁵⁶ A Região Metropolitana de Londrina foi instituída pela Lei Complementar Estadual n.81, de 1998. Formada, atualmente pelos centros de Londrina, Cambé, Rolândia, Ibiporã, Sertãoópolis, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho e Tamarana, (incluídos em 2010: Primeiro de Maio, Assaí e Alvorada do Sul e, Arapongas que foi incluída em 2013).

⁵⁷ A Região Metropolitana de Maringá foi instituída pela Lei Complementar Estadual n.83, de 1998. Inicialmente compreendia os municípios de Maringá, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Paiçandu e Sarandi. (Outros municípios foram incluídos em 2005 e em 2010, atualmente soma 25 centros).

Anteriormente, verificamos o poder de concentração populacional exercido pelos três e sete principais municípios, aqui, a fim de aprofundarmos a análise, apresentaremos a tabela 11, onde poderemos visualizar o total de habitantes residentes e a participação exercida por cada mesorregião no Estado.

Tabela 11 – População total e participação das mesorregiões no Paraná (1991-2010)

Mesorregiões	1991	2000	2010	% Total pop. Paraná 2010	Grau de Urbanização
Noroeste	655.509	641.084	678.319	6,49	83,40
Centro-Ocidental	387.451	346.648	334.125	3,20	80,26
Norte Central	1.638.677	1.829.068	2.037.183	19,50	91,26
Norte Pioneiro	555.339	548.190	546.224	5,23	80,00
Centro Oriental	547.559	623.356	689.279	6,60	84,70
Oeste	1.016.481	1.138.582	1.219.558	11,68	85,61
Sudoeste	478.126	472.626	497.127	4,76	69,58
Centro Sul	501.428	533.317	544.190	5,21	67,08
Sudeste	348.617	377.274	404.779	3,88	58,58
Metropolitana de Curitiba	2.319.526	3.053.313	3.493.742	33,45	91,57
Paraná	8.448.713	9.563.458	10.444.526	100,00	85,33

Fonte: IBGE, Censos Demográficos; IPARDES, 2011.

A partir de uma breve análise da tabela supracitada, verificamos que as mesorregiões: Metropolitana de Curitiba (33,45%), Norte Central (19,50%) e Oeste (11,68%), concentram acima de 64% dos habitantes do Estado. Estas três mesorregiões são as únicas a apresentarem os graus de urbanização acima do índice estadual. Já se somarmos apenas as Regiões Metropolitanas instituídas no Estado (RM de Curitiba, RM de Londrina e RM de Maringá), verificaremos que aproximadamente 50% da população concentram-se neste espaço, ou seja, a população paranaense apresenta um substancial processo de metropolização.

A tendência demográfica evidenciada através dos dados apresenta um contínuo processo de concentração populacional e econômica em centralidades determinadas, que possuem maior capacidade para sediar segmentos econômicos modernos, gerar valor, estruturar os serviços, a infraestrutura econômica e social, os ativos tecnológicos, as unidades descentralizadas dos governos federal e estadual, consolidando-se assim, como polos de atração das atividades produtivas e da população (IPARDES, 2005).

Na sequência, discutiremos a evolução hierárquica das cidades da rede paranaense.

2.5.2 - Evolução hierárquica dos centros da rede urbana do Paraná

Para discutirmos o processo de evolução hierárquica das cidades da rede paranaense adotaremos dois trabalhos basilares desenvolvidos sobre a temática, o próprio REGIC de 2007 (IBGE, 2008), que traz um apanhado geral de todos os REGICs sobre esse processo de evolução hierárquica, além de, mencionarmos a análise produzida pelos pesquisadores do IPARDES, intitulada “Comentários sobre os resultados do REGIC 2007” (IPARDES, 2009).

As pesquisas realizadas (REGICs), mesmo com diferenças metodológicas, guardam comparabilidade entre as classes definidas em cada período, como vimos na parte 2.4 deste capítulo. Permitindo assim, verificarmos o percurso da evolução da rede e da hierarquia das cidades paranaenses (quadro 5).

REGIC 1966		REGIC 1978		REGIC 1993		REGIC 2007	
Denominação	N.º	Denominação	N.º	Denominação	N.º	Denominação	N.º
Centro Macrorregional	1	Metrópole Regional	1	Máximo	1	Metrópole	1
		Centro Submetropolitano	1				
Centro Regional A	2	Capital Regional	8	Muito forte	2	Centro Regional B	3
Centro Regional B	2			Forte	2	Centro Regional C	1
Centro Sub-Regional A	6	Centro Sub-Regional	18	Forte para médio	9	Centro Sub- Regional A	10
Centro Sub-Regional B	9			Médio	13	Centro Sub- Regional B	4
Centro Local A	11	Centro de Zona	54	Médio para fraco	11	Centro de Zona A	15
Centro Local B	30			Fraco	11	Centro de Zona B	22

Quadro 5 – Evolução da Hierarquia dos Centros da Rede Urbana do PR
Fonte: IBGE (2008) apud IPARDES (2009, p.21).

Um primeiro destaque a esse processo de evolução, diz respeito à hierarquia de nível superior da rede paranaense que não se alterou ao longo dos quatro REGICs, mantendo Curitiba como a centralidade mais dinâmica, consolidando-se como a metrópole paranaense constituindo, em sua aglomeração, um conjunto de centros urbanos responsáveis por concentrarem população, riqueza e conhecimento (figura 4).

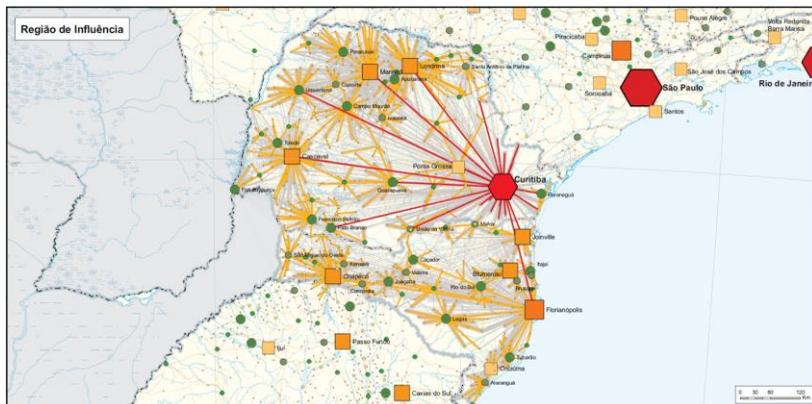


Figura 4 - Região de Influência de Curitiba – PR (REGIC 2007)

Fonte: IBGE, 2008, p.95.

Na sequência hierárquica da rede urbana paranaense, conforme as pesquisas aparecem em 1966, Londrina e Ponta Grossa, como Centros Regionais A, e Maringá e Pato Branco, como Centros Regionais B. Destaca-se o importante papel desempenhado por Ponta Grossa e Pato Branco nessa época, e sua significativa modificação, comparativamente a 2007, cada qual por suas especificidades. A classificação recente posiciona Ponta Grossa como Capital Regional C, tendo em posições superiores Londrina, Maringá (figura 5) e Cascavel (Capitais Regionais B). Pato Branco mantém-se como Capital Regional na pesquisa de 1978⁵⁸, porém no atual REGIC é classificado como Centro Sub-regional A, portanto, Pato Branco apresentou retrocesso em relação a sua posição de vanguarda como centro polarizador da rede paranaense (IPARDES, 2009).

⁵⁸ “Os resultados da pesquisa de 1978 registram também o período em que a modernização do campo provocou intenso êxodo do rural para o urbano, reforçando um grande conjunto de centros regionais no interior do Estado – tanto é que foram identificados quatro Centros Regionais na pesquisa de 1966, passando a oito, na categoria compatível da pesquisa de 1978” (IPARDES, 2009, p. 21).

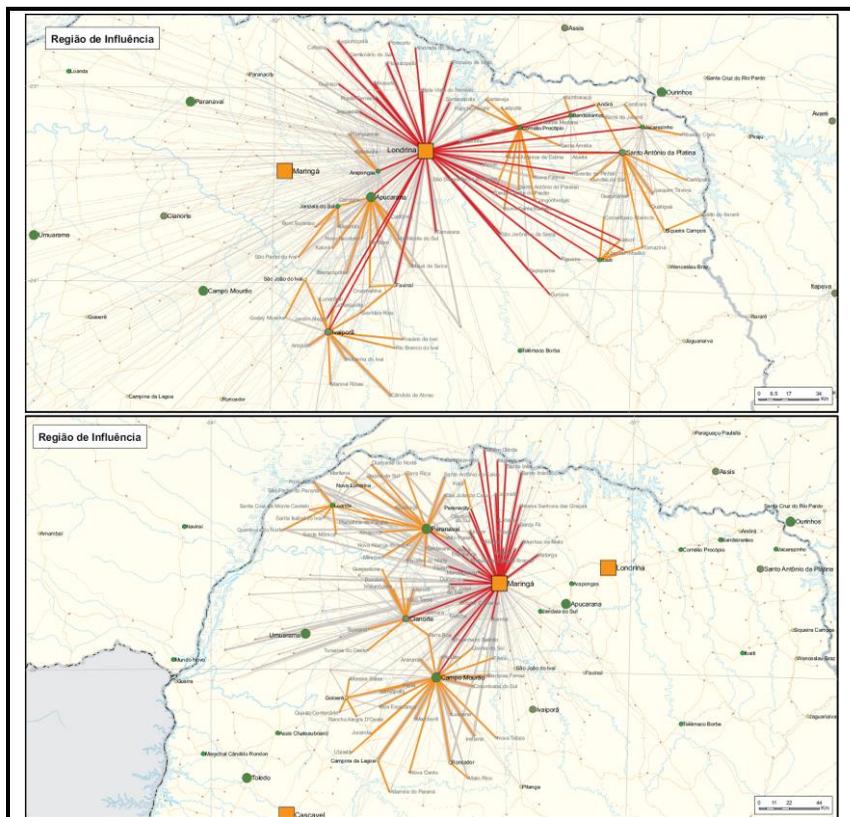


Figura 5 - Região de Influência de Londrina e de Maringá (Capitais Regionais B)

Fonte: IBGE, 2008, p.121-122.

Entre os níveis superiores, cabe menção a Cascavel, que deu saltos qualitativos no decorrer das pesquisas. Na REGIC 1972, Cascavel classificava-se como Centro Sub-regional A, passando a Capital Regional, em 1987, já em 2000 apresentava-se como nível Forte e na REGIC de 2008, incrivelmente, atinge a mesma posição das ACPs de Londrina e Maringá “Capital Regional B”⁵⁹ (figura 6). Ainda

⁵⁹ Verificamos, portanto que Cascavel deu saltos qualitativos no último REGIC (IBGE, 2008) em comparação as pesquisas anteriores, uma possível explicação para este resultado, se deve, ao fato, de ser a primeira vez que a rede de Cascavel absorve toda rede de Francisco Beltrão, polariza parte de Campo Mourão e continua incorporando as redes de Foz de Iguaçu e Toledo. Mesmo

Região Sul. Em 1993 (IBGE, 2000b), Londrina retrocede sua posição na escala nacional e estadual da rede urbana, equiparando-se a Maringá que nesta pesquisa ascendeu de nível hierárquico (nível Muito Forte), estas formam as duas principais centralidades do Norte Central. O declínio de Londrina,

[...] associa-se à consolidação da indústria no espaço metropolitano, com a implantação da Refinaria da Petrobrás e a criação dos distritos industriais de Curitiba e Araucária, que impulsionaram a concentração da renda, a diversificação produtiva e no âmbito do comércio e serviços, e a qualificação do espaço metropolitano, distanciando, nessa escala, cada vez mais a metrópole de Curitiba de Londrina e dos demais centros paranaenses (IPARDES, 2009, p. 20-21).

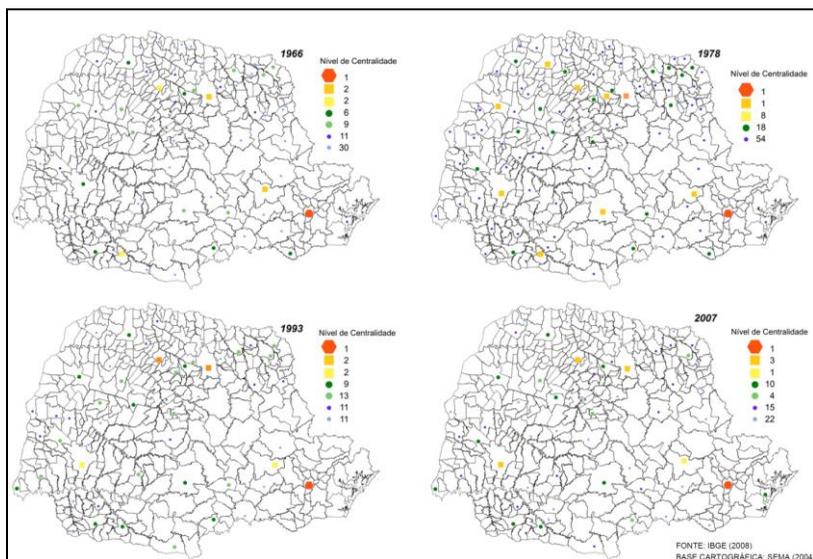


Figura 7 - Evolução da Hierarquia Urbana no Paraná

Fonte: IPARDES, 2009, p.22.

Maringá, na pesquisa de 1978 (IBGE, 1987), se apresentava ao lado de outros sete centros urbanos, como Capital Regional, sendo a única centralidade a ascender (como vimos) ao nível Muito Forte na pesquisa de 1993 (IBGE, 2000b). A cidade de Apucarana, como Centro Sub-regional A, na última pesquisa, conserva-se em classificações

compatíveis durante todo o período. Dos sete centros, Cascavel e Ponta Grossa, classificam-se em 1993, como nível Forte, as demais centralidades se posicionam no nível imediatamente abaixo, Forte para Médio, todos estes se sustentam na pesquisa atual como Centros Sub-regionais A. Ponta Grossa se mantém na mesma posição, não conseguindo seguir a trajetória de Cascavel, possivelmente devido à força exercida a favor da metrópole. Também sob essa influência, mas de maneira oposta, aparece Paranaguá, que vinha se mantendo em posições finais na hierarquia, saltando atualmente, para o nível de Centro Sub-regional A. A importância das classes desses centros reforça a centralidade da ACP - Área de Concentração da População metropolitana de Curitiba e ratifica a importância do arranjo urbano-regional no âmbito do conjunto do Estado. Destacando que segundo a pesquisa REGIC 2007 (IBGE, 2008), a ACP de Curitiba e a ACP de Porto Alegre, dividem o comando a rede urbana da Região Sul (figura 8) (IPARDES, 2010).

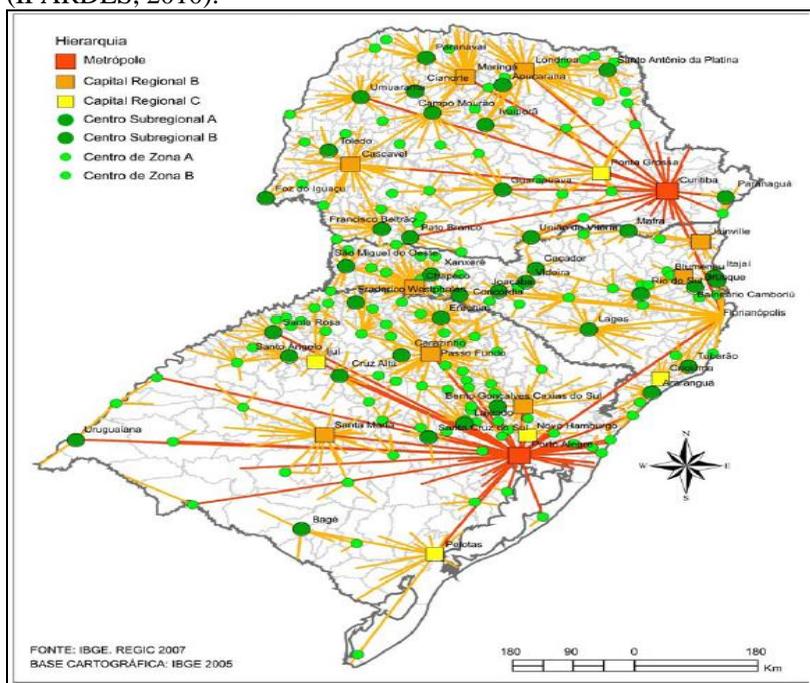


Figura 8 - Rede Urbana do Sul do Brasil

Os Centros Sub-regionais apresentaram pequena alteração no decorrer das pesquisas, elevando-se de 15, em 1966, para 18, em 1978, e

declinando para 14, em 2007. Verificamos que alguns centros ascenderam e outros retrocederam suas posições hierárquicas (IPARDES, 2009).

- Apucarana, Paranavaí, Umuarama e Guarapuava classificaram-se como Capitais Regionais em 1966, ascendendo-se ao nível de Centros Regionais, em 1978, regressando à posição inicial, em 2007, como Centros Sub-regionais.

- Francisco Beltrão, União da Vitória, Campo Mourão, Cianorte e Santo Antônio da Platina sustentaram-se na posição de Centros Sub-regionais nas pesquisas.

- Ivaiporã e Toledo progrediram de Centros Locais, em 1966, para Centros Sub-regionais nas últimas três pesquisas; já Foz do Iguaçu e Paranaguá posicionavam-se como Centros Locais em 1966 (equivalente a Centros de Zona, em 1978), prosperando para Centros Sub-regionais em 2007.

- Arapongas, Cornélio Procópio, Irati, Jacarezinho e Rio Negro regressaram de Centros Subregionais, nos REGICs de 1966 e 1978, para Centros de Zona, na pesquisa de 2007.

- Jandaia do Sul, Ibaiti, Loanda, Nova Esperança e Bandeirantes, que em 1966, classificavam-se como Centros Locais, elevaram-se para Centros Sub-regionais, em 1978, retrocedendo para Centros de Zona em 2007 (equivalente à Centro Local em 1966).

“Entre os demais centros, percebe-se ainda alguma alteração favorável no grau inferior da hierarquia em Laranjeiras do Sul e Palmas, que ascendem de Centros Locais B, em 1966, para Centros de Zona A, em 2007” (IPARDES, 2009, p. 24).

A configuração da atual rede urbana paranaense apresentou poucas alterações em relação à função das cidades na rede. Rede que é marcada pela força exercida pelas centralidades de Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, onde se alonga a principal área de concentração populacional e econômica do Estado, conforme verificamos na figura 4 (região de influência de Curitiba), que permite visualizarmos a distribuição desses principais centros e suas respectivas áreas de influência, além de outras centralidades de menor nível hierárquico, mas que, todavia, ajudam a compor o desenho da atual rede de cidades do Paraná. As principais centralidades mencionadas contribuem (como foi pensado no PDU de 1973) para assegurar um equilíbrio no processo de estruturação e desenvolvimento da rede urbana, corroborando assim, para que essas cidades mantenham um atendimento a população de suas regiões de influência, como educação,

saúde, bens e serviços, visando arrefecer a intensidade dos fluxos demográficos a fim de suprir tais necessidades em Curitiba.

A seguir, realizamos uma breve análise da dinâmica econômica paranaense e de suas principais centralidades, realçando os dados do PIB dos anos 2000, os quais por sua vez, proporcionam um melhor entendimento do processo de estruturação da rede.

2.5.3 - Análise dos dados econômicos atuais dos principais centros da rede

Nos anos recentes, o Paraná vem se mantendo na sexta posição em relação à participação do PIB nacional. Considerando-se a distribuição setorial do PIB paranaense entre 2000 e 2010, verificamos uma expressiva redução do peso da agropecuária de 4,8% no período de 2000 a 2010, uma redução também ocorre na participação do PIB industrial de 2,5%, porém uma redução tímida se compararmos as perdas da participação da agropecuária. Essas perdas favoreceram um crescimento de 7,3% na composição do PIB do setor terciário (tabela 12).

Tabela 12 – Composição setorial do PIB Estadual (2000, 2005 e 2010)

Período	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços
2000	13,7	31,6	54,7
2005	8,4	30,2	61,4
2010	8,9	29,1	62,0

Fonte: IBGE - ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/

Org.: CASARIL, C.C., 2014.

Em relação à composição do PIB paranaense, verificamos que são poucos os municípios que significativamente contribuem. A tabela 13, a seguir, apresenta os municípios que possuem uma participação acima de 1% na composição Estadual.

Tabela 13 – Municípios com participação maior que 1% no total do PIB do Paraná (2000, 2005 e 2010)

Município	PIB 2000		PIB 2005		PIB 2010	
	Participação (%)	Posição	Participação (%)	Posição	Participação (%)	Posição
Curitiba	23,71	1ª	23,55	1ª	24,44	1ª
Araucária	5,63	2ª	5,55	2ª	5,69	3ª
São José dos Pinhais	5,33	3ª	5,37	3ª	6,30	2ª
Londrina	5,31	4ª	4,91	4ª	4,57	4ª
Foz do Iguaçu	4,33	5ª	3,83	5ª	3,11	7ª
Maringá	3,84	6ª	3,63	6ª	3,80	5ª
Paranaguá	3,16	7ª	3,14	8ª	3,31	6ª
Ponta Grossa	2,83	8ª	3,15	7ª	2,73	8ª
Cascavel	2,23	9ª	2,30	9ª	2,39	9ª
Guarapuava	1,42	10ª	1,51	10ª	1,21	11ª
Pinhais	1,16	12ª	1,19	12ª	2,07	10ª
Toledo	1,09	11ª	1,23	11ª	1,13	12ª
Acumulado participação > 1%	60,04		59,35		60,75	
Demais municípios	39,96		40,65		39,25	

Fonte: IBGE - <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/>.

Org.: CASARIL, C.C., 2014.

Nos períodos de 2000, 2005 e 2010, mantiveram-se os mesmos 12 municípios com participação superior a 1% do PIB total do Estado. Um destaque que nos chama atenção em 2010 é Arapongas que totaliza 0,99% e Colombo que atinge 0,98% de participação, os quais provavelmente atinjam nos próximos anos a participação acima de 1% do PIB paranaense.

Em 2000, estes municípios somavam 60,04% do PIB total, índice que recuou para 59,35% em 2005 e elevou-se para 60,75% em 2010, o que demonstra que não estão ocorrendo movimentos de desconcentração a partir das principais centralidades que incidem sobre o arranjo urbano-regional metropolitano de Curitiba e sobre Londrina, Maringá, Cascavel e Toledo, Foz do Iguaçu, assim como Guarapuava. O IPARDES utiliza estes dados como justificativa para identificar o que denominou de espacialidades relevantes em “Os vários Paranás” (IPARDES, 2005, 2006a, 2006b), estas que, corresponderam exatamente as 12 municipalidades com participação no PIB Paraná acima de 1% e, como já mencionamos, foram identificadas no PDU de 1973.

Importante mencionar aqui, já que, nosso universo de estudo envolve cidades do Sudoeste do Estado, que esta região não conta com nenhum centro com participação acima de 1% no PIB Estadual. Pato Branco é a cidade que conta com a maior participação no PIB do Paraná em relação aos outros municípios do Sudoeste, conquistando 0,58%, 0,70% e 0,69% de participação, respectivamente, para os anos 2000,

2005 e 2010. Francisco Beltrão vem na segunda colocação da região, com participação de 0,51, 0,55 e 0,60 respectivamente para os anos mencionados.

Se ampliarmos a análise, teremos 50 municípios em 2000 com participação superior a 0,25% do PIB total do Paraná, os quais totalizam 78,26% do total do PIB no período. Em 2010, 52 municípios possuíam PIB superior a 0,25%, os quais concentram 78,47% do total do PIB paranaense. A partir destes dados podemos ver que em 2010, dos 399 municípios paranaenses, 347 repartem um total de 21,53% do PIB Estadual, uma análise que reforça o entendimento da extrema concentração e desigualdade socioeconômica das municipalidades paranaenses.

Uma leitura do PIB setorial mostra que, no Paraná, 14 municípios tiveram participação maior que 1% no total do PIB da indústria do Estado, concentrando 65,86% do total em 2010 (em 2000, eram 19 municípios, os quais totalizavam 74,38%). Entre este período (2000-2010) verificamos que, o número de municípios com participação acima de 1% diminui juntamente com o total que concentravam, porém mesmo assim, a centralização exercida pelas principais cidades do Estado continuou elevadíssima. Para facilitar o entendimento, apresentamos a seguir, em ordem decrescente os centros de maior expressão: Curitiba (16,29%); São José dos Pinhais (11,78%); Araucária (9,07%); Foz do Iguaçu (7,59%); Ponta Grossa (3,62%); Londrina (3,26%); Paranaguá (2,97%); Maringá (2,89%); Cascavel (1,71%); Toledo (1,63%); Arapongas (1,53%); Pinhais (1,46%); Telêmaco Borba (1,04%); Colombo (1,02%).

Se incluirmos os municípios com participação acima de 0,50% do PIB industrial do Paraná em 2010, teremos como resultado, 32 municípios e uma concentração de 78,67% do PIB da indústria do Estado. Importante notar que, entre os centros que possuem uma participação entre 0,50% e 0,99% do PIB industrial, temos 18 centralidades que representam 12,82% do total do PIB da indústria, entre estas, destacam-se Rolândia (0,96%); Guarapuava (0,95%); Campo Largo (0,89%); Campo Mourão (0,85%); Apucarana com 0,80%, Cambé (0,80%); Francisco Beltrão (0,69%); Pato Branco (0,68%), dentre outras. Assim, podemos dizer que, os centros com participação acima de 0,50% do PIB do setor secundário representam também centros potencialmente dinâmicos que, na maioria dos casos, se desenvolveram industrialmente graças ao capital local/regional, sem contar com os arrebatedores subsídios governamentais, circunscritos, principalmente a Curitiba e sua região metropolitana.

Se ampliarmos a análise e considerarmos os municípios com participação acima de 0,25% do total do PIB da indústria estadual verificaremos em 2010, 53 municípios, que totalizaram 85,97% do total do PIB (em 2000, eram 47 municípios, que somavam 87,52% do total do PIB da indústria). Já se considerarmos aqueles com participação acima de 0,20% do PIB industrial, 61 municípios e 87,78% do PIB Estadual.

Incluindo os com 0,15% a 0,19% somaremos 12 municípios e 1,81% do PIB industrial, e se somarmos aos municípios com mais de 0,15% do PIB da indústria, contabilizaremos 69 centros e 89,59% do total do PIB industrial do Paraná em 2010. Sabendo que, nosso Estado conta com 399 municípios, tem-se a difícil missão de dividir (o restante do bolo) 10,41% do PIB industrial do Estado entre 330 municipalidades.

Em relação ao PIB do setor primário paranaense, verificamos uma melhor distribuição, podemos dizer que, esse setor apresenta-se disperso entre as municipalidades, para exemplificar, podemos dizer que, o município que somou a maior participação teve apenas 1,98%. Se analisarmos os municípios que somam acima de 1% do PIB agropecuário do Estado, veremos que, apenas sete municípios possuíam essa quantia, os quais totalizaram 9,01% do PIB (no ano 2000 também eram sete municípios que detinham participação acima de 1%, estes totalizaram 10,18%), ou seja, diferentemente do poder concentrador do setor secundário, a agricultura possui uma distribuição mais equilibrada entre as municipalidades. Dos municípios que contabilizaram o PIB da agricultura acima de 1% em 2010, Castro aparecia na primeira colocação com 1,98%, seguido por Telêmaco Borba (1,46%), Cascavel (1,17%), Tibagi e Toledo (1,11%), Lapa (1,10%) e Guarapuava com 1,07%⁶⁰.

Ampliando a análise e relacionando as municipalidades que apresentaram em 2010 uma participação no PIB da agricultura do Estado acima de 0,25%, reuniremos 154 municípios que totalizaram 66,11% do PIB do setor primário (em 2000, somavam 143 municípios que representavam 66,68%) Se acrescentarmos ainda, os municípios que reúnem uma participação no PIB da agropecuária entre 0,15% e 0,24% teremos um total de 108 municípios, que somam 20,57% do PIB. Se somarmos o total dos municípios com participação acima de 0,15% do PIB, teremos 262 municípios, os quais totalizaram 86,68% do PIB

⁶⁰ Em 2000 os municípios que possuíam participação no PIB agropecuário acima de 1% era Castro (1,79%), Guarapuava (1,62%), Toledo (1,53%), Cascavel (1,51%), Tibagi (1,43%), Ponta Grossa (1,28%) e Cândói (1,02%).

Estadual da agricultura (em 2000 tínhamos 240 municípios que somavam 85,30% do PIB). Desta forma, restarão 13,32% do PIB da agricultura do Paraná para serem distribuídos entre os demais 137 municípios do Estado.

Salientando que, o PIB do setor primário paranaense em 2010 somou R\$:15.871.270,44 e o PIB industrial do Estado totalizou R\$: 51.410.752,45. O que por sua vez, contabilizou uma diferença positiva para a indústria de R\$: 35.539.482,02.

Em relação aos resultados do PIB do setor terciário do Estado, verificamos que em 2010 o mesmo contabilizou R\$: 150.007.653,70, ou seja, aproximadamente três vezes superior ao PIB industrial e 10 vezes superior ao PIB do setor primário.

Em 2010, 12 centros conquistaram uma participação no PIB do setor terciário Estadual acima de 1%, estes totalizaram 65,78% (em 2000 eram 11 centros que totalizavam 62,98%), portanto, um setor concentrador, igualmente ao setor secundário. Os centros de maior expressão no PIB terciário são Curitiba (29,81%), Londrina (5,42%), Araucária (5,10%), São José dos Pinhais (5,05%), Maringá (4,49%), Paranaguá (3,77%), Cascavel (2,75%), Ponta Grossa (2,64%), Pinhais (2,49%), Foz do Iguaçu (1,89%), Guarapuava (1,33%) e Colombo (1,05%). Estes centros correspondem às espacialidades das principais centralidades do Estado, assim, verificamos que, os centros de maior expressão no PIB industrial correspondem também aos centros de maior participação no terciário.

Em relação aos centros, também de grande expressão, com participação no PIB terciário logo abaixo de 1%, podemos destacar Toledo (0,96%), Arapongas (0,87%), Apucarana e Campo Mourão (0,79%), Pato Branco (0,72%), Francisco Beltrão (0,57%), dentre outros.

Quanto aos centros com participação superior a 0,25% do PIB terciário, verificamos um total de 43 municípios que somaram 80,17% do PIB do setor terciário (em 2000 tínhamos 45 centros que somavam 80,06%), ou seja, um setor altamente concentrador. Destacando que, em 2010 restavam 19,83% PIB terciário para serem repartidos entre 356 centros urbanos.

A verificação destes dados deixa claro que, ao longo da inserção do Paraná na divisão territorial do trabalho, a maior parte da receita gerada, ou melhor, a dinâmica econômica paranaense tem localização determinada, logo, a concentração populacional e a concentração econômica estão em áreas específicas. Descobrimos também que, estas áreas, foram determinadas (explicitadas) no estudo denominado PDU

(PARANÁ, 1973), e de lá para cá foram reforçadas em um discurso de um desenvolvimento regional equilibrado, porém esse dito equilíbrio fez ampliar ainda mais a desigualdade regional, basta examinar os dados apresentados e ver a forte concentração econômica. Mas, sabemos que aquele estudo visava aprofundar o desenvolvimento econômico das cidades polos, como forma destas suprirem as necessidades imediatas e de maiores valores agregados para uma população residente nos centros urbanos de suas áreas de influência e, o aprofundamento destas demandas ocorreu, mas ainda falta um longo caminho para descentralizarmos alguns serviços, a exemplo, entre outros, dos serviços de saúde especializados, pois vários habitantes de cidades locais e sub-regionais precisam se deslocar a capital do Estado para receberem atendimentos de diversas especialidades médico-hospitalares (consultas, exames e cirurgias).

2.6 – Considerações do Capítulo

Neste capítulo, verificamos que a industrialização brasileira foi se desenvolvendo a partir do processo de substituição de importações, sobretudo nos anos 1930, quando essa industrialização desenvolve-se não apenas voltada para o mercado externo, mas ao mesmo tempo para o mercado interno, passando assim, a figurar não mais exclusivamente confinado ao papel demandado externamente, pois teve forças para suscitar seus próprios ciclos internos de desenvolvimento (Juglarianos Brasileiros).

Destacamos também que, à medida que o complexo rural foi se desintegrando, cada atividade emancipada dava origem a um particular ramo industrial.

Defendemos também a tese de que foi com a Revolução de 1930 que a modernização da agricultura teve suas raízes e foi se estruturando e ganhando corpo através da implantação e/ou fortalecimento de órgãos públicos. Essa Revolução levou Getúlio Vargas ao poder e foi também a partir dela que a industrialização brasileira deu saltos qualitativos, a partir de um governo nacionalista que chegou, até mesmo, a editar algumas leis para proteger a indústria nacional nascente e a criar grandes indústrias estatais.

Demonstramos que, foi a partir do terceiro quartel do século XX que o processo de urbanização brasileira iniciou seu processo desenfreado de crescimento.

Também verificamos que o IBGE realiza estudos particulares para entender a dinâmica da rede urbana brasileira, denominados de

“Regiões de influência das cidades”. Estudos estes que apresentam mapas dos principais fluxos realizados entre as centralidades nacionais.

Relatamos também, o processo de estruturação de D_1 e do D_2 ; as dificuldades ocasionadas durante as décadas de 1980 e 1990 com a inserção das medidas neoliberais, o período de hiperinflação; a abertura de mercado; a implantação de uma nova moeda; o desemprego no período FHC, etc. Além de mencionarmos a retomada do crescimento da economia e do emprego e da dinâmica social durante os dois mandatos do governo Lula.

No capítulo, também destacamos o processo de ocupação do território paranaense até atingir seu atual quadro de concentração populacional e econômica. Concentração realizada pelos principais centros do Estado, a se destacar Ponta Grossa e Região Metropolitana de Curitiba (indústria pesada); Região Metropolitana de Londrina e Maringá (indústria e agronegócio) e Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo (agro-industrialização).

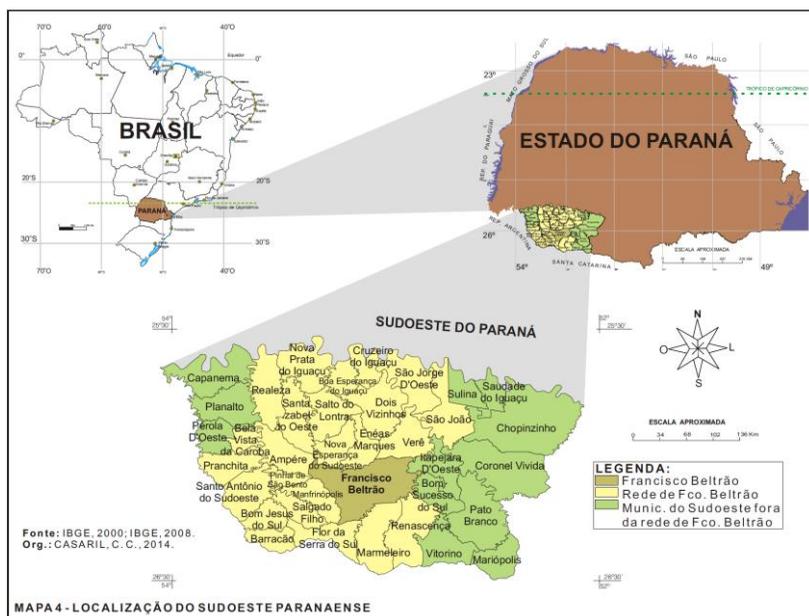
Essa parte do estudo nos permitiu verificar o processo de industrialização e de urbanização e suas dinâmicas atuais, possibilitando-nos assim, entender a conjuntura da rede urbana nacional, sobretudo a paranaense.

No capítulo a seguir, analisaremos a formação sócio-espacial da região Sudoeste do Paraná, somando-se a gênese e estruturação da rede urbana de Francisco Beltrão.

3 - FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO SUDOESTE PARANAENSE: GÊNESE E ESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO

Neste capítulo discutiremos a Formação Sócio-Espacial do Sudoeste do Paraná, pois entendemos que esta formação foi determinante para o povoamento e, portanto para a gênese das cidades, que por sua vez, evidenciará a formação da rede urbana de Francisco Beltrão-PR.

Conforme o IBGE (1990), a Região Sudoeste paranaense ou Mesorregião Sudoeste paranaense (termo utilizado pelo IBGE), compreende 37 sedes municipais, que podemos verificar no mapa 4. Vale ressaltar que também destacamos no mapa abaixo, os centros que fazem parte da atual rede urbana de Francisco Beltrão, segundo o IBGE (2008).



Como já mencionamos no primeiro capítulo desta tese, a Formação Sócio-Espacial refere-se à análise da concreticidade de uma sociedade, logo, compreende sua evolução, sua situação atual, sua mudança histórica e suas relações sendo esta uma realidade histórico-concreta, geograficamente localizada.

3.1 - A Pré-Colonização do Sudoeste Paranaense

O Sudoeste paranaense se formou a partir de uma das últimas áreas ocupadas pela fronteira agrícola no Estado do Paraná. Tem a particularidade de ser uma área colonizada/povoada por agricultores (colonos) gaúchos e catarinenses, descendentes de imigrantes alemães e italianos, que se dedicavam à policultura em pequenas propriedades. Todavia, podemos dizer que esta característica é contemporânea, pois apenas a partir dos anos 1940-1945, sobretudo, após 1950 que se estabelece um povoamento célere por colonos migrantes.

Deste modo, antes de 1940, sobretudo, antes do século XX, o que hoje em dia titulamos de Sudoeste paranaense⁶¹ era habitado por “[...] uma população cabocla, rarefeita, de modo precário, com miserável cultura de subsistência e sem a propriedade da terra que ocupava, como posseira, praticando suas queimadas e marchando sempre adiante logo que via a terra esgotada, despreocupada mesmo pela sua legalização” (WESTPHALEN et al., 1958, p.30).

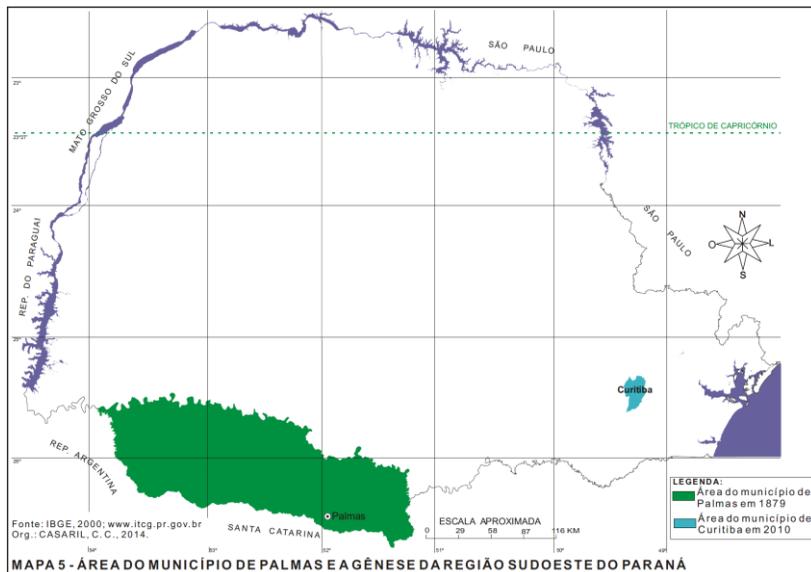
O Sudoeste originou-se a partir da região dos Campos de Palmas, pois a área atual da mesorregião Sudoeste pertencia ao município de Palmas⁶², município este, que teve sua instalação em 1879. Nesta época o território do Estado do Paraná estendia-se até o rio Uruguai, na divisa com o Rio Grande do Sul. Não existindo qualquer município na atual região Oeste de Santa Catarina, que pertencia, portanto, ao município de

⁶¹ Conforme Ricardo Abramovay (1981), três fatos principais marcaram a formação da região até este período:

- a) a disputa territorial entre Brasil e Argentina: uma boa parte do atual Sudoeste Paranaense passou a pertencer ao Brasil apenas a partir de 1895, após um arbitramento na disputa de terras, no qual o presidente norte-americano George Cleveland deu ganho de causa ao Brasil (CLETO, 1976, p.216-217 apud ABRAMOVAY, 1981, p. 18);
- b) a Guerra do Contestado marcou outra disputa territorial envolvendo a região, desta vez entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. A questão só foi resolvida em 1916 (ABRAMOVAY, 1981, p. 18);
- c) as três colônias militares que se instalaram na região até o fim do século passado (Chapecó e Chopim, 1822 e Iguazu, 1889), embora traduzissem ao menos em parte, a preocupação de ocupar a terra através de uma economia camponesa, pouco fizeram neste sentido (BOUTIN, 1977, p. 34-37 apud ABRAMOVAY, 1981, p.18).

⁶² Os municípios de Palmas, Clevelândia, Mangueirinha, Bituruna, General Carneiro, Honório Serpa, etc. atualmente fazem parte da Mesorregião Centro Sul paranaense, conforme (IBGE, 1990).

Palmas. A seguir, apresentaremos o mapa 5, no qual podemos visualizar a área do município de Palmas em 1879, porém não incluímos a área do Oeste catarinense neste mapa, que nesta data pertencia a Palmas – PR como acabamos de relatar.



Não só a área do atual Sudoeste pertencia à região dos Campos de Palmas, como também foi a partir da população procedente desta região que o povoamento das matas sudoestinas teve seu pontapé inicial. Portanto, se faz imprescindível, uma breve explanação da formação sócio-espaical da região de Palmas.

A FES da região de Palmas é caracterizada por uma vegetação natural de campos, na qual se desenvolveu uma classe de latifundiários pecuaristas. Esta dinâmica econômico-espaical recebeu destaque na literatura sobre redes urbanas, Corrêa (2006, p.284) menciona que uma das características próprias das formações sócio-espaiais referendadas na grande propriedade consiste na “[...] drenagem da renda fundiária rural pela cidade, a partir do absenteísmo dos grandes proprietários [...]”, outra característica importante é a formação de uma rede de cidades composta por uma menor densidade e maior espaçamento de centros.

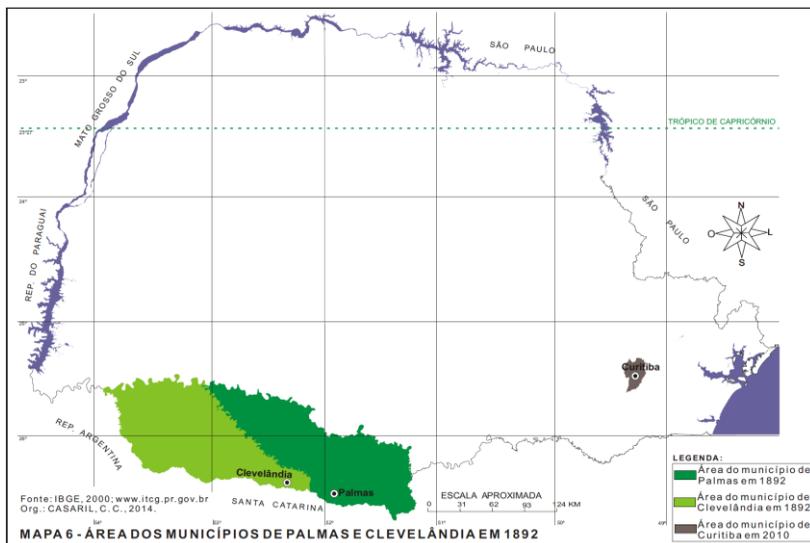
Através de expedições oficiais realizadas em 1810, encaminhadas “[...] pelo governador da então capitania de São Paulo, [...] os luso-

brasileiros, fincavam pé, definitivamente nos ‘campos de Guarapuava’, como passaram a serem conhecidos estes campos sobre o terceiro planalto paranaense [...]”. Alguns anos depois, “[...] em uma tentativa de se estabelecer comunicações entre os campos de Guarapuava e os do Rio Grande do Sul, descobriu-se uma nova zona campestre [...], a qual recebeu a designação genérica de ‘campos de Palmas’ [...]” (BERNARDES, 1952, p.436). Desta maneira, a possibilidade para a expansão da pecuária estava dada, contudo o povoamento dos campos de Palmas efetivou-se mais tarde, pois inicialmente, eram grandes as dificuldades para concretizar o fluxo de pessoas e mercadorias.

O povoamento que daria origem à cidade de Palmas teve seu início por volta de 1840, sendo que, em 1846 “[...] uma picada ligava Palmas diretamente aos Campos Gerais, passando o [rio] Iguazu no sítio da atual cidade de União da Vitória [...]” (BERNARDES, 1952, p. 436). A ocupação dos campos de Palmas ampliou-se próximo ao apagar das luzes do século XIX, através de estímulos do governo paranaense, somados as concessões de sesmarias que favoreceram as atividades pecuárias.

Estas duas zonas de pastagens – Guarapuava e Palmas – foram, a princípio, ‘complementos’ dos Campos Gerais, isto é, os fazendeiros destes Campos Gerais, queriam sesmarias naqueles e para lá mandavam seu gado excedente aos cuidados de um capataz. Não tardou porém, que as comunicações se tornassem melhores e mais seguras: numerosos fazendeiros foram lá se estabelecer e aí foram-se formando economia e sociedade rural própria (BERNARDES, 1952, p.436).

Do mesmo modo que Palmas, porém mais recentemente, foi o caso do município de Clevelândia, que localizado igualmente nos campos de Palmas e instalado em 28 de junho de 1892, foram fundados por fazendeiros de gado vindos de Guarapuava. A instalação do município de Clevelândia ocorreu com o desmembramento de terras antes pertencentes ao município de Palmas, conforme se visualiza nos mapas 5 e 6.



Segundo Bernardes (1953, p. 339) a colonização dos campos de Palmas ampliou-se um pouco mais “[...] em 1896 com a criação da colônia General Carneiro, fundada pelo governo federal com imigrantes poloneses [...]”, esta colônia tornou-se município de igual denominação em 1961 e esta localizada entre os municípios de Palmas e União da Vitória. Um documento da época se expressa da seguinte maneira:

[...] Em 1897, a estrada dava transito a carroças até a colônia Jangada (General Carneiro). Daí em diante, até a saída dos campos palmenses, a picada era simplesmente horrível: serras, peraus, desfiladeiros tremendos, caldeirões escondidos por extensos taquarais atrás de cuja ramagem os índios faziam emboscadas atacando o incauto viajero (CLETO DA SILVA apud BERNARDES, 1953, p. 339-340).

A partir desta citação, uma observação que se faz importante, diz respeito à problemática de que esta região abrigava índios, muitas vezes, hostis aos latifundiários pecuaristas dos campos de Palmas. Este problema conjugado a necessidade de ocupar o território paranaense, o governo estadual e federal, estabelece “[...] o povoamento espontâneo mediante o estabelecimento de núcleos distantes e isolados, e seguindo um plano de várias colônias militares com elementos nacionais [...]”.

Deste modo, em 1882 foi criada a colônia militar Xopim⁶³ (Chopim), no recanto noroeste do atual município de Palmas, portanto, em área de matas fechadas e não de campos. A colônia Chopim foi formada por um comandante, um oficial do exército e cerca de 50 soldados, que além de se encarregarem da defesa da região receberam ferramentas para o desmatamento das matas, principalmente de Araucárias, para a formação da área da colônia e para a lavoura. Entretanto, pelo fato desta colônia estar situada em ambiente isolado e numa área de matas densas, ficou fadada praticamente ao papel de um pueril posto militar, sem ranços de desenvolvimento (BERNARDES, 1952, p.341).

A partir então, da colônia Chopim, inicia-se a colonização das áreas de matas da atual região Sudoeste, todavia, como ponderamos no parágrafo anterior, esta colônia não teve muitos êxitos. Do início do século XX a sua quarta década, várias tentativas de ampliar a colonização das matas⁶⁴ do Sudoeste foram realizados, porém somente após 1940 e/ou melhor após 1950 a arte de colonizar intensificou-se.

Para fechar a parte que trata da formação sócio-espacial dos campos de Palmas e passarmos a discutir a colonização do Sudoeste da abertura do século XX em diante, não podemos esquecer-nos de mencionar que tanto Palmas como Clevelândia, fazem parte de uma formação social que tem como particularidade a grande propriedade, que em sua gênese tinha a classe dos latifundiários feudais como dominante, a pecuária foi durante muito tempo senão a única, a principal atividade, portanto, uma propriedade improdutiva. Essa característica reinou praticamente durante os dois primeiros quartéis do século XX. Após este

⁶³ Destacando que, as colônias militares foram edificadas para lidar com os índios hostis e, ao mesmo tempo para viabilizar a posse do território em litígio. Aqui é importante mencionar que, até o apagar das luzes do século XIX uma ampla parte do Sudoeste do Paraná e do Oeste de Santa Catarina, permaneciam em contestação entre o Brasil e a Argentina. Apenas em 1895 essas terras foram legitimamente incorporadas ao território brasileiro, inclusive com intervenção arbitrária do presidente estadunidense Grover Cleveland (BERNARDES, 1953).

⁶⁴ “[...] um dos traços mais marcantes da história do Brasil meridional é a oposição entre a mata e o campo, dois mundos diferentes no Sul do Brasil” (WAIBEL, 1949, p.165). O latifúndio campestre não encarava as matas, apenas limitava-se às áreas de campos onde realizava suas atividades criatórias. No que diz respeito ao Sudoeste Paranaense, enquanto os campos de Palmas eram povoados, as áreas de matas (florestas) vizinhas, portanto, as terras do Sudoeste do PR, permaneceram virgens até, aproximadamente o início no século XX, momento em que, pausadamente, penetrava na região uma população cabocla (ABRAMOVAY, 1981, p.21).

período, outras atividades começaram a galgar destaques como a atividade madeireira, que se destaca até os dias atuais, com as indústrias de Laminados, Compensados etc., além da modernização da agricultura com a introdução de culturas mecanizadas, como a soja, o milho o trigo etc. Porém as sedes municipais, ou seja, a área urbana de Palmas e Clevelândia, mesmo com mais de um século de emancipação política administrativa cada uma, apresentaram um desenvolvimento cadenciado, e pelo último REGIC publicado pelo IBGE em 2008, estas duas sedes municipais são polarizadas pela rede urbana de Pato Branco, onde Palmas se apresenta como Centro de Zona A no seu nível de centralidade e Clevelândia consta como Centro Local, ou seja, estas duas cidades devido às complexidades genéticas de suas formações sócio-espaciais, estagnaram-se.

3.2 - Os dois primeiros quartéis do Século XX

No decorrer dos primeiros 50 anos do século XX, o processo de colonização se intensifica nas áreas de matas fechadas que atualmente pertencem ao Sudoeste do Paraná. Esta, portanto, refere-se à outra formação sócio-espacial, que tem seu alicerce na pequena produção mercantil⁶⁵, diferentemente da formação sócio-espacial campestre, que

⁶⁵ Mandel (1982, p. 28) designou como pequena produção mercantil a “[...] organização econômica na qual prevalece a produção para a troca por parte de produtores que continuam senhores de suas condições de produção”. O mesmo autor, didaticamente, nos diz que, o pequeno agricultor e/ou artesão, sob o arranjo da pequena produção mercantil, “[...] vão ao mercado com os produtos do seu trabalho. Vendem-nos a fim de comprar os produtos de que necessitam para o seu consumo corrente e que eles próprios produzem. A sua atividade no mercado pode resumir-se na fórmula: vender para comprar” (MANDEL, 1982, p. 29). Os pequenos produtores, com suas atividades policulturas, levam ao mercado seus excedentes, estes na maioria das vezes, somados as suas pequenas produções artesanais, foram basilares para florescerem empreendimentos capitalistas na agricultura, no comércio e na indústria, a exemplo das iniciativas empreendidas na região Sul do Brasil (MAMIGONIAN, 1969). Deste modo, quando o pequeno produtor leva seus produtos excedentes para comercialização, forja-se o mercado interno para o capitalismo, bem como se constitui a classe dos capitalistas. Lênin (1985, p. 15-16), explica esse processo didaticamente, dizendo que, para Marx, “[...] na produção mercantil e, em sua forma absoluta – a produção capitalista –, os produtos são mercadorias, valores-de-uso com valor-de-troca realizável e conversível em dinheiro somente na medida em que outras mercadorias constituíam um equivalente para eles, na

se fundamenta no latifúndio. A rede urbana da formação sócio-espacial baseada na pequena produção mercantil exibe uma hierarquia mais nítida de centros, com oferta e demanda mais equilibrada das funções comerciais, de serviços e, porque não produtivas.

Como já informamos, nossa análise fundamenta-se em uma perspectiva teórica que tem na categoria de formação sócio-espacial o principal referencial, porém além desse, nós ainda somamos um entendimento com base nas ideias do Geógrafo francês André Cholley (1964), que nos apresentou o conceito de combinações geográficas.

As combinações geográficas complementam-se pela categoria de formação sócio-espacial, pois, Cholley (1964) emprega o espaço e o tempo para explicar a totalidade, ou seja, “[...] As combinações de caráter geográfico respondem, assim, a medidas bem determinadas, com relação ao espaço e ao tempo: é este caráter que garante sua originalidade” (CHOLLEY, 1964, p. 140).

“[...] para a Geografia, esta pesquisa é de uma necessidade absoluta. A variedade das combinações é infinita [...] e corresponde a épocas diferentes da história da humanidade [...]” (CHOLLEY, 1964, p.274). Portanto, corresponde a combinação geográfica de uma sociedade determinada, que se transforma com o passar do tempo, ou seja, tais “[...] combinações [...], nascem, evoluem e morrem [...]” (CHOLLEY, 1964, p.143), tais transformações decorrem da unidade da continuidade e da descontinuidade.

Outra formação sócio-espacial, bem como outra combinação geográfica emerge na colonização das áreas de matas do Sudoeste do Paraná. Nesta formação, ocorreu algo muito parecido com a combinação descrita por Cholley (1964) para o Oeste Canadense, particularmente, para as áreas de pradarias. Nesta região “[...] um sistema de policultura se desenvolveu, mais denso, que permitiu o amortecimento do efeito das crises agrícolas e condicionou um povoamento e uma estrutura social mais estratificada e mais capaz de alcançar equilíbrio” (CHOLLEY, 1964, p.142-143).

medida em que outros produtos se lhes oponham como mercadorias e como valores; ou seja, na medida em que eles não são produzidos como meios imediatos de subsistência para os próprios produtores, mas sim produzidos como mercadorias – produtos que só se tornam valores-de-uso mediante a sua conversão em valor-de-troca (dinheiro), mediante a sua alienação. O mercado para essas mercadorias se desenvolve graças a divisão do trabalho; a separação dos trabalhos produtivos transforma mutuamente seus produtos em mercadorias, em equivalentes recíprocos, levando-os a servir de mercado uns para os outros.”

Ao analisar o estudo de Leo Waibel (1979), verificamos que as áreas de campos apresentaram preferências para o povoamento em relação às áreas de matas. O que podemos reforçar, quando constatamos que, a maior parte da região Sul brasileira teve sua colonização/ocupação efetivada, primeiramente nas áreas campestres. Esta primazia das áreas de campos, podem ser melhor compreendida, quando averiguamos que a base econômica desempenhada foi a pecuária extensiva, com a criação de gado solto no pasto, estas regiões de campos naturais proporcionavam benefícios em analogia às áreas de matas, pois nelas imperava uma vegetação gramínea e arbustiva, enquanto que as zonas de matas necessitavam da incorporação de trabalho e de tempo, afim de empreender o desmatamento, retirar os graúdos troncos, para só depois desenvolver o pasto.

A ocupação das áreas de matas do Rio Grande do Sul iniciou-se na primeira metade do século XIX, a partir do processo de imigração europeia empreendida pelo governo brasileiro, portanto, os colonos imigrantes europeus, com proeminência de Alemães e Italianos foram os responsáveis pela colonização das áreas de florestas, onde desenvolveram, inicialmente, uma agricultura de subsistência (WAIBEL, 1979).

Segundo Waibel (1979) a colonização do Brasil meridional conheceu quatro estágios de desenvolvimento dos sistemas agrícolas: o de rotação de terras, subdividido em primitiva e melhorada, e o de rotação de culturas, também subdividida em primitiva e melhorada. Cada sistema, diz respeito, a introdução de técnicas agrícolas e o modo pelo qual se realiza o processamento dos produtos e sua colocação no mercado, correspondendo assim, a “estágios sucessivos do desenvolvimento histórico [...]” (WAIBEL, 1979, p.246).

Nas antigas colônias do Sul do Brasil, o sistema agrícola empregado era o de rotação de terras melhoradas, assim definido por Waibel (1979, p. 248).

Depois que a maior parte das matas é devastada, que a densidade da população aumentou e que são construídas estradas utilizáveis pelas carroças de quatro rodas dos colonos, as técnicas e as condições econômicas melhoram consideravelmente. Com estas condições, nos cruzamentos de estradas, desenvolvem-se centros comerciais de população, onde se vão estabelecer várias espécies de moinhos, na maioria, pelas famílias dos antigos vendeiros. Nesses moinhos, o

colono prepara e processa a remessa dos seus produtos para o mercado, em maior quantidade e por preço mais barato do que o poderia fazer na colônia. Daí resulta que aumenta sua produção de antigas culturas indígenas de subsistência, e introduz plantas européias como produtos comerciais. Além de porco, passa a criar também algum gado. É esta razão por que denominei este tipo de agricultura de sistema de rotação de terras 'melhorada' (WAIBEL, 1979, p.248).

Esse sistema apontado por Waibel, característico das antigas colônias do Rio Grande do Sul até o início do século XX, determinou um rápido crescimento populacional e intensificou a divisão de terras, ao mesmo tempo em que concretizou o rápido esgotamento de solos da região,

Nas áreas que estão sob cultivo durante 15, 25 ou mesmo 30 anos, tudo vai bem: as colheitas são grandes, os colonos são prósperos, e há grande excedente de produção para o mercado. Entretanto, a maioria das áreas em cultivo durante 30 a 50 anos mostram claros sinais de estagnação e mesmo decadência. As safras correspondem somente a $\frac{1}{3}$ ou $\frac{1}{2}$ do que tinham sido há uma ou duas gerações passadas. A fim de compensar a queda de produção, os colonos passam a cultivar áreas maiores. Isso significa que o período de repouso em capoeira tem que ser encurtado, daí resultando que o solo deteriora mais rapidamente do que dantes (WAIBEL, 1979, p. 251).

A esse dado essencial, Silva (2006) alerta que se adicionarmos

[...] o fato de que não havia até então fortes estímulos de mercado para o aperfeiçoamento do sistema de cultivo, que estavam, pois, apenas começando por obra dos interesses industriais regionais ligados à agricultura, e isto num contexto em que a urbanização brasileira apenas engatinhava, pode-se perceber o quanto os diversos elementos ligados direta ou indiretamente ao sistema colônia-venda se sentiram estimulados a diversificar seus negócios em direção à atividade industrial (SILVA, 2006, p.24).

Portanto, este desenvolvimento industrial apenas engatinhava e, com essa estrutura fundiária que apresentou uma falta de terras, para ser dividida com as novas gerações da família, alguns membros obrigaram-se a migrarem para outras regiões, onde a fronteira agrícola possibilitava a oferta de terras pioneiras, como foi o caso no início do século XX das áreas do Meio Oeste e Oeste catarinense, além do Sudoeste e Oeste paranaense. Nesse período muitos colonos migraram para as terras do Sudoeste paranaense, lá reproduziram o sistema agrícola empregado nas antigas colônias. Tal processo resultou inicialmente em uma formação e organização produtiva, mediada na pequena produção mercantil e, secundariamente, nas bases da integração regional com o mercado consumidor do Sudeste brasileiro, bem como com regiões mais desenvolvidas do Paraná, a exemplo de Curitiba.

As combinações geográficas que podem ser consideradas para que no Sudoeste do Paraná ocorresse uma colonização baseada na pequena produção mercantil, se deve ao fato de que esta região era coberta por matas densas, inclusive, com ampla extensão de florestas de araucária "*Araucária angustifolia*" (Figura 9)⁶⁶ (MAACK, 2002), além de esta região contar com um relevo bastante acidentado, fator limitante para a utilização e conservação dos solos, que favorece a erosão e dificulta a utilização de maquinários, o que na prática carecia de maiores e complexos cuidados com a formação das pastagens, portanto de maior emprego de mão-de-obra, do que em áreas campestres.



Figura 9 – Araucárias remanescentes no Sudoeste paranaense.

Fonte: KRÜGER, 2004, p. 197.

⁶⁶ “[...] Calcula-se terem existido, em todo o Sudoeste, por volta de 50 milhões de araucárias, e outro tanto de madeiras de lei” (KRÜGER, 2004, p. 197).

O mapa 7 apresenta a hipsometria do Estado do Paraná e permite visualizarmos um relevo irregular na região Sudoeste.

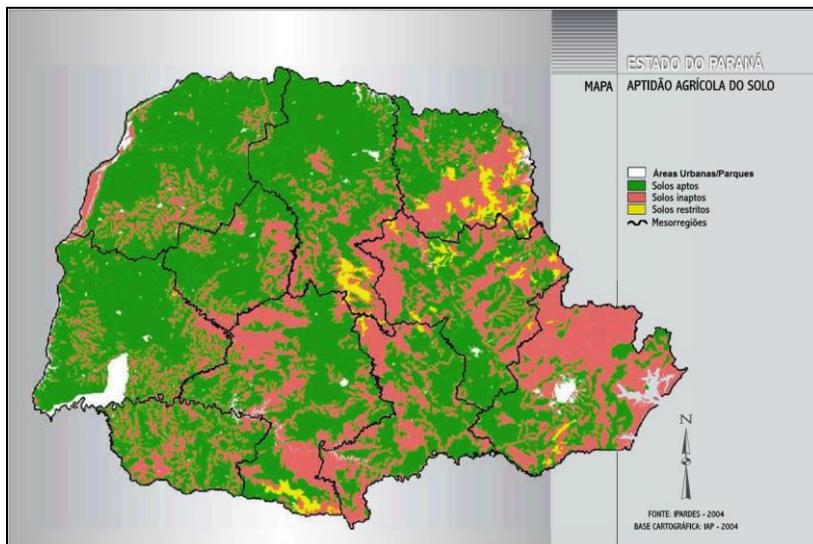


Mapa 7 – Hipsometria do Estado do Paraná

Fonte: IPARDES, 2004.

Já o mapa 8, que apresenta os solos aptos e inaptos para a agricultura no Paraná, podemos verificar que devido, principalmente aos seu relevo acidentado, muitas são as áreas inaptas para a agricultura no Sudoeste, diferentemente, de boa parte do Oeste e Norte paranaense.

Mesmo assim, percebemos que, apesar de algumas dificuldades com o relevo e com solos hábeis para a agricultura, devido ao Sudoeste do Estado fazer parte de uma área de matas densas, inicialmente não gerou interesse aos agricultores absenteístas das áreas de campos, pois como já relatamos, estas áreas de matas (combinações naturais) necessitavam de uma grande quantidade de mão-de-obra para realizar o desmatamento e iniciar suas produções, por isso, como também já informamos ela fez parte de uma outra formação sócio-espacial, baseada na pequena produção mercantil. Assim, conforme Crocetti (2012), esta região foi “[...] beneficiada por uma combinação de meio natural, de condições econômicas privilegiadas, terras extremamente baratas, [...]”. Tudo isso associada à cultura das Formações Sociais, que possibilitaram um desenvolvimento mais sustentável [...]” (CROCETTI, 2012, p. 103-104).



Mapa 8 – Aptidão Agrícola do Solo

Fonte: IPARDES, 2004.

A figura 10 demonstra um exemplo de como o relevo do Sudoeste é acidentado, através de uma imagem em 3D, que apresenta o recorte de uma área rural do município de Francisco Beltrão – PR.

A estas características de vegetação, relevo etc., precisamos somar o fator humano que para o Sudoeste afluiu, por que

A vida regional pode brotar, não importa em que lugar do planeta, [contudo], além dos fatores físicos, mais ou menos favoráveis, é preciso considerar o dinamismo da humanidade, que aí se instala, (densidade, caracteres étnicos, etc), sua técnica, suas concepções políticas ou organizadoras. [...] (CHOLLEY, 1964, p. 274).

Estas combinações, consideradas, permitem esboçar as múltiplas determinações geográficas, para que nesta região tenha ocorrido uma formação sócio-espacial de pequena produção mercantil.

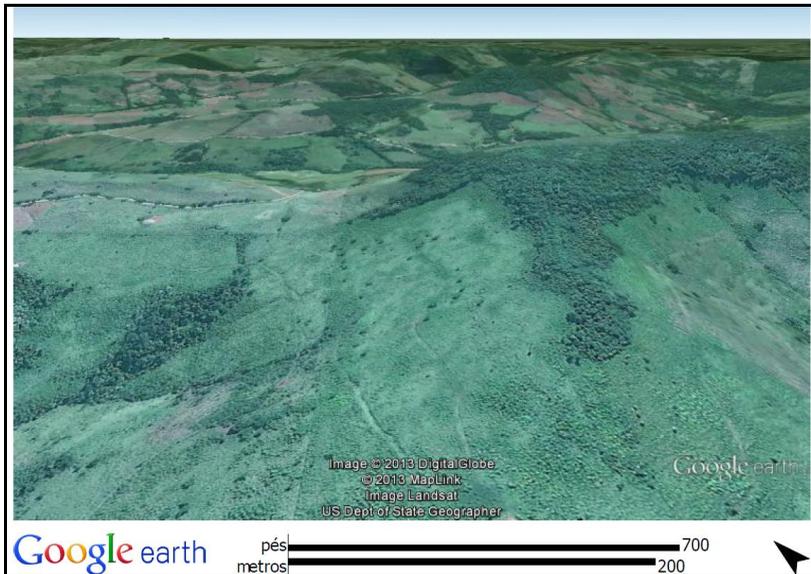


Figura 10 – Exemplo do Relevo do Sudoeste do Paraná: Recorte de uma área rural do município de Francisco Beltrão – PR em 3D.

Fonte: Google Earth, 2013.

Obs.: Mesmo com um relevo acidentado, podemos verificar na figura que, a maior parte das terras permite mecanização.

Esta formação possui uma característica que se assemelha a evolução agrária do caminho de tipo norte-americano. Nesse particular,

[...] não existem fazendas de latifundiários ou são liquidadas pela revolução, que confisca e fragmenta as glebas feudais. Nesse caso predomina o camponês, que passa a ser o agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista. [...] o fundo básico é a transformação do camponês patriarcal no granjeiro burguês (LENIN, 1980, p.34).

Este caminho do tipo norte-americano sustentava

[...] as condições de um desenvolvimento que permitisse, na maior escala possível no nível existente da agricultura, assegurar o bem-estar dos camponeses, destruir os latifúndios dos grandes proprietários, abolir todos os métodos feudais e usurários de exploração e ampliar a livre posse da

terra pelos camponeses. Por si só se compreende que, no caso de que houvesse ocorrido [esse] desenlace, o desenvolvimento do capitalismo e o das forças produtivas teriam sido mais amplos e *mais rápidos*, do que com o desenlace da reforma camponesa em benefício dos latifundiários (LENIN, 1980, p.34).

Como já indagamos, foi a partir da colônia Chopim (1882) que teve início a colonização das áreas de matas do Sudoeste, colônia esta que pelas mais variadas especificidades, ficou fadada a um inexpressivo desenvolvimento.

A Guerra do Contestado (outubro de 1912 a agosto de 1916), pois fim a disputa entre Paraná e Santa Catarina pelas terras do atual Oeste de Santa Catarina e estabeleceu a atual divisa entre estes dois Estados, através do acordo assinado (no Rio de Janeiro) em 20 de outubro de 1916, com homologação em 3 de agosto de 1917 (PEGORARO, 2010). Esta Guerra mencionada, somada a primeira Grande Guerra (1914), foram as responsáveis

[...] pela interrupção da corrente imigratória e também, em vista da criação do Ministério da Agricultura, cujas atribuições compreendiam a fundação de núcleos coloniais e a introdução de imigrantes, foi interrompida a colonização oficial pelo governo do estado (BERNARDES, 1952, p.343).

Após este período de interrupção do processo de colonização oficial, somente em 1918, pelo “[...] (Decreto n.º 382, de 7/5/1918) [...]” ocorre a fundação da “[...] colônia de nacionais ‘Bom Retiro’, atual Pato Branco [...]”. Esta colônia localiza-se “[...] em uma zona de solos profundos e férteis na vertente da margem esquerda do rio Xopim, à altitude aproximada de 960 metros, entre os rios Pato Branco e Vitorino, 50 quilômetros a oeste de Clevelândia. [...]” A colonização desta, ocorreu a partir de uma população procedente da região do ex-contestado (BERNARDES, 1952, p.343).

A colônia Bom Retiro, permaneceu, por muitos anos, como a ex-colônia militar Chopim, num estado de estagnação.

[...] o desenvolvimento da colônia foi grandemente prejudicado pela escassez dos meios de comunicação com os mercados, por demais afastados, aliada à desorganização dos serviços de

demarcação e loteamento. Aí se instalaram a princípio numerosos caboclos, que com seu sistema de roças e queimadas destruíram grandes áreas de matas. Muitos colonos desejosos de obter pequenas propriedades a bom preço procuravam outros locais onde a situação estivesse mais normalizada e a propriedade da terra fosse garantida legalmente (BERNARDES, 1952, p. 347-348).

Segundo Abramovay (1981) os caboclos que a partir de uma ‘infiltração sorrateira’ encetaram o povoamento do Sudoeste Paranaense, vieram de três pontos distintos, a saber:

a) vários deles eram antigos ‘agregados’ de fazendas de gado dos Campos de Palmas. A mão-de-obra empregada nestas fazendas eram relativamente escassa, incapaz de absorver o próprio crescimento vegetativo da população. Parte desta população que o ‘sistema do latifúndio não mais comportava’ foi ocupar o Sudoeste Paranaense, as matas virgens contíguas aos Campos de Palmas;

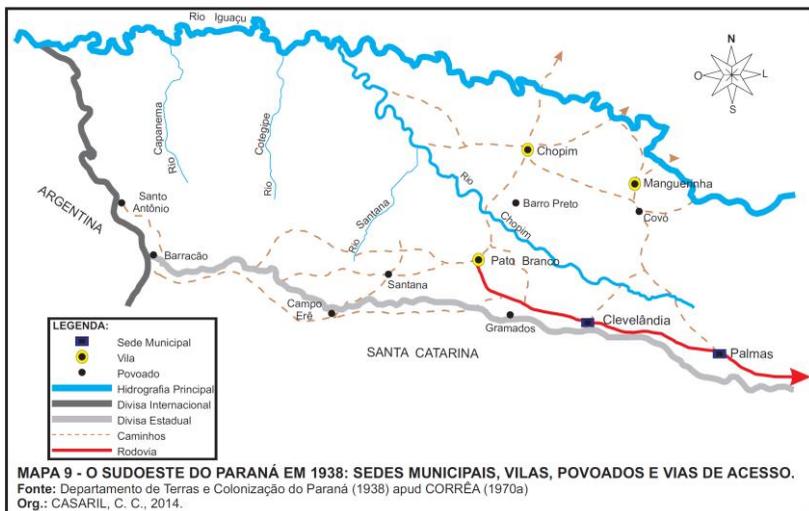
b) do Estado do Rio Grande do Sul partiu boa parte dos caboclos que iniciaram a ocupação do Sudoeste Paranaense. Em função da escassez numérica desta população, do fato de que seu deslocamento não caracteriza um processo migratório massivo, é impossível determinar com um mínimo de precisão os locais exatos de onde saem os caboclos gaúchos que se dirigem ao Paraná. Mas não há dúvida de que, ao menos em parte, eles foram afastados pela imigração européia que, a partir de 1824, chegou ao Rio Grande do Sul. Este deslocamento da população cabocla (que na maior parte das vezes não tem na propriedade a base jurídica da ocupação da terra) por um campesinato europeu (ou de origem européia), fortemente marcado pela tradição da propriedade parcelar, é um traço geral da política de colonização dirigida [...];

c) a Guerra do Contestado também forneceu ao sertão do Alto Iguaçu boa parte de sua população inicial. E na origem da Guerra do Contestado encontra-se a política de colonização

levada adiante por grandes grupos econômicos estrangeiros que desapropriavam os posseiros recorrendo, via de regra à violência. Milhares foram os caboclos ‘expulsos das zonas onde se processava a colonização, e, neste caso, o melhor exemplo é fornecido pelo vale do rio Peixe na década de 1910, quando a ferrovia que atravessava o vale colonizou as terras marginais aos trilhos, já ocupados por uma população luso-brasileira’ (ABRAMOVAY, 1981, p. 20-21).

Através do mapa 9, visualizamos que até o ano de 1938 existiam apenas as vilas Chopim e Bom Retiro (atual Pato Branco) e alguns povoados no atual Sudoeste do Paraná, além das sedes municipais de Clevelândia e Palmas e da vila de Mangueirinha (que localizam-se fora do atual Sudoeste, porém foram as responsáveis pela gênese desta região). Verificamos por meio deste mapa que, a colonização do Sudoeste iniciou de leste para oeste, o que por sua vez, deve ser atribuído às lógicas geratrizes da formação sócio-espacial, pois foi a partir de Palmas e Clevelândia que teve início o povoamento e a construção da infraestrutura necessária, responsável pelo meio de comunicação, através das estradas e caminhos que fazem a ligação, mesmo que precária com as vilas e povoados do nascente Sudoeste paranaense. Estas ligações quase não excediam o atual município de Pato Branco. “[...] Dessa forma, em toda a parte central do Sudoeste, onde na atualidade se localizam os municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Ampére, entre outros, não existia indícios de povoaamentos” (FLORES, 2009, p. 19).

Além do mapa 9, demonstrar a existência de apenas duas vilas e alguns povoados no atual Sudoeste, motivo este basilar para compreender a pequena densidade demográfica, o estudo de Corrêa (1970a) permite apontarmos outras razões para esta dinâmica populacional, que perfazia segundo o Recenseamento de 1900, uma população “[...] pouco superior a 3.000 habitantes”, lembrando que esta população fazia parte do “[...] vastíssimo Município de Clevelândia, onde em grande parte se incluía o Sudoeste Paranaense [...]”. Já em 1920, a região totalizava aproximadamente 6.000 habitantes, o que perfazia uma “[...] densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado”, e em 1940, “[...] a densidade demográfica regional era apenas de 2 habitantes por quilômetro quadrado, quinze vezes menor do que a estimada para 1967” (CORRÊA, 1970a, p.87-88).



Um dos motivos desta baixa densidade demográfica, diz respeito às atividades econômico-produtivas realizadas, somadas às condições de vida da população, que tinham caráter primitivo. A primeira e principal atividade desenvolvida nas vilas e povoados do Sudoeste foi a extração da erva-mate⁶⁷, atividade esta, que se destacou, sobretudo, junto a região de fronteira com a Argentina, mais precisamente nos povoados de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste. Nessa área a erva-mate era extraída de forma rudimentar, utilizando-se instrumentos simples, como facões e trabalho braçal. Tal extração era realizada pela população cabocla, por alguns bodegueiros que também eram ervateiros e, por funcionários de algumas empresas argentinas que eram compradoras de

⁶⁷ “A partir da segunda metade do século XIX as exportações brasileiras de erva-mate começaram a crescer, e o Paraná em breve passou a ser o principal Estado exportador. De uma exportação inferior a 5.000 toneladas em 1855, o Paraná em 1903-1904 passaria a exportar já cerca de 32.000 toneladas, e em 1923-1924 cerca de 60.000 toneladas, correspondendo a 75% das exportações brasileiras de mate [...]” (MARTINS, 1939, p.248-251 apud CORRÊA, 1970a, p.89). “A valorização crescente desse produto florestal [ocorreu] até 1930, quando a extração da erva-mate entrou em colapso, um dos fatores, senão o principal, de atração para a população que penetrou no Sudoeste” (CORRÊA, 1970a, p.89). “A extração do mate iria ser praticamente encerrada por volta de 1930, quando a Argentina, principal compradora e consumidora do mate, passou a produzir em seu território o mate que necessitava [...]” (CORRÊA, 1970a, p.92).

mate, “[...] como é o caso da mais importante delas, a Pastoriga, que conseguiu reunir, já na década de 30, mais de 35.000 hectares” de ervais no Estado do Paraná, além da empresa Nuñez y Gibaja, situada na Argentina, no atual município de Bernardo de Irigoyen, na fronteira com a atual sede municipal de Barracão – PR (CORRÊA, 1970a, p. 91-92).

A vida de relações comerciais caracterizava-se pela importância de sistema de troca com pequena circulação monetária, pela multiplicidade de transações e pela dependência a centros comerciais externos à região. Assim, após a colheita, o caboclo entregava as folhas de mate, ‘sapeçadas’ ao fogo, ao bodegueiro, alguns dos quais eram também ervateiros e este, depois de secar e ‘canchear’ o mate, vendiam ou trocavam em San Antônio e [...] em Bernardo de Irigoyen [...] ou com firmas locais ou filiais de Curitiba localizadas em União da Vitória. [...] (CORRÊA, 1970a, p. 91).

O pequeno bodegueiro era comumente o primeiro intermediário, este se “[...] não possuísse tropas de burros ou [se] fosse comercialmente fraco, vendia ou trocava com aqueles mais fortes localizados na fronteira, em Clevelândia e em Palmas. [...]”. A venda da produção de mate era geralmente, realizada por um sistema de trocas por bens de consumo, que “[...] eram distribuídos pelas empresas argentinas e de União da Vitória, passando pela cadeia de intermediários constituída de luso-brasileiros”. Via de regra, os produtos trocados pelo mate, eram: “[...] açúcar, sal, tecidos, ferragens, bebidas, querosene, etc. [...]” (CORRÊA, 1970a, p. 91-92).

A logística da erva-mate era realizada da seguinte maneira, a primeira etapa do transporte do mate até os centros de comercialização e distribuição da fronteira Argentina e da cidade de União da Vitória, ocorria com as tropas de mulas (Figura 11), o que por sua vez, não possibilitou a estruturação de uma infraestrutura rodoviária regional, “[...] o que de certa forma dificultou a entrada de fluxos migratórios mais intensos” dado que nos permite afirmar o porquê da baixa densidade demográfica (FLORES, 2009, p.22).



Figura 11 – Tropa de mulas empregadas no transporte de mercadorias, inclusive de erva-mate.

Fonte: KRÜGER, 2004, p. 35.

A segunda etapa da logística da erva-mate acontecia da seguinte maneira:

Da fronteira as companhias argentinas enviavam o mate através de tropas de burros até as barrancas do rio Paraná – Puerto Rico, Puerto Segundo – de onde descia em embarcações para ser beneficiado e consumido em território argentino. De União da Vitória o mate ia para Curitiba em trem ou em vapores pelo rio Iguazu até Porto Amazonas, entroncamento da ferrovia com a navegação fluvial. Outra corrente encaminhava o mate pela ferrovia da União da Vitória à Argentina e ao Uruguai (CORRÊA, 1970a, p.92).

Além da extração da erva-mate a atividade que também se destacou no Sudoeste neste período foi a criação de suínos⁶⁸,

⁶⁸ A criação de porcos tornou-se, depois da extração da erva-mate, “[...] a atividade mais importante, pois já em 1920, segundo o Censo daquele ano, no então município de Clevelândia [...]” que abrangia todas as vilas e povoados do

possivelmente estimulada pela crescente produção brasileira de banha durante as primeiras décadas do século XX, este fato “[...] provocou enorme surto da criação de suínos no Paraná [...]” e, paralelamente “[...] em direção às terras florestais não ocupadas como o Sudoeste [...]” (CORRÊA, 1970a, p.89).

A produção de suínos ao lado da extração da erva-mate no Sudoeste foram duas das atividades mais antigas realizadas na região, onde a criação de porcos realizava-se na entressafra do período ervateiro, visando a produção de banha e toucinho para um consumo local em algumas vilas, a exemplo dos fronteiriços povoados de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, já a produção voltada para exportação ganhava expressão na vila de Pato Branco e suas adjacências, como o atual município de Vitorino. Para uma melhor compreensão da forma como essa atividade era desempenhada, apresentamos a passagem de Corrêa (1970a), que nos diz que tal atividade fundamentava-se

[...] em sistemas os mais primitivos. De um lado dominava a criação de porcos soltos no mato – a criação do ‘porco alçado’ – alimentados exclusivamente daquilo que a vegetação fornecia, sobretudo de frutos silvestres tombados ao chão, dos quais o pinhão era o mais alimentício. Neste sistema primitivo, onde o único trato que os suínos recebiam era o sal, os porcos eram criados até atingirem algumas dezenas de quilos, quando então eram vendidos aos ‘safristas’ que os engordavam, ou, atingindo certo tamanho eram vendidos aos compradores localizados em União da Vitória [...]. O sistema da ‘safra’ constituía a segunda etapa da criação de suínos. O ‘safrista’, com seus familiares ou com pessoal contratado, embrenhava-se na mata onde abria uma clareira com 10, 25, 50 ou mesmo mais de 100 hectares, aí plantando o milho a partir de agosto. Em meados do ano seguinte os porcos eram soltos no milharal sendo parcialmente engordados. Eram então

atual Sudoeste, “[...] o rebanho suíno atingia cerca de 12 000 cabeças, e a lavoura de milho que fornecia parte da alimentação dos suínos, ocupava mais de 90% da pequena área total de lavouras. Com a decadência da extração de mate a criação de porcos passaria a ser a principal atividade regional” (CORRÊA, 1970a, p. 92).

tocados a pé até União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva, onde eram negociados nos açougues, com comerciantes, ou com os compradores dos frigoríficos ou então vendidos a outros ‘safristas’ que acabavam de os engordar [...] (CORRÊA, 1970a, p. 92-3).

Como mencionamos o estímulo para a criação de suínos no Brasil ocorreu com o crescimento da produção e consumo da produção de banha (gordura animal). Tal fato deve ser compreendido a luz do processo de substituição de importações no Brasil, processo este referendado, principalmente no decorrer da década de 1920, período este que marcou o início do período depressivo do 3º Kondratieff (1920-1948) [já perpassado nos capítulos anteriores], assim, conforme Mamigonian (2005) este período depressivo apresentou uma relação direta com a revolução de 1930 e “[...] com o fim da hegemonia industrial britânica e da economia agroexportadora, inaugurando o período de expansão da economia nacional sob dinamismo próprio, que interessava tanto às oligarquias rurais regionais voltadas ao mercado interno, como aos industriais que puderam acelerar o processo de substituição de importações” (MAMIGONIAN, 2005, p. 124).

A década de 1930 assinalou um leque de transformações na sociedade brasileira, a qual por sua vez, comportou uma ampliação do mercado interno para produtos agrícolas.

No bojo do processo de substituição de importações, vemos perfilar-se inversões em direção à produção dos mais variados artigos e, entre estes, podemos dizer, apoiados em Rangel (2004), que a criação de suínos, mesmo a realizada no Sudoeste paranaense, colaborou como insumo ao processo substituidor de importações, como exemplo temos a produção de gordura animal para o crescente mercado consumidor interno⁶⁹. Desta forma, o mesmo autor, ao se reportar sobre industrialização e economia natural, nos diz que, “[...] Pelo fato de ter a economia brasileira nascido, historicamente, do comércio exterior, toda a produção nacional voltada para o consumo interno (produtivo ou improdutivo, isto é, consumo, e inversão) pode ser conceituada como

⁶⁹ “Essa crescente produção de banha relacionava-se à expansão do mercado consumidor que o comércio importador não poderia suprir em função dos preços elevados dos artigos importados, possibilitando o aparecimento de unidades fabris produtoras de ‘sucedâneos mais precários dos produtos importados’ [...]” (SOARES MARTINS, 1967, p.65 apud CORRÊA, 1970a, p.89).

substituição de importações. [...] A dinâmica da economia brasileira pode, pois, ser estudada como subordinada a esse fluxo e refluxo do comércio exterior [...]” (RANGEL, 2004, p. 43-44)⁷⁰.

Assim, Rangel (2004) traz à baila a tese de que “[...] a economia se ‘agrariza’, quando a substituição de importações é feita em âmbito natural, e se ‘urbaniza’, quando se faz em âmbito mercantil” (RANGEL, 2004, p.46).

Neste caso, Flores (2009) ao analisar o Sudoeste no período em tela e fundamentado nas ideias de Rangel, nos explica que,

[...] quando a substituição de importações ocorre em âmbito capitalista se desencadeia o processo de industrialização (e de urbanização), mas, pelo contrário, quando a substituição se faz por meio de uma economia primitiva, em âmbito natural, ocorre uma “agrarização”, permanecendo a maioria da população no campo. **Quanto ao período de extração da erva-mate, bem como o da criação extensiva de porcos, realizadas no Sudoeste do Paraná, parece ter ocorrido uma espécie de agrarização**, como diria Rangel; pois não verificamos impulsos para industrializar e urbanizar tal região (FLORES, 2009, p.24-25, grifo nosso).

É importante destacar que, neste período de origem e fortalecimento do processo de substituição de importações, surgem no Brasil diversos frigoríficos⁷¹, alguns dos quais instalados no Estado do

⁷⁰ “[...] A realocação de recursos entre a exportação e a substituição, de acordo com as circunstâncias, implica a passagem dos recursos produtivos nacionais de condições anteriores à divisão social do trabalho para condições posteriores a ela, ou vice-versa. Em outros termos, passagem da economia natural fechada para a economia do mercado. Ora, a divisão do trabalho implica as mudanças institucionais e tecnológicas e não ocorre sem repercussão na produtividade do trabalho. Essa, ordinariamente, varia no mesmo sentido que o grau da divisão” (RANGEL, 2004, p.45).

⁷¹ Além dos frigoríficos nacionais, conforme Mamigonian (2005), “[...] A conflagração mundial de 1914-18 foi a ocasião propícia para [companhias de frigoríficos estrangeiros] investirem no Brasil [...]. Dos seis estabelecimentos estrangeiros que começaram a funcionar até 1920, quatro foram montados no R. Grande do Sul, por iniciativa das três gigantescas firmas norte americanas: Swift, Armour e Wilson. Neste período, surgiram dois frigoríficos estrangeiros no Brasil central: um em São Paulo (Continental Products) e outro nas

Paraná, a exemplo do Matarazzo em Jaguariaíva (1917), dois frigoríficos produtores de banha em Ponto Grossa (1920) e o Saporiti em União da Vitória (1940), além do Pagnoncelli este em Joaçaba - SC (1933) e outro em Videira – SC (1935). Tais frigoríficos mencionados, além dos instalados no Brasil Central, recebiam parte das produções de suínos do Sudoeste paranaense.

No que diz respeito ao Sudoeste, tanto a atividade de extração da erva-mate, que era transportada em tropas de mulas, quanto a produção de suínos, que eram levados “tocados a pé” até os frigoríficos, não apresentaram como já mencionamos, estímulos para implantação de infraestrutura rodoviária (vide mapa 9), o que por sua vez, depreciava a intensificação do povoamento regional.

3.3 – Intensificação do Povoamento

Somente no decorrer dos anos de 1940,

[...] com a reorganização do plano de colonização e, mais tarde, o melhoramento da estrada União da Vitória-Palmas-Clevelândia penetrou a colônia Pato Branco em uma nova fase. Rapidamente foram sendo demarcados e ocupados os núcleos ainda por lotear, formando-se aí uma frente pioneira ativa, para a qual afluíu uma população numerosa. Além desses, influiu grandemente no nascimento de uma verdadeira zona pioneira em Pato Branco, **um fator econômico que não pode ser desprezado, a grande valorização dos produtos agrícolas e sua maior procura nos grandes centros consumidores, principalmente depois de 1940, pois só assim eles podem suportar os fretes elevados decorrentes da**

proximidades de Guanabara (Brazilian Meat-Anglo). Em 1923, começou a funcionar em São Paulo o frigorífico Armou e posteriormente Wilson e Swift também procuraram São Paulo, adquirindo o Continental Products (1927) e um pequeno frigorífico nacional (1933), respectivamente. [...] No Brasil central, tanto frigoríficos nacionais como os estrangeiros inicialmente abatiam vários tipos de animais (bovinos, suínos, ovino, etc) e produziam grande variedade de produtos: carnes verdes, resfriadas e congeladas, carnes industrializadas (conservadas e enlatadas), charque, banha, etc., sendo que os estrangeiros tinham exclusividade dos enlatados. [...]” (MAMIGONIAN, 2005, p. 47).

grande distancia dos mercados (BERNARDES, 1952, p. 348, grifo nosso).

A medida que o fluxo dos primeiros colonos⁷² começaram a povoar as terras do atual Sudoeste do Paraná, “[...] os ‘caboclos’ iam vendendo suas ‘posses’ e penetrando para as áreas mais remotas, onde escolhiam um lugar isolado para criar porcos [...]”. Assim, tais ‘caboclos’ “[...] prepararam ‘o caminho para o afluxo de povoadores que para aí acorreriam’, pois as ‘posses’ que vendiam já estavam desmatadas e queimadas, prontas para serem cultivadas pelos novos povoadores [...]”. Dessa maneira, diferentemente do que ocorreu em outras regiões, a exemplo do “[...] vale do rio do Peixe, o Sudoeste paranaense teve o seu povoamento, com colonos, realizado espontânea ou semi-espontaneamente, tendo sido a apropriação da terra pelos novos ocupantes realizada sem choques” (CORRÊA, 1970a, p.90).

Conforme Bernardes (1952) nesta época aportava diariamente em Pato Branco

[...] famílias de colonos que aí se vem instalar, fazendo avançar o limite da zona efetivamente ocupada e aproveitada. Em consequência, à proporção que penetram esses colonos, retiram-se os caboclos aí localizados, abandonando a terra ocupada ilegalmente ou vendendo as benfeitorias que possuem (BERNARDES, 1952, p. 349).

⁷² “A chegada dos colonos gaúchos e catarinenses descendentes de europeus ao Sudoeste Paranaense, a partir do final da década de 1940 teve um efeito altamente desagregador sobre a economia cabocla. A partir de um determinado momento (conforme a imigração já adquirindo proporções mais significativas) o desdobramento da terra pelo caboclo passou a ser feito visando não fundamentalmente a produção mas a venda da terra, ou melhor, do direito sobre a terra. Segundo a lógica do usufruto numa situação em que o dinheiro e a mercadoria começavam a tomar conta da vida dos homens. Da mesma forma que no sistema de utilização do solo corresponde ao pousio florestal, ele tentava extrair da mata o máximo possível com a menor quantidade de trabalho. Com a chegada dos colonos, era mais fácil abrir uma clareira e vendê-la, do que plantar e esperar os frutos. Ele funcionava como se o dinheiro recebido do colono nada mais fosse que um novo recurso que a mata colocava à sua disposição, que podia ser usado da mesma forma que a caça, a pesca e a coleta [...] o dinheiro tomou conta da mata, seduzindo o próprio caboclo [...]” (ABRAMOVAY, 1981, p.42).

Estes primeiros colonos produziam arroz, batata, feijão, fumo, mandioca, milho, trigo, entre outros produtos agrícolas, “[...] sendo exportados o trigo, o milho e o feijão para Palmas e União da Vitória. Em 1940 já existiam na colônia 5 moinhos para trigo e milho e duas serrarias, além de engenhos de açúcar e aguardente (CADASTRO DAS COLÔNIAS DA 5ª INSPETORIA, 1941 apud BERNARDES, 1952, p.349).

A partir de 1943 o povoamento foi intensificado, com a criação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), esta companhia (Figura 12) instalou-se na vila Marrecas, que em 1952 se tornaria a sede do município de Francisco Beltrão. A CANGO fazia parte de uma política de colonização do presidente Getúlio Vargas, que objetivava a interiorização do desenvolvimento e, por sua vez a integração nacional, povoando assim, uma área de aproximadamente 300 mil hectares adjacente à fronteira com a Argentina, visando garantir a posse das terras, que até então estava desabitada e desprotegida.

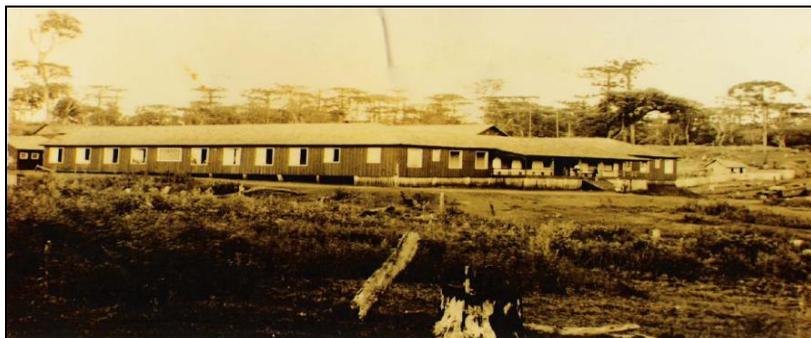


Figura 12 - Escritório da CANGO em Francisco Beltrão

Fonte: Departamento Municipal de Cultura de Francisco Beltrão, 2004.

Obs.: Os colonos recém-chegados eram instalados nas dependências deste escritório até a construção de suas casas.

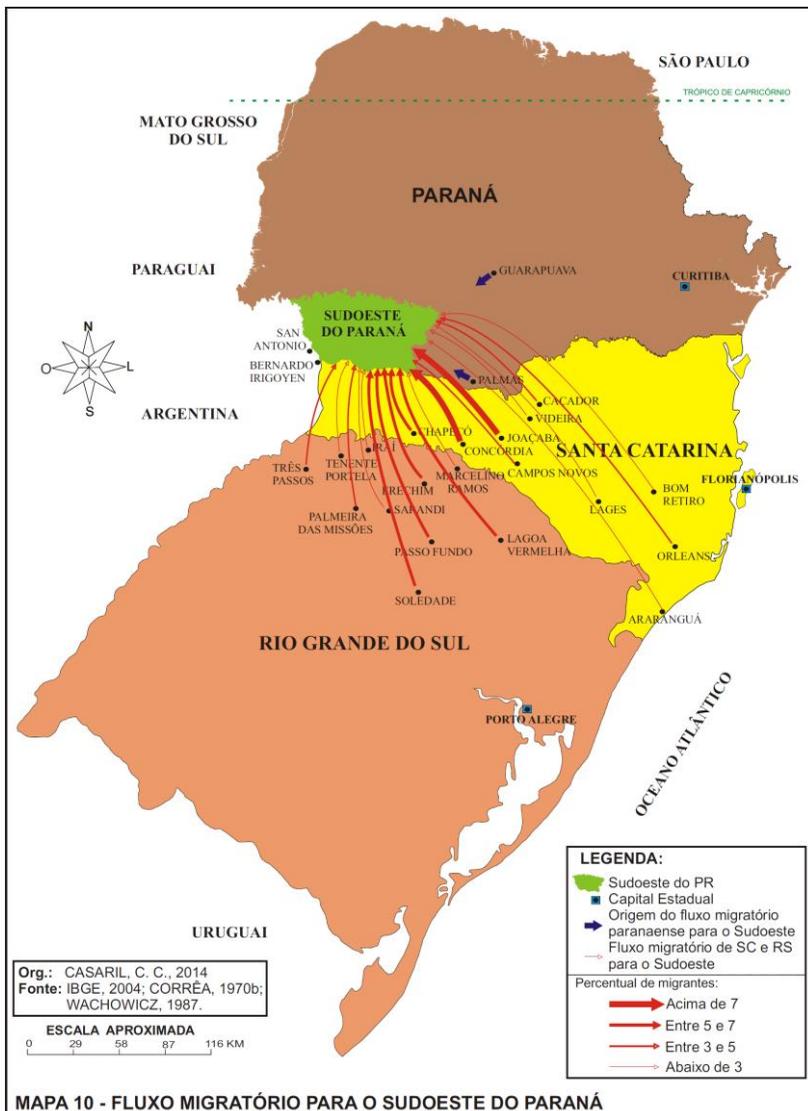
Esta companhia promoveu a intensificação da colonização do Sudoeste paranaense. As estratégias adotadas para tanto, dizem respeito a utilização de várias propagandas positivas sobre a região, como exemplo, podemos mencionar a promessa de vultosas terras férteis com distribuição gratuita das propriedades, além de prometerem a implantação de infraestruturas necessárias para o desenvolvimento regional.

Desta forma, o fluxo migratório para o Sudoeste do Paraná, logo após, o advento da população proveniente dos campos de Palmas e de Guarapuava, entrou em fase ascendente (mapa 10) com destaque para a chegada de milhares de famílias de pequenos agricultores, artesãos e comerciantes, vindos em sua maioria das áreas de antiga colonização alemã e italiana dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina⁷³.

A CANGO, além de distribuir as “terras devolutas da União”, onde os colonos recebiam gratuitamente seu lote de terra, medindo entre 19 e 29 hectares, desempenhou também a função de organizar o espaço, com a implantação de infraestruturas, subsídio técnico-financeiro, fornecimento de insumos básicos, sementes, casas, ferramentas, assistência médico-hospitalar e dentária, “[...] abriu picadas, estradas, construiu pontes, permitindo a vinda de grandes levas de colonos e o escoamento de suas produções” (PECÓITS, 1978, p. 33, apud ABRAMOVAY, 1981, p. 43). Diferentemente, do que ocorreu em grande parte do Norte e do Oeste do Paraná, que tiveram seu processo de colonização realizado por empresas colonizadoras privadas, tendo a comercialização dos lotes rurais e urbanos seu principal ensejo.

A combinação entre a experiência produtiva anterior com um sistema agrícola melhorado, somados aos fatores de mercado, como da ampla demanda de banha e derivados de suíno, sobretudo em São Paulo, incluso a melhoria empreendida através da introdução do sistema de rotação de culturas em áreas aradas e adubadas com a criação de suínos, consentiu o desenvolvimento de uma rede de relações entre pequenos núcleos urbanos regionais e cidades do Paraná e São Paulo, estruturado a partir de então, pelo circuito primário produtivo agroindustrial.

⁷³ Segundo as análises de Crocetti (2012), a colonização do Sudoeste paranaense, desenvolveu-se, “[...], sobretudo na década de 1950, por duas grandes frentes de ocupação – gaúchos (42,9%) e catarinenses (24,8%) [...] [atendendo] a uma dupla finalidade governamental, pois, ao tempo em que desafogaria a pressão pela reforma agrária no Rio Grande do Sul (devido ao excesso de colonos sem terra lá existente), protegeria a fronteira de invasões de estrangeiros. Quanto à origem étnica, a grande maioria dos pequenos agricultores do Sudoeste do Paraná descende, em segunda ou terceira geração, de imigrantes de países europeus, principalmente Itália (40%), Alemanha (13%). Apenas 18% se declararam de origem luso-brasileira (“caboclos”, na maioria)” (CROCETTI, 2012, p. 119-120).



O quadro 6 apresenta o número de famílias cadastradas e o número de habitantes na área atendida pela CANGO entre os anos de 1947 e 1956. Através do mesmo, verificamos que o número de imigrantes era maior do que a capacidade que esta companhia poderia suportar. Assim, esta companhia que tinha como seu principal objetivo

estimular a vinda de famílias para colonizar a região, por sua vez, obteve grande êxito, basta verificarmos os dados apresentados no quadro abaixo e lembrarmos que, existia um cadastro com mais de oito mil famílias que esperavam receber terras da companhia.

ANO	FAMÍLIAS CADASTRADAS	HABITANTES
1947	467	2.529
1948	886	4.956
1949	1.068	6.045
1950	1.440	7.147
1956	2.725	15.284

Quadro 6 - Número de habitantes estabelecidos pela CANGO entre 1947 – 1956.

Fonte: MARTINS, 1986.

Uma das grandes problemáticas que perduraram por longos anos, diz respeito às terras que a companhia dizia que doava aos colonos, essa era uma terra (Gleba Missões e Chopim⁷⁴) que estava sob litígio. Devido a esta pendência jurídica, o governo, por meio da CANGO não podia emitir escritura definitiva aos colonos, na verdade, não passavam de títulos provisórios e ilegais. Esse processo como já mencionamos, se arrastou por diversos anos, a seguir esclareceremos os principais fatos.

Em 1940, o Presidente Getúlio Vargas incorporou ao Patrimônio da União, os bens da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (*Brazil Railway Company*), entre os quais figuram as propriedades constituídas pelas referidas glebas.

A disputa pelas terras na região se agrava em 1945, pois José Rupp e sua esposa, eram credores daquela Companhia, e a mesma não havia lhes saldado os dormentes fornecidos. O Sr. Rupp ajuizou com êxito uma ação de cobrança contra a mesma (uma ação iniciada 18 anos antes da vitória jurídica). Todavia, os desdobramos não se encerravam aí, pois a *Brazil Railway Company*, como já mencionamos, tinha sido incorporada pela União em 1940, o que por sua vez, levava José Rupp a

⁷⁴ Em julho de 1913, o Governo do Paraná, tituló à Companhia Estada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a Gleba “Chopim” com uma área de aproximadamente 715.081.142², e em outubro de 1920, o Governo do Paraná, na gestão Caetano Munhoz da Rocha, tituló ao favor da mesma companhia a Gleba “Missões”, esta de aproximadamente 4.257.100.000² (MARTINS, 1986).

negociar diretamente com o Governo Federal. Após várias tentativas fracassadas de acordo, Rupp faz uma aliança com Mário Fontana, amigo do Governador Lupion, o qual detinha certa influência junto a representantes da cúpula do Governo Federal. Rupp e Fontana criam a CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. e Fontana adquire os direitos de Rupp. A CITLA sendo detentora dos direitos negocia com o Governo, a liquidação de seu crédito, mediante recebimento da terras da Gleba Missões, o que acontece por influência do Governador Lupion, porém numa operação ilegal. Entretanto, o Senado Federal não emite a licença e o Governo Federal volta atrás, anulando a operação. Visando sustentar a negociata, Lupion cria um Cartório de Registro de Títulos e Documentos em Santo Antônio do Sudoeste e legaliza a Gleba Missões para a CITLA (MARTINS, 1986; WACHOWICZ, 1977).

Em 1950, a oposição (PTB e UDN) chega ao poder no Paraná, o novo Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, impede a escrituração de terras, no Sudoeste. Políticos locais, vinculados ao PTB e UDN, afinados com o projeto de Vargas para a região, continuaram estimulando a migração de gaúchos e incitaram os colonos a não assinarem e nem pagarem nada por suas terras à CITLA, que através de seus jagunços amedrontavam a população.

As pendências pela terra no Sudoeste continuavam. Moyses Lupion retorna ao governo e, por pressão dos financiadores de sua campanha, obriga Mário Fontana a entregar parte da Gleba Missões às empresas colonizadoras “Apucarana” e “Comercial”. As mesmas, com a garantia do governador, contratam presidiários para obrigar os colonos a rubricarem uma declaração de dívida das terras. A partir desse momento, tem início um violento conflito, que culminou em 1957, na nomeada Revolta dos Colonos.

A Revolta dos Colonos tinha como objetivo principal a eliminação das Companhias Colonizadoras Privadas e lutavam ao mesmo tempo, para que ocorresse uma Intervenção Federal no Estado do Paraná, destronando o governador Lupion (WACHOWICZ, 1977).

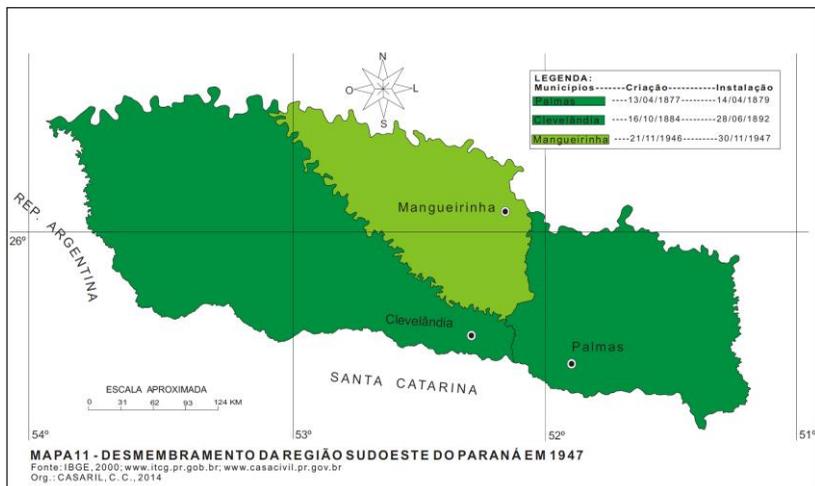
Todavia, o Presidente Juscelino Kubitscheck adverte Lupion, para o fato de que, somente escaparia de uma Intervenção Federal se controlasse rapidamente a situação. O que o leva a sacrificar os interesses econômicos particulares e de seus aliados, promovendo o encerramento das atividades das Companhias “Apucarana” e “Comercial”.

Este problema de legalização da posse da terra só começou a ser resolvido em 1961, quando o então presidente Jânio Quadros declarou que as terras do Sudoeste eram de utilidade pública. Deste modo, as

terras foram desapropriadas em 27 de março de 1961 pelo Decreto Federal n.º 50.379 e, em 1962 começou a funcionar o GETSOP - Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense, instrumento instituído pelo presidente João Goulart que visava, sobretudo, demarcar e emitir os títulos de posse das terras aos colonos (MARTINS, 1986).

Este órgão do governo Federal denominado GETSOP realizou suas atividades até 25 de agosto de 1972. Neste período expediu um total de 35.856 títulos de posse da terra, sendo 30.221 títulos rurais e 5.633 títulos urbanos. Destes, o município de Francisco Beltrão recebeu 11.733 títulos. Destacando que, aproximadamente 7.133 títulos rurais possuíam área de até cinco hectares, portanto, minifúndios, característica esta que reforça o Sudoeste como uma área de pequenas propriedades ainda hoje (MARTINS, 1986).

Para finalizar esta parte, somente a título de melhor compreensão da dinâmica regional, apresentamos o mapa 11 o qual permite visualizar o desmembramento da região Sudoeste. Este apresenta a área municipal e o ano de instalação de mais um município pertencente, atualmente à região dos campos de Palmas que no decorrer das próximas décadas perderá parte de suas terras para a fundação de outras sedes municipais que irão compor o atual Sudoeste.



3.4 – O Urbano no Sudoeste do Paraná: Distinções entre Pequenas Cidades e Cidades Locais

Para discutir a gênese das cidades do Sudoeste paranaense (as quais irão compor as redes urbanas de Francisco Beltrão e Pato Branco), cabe inicialmente, apresentarmos o que entendemos por pequenas cidades e cidades locais, pois são estas que estão presentes na região.

As distinções entre pequenas cidades e cidades locais, se fazem importantes neste momento. A partir de nossas leituras, verificamos que as principais distinções entre as noções de “cidade pequena e cidade local” se referenciaram no sentido de que a noção de “cidade pequena” (média, grande) ser aludida por alguns pesquisadores como sinônimos de tamanho demográfico e territorial, portanto, possuindo um viés quantitativo e, por outro lado, a noção de “cidade local” (regional, nacional, global) ser voltada a referenciar seus papéis, suas funções e respectivos alcances espaciais no âmbito da rede urbana, logo, possuindo um viés qualitativo.

Já de início gostaríamos de deixar claro que não podemos cair no erro de realizar uma análise quantitativa, pois esta não nos possibilitaria entender a especificidade, a função da cidade analisada, lembrando que uma cidade é diferente da outra e não existem cidades iguais. Assim, verificando tais terminologias “cidades pequenas e cidades locais”, admitimos que, estas duas terminologias, não condizem com o que alguns pesquisadores relatam em suas publicações, ou seja, tanto a cidade pequena quanto a cidade local pode e deve ser analisada pelo viés qualitativo e estas duas cidades não são iguais, elas são diferentes em relação a sua base teórica e metodológica e, precisa ser distinguida, coisa que não verificamos em várias publicações, pois alguns pesquisadores utilizam as duas terminologias em seus trabalhos como sinônimos.

A cidade local do ponto de vista de Santos (1982) pode ser entendida como

[...] a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço. [...] poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta

que implica uma vida de relações (SANTOS, 1982, p. 70-71).

Assim, é preciso encontrar o embasamento, ou seja, o limite mínimo de “[...] complexidade das atividades urbanas capazes de [...] garantir ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial” (SANTOS, 1982, p. 70). Caso contrário, o mesmo autor menciona que, estar-se-ia trabalhando com pseudocidades.

O ponto de vista apresentado acima

[...] permite entender a dimensão mínima a partir da qual é possível falar de uma verdadeira cidade, e no caso, dos centros locais. Mas isto remete à complexidade das condições e elementos para considerar outras cidades como sendo pequenas. A partir do nível mínimo de atividades [...], há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas. E aqui reside razão para o uso da expressão pequena cidade para aquelas cidades que não são centros locais (FRESCA, 2010, p.4).

Neste grupo de cidades pode-se encontrar desde aquelas com limite mínimo de complexidade de atividades urbanas, até aquelas onde funções urbanas são mais complexas, refletindo inclusive, diferenças do ponto de vista populacional, manifestando realidades muito distintas (FRESCA, 2001). Refletir o urbano na perspectiva da noção de quantidade demográfica constitui-se em um desconhecimento das particularidades de cada cidade. Portanto, como mencionamos a explicação do entendimento da noção do referido aglomerado urbano é imprescindível. E, conforme Santos (2008[1979b]) “[...] Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa [...]”, pois, a abordagem do “[...] ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema” (SANTOS, 2008, p. 86).

Assim, quando utilizamos dados populacionais para assinalar uma cidade como sendo pequena e/ou local, corremos a temeridade de equiparar cidades que particularmente são distintas (possuem singularidades próprias). Ou seja, o emprego de estatísticas demográficas permitirá ponderarmos núcleos urbanos com número de habitantes semelhantes como formando o grupo de pequenas cidades, estes, por sua vez, não contabilizarão as especificidades de cada centro, bem como, não proporcionará o entendimento de seus papéis, suas áreas de influência, suas interações espaciais, entre outros qualificativos basilares que devem ser levados em conta no momento de se considerar uma cidade como sendo pequena ou não. Tais aspectos proporcionam um caminho para compreender a cidade pequena, estando sua apreciação direcionada ao estudo de sua inserção na rede urbana (FRESCA, 2009).

Portanto, conforme Fresca (2001) para se caracterizar uma cidade como sendo pequena, é necessário entender sua inserção em uma dada rede urbana.

As pequenas cidades ainda são responsáveis por atender parcela significativa da população em termos de bens e serviços imediatos à sua população. Mas deve-se considerar que estes tem outro caráter qualitativo comparativo à anteriores momentos históricos. Em outras palavras, os bens e serviços tornaram-se muito mais abrangente em razão das necessidades ou imposições do sistema de consumo à população urbana. Mudanças quantitativas e qualitativas vem ocorrendo no terciário das pequenas cidades, suprimindo em parte, demandas de seu mercado consumidor, seja pela presença dos estabelecimentos físicos, bem como pelo comércio via internet. Esta última possibilidade de aquisição de bens, articulado à renda dos consumidores, tem provocado muitas modificações nos anteriores esquemas de análise do terciário (FRESCA, 2010, p.6).

Assim, as pequenas cidades passam por mudanças qualitativas e quantitativas, modificando seus aportes quanto às atividades comerciais e de serviços e, a esse fato somamos mudanças no consumo produtivo. Destacando que, estas questões, correspondem a uma das diversas maneiras em que o desenvolvimento regional se realiza. Quanto mais intensa a divisão social e territorial do trabalho numa área, “[...] mais

idades surgem e [...] mais diferentes são umas das outras”, além disso, sobrevivem maiores possibilidades de especializações produtivas. Aqui é importante destacar que, “[...] O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta-as” (SANTOS, 1993, p.50-51).

[...] Estas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Elas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado à necessidade de encontrar, no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção. Este fenômeno, antes restrito às cidades, que eram ‘depósitos’ para os fatores da produção industrial, agora também se dá no campo, com a diferença de que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, [...] todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano [...] (SANTOS, 1993, p. 56).

Uma ressalva deve ser feita, pois se Milton Santos (1982) considera a cidade local como a de menor escalão e complexidade na dinâmica urbana brasileira, responsável por suprir apenas as demandas mais imediatas da população, a citação acima, não aborda as cidades locais, mas sim as cidades pequenas, “[...] cujas dimensões físico-territoriais, poder econômico e populacionais são superiores às locais” (FRESCA, 2010, p.7).

Conforme Santos (1988, p. 53) o desenvolvimento teórico e metodológico nos ensina o que deixa de ter valor teórico e metodológico, e nos leva a substituir as categorias tradicionais por categorias atuais. Ora,

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 1993, p. 51).

Corrêa (1999) nomeia as cidades pequenas, igualmente como pequenos centros ou pequenos núcleos⁷⁵. Para o autor supracitado, a mundialização da economia capitalista (para nós, os efeitos dos ciclos econômicos longos e médios) traz novas funções às pequenas cidades, que se realizam por meio de duas possibilidades: a primeira refere-se à “[...] perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção no campo” (CORRÊA, 1999, p.48). A segunda possibilidade confere “[...] uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho. [...]” (CORRÊA, 1999, p.50).

Com relação às transformações verificadas nas “cidades pequenas e/ou cidades locais” Corrêa (2004) aponta quatro caminhos ao longo das quais evoluíram

- i – Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola. [...];
- ii – Pequenos centros especializados. A modernização do campo esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos pode mesmo crescer econômica e demograficamente. [...];
- iii – Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho [...];
- iv – Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma

⁷⁵ Ao que tudo indica, Roberto Lobato Corrêa utiliza as terminologias pequenos centros e pequenos núcleos para se referir, sem fazer distinções às cidades pequenas e locais, porém em nossas leituras, interpretamos que quando o autor supracitado faz referências às cidades que se situam na “confluência do rural com o urbano”, ele se refere a cidades locais.

estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permaneceram, ou procedente de aposentadorias de trabalhadores agrícolas. [...] (CORRÊA, 2004, p.75-76).

Seguramente não se exaurem aqui as realidades dadas por pequenas cidades, e como assegura o autor supracitado, diferentes tipos de pequenos núcleos se tornarão conhecidos na medida em que aumentem os estudos deste nível hierárquico.

O importante aqui é entendermos que as cidades pequenas possuem muitas variantes e do mesmo modo, singularidades distintas, onde cada qual combina de maneira particular suas especificidades, funções, organização etc. À medida que, ocorrem a passagem do ciclo descendente para o ciclo ascendente do nosso juglariano, verificamos que no decorrer desta fase de ebulição econômica, engendram-se mudanças/transformações em todos os níveis hierárquicos, desde alterações nas cidades locais até nas cidades de mais alto nível de uma dada rede urbana.

E aqui, para aqueles que ainda creem na chamada globalização, vale a pena observar a análise de Mamigonian (2004)

A economia mundial é uma realidade indiscutível, pelo menos desde o século XVI, mas ela não significa um mercado mundial sem fronteiras, como pretendem nos últimos anos os apologistas da "globalização", quer honestamente equivocado (O. Ianni entre nós, Kurz na Alemanha, entre outros), quer ideólogos do imperialismo, espalhados pelas universidades do mundo ocidental. **O comércio não é global, e sim internacional,** isto é, entre nações, mas à medida que os países de dimensões geográficas de pequeno porte (França, Alemanha, Itália, etc.) não são mais bases territoriais suficientes para a acumulação capitalista, a economia mundial está gestando blocos continentais (União Europeia, Nafta, Bloco Asiático projetado), cada um com moedas distintas e defendendo seus próprios interesses comerciais e financeiros. Isto quer dizer que o comércio internacional no interior dos blocos é

facilitado, enquanto o comércio entre blocos é desestimulado, **longe, portanto de um mercado mundial sem fronteiras**. [...] Os países da periferia estão submetidos hoje em dia a um neocolonialismo ainda mais brutal pelo uso permanente do terrorismo financeiro, já que as metrópoles monopolizam o capital financeiro mundial, resultante em cada país central da fusão dos bancos com as indústrias, como Lênin já havia percebido nos inícios do século XX (O imperialismo, etapa suprema do capitalismo) (MAMIGONIAN, 2004; p.128-30).

Portanto, é a dinâmica dos ciclos longos e médios que trazem modificações na estruturação tanto no intra-urbano como no interurbano de nossas urbes e não a tão propalada globalização.

No período atual, como já destacamos no decorrer deste capítulo, cada centro urbano, seja ele pequeno, médio, grande etc. é lugar distinto um do outro, cada qual realiza combinações geográficas particulares. E, visando reforçar essa constatação Fresca (2009, p.5) nos diz que, “[...] uma cidade com cerca de 10 mil habitantes na rede urbana de Manaus apresentar-se-á bastante distinta de uma similar em termos populacionais na rede urbana norte-paranaense, mesmo ambas sendo consideradas como pequena”.

Por este caminho é possível ter melhores condições de entender uma cidade como sendo pequena, evitando deste modo as armadilhas das classificações populacionais, das recentes discussões de que o Brasil não é tão urbano quanto se fala e de generalizar que as pequenas cidades são apenas fornecedoras de bens e serviços básicos à população de uma restrita área de influência (FRESCA, 2009, p. 5).

3.4.1 – A Gênese das Cidades da rede urbana de Francisco Beltrão e Pato Branco⁷⁶

Conforme Deffontaines (1944;1945) verificou, a rede urbana nacional até meados dos anos 1940 encontrava-se em sua infância. No Sudoeste do Paraná “[...] ainda em via de colonização por imigrantes europeus, nenhuma cidade foi fundada, motivo por que a própria colonização está em jogo [...]” E, o autor está correto, pois as cidades que haviam sido fundadas, como já informamos, pertenciam a outra formação sócio-espacial e, atualmente, fazem parte de outra mesorregião paranaense. O autor supracitado destaca também que, algumas regiões do país “[...] não foram atingidas pelas diferentes vagas de urbanização. **O interior de Mato Grosso ficou em grande parte no regime da grande fazenda de gado totalmente isolada**, sem nenhuma cidade na vizinhança [...]” somente os senhores se deslocavam algumas vezes por ano para centros urbanos de maior desenvolvimento e, de lá traziam alvitres para comercializar com os seus por preços elevados, “[...] aqui como alhures, a cidade será uma libertação para as pessoas pobres” (DEFFONTAINES, 1945, p. 308).

Como o autor coloca, era um momento de expansão da fronteira para o Sudoeste e Oeste do Paraná, que logo se expandiria para o Centro-Oeste brasileiro, mudando o perfil do Mato Grosso. “Este país da dispersão rural mais absoluta fez nascer uma rede urbana já cerrada, como se a dispersão tivesse também necessidade de organismo urbano. Todas as ocasiões são boas para que surjam cidades: evangelização, minas, circulação, grandes trabalhos, o próprio isolamento e talvez esse principalmente. [...]” (DEFFONTAINES, 1945, p. 308).

A gênese dos núcleos urbanos do Sudoeste paranaense (Rede de Francisco Beltrão e Pato Branco) pode ser caracterizada, basicamente,

⁷⁶ Nesta parte visamos apresentar a gênese, formação e estruturação das cidades que formam a rede urbana de Francisco Beltrão e Pato Branco, pois as mesmas se combinam. Para uma melhor explicação, podemos dizer que, Pato Branco foi desde os primórdios do urbano na região a grande polarizadora, ou seja, Francisco Beltrão pertencia a rede de Pato Branco e essa relação nós vamos verificar que foi mudando com o passar dos anos, sendo que atualmente, a rede de Francisco Beltrão possui um maior número de centros em sua rede em oposição a rede de Pato Branco que foi tendo perdas significativas. Por isso, nossa insistência em apresentar a gênese dos centros do Sudoeste do Paraná, pois são estes que compõem as duas redes presentes na região, mesmo sabendo que região/mesorregião diz respeito a outra base geográfica, distinta da Rede.

pela coleta e expedição dos produtos agrícolas e pela distribuição de bens e serviços. Dessa maneira, a rede de cidades originou-se relacionada às necessidades de venda e compra de produtos pelos colonos. “[...] toda aglomeração é para uma região rural um centro de consumo e permite sair de uma economia absolutamente fechada que impede todo progresso” (DEFFONTAINES, 1945, p. 308). A essa complexidade genética da rede urbana somamos, o papel desempenhado pelo Governo Federal, que com a CANGO, trouxe os primeiros resquícios do urbano para a formação de algumas cidades da região, com destaque para Francisco Beltrão e Pato Branco. Acrescentamos ainda, a importância da presença de uma serraria que inicialmente, teve o papel atrair de um considerável contingente populacional, o que por sua vez, contribuiu essencialmente para formação de um centro cuja função foi a industrial.

A gênese dos centros urbanos no Sudoeste paranaense derivou das mais distintas necessidades para o sucesso da ocupação da região por colonos produtores e consumidores e, segundo Corrêa (1970b) tal processo pode ser sintetizado, em duas maneiras.

Na primeira, os centros urbanos originaram-se através de uma ocupação espontânea “[...] na qual o caboclo, “[...] dono de uma ‘bodega’ e de uma ‘posse’, loteava e vendia diversas partes aos [...]” colonos recém-chegados, e aos “[...] comerciantes, alfaiates e ferreiros, entre outros, dando origem a um povoado, que em breve receberia uma capela e outros serviços. Posteriormente fazia-se a medição e demarcação da área da futura sede municipal” (CORRÊA, 1970b, p. 127-128).

A outra maneira que se processou a origem dos centros urbanos no Sudoeste, diz respeito a “[...] ação colonizadora oficial [...]”, que converteram-se em focos de deslocamento demográfico de colonos imigrantes, estas já foram abordadas neste trabalho (CORRÊA, 1970b, p.7).

A instalação de uma serraria de certo porte foi, também, fator de surgimento de núcleo urbano. Numa fase que antecedia à colonização, uma companhia madeireira instalava uma serraria no meio da mata, surgindo em torno um aglomerado de função industrial, onde alguns comerciantes se estabeleciam para atender às necessidades dos operários. Em breve, com a penetração espontânea de colonos nas áreas pertencentes ou não às madeiras, o núcleo passava a ser o ponto focal

para os colonos, ganhando novas funções relacionadas às necessidades do mundo rural [...] (CORREIA, 1970b, p.129).

Portanto, iniciada a chegada dos colonos as áreas previamente loteadas pelos caboclos ou pelas companhias colonizadoras e/ou pela CANGO imediatamente davam-se início a instalação da primeira atividade industrial, as serrarias. A esse respeito, podemos destacar que a instalação desta atividade industrial, realizou-se também conforme Fresca (1990) como a primeira atividade industrial na gênese das cidades do Oeste Paulista, assim, segundo a autora supracitada, o processo ocorria da seguinte maneira,

[...] a região ainda coberta por mata, o desmatamento se fazia necessário para começar os trabalhos de produção agrícola. E as serrarias estavam presentes em quase todos os patrimônios a fim de transformar a floresta em matéria-prima para as construções. Resulta daí o fato de que nestes patrimônios a maior parte das edificações serem de madeira (FRESCA, 1990, p.75).

Assim, o deslocamento populacional para o Sudoeste foi fundamental e os industriais, sobretudo, os madeireiros, também tiveram uma importância ímpar, para a ocupação, pois foram eles, ao lado dos pequenos agricultores que realizaram a derrubada das matas com suas árvores de grandiosos troncos. A esse respeito Voltolini (2000) nos diz que:

A simultânea ou posterior vinda dos madeireiros foi recebida com júbilo pelo agricultor, em toda a área de domínio mais intenso da floresta da Araucária. Os donos das serrarias, por sua vez, não deixaram de externar plena satisfação com a cordial deferência [...] O colono, ansioso por ver sua terrinha liberada para o cultivo, já tinha chegado até a pagar pela derrubada dos pinheiros que, mesmo no chão, eram incômodo ainda por anos e anos. De repente... uma loteria! Tiravam-lhe os pinheiros e ainda pagavam por isso! [...] Os madeireiros, por sua vez, passaram a adquirir a matéria-prima de suas indústrias por preços irrisórios, altamente compensadores, que eles mesmos fixavam e eram aceitos sem relutância

pelos ‘felizes’ fornecedores (VOLTOLINI, 2000, p. 74-5).

Portanto, os madeireiros donos de serrarias, foram bem recebidos pelos colonos e sua atividade econômica, representou como já mencionamos, um dos focos da gênese do urbano na região. Mesmo assim, em relação a questão econômica, o Sudoeste paranaense caracterizava-se como uma região, de fraca integração com a economia nacional,

[...] e os estímulos que dela recebia se traduziam em atividades tecnicamente primitivas, praticadas por uma população que não contava com vias de circulação modernas para escoar seus produtos, que eram apenas semi-elaborados. [...] em 1950 havia 4,1 pessoas trabalhando no comércio para cada 1.000 habitantes, enquanto para o conjunto do Paraná essa relação era de 10,8 pessoas por 1.000 habitantes – caracterizando-se pela importância da troca, com pequena circulação monetária, pela multiplicidade de transações, e pela dependência a centros comerciais localizados fora da região, sobretudo União da Vitória, que se encarregavam de encaminhar os produtos regionais ao mercado consumidor. Tratava-se, pois, de região com posição periférica às áreas mais integradas à economia do país. **[Ainda em 1950, nenhuma sede municipal aí se localizava:** Palmas e Clevelândia, cidades localizadas fora da região, dirigiam administrativamente o Sudoeste paranaense (CORRÊA, 1970a, p.95, grifo nosso).

Na primeira fase da formação dos centros urbanos, os mesmos, realizavam seus vínculos com as áreas agrícolas de sua hinterlândia. Assim, a cidade é o “foco de gravitação da vida regional” (BERNARDES, 1964, p.3). E os primeiros vínculos entre a cidade e a região rural, se davam entre os pequenos agricultores que vendiam seus produtos e adquiriam bens de consumo dos pequenos comerciantes, também conhecidos na região como aqueles de possuíam uma bodega (pequeno comércio de “secos e molhados”). Portanto, o desenvolvimento dos centros urbanos, conjuntamente, permaneceu conectado, às mais distintas necessidades do universo colonial, “[...] mas a diferenciação entre eles processou-se de acordo com as facilidades que tiveram de se tornarem focos de áreas maiores e mais

povoadas [...]”. Entre os centros que exerceram uma diferenciação espacial e destacaram-se dos demais centros, podemos mencionar numa primeira disposição, Pato Branco, Francisco Beltrão e, na sequência, Chopinzinho, Coronel Vivida, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste, Barracão e Dois Vizinhos, “[...] enquanto as demais sedes municipais permaneceram com atuação, quer de compra de produtos rurais, quer de venda de bens de consumo, limitada basicamente aos respectivos municípios, quer dizer, limitada às áreas rurais próximas [...]” (CORRÊA, 1970b, p. 129).

Como mencionamos, a diferenciação mais notável ocorre nos centros urbanos de Pato Branco e Francisco Beltrão, dois centros que tiveram importante aporte do poder público estadual e federal (CANGO) e foram, podemos dizer os dois centros escolhidos desde suas gêneses para comandarem a região e, por sua vez, suas redes urbanas. Vale ressaltar que, na fase inicial da formação dos núcleos urbanos, Pato Branco possuía um nível de centralidade superior a Francisco Beltrão e, por este caminho exercia domínio regional, vinculado à distribuição de bens e serviços, está posição de destaque frente à circulação regional se manteve pelo menos até meados de 1950, pois a vila Pato Branco, beneficiou-se por ser o ponto final da rodovia proveniente de União da Vitória, atuando vigorosamente na comercialização “[...] de porcos, couros e peles, tendo já em 1940 cerca de 1.000 habitantes. Seus bodegueiros, ‘caboclos’ [...], realizavam tanto transações com a população de toda a região, como os bodegueiros das áreas mais remotas, assegurando [...] uma função regional [...]” (CORRÊA, 1970a, p. 95-96). Assim, Pato Branco constituiu-se desde o início como um entreposto comercial e, com a colonização realizada posteriormente, pelos então “colonos” a função regional de Pato Branco foi reforçada.

Outra particularidade relevante do processo, diz respeito ao nascimento dos centros urbanos na região, pois estes não se originaram simultaneamente. Como o povoamento, efetuou-se, inicialmente, na periferia oriental, centro-meridional e ocidental da região, conforme o mapa 12, podemos verificar o aparecimento das cinco primeiras sedes municipais do Sudoeste e suas áreas territoriais, todas instaladas em 14 de dezembro de 1952, sendo elas respectivamente: Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste e Barracão, todos desmembrados de Clevelândia.



Deste modo, tem-se o início das cidades e da vida urbana no Sudoeste paranaense. Portanto, nesse momento é importante explicar o que vem a ser a cidade e para tanto, nos apoiamos em Mamigonian (1988) que diz que,

[...] Em todas as civilizações (asiáticas, grego-romanas, árabes etc.) a cidade é fruto da divisão social do trabalho a partir das comunidades agrárias. Diferentemente do que imaginam os funcionalistas (Durkheim), as relações cidade-campo não são simples complementações de atividades, elas são geradas por desigualdades latentes e geram por seu turno novas desigualdades e conflitos de interesses. As cidades exploram os campos, retirando-lhes parte de suas produções a pretexto de proteção ou outra ‘razão’ qualquer. A expressão região, como assinalou E. Juillard, provém de Régis, significando a área de dominação de um rei, portanto um território tendo por centro uma cidade coletora de impostos. A gênese da cidade é ao mesmo tempo a origem do Estado, das classes sociais, da civilização, da separação trabalho braçal-trabalho intelectual etc. (MAMIGONIAN, 1988, p.204-205).

Assim, conforme o autor supracitado, a cidade constitui-se num produto e numa condição socialmente edificada. A cidade é, portanto expressão da sociedade e pode ser apreendida por meio do embate entre sociedade *versus* natureza, e pelas instâncias econômicas, política,

jurídica, ideológica, cultural e espacial. Deste modo, como a cidade é produto e condição da e para a sociedade, acreditamos que o fundamento para o entendimento de uma dada cidade e/ou rede urbana está em sua formação sócio-espacial, pois está possui seu maior embasamento explicativo no setor produtivo e, nós residimos numa sociedade capitalista, onde as cidades e por decorrência as redes urbanas são racionalizadas pela acumulação de capital.

As cidades locais que foram sendo instaladas, passaram a desempenhar um papel fundamental no processo de ocupação do território. A presença de uma cidade representava como fato concreto a possibilidade de que as terras seriam ocupadas rapidamente. Cada cidade atendia, as necessidades básicas da população urbana e rural em termos de bens e serviços (FRESCA, 1990).

De acordo com Marx e Engels (1987, p.34), a “[...] existência da cidade implica imediatamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., numa palavra, a necessidade da organização comunitária, partindo da política em geral [...]”; constituindo-se no “[...] resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades”.

Cabendo aqui destacar que, entre os fatores humanos da gênese das cidades e “[...] da vida regional são, sem dúvida, as condições políticas que têm o papel mais eficaz [...]” (CHOLLEY, 1964, p.274).

A ocupação desempenhada pelos caboclos, portanto, anterior à chegada dos colonos, realizou através do sistema agrícola primitivo, a devastação de algumas áreas florestais, ocupação que se tornou o embrião da gênese de muitas das atuais cidades, através de seus pequenos povoados. Entre estas primeiras sedes municipais, são heranças do período ervateiro (ciclo da erva-mate no Paraná) os povoados de Barracão, fronteira com Bernardo de Irigoyen/AG, Santo Antônio do Sudoeste, fronteira com San Antônio/AG e Pato Branco, esta que em 1924 já aparecia com o nome de Vila Nova e, possuía uma função de centro intermediário nas transações vinculadas a erva-mate, a que se dedicavam seus primeiros bodegueiros.

Portanto, a origem da cidade de Barracão, Santo Antônio do Sudoeste e Pato Branco, numa fase pré-colonial, esteve ligada à atividade comercial da erva-mate. Pato Branco originado espontânea e desordenadamente, foi ampliado graças à ação de um órgão de colonização do governo (Colônia Bom Retiro), que ali instalou a sede de um núcleo colonial e realizou a demarcação e o loteamento.

A partir de 1945, o povoamento da região apresentou considerável expansão com o advento do fluxo migratório de colonos de

origem catarinense e rio-grandense. Destacando que, Pato Branco era o ponto final da rodovia (com linha de ônibus) proveniente das áreas de emigração, do Estado de Santa Catarina e do Estado do Rio Grande do Sul (Vide mapa 10), além da rodovia procedente de União da Vitória. E era de Pato Branco que partiam os ônibus (Veja as figuras 13 e 14 a seguir) para as áreas de povoamento ascendentes, do interior da região Sudoeste, sobretudo para a Vila Marrecas, atual Francisco Beltrão.



Figura 13 - Ônibus da linha Marrecas, Jardineira – Chevrolet 1942.
Fonte: KRÜGER, 2004, p. 151.



Figura 14 - Primeira empresa de serviços de transporte coletivo de Francisco Beltrão, década de 1950.
Fonte: KRÜGER, 2004, p. 151.

Em 1948, Pato Branco já apresentava características que lhe permitia destacar-se dos demais núcleos,

[...] possuindo firmas varejistas que distribuíam, entre outros artigos, máquinas de costura, cofres, pneumáticos, aparelhos de rádio, ferragens, etc. Possuía, ainda, entre outros estabelecimentos, uma

torrefação de café, selaria, oficina mecânica, escritório de contabilidade, um recém-inaugurado hospital dotado de aparelho de raio X, e uma de suas firmas possuía uma filial na Vila Marrecas, o atual município de Francisco Beltrão (Corrêa, 1970, p. 132).

Pato Branco (figura 15) somava 3.434 habitantes em 1950, e de tal maneira, como asseverou o autor supracitado, reforçou seu nível de centralidade, adquirindo novas funções exclusivas, tais como: curso ginásial, estação de rádio e agência bancária⁷⁷.



Figura 15 - Pato Branco em 1952.

Fonte: KRÜGER, 2004, p. 90.

Porém, a partir de 1950, Francisco Beltrão, progressivamente vai se transformando em um importante centro coletor da produção rural e forte rival de Pato Branco na distribuição de bens de consumo e serviços⁷⁸. Em Francisco Beltrão, no ano de 1951, já existiam “[...] 350 casas residenciais, hospital, igreja, escola, farmácia, 25 casas comerciais, 2 oficinas mecânicas, 2 ferrarias, 5 marcenarias, 2 moinhos,

⁷⁷ Em nossas conversas com alguns comerciantes e profissionais liberais de Francisco Beltrão, verificamos que até o início da década de 1990, muitas as famílias de Francisco Beltrão, encaminhavam seus filhos em idade escolar, sobretudo para cursar o ginásio (segunda parte do ensino fundamental e ensino médio) em Pato Branco ou Palmas, somente aquelas famílias com maiores poderes aquisitivos encaminhavam seus filhos e ainda continuam a encaminhar para colégios (muitas vezes internos) das praças de Curitiba.

⁷⁸ Entretanto, a centralidade urbana de Pato Branco se ampliaria, porém verificamos que o processo de convergência (tendências igualizadoras) entre estas duas cidades imperou até meados da década de 1990, quando percebemos, sobretudo a partir dos anos 2000, que o processo de divergência vai sobressaindo-se, este formado por tendências re-diferenciadoras e resultando no início de uma consequente inversão hierárquica, em favor de Francisco Beltrão.

2 alfaiatarias, 2 matadouros, 3 hotéis e 1 fábrica de refrigerantes” (MARTINS, 1986, p.33). A figura 16, nos mostra que em 1948 já estava em construção o que viria a ser o primeiro hotel da cidade (pensão Comunello).



Figura 16 – Construção e inauguração do primeiro hotel da ainda Vila Marrecas.

Fonte: Jornal de Beltrão, 2013.

Em Francisco Beltrão (figura 17), é importante destacar que, além das forças promovidas pela CANGO⁷⁹, a influência da indústria também teve papel preponderante para o desenvolvimento, sobretudo, da área urbana e um dos exemplos a ser citado é a indústria Camilotti Camidoor, que se instalou na vila Marrecas em 1954 e que até hoje possui sua planta industrial instalada no mesmo local, este por sua vez, corresponde atualmente ao centro urbano de Francisco Beltrão (o coração da cidade) e causa incômodo aos seus moradores vizinhos. Em algumas conversas, na indústria e com o poder público, obtivemos informações que apontam ainda não existir um plano ou programa

⁷⁹ 43 Vale a pena informar que, segundo Lazier (1997) a CANGO, órgão do Governo Federal, deu os primeiros incentivos para o processo de industrialização na região, pois foi através dela que surgiram “[...] a primeira selaria, marcenaria, olaria, cerâmica, ferraria e oficina mecânica [...]”, que prestavam atendimentos a população instalada e aos recém-chegados, além de estimular os colonos pequenos agricultores e comerciantes a edificarem também suas unidades industriais (LAZIER, 1997, p. 40-1).

concreto do poder público ou intenções da direção da unidade de realocar a planta industrial.



Figura 17 - Francisco Beltrão – PR em 1952.

Fonte: KRÜGER, 2004, p. 148.

[...] a expressiva densidade rural, advinda de uma ocupação de pequenos proprietários policultores, faz com que na vida de relações geradas pelo comércio e serviços, as cidades regionais assumam enorme importância. É através delas que se realizam as transações ligadas à coleta e expedição dos produtos agrícolas e ao consumo de produtos industrializados e de serviços. [...] as cidades regionais estão voltadas muito mais para o comércio e a prestação de serviços, sendo ao mesmo tempo centros de coleta e expedição de produtos agrícolas e de distribuição de bens e serviços. E é, sobretudo, através desses modos de relacionamento que o Sudoeste participa de um conjunto espacial mais amplo que encontra em Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo, os seus principais focos (CORRÊA, 1970b, p.11).

Essas relações vinculadas às atividades terciárias proporcionam a formação de uma rede de centros urbanos no Sudoeste, refletindo a densidade da população rural e também a diversidade de suas relações. “[...] A cidade tanto cria a expansão como é criada por ela. Mas o certo é que, mesmo quando não é a cidade a fabricá-la com todas as suas peças, é ela a ditar as leis do jogo. E na cidade este jogo revela-se melhor do que em qualquer outro posto de observação” (BRAUDEL, 2005, 439).

O mapa 13 a seguir, apresenta a fundação de mais duas sedes municipais no Sudoeste, são eles Chopinzinho e Coronel Vivida que desmembraram-se de Mangueirinha e foram instalados em 14 de dezembro de 1955, respectivamente. Estes dois municípios tiveram suas gêneses vinculadas à ação de um órgão de colonização oficial que realizou a demarcação e o loteamento, Chopinzinho possui em sua gênese, uma singularidade já desenvolvida no decorrer deste capítulo, este foi sede da Colônia Militar do Chopim, instalada em 1882, a qual lentamente foi estruturando as bases para formar um centro urbano.



Na sequência, apresentamos o mapa 14, o qual nos permite visualizar a instalação de mais oito sedes municipais no Sudoeste paranaense, todos instituídos em 1961. São eles: São João que desmembrou-se de Chopinzinho; Mariópolis, Vitorino e Renascença desmembraram-se de Clevelândia; Dois Vizinhos desmembrou-se de Pato Branco; Marmeleiro desmembrou-se de Francisco Beltrão, Ampére desmembrou-se de Capanema e de Santo Antônio do Sudoeste; e por último Pérola do Oeste desmembrou-se de Capanema.

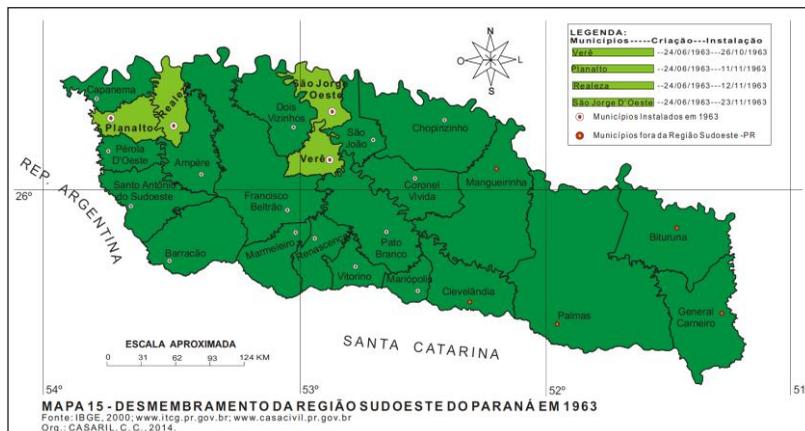


As cidades de Dois Vizinhos, Ampére, Pérola do Oeste, Vitorino, Renascença, Marmeleiro e São João originaram-se tendo como foco da vida urbana a “bodega”, nome dado pela população local aos pequenos comércios de “secos e molhados”. Os processos de constituição destes núcleos urbanos realizaram-se, essencialmente da mesma maneira como o transcorrido em Dois Vizinhos. Nas entrevistas realizadas pela equipe de campo do IBGE, orientada por Roberto Corrêa no decorrer do último quartel da década de 1960, obtiveram as seguintes informações a respeito da área que viria a se tornar a cidade de Dois Vizinhos, nas entrevistas constataram que lá pelos idos de 1948/1949/1950 existiam duas bodegas, uma comandada por um caboclo e outra por um colono, estas constituíram os primeiros focos de vida urbana, realizavam trocas de bens de consumo procedentes da população luso-brasileira, principalmente peles e couros. “[...] Por volta de 1953, com a crescente penetração de colonos nas redondezas, o bodegueiro de origem europeia loteou a ‘posse’ que possuía e construiu uma capela; em breve, começando a surgir outros comerciantes e os primeiros serviços para atender às necessidades dos colonos cada vez mais numerosos [...]” (CORRÊA, 1970b, p.128).

O núcleo urbano de Mariópolis originou-se pela ação das companhias colonizadoras “Apucarana” e “Comercial”, estruturadas, com parte das terras da CITLA. Destacando que, o município de Mariópolis teve origem ligada à Fazenda São Francisco Sales, que veio recebendo desde 1930 os primeiros pioneiros (famílias, Bier,

Bombonato, Bordin, Cãmpara, Colnaghi, Galiotto, Merlo, Soranzo, etc.) a fim de desenvolver a colonizaçaõ, mas foi somente no findar dos anos 1940 que a CITLA adquiriu parte da área (terra em litígio) e através das colonizadoras iniciou a venda das colônias (cada uma com 10 alqueires), em 1949 a CITLA construiu a primeira serraria que contribuiu para a derrubada dos pinheiros e construção das habitações, durante a década de 1950 as serrarias se multiplicaram e, foi também nesta época que, ocorreu a intensificação do povoamento, por colonos imigrantes. Outro fato substancial é que, inicialmente a área era denominada de “Povoado Rio Veado” e foi modificado para Mariópolis, em homenagem ao Sr. Mário José Fontana, empresário que representava a CITLA e que, segundo consta (e os pioneiros e comerciantes até hoje advogam, basta iniciar uma “prosa”), com interesse particular, contribuiu para o desenvolvimento da sede municipal.

Os próximos quatro núcleos urbanos instalados no Sudoeste paranaense datam do ano de 1963, e são apresentados através do mapa 15. Estas sedes municipais são denominadas, São Jorge do Oeste que desmembrou-se de São João; Verê que desmembrou-se do Dois Vizinhos; Realeza que desmembrou-se de Ampére e Planalto que desmembrou-se de Capanema.



As cidades de Planalto e São Jorge do Oeste tiveram suas origens vinculadas à ação de companhias colonizadoras “Apucarana” e “Comercial”.

A gênese do município de Verê teve início durante os anos de 1920, momento que ocorre a penetração de população luso-brasileira, e

a partir de 1950 com o começo da intensificação populacional, os primeiros focos de vida urbano foram estruturados pelos colonos recém chegados que montaram seu pequeno comércio a fim de atender a população instalada e a que estava adentrando, além disso, os primeiros colonos foram os responsáveis por adquirirem as terras dos caboclos e a lotearem para revender partes da posse. Importante mencionar que, aproximadamente 90% das famílias de colonos que migraram para Verê, após 1950, eram oriundos do município de Cacique Doble – RS.

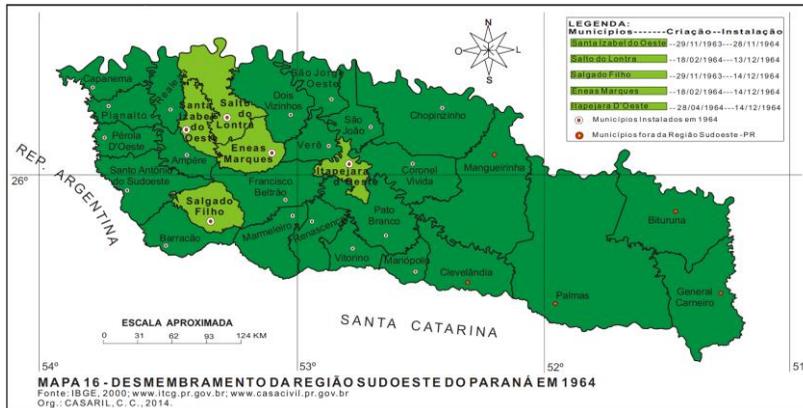
A cidade de Realeza teve sua gênese a partir da instalação de uma serraria, numa fase que antecedeu a colonização, como menciona Corrêa (1970b, p. 129) “[...] surgiu em decorrência da instalação, por volta de 1960, de uma serraria das indústrias CAZACA Ltda., que loteou as terras em torno do estabelecimento industrial. A ocupação do atual município se fez posteriormente à implantação do núcleo urbano [...]”. Deste modo, a indústria serviu de primeiro foco da vida urbana, pois as famílias dos operários chegavam e construíam suas residências com madeira dos pinheiros que eram abundantes na época e que a própria serraria fornecia e descontava dos salários, estas famílias se instalavam próximas a serraria, formando aí uma vila (foco urbano) e foram destas famílias que se originaram os primeiros pequenos comércios, para atender o mercado consumidor local que aos poucos se formava, constituído por operários e colonos. Aqui vale ressaltar, Braudel (2005), que nos diz que “Onde quer que se situe, uma cidade implica sempre um certo número de realidade e de processos, com regularidades evidentes. Não há cidade sem divisão obrigatória do trabalho e não há divisão do trabalho um pouco avançada sem a intervenção de uma cidade. Não há cidade sem mercado e não há mercados regionais ou nacionais sem cidades. [...]” (BRAUDEL, 2005, 441).

Em 1964, mais cinco sedes municipais foram instaladas, conforme podemos verificar no mapa 16. As cidades fundadas foram as seguintes: Santa Isabel do Oeste que desmembrou-se de Ampére; Salto do Lontra e Enéas Marques desmembraram-se de Francisco Beltrão; Itapejara do Oeste desmembrou-se de Pato Branco e de Francisco Beltrão e, por último Salgado Filho que desmembrou-se de Barracão.

A cidade de Santa Isabel do Oeste teve sua gênese vinculada a instalação previa de uma serraria, portanto, nasce em função da atividade industrial.

O núcleo urbano de Enéas Marques, Itapejara do Oeste, Salto do Lontra e Salgado Filho originaram-se, semelhantemente ao centro de Dois Vizinhos, ou seja, foram núcleos originados a partir da ação de um caboclo ou colono que, normalmente de posse de uma área, loteava e

vendia várias partes aos recém-chegados, além disso, possuíam também pequenos comércios responsáveis por atender a população e realizar a coleta e expedição dos produtos da área rural.



Na década de 1960, a maior parte da população do Sudoeste residia na zona rural. Para se ter uma ideia da intensidade desta realidade, basta verificar os dados do Censo Demográfico (IBGE, 1960), que informa que o total da população do Sudoeste é constituído por 225.347 habitantes e o grau de urbanização somava aproximadamente 12%, logo, 88% eram habitantes rurais. Esses dados reforçam que a extração do mate e a criação de suínos, atividades econômicas basilares anteriores ao ciclo madeireiro no sudoeste, pouco contribuíram no processo de ocupação, como já afirmamos, porém foi durante o ciclo madeireiro, responsável pela derrubada da floresta, que abriu espaço para a produção rural, que a intensificação do processo de ocupação do Sudoeste se concretizou com colonos pequenos produtores mercantis, basta verificarmos o número expressivo de habitantes na área rural no Censo de 1960 (tabela 14), que realizou a contagem populacional dos sete municípios instalados na região até então.

Pelo que verificamos o Sudoeste do Paraná conheceu, durante as décadas de 1950 e 1960, o surgimento dos primeiros centros urbanos e sua intensificação, pois foram fundadas 24 sedes municipais. Oliveira (2001) reforça o que mencionamos no parágrafo anterior, para ele “[...] No Sudoeste, foram a madeira e a pecuária as atividades mais dinâmicas, gerando uma tendência à proliferação de núcleos urbanos capazes de sediar as atividades de suporte a esses ramos da economia” (OLIVEIRA, 2001, p.35).

Flores (2009) em seu estudo verificou que “[...] ao contrário do que costuma ocorrer em regiões de latifúndios, e onde sobressaem sistemas de produção pré-capitalistas, no Sudoeste do Paraná se desenvolveu uma formação social marcada pela presença de pequenos proprietários de terras, articulados a um pequeno comércio e artesanato local. [...]” (FLORES, 2009, p. 50). O mesmo autor menciona que na região, a formação e desintegração de um complexo de atividades artesanais se desenvolveram no campo, como Rangel nos ensinou e apresentamos no decorrer do segundo capítulo, que vão surgindo, a partir da separação do complexo rural, novas atividades industriais.

Tabela 14 – População Sudoeste do Paraná – CENSO 1960

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO				
	Total	Urbana	% Urbana	% Rural	Rural
Barracão	14.954	1.423	9,52	13.531	90,48
Capanema	29.306	4.053	13,83	25.253	86,17
Chopinzinho	21.797	1.303	5,98	20.494	94,02
Coronel vinda	14.552	1.280	8,80	13.272	91,20
Francisco Beltrão	55.496	4.989	8,99	50.507	91,01
Pato Branco	51.581	10.333	20,03	41.248	79,97
Santo Ant. SW	26.263	2.399	9,13	23.864	90,87
Sudoeste do PR	213.949	25.780	12,05	188.169	87,95
Paraná	4.277.763	1.327.982	31,04	2.949.781	68,96
Brasil	70.992.343	32.004.817	45,08	38.987.526	54,92

Fonte: IBGE, 1960.

Org.: CASARIL, C.C., 2012.

Todos os municípios do Sudoeste em 1960 apresentavam uma população rural superior à urbana. A população rural do município de Pato Branco era formada, por 41.248 habitantes, e por uma população urbana de 10.333 habitantes. Ou seja, sua população rural era praticamente quatro vezes superior à população urbana. Seu grau de urbanização era de 20% (IBGE, 1960). Destacando que, Pato Branco era neste período, o principal núcleo urbano regional.

Francisco Beltrão, que como já mencionamos, pleiteava nesta década a posição de principal centro urbano do Sudoeste, possuía uma população rural de 50.507 habitantes, e uma população urbana constituída por apenas 4.989 habitantes e, seu grau de urbanização, atingia tão somente 9% (IBGE, 1960).

A partir da tabela 14, podemos verificar que, além de Pato Branco e Francisco Beltrão, conseguimos através de dados dos IBGE (1960), verificar o grau de urbanização dos demais centros da região, a saber: Capanema, que registrava um total demográfico de 29.306 habitantes, destes 86,17% rurais e 13,83% urbanos; Santo Antônio do Sudoeste totalizava 26.263 habitantes, sendo 90,87% rurais e 9,13% urbanos; Chopinzinho somou 21.797 habitantes, destes 94,02% rurais e 5,98% urbanos; e por último, verificamos que a sede municipal de Coronel Vivida, registrou um total demográfico de 14.552 habitantes, destes 91,20% rurais e 8,80% urbanos. Assim, os graus de urbanização destes centros ficaram entre 6% e 13%.

A partir dos dados apresentados, podemos ponderar que Pato Branco, além de exercer uma centralidade de destaque através da especialização de seus serviços, possuía o maior grau de urbanização na região. Desta forma, percebemos a “hegemonia” desempenhada por Pato Branco, tanto no que diz respeito, a dinâmica demográfica como na dinâmica urbana. Vale ressaltar que, o Sudoeste somava apenas 12% de habitantes urbanos, o Paraná atingia 31% e o Brasil os 45%, ou seja, a região e todos os centros individualmente estavam muito aquém da taxa de urbanização Estadual e Nacional, isso é explicado por ser esta uma região de colonização tardia e/ou recente.

A partir dos anos 1950, a função de “boca de sertão” (para usar a terminologia cunhada por *Pierre Monbeig*) transfere-se para Francisco Beltrão que, no decorrer da década mencionada vai se transformando em um importante centro coletor da produção rural e distribuidor de bens e serviços, tornando-se, portanto rival de Pato Branco. Entretanto, mesmo assim, segundo Corrêa (1970b) os empreendedores de Pato Branco, constituídos principalmente pelos comerciantes vinculados ao comércio colonial de compra e venda de produtos, perceberam que Francisco Beltrão ameaçava a hegemonia que Pato Branco possuía e, visando a retomada do processo de “supremacia” regional, a saída encontrada pelos empreendedores foi à especialização de suas atividades⁸⁰.

⁸⁰ “Alguns comerciantes que não se especializaram a ponto de distribuir com exclusividade na região um tipo de produto instalaram filiais em Francisco Beltrão: A. Pozza (ferragens, material de construção, etc.), Casa de Retalhos (tecidos), Tartari & Palagi (eletrodomésticos), Vulcanizadora Tupi (pneumáticos e reparação), entre outros. Outras firmas instalaram filiais em outros centros, e aqueles que não se especializaram ou não instalaram filiais, tiveram a sua área de distribuição bastante reduzida, como é o caso da firma

Contando para tanto, “[...] com a existência de um mercado em ampliação, tanto quantitativa como qualitativamente, graças à melhoria do nível de vida dos colonos [...] e à expansão do povoamento [...]”. Um exemplo elucidativo refere-se ao caso, “[...] da firma O. N. Amadori & Cia Ltda., cuja origem remonta a fins da década de 1940, como firma de comércio colonial; em 1957, constituía-se em concessionário Ford [...]” (CORRÊA, 1970b, p.131).

Também alguns comerciantes distribuidores, buscaram especializarem através de seus contatos com empresas de fora, o que foi parcialmente garantido pela expansão do mercado. O exemplo a ser destacado aqui, se refere, “[...] a firma DIVECAR, cujas origens remontam 1947, quando foi fundada uma oficina mecânica e comércio de autopeças: em 1959 transformou-se em concessionária Chevrolet [...]”. E, logo no ano de 1968, as concessionárias da Ford e da Chevrolet constituíam, “[...] atributos funcionais exclusivos de Pato Branco [...]”⁸¹. Constituindo-se, portanto, no principal centro do Sudoeste, destacando que, neste centro urbano, estabeleceram-se “[...] com exclusividade na região, novas firmas de distribuição de bens e serviços (material dentário, em 1960, médicos de olhos, ouvido, nariz e garganta, em 1963, órgãos administrativos regionais de 1962 a 1967) [...]”. A partir de sucessiva especialização de Pato Branco, tornou-se possível, “[...] desligar o Sudoeste paranaense da órbita de influência de União da Vitória-Porto União, colocando-se sob a influência direta da metrópole regional, Curitiba” (CORRÊA, 1970b, p.131-133).

Esta posição hierárquica conquistada por Pato Branco é atribuída à capacidade de seus comerciantes em tirar proveito da situação que possuíam num passado próximo, quando visualizaram que

Dresch & Cia. (máquinas agrícolas em geral e eletrodomésticos)” (CORRÊA, 1970b, p. 131).

⁸¹ Lembramos que atualmente, Pato Branco ainda possui alguns atributos exclusivos em relação a concessionárias de automóveis (de algumas marcas/montadoras) frente a Francisco Beltrão, como por exemplo, a Citroën, que é realizada pela “Citroën Provence” que possui uma rede de concessionárias no Paraná, nas cidades de Guarapuava, Pato Branco, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, Toledo e Curitiba. Outra concessionária que é atributo exclusivo de Pato Branco é a Toyota (Toyopabra - Concessionária Toyota para Pato Branco e sudoeste do Paraná). Apenas em dezembro de 2011 a Mont Kóya Motors, concessionária da montadora japonesa Mitsubishi instalou seu Showroom em Francisco Beltrão. A Mont Kóya Motors conta com sede própria em Pato Branco e responde pela revenda Mitsubishi para o Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina.

transformações nas relações sócio-espaciais no Sudoeste estavam em curso, e visando a obtenção de maior lucratividade, buscaram se especializar, sobretudo na oferta exclusiva de produtos para a região e/ou na abertura de filiais de suas empresas em Francisco Beltrão e em outros centros do Sudoeste. Tal processo possibilitou Pato Branco continuar exercendo a posição de principal centralidade do Sudoeste. E, com isso, este centro urbano, passou a desfrutar de um relativo prestígio, principalmente, no que se refere à distribuição de bens e serviços, o que por sua vez, serviu de atração para novos investimentos empresariais.

Conseqüentemente, a diferenciação espacial de Pato Branco em relação aos demais centros do Sudoeste, encontra sua base explicativa, em última análise, na maior especialização de seu setor terciário, corrobora-se ainda com esta explicação Pato Branco possuir o maior PIB da indústria, do comércio e serviços da região (tabela 15). Este setor terciário proporcionou a Pato Branco tornar-se a principal centralidade e a comandar uma rede urbana mais dinâmica, inclusive, polarizando o centro de Francisco Beltrão e sua rede (IBGE, 1972).

Tabela 15 – Produto Interno Bruto Municipal (Sudoeste do PR) 1959.

Município	PIB indústria	PIB Comércio e serviços	PIB agropecuária	PIB total
Barracão	140,40	1.787,83	14.166,79	16.095,02
Capanema	1.116,71	2.977,92	15.570,48	19.665,12
Chopinzinho	7.379,67	4.922,67	15.957,65	28.259,99
Coronel Vivida	3.207,50	11.447,82	10.470,85	25.126,17
Francisco Beltrão	6.340,24	12.199,53	45.244,22	63.783,99
Pato Branco	16.829,56	20.437,49	35.662,69	72.929,74
Santo Antônio do SW	2.283,42	5.785,69	20.989,40	29.058,51

Fonte: IBGE, 1959 apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2012.

Os anos 1970 são marcados por uma maior dinâmica demográfica no Sudoeste, onde ganhou destaque o processo de êxodo rural. A rede urbana, neste período é formada por um maior número de centros urbanos, o que por sua vez, amplia seu grau de complexidade, decorrente, principalmente, da crescente demanda por bens e serviços, engendrada pelo acréscimo populacional. Porém, devido à economia do Sudoeste até a década de 1970, expressar um fraco dinamismo, fez Corrêa (1970b) entender que as cidades da região constituíam uma rede

do tipo padrão *christalleriano*⁸², pois, a produção sudoestina, se alicerçada pelo setor primário. Poucas cidades (sobretudo, Pato Branco e Francisco Beltrão) concentravam o comércio expeditor/distribuidor, bem como as atividades bancárias, os serviços de educação, saúde etc. De tal forma que, as relações na/da rede urbana, preponderavam às interações comerciais e de serviços, sendo reduzidos os fluxos do setor produtivo regional com a economia nacional/mundial.

De fato, o setor produtivo possuía uma reduzida dinâmica até os anos 1970, isso conforme os dados do Censo Industrial do IBGE que demonstraram que a industrialização da região era composta, sobretudo pelo setor madeireiro. Este setor foi responsável pela geração de aproximadamente 73% dos empregos nas indústrias do Sudoeste e angariou 70% de participação no valor da produção.

Corrêa (1970b) avaliou como inexpressiva a industrialização no Sudoeste. Sua análise teve como base a quantidade de estabelecimentos e o número de pessoal ocupado nas industriais. Para tanto, utilizou como referência as informações expostas no “Cadastro Industrial – Paraná, 1965” (IBGE, 1968), que levantou 692 estabelecimentos industriais, com 3.730 ocupados.

Para nós, a produção e o número de ocupações geradas pela indústria não eram inexpressivas, se bem que temos que fazer um adendo, pois Corrêa utilizou os dados levantados em 1965 e publicados em 1968 pelo IBGE, como fizemos referência e, se levarmos em conta os dados levantados em 1970 e publicados em 1973 e 1975 pelo IBGE, os quais correspondem aos estudos denominados de “Censos Demográficos” e os “Censos Econômicos: do comércio, serviços e indústria”, verificamos ao compararmos os dados da produção rural com a industrial que os primeiros contabilizaram aproximadamente 236 milhões e o segundo alcançaram 85 milhões. Aonde, a produção industrial regional somava 36% da produção agropecuária, portanto, de inexpressiva não tinha nada, ela vinha dando saltos qualitativos no decorrer dos anos.

⁸² A rede urbana polarizada por Pato Branco e Francisco Beltrão no Sudoeste do Paraná, na década de 1970, foi nomeada por Roberto L. Corrêa como a de padrão *christalleriano*, em alusão ao geógrafo alemão Walter Christaller (1893 - 1969), que em 1933 publicou a teoria das “localidades centrais”; onde analisa o arranjo espacial compreendendo que determinadas cidades (centrais) exercem a função de fornecer bens e serviços a uma população rural, o que, aliás, Corrêa (1989) chama de “*hinterlândia*” (área subordinada a um centro urbano).

Flores (2009) em uma mesma análise nos trouxe ainda a observação de que não sendo a participação da produção industrial categoricamente desprezível, ela por outro lado era muitas vezes menor que a participação da produção agropecuária regional, o que segundo o autor “[...] nos indica que temos que analisar a produção agropecuária, pois ela, até mais do que as atividades industriais, caracterizava a economia do Sudoeste, nessa época” (FLORES, 2009, p. 52). Também verificamos no trabalho do autor supracitado que, até os anos 1970 o complexo rural desta região⁸³ ainda não havia sido desintegrado e, esta pode ser uma das explicações para entendermos o porquê de Corrêa ter aludido a produção industrial como inexpressiva.

De acordo com o Censo Demográfico de 1970, o Sudoeste paranaense, totalizou 434.324 habitantes (IBGE, 1970). O que conseqüentemente, ampliou o grau de urbanização da região, situando-se em torno de 17%. Todavia, o grau de habitantes rurais ainda predominava, com 83%.

Nesta conjuntura, Pato Branco, com 15.420 habitantes urbanos, permanecia com o maior número de habitantes urbanos do Sudoeste e, seu contingente populacional rural era formado por 17.984 pessoas. Seu grau de urbanização somou 45% e apresentava tendências de sobrepujar a população rural ainda no decorrer da década de 1970 (IBGE, 1970).

Neste período, Francisco Beltrão, contabilizou 13.413 habitantes urbanos e 23.394 rurais e, seu grau de urbanização chegou a 36% (IBGE, 1970).

Os demais centros urbanos do Sudoeste paranaense em 1970, também ampliaram, mesmo que modestamente, sua população urbana e, por consequência, o índice de urbanização.

No que diz respeito à rede urbana estruturada no primeiro estudo sobre as REGICs (Regiões de Influência das Cidades), o qual foi denominado como Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, editado pelo IBGE em 1972, o centro urbano de Pato Branco possuía um nível de centralidade superior ao centro de Francisco Beltrão, onde esta última cidade polarizava 16 centros em sua rede, porém era polarizada por Pato Branco, que além de polarizar Francisco Beltrão e os centros de sua rede, somava mais nove cidades em sua rede, destacando que a cidade de Pato Branco era polarizada por Curitiba – PR.

⁸³ Para aqueles que gostariam de se aprofundar na dinâmica da agricultura e da indústria na região Sudoeste do Paraná, vale a pena conferir a dissertação de Edson Flores (2009).

Tabela 16 – População Sudoeste do Paraná – CENSO 1970 (também representa a Rede de Pato Branco (REGIC, 1972))

Município	POPULAÇÃO				
	Total	Urbana	% Urbana	Rural	% Rural
Ampere	13.246	2.352	17,76	10.894	82,24
Barracão	16.205	2.065	12,74	14.140	87,26
Capanema	21.717	3.733	17,19	17.984	82,81
Chopinzinho	27.042	2.377	8,79	24.665	91,21
Coronel Vidua	22.413	3.587	16,00	18.826	84,00
Dois Vizinhos	37.153	4.149	11,17	33.004	88,83
Eneas marques	13.882	1.175	8,46	12.707	91,54
Francisco Beltrão	36.807	13.413	36,44	23.394	63,56
Itaperjara d'Oeste	10.075	2.130	21,14	7.945	78,86
Mariópolis**	6.866	1.850	26,94	5.016	73,06
Marmeleiro	12.651	1.991	15,74	10.660	84,26
Pato Branco	33.808	15.420	45,61	18.388	54,39
Perola d' oeste	15.273	1.483	9,71	13.790	90,29
Planalto	17.195	2.217	12,89	14.978	87,11
Realeza	16.737	3.313	19,79	13.424	80,21
Renascença	9.280	1.665	17,94	7.615	82,06
Salgado filho	12.305	885	7,19	11.420	92,81
Salto do lontra	31.448	2.254	7,17	29.194	92,83
Santa Isabel do W	14.903	2.542	17,06	12.361	82,94
Santo Ant. SW	29.533	4.987	16,89	24.546	83,11
São João	15.454	1.732	11,21	13.722	88,79
São Jorge d' Oeste*	12.036	2.560	21,27	9.476	78,73
Verê	12.709	1.082	8,51	11.627	91,49
Vitorino**	7.622	1.195	15,68	6.427	84,32
TOTAL SW PR/					
REDE Pato Branco	446.360	80.157	17,96	366.203	82,04
PARANÁ	6.923.316	2.503.483	36,16	4.419.833	63,84

Fonte: IBGE, 1970; 1972

Org.: CASARIL, C. C., 2012.

Obs.: * Também faz parte da rede de Francisco Beltrão.

Obs.: ** Também faz parte da rede de Clevelândia que é polarizada por União da Vitória.

A tabela 16 com os dados da rede de Pato Branco (REGIC – 1972) apresenta os mesmos dados do Sudoeste Paranaense (IBGE, 1970), somam-se ainda os centros urbanos de Galvão (SC) e São Lourenço do Oeste (SC).

Através dos dados apresentados, verificamos um importante crescimento do processo de urbanização dos centros da região em 1970. Quando comparamos os períodos de 1960 e 1970, percebemos uma tendência, o que nos faz visualizar que, no próximo Censo, ou seja, em 1980 os dois maiores centros da região poderão tornar-se, nomeadamente urbanos.

Tabela 17 - Rede de Francisco Beltrão (REGIC 1972) - CENSO 1970

POPULAÇÃO					
Município	Total	Urbana	% Urbana	Rural	% Rural
Fco. Beltrão	36.807	13.413	36,44	23.394	63,56
Ampere	13.246	2.352	17,76	10.894	82,24
Barracão	16.205	2.065	12,74	14.140	87,26
Capanema	21.717	3.733	17,19	17.984	82,81
Dois Vizinhos	37.153	4.149	11,17	33.004	88,83
Éneas Marques	13.882	1.175	8,46	12.707	91,54
Marmeleiro	12.651	1.991	15,74	10.660	84,26
Perola D' Oeste	15.273	1.483	9,71	13.790	90,29
Planalto	17.195	2.217	12,89	14.978	87,11
Realeza	16.737	3.313	19,79	13.424	80,21
Renascença	9.280	1.665	17,94	7.615	82,06
Salgado Filho	12.305	885	7,19	11.420	92,81
Salto Do Lontra	31.448	2.254	7,17	29.194	92,83
Santa Isabel W	14.903	2.542	17,06	12.361	82,94
Santo Ant. SW	29.533	4.987	16,89	24.546	83,11
São Jorge D' Oeste*	12.036	2.560	21,27	9.476	78,73
Verê	12.709	1.082	8,51	11.627	91,49
Total Rede					
Fco. Beltrão	323.080	51.866	16,05	271.214	83,95
TOTAL SW PR	446.360	80.157	17,96	366.203	82,04
PARANÁ	6.923.316	2.503.483	36,16	4.419.833	63,84
BRASIL	94.508.583	52.904.744	55,98	41.603.839	44,02

Fonte: IBGE, 1970; 1972.

Org.: CASARIL, C.C., 2012.

Obs.: * Também faz parte da rede de Pato Branco.

Em se tratando de rede urbana é importante mencionar que, a rede de Pato Branco contabilizava 23 centros urbanos em sua rede, lembrando novamente que está somava Francisco Beltrão e os centros de sua rede. Os centros dessa rede, ou melhor, essa rede contabilizou

80.157 habitantes urbanos, o que representava 17,96% de urbanização. Já a rede de Francisco Beltrão somou 16 centros e 51.866 habitantes urbanos, que perfaziam 16,05% de urbanização. Portanto, a rede de Pato Branco levava certa vantagem proporcionalmente, como já enfatizamos, em termos demográficos e em sua dinâmica de interações.

No decorrer dos dois últimos quartéis dos anos 1970 e durante a década de 1980, ocorrem transformações na rede urbana de Francisco Beltrão, através da instalação de empresas no setor de comércio e serviços, além de estabelecimentos industriais (neste setor ganha destaque a empresa SADIA, atual *BRF*)⁸⁴.

O Sudoeste paranaense, conforme dados do Censo Demográfico de 1980, possuía 527.645 habitantes (IBGE, 1980). No entanto, sua população rural continuava superior à urbana. Foram contabilizados 356.822 habitantes rurais e 170.823 urbanos. O grau de urbanização regional atingiu 32,37% (enquanto a do Paraná era de 58,93%). Urbanização esta, alcançada, pela quase duplicação de habitantes urbanos, o que representou, conforme o Iparde (2004), a expressiva taxa de crescimento urbano de aproximadamente 7,6% a.a.

⁸⁴ Importante destacar que, no decorrer dos anos 1970-1980 ocorre uma importante valorização dos preços dos produtos agrícolas (principalmente os produtos advindos com a modernização da agricultura) e uma maior procura dos mesmos pelo mercado interno e externo ocorre também a partir dos anos 1970 uma ampliação das rodovias estaduais, sobretudo as estradas utilizadas para distribuição logística dos produtos do Sudoeste do Paraná, além da ampliação do número de caminhões na região, o que por sua vez, permitiu que empresários do setor suportassem mais facilmente os altos custos dos fretes para escoamento da produção (se bem que, atualmente, uma das maiores dificuldades relatadas pelos industriais da rede de Francisco Beltrão, refere-se a conservação das estradas da região e aos elevados valores dos pedágios no Estado). Vale ressaltar que, está conjuntura possibilita entendermos o surgimento de grandes agroindustriais (Sadia) em Dois Vizinhos e na sequência em Francisco Beltrão, duas das principais centralidades da rede de Francisco Beltrão.

Tabela 18 – População Sudoeste do Paraná (Censo 1980)

Município	Total	POPULAÇÃO		Rural	% Rural
		Urbana	% Urbana		
Ampere	15.779	5.083	32,21	10.696	67,79
Barracão	18.254	2.769	15,17	15.485	84,83
Capanema	26.073	7.916	30,36	18.157	69,64
Chopinzinho	35.524	7.809	21,98	27.715	78,02
Coronel Vivida	27.276	10.332	37,88	16.944	62,12
Dois Vizinhos	43.075	12.576	29,20	30.499	70,80
Éneas Marques	14.417	1.771	12,28	12.646	87,72
Francisco Beltrão	49.613	28.988	58,43	20.625	41,57
Itaperjara D' Oeste	10.175	3.104	30,51	7.071	69,49
Mariópolis	6.290	2.370	37,68	3.920	62,32
Marmeleiro	14.608	3.393	23,23	11.215	76,77
Pato Branco	46.853	32.255	68,84	14.598	31,16
Perola D' Oeste	16.828	3.007	17,87	13.821	82,13
Planalto	20.426	3.738	18,30	16.688	81,70
Realeza	22.015	8.938	40,60	13.077	59,40
Renascença	8.032	2.165	26,95	5.867	73,05
Salgado Filho	15.651	1.621	10,36	14.030	89,64
Salto Do Lontra	34.527	7.201	20,86	27.326	79,14
Santa Isabel do Oeste	16.178	4.454	27,53	11.724	72,47
Santo Ant. SW	35.640	9.428	26,45	26.212	73,55
São João	17.318	3.837	22,16	13.481	77,84
São Jorge D' Oeste	13.966	4.121	29,51	9.845	70,49
Verê	12.324	1.814	14,72	10.510	85,28
Vitorino	6.803	2.133	31,35	4.670	68,65
SUDOESTE PR	527.645	170.823	32,37	356.822	67,63
PARANÁ	7.749.752	4.566.755	58,93	3.182.997	41,07

Fonte: IBGE, 1980;

Org.: CASARIL, C.C., 2012.

Em 1980, Pato Branco, alcançou o grau de urbanização de 68,84%, através de seus 32.255 habitantes urbanos contra 14.598 rurais (IBGE, 1980). Francisco Beltrão, também atinge uma população urbana superior a rural, contabilizando 28.988 habitantes urbanos, frente aos 20.625 rurais, o que proporciona um grau de urbanização de 58,43%. Apenas estes dois centros da região conseguiram superar o índice dos 50% de urbanização; sete centros alcançaram índices entre 30 e 49% e os 15 municípios restantes ficaram abaixo dos 30% de urbanos (IBGE, 1980).

As modificações mais sensíveis na região se deram na dinâmica da agricultura e da indústria, pois no decorrer dos anos 1970 a

modernização da agricultura ou a inserção do capitalismo na agricultura de forma mais vigorosa atinge o Sudoeste e, esse passa pelas transformações que já se desenvolviam em outras regiões do país e do Paraná (caso emblemático do Norte paranaense com a substituição da cultura do café pelas modernas monoculturas). Em suas pesquisas Crocetti (2012) verificou que a partir dos “[...], anos 1970, a região [Sudoeste do PR] passa a produzir também para o mercado externo, com o crescimento da cultura da soja [modernização da agricultura]. Com base na produção regional de grãos, estabeleceu-se também a criação de suínos e de aves e, atualmente, expande-se e moderniza-se a produção de leite” (CROCETTI, 2012, p. 120).

Em relação à produção industrial do leite, Flores (2009) em sua pesquisa verificou que até meados dos anos 1980, este ramo não havia se desenvolvido na região, permanecendo como atividade do complexo rural, a espera de desintegrar-se e industrializar-se. Um dos fatores para tanto, foi a falta de energia elétrica, pois “[...] em 1970 apenas 1,4% dos estabelecimentos rurais dessa região utilizavam energia elétrica, passando para apenas 12,2% em 1980 (IBGE, 1975 e IBGE, 1983). [...] como não havia a energia para mover os refrigeradores, restava aos produtores transformar o leite [nos próprios estabelecimentos] em derivados, tais como queijo, manteiga, entre outros” (FLORES, 2009, p. 70).

As usinas de beneficiamento de laticínios começam a se instalar na região no findar dos anos 1980, como é o caso da Latco que se instala em Francisco Beltrão em 1989.

Foi no decorrer dos anos 1980 também que se instalam os frigoríficos abatedores de Aves, os quais produzem uma transformação na região, pois até o momento, os pequenos agricultores da região se dedicavam a criação de suínos e dali por diante, passam a iniciar suas produções, também de aves, tornando-se integrados dos frigoríficos instalados.

Ressaltamos que entre os anos 1970 e 1980, o processo de industrialização na região dava seus “primeiros passos”, mas já apresentava uma considerável dinâmica, que viria a se reforçar no decorrer dos anos 1990.

No transcorrer dos anos 1970 diversos estabelecimentos industriais, dos mais variados segmentos, surgiram na região, basta verificarmos a tabela 19, para notarmos que já em 1970 existiam 667 unidades fabris no Sudoeste que aumentam para 830 em 1980. Porém, nos dois primeiros quartéis dos anos 1980 ocorrem quedas no número de estabelecimentos e de empregos.

Tabela 19 – Pessoal ocupado e estab., por setores econômicos.

Ano	Estab. Comer.	Pessoal ocup.: Com.	Estab. Indus.	Pessoal ocup.: Indús.	Estab. Serviços	Pessoal ocup.: Serviços
1970	2.064	4.586	667	4.703	1.035	2.011
1975	2.298	7.972	834	7.535	1.515	3.854
1980	2.589	11.372	830	9.599	1.641	5.375
1985	2.674	13.302	629	8.532	1.533	4.745

Fonte: IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C. C., 2012.

Conforme a tabela 19, verificamos que em 1970 os estabelecimentos industriais representavam, entre os setores informados, apenas 17,71% do total, porém somavam 41,61% do pessoal ocupado, ou seja, o setor industrial já possuía uma dinâmica importante, sendo o principal setor na geração de empregos. Na sequência aparece o setor comercial com 54,80% do total de estabelecimentos e 40,58% do pessoal ocupado. Em 1975 todos os setores apresentaram crescimento, o mesmo ocorrendo para 1980. Entre 1970 e 1980 a indústria apresentou um crescimento de 163 estabelecimentos e, um aumento de mais de 100% dos empregos. Neste período, o setor comercial e o de serviços ganharam corpo e expandiram por toda região, uma explicação possível para este fato, se deve ao aumento do número de cidades e da população urbana.

Um dado divergente ao crescimento apresentado entre os anos 1970 e 1980, ocorreu entre 1980 e 1985 no setor industrial e de serviços que diminuíram seus estabelecimentos e empregos. O setor comercial no período enfatizado foi o único que apresentou crescimento, mesmo que modesto. Em relação ao setor industrial, verificamos que nestes cinco anos ocorreu uma redução de 201 estabelecimentos e 1.067 empregos. Já o setor de serviços diminuiu 108 estabelecimentos e 630 postos de serviços.

As dificuldades econômicas enfrentadas tanto pelos setores industriais como o de serviços foram grandes durante os primeiros anos da década de 1980, sendo poucas as empresas industriais que surgiram neste período e muitas como verificamos na tabela 19, tiveram suas atividades encerradas. Flores (2009) em sua pesquisa verificou que, algumas indústrias instaladas no decorrer dos anos 1970 tiveram dificuldades, “[...] como é o caso da Inplasul Embalagens, por exemplo, informaram-nos que a partir de 1982 (até meados dessa década)

estiveram em crise, devido à instabilidade da economia” (FLORES, 2009, p. 84).

Em relação ao setor terciário, as cidades com maior grau hierárquico na região, ou seja, Pato Branco e Francisco Beltrão, com o aumento da população e a ampliação do mercado consumidor local, as “bodegas”, ou melhor, os armazéns de secos e molhados foram aos poucos cedendo lugar às instalações um pouco mais modernas de autosserviços.

Já no REGIC editado pelo IBGE em 1987, Pato Branco era denominado como Capital Regional no nível de centralidade, continuando a ter um nível de centralidade superior a Francisco Beltrão, que no momento foi denominado como Centro Sub-Regional. Este último centro polarizava 17 cidades em sua rede, no entanto, continuava sendo polarizado por Pato Branco, ou seja, este último centro além de polarizar 19 cidades, somava também os centros da rede de Francisco Beltrão. Destacando que Pato Branco continuou pertencendo à rede urbana de Curitiba.

A seguir, apresentamos as tabelas com os dados demográficos das redes urbanas de Pato Branco e de Francisco Beltrão, conforme o REGIC (IBGE, 1987) e o Censo Demográfico (IBGE, 1980).

Tabela 20 – Rede Urbana de Pato Branco (REGIC – 1987, Censo 1980)

Município	POPULAÇÃO				
	Total	Urbana	%		Rural
			Urbana	Rural	
Chopinzinho	35.524	7.809	21,98	27.715	78,02
Clevelândia*	17.204	12.305	71,52	4.899	28,48
Coronel Vivida	27.276	10.332	37,88	16.944	62,12
Itaperjara d'Oeste	10.175	3.104	30,51	7.071	69,49
Mangueirinha	21.388	2.326	10,88	19.062	89,12
Mariópolis	6.290	2.370	37,68	3.920	62,32
Palmas*	31.329	17.005	54,28	14.324	45,72
Pato Branco	46.853	32.255	68,84	14.598	31,16
São João	17.318	3.837	22,16	13.481	77,84
Vitorino	6.803	2.133	31,35	4.670	68,65
Rede Pato Branco	70.974	38.225	53,86	32.749	46,14
Sudoeste PR	527.645	170.823	32,37	356.822	67,63
Paraná	7.749.752	4.566.755	58,93	3.182.997	41,07

Fonte: IBGE, 1987; IBGE, 1980.

Org.: CASARIL, C.C., 2012.

Obs.: * Clevelândia e Palmas fazem parte da Rede de União da Vitória - PR

A rede de Pato Branco se destacava como podemos perceber na tabela 20, com uma urbanização de 53,86%, superior as estatísticas urbanas da região Sudoeste que alcançará apenas 32,37%, mas inferior aos 58,93% de urbanização do Estado do Paraná.

Entre os centros da rede de Pato Branco, informados na tabela 20, verificamos que somente três cidades contabilizaram um grau de urbanização acima dos 50%, sendo que, Clevelândia apresentou o maior índice, perfazendo 71,52%, Pato Branco vem na sequência com 68,84% e Palmas aparece com 54,28% de habitantes urbanos.

Tabela 21 – Rede de Francisco Beltrão (REGIC – 1987 – Censo 1980)

Município	Total	POPULAÇÃO			
		Urbana	% Urbana	Rural	% Rural
Francisco Beltrão	49.613	28.988	58,43	20.625	41,57
Ampere	15.779	5.083	32,21	10.696	67,79
Barracão	18.254	2.769	15,17	15.485	84,83
Dois Vizinhos	43.075	12.576	29,20	30.499	70,80
Eneas Marques	14.417	1.771	12,28	12.646	87,72
Marmeleiro	14.608	3.393	23,23	11.215	76,77
Realeza	22.015	8.938	40,60	13.077	59,40
Renascença	8.032	2.165	26,95	5.867	73,05
Salgado Filho	15.651	1.621	10,36	14.030	89,64
Salto do Lontra	34.527	7.201	20,86	27.326	79,14
Santa Isabel do W	16.178	4.454	27,53	11.724	72,47
Santo antonio SW	35.640	9.428	26,45	26.212	73,55
São Jorge d' Oeste	13.966	4.121	29,51	9.845	70,49
Verê	12.324	1.814	14,72	10.510	85,28
Rede Fco. Beltrão	314.079	94.322	30,03	219.757	69,97
SUDOESTE SW	527.645	170.823	32,37	356.822	67,63
PARANÁ	7.749.752	4.566.755	58,93	3.182.997	41,07

Fonte: IBGE, 1980; 1987.

Org.: CASARIL, C.C., 2012.

Obs.: Dionísio Cerqueira (SC) e Palma Sola (SC) fazem parte da rede de Francisco Beltrão fora da Mesorregião Sudoeste Paranaense.

A rede de Francisco Beltrão (subordinada a centralidade de Pato Branco) somava ao centro de Francisco Beltrão mais 13 sedes municipais, conforme a tabela 21, apresentava tão somente 30% de habitantes urbanos, índice abaixo da região, do Estado e da própria rede de Pato Branco. Um destaque a ser dado é que, somente a sede municipal de Francisco Beltrão ultrapassará a marca dos 50% de população urbana.

Todavia, a rede de Francisco Beltrão se destacava perante o número de habitantes urbanos, os quais somavam 94.322 pessoas, o que por sua vez, representava quase 2,5 vezes o número de habitantes das cidades da rede de Pato Branco.

Antes de mencionarmos as transformações agropecuárias e urbano/industriais ocorridas na rede de Francisco Beltrão, vale a pena ressaltar que, no decorrer da década de 1980, mais três sedes municipais⁸⁵ foram instaladas no Sudoeste, pertencentes a rede urbana que estamos ponderando.

No ano de 1983, ocorre a instalação de duas sedes municipais no Sudoeste (vide mapa 17), denominados de Nova Prata do Iguaçu (desmembrado de Salto do Lontra) e Pranchita (desmembrado de Santo Antônio do Sudoeste).



A área atual das sedes municipais de Nova Prata do Iguaçu e de Pranchita foram inicialmente ocupadas no período de intensificação populacional na região, portanto, após 1945 e com o passar do tempo suas terras foram loteadas e tornaram-se povoados e, deste modo, surgiram vários moradores, destacando que, a vida urbana ocorria em torno dos pequenos comércios.

O mapa 18 apresenta a instalação da sede municipal de Sulina, que se desmembrou de Chopinzinho no ano de 1989.

⁸⁵ Lembrando que, as três sedes municipais criadas na década de 1980 não foram contempladas no REGIC de 1987, pois como demonstramos no segundo capítulo, as pesquisas para estruturar este REGIC foram realizadas em 1978 e, só divulgadas/publicadas em 1987.



A cidade de Sulina teve sua gênese a partir de 1957, quando chegaram os primeiros, imigrantes gaúchos. Os mesmos construíram a igreja católica em 1958, neste mesmo ano, foram construídas duas serrarias, a primeira por Armando Hoff e pelos irmãos Fridolino e Jorge Kreuz e, a segunda pelos irmãos Stein.

Durante o primeiro ano da chegada dos moradores, as compras eram realizadas em São João, onde o deslocamento, inicialmente era feito a pé e após alguns meses, este passou a ser realizado a cavalo e, pelas informações obtidas, por volta do primeiro trimestre de 1958 o senhor Armino Rockembach começou a levar de caminhão produtos para revender aos moradores. Diante disso, ao ver uma oportunidade o Sr. Arlindo Steffens, vendo nascer uma demanda, mesmo que incipiente da formação do mercado consumidor local instalou no findar de 1958 o primeiro comércio. E, foram estas atividades, ou seja, a igreja, serrarias e comércio que deram vida a gênese do urbano, destacando que, Sulina foi instalada somente em 1989.

Em relação às transformações na dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão, verificamos que esta possuía 17 centros conforme o REGIC publicado em 1972, porém perdeu três centros no REGIC de 1987 (Quadro 7). Os centros urbanos que deixaram de fazer parte da rede foram Capanema, Pérola d'Oeste e Planalto.

No quadro abaixo, apresentamos os dados da evolução dos estabelecimentos e empregos na indústria, comércio e serviços, entre 1970 e 1985, onde utilizamos os dois primeiros REGICs para formar a rede.

Para termos noção do desempenho da indústria na rede durante os anos 1980, podemos destacar que nos dois primeiros quartéis desta década, somente três centros aumentaram o número de pessoas ocupadas. Centros estes que correspondem até hoje aos mais dinâmicos da rede, sendo eles, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Ampére, onde a primeira somou 460 novos postos de trabalho, a segunda gerou 586 novos empregos e Ampére apresentou um saldo positivo de 50 novas vagas. E, em relação aos estabelecimentos, ocorreu diminuição em todos os 14 centros da rede. Vale destacar que, Francisco Beltrão participava na rede com 20,77% dos estabelecimentos e 33,51% dos empregos industriais em 1980, participação esta que se ampliaria em 1985 para 26,45% e 43,06%, das unidades fabris e dos empregos, respectivamente. Já a centralidade de Dois Vizinhos participava na rede com 13,70% e 16,92% dos estabelecimentos e ocupações em 1980 e, em 1985 apresentou leve queda na participação das unidades fabris, passando a 13,22%, mas ocorreu um substancial aumento da participação dos empregos industriais, atingindo 28,27%. Deste modo, estes dois centros somavam uma participação na rede em 1985 de 39,67% dos estabelecimentos e 71,33% dos empregos.

Cidades da Rede de Francisco Beltrão (Regic 1972)	Pessoal ocupado: Comércio	Estab. Comércio	Pessoal ocupado: Indústria	Estab. Indústria	Pessoal ocupado: Serviços	Estab. Serviços	Pessoal ocupado: Comércio	Estab. Comércio	Pessoal ocupado: Indústria	Estab. Indústria	Pessoal ocupado: Serviços	Estab. Serviços
	1.970	1.970	1.970	1.970	1.970	1.970	1.975	1.975	1.975	1.975	1.975	1.975
Ampère	76	45	82	20	45	28	159	56	100	24	77	41
Barracão	138	70	30	12	48	25	196	59	52	12	83	34
Capanema	306	124	146	59	162	73	572	158	288	58	260	89
Dois Vizinhos	273	125	226	29	149	82	562	159	550	53	313	128
Enéas Marques	109	53	41	13	33	21	90	37	46	11	42	27
Francisco Beltrão	731	273	672	80	250	131	1.088	248	1.141	76	470	176
Marmeleiro	121	53	311	20	55	39	183	55	384	22	109	52
Peróla d'Oeste	120	67	41	18	49	33	222	78	136	19	38	16
Planalto	123	76	174	28	67	39	308	97	266	52	109	47
Realeza	134	81	151	20	62	38	322	105	326	36	145	64
Renascença	51	36	146	15	24	17	99	28	184	9	48	29
Salgado Filho	58	32	18	6	16	10	119	32	33	11	54	18
Salto do Lontra	292	215	184	54	70	40	385	142	283	45	220	96
Santa Izabel do W	87	57	141	19	58	32	189	56	272	36	124	47
Santo A ⁸⁸ SW	292	135	205	32	74	39	836	214	546	76	285	93
São Jorge d'Oeste	79	40	199	15	52	28	91	43	173	23	46	31
Verê	71	39	56	17	75	57	170	66	100	19	54	28
Total da Rede	3.061	1.521	2.823	457	1.289	732	5.591	1.633	4.880	582	2.477	1.016
Cidades da Rede de Francisco Beltrão (Regic 1987)	Pessoal ocupado: Comércio	Estab. Comércio	Pessoal ocupado: Indústria	Estab. Indústria	Pessoal ocupado: Serviços	Estab. Serviços	Pessoal ocupado: Comércio	Estab. Comércio	Pessoal ocupado: Indústria	Estab. Indústria	Pessoal ocupado: Serviços	Estab. Serviços
	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.985	1.985	1.985	1.985	1.985	1.985
Ampère	268	77	128	20	102	29	248	75	178	17	68	31
Barracão	503	124	68	15	139	50	363	120	56	12	87	37
Capanema												
Dois Vizinhos	756	179	946	64	370	121	985	188	1.532	41	355	136
Enéas Marques	148	49	52	8	43	18	176	40	20	4	63	22
Francisco Beltrão	1.737	281	1.873	97	733	205	2.009	295	2.333	82	725	212
Marmeleiro	229	58	483	31	160	51	320	60	293	20	135	43
Peróla d'Oeste												
Planalto												
Realeza	652	166	534	46	182	60	658	141	301	30	180	66
Renascença	117	24	300	12	66	32	140	27	198	5	68	28
Salgado Filho	120	37	88	12	65	23	150	53	80	16	80	26
Salto do Lontra	479	146	237	42	200	77	224	75	48	13	102	56
Santa Izabel W	199	57	162	25	105	37	231	51	67	15	114	47
Santo A ⁸⁸ do SW	635	187	411	62	261	90	562	147	95	24	104	35
São Jorge d'Oeste	165	63	175	20	80	48	226	68	152	19	42	22
Verê	142	47	132	13	54	24	133	42	65	12	57	36
Total da Rede	6.150	1.495	5.589	467	2.560	865	6.425	1.382	5.418	310	2.180	797

Quadro 7 – Pessoal Ocupado e Estabelecimentos por setores de atividades selecionados, na Rede de Francisco Beltrão (1970-1985).

Fonte: IBGE, 1972, 1987; <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C. C., 2013. **Obs.:** para os anos 1970-1975 utilizou-se o REGIC de 1972 para compor a rede de Francisco Beltrão e, para os anos de 1980 e 1985 utilizou-se o REGIC de 1987.

Em relação à rede como um todo, somente o comércio teve saldo positivo na geração de empregos entre 1980 e 1985, estes aumentaram 275 postos de trabalho, porém ocorre um recuo de 113 estabelecimentos. O setor de serviços neste mesmo período perde 68 estabelecimentos e 380 postos de trabalho. Já o setor industrial, no período em tela, perde 157 unidades e 171 postos de trabalho.

Percebemos assim, que o setor terciário foi o que apresentou o maior crescimento em número de estabelecimentos e ocupações, lembrando que as “Bodegas”⁸⁶, instaladas nos centros urbanos da rede entre os anos 1950 e 1970, começam a evoluir para pequenos autosserviços, portanto, para os pequenos mercadinhos, por exemplo, entre 1975 e 1978 quatro mercados (conhecidos naquela época por supermercados) surgiram em Francisco Beltrão, onde todos proprietários eram donos de “bodegas” e, ou venderam seus antigos comércios ou ampliaram os mesmos, renovando a disposição das mercadorias e inserindo uma forma de autosserviço para os consumidores. O primeiro mercado instalado em Francisco Beltrão foi o “Supermercado Rio Tuna” (atual Supermercado Vipi), na área central da cidade, entre 1975-1976, este supermercado foi instalado no local onde funcionava, desde 1965, a Comercial de Cereais Manfrói; logo após foi instalado do Supermercado Zancan (atual supermercado Mano Manfrói I), no bairro Vila Nova, o terceiro foi o “Supermercado Estrela”, na área central da cidade e o quarto foi o “Supermercado Industrial”, instalado em 1978, localizado no bairro Industrial.

O terceiro mercado foi instalado pelo empresário Geraldo Faust⁸⁷, que nasceu em Orleans em 1929. Em 1954 casou-se em Francisco Beltrão e foi para Urubici-SC, onde viveu juntamente com sua esposa até 1963 quando retornou para Francisco Beltrão. Em Urubici possuía um pequeno comércio, onde ganhou um bom dinheiro e, logo adquiriu um caminhão, e quando vinha visitar a família da esposa em Francisco Beltrão, chegou a trazer de quatro a cinco mudanças em cima do caminhão (diz que naquela época só se falava que Francisco Beltrão estava crescendo e que tinha muitas oportunidades). Em Francisco Beltrão, entrou em sociedade junto a uma bodega, que logo acabou vendendo sua parte e montando um negócio próprio “bodega”, e no final

⁸⁶ Nesta época, as “bodegas” comercializavam gêneros alimentícios, ferragens e até mesmo pistola, espingarda, revólver, munição, etc.

⁸⁷ As informações foram colhidas em trabalho de campo, a partir de conversa, realizada com o Sr. Geraldo Faust, em 2012 e complementadas pela entrevista dada pelo Sr. Geraldo Faust, em 2013 para o Jornal de Beltrão.

dos anos 1960 adquiriu a “bodega” que antes tinha sido sócio. Nos anos 1970, foi um dos primeiros contemplados do primeiro consórcio que existiu na cidade, com isso comprou um automóvel “Kombi” e passou a trazer para Francisco Beltrão, de caminhão produtos do Ceasa de Curitiba, produtos estes que o Sr. Geraldo Faust colocava na Kombi e percorria a região Sudoeste fazendo vendas para outros comerciantes, levava também para comerciantes de São Lourenço d’Oeste – Santa Catarina.

Em relação ao “supermercado” o Sr. Geraldo Faust⁸⁸, lembra que era “uma tendência, que estava ocorrendo em tudo quanto é lugar, as bodegas estavam mudando para mercado e, foi aí que percebi que bodega não dava mais”. O supermercado foi construído na área central, pela Construtora Empretec, construtora esta que, realizou e financiou a edificação. O dinheiro pago como entrada foi emprestado pelo Banco Comercial, onde o gerente disse “[...] ‘ó, você vai lá e emite duplicatas em nome dos teus empregados e traz aqui que eu desconto e daí você faz dinheiro’. Fiz dinheiro pra começar a construir aquele mercado. Mas foi um laço danado pra pagar as prestações, depois” (JORNAL DE BELTRÃO, 2013, s/p). Após a construção, o Sr. Geraldo Faust, disse que comprou novas gôndolas e o restante dos móveis para equipar o “supermercado”, trazendo ainda, um especialista em supermercado para dar consultoria e fazer a departamentalização dos artigos⁸⁹ na área de venda. A maioria das mercadorias eram trazidas de atacados localizados em cidades maiores, como Curitiba, Ponta Grossa, Chapecó, Concórdia, Florianópolis etc., destacando que às vezes, normalmente, no final do ano e épocas festivas eram trazidas mercadorias (novidades) de São Paulo.

O Sr. Geraldo Faust, também mencionou que, as altas taxas de inflação da década de 1980 foram difíceis para o negócio, pois não havia capital de giro e as mercadorias tinham que ser diariamente remarcadas,

⁸⁸ Após o “Supermercado Estrela” o Sr. Geraldo Faust, instalou outras empresas, na cidade, “[...] entre elas uma panificadora na Rua São Paulo, outra panificadora e atacado na Avenida Antônio Faedo, o Mercado Marrecão na Rua Florianópolis e a Recapadora Faust, ainda propriedade da família, na Avenida Júlio Assis, esquina com a Luiz Faedo” (JORNAL DE BELTRÃO, 2013).

⁸⁹ O mercado comercializava muitos produtos e, segundo o Sr. Geraldo Faust, chegou a mencionar em entrevista para o Jornal de Beltrão (2013), que “[...] quando tinha casamento, as pessoas iam no mercado comprar coisas, presentes. Tanto que tinha um corredor inteiro com objetos para casa e utensílios de cozinha”.

até porque não tinha código de barra e as mercadorias tinham que ser remarcadas uma por uma, diariamente (valia o preço que estava no produto) e, se não fossem assim, o estabelecimento perdia dinheiro.

O quarto Supermercado⁹⁰ a se instalar em Francisco Beltrão, tem sua gênese ligada, ao Sr. Pedro Dal Berto⁹¹ que chegou em Francisco Beltrão em 1973 e logo montou um armazém de secos e molhados, com capital próprio, evoluiu em apenas cinco anos para um dos mercados pioneiros (autosserviço) da cidade, o denominado, “Supermercado Industrial”, com disposições muito próximas do que hoje conhecemos por supermercados. Este empresário, já na década de 1980 abriu um atacado, ao lado de seu supermercado, adquirindo agora, produtos para abastecer sua loja (mercado) e para revender a partir de seu atacado, mercadorias para lojistas de Francisco Beltrão e de cidades vizinhas. Nesse período, anos 1970 e 1980 os produtos provinham em sua maioria dos centros de Santa Catarina, em especial de atacadistas de Concórdia e Chapecó, além de aproximadamente 35% provirem de Curitiba e São Paulo.

Em relação ao setor produtivo, verificamos que, a quantidade expressiva de postos de trabalho industriais gerados única e exclusivamente nas duas principais centralidades da rede de Francisco Beltrão se deve a dinâmica gerada por frigoríficos abatedores de aves instalados nestes centros. Em 1978 o frigorífico “*Sadia – Moinhos da Lapa*” iniciou suas atividades em Dois Vizinhos e em 1983 a *Chapeçó Avícola S.A.* instalou-se em Francisco Beltrão, esta mesma unidade foi adquirida pela Sadia (atual BRF- *Brasil Foods*) em 1991. Estes dois estabelecimentos conforme Rizzi (1984) foram responsáveis pelo “pontapé” inicial da industrialização da avicultura de corte⁹² na região e,

⁹⁰ As informações foram obtidas a partir de trabalho de campo, realizado em 2013, onde entrevistamos os Senhores Pedro Dal Berto e seu filho Edy Dal Beto (atual diretor da rede Ítalo).

⁹¹ Vale destacar que, o Sr. Pedro Dal Berto, proprietário de uma bodega em 1973, evoluiu e, possui atualmente o maior supermercado de Francisco Beltrão (A Rede Ítalo), a partir da aquisição em 1998, dos supermercados da Sadia de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.

⁹² Uma das combinações geográficas, que contribuíram para que aqui aportassem as indústrias avícolas, foram as combinações naturais, sobretudo o relevo, que é formado por pequenos morros e vales e formam uma barreira natural, que diminuem a ação dos ventos, barreira protetora essa que, diminuem a possibilidade de contaminação das aves, a exemplo das gripes aviárias (FLORES, 2009). Essa combinação proporciona custos mais baixos para a instalação de aviários, ou seja, se não existissem tais combinações, o pequeno

portanto, na rede de Francisco Beltrão. Porém é importante mencionar que, a criação de aves pelos pequenos proprietários rurais já vinha ocorrendo desde os anos 1960, até mesmo, grande parte dos moradores dos núcleos urbanos possuíam galinheiros em seus terrenos, portanto, uma prática comum para grande parcela da população até mesmo durante os anos 1990⁹³.

Outra empresa relacionada a avicultura é a Galha Azul Avícola que iniciou suas atividades em Francisco Beltrão. Sua gênese esta relacionada com a vinda da família Pecoits para a promissora Francisco Beltrão em 1952 e da instalação da família ao hospital⁹⁴ (atuação do médico Valter Pecoits), no início dos anos 1970, Dona Manoela Pecoits, incentivada pela disseminação de frigoríficos abatedores de aves por todo o Estado do Paraná, Santa Catarina (especialmente, em sua na porção Oeste) e em outras regiões do país, decide empreender e transforma o antigo sítio da família em um projeto pioneiro, fundando em 21 de dezembro de 1971 a Galha Azul Avícola. Dona Manoela comandou a empresa até 1974, quando seu filho Roberto Pecoits retorna de Curitiba para administrar a empresa. Neste ano a empresa produzia cerca de 16.000 ovos por mês, e entregava para avicultores a produção de pintos de um dia, o que se dinamizou na década de 1980, com a chegada dos frigoríficos mencionados, em Dois Vizinhos e Francisco Beltrão.

produtor e/ou os industriais teriam que arcar com recursos para construir barreiras artificiais para diminuir as possibilidades de contaminação das aves. Não nos esquecendo é claro da razoável produção de milho e soja e dos pequenos agricultores que construiriam os aviários, arcando com os custos e se tornariam integrados (não gerando custos para os industriais para construção destes ativos imobilizados).

⁹³ Essa indústria de carne de aves vai se dinamizando a medida que o padrão alimentar do brasileiro foi se modificando, com o aumento da ingesta diária de proteínas (MEDEIROS, 2009), com o aumento das casas comerciais, com o aumento do mercado interno e com o aumento do poder de compra da população.

⁹⁴ Em 1968 foi fundado o Hospital Policlínica São Vicente Paula, onde se realizavam em sua maioria consultas médicas “clínica geral” e poucas cirurgias, as maiorias das cirurgias ocorriam em Curitiba – PR. Em 1996, um grupo adquiriu o hospital que, teve novamente a sociedade reestruturada em 2006, onde atualmente existem 96 sócios, sendo a maioria médicos, profissionais liberais e empresários. Desde a aquisição o hospital, passou por várias reformas e expansão, com a construção de novos leitos.

Para reforçar nossa análise apresentamos o quadro 8 onde podemos observar a evolução do PIB dos centros urbanos da rede para os anos 1970, 1980 e 1985. Quando verificamos os dados totais da rede, temos que o setor agropecuário é proprietário do maior PIB, na sequência aparece o setor terciário e, por fim o industrial, isso para os três anos analisados.

O quadro 8 demonstra que, ao contrário dos centros urbanos da rede que tinham maior relevância no PIB agropecuário, em Francisco Beltrão o setor terciário aparecia como o de maior PIB nos anos 1970 e 1980 e, em 1985 o PIB industrial atinge proeminência. A explicação para esse fato está na maior dinâmica de suas atividades de comércio e serviços e na ampliação de seu setor produtivo promovido a partir dos anos 1970. Vale ressaltar também que, Dois Vizinhos que detinha seu maior PIB no setor agropecuário nos anos 1970 e 1980, passa em 1985 a deter o maior PIB no setor produtivo. Outro centro onde ocorre uma inversão do destaque do PIB foi Marmeleiro que possuía seu maior PIB na agropecuária, passando em 1985 a possuir o maior PIB no setor terciário.

Uma questão importante a se mensurar é que, não existia grande concentração do PIB total em nenhum centro da rede, ou seja, existia certa distribuição das riquezas produzidas. Basta verificarmos que Francisco Beltrão, a principal centralidade da rede detinha uma participação no PIB total em 1970 de 16,03%, em 1980 de 20,19% e atingiu em 1985, 27,68%; Dois Vizinhos o segundo centro mais dinâmico da rede, participava no PIB em 1970, 1980 e 1985, com 10,10%, 13,68% e 18,93%, respectivamente.

Cidades da Rede de Francisco Beltrão	PIB Indústria			PIB Comércio e Serviços			PIB Agropecuária			PIB Total		
	1.970	1.980	1.985	1.970	1.980	1.985	1.970	1.980	1.985	1.970	1.980	1.985
Ampère	1.015,79	3.858,38	2.810,90	4.239,29	16.844,82	13.101,47	13.047,15	27.032,63	34.677,92	18.302,22	47.735,83	50.590,30
Barracão	545,97	5.514,10	1.385,61	7.827,48	16.899,81	10.441,33	12.636,58	31.266,27	19.543,12	21.010,02	53.680,17	31.370,05
Capanema	2.175,57			12.157,40			21.984,69			36.317,66		
Dois Vizinhos	6.336,84	27.774,61	95.518,46	15.501,06	51.243,45	48.684,16	27.811,36	77.891,98	62.823,57	49.649,26	156.910,05	207.026,18
Enéas Marques	786,46	1.409,01	1.025,03	5.438,97	8.997,01	9.914,74	12.328,58	31.510,42	23.685,18	18.554,00	41.916,43	34.624,95
Francisco Beltrão	13.144,72	62.587,88	134.755,43	37.595,44	112.078,47	117.194,05	28.042,57	56.852,29	51.599,86	78.782,73	231.518,64	303.549,35
Marmeleiro	6.720,09	11.380,12	7.173,98	6.030,64	21.103,86	32.275,28	14.914,25	45.238,85	27.969,47	27.664,97	77.722,84	67.418,72
Pérola d'Oeste	367,38			4.535,29			14.072,47			18.975,14		
Planalto	3.229,61			7.099,98			19.343,19			29.672,78		
Realeza	4.630,99	16.370,82	9.170,08	8.212,34	32.838,11	22.370,05	14.678,43	40.540,93	34.996,43	27.521,77	89.749,86	66.536,56
Renascerça	2.741,83	6.545,17	3.467,69	1.450,12	10.238,71	12.336,43	6.670,51	19.136,36	26.356,81	10.862,46	35.920,24	42.160,92
Salgado Filho	350,5	2.177,90	1.042,96	2.506,16	9.219,43	9.706,78	12.792,60	33.033,67	28.420,10	15.649,26	44.430,99	39.169,85
Salto do Lontra	1.496,71	9.835,44	1.795,52	9.246,44	32.162,40	14.110,75	22.287,09	78.300,37	25.712,04	33.030,24	120.298,21	41.618,30
Santa Izabel W	2.217,32	4.552,13	1.946,42	4.627,15	13.971,50	17.056,95	8.476,35	29.380,10	33.322,23	15.320,82	47.903,73	52.325,61
Santo A ^{mo} . do SW	2.718,20	13.878,42	4.015,79	23.276,62	27.149,61	27.438,72	24.589,14	68.128,90	44.489,13	50.583,96	109.156,93	75.943,63
São Jorge d'W	4.213,68	5.333,23	2.416,70	3.944,59	11.211,89	14.390,04	11.127,47	36.420,20	28.940,17	19.285,74	52.965,31	45.746,92
Verê	1.006,59	3.185,77	1.965,40	4.534,41	5.826,89	10.501,08	14.649,28	27.251,21	25.725,68	20.190,28	36.263,87	38.192,16
Total da Rede	53.698,20	174.403,00	401.859,79	158.223,40	369.786,00	359.521,83	279.451,70	601.984,20	468.261,71	491.373,30	1.146.173,10	1.096.273,51
Total Paraná	3.897.541	15.348.206	17.780.745,3	8.584.889	19.826.143	23.474.276,0	4.354.172	9.081.047	11.380.727,2	16.818.451	44.255.396	52.485.080,86

Quadro 8 – PIB dos centros da Rede de Francisco Beltrão – 1970-1980-1985

Fonte: IBGE, 1972, 1987; <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C. C., 2013.

Obs.: para o ano de 1970 utilizou-se o REGIC publicado em 1972 para compor a rede de Francisco Beltrão e, para 1980 e 1985 utilizou-se o REGIC de 1987. A diferença entre estes REGICs foi à saída da rede dos centros de Capanema, Pérola d'Oeste e Planalto.

Mas, em relação ao PIB do setor industrial Francisco Beltrão somava uma participação de 35,88% em 1980, recuando para os 33,53% em 1985 e, Dois Vizinhos possuía uma participação de 15,92% em 1980, aumentando para 23,76% em 1985. Estes dois centros concentravam em 1980 e 1985, 51,80% e 57,29% do PIB total do setor produtivo, respectivamente. Isso é fácil de entender, pois como mencionamos estes dois centros detinham uma participação na rede em 1985 de 39,67% dos estabelecimentos e 71,33% dos empregos industriais.

A principal empresa industrial do setor moveleiro da rede de Francisco Beltrão é a Marel Indústria de Móveis S.A. Esta nasce nos anos 1960, mais precisamente sua gênese ocorre em 1967⁹⁵ quando os amigos Arlindo Scheuer, Nelson Behne (que atuava no ramo madeireiro) e Armando Vandresen se juntam e instalam a Marmoritaria Estrela Ltda. (MAREL), instalada primeiramente onde hoje é o CESUL (Centro Sulamericano de Ensino Superior) a Faculdade de Direito de Francisco Beltrão. A empresa inicialmente atuava com marmorite e cantarina, para produção de tanques para lavar roupas de concreto, pias de granitina (pias de cimento com calcário moído), tubos de concreto que vendiam para prefeituras, tijolos “blocos” de concreto etc. Para dar início às atividades os sócios dividiram os afazeres, onde o Sr. Arlindo Scheurer era o responsável pela produção, realizando toda a arquitetura/modelagem dos produtos de granitina (uma produção artesanal, feita a mão, somente com ajuda de poucas ferramentas) e pela parte comercial, o Sr. Behne comandava o setor burocrático e quando necessário ajudava na produção e o Sr. Vandresen por trabalhar em outra empresa, dava assistências sempre que requisitado (JORNAL DE BELTRÃO, 2008).

Segundo Edgar Behne (diretor administrativo-financeiro), a partir de 1971 devido à demanda instalada de balcões para as pias de cimento produzidas, a empresa passa a se dedicar também a vender as pias juntamente com os balcões, nesse momento, a produção dos balcões era terceirizada para a “Marcenaria do Rummel”. E, já em 1978 a Marel operou uma reestruturação total, passando a produzir somente móveis⁹⁶

⁹⁵ A primeira conversa foi realizada entre Arlindo Scheuer, Nelson Behne em novembro de 1966 jogando “Bolão” no antigo clube União e, logo nas semanas seguintes já começaram a trabalhar, porém a empresa só foi registrada em 10 de maio de 1967.

⁹⁶ As máquinas para fabricar os tubos e tijolos de concreto foram vendidas para o Sr. Arnaldo Sabadin.

(pias inoxidáveis e balcões para cozinhas de estilo “americano”)⁹⁷. Com a demanda crescente por esses móveis, logo em 1981 a empresa ultrapassa a marca dos 100 operários, porém a partir de 1983 a Marel enfrenta grandes dificuldades, onde se somaram dificuldades econômico-financeiras à problemática das combinações naturais que por intermédio de duas respeitadas enchentes, no espaço de apenas dois meses (uma das maiores da história cíclica da natureza ocorridas em Francisco Beltrão), forçou os empreendedores a anteciparem a edificação de uma nova sede. Tal enchente acabou com a totalidade da matéria-prima em estoque, além de danificar os motores de todas as máquinas da empresa. A partir dessa fala, o leitor pode imaginar as vultosas dificuldades que os empreendedores enfrentaram, só para se ter uma ideia, a empresa que já havia ultrapassado a marca dos 100 funcionários, teve que demitir mais da metade de seu quadro de operários, recuando para a marca dos 40 servidores.

Essa informação corrobora com nossa explanação anterior sobre a importância adquirida pelos frigoríficos abatedores de aves, pois a principal unidade moveleira de Francisco Beltrão, nesse período não colaborou para a geração de ocupações no setor produtivo.

No terceiro quartel dos anos 1980 a Marel já havia se recuperado totalmente dos percalços sofridos e, “[...] Em 1991 foi ampliado mais de 1.600m² de área construída na unidade de produção de móveis, houve a aquisição de máquinas importadas da Itália, além de equipamentos de infraestrutura como estufas para secagem de madeiras” (RODRIGUES, 2008, p. 94).

Em 1999 a empresa passou por outra forte dificuldade, com a quebra econômica do seu principal comprador, mas logo conseguiu se recuperar. O processo de ampliação da dinâmica econômica da Marel foi assinalado por períodos ascendentes na maior parte de sua história e por consideráveis fases descendentes no início dos anos 1980 e no final dos anos 1990. Por conversar realizadas, verificamos que, a empresa se manteve praticamente livre de períodos depressivos durante o decorrer do início do século XXI.

No que diz respeito ao ramo de material elétrico, verificamos que o mesmo iniciou suas atividades na rede, em Marmeleiro. Foi nesta

⁹⁷ A partir dessa época (anos 1970), em se tratando de rede, a Marel já vendia seus produtos (cozinhas Americanas com Pias Inoxidáveis) para as cidades da região.

cidade que, em 1966 Pedro Flessak Filho e sua esposa Ceni Flessak⁹⁸ iniciam as atividades da Flessak Eletro Industrial, um estabelecimento que inicialmente trabalhava no ramo de auto elétrica e rebobinagem de motores. Em 1972 passou a fazer instalações e manutenção de elétrica industrial e já em 1975 ampliou suas atividades, passando a produzir painéis de comandos elétricos.

Desde 1984 esta instalada em Francisco Beltrão. A empresa foi no decorrer do tempo diversificando suas atividades e, atualmente, opera na produção de equipamentos para geração de energia elétrica, produzindo geradores elétricos horizontais e verticais, na recuperação e repotenciamento de geradores elétricos antigos, na montagem de pequenas Usinas Hidrelétricas e, também, atua no setor varejista e atacadista com lojas para comercialização de material elétrico.

Já em relação ao setor de confecções, verificamos que o mesmo começou a sair do complexo rural, no decorrer da década de 1970. Por exemplo, duas empresas que atualmente, possuem grande dinamismo, foram geradas neste período. A Krindges de Ampère teve sua gênese em 1977, quando Dona Ilária, que costurava roupas masculinas sob medida percebeu um potencial para industrializar a produção, pois já recebia ajuda do marido e de seus filhos que desde pequenos apreenderam a tirar medidas dos fregueses para adiantar o trabalhado da mãe. A partir disso,

⁹⁸ Em 1955 Pedro Flessak Filho abriu em sociedade com Florêncio Dala Líbera, Genuíno Acco, Jorge Scandolaro, Francisco Brandão e Paulo Flessak a Mecânica Marmeleiro, a primeira da cidade. Em 1959, resolveu sair da sociedade da mecânica e comprou um cinema em sociedade, em três sócios. Foi o primeiro cinema de Marmeleiro, o “Cine Norodi”, nome dado a partir das letras finais dos nomes dos três sócios (Acelino Bandeira, Pedro e Edival). Assim, podemos perceber que no final dos anos 1950 e início dos 1960 as atividades urbanas se ampliaram neste centro urbano. Com o tempo Pedro Flessak comprou a parte dos sócios no cinema. Em 1959 montou também uma oficina no porão do cinema. Onde inicialmente enrolava motores, e a primeira funcionária era a Dona Ceni que ajudava na pequena lojinha em anexo a oficina que comercializava algumas peças. Destaque, Dona Ceni se tornou esposa de Pedro. Com a autoelétrica, passou a montar uns painéis para fazer rebobinagem de motores e com o aumento da demanda em 1966, Pedro e Ceni Flessak fundam a Flessak Eletro Industrial (JORNAL DE BELTRÃO, 2010). Outra atividade realizada por Pedro Flessak em 1959, conforme ele informou em entrevista concedida ao Jornal de Beltrão (2010) era a venda de rádios “[...] ia pra São Paulo, comprava rádio e vendia cinco vezes o valor que eu pagava lá (risos). Olha, nessa estrada de Salgado Filho, se encontrava com uns cinco, seis vendedores de rádio. Era um ponto de rádio. Era um ótimo mercado”.

e com um capital acumulado do próprio trabalho, dona Ilária funda em novembro de 1977 a “Krindges e Filhos Ltda.”, inicialmente a produção de calças sociais era toda comercializada em seu próprio comércio, a “Loja Leoni”. Em 1982, os irmãos estimulados por aumentar a produção familiar, contratam 20 funcionários e passaram a produzir produtos em série (3.500 peças/mês) entre calças e bermudas, destinadas para a loja da família e para lojas e atacados da região. Pelas informações concedidas, a produção da década de 1980, ficou restrita “comercialmente” a região e a algumas cidades do Oeste de SC. Foi somente no decorrer dos anos 1990⁹⁹ que os produtos passaram a ser distribuídos para outras regiões, principalmente para cidades da região sul e São Paulo.

A Confecções Raffer foi outra empresa que surgiu na década de 1970, mais especificamente em 1977 em Francisco Beltrão. Esta empresa foi fundada por Osmar Mazetto¹⁰⁰ e Ivanilde Folador Mazetto, que inicialmente, possuía o nome de Alfaiataria Beira Rio (por se localizar nas adjacências do rio Marrecas), destacando que, a empresa utilizava um pequeno cômodo da residência.

A partir dos pequenos rendimentos da Alfaiataria, em 1981 adquirem o terreno e nesse mesmo espaço, iniciam a edificação da moradia, da alfaiataria e da loja. E, a partir de empréstimos compram as duas primeiras máquinas industriais, começando assim, uma pequena produção em escala e gerando o primeiro emprego. A totalidade da produção nesta época era comercializada para os pequenos lojistas das cidades do Sudoeste paranaense e do Oeste catarinense, sendo que, as entregas eram realizadas pessoalmente pelo Sr. Osmar.

No início de 1982, a empresa contraiu empréstimos e o Sr. Osmar se deslocou para São Paulo, onde realizou uma grande compra de tecidos, conseguindo ainda, a partir de negociações com o fornecedor, um prazo para o pagamento dos tecidos e aviamentos, o que lhe proporcionou, várias outras compras a prazo com este mesmo fornecedor. E, como o Sr. Osmar, não havia utilizado o dinheiro tomado de empréstimos, para o pagamento das mercadorias em São Paulo, aplicou este dinheiro, como capital de giro, o que possibilitou uma

⁹⁹ Em 1998 a empresa já mantinha mais de 700 funcionários e por estratégias de comerciais modificaram sua razão social para Krindges Industrial Ltda., mantendo “Krindges” como nome fantasia.

¹⁰⁰ O sr. Osmar Mazetto, possuía experiência de alfaiate, pois, desde 1966, era funcionário da Alfaiataria Elite, uma das primeiras alfaiatarias de Francisco Beltrão.

maior dinâmica para a Alfaiataria. Nesse mesmo ano nasce o segundo filho do casal (Rafael), o que levou a mudança do nome da empresa, nomenclatura nascida a partir da junção das iniciais dos nomes dos filhos “Rafael e Fernanda”, ou seja, RAFFER.

Vale destacar que, nessa época foi contratado o primeiro representante comercial da empresa, o que possibilitaria ampliar o número de vendas na área de atuação.

Com o passar dos anos, o número de funcionários foi se ampliando, assim como, suas áreas de atuação (Curitiba e interior do Paraná, SP, SC e RS). Foi no início dos anos 1980, que a Raffer direciona sua produção para o segmento de moda social masculina, com traje completo.

Durante a década de 1980, outras indústrias do setor de vestuário se instalam nas cidades da rede, algumas destas, também possuem considerável dinâmica atualmente. Como é o caso da Latreille Jeans, instalada em Dois Vizinhos, no ano de 1982. Tem sua gênese a partir de todo conhecimento adquirido por Ermínia Latreille que até 1979 residia em Quilombo, uma cidade de SC, onde trabalhava no setor confeccionista e, ao chegar em Dois Vizinhos, com capital próprio, adquire um pequeno comércio no centro da cidade, dando-lhe o nome de Casas Latreille. Ao perceber que o pequeno negócio estava dando bons frutos, pois o mercado consumidor se ampliava, convenceu toda a família a deixar SC e se instalar em Dois Vizinhos. Conforme Carlos Latreille, irmão de Ermínia, a família era numerosa e todos necessitavam trabalhar, com essa necessidade e por ver a formação e ampliação de um pequeno mercado consumidor em 1982, a família Latreille acaba montando um estabelecimento fabril, onde inicialmente somavam-se nove trabalhadores e produziam calção para atividades esportivas, camisas e calças de *brim*, toda produção era comercializada na “Casas Latreille”. Em 1987 teve início a produção de peças em jeans, a qual se tornaria a produção exclusiva no começo dos anos 1990. Portanto, foi somente a partir dos anos 1990 que a comercialização de seus produtos passou a ser realizada por outros lojistas, especialmente da região Sul do país, ampliando assim, o alcance das interações da rede urbana. Em 1997 o número de operários já totalizava 130 e, este ano também marcou a inauguração da atual sede. Lembrando que a empresa possui uma área fabril útil de 13.000 m² e já está em andamento um projeto de ampliação, que duplicará seu espaço, sua produção e seus empregos atuais.

Outra empresa do seguimento de confecções que surgiu nos anos 1980 foi a Confecções Keiser que iniciou suas atividades em 1984 na

cidade de Francisco Beltrão, sua gênese partiu de uma oportunidade verificada pelos proprietários, a de que grande parte da população utilizava peças do vestuário produzidas em *jeans* e que esta demanda aumentava cada vez mais, ou seja, era uma oportunidade para empreender. Os proprietários, Raul Fillipi e sua esposa “[...] eram trabalhadores assalariados, ele numa revendedora de automóveis enquanto ela trabalhava num hospital em Francisco Beltrão. Inclusive, a proprietária [...] continuou no seu emprego por alguns anos até que a Keiser se estabilizasse. [...]” (FLORES, 2009, p.73). Esta empresa inicialmente confeccionava bermudas e calças *jeans* e revendidas nas principais cidades da região Sudoeste, como Francisco Beltrão (sede da empresa), Marmeleiro, Ampére, Dois Vizinhos, Pato Branco, Clevelândia e Palmas. Em 1990 a Keiser começou a produzir mochilas escolares em jeans e, em 1997 os proprietários verificaram que a terceirização da produção seria mais lucrativa, desta forma abandonaram a produção própria e, passaram a prestar serviços a outras empresas do setor, tornando-se, portanto, o que denominam de “facção”, com capacidade de produzir até 18.000 peças por mês. Sendo que, atualmente, fornecem produtos para as redes de lojas C&A e Marisa.

Conforme verificamos, os industriais do setor de confecções (e praticamente todos os setores produtivos) instalados nos centros da rede urbana enfrentaram dificuldades iniciais, sobretudo até os anos 1980 em relação às poucas e as más condições das rodovias para realização da logística. Destacando que a pavimentação da rodovia ligando Francisco Beltrão a capital do Estado em sua totalidade ocorreu somente em 1973. Se, bem que, em nossas conversas com empresários industriais e comerciais, percebemos que, na visão dos mesmos, o principal gargalo para o desenvolvimento econômico dos centros da rede (e por que não da região Sudoeste) seria, atualmente a péssima infraestrutura rodoviária, com suas vias repletas de buracos, de pistas simples e muitas sem acostamento. Ou seja, a problemática da infraestrutura logística sempre foi e continua sendo atualmente¹⁰¹. Os empresários chegam a

¹⁰¹ Nas conversas com os empresários, quando o assunto abordado foi o problema logístico, nós apresentamos sucintamente às ideias de Ignácio Rangel sobre a “Concessão de Serviços Públicos à Iniciativa Privada por Tempo Determinado” e todos concordaram que seria uma boa forma para amenizar as desigualdades regionais e estimular a instalação de novas empresas (já as Concessões realizadas pela Presidenta Dilma no decorrer de 2012 e 2013, não foram todos que concordarão, mas isso, a nosso ver, já é uma questão partidária e devido ao sucesso inicial das “Concessões por Tempo Determinado” dos

afirmar que muitos industriais preteriram os centros da região, por áreas mais desenvolvidas, como exemplo, temos o caso da “Perin Plásticos” que mudou sua planta fabril de Marmeleiro para a Região Metropolitana de Curitiba e, sua principal justificativa foram os custos logísticos. Portanto, está problemática logística, contribuiu para que, os fluxos produtivos da rede até os anos 1980, tivessem sua maior dinâmica circunscrita a São Paulo, Curitiba e aos centros da região Sudoeste paranaense e Oeste catarinense.

Já em relação ao setor produtivo de laticínios, podemos dizer que as usinas de beneficiamento desta matéria-prima começaram a surgir nos centros da rede urbana de Francisco Beltrão no último quartel dos anos 1980, o exemplo mais preciso é a Latco¹⁰² uma empresa que nasceu em Cruzeiro do Oeste – PR (Mesorregião Noroeste do Paraná), em 1967 e, que instalou uma de suas filiais de beneficiamento de laticínios em Francisco Beltrão em 1989. Segundo consta na pesquisa de Flores (2009) o principal atrativo para esta empresa se instalar em Francisco Beltrão foi a abundante oferta de leite, pois existia grande quantidade de efetivos de vacas ordenhadas na região (como poderemos verificar nos dados da produção agropecuária que apresentaremos logo adiante).

Aqui cabe demonstrarmos que a produção agropecuária realizada pelos centros da rede de Francisco Beltrão, também contribuiu com a própria dinâmica da rede, pois o próprio processo de industrialização da rede manteve relações estreitas com a dinâmica do campo. Importante salientar que, discutiremos os dados, do que entendemos ser os principais produtos da agropecuária dos centros da rede¹⁰³. Para começar

principais Aeroportos (SP, RJ, MG) e de algumas rodovias estratégicas, imaginamos que isso não seria unanimidade). Mas, nenhum empresário concordou com as Concessões das Rodovias Estaduais realizadas na década de 1990 pelo Governador Jaime Lerner (PP-PR), principalmente pelo valor cobrado nas praças de pedágio e também por que as empresas (concessionárias) não realizaram a duplicação das rodovias, somente realizaram sua conservação.

¹⁰² A Latco se instalou em 1989 em Francisco Beltrão – PR, inicialmente “[...] no bairro Jardim Floresta, e em 1999 adquiriu as instalações de um antigo engarrafamento de bebidas da Coca Cola, localizadas no bairro Marrecas. Na atualidade, essa empresa emprega 140 funcionários, nesse município, produzindo leite longa vida (tanto integral quanto desnatado), creme de leite, manteigas, bebidas lácteas achocolatadas e bebidas de estrato de soja” (FLORES, 2009, p. 93).

¹⁰³ Em anexo apresentamos várias tabelas com dados das principais produções realizadas pelos centros da rede, por ano selecionado (1975, 1980, 1985, 1990,

apresentamos o gráfico 3, onde podemos verificar informações de produtos selecionados para os anos de 1975, 1980 e 1985.

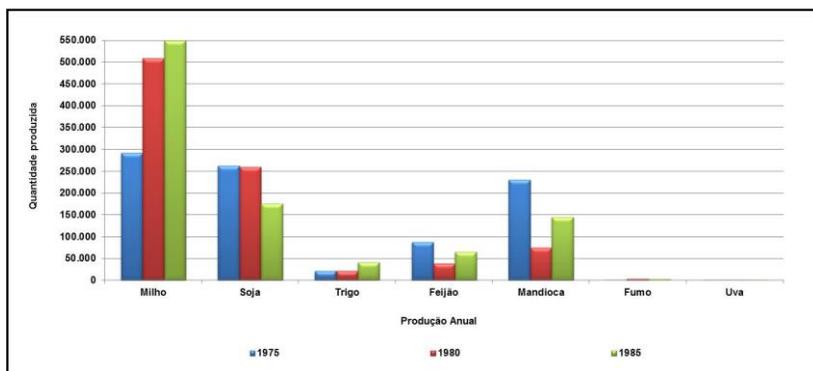


Gráfico 3 – Quantidade produzida de produtos selecionados (1975-1980-1985).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

No gráfico 3¹⁰⁴, podemos verificar um grande aumento da produção de milho que sai de 292.116 toneladas em 1975, para 549.560

2000 e 2007 e/ou 2010), onde podemos verificar a produção realizada por cada centro. Lembrando que, as tabelas foram estruturadas de maneira a apresentar somente os centros que faziam parte da rede nas respectivas datas, assim, os dados de 1975 foram analisados para os centros da rede formada pelo REGIC publicado em 1972; os dados de 1980, 1985 e 1990 foram analisados para os centros da rede formada pelo REGIC publicado em 1987; os dados do ano 2000 para a rede formada pelo REGIC publicado em 2000 e, por fim, os dados de 2007 e 2010 para a rede estruturada segundo o REGIC editado em 2008. Os dados em anexo apresentam uma gama maior de produtos, que não estão incluídos nos gráficos, pois seus totais produzidos destoavam em relação a produção dos produtos mais dinâmicos, porém acreditamos ser importante incluímos os mesmos, ao menos nos anexos para que, aqueles leitores e/ou pesquisadores que se interessem pela temática e ou que tenham no momento da leitura curiosidade em relação a outros produtos possam ter uma melhor acesso aos dados já tabulados. Esperamos que esta forma de compartilhamento dos dados possa incentivar outras pesquisas.

¹⁰⁴ Vale destacar que, as produções de Fumo e de Uva aumentaram, mesmo que timidamente se compararmos com os demais produtos escolhidos. A produção do Fumo perpassa por 1.199 (t), 3.899(t) e, 2.824(t), respectivamente para os

(t) em 1985, portanto um aumento de 88,13% (257.444 t.) em 10 anos. Aumento este, que por sua vez, teve seus condicionantes na industrialização da carne de aves, ampliada na rede pós 1975. Uma anomalia acontece para o caso da soja (considerada produto chave da modernização da agricultura), que apresentou um recuo em sua produção, saindo das 262.264 (t) em 1975, para tão somente 175.837 (t), uma diminuição de 49,15% (-86.427 t.) na produção. Uma resposta para este fato foi que, muitos produtores diminuíram sua produção de soja em detrimento da produção de milho, que tinha que ser ampliada localmente, para sustentar e para diminuir custos do processo de industrialização de carne de aves que estava aquecido no mercado local/regional.

O trigo aumentou sua quantidade produzida de 20.879 (t) em 1975 para 41.509 (t), em 1985. Já o feijão e a mandioca diminuíram sua quantidade produzida, saindo de 87.434 (t) e 230.653(t) em 1975 para 65.132 (t) e 145.172 (t) em 1985, respectivamente. Assim, verificamos que até mesmo produtos tradicionais dos centros da rede, como o feijão e a mandioca, recuam suas produções, pois os agricultores optarem e necessitarem aumentar a produção de milho, pois esta induziria a industrialização e com ela o desenvolvimento econômico da região, além de trazer consigo, a possibilidade de uma nova frente de atuação dos agricultores, a partir da integração avícola.

Em relação aos produtos elencados verificamos que a produção dos mesmos nos centros da rede tiveram dinâmicas diferenciadas, por exemplo, o Milho e o Trigo tiveram aumentadas suas produções. Os centros que mais produziram milho em 1975, dentre os centros da rede foram, Santa Izabel do Oeste, com 39.456 (t.); Dois Vizinhos, 37.080; Barracão, 36.000; Salgado Filho, 34.920; Capanema, 27.930 e Santo Antônio do Sudoeste, 23.400 (Francisco Beltrão não produziu milho em 1975 segundo dados oficiais). Em 1980, Dois Vizinhos era o maior produtor de milho, com 61.028 toneladas; Salto do Lontra, 57.960; Francisco Beltrão, 51.500; Santo Antônio do Sudoeste, 51.437; Salgado Filho, com 50.429; Barracão, com 48.147. Em 1985, Dois Vizinhos continuou sendo o maior produtor de milho, com 92.000 toneladas; Salgado Filho, 60.600; Salto do Lontra, com 52.480; Francisco Beltrão, 46.930 e Barracão, 43.952 (t.). A explicação, para o fato de Dois Vizinhos ter tomado a dianteira como maior produtor de milho, pode ser

anos 1975, 1980 e 1985. E, a produção da Uva sai de 299 (t), passa por 373(t) e, atinge 1.218(t), respectivamente para os anos 1975, 1980 e 1985.

realizada, igualmente, pelo processo de industrialização da carne de aves, pois o milho é a principal fonte energética das aves.

Os maiores produtores de trigo da rede foram, em 1975, Santo Antônio do Sudoeste, com 6.200 t.; Renasçença, 1.803; Francisco Beltrão, 1.590; Dois Vizinhos, com 1.224; Ampére, 1.310; Realeza, 1.046 (Santa Izabel do Oeste, produzia somente 605 t. e Verê, apenas 445 t.). Em 1980 os maiores produtores eram Realeza, com 6.029 t.; Santo Antônio do Sudoeste, 4.266 t.; Santa Izabel do Oeste, com 2.080; Dois Vizinhos, 1.920; Ampére, 1.680; Francisco Beltrão, 1.477; Renasçença, 1.315 e Verê, com 1.008 (t.). Em 1985 Santa Izabel do Oeste era o centro de maior produção, com 7.566 t.; Verê, 6.876; Realeza, 6.151; Dois Vizinhos, 4.939; Ampére, 4.886; Renasçença, 3.043; Santo Antônio do Sudoeste, 2.637; Francisco Beltrão, 1.600 (t.).

Os centros com maior produção de Soja na rede em 1975 foram, Santo Antônio do Sudoeste, com 52.272 t.; Barracão, com 27.000 t.; Capanema, 25.872 t.; Planalto, 21.168; Perola d'Oeste, 19.224 e Francisco Beltrão, 18.750 (t.). (Renasçença produzia 12.770 toneladas de Soja, em 1975). Em 1980 os maiores produtores de Soja foram, Santo Antônio do Sudoeste, com 44.099 t.; Renasçença, 36.000; Salto do Lontra, 34.800 e Dois Vizinhos e Santa Izabel do Oeste, com 21.360(t.). Em 1985¹⁰⁵ Renasçença foi o maior produtor de Soja com 32.040 t.; seguida por Francisco Beltrão com 23.560; Realeza com 25.324 t.; Santa Izabel do Oeste com 18.000; Marmeleiro com 15.120 t. e Santo Antônio do Sudoeste que era o maior produtor recua para apenas 10.000 (t.).

Na sequência, incluímos o gráfico 4¹⁰⁶, que demonstra o valor da produção, para os mesmos produtos e mesmos anos do gráfico anterior.

O valor da produção do milho aumenta 57,77% e o do trigo, 30,44%. Já a Soja, o Feijão e a Mandioca, recuam no valor da produção, em 59,92%, 77,80% e 40,83%, respectivamente, entre 1975 e 1985.

¹⁰⁵ Dois Vizinhos produzia 14.790 toneladas de Soja em 1975, em 1980 produzia 21.360 e em 1985 recua para 13.747 t. Francisco Beltrão produzia 18.750 toneladas de Soja em 1975, em 1980 produziu 19.800 e em 1985, amplia a produção para, 23.560 t.

¹⁰⁶ O valor da produção do fumo e da uva aumenta em 25,70% e 50,81%, respectivamente para os anos de 1975 e 1985.

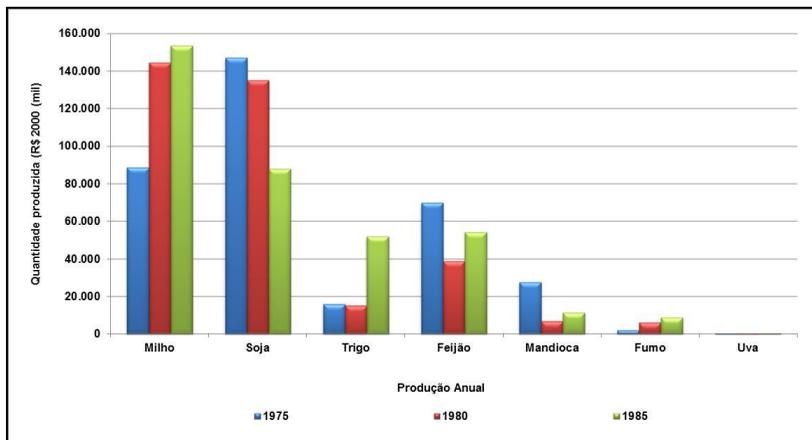


Gráfico 4 – Valor da Produção dos produtos selecionados (1975-1980-1985).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

A partir do gráfico 5, verificamos que apenas, os efetivos de Caprinos e Ovinos, apresentaram pequenos aumentos. Os demais efetivos tiveram expressivos recuos. Desta forma, os bovinos na rede passaram de 267.616 cabeças em 1975, para 260.020 em 1980 e recuando para 241.210 em 1985. O principal centro produtor de bovinos em 1975 era Santo Antônio do Sudoeste com 27.528 cabeças, na sequência aparecia Dois Vizinhos com 25.257; Salto do Lontra com 24.038; Francisco Beltrão com 22.002 e Capanema com 20.826. Em 1980 eram, Dois Vizinhos com 33.714 cabeças; Salto do Lontra 30.155; Santo Antônio do Sudoeste 28.284; Francisco Beltrão 25.784 e São Jorge d'Oeste 25.645. E, em 1985, Dois Vizinhos continuava como o maior produtor, com 38.929 cabeças; seguido por Francisco Beltrão, com 27.260; São Jorge d'Oeste, com 25.100 e Santo Antônio do Sudoeste, com 16.100 cabeças, este último centro passou por grande redução de seus efetivos.

Os efetivos de vacas ordenhadas na rede também declinaram entre 1975 e 1985, estas somavam 48.864 cabeças, em 1975, 43.284 em 1980 e 39.824 em 1985. Os principais centros que mantinham em 1975 efetivos de vacas ordenhadas eram, em ordem decrescente, Salto do Lontra com 5.002 cabeças; Dois Vizinhos 4.784; Francisco Beltrão 4.763; Santo Antônio do Sudoeste 4.605 e Capanema 4.498. Em 1980 eram, Francisco Beltrão 5.720; Enéas Marques 5.200; Dois Vizinhos

4.860; Santo Antônio do Sudoeste 4.250 e Salto do Lontra 3.960. E, em 1985, Francisco Beltrão, com 5.997 cabeças, se manteve como o maior produtor; Dois Vizinhos 4.705; Enéas Marques 3.743 e Verê, começa a se destacar com 3.354 cabeças.

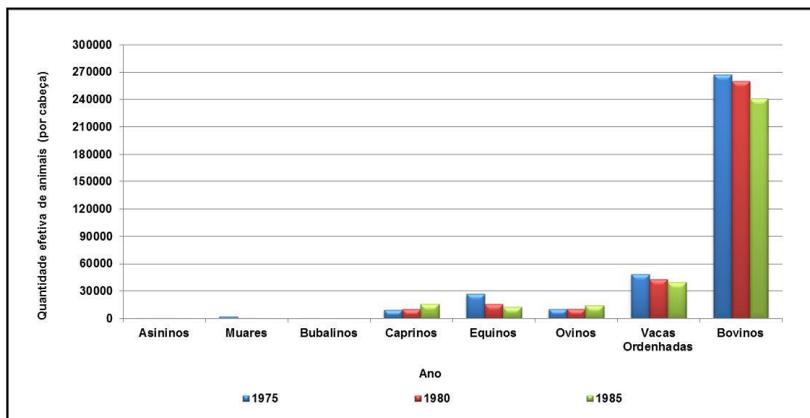


Gráfico 5 – Quantidade de efetivos selecionados (1975-1980-1985).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

A partir do gráfico 6, podemos verificar que, os efetivos de suínos na rede foram diminuindo gradativamente, passando das mais de 971 mil cabeças, em 1975, para 846 mil em 1980, para somar apenas 442 mil em 1985. Os principais centros produtores de suínos em 1975 foram, em sequência decrescente, Dois Vizinhos 103.682; Santo Antônio do Sudoeste, 102.106; Francisco Beltrão, 93.053 e Santo do Lontra, 83.552. Já, em 1980 foram, Capanema, 130.261; Santo Antônio do Sudoeste, 101.847; Salto do Lontra, 101.650 e Francisco Beltrão, 98.149. E, em 1985 eram, Dois Vizinhos, com 95.656; Francisco Beltrão, 58.205; Salgado Filho, 31.500; Salto do Lontra, 29.230; São Jorge d'Oeste, 27.435 e Santo Antônio do Sudoeste, 26.500.

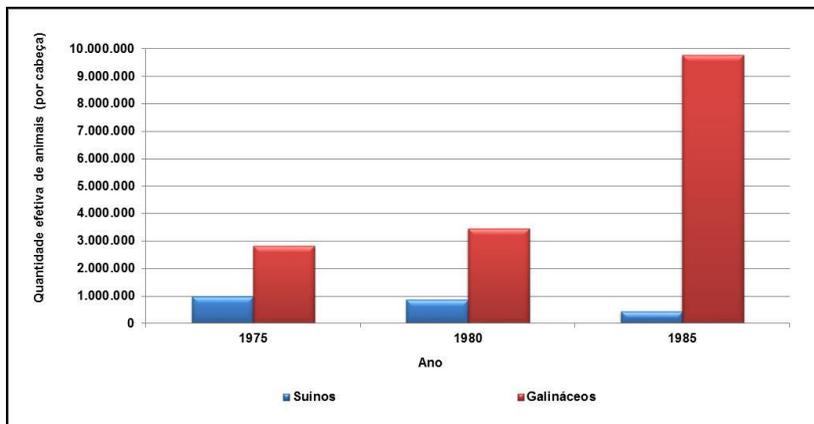


Gráfico 6 – Quantidade dos efetivos suínos e galináceos (1975-1980-1985).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Os animais que mais se destacaram pelo crescimento de efetivos na rede foram os galináceos que de 2.813.470 cabeças em 1975; saltaram para 3.459.902 em 1980 e, 9.766.030 em 1985, ou seja, um crescimento de 347,12%, entre 1975 e 1985. Em 1975, os principais centros da rede onde se destacavam os efetivos de aves eram, Santo Antônio do Sudoeste com 287.816; Dois Vizinhos, 283.229; Francisco Beltrão, 258.948; Capanema, 251.670 e Salto do Lontra, 251.473. Em 1980 eram Dois Vizinhos, 729.217; São Jorge d'Oeste, 482.408; Salto do Lontra, 355.886; Francisco Beltrão, 309.898; Santo Antônio do Sudoeste, 291.600 e Santa Izabel d'Oeste, 206.007. E, em 1985 eram, Dois Vizinhos 2.724.325; Francisco Beltrão 1.805.720; São Jorge d'Oeste 1.087.405; renascença 786.276.

No que diz respeito a produção de leite nos centros da rede, verificamos a partir do gráfico 7, que em 1975, esta totalizou 53.381.000 litros de leite; em 1980 a produção recuou para 37.512.000 e, em 1985 volta a subir atingindo 50.215.000 em relação a 1980, mas ficando ainda inferior aos resultados alcançados em 1975.

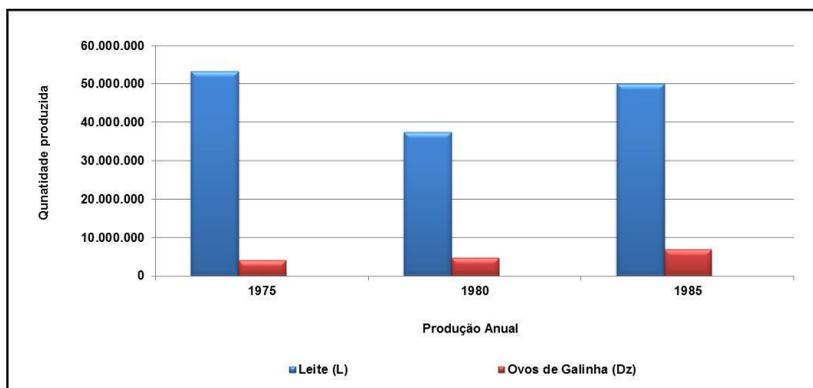


Gráfico 7 – Quantidade produzida de Leite e Ovos (1975-1980-1985).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Em relação aos centros da rede produtores de leite, verificamos que em 1975, Dois Vizinhos era o maior produtor com 5.626.000 (L), seguido por Capanema, com 5.236.000; Francisco Beltrão, com 5.020.000; Planalto, com 4.441.000; Salto do Lontra 4.377.000 e Santo Antônio do Sudoeste 4.223.000. Em 1980, foram, Francisco Beltrão, com 6.157.000 (L) Enéas Marques, 5.490.000 (L); Dois Vizinhos, 3.791.000; Santo Antônio do Sudoeste, com 3.442.000 e Marmeleiro, com 3.206.000. E, em 1985, Francisco Beltrão continuou como o principal produtor de leite da rede, com 10.795.000 (L); Enéas Marques produzia 5.951.000; Marmeleiro 5.379.000 e Dois Vizinhos 4.504.000.

E a produção de ovos dos centros da rede amplia significativamente, principalmente entre 1980 e 1985. Em 1975 eram produzidos 4.096.000 dúzias, em 1980 a produção já tinha se ampliado para 4.831.000 (Dz) e, em 1985 a produção se ampliará para 6.970.000 (Dz). Os centros de maior produção de ovos em 1975 eram Capanema com 523.000 dúzias; Dois Vizinhos 399.000; Francisco Beltrão com 324.000; Planalto 311.000 e Salto do Lontra com 299.000. Em 1980 eram, Dois Vizinhos com 992.000 dúzias; São Jorge d'Oeste 511.000 (Dz); Salto do Lontra 498.000 (Dz); Santo Antônio do Sudoeste 480.000 (Dz); Francisco Beltrão 434.000 (Dz) e Santa Izabel do Oeste com 342.000 (Dz). E, em 1985, tínhamos, Francisco Beltrão com 2.133.000 dúzias; Dois Vizinhos 1.718.000; Santo Antônio do Sudoeste 743.000; São Jorge d'Oeste com 368.000; Realeza 346.000 e Salto do Lontra 326.000.

Portanto, o início da industrialização de carne de aves marca também, como não poderia ser diferente, a ampliação da produção de ovos. E, os centros de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos se tornam os maiores produtores. Francisco Beltrão aumentou sua produção nestes 10 anos em 658,33% e Dois Vizinhos em 430,58%.

Em relação ao valor da produção de leite e de ovos, podemos verificar no gráfico 8, que os valores tanto de um, como do outro foram se reduzindo. A produção de leite diminuiu de 53.381.000 litros, em 1975, para 50.215.000 (L), em 1985, ou seja, em dez anos, a produção se reduziu em 3.166.000 litros (-6,30%) e o valor da produção de leite reduziu, nesse mesmo período em 67,74%. A produção de ovos aumentou de 4.096.000 dúzias, em 1975, para 6.970.000 dúzias em 1985, ou seja, 70,17% e o valor da produção de ovos nesse mesmo período, teve uma redução de 0,38%, em relação a 1975.

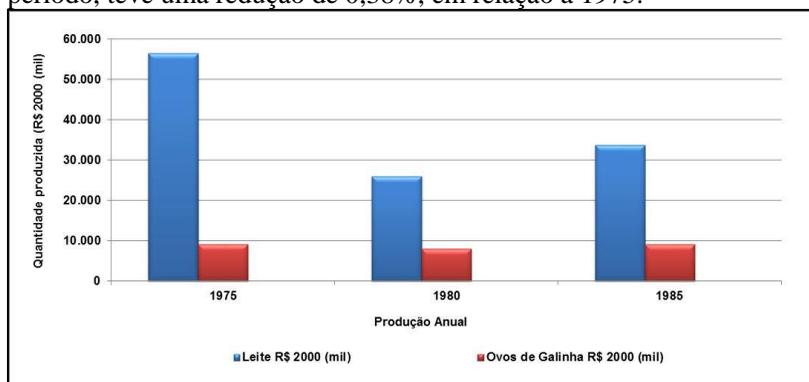


Gráfico 8 – Valor da Produção de Leite e Ovos (1975-1980-1985).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

A partir dos dados apresentados, verificamos um aumento do número de aves, o que podemos atribuir ao processo de industrialização desencadeado em alguns centros da rede no final dos anos 1970, principalmente na década de 1980. Os efetivos de vacas ordenhadas diminuíram, mas podemos notar que a produção de leite, se manteve.

Verificamos também que, as mudanças ocorridas na rede, se deram em relação ao aumento dos efetivos de aves e da produção de milho (frigoríficos, abatedores de aves) em detrimento da produção de suínos e, do aumento da produção de soja e do trigo em detrimento das culturas que eram tradicionais no início da colonização. As mudanças, ocorreram, após os dois últimos quartéis dos anos 1970 e no decorrer da

década de 1980, com o fim do complexo rural, ou seja, as mudanças, ocorreram, quando a maioria das atividades artesanais desenvolvidas dentro das propriedades rurais foi substituída por atividades industriais.

Aos pouco essa produção agropecuária foi se diferenciando e dando origem, por exemplo, à produção de leite, à produção de carne de aves, até se constituir, nos anos 1980 e 1990 em, uma ampla indústria produtora de alimentos, com grau sofisticado de processamento.

A partir do Censo Demográfico de 1991 (tabela 22), verificamos que, o processo de urbanização do Sudoeste paranaense continuou ampliando-se a cada década. Esta publicação apresentou o total de 523.958 habitantes no Sudoeste, destes, 277.238 eram habitantes rurais e 246.720 habitantes urbanos. Por conseguinte, o grau de urbanização do Sudoeste atingiu a marca dos 47%. Podemos verificar também que, apenas quatro centros do Sudoeste possuíam taxas de urbanização superior aos 50%.

Tabela 22 – População do Sudoeste Paranaense (Censo – 1991)

POPULAÇÃO					
Município	Total	Urbana	% Urbana	Rural	% Rural
Ampére	13.213	6.037	45,69	7.176	54,31
Barracão	14.692	4.491	30,57	10.201	69,43
Capanema	19.368	7.936	40,97	11.432	59,03
Chopinzinho	24.587	8.282	33,68	16.305	66,32
Coronel Vivida	25.140	12.339	49,08	12.801	50,92
Dois Vizinhos	40.267	22.202	55,14	18.065	44,86
Enéas Marques	12.396	2.115	17,06	10.281	82,94
Francisco Beltrão	61.272	45.622	74,46	15.650	25,54
Itaperjara d'Oeste	9.045	3.909	43,22	5.136	56,78
Mariópolis	6.280	2.855	45,46	3.425	54,54
Marmeleiro	17.113	5.763	33,68	11.350	66,32
Nova Prata do Iguaçu	11.615	4.171	35,91	7.444	64,09
Pato Branco	55.675	43.406	77,96	12.269	22,04
Pérola d' Oeste	12.255	3.234	26,39	9.021	73,61
Planalto	15.092	4.075	27,00	11.017	73,00
Pranchita	8.604	2.609	30,32	5.995	69,68
Realeza	17.146	9.300	54,24	7.846	45,76
Renasçença	7.546	2.161	28,64	5.385	71,36
Salgado Filho	13.829	2.062	14,91	11.767	85,09
Salto do Lontra	14.297	4.624	32,34	9.673	67,66
Santa Isabel do Oeste	12.510	4.647	37,15	7.863	62,85
Santo Ant. SW	20.290	8.992	44,32	11.298	55,68
São João	13.661	4.775	34,95	8.886	65,05
São Jorge d' Oeste	10.321	3.847	37,27	6.474	62,73
Sulina	5.222	951	18,21	4.271	81,79
Verê	10.212	2.657	26,02	7.555	73,98
Vitorino	6.478	2.604	40,20	3.874	59,80
SUDOESTE PR	478.126	225.666	47,20	252.460	52,80
TOTAL PARANÁ	8.443.644	6.196.464	73,39	2.247.180	26,61

Fonte: IBGE, 1991.

Org.: CASARIL, C.C., 2012.

Em 1991, o município de Pato Branco apresentou uma população rural formada por 12.269 habitantes e uma população urbana constituída por 43.406. Seu grau de urbanização atingiu 77%. Francisco Beltrão, contabilizou 45.622 habitantes urbanos e totalizou uma população rural de 15.650. Conseqüentemente, seu grau de urbanização elevou-se para 64%. Crescimento urbano que, de certa forma, já apresentava um razoável mercado consumidor para as mercadorias industriais.

Outro centro que se destaca em relação a população urbana é Dois Vizinhos, pois atinge os 43.406 habitantes urbanos, contra 18.065 habitantes rurais. Dados que, proporcionaram um grau de urbanização de 55%. Este fato, ganha relevância, entre outros, a partir da instalação do Frigorífico da Sadia S/A, o que por sua vez, gerou os primeiro impulsos de atração demográfica e de empresas para a cidade, ampliando assim, sua dinâmica urbana (IBGE, 1991).

No ano de 1993, ocorreu a instalação de mais sete sedes municipais no Sudoeste (conforme mapa 19), são eles: Bom Sucesso do Sul (desmembrado de Pato Branco); Saudade do Iguazu (desmembrado do Chopinzinho); Boa Esperança do Iguazu e Cruzeiro do Iguazu (desmembrados de Dois Vizinhos); Flor da Serra do Sul (desmembrado dos municípios de Barracão e Marmeleiro); Pinhal de São Bento (desmembrado de Santo Antônio do Sudoeste) e Nova Esperança do Sudoeste (desmembrado de Enéas Marques). Destacando que, os últimos cinco fazem parte da atual rede de Francisco Beltrão (REGIC, 2008).



A gênese da sede municipal de Cruzeiro do Iguaçu¹⁰⁷ inicia-se quando da chegada de seu primeiro morador em 1935, Atanásio Pires, procedente de Santa Catarina. O qual se apossou de uma área que corresponde a, aproximadamente metade das terras do atual município de Cruzeiro do Iguaçu. Nos anos 1940, começaram a chegar outros imigrantes gaúchos que foram adquirindo partes das terras do Sr. Atanásio.

Após 1957, ocorreu uma intensificação no fluxo de migrantes para o povoado que na época pertencia a Francisco Beltrão e, devido ao fluxo demográfico nesta época, se deu a abertura da primeira estrada ligando Cruzeiro do Iguaçu a Francisco Beltrão.

A área urbana foi definida em 1972, e compreendia a igreja, a escola primária, o armazém de secos e molhados, a praça etc. (estes responsáveis pelos primeiros focos de vida urbana), e, após a área urbana ter sido definida, ocorre o aumento do número de casas de madeira. Porém, somente em 1990, Cruzeiro do Iguaçu foi elevado à categoria de município, tendo sua instalação realizada em 01 de janeiro de 1993.

Em Saudade do Iguaçu, os primeiros focos de vida urbana se estruturaram no entorno dos estabelecimentos comerciais que, vendiam, sobretudo, pinga, rapadura e fumo de rolo. Alguns anos depois, surge o primeiro armazém fornecedor de mantimentos, sementes e insumos aos moradores de propriedade do Sr. Ângelo Cenci. Estas atividades comerciais foram iniciadas, no decorrer dos anos 1960, período em que, se desenvolvia o extrativismo da madeira, especialmente do pinho (para limpar a área para o plantio) e, ocorria o cultivo de culturas de subsistência, destacando-se, feijão e milho.

Em 1973, foi criado o Distrito Administrativo, com denominação de Saudade, pertencente ao município de Chopinzinho. E, em 19 de março de 1992, através da Lei Estadual n. 9.941, o núcleo foi elevado à categoria de município, com a denominação alterada para Saudade do

¹⁰⁷ Sobre os centros urbanos de Boa Esperança do Iguaçu, Bom Sucesso do Sul, Flor da Serra do Sul, Pinhal de São Bento e Nova Esperança do Sudoeste, não encontramos dados, para podermos realizar uma análise sobre suas gênese. As informações colhidas nos sites destas prefeituras não nos permitem realizar tal análise, visto que, a finalidade dos mesmos é divulgar a cidade, afirmando coisas do tipo: é a cidade mais próspera do Sudoeste, ou então, contando suas lendas urbanas, etc. O que podemos mencionar é que, estes municípios são essencialmente rurais e muito dependentes da agricultura, sendo portanto, cidades locais.

Iguaçu. Destacando que, a instalação oficial ocorreu em 01 de janeiro de 1993.

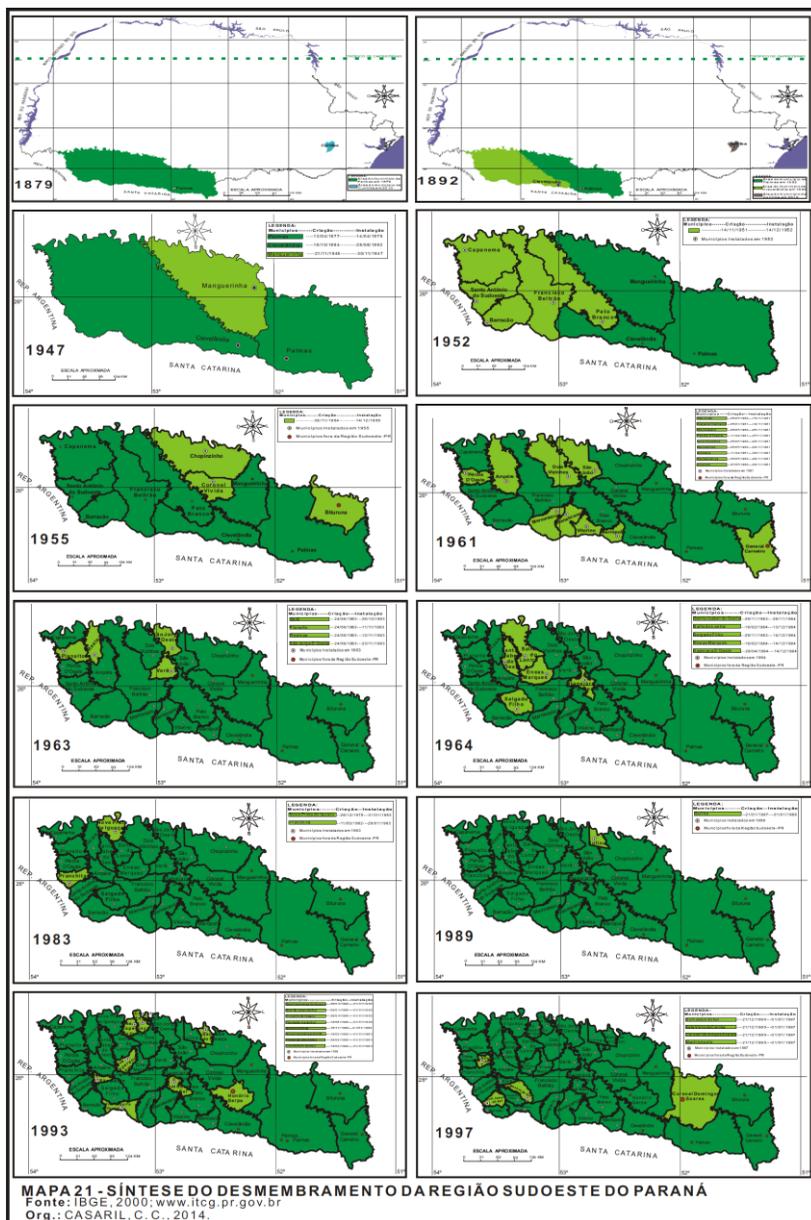
O mapa 20, apresenta as três últimas sedes municipais criadas no Sudoeste do Paraná até o momento, são eles: Bela Vista da Caroba (desmembrado de Pérola do Oeste); Bom Jesus do Sul (desmembrado de Barracão) e Manfrinópolis¹⁰⁸ (desmembrado de Salgado Filho), destacando também que, o município de Coronel Domingos Soares na região dos Campos de Palmas também teve sua instalação no ano de 1997. Portanto, através do mapa 20, podemos visualizar a configuração municipal atual do Sudoeste, lembrando que para tanto, precisamos excluir os municípios localizados nos Campos de Palmas, ou seja, as municipalidades que estão fora da mesorregião Sudoeste, mesmo estas fazendo parte da gênese do Sudoeste, a saber: Palmas, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Mangueirinha.

O importante é verificarmos que, todos os centros da rede urbana de Francisco Beltrão foram instalados até o decorrer dos anos 1990, ou seja, a rede urbana estava formada e, muitos centros já adquiriam estruturas urbanas elevadas.



¹⁰⁸ Em relação aos centros urbanos de Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul e Manfrinópolis, encontramos poucos dados, concretos e que poderíamos qualificar, para realizarmos uma análise sobre suas gênese. Todavia, podemos ressaltar que, as áreas urbanas destas localidades são tomadas pelo rural, normalmente, apresentam apenas, de três a cinco quadras, uma rua asfaltada (onde localiza-se a prefeitura, a igreja, a escola e posto de saúde, além de alguns pequenos estabelecimentos comerciais, como mercearias, “as famosas lojas de R\$,1,99”, bares, etc., e as demais ruas são cascalhadas (e localizam as residenciais, em sua maioria de madeira).

No mapa 21 apresentamos uma síntese do processo de desmembramento do Sudoeste do Paraná e, por sua vez da rede urbana de Francisco Beltrão. Através deste cartograma o leitor pode melhor entender o processo, verificando que a cada nova sede municipal instalada, outras perdiam território e, atualmente, a parcela de floresta de pinheiros araucária que pertencia ao território de Palmas, foi desmatada e colonizada por uma formação social calcada na pequena produção mercantil. Hoje, este território mais se parece com uma colcha de retalhos costurada simbolicamente subdividindo as áreas municipais.



No ano de 2000 a população total do Sudoeste decresce para 472.626 habitantes, contra os 523.958 habitantes registrados em 1991.

Sua população rural também diminuiu significativamente, de 277.238 habitantes de 1991, para 186.192 habitantes em 2000. Porém, a população urbana continuou ascendendo passando de 246.720 em 1991, para 286.434 habitantes em 2000. Estes dados proporcionaram um grau de urbanização de 61%.

Entre os 37 centros urbanos do Sudoeste, 18 centros apresentaram um grau de urbanização superior a 50% e, os 19 centros restantes, não atingiram o índice de 50%. Ou seja, aproximadamente, metade dos centros do Sudoeste atingiram o grau de urbanização superior ao rural.

Tabela 23 – População do Sudoeste Paranaense (Censo – 2000)

MUNICÍPIO	TOTAL	POPULAÇÃO			
		URBANA	URBANA	RURAL	% RURAL
			%		
AMPÈRE	15.623	10.403	66,59	5.220	33,41
BARRACÃO	9.271	5.825	62,83	3.446	37,17
BELA VISTA DA CAROBA	4.503	757	16,81	3.746	83,19
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	3.107	564	18,15	2.543	81,85
BOM JESUS DO SUL	4.154	382	9,20	3.772	90,80
BOM SUCESSO DO SUL	3.392	1.307	38,53	2.085	61,47
CAPANEMA	18.239	9.311	51,05	8.928	48,95
CHOPINZINHO	20.543	10.529	51,25	10.014	48,75
CORONEL VIVIDA	23.306	14.732	63,21	8.574	36,79
CRUZEIRO DO IGUAÇU	4.394	2.214	50,39	2.180	49,61
DOIS VIZINHOS	31.986	22.382	69,97	9.604	30,03
ENÉAS MARQUES	6.382	1.250	19,59	5.132	80,41
FLOR DA SERRA DO SUL	5.059	590	11,66	4.469	88,34
FRANCISCO BELTRÃO	67.132	54.831	81,68	12.301	18,32
ITAJAÍ	9.162	4.961	54,15	4.201	45,85
MANFRINÓPOLIS	3.802	448	11,78	3.354	88,22
MARIÓPOLIS	6.017	3.771	62,67	2.246	37,33
MARMELEIRO	13.665	7.168	52,46	6.497	47,54
NOVA ESPERANÇA DO SW	5.258	1.224	23,28	4.034	76,72
NOVA PRATA DO IGUAÇU	10.397	5.311	51,08	5.086	48,92
PATO BRANCO	62.234	56.805	91,28	5.429	8,72
PÉROLA D'OESTE	7.354	2.720	36,99	4.634	63,01
PINHAL DE SÃO BENTO	2.560	737	28,79	1.823	71,21
PLANALTO	14.122	4.814	34,09	9.308	65,91
PRANCHITA	6.260	3.160	50,48	3.100	49,52
REALIZA	16.023	9.951	62,10	6.072	37,90
RENASCENÇA	6.959	2.928	42,08	4.031	57,92
SALGADO FILHO	5.338	2.158	40,43	3.180	59,57
SALTO DO LONTRA	12.757	5.602	43,91	7.155	56,09
SANTA IZABEL DO OESTE	11.711	5.695	48,63	6.016	51,37
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	17.870	10.814	60,51	7.056	39,49
SÃO JOÃO	11.207	5.788	51,65	5.419	48,35
SÃO JORGE D'OESTE	9.307	4.511	48,47	4.796	51,53
SAUDADE DO IGUAÇU	4.608	1.987	43,12	2.621	56,88
SULINA	3.918	1.195	30,50	2.723	69,50
VERÊ	8.721	3.029	34,73	5.692	65,27
VITORINO	6.285	3.190	50,76	3.095	49,24
TOTAL SUDOESTE	472.626	283.044	59,89	189.582	40,11
TOTAL PARANÁ	9.558.454	7.781.664	81,41	1.776.790	18,59

Fonte: IBGE, 2000.

Org.: CASARIL, C.C., 2014.

Neste contexto urbano, a cidade com o maior grau de urbanização continuou sendo Pato Branco, que alcançou os 91% no ano 2000. Para tanto, sua população urbana neste mesmo ano, contabilizou 56.805 habitantes e seus habitantes rurais somaram 5.429. Já Francisco Beltrão, consegue ultrapassar todas as municipalidades, em relação ao total populacional. Com seus 67.132 habitantes é o município mais populoso do Sudoeste paranaense. Porém, sua população urbana ainda é menor que a de Pato Branco, totalizando em 2000, 54.831 habitantes, o que lhe fez ser o município mais populoso foi sua população rural, que somou 12.301 moradores, mais que o dobro de habitantes rurais de Pato Branco. Por isso, seu grau de urbanização, totalizou apenas 81% (IBGE, 2000).

No REGIC realizado em 1993, porém publicado pelo IBGE somente no ano 2000, a rede urbana estruturada pelo centro de Francisco Beltrão deixa de ser polarizada por Pato Branco e passa a ser polarizada pela capital do Estado do Paraná, Curitiba, que também polariza Pato Branco. Neste REGIC (2000), Francisco Beltrão polariza 27 centros urbanos em sua rede e, Pato Branco polariza 24 centros. Estes dois centros possuíam o nível de centralidade Forte para Médio.

Tabela 24 – População da Rede Urbana de Pato Branco (REGIC 1993 - CENSO – 2000)

MUNICÍPIO	TOTAL	URBANA	POPULAÇÃO		
			% URBANA	RURAL	% RURAL
Pato Branco	62.234	56.805	91,28	5.429	8,72
Bom Sucesso do Sul	3.392	1.307	38,53	2.085	61,47
Chopinzinho	20.543	10.529	51,25	10.014	48,75
Coronel Vivida	23.306	14.732	63,21	8.574	36,79
Itapejara d'Oeste*	9.162	4.961	54,15	4.201	45,85
Mariópolis	6.017	3.771	62,67	2.246	37,33
São João	11.207	5.788	51,65	5.419	48,35
São Jorge d'Oeste*	9.307	4.511	48,47	4.796	51,53
Saudade do Iguaçú	4.608	1.987	43,12	2.621	56,88
Sulina	3.918	1.195	30,50	2.723	69,50
Vitorino	6.285	3.190	50,76	3.095	49,24
Palmas	34.819	31.411	90,21	3.408	9,79
Clevelândia	18.338	14.814	80,78	3.524	19,22
Honório Serpa	6.896	1.443	20,93	5.453	79,07
Mangueirinha	17.760	6.450	36,32	11.310	63,68
TOTAL REDE Pato Branco	237.792	162.894	68,50	74.898	31,50
TOTAL SUDOESTE	472.626	283.044	59,89	189.582	40,11
TOTAL PARANÁ	9.558.454	7.781.664	81,41	1.776.790	18,59

Fonte: IBGE, 2000a; IBGE, 2000b.

Org.: CASARIL, C.C., 2014.

Obs.: Os centros urbanos que pertencem a rede urbana de Pato Branco, porém encontram-se fora da Mesorregião Sudoeste e do Paraná são: - Campo Erê; - Formosa Do Sul; - Galvão; - Quilombo; - São Domingues; - Dionísio Cerqueira; - São Lourenço D' Oeste; - Novo Horizonte; - Abelardo Luz; - Ponte Serrada.

No Censo Demográfico de 2000, Pato Branco atinge os 91% de urbanização, uma taxa muito expressiva que faz com que este centro desempenhe uma dinâmica urbana em relação a suas atividades de comércio e serviços de grande valia para sua área de influência. E, mesmo não sendo está rede urbana nosso foco central neste estudo, podemos dizer que a centralidade de Pato Branco, mesmo perdendo razoável força, segundo o REGIC de 2000 (um exemplo é que foi somente nesta pesquisa que o IBGE aponta que Pato Branco deixa de polarizar Francisco Beltrão), continuou sendo a mais dinâmica, no decorrer dos anos 1990, sobretudo, em relação as atividades urbanas, pois, este exercia a função de pólo universitário, médico-hospitalar, comércio de produtos mais sofisticados etc.

Pato Branco, já em 2000 passou a destacar-se como um centro tecnológico regional, através de incubadoras de empresas de base tecnológica, saídas em sua maioria, inicialmente das pesquisas dos acadêmicos da UTFPR - Campus de Pato Branco e, que foram/encontram-se sediadas no CETIS - Centro de Tecnologia Industrial do Sudoeste, que é um condomínio industrial organizado em 1998 pela Copel; LACTEC - Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento; Prefeitura de Pato Branco e Governo Federal; com apoio do CEFET atual UTFPR.

Segundo a REGIC de 2000, após o centro de Francisco Beltrão, a centralidade de Dois Vizinhos apresentava-se como a mais dinâmica, pois conforme o Censo (IBGE, 2000b), somou uma população urbana de 22.382 habitantes e uma população rural de 9.604 moradores, ou seja, este centro atinge um índice de urbanização de 69%.

A partir dos anos 1990, vamos verificar que os industriais e agroindustriais passarão a dominar a rede, domínio este iniciado nos anos 1980, mas que após os dois primeiros quartéis dos anos 1990 passaram a ampliar suas participações no total de estabelecimentos e empregos. O setor terciário começou a se expandir nos anos 1990, mas, já nos anos 1970 existiam concessionárias de automóveis na região, muitas destas foram trazidas por aqueles que eram proprietários em Pato Branco e não queriam perder o mercado consumidor de Francisco Beltrão. Em 1972 teve início o Grupo Meimberg em Dois Vizinhos com a aquisição da Dível, concessionária Volkswagen, grupo que, atualmente possui a maioria das concessionárias de automóveis presentes nos centros da rede. A partir das concessionárias vieram os postos de combustíveis, primeiro os da bandeira Petrobrás (BR) e à medida que aumentava os números de veículos, aumentavam os postos de combustíveis, que juntamente com as concessionárias ampliavam as

interações na rede. Um dado interessante é que, desde aquela época (anos 1970/1980) os automóveis vinham direto das montadoras para Francisco Beltrão e/ou para a cidade sede da concessionária que havia realizado a venda, portanto, não necessitava passar por centros de maior hierarquia da rede urbana brasileira, até chegar, por exemplo a Dois Vizinhos. Deste modo, para esse setor, parte das proposições de Christaller (1966), não condizem, mas em relação a dinâmica da rede como um todo, as proposições apresentam certo grau de validação, pois existiam (como ainda existem) em centros de maior hierarquia, várias empresas atacadistas, responsáveis pela aquisição de produtos de empresas localizadas em centros de maior nível hierárquico e reexpedição destes para centros de menor nível hierárquico, o inverso também é verdadeiro.

Tabela 25 – População da Rede Urbana de Francisco Beltrão (REGIC 1993; Censo 2000)

MUNICÍPIO	TOTAL	POPULAÇÃO			
		URBANA	% URBANA	RURAL	% RURAL
Francisco Beltrão	67.132	54.831	81,68	12.301	18,32
Ampére	15.623	10.403	66,59	5.220	33,41
Barracão	9.271	5.825	62,83	3.446	37,17
Boa Esperança do Iguaçu	3.107	564	18,15	2.543	81,85
Capanema	18.239	9.311	51,05	8.928	48,95
Cruzeiro do Iguaçu	4.394	2.214	50,39	2.180	49,61
Dois Vizinhos	31.986	22.382	69,97	9.604	30,03
Enéas Marques	6.382	1.250	19,59	5.132	80,41
Flor da Serra do Sul	5.059	590	11,66	4.469	88,34
Itapejara d'Oeste	9.162	4.961	54,15	4.201	45,85
Marmeleiro	13.665	7.168	52,46	6.497	47,54
Nova Esperança do Sudoeste	5.258	1.224	23,28	4.034	76,72
Nova Prata do Iguaçu	10.397	5.311	51,08	5.086	48,92
Pérola d'Oeste	7.354	2.720	36,99	4.634	63,01
Pinhal de São Bento	2.560	737	28,79	1.823	71,21
Planalto	14.122	4.814	34,09	9.308	65,91
Pranchita	6.260	3.160	50,48	3.100	49,52
Realeza	16.023	9.951	62,10	6.072	37,90
Renascença	6.959	2.928	42,08	4.031	57,92
Salgado Filho	5.338	2.158	40,43	3.180	59,57
Salto do Lontra	12.757	5.602	43,91	7.155	56,09
Santa Izabel do Oeste	11.711	5.695	48,63	6.016	51,37
Santo Antônio do Sudoeste	17.870	10.814	60,51	7.056	39,49
São Jorge d'Oeste	9.307	4.511	48,47	4.796	51,53
Verê	8.721	3.029	34,73	5.692	65,27
TOTAL REDE Francisco Beltrão	318.657	182.153	57,16	136.504	42,84
TOTAL SUDOESTE	472.626	283.044	59,89	189.582	40,11
TOTAL PARANÁ	9.558.454	7.781.664	81,41	1.776.790	18,59

Fonte: IBGE, 2000a; IBGE, 2000b.

Org.: CASARIL, C.C., 2014.

Obs.: Os centros urbanos que pertencem a rede urbana de Francisco Beltrão, porém encontram-se fora da Mesorregião Sudoeste e do Paraná são: - Pinhais; - Campo Erê; - Palma Sola.

No quadro 9, podemos verificar que Francisco Beltrão¹⁰⁹ ampliou o número de seus estabelecimentos industriais em 94 unidades e em 357 postos de trabalho entre os anos de 1990 e 1995. Já entre 1995 e 2000, tivemos apenas 15 novas unidades instaladas, porém, ocorreu um recuo de 130 vagas de trabalho. Uma explicação para ter ocorrido o aumento dos estabelecimentos e o declínio do número de operários pode ser concebida pelo aumento do uso de tecnologias, que por sua vez, produz ampliação da produtividade dos trabalhadores.

¹⁰⁹ A indústria Camilotti Camidoor, instalada nos anos 1950, era uma sobrevivente das antigas madeireiras e já nesta década de 1990, comercializava seus produtos para todos os Estados Brasileiros, exceto os da Região Norte do país, neste período iniciou suas primeiras experiências na exportação de seu produto.

Cidades da Rede	1990		Comer.		Serv.		1995		Comer.		Serv.		2000		Comer.		Serv.	
	Indus. Estab.	Indus. Ocup.	Estab.	Ocup.	Estab.	Ocup.	Estab.	Ocup.	Estab.	Ocup.	Estab.	Ocup.	Estab.	Ocup.	Estab.	Ocup.	Estab.	Ocup.
Francisco Beltrão	175	3452	254	1884	230	1624	269	3809	396	1864	353	3246	284	3679	534	2.186	482	4.119
Ampere	22	400	38	92	16	342	36	1041	44	109	32	381	50	1974	77	203	36	365
Barracão	9	30	44	106	18	401	15	41	53	143	24	345	25	143	83	242	40	281
Boa Esper ^{ança} Iguaçú	0	0	0	0	0	0	1	0	3	17	2	76	3	11	5	11	1	74
Capanema	31	149	88	457	52	604	36	190	89	357	51	576	42	740	123	399	65	573
Cruzeiro do Iguaçú	0	0	0	0	0	0	0	0	4	22	3	110	8	90	9	17	6	100
Dois Vizinhos	62	2400	130	771	97	1079	98	1562	173	793	148	1115	102	2581	247	835	214	1.159
Enéas Marques	2	3	18	44	15	250	2	5	16	26	13	239	5	40	14	32	19	293
Flor da Serra do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	125	6	30	12	24	3	135
Itapejara d'Oeste	11	82	21	87	15	268	6	131	30	74	19	228	20	234	41	106	22	251
Marmeleiro	27	243	35	120	38	322	29	317	45	171	31	353	36	286	67	196	41	345
N ^{ova} Esperança SW	0	0	0	0	0	0	0	0	4	13	3	123	2	3	10	15	5	136
N ^{ova} Prata do Iguaçú	9	44	25	70	17	225	6	37	35	84	11	243	18	131	49	119	29	277
Perola d'Oeste	6	18	35	107	15	306	12	57	33	103	20	288	8	20	37	106	16	251
Pinhal de São Bento	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5	1	71	0	0	1	2	2	92
Planalto	8	34	33	148	23	308	16	67	38	157	15	388	19	139	60	176	24	347
Pranchita	10	51	17	59	9	224	13	46	22	63	22	263	15	97	47	100	27	363
Realeza	35	440	78	375	62	652	46	311	94	354	76	624	55	315	140	376	86	577
Renascença	9	199	14	36	17	156	5	85	15	64	11	201	12	103	27	56	20	173
Salgado Filho	7	20	14	24	5	242	8	20	20	36	6	218	6	38	24	67	12	284
Salto do Lontra	13	31	36	113	26	419	27	121	38	135	29	364	30	126	67	241	38	347
Santa Izabel do W	8	19	19	146	13	323	15	19	29	148	18	348	22	124	47	173	26	288
Santo Antônio do W	31	146	63	189	29	525	38	199	74	190	36	478	57	488	113	300	51	505
São Jorge d'Oeste	11	39	25	59	13	222	15	51	27	34	15	240	27	217	51	82	24	254
Verê	6	34	25	86	16	191	8	55	22	58	20	218	13	174	32	80	20	243
Total da Rede	492	7834	1012	4973	726	8683	701	8164	1308	5021	962	10861	865	11783	1917	6144	1309	11832

Quadro 9 – Pessoal Ocupado e Estabelecimentos por setores de atividades selecionados, na Rede de Francisco Beltrão (1990-2000).

Fonte: IBGE, 2000b; RAIS, 1990, 1995, 2000.

Org.: CASARIL, C. C., 2014.

Dois Vizinhos como segunda cidade mais dinâmica da rede urbana, também apresentou um dado interessante, somando um saldo positivo de 36 novas unidades industriais entre 1990 e 1995, porém o número de empregos decaiu vertiginosamente, perdendo 838 postos de trabalho. Mas, entre 1995-2000, os empregos voltam a se elevar, neste período surgiram 1019 novas vagas fabris e somente 4 estabelecimentos. Portanto, em uma década observamos que Dois Vizinhos se comportou de forma cíclica em relação ao declínio e expansão das vagas industriais, comportamento este relacionado com a economia nacional que durante todas as problemáticas do primeiro período dos anos 1990, com queda presidencial, abertura de mercado, desafio de implantar uma nova moeda, o fraco desempenho da economia e o aprendizado do empresário nacional em competir com a invasão dos produtos importados etc.

Nos anos 1990, surgiram indústrias expressivas em Dois Vizinhos, como a Kucmaq instalada em 1993 e a Sulmetal instalada em 1994. Estas duas empresas nasceram estimuladas pela indústria avícola presente nos centros da rede de Francisco Beltrão e, presentes na região Sudoeste paranaense e Oeste catarinense. A Kucmaq, tem sua gênese em 1993, pelas mãos de dois irmãos que eram operários da Sadia (Dois Vizinhos) e a partir de seus conhecimentos adquiridos pelo ofício na mecânica industrial, resolveram fundar uma empresa, com o objetivo de prestar serviços para indústrias (terceirizados) e, também, de produzir algumas pequenas máquinas e equipamentos para frigoríficos. Nesta década, a Kucmaq (e a Sulmetal) adquiria sua matéria-prima, sobretudo, de Curitiba e São Paulo e a comercialização de seus produtos e serviços se concentravam nos centros da região Sudoeste do PR, para os frigoríficos de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Capanema, Pato Branco e para o Oeste catarinense, principalmente Concórdia.

Já, a empresa Sulmetal, como relatamos, nasceu em 1994, em Dois Vizinhos e, possui uma gênese próxima a da empresa Kucmaq, pois também foi criada a partir de dois ex-operários de mecânica industrial da Sadia, com os mesmos objetivos da empresa anterior (fabricar máquinas para indústrias avícolas e prestar serviços de manutenção)¹¹⁰. Portanto, estas duas empresas são concorrentes entre si e prestam serviços para as mesmas empresas.

Santo Antônio do Sudoeste expandiu o número de seus estabelecimentos industriais e o de operários, sobretudo, entre 1995 e 2000, onde somaram-se mais 19 unidades industriais e 289 novas vagas

¹¹⁰ Foi um momento, em que a Sadia e outras empresas avícolas, passaram a terceirizar parte das manutenções de suas máquinas.

de trabalho. Entre as empresas que se instalaram nos anos 1990 temos, a Traymon Confeções¹¹¹ que teve sua gênese motivada pela possibilidade de exportar seus produtos para os países vizinhos, pois a mesma localiza-se em um centro que faz divisa com Argentina. Esta empresa iniciou suas atividades em uma área de 100 m², com 15 operários e, atualmente possui um parque fabril de 4.500 m² e gera 320 empregos diretos, produzindo cerca de 30 mil peças por mês de roupas masculinas, sobretudo, calças e bermudas (FLORES, 2009).

Ampére ampliou seu número de vagas de empregos industriais, entre os anos 1990 e 2000, passando de 22 estabelecimentos e 400 empregos em 1990, para 36 estabelecimentos e 1041 postos de trabalho, em 1995 e a expansão continuou, até atingir a cifra de 50 unidades fabris e 1974 empregos no ano 2000.

Ampére¹¹², despontou nesse período, pela força do empresariado local, que a partir de empréstimos, poupança familiar, entre outros, investiu no setor produtivo, com destaque para o segmento moveleiro e de confeções. Entre outras empresas, nascidas na década de 1990, nesse centro urbano, destacam-se: a GhelPlus Inox, fundada em 15 de julho de 1990 (figura 18), produzindo inicialmente pias de aço de inox e alumínio. Atualmente, a empresa possui máquinas com tecnologia de ponta.

¹¹¹ A Traymon (Razão social: Traiano Multi Griffes Ltda.) nasceu pelas mãos do empresário e Deputado Estadual (PSDB-PR) Ademar Traiano, sendo que, atualmente a maior parte desta empresa, pertence ao Grupo Memberg.

¹¹² Segundo informações repassadas em trabalho de campo, verificamos que, nos anos 1990, a Krindges era outra empresa de Ampére que possuía forte dinâmica, até porque, foi a partir dessa década que a empresa iniciou o processo de exportações de seus produtos, sobretudo para países da América do Sul. Destacando que, em 1989, o Sr. Jorge Krindges e seu sogro Alci Honório Fistarol, fundaram a indústria “Aicone” que, iniciou com 15 operários e com uma produção de roupas masculinas de 3.000 peças por mês. Em 1998, estas duas empresas a Aicone (455 funcionários) e a Krindges (645 funcionários) realizaram a fusão das mesmas, visando aumentar a competitividade, modificando assim, sua razão social para Krindges Industrial Ltda.



Figura 18 – O início Ghelplus Inox em 1990 e a Máquina de corte a laser

Fonte: <http://www.ghelplus.com.br/>

Obs.: duas figuras que contrapõe o período inicial, artesanal da empresa, com sua fase atual, mais tecnológica.

A empresa GhelPlus, montou no final dos anos 1990, uma frota própria de caminhões, para realizar suas entregas. Nesse período, a empresa comercializava seus produtos para centros urbanos da região Sul e do Estado de São Paulo.

Outra indústria instalada em Ampére nos anos 1990 foi a GAAM Indústria e Comércio de Móveis Ltda. (figura 19), fundada em 1995. A empresa produz, gabinetes, pias, cubas e balcões para cozinhas. Já, no final dos anos 1990, a empresa adquiriu sua frota de caminhões para realizar entregas próprias e para manter um cuidado maior com os

produtos em seus deslocamentos, que empresas terceirizadas, não realizavam. Durante esta década, a empresa comercializava seus produtos, principalmente para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, sempre através de representantes comerciais.



Figura 19 - Centro industrial da Gaam, em Ampére

Fonte: <http://www.gaam.com.br/>

Outra empresa do setor moveleiro instalada em Ampére em 1990, e que contribuiu para que este centro ampliasse seus empregos produtivos, foi a Indústria de Móveis Simosul Ltda., que segundo o diretor-geral e proprietário Ivan Simonetto, iniciou produzindo móveis populares e comercializando com centros da região Sul e São Paulo. E, a partir do ano 2000, passou a produzir móveis planejados, criando assim, a marca Simonetto Design, ampliando sua área de comercialização em lojas multimarcas e, em 2010 inaugurou sua primeira loja exclusiva em Francisco Beltrão.

Para finalizar, não podemos esquecer da Indústria de Móveis Notável Ltda., que iniciou suas atividades, em 1996. Esta, entre outras indústrias, foram as responsáveis por fazer, com que, este centro urbano tenha ampliado o número de seus estabelecimentos e empregos produtivos, sempre a partir de capital local, o que demonstra a força desses empreendedores.

A Indústria de Móveis Notável, iniciou suas atividades em 1996, com a produção de racks e estantes em laminado de madeira, contando com apenas cinco funcionários e com capacidade para produzir 150 peças por mês. E, até 2003, a empresa atuava somente no mercado nacional, sobretudo nos centros urbanos da região Sul e dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, onde sua comercialização se dava a partir de representantes comerciais.

A cidade de Marmeleiro, possuía em 1990, 27 estabelecimentos industriais e 243 empregos, em 1995, eram 29 estabelecimentos e 317

operários, já em 2000, os estabelecimentos aumentaram em relação a 1995 em 7 unidades, porém o número de empregos diminuiu em 31 postos de trabalho. Destacavam-se em maior número as indústrias do setor de confecções, porém a empresa M.T.A. do setor de alumínio, possui forte dinâmica. Essa empresa instalou-se inicialmente na rede em 1992, em Francisco Beltrão, mas logo se mudou para Marmeleiro, a empresa iniciou suas atividades com capital próprio de R\$ 20.000,00 e sem ajuda do poder público. Vale destacar que, o proprietário da MTA, o Sr. Antônio Frozza, atuava antes como representante comercial de empresas do mesmo setor, o que por sua vez, lhe permitiu conhecer bem seu mercado consumidor atual e as necessidades do mesmo. Atualmente encaminha grande parte de suas produções para a América Latina, especialmente para a Argentina. Em sua dinâmica, a MTA enfrentou alguns períodos de crise, a principal, no final dos anos 1990, quando a Argentina seu principal mercado, passou por uma grande crise. Mas, como veremos no próximo capítulo, a MTA, por meio de uma inovação tecnológica própria em 2010 gerou um período de crescimento significativo.

Para ampliar a análise, incluímos os dados do PIB dos centros da rede de Francisco Beltrão no quadro 10. Neste, verificamos o PIB por setores (Indústria, Agropecuária, Serviços e Comércio e o Total), para os anos de 1985, 1996 e 2000¹¹³.

Ao analisarmos a totalidade do PIB para a Rede, verificamos que, em 1985 o setor agropecuário respondia como o de maior volume, porém o mesmo entre 1985 e 2000 apresentou considerável queda, ficando na segunda colocação entre os setores analisados. O PIB do setor industrial para a rede entre 1985 e 2000 diminuiu seu valor e se mantém na última colocação dos três setores analisados.

¹¹³ Vale a pena mencionar que, o IBGE não disponibilizou os dados do PIB Municipal para os anos de 1990 e 1995, como de praxe vinha ocorrendo quinquenalmente, desde 1970.

Cidades da Rede de Francisco Beltrão	PIB Indústria			PIB Comércio e Serviços			PIB Agropecuária			PIB Total *		
	1.985	1.996	2.000	1.985	1.996	2.000	1.985	1.996	2.000	1.985	1.996	2.000
Francisco Beltrão	134.755,43	89.811,81	89.885,09	117.194,05	150.446,33	202.478,85	51.599,86	73.684,15	31.779,00	303.549,35	313.942,29	354.317,17
Ampére	2.810,90	13.673,54	16.353,74	13.101,47	11.924,65	30.997,08	34.677,92	14.479,73	12.371,68	50.590,30	40.077,93	65.097,18
Barracão	1.385,61	6.405,60	2.786,01	10.441,33	31.064,46	18.896,29	19.543,12	13.376,95	6.264,06	31.370,05	50.847,01	30.453,73
Boa Esp. Iguaçu		151,52	658,70		4.413,20	5.365,07		8.693,10	7.030,06		13.257,83	13.491,83
Capanema		1.323,06	13.902,00		28.186,99	44.614,02		41.020,75	23.233,83		70.530,80	87.617,38
Cruzeiro do Iguaçu		109,03	1.701,49		4.240,17	17.512,28		8.836,16	6.693,42		13.185,36	26.585,83
Dois Vizinhos	95.518,46	89.357,02	78.177,76	48.684,16	49.033,13	93.477,69	62.823,57	35.592,06	20.995,98	207.026,18	173.982,21	208.240,46
Enéas Marques	1.025,03	366,87	3.474,27	9.914,74	5.857,23	10.725,65	23.685,18	9.547,53	7.949,12	34.624,95	15.771,62	23.255,41
Flor da Serra Sul		106,35	1.206,60		4.240,74	10.962,26		18.541,56	9.260,68		22.888,66	22.128,12
Itapejara d'Oeste		2.394,61	6.753,90		10.284,31	19.676,27		20.188,06	13.432,18		32.866,98	42.802,18
Marmeleiro	7.173,98	1.862,25	4.955,18	32.275,28	17.531,28	25.868,31	27.969,47	20.596,60	13.801,94	67.418,72	39.990,13	47.381,46
Nova E. do SW		78,83	1.067,72		4.231,90	7.190,83		23.332,38	7.567,59		27.643,10	16.378,37
Nova P. do Iguaçu		421,38	2.923,03		681.710,08	18.146,03		24.267,33	17.374,23		706.398,79	40.284,11
Pérola d'Oeste		291,87	1.608,86		9.006,02	13.223,36		20.308,46	11.387,92		29.606,35	27.360,43
Pinhal de S. Bento		38,17	486,92		1.951,54	3.480,85		3.397,50	3.523,99		5.387,21	7.729,44
Planalto		576,43	3.929,30		11.088,37	27.412,10		31.425,19	17.645,44		43.089,99	52.922,54
Pranchita		466,91	1.762,22		6.881,31	15.385,77		14.069,64	14.136,79		21.417,86	33.220,84
Realeza	9.170,08	3.902,47	7.742,39	22.370,05	24.816,20	42.079,75	34.996,43	23.392,02	19.475,13	66.536,56	52.110,69	74.440,61
Renasçença	3.467,69	3.254,17	2.408,38	12.336,43	5.320,92	23.280,63	26.356,81	22.157,57	23.899,93	42.160,92	30.732,66	53.124,22
Salgado Filho	1.042,96	291,56	1.202,60	9.706,78	7.469,90	8.668,59	28.420,10	22.834,35	6.493,88	39.169,85	30.595,81	17.210,26
Salto do Lontra	1.795,52	5.674,81	3.294,91	14.110,75	13.242,66	21.087,52	25.712,04	21.976,08	12.942,63	41.618,30	40.893,54	39.398,28
Santa Izabel W	1.946,42	28.602,47	3.032,64	17.056,95	14.156,31	25.304,80	33.322,23	19.480,66	16.372,09	52.325,61	62.239,43	47.654,22
Santo A ^{ma} . do SW	4.015,79	3.039,28	6.892,74	27.438,72	18.398,95	30.553,56	44.489,13	30.521,71	13.984,20	75.943,63	51.959,94	55.927,29
São Jorge d'Oeste	2.416,70	827,01	2.863,19	14.390,04	6.722,56	18.078,20	28.940,17	19.290,24	12.502,54	45.746,92	26.839,81	35.104,71
Verê	1.965,40	416,46	3.074,74	10.501,08	6.338,27	15.587,83	25.725,68	21.869,01	14.563,41	38.192,16	28.623,74	35.171,61
Total da Rede	268.490,0	253.443,5	262.144,4	359.521,8	1.128.557,5	750.053,6	468.261,7	562.878,8	344.681,7	1.096.273,5	1.944.879,8	1.457.297,7
Total Paraná	17.780.745	16.616.457	17.727.364	23.474.275	32.142.324	37.361.299	11.380.727	7.813.932	5.492.923	52.485.081	56.570.561	69.130.749

Quadro 10 – PIB dos centros da Rede de Francisco Beltrão – 1985-1996-2000

Fonte: IBGE, 1987, 2000; <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C. C., 2013.

Obs.: para o ano de 1985 utilizou-se o REGIC publicado em 1987 para compor a rede de Francisco Beltrão e, para 1996 e 2000 utilizou-se o REGIC publicado em 2000. A diferença entre estes REGICs foi o retorno para a rede dos centros de Capanema, Pérola d'Oeste e Planalto, somada a entrada na rede de 8 centros urbanos (Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Itapejara do Oeste, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento e Pranchita). **Obs.:** * No PIB total está incluso o PIB Municipal dos Impostos sobre os produtos. **Obs.:** O PIB do setor terciário de 1996 de Nova Prata do Iguaçu está com problemas.

Em 1996 o setor terciário (comércio e serviços) atinge a primeira colocação na rede, posição que sustenta em 2000, destacando que, em relação aos valores totais obtidos, verificamos que, o único setor analisado que conquista aumento em seu PIB, entre 1985 e 2000 é o setor terciário que obteve 208,63% de saldo positivo. A explicação para este fato está no aumento das taxas de urbanização, no aumento das atividades urbanas durante os anos 1990, onde o setor terciário se torna o maior empregador, este ampliou o número de seus estabelecimentos e empregos entre 1990 e 2000 em 1838 unidades e 4320 ocupações (mesmo com empregos mal remunerados).

Em relação ao centro de Francisco Beltrão, verificamos que o PIB industrial em 1985 representava 44,39%, o terciário somava 38,61% e o agropecuário contabilizava 17%. Assim, o setor industrial era o maior gerador de riquezas, mas a partir das informações de 1996, verificamos que o PIB do setor industrial recuou para 28,61%. Já o PIB do setor terciário ganhou relevância e atingiu 47,92% e o da agropecuária também aumentou, atingindo 23,47%. Em 2000, o PIB de Francisco Beltrão era apresentado primeiramente pelo setor terciário que atingiu 57,15%, na sequência apareciam com 25,37% e 8,97%, os setores industrial e agropecuário, respectivamente. Essa mudança demonstra uma transformação na rede, que por sua vez, apresentou uma maior dinâmica urbana a partir dos anos 2000, onde o setor agropecuário, mesmo sendo muito forte passou a não ser mais tão importante para a geração de riquezas, quanto o era em décadas anteriores. O que significa que, o complexo rural já se rompeu e as indústrias, somadas ao setor de comércio e serviços se fortaleceram e, atualmente, são os maiores geradores de postos de trabalho, renda e impostos.

Em Dois Vizinhos, o segundo centro mais forte da rede em 1985, o PIB industrial representava 46,14%, seguindo de 23,52% e 30,35% do setor terciário e agropecuário, respectivamente. Em 1996 o setor industrial continuou como o maior PIB, com 51,36%, na sequência apareciam o setor terciário com 28,18% e o e agropecuário com 20,46%. Já no ano 2000, o setor industrial perde força e diminui seu PIB para 37,54% e, o PIB do setor terciário assume como o de maior poder, com 44,89% e o setor agropecuário recua para 10,08%.

No que diz respeito, aos 25 centros da rede, em 1996, tínhamos apenas quatro cidades com maior PIB no setor terciário (Francisco Beltrão, Barracão, Nova Prata do Iguazu e Realeza) e, dois centros com maior PIB no setor industrial (Dois Vizinhos e Santa Izabel do Oeste), no restante dos centros o setor agropecuário imperava.

Uma mudança grande ocorre no ano 2000 e do total dos 25 centros da rede, tínhamos somente, quatro cidades, Boa Esperança do Iguçu, Nova Esperança do Sudoeste, Pinhal de São Bento e Renascença¹¹⁴ que possuíam seu maior PIB no setor agropecuário, os demais centros possuíam o maior PIB no setor terciário. Esta dinâmica como já enfatizamos para os centros de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, veem caminhando para representar a totalidade dos centros da rede, fato este trazido pelo aprofundar da urbanização e industrialização.

Nesse setor terciário (e industrial), uma empresa forte do setor de TI – Tecnologia da Informação é a CISS¹¹⁵ criada em 1989 na cidade de Dois Vizinhos, pelo Sr. Gilson Tedesco, uma empresa inicialmente projetada para fornecer soluções inovadoras em software e serviços para gestão do setor varejista.

Durante os anos 1990, esta empresa apresentou um grande crescimento. Em 1995, entre sua gama de produtos, oferecia soluções para atacadistas, supermercadistas, lojas de materiais de construções, madeireiras, farmácias, autopeças, empresas agroindustriais, lojas e indústrias de confecções, indústrias avícolas, entre outros. Em 1998, a CISS se reestruturou e passou a atender, somente os segmentos de supermercados e lojas de materiais de construção. Uma mudança muito positiva, pois atualmente, a empresa é referencia nacional, como fornecedora de software de gestão. Nessa década, a empresa atuava na região Sul e no Estado de São Paulo.

Conforme dados apresentados em anexo, todos os centros da rede possuíam o maior número de empregos no setor terciário, exceto Ampére e Dois Vizinhos, o primeiro, em 1995 somava, 1041 empregos produtivos (112,45% a mais de empregos que o setor terciário) e, no ano 2000, contabilizou 1974 empregos produtivos (247,54% a mais de empregos que o setor terciário). Dois Vizinhos, também, foi outro centro da rede que possuía maior número de empregos do setor produtivo, onde em 1990, somava 2400 operários (550, ou 29,73% empregos a mais que o setor terciário); em 1995, ocorre uma inversão, a partir da diminuição

¹¹⁴ O PIB agropecuário de Renascença representava 44,99% do PIB municipal e o PIB terciário somava 43,82%, portanto, muito próximos um do outro, o que por sua vez, dava indícios de que nos próximos anos o PIB terciário ganharia proeminência.

¹¹⁵ Na verdade, esta empresa pertence ao setor industrial, como fabricante de software e também ao setor terciário, pois comercializa e presta serviços e assistências técnicas aos seus clientes.

de 838 empregos industriais¹¹⁶, já o setor terciário que aumentara apenas 58 empregos, somava 346, ou 22,15% de empregos a mais que o setor industrial. No ano de 2000, os empregos industriais aumentaram 1019 ocupações, somando assim, 587, ou 29,44% a mais de ocupações que o setor terciário.

Em relação aos centros da rede de Francisco Beltrão, verificamos que, em 1990, os estabelecimentos do setor terciário somavam 971 unidades (332,85%) a mais que os estabelecimentos industriais; em 1995, esse número se ampliou para 1567 estabelecimentos (323,54%) a mais que os industriais; e, no ano 2000, os estabelecimentos aumentaram para 2366 estabelecimentos (375,12%) a mais que o industrial. Assim, verificamos que os estabelecimentos comerciais e de serviços, foram gradativamente aumentando em relação aos industriais.

Já em relação ao número de ocupações, verificamos que em 1990, os empregos terciários somavam 6200 empregos (ou 83,15%) a mais que o setor industrial. Em 1995, os empregos terciários possuíam 7718 ocupações (94,54%) a mais que o setor produtivo. E, em 2000, somavam 6193 (52,56%) de ocupações a mais que o industrial. Deste modo, podemos perceber que os empregos do setor terciário, mesmo sendo em maior número, vão diminuindo sua força em relação às ocupações industriais. Deste modo, podemos dizer que, os estabelecimentos terciários foram ganhando força em relação às unidades produtivas, porém o número de ocupações do terciário foi perdendo força em relação às industriais, ou seja, os empregos produtivos foram ganhando impulso, demonstrando a forte dinâmica industrial da rede.

O gráfico 9, demonstra que os principais segmentos produtivos que aumentaram em número de unidades entre 1990 e 2000 (retirando o setor da construção civil), foram, em especial, os segmentos da madeira e mobiliário, que passaram de 120 para 179 unidades (em Francisco Beltrão, este segmento aumentou de 44 para 51 unidades; Dois

¹¹⁶ Entre 1990 e 1995, ocorreram dificuldades para a indústria brasileira, ligadas a crise dos Plano Collor I e II, abertura de mercado (as indústrias nacionais foram forçadas a apreender a competir com as empresas estrangeiras, o que inicialmente foi complicado para muitas (processos de fusão e aquisição), mas em um período mais amplo foi de grande valia, pois fez muitas empresas nacionais investirem em tecnologia e se dinamizarem, acompanhando o ritmo das empresas estrangeiras) e o início do Plano Real (supervalorização da moeda nacional frente ao dólar e, sobretudo no governo FHC, geração mínima de empregos, aumento do desemprego e da dívida pública interna).

Vizinhos, reduziu de 10 para 7; Ampére, passou de 6 para 21 e; Marmeleiro passou de 10 para 14 estabelecimentos); o setor têxtil, apresentou um grande aumento, de praticamente 100%, passado de 64 para 121 estabelecimentos (em Francisco Beltrão, este setor passou de 28 para 31, em Santo Antônio do Sudoeste de 6 para 21); em relação ao setor de alimentos e bebidas, verificamos que este aumentou o número de seus estabelecimentos em 300%, passando de 38 para 113 unidades (Francisco Beltrão aumentou os estabelecimentos desse setor de 19 para 33 e Dois Vizinhos de 7 para 15), já a indústria metalúrgica, aumentou o número de seus estabelecimentos de 36 para 88 unidades (os centros com maior quantidade de estabelecimentos foram: Francisco Beltrão, que passou de 16 para 29 e Dois Vizinhos de 5 para 10).

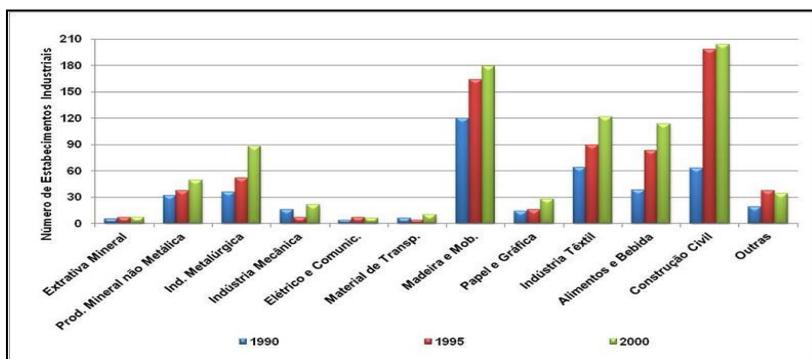


Gráfico 9 – Número de Estabelecimentos Produtivos na Rede (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 1987, 2000; RAIS-MTE, 1990; 1995; 2000.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Mesmo verificando um aumento gradativo do número de estabelecimentos produtivos na década de 1990, em, nossas conversas durante os trabalhos de campo nos centros da rede, percebemos que muitas empresas encerram suas atividades, sobretudo, nos dois primeiros quartéis dos anos 1990, encerramento esse provocado pela crise e abertura de mercado, o que acirrou a competição das nossas indústrias, com as empresas estrangeiras. A exemplo, das indústrias de confecções (SINVEPAR, 2005), que começaram a enfrentar os produtos chineses e coreanos que se inseriram no mercado nacional com preços muito abaixo dos que eram praticados no país. Essas e outras, passaram por um processo de reestruturação que, como já mencionamos, levou ao fechamento de muitas empresas. Porém, se muitas foram

encerrando suas atividades devido à crise, muitas também devido a crise foram sendo instaladas nos centros da rede, com destaque para aquelas que surgiram através dos trabalhadores que haviam sido demitidos e que, por possuírem noções do segmento industrial, iniciaram seus negócios, visando resistirem ao período de crise (particularidade essa, também, ocorrida em outras regiões brasileiras, como o vale do Itajaí, noroeste do Paraná etc.).

O gráfico 10, nos mostra que os empregos do setor produtivo entre 1990 e 2000, estavam concentrados nos segmentos de Alimentos e bebidas, que passou de 3649 para 4092 (12,14% de aumento); Têxtil, que aumentou de 711 empregos para 3156 (343,88%); Madeira e mobiliário, que apesar de ter apresentado um saldo negativo, continuou sendo um segmento gerador de muitos empregos, este possuía 2034 empregos em 1990 e passou para 1908 no ano de 2000 (uma redução de 6,60%).

Estes três segmentos industriais são os principais geradores de empregos nos centros da rede, somando, em 2000, 9156 empregos, ou 77,70% do número total de empregos produtivos gerados na rede.

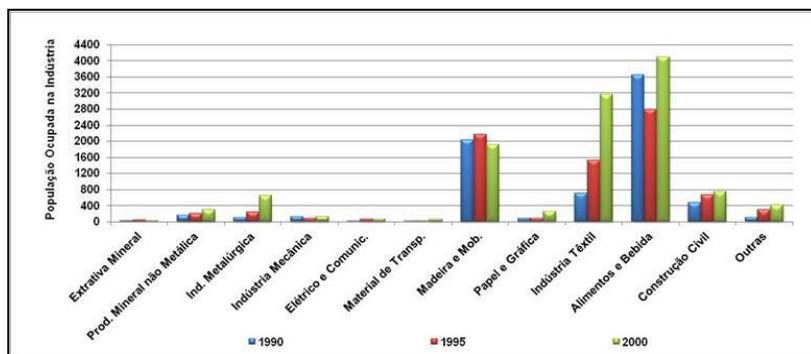


Gráfico 10 – Número de Ocupações do setor produtivo na Rede (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 1987, 2000; RAIS-MTE, 1990; 1995; 2000.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Os centros da rede urbana, contabilizavam, em 1990, um total de 417 estabelecimentos industriais (com destaque para o segmento da Madeira e mobiliário com 28,78%; Têxtil com 15,35% e Construção civil 15,11%) e, em 2000, o número desses estabelecimentos saltaram, para 860 unidades industriais (com ênfase para os segmentos da

Construção civil, 23,72%; Madeira e mobiliário, 20,81%; Têxtil, 14,07% e Alimentos e bebidas, 13,14%).

Em 1990, o setor industrial gerou 7456 empregos na rede (destacando-se os segmentos, Alimentos e bebidas, com 48,94%; Madeira e mobiliário, 27,28% e Têxtil, 9,54%) e, em 2000, esse setor gerou 11783 empregos produtivos na rede (sobretudo, para os setores de Alimentos e bebidas, com 34,73%; Têxtil, com 26,19% e Madeira e mobiliário, 16,19%).

A maior concentração de empregos produtivos na rede estavam nos centros de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Ampére, sobretudo, por possuírem empresas de maior porte, como por exemplo, no primeiro centro, Sadia, Camilotti Camidoor, Raffer, Marel, Flessak, Gralha Azul entre outras, no segundo centro, encontrávamos em especial a Sadia, Latreille Jeans e a Pluma Agro Avícola e, em Ampére, achávamos a Krindges.

Em 1990, Francisco Beltrão, contabilizou 3452 empregos produtivos (Alimentos e bebidas, com 41,45%; Madeira e mobiliário, 38,01% e Têxtil, 5,19%) e, em 2000, os empregos aumentaram para 3679 ocupações (Alimentos e bebidas, com 35,80%; Madeira e mobiliário, 23,95% e Têxtil, 12,91%).

Dois Vizinhos, em 1990, gerava, 2400 empregos (Alimentos e bebidas, com 88,25%; têxtil, 3,08% e Construção civil, 2,79%) e, em 2000, contabilizavam 2581 empregos produtivos (Alimentos e bebidas, com 64,35%; Têxtil, 14,14% e Construção civil, 5,58%).

Em Ampére, no ano de 1990, foram gerados 400 ocupações (sobretudo, no segmento Têxtil, com 87,50%; Madeira e mobiliário, 10,50%) e, em 2000, os empregos aumentaram para 1974 ocupações industriais (Têxtil, 67,93% e Madeira e mobiliário, 19,81%, assim, podemos verificar que este último setor ampliou a geração de empregos em relação ao setor de confecções, ou seja, as indústrias moveleiras começam a ganhar destaque nessa década em Ampére).

Assim, podemos verificar que estes três centros da rede urbana de Francisco Beltrão, são responsáveis por gerarem 6252, ou 83,85% dos empregos produtivos em 1990 e, 8234, ou 69,88% dos empregos industriais em 2000. Assim, estes eram os três principais centros industriais da rede. Destacando que, se incluíssemos Realeza e Santo Antônio do Sudoeste, teríamos, em 1990, 6838, ou 91,71% dos empregos e, em 2000, 9037, ou 76,70% dos empregos produtivos da rede, o que representa uma grande concentração, mesmo com uma pequena redução no ano 2000.

Em relação ao setor terciário, verificamos a partir do gráfico 11, que o total desses estabelecimentos na rede em 1990, somavam 1388 (destacando os segmentos, Comércio varejista, com 48,05% e Alojamento e comunicação, 16,14%) e, em 2000, contabilizavam 3226 estabelecimentos (Comércio varejista, com 53,56% e Alojamento e comunicação, 13,33%).

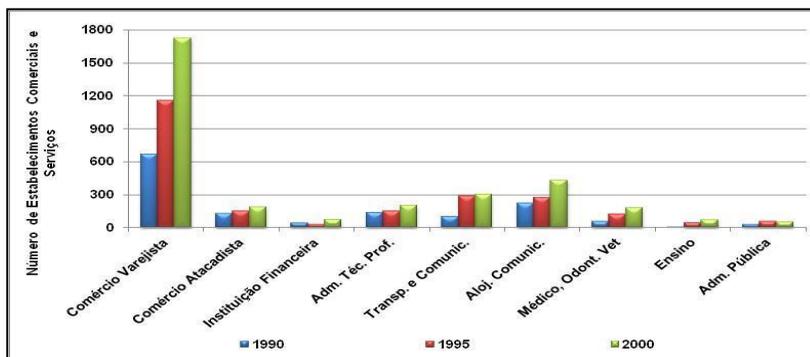


Gráfico 11 – Estabelecimentos comerciais e serviços na Rede (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 1987, 2000; RAIS-MTE, 1990; 1995; 2000.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Os empregos do setor terciário na rede em 1990, somaram, 10.793 ocupações e a partir do gráfico 12, podemos verificar que os segmentos da administração pública, somaram 33,07%; o de comércio varejista, 29,58% e o de alojamento e comunicação, apresentaram 8,42% dos empregos e, em 2000, as ocupações na rede contabilizaram, 17.976 empregos, sendo que, a administração pública, galgou 34,77% dos estabelecimentos; o comércio varejista, 28,98% e o de alojamento e comunicação, somou 12,07%. Assim, verificamos que o único dos três principais segmentos que perdeu porcentagens de ocupações, mesmo que mínimas, foi o setor de comércio varejista e o número total de empregos gerados na rede pelo setor terciário, entre 1990 e 2000 obteve um saldo positivo de 7.183, ou 60,04% de ocupações.

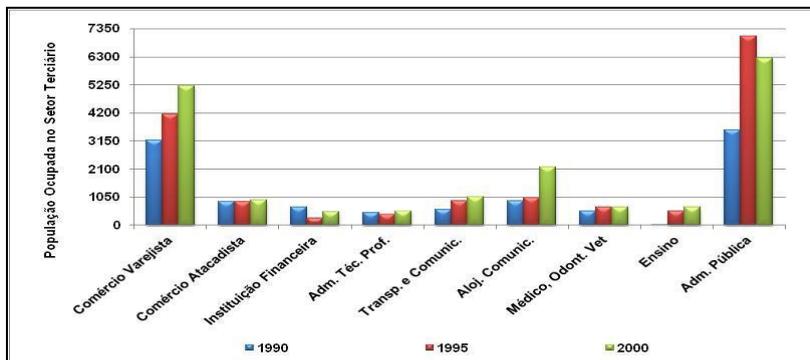


Gráfico 12 – População ocupada do setor terciário na Rede (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 1987, 2000; RAIS-MTE, 1990; 1995; 2000.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Em 1990, Francisco Beltrão, somava 3508 empregos do setor terciário (com destaque para, Comércio varejista, com 49,34% e Alojamento e comunicação, 13,97%) e, em 2000, contabilizou 6305 ocupações (Comércio varejista com 30,50%; Administração Pública, 20,42% e Alojamento e comunicação com 18,45%).

Em Dois Vizinhos, os empregos no setor terciário em 1990, somou 1850 ocupações e, em 2000, contabilizou 1994 empregos. Em Realeza, os empregos desse setor em 1990, contabilizaram 1027 ocupações e, em 2000, somaram 953 empregos. Já, em Santo Antônio do Sudoeste, os empregos em 1990, somaram 714 ocupações e, 2000, somaram 805 empregos.

Estes quatro centros somaram juntos em 1990, 7099, ou 65,77% dos empregos e, em 2000, somaram 10057, ou 55,95% das ocupações do setor terciário da rede.

Em relação à dinâmica da agropecuária na rede, verificamos a partir do quadro 11, o número de estabelecimentos e pessoas ocupadas na agropecuária nos municípios da rede de Francisco Beltrão entre o período de 1990 e 2000. Destacando que, estes dados foram obtidos através da RAIS do MTE - Ministério de Trabalho e Emprego, cuja metodologia consiste em contabilizar o número total de estabelecimentos dos diversos setores e o número de empregos formais, outro dado importante é que, os empresários são responsáveis por repassarem estes dados ao MTE, ou seja, os estabelecimentos agropecuários que não contam com trabalhadores registrados

formalmente pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho ficam de fora das estatísticas.

Cidades da Rede	1990		1995		2000	
	Agropecuária Estab.	Ocup.	Agropecuária Estab.	Ocup.	Agropecuária Estab.	Ocup.
Francisco Beltrão	22	122	83	377	81	348
Ampere	0	0	19	29	11	23
Barracão	1	2	5	5	5	10
Boa Esperança do Iguaçu			1	1	1	1
Capanema			12	25	19	98
Cruzeiro do Iguaçu			5	6	6	14
Dois Vizinhos	4	388	42	85	43	79
Enéas Marques	1	1	14	18	16	73
Flor da Serra do Sul			2	10	3	5
Itapejara d'Oeste			25	83	25	67
Marmeleiro	5	38	36	137	26	59
Nova Esperança do Sudoeste			4	47	4	4
Nova Prata do Iguaçu			18	24	15	19
Perola d'Oeste			3	3	6	19
Pinhal de São Bento			0	0	1	2
Planalto			4	6	15	42
Pranchita			31	43	28	55
Realeza	1	13	44	73	34	68
Renascença	0	0	42	232	38	83
Salgado Filho	0	0	3	4	7	12
Salto do Lontra	2	2	9	13	9	13
Santa Izabel do Oeste	2	11	18	34	21	35
Santo Antônio do Sudoeste	5	136	12	123	15	176
São Jorge Doeste	5	14	33	48	28	44
Verê	1	3	16	17	14	25
Total da Rede	49	730	481	1443	471	1374

Quadro 11 – Pessoal Ocupado e Estabelecimentos na Agropecuária - Rede de Francisco Beltrão (1990-2000).

Fonte: IBGE, 2000b; RAIS, 1990, 1995, 2000.

Org.: CASARIL, C. C., 2014.

No quadro supracitado verificamos um exponencial aumento do número de estabelecimentos e de ocupações no setor agropecuário entre os anos 1990 e 1995 na rede de Francisco Beltrão, pois tivemos um aumento de 425 estabelecimentos e 696 pessoas ocupadas. Porém, na segunda metade dos anos 1990, verificamos um declínio tanto do número de estabelecimentos que diminuem em 10 unidades, quanto do número de ocupados que declinam em 69 vagas de trabalho. Portanto, se considerarmos estes dados, podemos afirmar que o setor rural gera poucas vagas de empregos formais, ou seja, a dinâmica da agricultura na

maior parte das pequenas propriedades rurais dos municípios da rede é responsável por gerarem trabalhos precários informais, principalmente naquelas onde ainda impera o trabalho intensivo em detrimento da tecnologia intensiva. Deste modo, podemos auferir que, os empregos formais são gerados nos estabelecimentos que mesmo pequenos, possuem intensidade de produção, intenso investimento por unidade de área, tecnologia, integração ao capital financeiro etc. Na rede podemos citar como exemplo o caso dos produtores de aves integrados, que mesmo com unidade de área reduzida, mas com capital intensivo alcançam grandes produtividades.

A seguir, realizaremos uma breve análise sobre a dinâmica da produção agropecuária e suas transformações ocorridas na rede, durante os anos 1990. Sempre pensando em suscitar a contribuição dada para a dinâmica da rede, principalmente, no que diz respeito, ao processo de industrialização.

Ao observarmos o Gráfico 13 verificamos que, no período entre 1990 a 2000 a produção de milho passou de 504.819 toneladas para 878.935 (t), portanto um aumento de 74,11%. No mesmo período a soja teve um aumento ainda mais significativo, passando de 151.087 (t) para 294.650 (t), um crescimento de 95,02%, portanto, foi nessa década que a produção de soja inicia um ciclo virtuoso de crescimento de sua produção e do valor de sua produção, impulsionada pela expansão de sua exportação, com destaque, da realizada pela COASUL. No entanto, entre as espécies cultivadas e aqui analisadas o milho ainda se destaca com a principal cultivar produzida na rede de Francisco Beltrão. Outros produtos também tiveram sua produção aumentada quando analisamos o mesmo período. A produção de feijão passou de 19.599 (t), em 1990, para 27.793 (t) em 2000, o que equivale a 41,80% e a mandioca aumentou sua quantidade produzida de 192.160 (t) para 246.790 (t), ou seja, 28,43%. As cultivares de fumo e uva tiveram um aumento de 200,59% e 281,81% respectivamente. A única cultura que retrocedeu a produção nesse período foi o trigo que saiu de 49.105 (t) em 1990 para 36.088 (t) em 2000, um decréscimo de 26,51%.

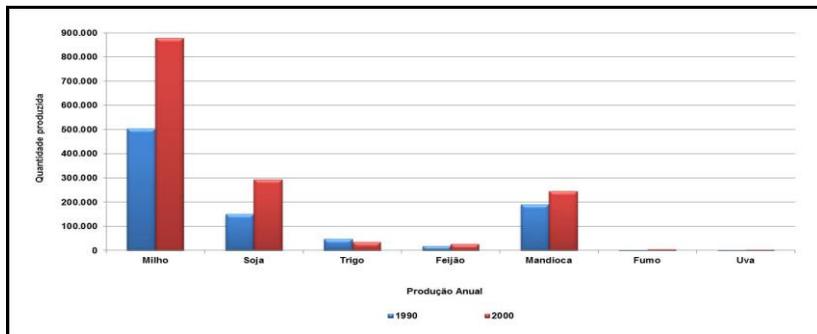


Gráfico 13 – Quantidade prod. de produtos selecionados (1990-2000).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

No gráfico 14, constatamos a evolução do valor da produção entre 1990 e 2000, para as cultivares selecionadas e, destas, verificamos que, a soja foi o grão que obteve a maior porcentagem de aumento no valor de sua produção, atingindo 128,15%, seguido pelo milho, com 47,98%. Verifica-se que, com exceção do trigo que teve uma diminuição na quantidade produzida (-26,51%) e, conseqüentemente diminuição no valor da produção (-61,87%), todas as cultivares obtiveram ganhos maiores em 2000, com destaque para uva cujo aumento foi de 2231,28% e fumo com 624,24%.

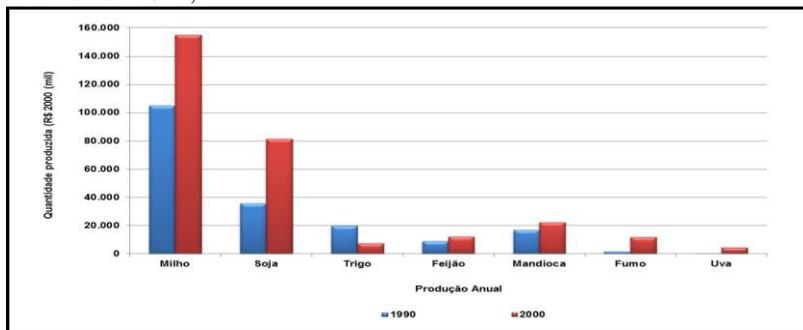


Gráfico 14 – Valor da Prod. dos produtos selecionados (1990-2000).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Conforme podemos observar no gráfico 15, houve um aumento do efetivo de algumas espécies de animais entre o período de 1990 a 2000. O efetivo de ovinos aumentou, atingindo 21.655, 23,31% acima

do registrado em 1990 que correspondia a 17.562. Os bovinos em 2000 atingiram 499.022 cabeças, 62,69% superior a 1990, quando era de 306.729. Um aumento bastante acentuado foi observado em relação ao efetivo de vacas ordenhadas que passou de 56.234, em 1990, para 157.392, em 2000, atingindo um aumento de 179,89%.

Nas demais espécies, observamos um decréscimo no período analisado. O mesmo pode ser observado em relação aos caprinos que teve um decréscimo em seu efetivo de 157,38%, saindo de 17.176 cabeças para 7.320, em 2000. Em relação ao número de equinos, verificamos que, os mesmos apresentaram uma leve queda (-9,1%) de seus efetivos, conforme verificamos no Gráfico 15¹¹⁷.

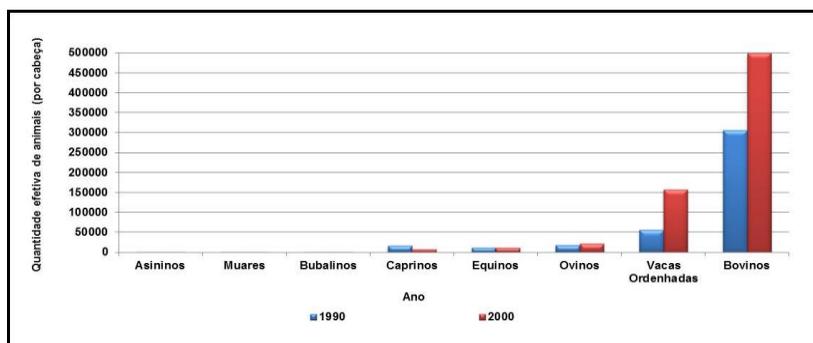


Gráfico 15 – Quantidade de efetivos selecionados (1990 - 2000).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Na suinocultura, o efetivo de suínos voltam a aumentar, estes que passaram por fortes diminuições, desde os anos 1970, aumentaram 127,61% passando de 222.846 cabeças, em 1990, para 507.213, em 2000 (gráfico 16) e na avicultura, os efetivos de aves também aumentaram, passando de 12.260.767, em 1990 para 19.326.166, em 2000, um incremento de 57,63%. Esse crescimento da produção pode estar relacionado ao aumento do consumo *per capita* no Brasil. Segundo dados da ABEF - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF, 2000) o consumo passou de 13,6 kg/hab. em 1990

¹¹⁷ Os asininos apresentaram um aumento bem modesto de 5% em seu efetivo que passou de 26 cabeças em 1990 para 31 em 2000. O efetivo de mueres apresentou um decréscimo de 664 cabeças, em 1990, para 243, em 2000, o que corresponde a 163,40%.

para 29,9 kg/hab. em 2000. Ainda segundo a ABEF, entre os fatores que alavancaram esse aumento, está a redistribuição de renda decorrente do programa de estabilização implantado em 1994, que permitiu maior acesso da população a alimentos mais ricos em proteínas.

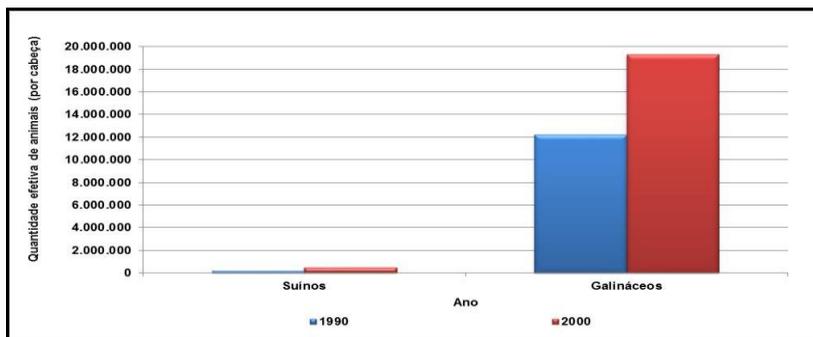


Gráfico 16 – Quantidade dos efetivos suínos e galináceos (1990 - 2010).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

A produção de leite aumentou de 73.882.000 litros em 1990 para 192.735.000 litros em 2000, ou seja, uma extraordinária expansão de 160,87% em dez anos (Gráfico 17), conseqüentemente, o valor da produção, aumentou em 45,30%. Esse desempenho favorável da produtividade, combinado com a expansão do número de vacas ordenhadas em 179,89% justifica o expressivo crescimento da produção de leite. Vale destacar que no período analisado, segundo o Iparde (2008), a Região Sudoeste do Paraná figurava como segunda bacia leiteira do Estado em termos de volume produzido. A produção de ovos também apresentou aumento, passando de 15.011.000 dúzias, em 1990 para 20.393.000 dúzias em 2000, um incremento de 35,85% e o valor da produção aumentou em 13,37%.

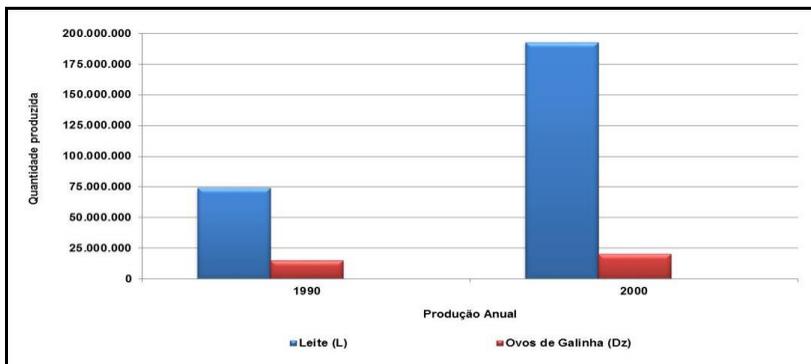


Gráfico 17 – Quantidade produzida de Leite e Ovos (1990-2000).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Através dos dados apresentados, verificamos que, o aumento dos efetivos e das produções, foram substanciais, sobretudo, no que diz respeito aqueles efetivos e cultivares solicitados pela industrialização dos centros da rede. A exemplo do aumento do número de vacas ordenadas, que atingiram um total de 157.392, em 2000, ou 179,89% de aumento em relação a 1990. Esse aumento promoveu também, uma elevação na quantidade de leite produzida, este como já demonstramos atingiu, em 2000, 192.735.000 litros, ou 160,87% de aumento em relação a 1990. Deste modo, podemos ver que, tanto os efetivos de vacas ordenadas como a quantidade produzida de leite apresentaram taxas de elevações excepcionais e, isso, não foi por acaso, pois, sabemos que a SEAB – Secretária de Estado de Abastecimento da Agricultura do Estado do Paraná, a EMATER e as Secretárias Municipais de Agricultura, desde os anos 1990, vem corroborando para que esse aumento tivesse tomado as dimensões atuais¹¹⁸, onde estes órgãos governamentais, proporcionaram, em alguns casos melhoramentos genéticos e extensões rurais, voltadas a aumentar a produtividade por animal, além de que, foi nessa década que aumentaram o número de laticínios nos municípios da rede (começando pela Latco, em 1989, em Francisco Beltrão), estes se instalaram nos centros da rede, sobretudo, no início dessa década que estamos analisando, devido ao aumento da disponibilidade de energia elétrica rural disponibilizada pela Copel – Companhia Paranaense de Energia Elétrica, o que por sua vez, suscitou

¹¹⁸ Atualmente, o Sudoeste paranaense é a principal Bacia Leiteira do Paraná.

a industrialização desse produto agrícola¹¹⁹. Foi nessa década também, que o governo começou a atuar, por pressão dos industriais, na maior fiscalização da proibição de venda de “leite cru, ou seja não beneficiado¹²⁰”, geralmente realizada por pequenos agricultores que traziam para a área urbana, este produto em garrafas “pet” (reutilizadas de refrigerantes) e comercializavam nos bairros da cidade. Essa prática, ainda ocorre em vilas e comunidades rurais, em alguns pequenos distritos e em algumas cidades locais (a exemplo de Manfrinópolis, Pinhal de São Bento e outros centros da rede).

Outras cultivares e produtos ampliados, possuem ligações com a indústria e, conseqüentemente com a dinâmica da rede, como por exemplo, a avicultura (aves e ovos) e os grãos (destaque para a COASUL).

3.5 – Considerações do Capítulo

No decorrer deste capítulo apresentamos a formação da rede urbana de Francisco Beltrão e a gênese de seus centros, um destaque que deve ser dado é que, mencionamos a gênese dos centros que não fazem parte da rede de Francisco Beltrão, centros estes que fazem parte da região Sudoeste do Paraná. Como enfatizamos no decorrer do capítulo, resolvemos fazer esta apresentação, pois a própria formação sócio-espacial da região se confunde com a FSE da rede, mesmo sabendo que estas fazem parte de recortes distintos.

A formação sócio-espacial dos centros da rede (e do Sudoeste) calcada na pequena produção mercantil foi de extrema importância para o processo de ocupação e para suscitar a gênese das cidades e do processo de industrialização, vinculados a um pequeno comércio (as conhecidas bodegas) e artesanato local (produtor de utensílios domésticos e ferramentas), além das serrarias que vieram depois e ajudaram a limpar a área, liberando-a para produção. Deste modo, muitas atividades artesanais eram realizadas nos estabelecimentos rurais e até meados dos anos 1980, ainda não tinham completado sua desintegração do campo, para se transformarem em atividades

¹¹⁹ Para maiores informações, consultar a dissertação de Edson Flores, 2009.

¹²⁰ O governo, através dos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, instituiu o DECRETO LEI Nº 923, DE 10 DE OUTUBRO DE 1969 proibindo a venda de leite cru, para consumo direto da população, em todo o território nacional, como forma de evitar a transmissão de doenças como tuberculose, brucelose e diarreias.

industriais (divisão do trabalho), explanação realizada por Rangel (1990).

Os primeiros ramos industriais e os mais destacados até o momento foram o madeireiro e mobiliário, as indústrias beneficiadoras de carne de aves e as confecções.

A rede urbana estruturada até os anos 1980, produziu interações em sua grande maioria com os centros da região Sudoeste do Paraná e Oeste Catarinense, além de alguns poucos produtos que eram comercializados com Curitiba, São Paulo. Mas se lembrarmos que, grande parte das matérias-primas adquiridas pelo setor produtivo e das mercadorias para o abastecimento dos comerciantes instalados na rede provinham de atacadistas de São Paulo, Curitiba, Ponta Grossa, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, etc., conseguimos ampliar os alcances da rede.

Mas, foi somente na década de 1990 que o setor produtivo galgou maior impulso, começou a realizar exportações de seus produtos e a trazer matérias-primas importadas para suas instalações. Além disso, foi um momento de dificuldades para a indústria com as mudanças econômicas que tivemos com o “Real”, a abertura econômica, a invasão de produtos chineses, coreanos etc. no mercado, o que por sua vez, ampliou a concorrência e forçou os industriais a se reestruturarem.

Nessa década os alcances da rede se alargaram, atingindo, sobretudo, centros da região Sul do país e Sudeste. Através da aquisição dos artigos para abastecer as lojas dos comerciantes e das matérias-primas para produção industrial. Ainda, verificamos uma ampliação do número de indústrias que produziam e encaminhavam seus artigos para cidades da região sudoeste e oeste de catarinense, mas, nessa época, já haviam indústrias que encaminhavam seus produtos para centros distantes, como Curitiba, São Paulo, Santa Maria, Porto Alegre, Chapecó, Ponta Grossa, Toledo, Cascavel etc. com destaque para os produtos do setor de confecções, moveleiro, madeireiro, além do setor de TI, foi nessa década que a empresa CISS, produtora de software, localizada em Dois Vizinhos, teve um grande crescimento, vendendo seus softwares e prestando suas assistências técnicas para automação de supermercados e lojas de materiais de construção. A empresa Sadia, também era responsável pela ampliação dos fluxos de longo alcance da rede, deslocando-se seus produtos para exportações. A Galha Azul foi outra empresa que, apesar de ter realizado algumas experiências em relação a exportações de seus produtos na década de 1980, ganhou forte destaque na exportação a partir dos anos 1990; outra empresa que

iniciou seu processo de exportação nos anos 1990 foi a Camilotti Camiddor.

No capítulo a seguir, analisaremos dinâmica atual da rede urbana de Francisco Beltrão e suas contemporâneas interações, observando a rede formada pelo último REGIC (IBGE, 2008).

4 – DINÂMICA ATUAL DA REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO

Neste capítulo, apresentaremos o desenvolvimento econômico atual da rede urbana de Francisco Beltrão, demonstrando as contemporâneas interações realizadas pelos setores da indústria, do comércio e serviços.

Os fluxos que formam as interações entre os fixos, realizam-se a partir de diferentes níveis, combinações, intensidades e sentidos, formando redes desiguais e simultâneas, efetivadas por diferentes agentes sociais.

Assim, devido a rede urbana ser formada por interações variadas, neste trabalho, daremos destaque a “alguns” fluxos realizados pelo setor de comércio e serviços e por fluxos do setor produtivo, sobretudo, os estabelecidos pela balança comercial.

4.1 - Principais Atividades Econômicas na Rede Urbana de Francisco Beltrão

A rede urbana de Francisco Beltrão, conforme o REGIC publicado em 2008, é formada pela cidade de Francisco Beltrão mais 24 centros e, é polarizada por Cascavel (figura 20 e mapa 22). Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, possuem o maior percentual de população urbana, 85,43% e 77,67%, respectivamente (IBGE, 2010), além de serem os dois maiores centros da rede, de possuírem os maiores níveis hierárquicos (Francisco Beltrão, “Centro Sub-regional A” e Dois Vizinhos, “Centro de Zona A”) e os que possuem o maior número de atividades industriais, de comércio e serviços.

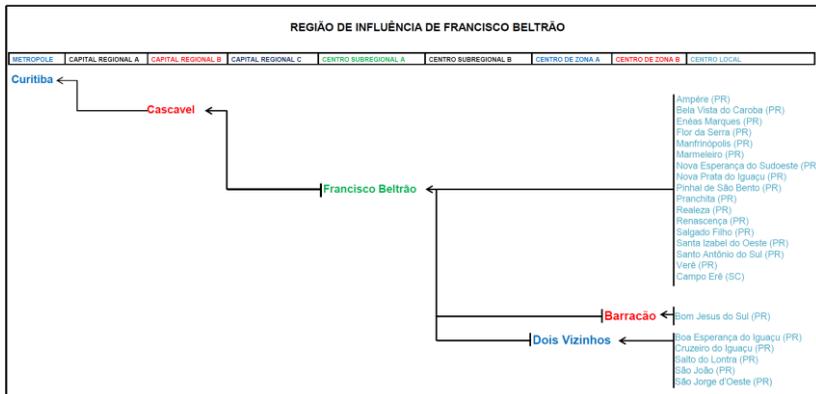
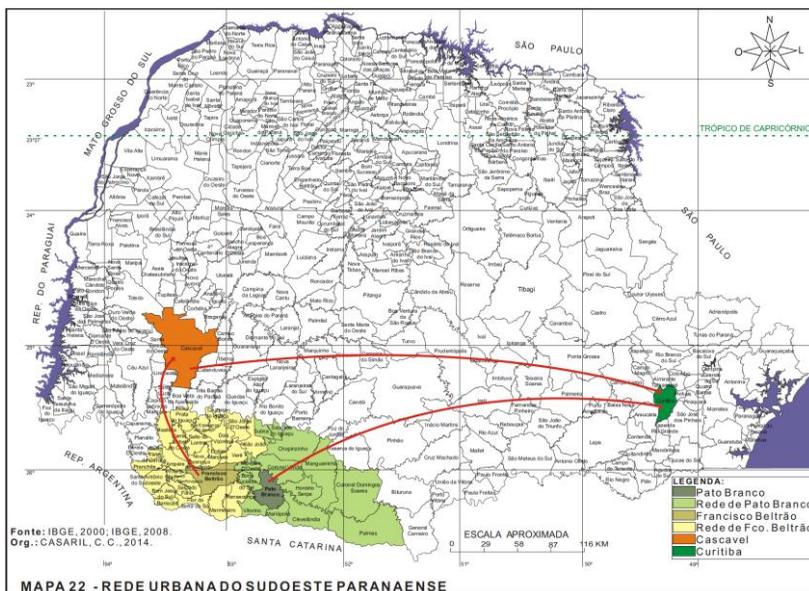


Figura 20 - Rede Urbana de Francisco Beltrão – PR.

Fonte: IBGE, 2008.

Org.: CASARIL, 2013.



A rede desenvolveu uma urbanização reduzida, pois seu patamar era de apenas 16%, em 1970 e evoluiu para 67,42% em 2010. Uma taxa de urbanização menor que a nacional (84,4%), menor que a do Estado (85%), menor que a do Sudoeste do PR (70,23%) e menor que a da rede de Pato Branco (76,78%). Um fato que corrobora para que a rede possua

um baixo índice de urbanização é que, dos 25 centros da rede, nove possuem maior porcentagem de população rural e seis possuem população rural na faixa dos 40% (IBGE, 2010). Abaixo apresentamos a tabela 26, onde podemos verificar os dados demográficos do Censo de 2010 para os centros da Rede Urbana de Francisco Beltrão.

Nenhum centro da rede possuía população urbana superior a 50%, em 1970 e em 1980, apenas Francisco Beltrão alcançara este índice (58,43%). Já em 2010, 16 centros ultrapassaram os 50% de urbanização, ou seja, somente 64% dos centros da rede eram urbanos.

Tabela 26 – População da Rede Urbana de Francisco Beltrão (REGIC 2007; Censo 2010)

MUNICÍPIO	TOTAL	POPULAÇÃO			
		URBANA	% URBANA	RURAL	% RURAL
Francisco Beltrão	78.957	67.456	85,43	11.501	14,57
Ampére	17.308	13.257	76,59	4.051	23,41
Barracão	9.737	7.015	72,04	2.722	27,96
Bela Vista da Caroba	3.939	1.038	26,35	2.901	73,65
Boa Esperança do Iguaçu	2.768	957	34,57	1.811	65,43
Bom Jesus do Sul	3.796	933	24,58	2.863	75,42
Cruzeiro do Iguaçu	4.274	2.619	61,28	1.655	38,72
Dois Vizinhos	36.198	28.115	77,67	8.083	22,33
Enéas Marques	6.101	2.126	34,85	3.975	65,15
Flor da Serra do Sul	4.725	1.644	34,79	3.081	65,21
Manfrinópolis	3.127	652	20,85	2.475	79,15
Marmeleiro	13.909	8.835	63,52	5.074	36,48
Nova Esperança do Sudoeste	5.110	1.753	34,31	3.357	65,69
Nova Prata do Iguaçu	10.369	6.066	58,50	4.303	41,50
Pinhal de São Bento	2.620	1.162	44,35	1.458	55,65
Pranchita	5.632	3.609	64,08	2.023	35,92
Realeza	16.348	11.808	72,23	4.540	27,77
Renascença	6.810	3.483	51,15	3.327	48,85
Salgado Filho	4.403	2.252	51,15	2.151	48,85
Salto do Lontra	13.672	7.429	54,34	6.243	45,66
Santa Izabel do Oeste	13.134	7.427	56,55	5.707	43,45
Santo Antônio do Sudoeste	18.905	13.712	72,53	5.193	27,47
São João	10.607	6.746	63,60	3.861	36,40
São Jorge D'Oeste	9.085	5.214	57,39	3.871	42,61
Verê	7.879	3.284	41,68	4.595	58,32
TOTAL REDE Francisco Beltrão	309.413	208.592	67,42	100.821	32,58
TOTAL REDE Pato Branco	239.148	183.626	76,78	55.522	23,22
TOTAL SUDOESTE do PR	587.505	412.624	70,23	174.881	29,77
TOTAL PARANA	10.444.526	8.912.692	85,33	1.531.834	14,67

Fonte: IBGE, 2008; 2010.

Org.: CASARIL, C.C., 2012.

Obs.: O único centro urbano que faz parte da rede de Francisco Beltrão (IBGE, 2008), mas que se localiza fora do Paraná é: Campo Erê – SC.

A partir do quadro 11, podemos constatar os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, estes permitem determinarmos a variação. E, como podemos visualizar no quadro mencionado, ocorre uma diminuição da população da rede. Destacando que, todos os 25 centros da rede ganharam população urbana, mas 11 centros perderam população total e todos diminuíram população rural.

Se compararmos os dois Censos, verificaremos que a população total da rede diminuiu em 163.213 habitantes (ou - 34,56%), os habitantes urbanos diminuíram em 74.452 pessoas (- 26,30%) e a população rural recua em 88.761 habitantes (- 46,82%). Porém, como verificamos, todos os centros da rede (Censo 2010) haviam ganhado população urbana, e a resposta para terem perdido 26,30% de urbanos em relação ao Censo de 2000, deve-se em parte à saída de quatro centros da rede, pois mesmo com a entrada de outros quatro centros, a população urbana dos que saíram da rede era muito maior, basta verificar o quadro 12.

Centros da Rede	População 2000			População 2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Francisco Beltrão	67.132	54.831	12.301	78.957	67.456	11.501
Ampére	15.623	10.403	5.220	17.308	13.257	4.051
Barracão	9.271	5.825	3.446	9.737	7.015	2.722
Bela Vista da Caroba				3.939	1.038	2.901
Boa Esp. do Iguaçu	3.107	564	2.543	2.768	957	1.811
Bom Jesus do Sul				3.796	933	2.863
Capanema	18.239	9.311	8.928			
Cruzeiro do Iguaçu	4.394	2.214	2.180	4.274	2.619	1.655
Dois Vizinhos	31.986	22.382	9.604	36.198	28.115	8.083
Enéas Marques	6.382	1.250	5.132	6.101	2.126	3.975
Flor da Serra do Sul	5.059	590	4.469	4.725	1.644	3.081
Itapejara do Oeste	9.162	4.961	4.201			
Manfrinópolis				3.127	652	2.475
Marmeleiro	13.665	7.168	6.497	13.909	8.835	5.074
Nova Esp. Sudoeste	5.258	1.224	4.034	5.110	1.753	3.357
Nova Prata do Iguaçu	10.397	5.311	5.086	10.369	6.066	4.303
Pérola d'Oeste	7.354	2.720	4.634			
Pinhal de São Bento	2.560	737	1.823	2.620	1.162	1.458
Planalto	14.122	4.814	9.308			
Pranchita	6.260	3.160	3.100	5.632	3.609	2.023
Realeza	16.023	9.951	6.072	16.348	11.808	4.540
Renascença	6.959	2.928	4.031	6.810	3.483	3.327
Salgado Filho	5.338	2.158	3.180	4.403	2.252	2.151
Salto do Lontra	12.757	5.602	7.155	13.672	7.429	6.243
Santa Izabel do Oeste	11.711	5.695	6.016	13.134	7.427	5.707
Santo Ant. do SW	17.870	10.814	7.056	18.905	13.712	5.193
São João				10.607	6.746	3.861
São Jorge d'Oeste	9.307	4.511	4.796	9.085	5.214	3.871
Verê	8.721	3.029	5.692	7.879	3.284	4.595
TOTAL	472.626	283.044	189.582	309.413	208.592	100.821
Porcentagem	%	60%	40%	%	67,42%	32,58%

Legenda: Variação em relação ao Censo anterior: ■ Positiva ■ Negativa

Quadro 12 - Variação Demográfica entre os Censos de 2000 e 2010

Fonte: IBGE, 2000, 2000b, 2008, 2010.

Org.: CASARIL, C.C, 2014.

Obs.: para o ano de 2000 utilizou-se o REGIC publicado em 2000 para compor a rede de Francisco Beltrão e, para 2010 utilizou-se o REGIC publicado em 2008. A diferença entre estes REGICs foi a entrada de Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis e São João e, a saída da rede dos centros de Capanema, Itapejara d'Oeste, Pérola d'Oeste e Planalto.

Podemos considerar a maioria dos centros da rede de Francisco Beltrão como cidades locais, aqueles que estão na confluência do rural com o urbano (CORRÊA, 1999a), sendo uma tarefa árdua diferenciá-los. Mas podemos dizer que, os dois principais centros da rede, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, são cidades pequenas, sendo que a primeira apresenta-se em nível superior, devido sua dinâmica, podemos até considerá-la como estando no limiar entre a cidade pequena, propriamente dita, e a cidade de porte médio, mas que, sobretudo, trata-se de uma cidade regional, pois possui uma capacidade de organização e direção da vida regional. Vale relativizar que, Francisco Beltrão se enquadra na rede urbana nacional como um “Centro Sub-Regional A”, porém seu enquadramento muda quando analisamos este centro urbano e sua rede no Estado do Paraná, pois apresenta-se com uma dinâmica muito mais ampla, sobretudo, quando analisamos seu papel no Sudoeste do Paraná, pois neste último papel/função Francisco Beltrão pode ser considerada como uma cidade média (como alguns pesquisadores o querem), mas, sobretudo, uma cidade que possui características de comandar e gerir a região. Por isso, alguns chegam a relativizar e denominar Francisco Beltrão e Pato Branco como duas capitais de uma única região (o que seria uma anomalia urbana).

Os centros de Realeza, Santo Antônio do Sudoeste, Ampére e São João, por possuírem uma dinâmica demográfica e de atividades urbanas em expansão, podem ser consideradas também, como cidades pequenas, sobretudo, os três últimos centros, que possuem dinâmicas industriais consideradas e é através destas produções que se inserem na rede.

A vida urbana destes centros, sobretudo, os de menores níveis hierárquicos, podem ser sintetizadas pelas palavras de José Sidnei Gonçalves (2001) “o comércio local e toda estrutura de serviços urbanos [...], giram em torno do movimento das suas lavouras e criações, sendo que, em anos de safra boa, há um nítido ânimo da vida local, caso contrário, cria-se um clima de dificuldades” (GONÇALVES, 2001, p.55). Aqui, não podemos nos esquecer de mencionar que, algumas cidades locais da rede vêm apresentando um importante processo de industrialização, o que por sua vez, contribui para ampliar a dinâmica urbana destas localidades.

A rede vem passando por importantes transformações desde os anos 1990¹²¹, com aumento significativo do número de seus

¹²¹ Importante destacar que, em 1990, utilizamos o REGIC publicado em 1987 para formar a rede, que por sua vez, contabilizou 14 centros na rede e, para os demais anos (utilizando os dois últimos REGICs), a rede de Francisco Beltrão

estabelecimentos, bem como da diversificação de suas atividades. O número de estabelecimentos agropecuários aumentou de 49 em 1990, para 471 em 2000, atingindo 644 em 2010, totalizando 7,79% dos estabelecimentos da rede. Os estabelecimentos industriais aumentaram de 417 em 1990, para 860 em 2000 e, em 2010, totalizaram 1562 unidades industriais, ou 18,89% dos estabelecimentos da rede. Já os estabelecimentos do setor terciário que somavam 1388, em 1990, passaram a 3226, em 2000 e atingiram 6064 estabelecimentos em 2010, totalizando 73,32% dos estabelecimentos na rede (RAIS/MTE, 1990, 2000, 2010).

Para começarmos a falar das transformações ocorridas na rede, iniciaremos apresentando a dinâmica da produção agropecuária e, como a mesma contribuiu e manteve-se vinculada à própria dinâmica da rede, sobretudo, em relação ao processo de industrialização. Importante salientar, como já fizemos em oportunidade anterior que, a análise, se dará a partir dos principais produtos da agropecuária da rede¹²².

Verificaremos que, alguns dos produtos trazidos pela modernização da agricultura representam as principais produções da rede. E, mesmo que a rede de Francisco Beltrão, tenha sido formada a partir de pequenas propriedades mercantis e áreas de matas, com relevo acidentado, os produtos da modernização foram inseridos nessa área, o que demonstra a forte dinâmica desta formação sócio-espacial.

Os dados da agricultura importam para nós, efetivamente, no sentido de verificarmos, as mudanças ocorridas na dinâmica da rede.

Desde o início da formação da rede, os centros urbanos eram os responsáveis por comandarem o campo, inicialmente com as chamadas “bodegas” que faziam a comercialização de produtos trazidos de fora da rede, faziam empréstimos e vendiam a prazo (caderneta) para os pequenos produtores mercantis, além de muitas vezes, fazerem a expedição da produção local. Ou seja, a área urbana teve sua gênese na rede, como demonstramos no capítulo anterior, se não pelas “bodegas”, pelas indústrias madeireiras.

E, a partir do último quartel dos anos 1970, a industrialização de carnes de aves, se fez presente na rede, o que por sua vez, provocou

somou 25 centros. Desta forma, temos que fazer a ressalva, de que aumentaram o número de estabelecimentos, juntamente com o de cidades na rede, mas foi entre os anos 2000 e 2010, quando a rede continuou formada por 25 centros, que o número de estabelecimentos mais se expandiu.

¹²² Nos anexos 5 a 10 apresentamos várias tabelas com dados da dinâmica agropecuária nos centros da rede, entre os anos 1975 e 2010.

transformações na dinâmica da rede, seja pelo aumento da produção de milho, bem como de outros produtos da modernização da agricultura, mas como podemos, verificar no gráfico abaixo, a produção de milho foi a que obteve o maior destaque até os anos 2000. Entre aos anos 2000 e 2010, a quantidade produzida de soja e de trigo teve um elevado crescimento, muito associado, a elevação do preço de suas sacas no mercado externo e por pressões das cooperativas (como a COASUL) e de outras empresas receptoras desses produtos (como a San Rafael¹²³).

Assim, percebemos que o comando da área rural continua nos centros urbanos, seja pelas cooperativas e empresas que adquirem as produções, seja pelo sistema financeiro que possibilita, maiores investimentos por unidade de área.

As empresas e cooperativas agroindustriais, também ampliam a dinâmica da rede, pois realizam a partir dos centros, a comercialização, tanto interna, como externamente, ampliando assim, os alcances das interações, como veremos adiante, quando tratarmos das interações contemporâneas do setor produtivo.

No gráfico 18¹²⁴, podemos verificar, a ampliação da produção de milho que, como já mencionamos, está associada ao processo de industrialização da carne de aves. Esta produção aumentou 295,74% entre 1975 e 2010, com uma ampliação de 571.799 toneladas. Porém, nesta última década a produção recuou em 15.020 (t.), dando lugar a uma grande ampliação da produção de soja (257,95%, ou 465.410 t.) e trigo (673,93%, ou 207.121 t.), estimuladas pela grande valorização destes produtos no mercado externo, o que fez, com que as próprias cooperativas, empresas agroindustriais e produtores, movidos pelo acréscimo de seus rendimentos ampliassem suas produções.

¹²³ A Empresa San Rafael nasceu em 1977, em Coronel Vivida (que não pertence a rede de Francisco Beltrão), se chamando inicialmente “Casa da Lavoura” e atuando no ramo de insumos agrícolas. Atualmente, a empresa é denominada de San Rafael Sementes e Cereais e inaugurou, em 2011 sua unidade recebedora de grãos em Francisco Beltrão, totalizando assim 12 unidades recebedoras de grãos (soja, trigo, triticale, aveia e feijão). A unidade de Francisco Beltrão possui quatro silos, com capacidade de 6.600 toneladas cada, totalizando assim, capacidade para receber 26.400 toneladas de grãos dos centros da rede.

¹²⁴ A produção de fumo aumentou em 11.991 (t.) (em 1975 a produção era de 1.199 t.) e a produção de uva aumentou em 6.468 (t.) (em 1975 a produção foi de 299 t.), ou seja, estas apresentaram um significativo crescimento, mas ainda, reduzidos em relação aos demais produtos selecionados.

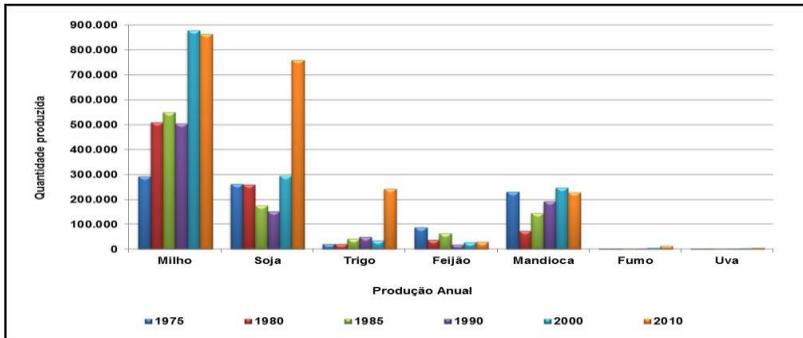


Gráfico 18 – Quantidade produzida de produtos selecionados (1975-2010).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

A produção de feijão recuou em (284,32%), ou 56.682 (t.) entre 1975 e 2010. Na última década a produção de feijão teve uma leve alta de 2.959 (t.). Já, a produção de mandioca, que era de 230.653 (t.), em 1975, recuou em 1980 e 1990, voltando a aumentar em 2000, onde atingiu 246.790 (t.) e, em 2010 apresentou uma leve queda, totalizando, 228.240 (t.), ou seja, a produção da mandioca, tradicional na região, depois de algumas quedas, volta a aumentar e a manter os totais produzidos na década de 1970.

Já no gráfico 19, podemos verificar a evolução do valor da produção dos produtos selecionados e que tiveram suas quantidades produzidas apresentadas no gráfico anterior. O milho, mesmo sendo o produto de maior produção em toneladas, possui um valor menor que a produção da soja. Assim, verificamos que, o valor da produção de milho recuou em 63,61% entre os anos 2000 e 2010, sendo que, sua produção nesse período, praticamente se manteve, foram 863.915 (t.) em 2010, ante 878.935 (t.) em 2000. O que por sua vez, corrobora com nossa explicação, de que o valor do milho recuou no mercado em detrimento ao da soja e do trigo.

A soja, por exemplo teve um aumento no valor de sua produção em 254,00%, entre 2000 e 2010, o que é facilmente percebido, quando se observa o gráfico. Ou seja, a produção de soja, foi a que mais auferiu rendimentos. Já, o valor da produção de trigo, foi a que mais obteve aumento em porcentagem, se elevando em 602,64% entre 2000 e 2010. A produção de fumo, foi outro produto que obteve razoável aumento no valor de sua produção, atingindo uma elevação de 266,87%.

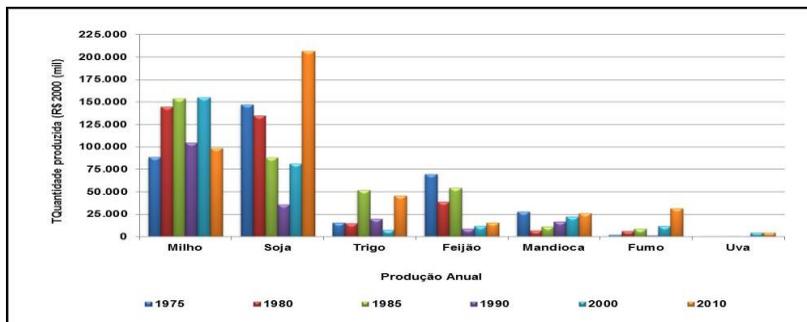


Gráfico 19 – Valor da Produção dos produtos selecionados (1975-2010).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Na sequência, o gráfico 20, nos permite verificar que, os efetivos de Asininos e Muare, praticamente desapareceram da rede. Já os búfalos que possuíam um efetivo de 4 cabeças em 1975, aumentaram para 618 cabeças, em 2010, um efetivo, ainda muito reduzido, se comparado com os demais efetivos selecionados. O efetivo de Caprinos aumentou em 4.057 cabeças entre 2000 e 2010 e os Bovinos aumentaram seus efetivos de 499.022 cabeças em 2000, para 659.159 em 2010. Já, os demais diminuíram seus efetivos, durante a última década. Sendo que, as vacas ordenhas recuaram em 3453 cabeças.

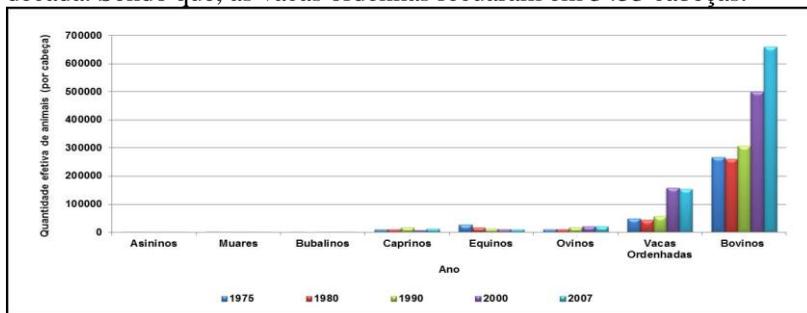


Gráfico 20 – Quantidade de efetivos selecionados (1975-2010).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Já no gráfico 21, podemos verificar que, os suínos aumentaram seus efetivos em 20.819 cabeças, entre 2000 e 2010, mas reduziram-se em 443.366 cabeças, entre 1975 e 2010. Conforme este mesmo gráfico,

podemos verificar que, os efetivos de suínos foram diminuindo de 1975 até 1990 e a partir dos anos 2000, voltaram a se ampliar, mas ainda, representando, praticamente 50% dos efetivos alocados em 1975. Assim, podemos perceber que, a partir da chegada das indústrias de carne de aves na rede, os efetivos de suínos foram diminuindo e os de aves aumentando, os quais, atingiram 1228,80% de aumento entre 1975 e 2010, somente na última década o aumento foi de 178,88%, ou mais de 15 milhões de aves.

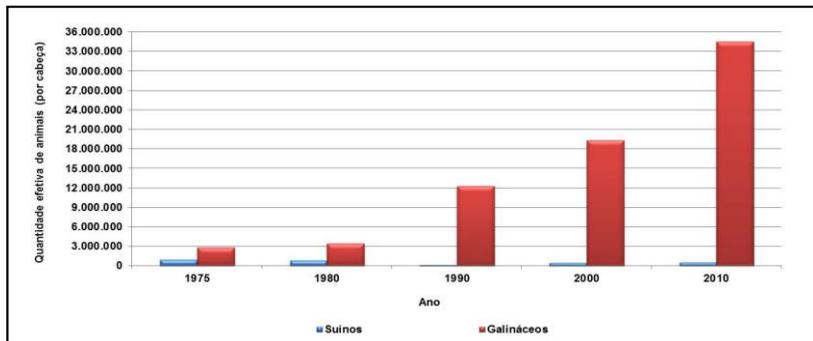


Gráfico 21 – Quantidade dos efetivos suínos e galináceos (1975-2010).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

O gráfico supracitado, juntamente com o gráfico 22, demonstram quão dinâmica é a avicultura desempenhada na rede, com elevada produção de aves e de ovos. A produção de dúzias de ovos aumentou em 1273,24% entre 1975 e 2010, ou em mais de 48 milhões de dúzias. Só para se ter uma ideia, a produção, mais que dobrou entre os anos 2000 e 2010, saindo de cerca de 20 milhões de dúzias para aproximadamente 52 milhões de dúzias. Já, a produção de leite aumentou em mais de 330 milhões de litros, entre 1975 e 2010. Somente na última década verificamos um aumento de mais de 190 milhões de litros e, se observamos o gráfico 20, veremos que, o número de vacas ordenhadas diminuiu seu efetivo em 3453 cabeças, o que nos permite dizer que, os efetivos da rede receberam melhoramento genético, pois mesmo diminuindo o efetivo a produção de leite aumentou em 199,46%, passando assim, de uma produtividade por animal de 102,04 litros por mês, em 2000, para 208,10 litros por mês, em 2010, ou seja, a produtividade por animal, mais que dobrou. Destacando que, esta produção esta inserida nos totais de leite produzidos pelo Sudoeste do

Paraná, região que, a partir de 2010, se tornou a primeira bacia leiteira do Estado (SEAB-DERAL, 2012).

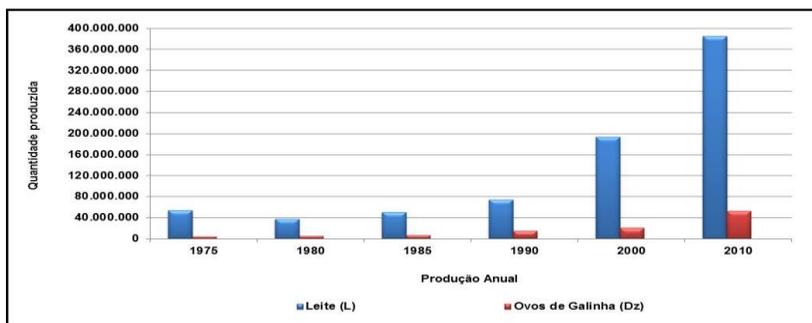


Gráfico 22 – Quantidade produzida de Leite e Ovos (1975-2010).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

O valor da produção de leite e de ovos podem ser constatados a partir do gráfico 23. Verificamos que o valor da produção de leite aumentou em 237,27% entre 2000 e 2010, ante um aumento de 199% na quantidade produzida, nesse mesmo período. Ou seja, o valor da produção, se ampliou mais que o total produzido. O valor da produção de ovos, também apresentou um aumento em relação à quantidade produzida, onde tivemos um aumento no valor da produção de 285,11%, ante os 255,73% de aumento da produção, entre os anos 2000 e 2010. Estes dados, permitem entendermos que, a dinâmica da produção rural está aliada a dinâmica das cooperativas e empresas agroindustriais da rede.

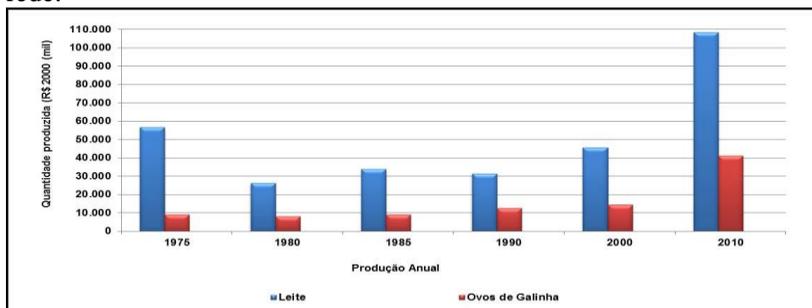


Gráfico 23 – Valor da Produção de Leite e Ovos (1975-2010).

Fonte: IBGE, vários anos, apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Outro fator a se destacar é que, a dinâmica do campo vem contribuindo em muito, com a ampliação do mercado imobiliário nas cidades centrais de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Realeza, ou seja, cidades que possuem campus de IES, sobretudo, públicas. Ao conversarmos com alguns corretores e construtores destas cidades, é fácil verificar que, muitos agricultores, sobretudo, os produtores de soja e avicultores integrados as grandes empresas instaladas em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, estão aplicando suas economias na compra de terrenos, residências e na construção de novas residenciais. Atualmente é mais vantajoso investir na área urbana, pois, por exemplo, um novo aviário padrão *BRF* custa em torno de R\$ 250 a 350 mil (estes atualmente, possuem financiamento fácil, mas que devem ser quitados em 8 anos, com carência de 12 meses, onde praticamente todo trabalho nestes anos será para custear a obra) e, se aplicarem este valor (R\$: 350 mil), na área urbana, dependendo da região do núcleo urbano, pode-se adquirir entre duas a três residências e com a revenda das mesmas após 8 anos, as estimativas são de receber um valor elevado em mais de 400%, ou um lucro fácil (sem trabalho) e com valorização muito acima das taxas atuais de inflação. Mas, sabemos que essa é uma visão distorcida, pois o sistema produtivo, deveria ser a principal forma de almejar crescimento econômico, gerando empregos e renda para toda região, até porque, se o setor imobiliário entrar em crise, como por exemplo, ocorreu nos EUA¹²⁵, o lucro fácil se tornará na derrocada fácil.

¹²⁵ O estopim da crise financeira de 2008 nos EUA foi seu mercado imobiliário norte-americano. Por exemplo, abria-se “[...] crédito para compra de imóveis por parte de pessoas qualificadas pelos profissionais do mercado de Ninjas (*No Income, No Jobs, no Savings*). Empurra-se uma casa de 300 mil dólares para uma pessoa, digamos assim, pouco capitalizada. Não tem problema, diz o corretor: as casas estão se valorizando, em um ano a sua casa valerá 380 mil, o que representa um ganho seu de 80 mil, que o senhor poderá usar para saldar uma parte dos atrasados e refinarciar o resto. O corretor repassa este contrato – simpaticamente qualificado de ‘*sub-prime*’, pois não é totalmente de primeira linha, é apenas *sub-primeira* linha – para um banco, [...]” e foi através destes *sub-prime* que a bolha imobiliária estourou, sendo o ápice de uma grande crise financeira. Esta sedução de ganhos fáceis no mercado financeiro, fez com que, até mesmo industriais deixassem de realizar reinserções no sistema produtivo, caso por exemplo, da Aracruz, que perdeu R\$1,85 bilhão e da Sadia, que perdeu R\$670 milhões apostando em derivativos. Com esta perda, a Sadia demitiu 350 operários no início de 2009, como se estes fossem os responsáveis, e acabou sendo vendida para a Perdigão, criando-se assim, o grupo *BRF – Brasil Foods* (DOWBOR, 2009, p.2).

No quadro 13, podemos verificar o número de estabelecimentos e as pessoas ocupadas na agropecuária nas sedes da rede de Francisco Beltrão entre o período de 2000 e 2010.

Cidades da Rede	2000		2005		2010	
	Agropecuária		Agropecuária		Agropecuária	
	Estab.	Ocup.	Estab.	Ocup.	Estab.	Ocup.
Francisco Beltrão	81	348	99	415	98	434
Ampére	11	23	12	24	24	59
Barracão	5	10	4	5	6	7
Bela Vista da Caroba			4	9	3	2
Boa Esperança do Iguaçu	1	1	3	19	2	15
Bom Jesus do Sul			1	0	4	4
Capanema	19	98				
Cruzeiro do Iguaçu	6	14	15	40	19	125
Dois Vizinhos	43	79	82	397	96	733
Enéas Marques	16	73	25	105	25	114
Flor da Serra do Sul	3	5	3	1	8	9
Itapejara d'Oeste	25	67				
Manfrinópolis			5	5	9	24
Marmeleiro	26	59	22	68	27	74
Nova Esperança do Sudoeste	4	4	10	18	11	32
Nova Prata do Iguaçu	15	19	20	47	26	122
Perola Doeste	6	19				
Pinhal de São Bento	1	2	3	2	4	12
Planalto	15	42				
Pranchita	28	55	31	49	29	42
Realeza	34	68	33	42	24	127
Renascença	38	83	42	104	40	73
Salgado Filho	7	12	8	13	11	20
Salto do Lontra	9	13	17	29	36	145
Santa Izabel do Oeste	21	35	20	36	32	136
Santo Antônio do Sudoeste	15	176	20	244	20	399
São João			34	41	33	52
São Jorge Doeste	28	44	35	79	35	115
Verê	14	25	19	45	22	44
Total da Rede	471	1374	567	1837	644	2919

Quadro 13 – Pessoal Ocupado e Estabelecimentos na Agropecuária - Rede de Francisco Beltrão (2000-2010).

Fonte: IBGE, 2000b, 2008; RAIS, 2000, 2005, 2010.

Org.: CASARIL, C. C., 2014.

No quadro supracitado verificamos um grande aumento do número de estabelecimentos e de ocupações no setor agropecuário, entre os anos 2000 e 2010, na rede de Francisco Beltrão, pois tivemos um aumento de 173 estabelecimentos e de 1.545 pessoas ocupadas. Podemos afirmar que o setor rural gerou uma quantidade razoável de vagas de empregos formais, pois em uma década o aumento do número de trabalhadores formais, mais que dobrou, passando dos 1.384 para

2.919, entre os anos 2000 e 2010, respectivamente. Como já mencionamos no capítulo anterior, a dinâmica da agricultura nos centros da rede é formada, em sua maior parte por pequenas propriedades rurais e é responsável por gerarem trabalhos precários informais. Podemos presumir então, como já mencionamos no capítulo anterior que, os empregos formais são gerados por estabelecimentos que mesmo pequenos, possuem intensidade (grande volume) de produção, maior investimento por unidade de área, tecnologia etc., como nos lembrou Lênin,

A via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista consiste precisamente em que a pequena exploração, permanecendo pequena pela extensão de terra, transforma-se em grande exploração pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc. (LÊNIN, 1980b, p.63).

O centro da rede que apresenta o maior número de pessoas ocupadas na agropecuária é Dois Vizinhos, com 733 empregos, porém conta com 96 estabelecimentos, dois a menos que Francisco Beltrão que soma 98 estabelecimentos, mas possui apenas 434 ocupações. Assim, podemos auferir que Dois Vizinhos possui maior dinâmica entre os estabelecimentos agropecuários, pois gera maior número de empregos formais que Francisco Beltrão, que mesmo possuindo, número maior de estabelecimentos, atinge apenas 60% das ocupações geradas por Dois Vizinhos. Mesmo assim, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, além de Santo Antônio do Sudoeste, são os maiores geradores de ocupações rurais, entre os centros da rede.

Através dos anexos 1 e 3, verificamos que o número de unidades industriais elevaram-se 374,58%, entre 1990 e 2010 (e 181,62% entre 2000 e 2010), ou seja, um aumento significativo em duas décadas.

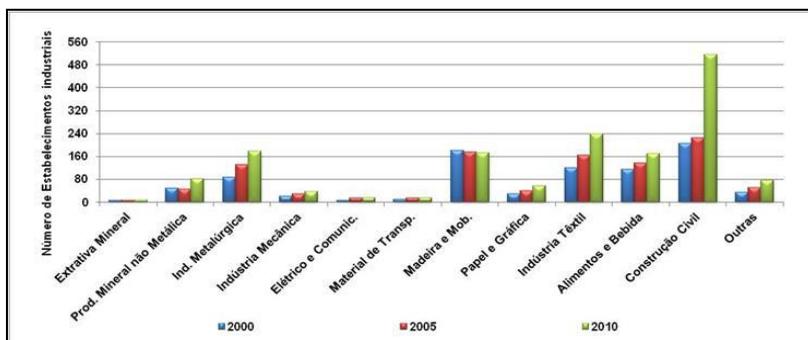


Gráfico 24 – Número de Estabelecimentos industriais na Rede (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 2000b, 2008; RAIS-MTE, 2000, 2005, 2010.

Org.: CASARIL, C.C, 2013.

No gráfico 24¹²⁶ verificamos que, entre os setores industriais de maior relevância em número de estabelecimentos, temos as indústrias de madeira e mobiliário que aumentaram de 120 unidades, em 1990 para 179, em 2000 e, diminuiram para 172, em 2010 (11% das unidades industriais presentes na rede). As indústrias têxteis apresentaram uma grande elevação, passando de 64 estabelecimentos, em 1990 para 121, em 2000 e somando 239 unidades, em 2010; estas representam o segundo setor industrial com maior número de unidades na rede (15,30%). As unidades do setor de alimentos e bebidas passaram de 38, em 1990 para 113, em 2000 e para 170, em 2010 (10,88%). As indústrias metalúrgicas contavam com 36 unidades, em 1990, passaram para 88, em 2000 e atingiram 178 estabelecimentos, em 2010 (11,40%) e, as indústrias do setor de construção civil passaram de 63, em 1990 para 204, em 2000 e contabilizaram 515 unidades em 2010 (32,97%). Deste modo, os dados apresentados nos dizem que as indústrias de construção civil contam com o maior número de estabelecimentos na rede. Porém, sabemos que a maioria destas, não são indústrias produtivas e, sim, prestadoras de serviços no ramo da construção (exemplo das empreiteiras, construtoras e incorporadoras). Se bem que, temos algumas, que podemos considerar como indústrias produtivas, o

¹²⁶ O leitor que se interessar, pode conferir os gráficos sobre os anos 1990 inseridos no capítulo 3 e os anexos 1 e 3, com as informações de cada centro da rede.

maior exemplo é a Dalba Engenharia¹²⁷ (com unidade em Francisco Beltrão e Guarapuava), que possui uma pedreira e entrega pedras de vários tamanhos, realiza serviços de engenharia, usinagem de asfalto, usinagem de concreto, areia industrial e agregados de alto desempenho e, já ganhou várias licitações do Governo Federal e Estadual para Restauração de Rodovias, sobretudo, as presentes no Sudoeste paranaense e na rede de Francisco Beltrão.

Temos também, algumas que podemos considerar como indústrias, que são aquelas que produzem tijolos, blocos de concreto, *pavers*, estruturas pré-fabricadas etc., que comercializam seus produtos, cerca de 75%, em Francisco Beltrão e o restante nos demais centros da rede, principalmente nas cidades mais próximas de seu entorno (Marmeleiro, Renascença, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Pinhal de São Bento, Ampére, Nova Esperança do Sudoeste, Enéas Marque, Verê e Itapejara d'Oeste).

Em relação ao número de ocupações geradas pelo setor produtivo, podemos verificar no gráfico 25 que, os segmentos de alimentos e bebidas (em 2000 gerou 4.092, ou 34,74% dos empregos e, em 2010, possuía 8.346, ou 32,27% das ocupações do setor produtivo); têxtil (em 2000, possuía, 3.156, ou 26,79% dos empregos e, em 2010, tinha 7.705, ou 29,79% das ocupações); madeira e mobiliário (em 2000,

¹²⁷ A Dalba Engenharia, já realizou entre seus serviços, a construção de: **PCNs** - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH Santana I: Município de Nortelandia – MT, 15MW, ano de 2010; PCH Pardos: Município de Porto União – SC, 10MW, ano de 2011 e PCH Itaguaçu: Município de Pitanga – PR – 14 MW, ano de 2012); Usinas Eólicas (Wobben Windpower – Município de Água Doce – SC e Impsa – Município de Água Doce – SC); **Restauração Rodoviária** (BR-280 Marmeleiro a Barracão – PR – 72,00 Km; PR-466 Guarapuava ao Rio Bonito – 48,83 Km; PRC-163 Barracão a Santo Antônio do Sudoeste – 26,00 Km; PR-364 Palmital a Laranjal – 25,00 Km; PR-182 Realeza a Marmelândia – 19,50 Km; PR-092 Jaguariaiva a Arapoti – 18,70 Km; PR-562 Coronel Vivida a Vista Alegre – 17,60 Km; PR-565 Laranjeiras do Sul a Porto Barreiro – 16,60 Km); **Implantação Rodoviária** (Acesso a Campina do Simão – PR – 29,87 Km; SC-439 Urupema e Rio Rufino – 19,2 Km; BR-158 Palmital ao Rio Cantu – 16,30 Km; SC-459 Quilombo e Santiago do Sul – 8,9 Km; SC-459 Acesso ao Município de Coronel Martins – 3,60 Km); **Aeropostos** (Restauração e ampliação do Aeroporto de Guarapuava – PR; Implantação do Aeroporto de Castro – PR). Esta empresa faz parte de uma grupo “O Grupo Dalba Holging”, que atua no ramo de engenharia, indústria de construção, transportes e logística, mercado imobiliário, comércio de veículos, possui também participações acionárias em PCNs e Usinas Eólicas.

possuía 1.908, ou 16,20% dos empregos e, em 2010, gerava 2.700, ou 10,44% das ocupações); e construção civil (em 2000, gerava 749, ou 6,36% e, em 2010, 3.049, ou 11,79% das ocupações produtivas), estes foram os principais geradores de empregos industriais.

Quando comparamos com o gráfico 24, verificamos que, os segmentos industriais que possuem os maiores números de estabelecimentos, como a construção civil e têxtil, por exemplo, perdem a proeminência quando se trata de geração de empregos, sobretudo, no que diz respeito à construção civil, pois como verificamos, o segmento que mais gera empregos na rede é o setor de alimentos e bebidas. O entendimento dessa questão é fácil, uma vez que, entre os centros da rede encontramos grandes indústrias de alimentos, que por sua vez, geram quantidades expressivas de ocupações (só para termos uma ideia, em 2010, os empregos gerados pelo segmento de alimentos e bebidas em Francisco Beltrão, representavam, 40,15% das ocupações industriais e, em Dois Vizinhos, somavam, a expressiva marca de 66,46% dos empregos industriais gerados por este centro), já em relação ao segmento da construção civil, não encontramos nenhuma grande indústria na rede.

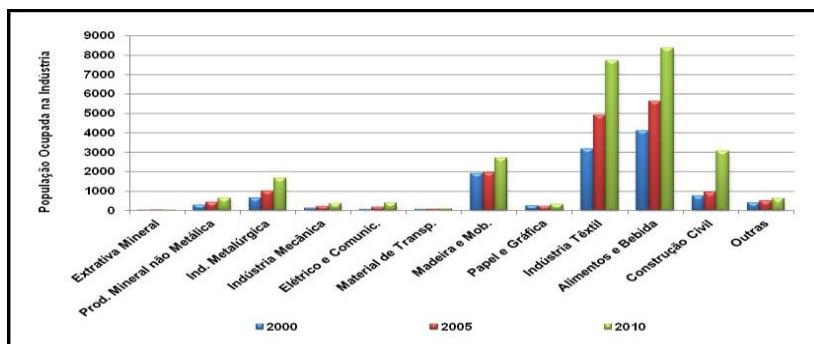


Gráfico 25 – População ocupada na indústria na Rede (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 2000b, 2008; RAIS-MTE, 2000, 2005, 2010.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

A rede urbana de Francisco Beltrão ampliou sua divisão territorial do trabalho, a partir da instalação das mais variadas empresas

industriais. Nestas destacam-se a Sadia (atual *BRF*¹²⁸) com unidades, em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos (que juntas abatem mais de 1 milhão e 400 mil frangos por dia, mais de 99% da produção é exportada e a maior parte é encaminhada para a Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos). A unidade de Francisco Beltrão passou, em 2003, a produzir em três turnos, gerando um aumento do número de funcionários e executou em 2006 e 2008 ampliações no setor de abate de perus de grande porte (16 a 18 quilos). Esta unidade abate cerca de 50 mil perus por dia (a maioria é encaminhada para a Europa e uma pequena parte para a África, estes são enviados em cortes “*in natura*” para serem industrializados nesses países) e, em 2013, gerava 3.800 empregos diretos.

Outro estabelecimento industrial que se destaca na rede é a COASUL - Cooperativa Agropecuária Sudoeste LTDA., que possui matriz em São João e vários entrepostos distribuídos por cidades da rede e da região Sudoeste, possuindo 1.591 empregos em 2012.

O gênero de alimentos é representado basicamente pelo segmento de industrialização de carne de aves, que por sua vez, insere a rede como parte do pólo agroindustrial do Oeste catarinense, onde distribuem-se algumas das principais empresas do setor, além da produção leiteira, atuando com pequenas unidades (IPARDES, 2004).

Entre as cooperativas e empresas agroindustriais, somamos 14 empresas estabelecidas na rede (veja mapa 23): Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense (CAMDUL)¹²⁹, de Dois Vizinhos, produzindo ração animal; Cooperativa Agropecuária Capanema (COAGRO), na planta de Francisco Beltrão, atuando no abate de bovinos e na unidade de Santo Antônio do Sudoeste, produzindo ração animal; Cooperativa de Produtores Cana-de-açúcar, de Dois Vizinhos, com produção de conservas de frutas; Cooperativa Agroindustrial São-Joanense (COAIS), atuando na produção de derivados de milho; Cooperativa dos Produtores de Suínos e Derivados Lontrense, de Salto do Lontra, no abate de suínos; e a Satiare Alimentos¹³⁰ de Nova Prata do Iguacu. As demais

¹²⁸ As unidades da BRF de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, produzem e abatem frangos, produzem e abatem perus e produzem ração para alimentar seus pintainhos nos aviários.

¹²⁹ A CAMDUL, enfrentou problemas durante os anos 2000 e teve a maioria de seus ativos incorporados pela COASUL.

¹³⁰ Destacando que, a Satiare Alimentos iniciou suas atividades nos últimos meses de 2010, sendo uma empresa constituída a partir da união de capitais de empresários regionais, onde os investimentos alocados ultrapassaram 23

atuam na atividade de laticínios, a COASUL de São João, que fez parceria em sua unidade de produção de leite com a Frimesa; Cooperativa Leite Agricultura Familiar, de Dois Vizinhos; a Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste (SUDCOOP), de São João; a Laticínio Alto Alegre¹³¹, sediada no município de Verê, que trabalha com o sistema de produtores integrados e atua na produção de derivados de leite; além da empresa agroindustrial San Rafael Sementes e Cereais Ltda., cuja matriz localiza-se em Coronel Vivida (um centro fora da rede que estamos analisando) e, que possui um entreposto, em Francisco Beltrão¹³².

Em relação à produção avícola¹³³ destacam-se na rede as empresas Sadia (*BRF*), com uma unidade em Francisco Beltrão e outra em Dois Vizinhos; a COASUL, de São João; a Gralha Azul Avícola, produzindo ovos e pintainhos de um dia, em Francisco Beltrão, além da

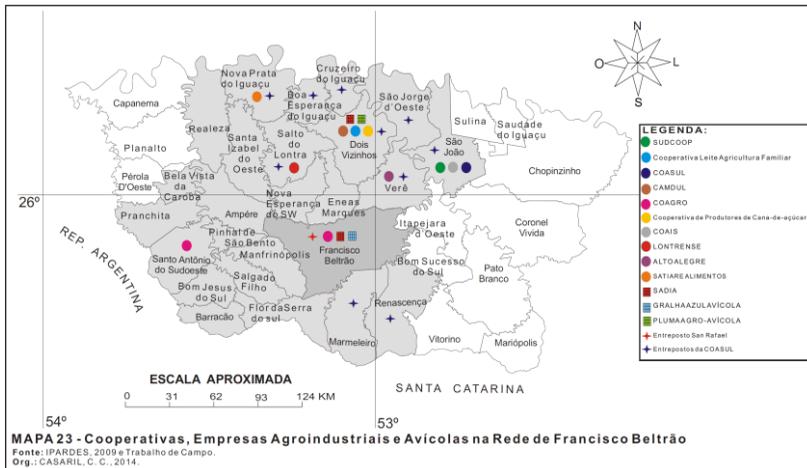
milhões de reais, para a edificação de uma unidade fabril com área construída de 7.800 m². A empresa atua no processamento de carne de suínos, fabricando linguiças fininhas, calabresas, bacon, mortadelas, presuntos, salsichas, cortes especiais, etc. Mas, aqui o fato mais importante é que, essa empresa foi vendida em agosto de 2012 para a Cooperxanxerê, por R\$ 40 milhões.

¹³¹ O Laticínio Alto Alegre iniciou suas atividades em 2001 processando 713 litros de leite por dia, os quais eram utilizados para a produção de queijo mussarela, queijos trançados temperados e ricota. No primeiro mês de funcionamento do laticínio, o preço pago pelo litro de leite foi de R\$ 0,25, em detrimento ao valor pago pelas demais empresas (entre R\$ 0,08 a R\$ 0,13), o que motivou muitos produtores a negociar o leite com o laticínio. Em 2010, o preço do litro de leite pago pela empresa era de R\$ 0,63. Em 2001, a agroindústria possuía quatro funcionários e, em 2013 a empresa gerava 90 empregos diretos. A estrutura física inicial da agroindústria era de 183,76 m² e, atualmente conta com uma área total de 1.500 m². Em 2010 foram processados em média 61.575,98 litros por dia (em 2013 processou 90 mil litros de leite dia, produzindo cerca de 300 toneladas de queijos/mês), produzindo diariamente 500 kg de queijo colonial, 250 kg de prato, 120 kg de provolone defumado, 10 kg de trançados temperados e, aproximadamente 5.000 kg de queijo mussarela, este último em maior volume devido ao maior espaço no mercado consumidor (ZENI, 2011; <http://www.laticinioaltoalegre.com.br/>, 2013).

¹³² A San Rafael Sementes e Cereais Ltda., como já apresentamos, possui matriz em Coronel Vivida, um centro do Sudoeste do Paraná, mas que não faz parte da rede de Francisco Beltrão. Essa empresa recebe e comercializa grãos de agricultores do Sudoeste paranaense e Oeste catarinense.

¹³³ A indústria Anhambi, atua no abate de frangos e, localiza-se em Itapejara d'Oeste (centro que no REGIC publicado em 2008, deixa de fazer parte da rede de Francisco Beltrão).

Pluma Agro-Avícola, de Dois Vizinhos, concorrente da Gralha Azul Avícola.



A indústria têxtil é outro segmento que vem crescendo na rede, como mencionamos, passando de 64 para 239 estabelecimentos, entre 1990 e 2010. Dentre as indústrias de confecções destacam-se as que efetuam importação e exportação, fato este que, se altera, dependendo do ano analisado, todavia, proporcionam, a ampliação dos fluxos da rede urbana. Por exemplo, se levarmos em conta o trabalho de Migliorini (2007), as empresas que realizaram importações foram: a Latreille (importou aviamentos, tecidos e produtos químicos da Alemanha e EUA); a Kaisem (importou tecidos 100% algodão do Paraguai); a Traymon (tecidos da China e Itália); a Raffer (tecidos do Uruguai, China e Coréia); a Krindges (tecidos e máquinas da Alemanha e China); e a Minetto (máquinas da Alemanha). Entre as que já haviam realizado exportação estão, a Krindges, a Latreille e a Traymon (esta possuía a maior diversidade do mercado externo, exportando para 7 países (Argentina, Uruguai, Portugal, Bolívia, Canadá, EUA e Nova Zelândia) (MIGLIORINI, 2007).

O setor de madeira e mobiliário vem crescendo na rede, passando de 120 para 172 estabelecimentos, entre 1990 e 2010. Com destaque para o segmento moveleiro, que conta com indústrias como, a Marel, de Francisco Beltrão, a Simosul, a Notável, a GAAM e a Ghelplus, de Ampére; e para o segmento de lâminas e aglomerados de madeira, com as empresas Angelo Camilotti, Mazza e Fremapar de Francisco Beltrão.

Como podemos verificar, a partir dos anos 1990 a rede começou a apresentar uma diversificação em sua produção industrial. Porém, é muito fácil notar que, (se retirarmos os dados da indústria da construção civil, que divergem, pois muitas não são consideradas produtivas), as principais matrizes produtivas, são basicamente as mesmas do início da formação da rede, e continuam apresentando os maiores números de estabelecimentos e empregos. Ou seja, as de madeira e mobiliário (16,43% dos estab.), de confecções (22,83%), de alimentos (16,24%) e, atualmente, vêm se destacando as metalúrgicas (17,00%) com ênfase para as pequenas indústrias de alumínio, sobretudo, a M.T.A., de Marmeleiro, estas chegaram até a formar um APL – Arranjos Produtivos Locais¹³⁴.

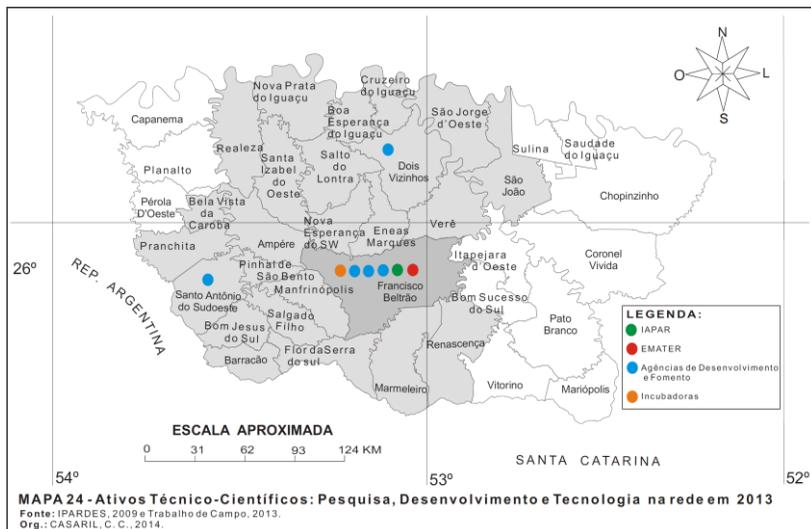
A rede de Francisco Beltrão (e região Sudoeste do Paraná) conta com quadro APLs, o APL de Confecções (do Sudoeste); o APL Madeireiro e Moveleiro (do Sudoeste); o APL de Alumínio (do Sudoeste) e o mais recente é o APL de TI – Tecnologia da Informação, do Sudoeste (com destaque para Pato Branco e Dois Vizinhos). Estes APLs, foram formados durante os anos 2000, sobretudo, durante seus dois primeiros quartéis. E, vêm conquistando, principalmente, benefícios para aquisição de matérias-primas e através de parcerias com entidades (prefeituras, SESI-SENAI), vem ocorrendo a qualificação de mão de obra (com destaque para o setor de confecções).

Na sequência, apresentamos o mapa 24, nele podemos visualizar o total de ativos técnico-científicos, referentes à pesquisa, desenvolvimento e tecnologia¹³⁵ presentes nos centros da rede. Dentre os institutos e fundações de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, incubadoras e parques tecnológicos, destacam-se cinco agências de desenvolvimento e fomento presentes na rede, três em Francisco Beltrão, uma em Dois Vizinhos e uma em Santo Antônio do Sudoeste.

¹³⁴ O APL é uma aglomeração de empresas de mesma atividade produtiva (especialização produtiva), de centros urbanos próximos, concentrados em uma determinada região, que mantêm vínculos de interação, cooperação e aprendizado entre si e com demais agentes, como, Poder Público, Núcleos e Associações empresariais, Sistema financeiro, ensino e pesquisa. Estes complexos contribuem para o desenvolvimento regional, fortalecendo o ramo de atividade, ganhando representatividade no mercado, absorvendo parcela significativa de mão-de-obra, contribuindo para diminuição dos custos na aquisição de matéria-prima, aprendendo e modernizando processos produtivos e de gestão (CROCETTI, 2012).

¹³⁵ Em relação ao Sudoeste do Paraná, estes ativos se destacam na cidade de Pato Branco, a partir de se Parque Tecnológico e empresas de TI incubadas.

Em Francisco Beltrão, localiza-se a sede da “Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná”, que atua realizando pesquisas, diagnósticos e prognósticos voltados a analisar e propor medidas ao desenvolvimento de toda região, se destacando nas análises das cadeias produtivas do leite e do alumínio. Segundo o Sr. Célio Bonetti, sociólogo e diretor executivo a Agência de Desenvolvimento do Sudoeste, esta agência é considerada uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e foi criada em 1996, quando inicialmente instalou-se em Marmeleiro. A ideia de fundar esta agência de desenvolvimento, veio a partir do “Pacto Nova Itália” quando um grupo de prefeitos da região realizou (em 1996) uma missão para a Itália. Na ocasião, os prefeitos conheceram as regiões do interior mais desenvolvidas daquele país e como elas se desenvolveram e apreenderam que estas regiões tiveram planos de desenvolvimento regional e, estes planos, eram conduzidos por agências. Assim, eles verificaram que se o Sudoeste quisesse se desenvolver teria que ter planos de desenvolvimento e, para tanto, teria que ser instituída uma agência que cuidasse dos processos regionais, a partir da matriz produtiva, realizando investigações (estudos e pesquisas, estruturação de um observatório socioeconômico, programas, projetos e ações (como o projeto atual “sistema regional de inovação) e captação de recursos (através da Agência já foram carreados mais de R\$ 5 milhões em recursos para a região). A Agência do Sudoeste, busca a união dos prefeitos, deputados e demais lideranças, para conquistar objetivos estratégicos para a região. O exemplo disso é que a Agência foi a instituição que teve papel central na conquista do Campus da UFFS para Realeza e, dos Campus da UTPR em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, além de vários equipamentos para estimular produtores rurais a construir suas pequenas agroindústrias, foi conquistado também, benefícios para a cadeia produtiva do leite e do alumínio etc.



Francisco Beltrão ainda conta com uma empresa incubadora que é a FINDEX – Incubadora de Empreendimentos Inovadores e Tecnológicos, que nasceu em 2008, dentro da Associação Comercial de Francisco Beltrão e hoje possui local próprio e conta com 9 projetos incubados (das áreas de tecnologia da informação, agronegócio e setor comercial e vendas etc.¹³⁶). E, um convênio firmado, desde 2010 com a Associação Comercial e Empresarial de Francisco Beltrão, com aporte de R\$ 5.700,00 mensais, para apoio às operações da incubadora. Duas empresas já conseguiram, por intermédio da FINDEX ter seus projetos contemplados em editais da FIEP (fundo perdido) com valores que

¹³⁶ A empresas incubadas em 2013 e suas áreas/projetos eram: **Inovasul** - Desenvolve sistema em TI com controle micro-processado; **CEICOM** - Atleta On-line - Sistema de Currículo para Atletas e Profissionais do Esporte; **BM Assessoria** - Assessoria Agroindustrial, Agrícola, Administrativa, Cursos e Treinamentos; **Centro de Diagnóstico Agroindustrial** – desenvolve um produto para análise e identificação de microrganismos causadores da inflamação da glândula mamária e reconhecimento da sensibilidade a antimicrobianos para o tratamento de animais leiteiros; **Rojimaq** - desenvolve um Robô Mecânico; **Adhoc 3D Productions** – realiza a criação de protótipos e animações em 3D; **NTC informática** - Provedor de internet via rádio, sistema digital “nuvens”; **ONNIX Sistemas** - Desenvolve sistemas gerenciais para auto-elétricas, mecânicas e clubes; **WG Terra** - Desenvolve web sites para empresas de micro e pequeno porte.

passam de R\$ 100 mil para o desenvolvimento da pesquisa e as outras conseguiram empréstimos do Banco de Fomento Estadual, que só realiza empréstimos para empresas incubadas, com juros menores, carência de 6 meses e sem solicitar garantias.

Os representantes do poder público de Francisco Beltrão vêm buscando apoio dos deputados estaduais e federais para instalarem nesta cidade um Parque Tecnológico, visando competir com a cidade de Pato Branco que, atualmente possui um grande Parque Tecnológico, onde estão incubadas várias empresas (empresas em formação). Até mesmo empresas consolidadas, com matriz no Estado de São Paulo, trouxeram suas filiais para este parque, devido aos benefícios. E, essa é uma luta que Francisco Beltrão vem travando, desde 2008, mas que ainda não saiu do papel. Porém, em 2012, a prefeitura adquiriu o terreno (figura 21) para construção deste ativo técnico-científico e realizou parte da terraplanagem, mas a partir de então, com a mudança da gestão municipal, o parque foi tirado da pauta de assunto prioritário dos dois primeiros anos de mandato e, voltará a cena em 2015, após as eleições de presidente, governadores e deputados.

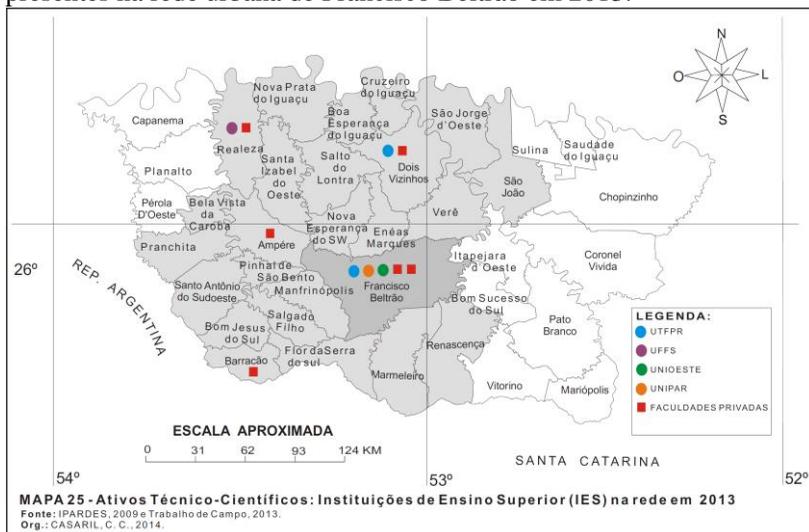
Continuando a abordagem sobre a pesquisa, desenvolvimento e tecnologia na rede, não podemos deixar de mencionar o IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná, que se faz presente com uma unidade regional, com estação agro-meteorológica e laboratórios de análises de solos. Outro ativo de grande importância é o escritório regional da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná, instalado em Francisco Beltrão, pois esta empresa possui um quadro profissional que presta assistência técnica aos pequenos agricultores e realiza extensão rural, ou seja, é uma empresa governamental de alto impacto para o desenvolvimento regional (IPARDES, 2009).



Figura 21 – Futuro Terreno do Parque Tecnológico, com área de 300.000 m²

Fonte: <http://franciscobeltrao.pr.gov.br/>

O mapa 25, segue discutindo os ativos técnico-científicos, porém, apresentamos neste cartograma as Instituições de Ensino Superior (IES) presentes na rede urbana de Francisco Beltrão em 2013.



Na rede urbana de Francisco Beltrão, cinco cidades possuem oferta de ensino superior universitário, através da presença de campus, estruturados a partir de três universidades públicas e uma privada. Das quadro universidades públicas, a UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, conta com um campus em Francisco Beltrão; a UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, conta com campus em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos; e a UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul, conta com um campus em Realeza cuja atividades iniciaram atividades em 2010. A UNIPAR - Universidade Paranaense é a única universidade privada na rede, com campus em Francisco Beltrão.

Em relação as faculdades privadas, estas localizam-se em cinco cidades. Destacando que, não adicionamos as cidades que possuem pólos de EAD - Educação a Distância com cursos de graduação e pós-graduação, de universidades e faculdades privadas.

Vale ressaltar, que a FAF – Faculdade da Fronteira¹³⁷, instalada em Barracão, se tornará IFPR – Instituto Federal do Paraná, Campus de Barracão até o final de 2014 (os acordos de doação de terrenos e compromissos do poder público Federal e Estadual já foram assinados). O IFPR, campus de Barracão, trabalhará em parceria com o campus do IFPR que se instalará em Capanema. Além disso, as expectativas e tratativas dão conta de que a UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana de Foz do Iguaçu – PR, passará a ministrar cursos de graduação em conjunto com o Instituto para estudantes brasileiros e argentinos.

A intermediação para a FAF se tornar um campus de uma IES pública foi realizada pelo CIF – Consórcio Intermunicipal da Fronteira, que é organizado entre Dionísio Cerqueira – SC, Barracão – PR e Bom Jesus do Sul – PR, ou seja, um consórcio realizado entre três centros locais que se unem, visando promover atividades voltadas para seus desenvolvimentos. A conquista do IFPR, trará para a cidade muitos professores e servidores, com média salarial acima da local, o que contribuirá para o desenvolvimento econômico, além disso, vem no sentido de ampliar as possibilidades de manter seus jovens, na cidade/município, evitando que esta população em idade ativa, tenha que migrar para outras regiões, para conseguir estudar e entrar no mercado de trabalho.

¹³⁷ A FAF iniciou suas atividades, como um braço da extinta Faculdade de Palmas (que atualmente já é um campus do IFPR), realizando seu primeiro vestibular em 2002.

Para finalizar, apresentamos em sequência os quadros 14 com o Valor do PIB dos centros da rede, referentes aos anos 2000, 2005 e 2010, para os setores da indústria, do comércio e serviços e da agropecuária e, o quadro 15 com o PIB *per capita* (2003-2010) e IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000-2010) dos centros da rede de Francisco Beltrão.

A rede urbana de Francisco Beltrão não conta com nenhum centro com participação acima de 1% no PIB Estadual. Francisco Beltrão é o centro que conta com a maior participação no PIB do Paraná em relação aos demais centros da rede, com participação de 0,56, 0,55 e 0,60, respectivamente para os anos 2000, 2005 e 2010 (como havíamos demonstrado no capítulo 2).

Cidades da Rede de Fco. Beltrão	PIB Indústria			PIB Comércio e Serviços			PIB Agropecuária			PIB Total *		
	2.000	2.005	2.010	2.000	2.005	2.010	2.000	2.005	2.010	2.000	2.005	2.010
Francisco Beltrão	89.885,09	130.055,54	157.224,91	202.478,85	237.086,30	325.493,07	31.779,00	34.128,15	44.443,97	354.317,17	440.382,33	580.287,68
Ampére	16.353,74	18.866,17	26.184,30	30.997,08	37.121,71	48.098,60	12.371,68	10.837,25	18.370,41	65.097,18	73.362,72	101.310,18
Barracão	2.786,01	6.315,74	6.378,22	18.896,29	22.730,53	32.297,58	6.264,06	6.552,60	10.042,94	30.453,73	38.749,83	53.264,32
Bela V. da Caroba		896,19	1.043,27		5.965,57	8.350,95		5.516,78	7.403,62		13.004,62	17.467,66
Boa E. do Iguaçú	658,70	844,83	1.020,00	5.365,07	6.395,56	6.996,73	7.030,06	6.922,39	8.238,63	13.491,83	14.939,78	16.858,57
Bom Jesus do Sul		828,31	917,89		4.997,12	6.794,24		5.224,54	9.492,74		11.471,17	17.633,84
Capanema	13.902,00			44.614,02			23.233,83			87.617,38		
Cruzeiro Iguaçú	1.701,49	1.218,52	1.784,99	17.512,28	8.082,01	15.242,52	6.693,42	6.858,18	9.260,85	26.585,83	17.094,67	27.323,23
Dois Vizinhos	78.177,76	102.745,75	95.038,30	93.477,69	125.186,61	146.465,60	20.995,98	25.434,60	33.269,06	208.240,46	276.493,43	298.340,42
Enéas Marques	3.474,27	6.384,74	10.357,16	10.725,65	12.661,16	14.561,58	7.949,12	10.841,57	14.936,35	23.255,41	32.611,02	42.577,36
Flor da S. do Sul	1.206,60	1.616,93	1.582,13	10.962,26	8.816,46	13.791,18	9.260,68	8.225,33	13.099,23	22.128,12	19.776,67	29.540,59
Itapejara d'Oeste	6.753,90			19.676,27			13.432,18			42.802,18		
Manfrinópolis		625,91	788,17		4.072,55	5.458,68		5.742,42	7.654,16		10.790,97	14.289,88
Marmeleiro	4.955,18	6.422,80	7.576,88	25.868,31	31.163,47	35.947,54	13.801,94	11.689,60	19.297,45	47.381,46	53.720,07	67.167,50
Nova E. do SW	1.067,72	1.268,77	2.109,42	7.190,83	7.875,86	10.053,53	7.567,59	8.378,85	11.763,06	16.378,37	18.366,70	24.984,00
Nova P. do Iguaçú	2.923,03	3.365,08	4.171,34	18.146,03	20.231,97	27.270,94	17.374,23	16.831,95	23.685,07	40.284,11	43.166,95	57.657,59
Pérola d'Oeste	1.608,86			13.223,36			11.387,92			27.360,43		
Pinhal de S. Bento	486,92	578,08	843,58	3.480,85	3.515,98	7.492,34	3.523,99	3.742,64	5.446,60	7.729,44	8.138,06	14.076,01
Planalto	3.929,30			27.412,10			17.645,44			52.922,54		
Pranchita	1.762,22	3.745,84	3.329,24	15.385,77	18.236,16	23.239,45	14.136,79	8.738,52	11.525,43	33.220,84	33.323,12	40.877,22
Realeza	7.742,39	7.546,99	13.186,45	42.079,75	46.922,73	64.924,57	19.475,13	15.099,07	23.648,96	74.440,61	75.686,21	109.182,11
Renascença	2.408,38	3.893,97	4.221,45	23.280,63	25.287,68	34.690,91	23.899,93	17.030,95	22.957,91	53.124,22	50.524,21	66.558,41
Salgado Filho	1.202,60	1.392,13	1.546,43	8.668,59	10.202,21	15.454,10	6.493,88	7.207,51	12.977,94	17.210,26	19.939,78	31.651,77
Salto do Lontra	3.294,91	3.914,48	5.587,86	21.087,52	25.518,26	33.083,96	12.942,63	15.120,22	21.814,03	39.398,28	47.618,63	63.550,61
Santa I. do Oeste	3.032,64	3.761,75	4.391,23	25.304,80	29.164,54	38.814,24	16.372,09	11.811,27	20.502,45	47.654,22	48.790,37	68.081,36
Santo A. do SW	6.892,74	7.992,25	9.786,82	30.553,56	32.089,09	42.034,51	13.984,20	11.088,27	16.058,56	55.927,29	56.057,54	71.762,21
São João		7.334,51	14.494,59		41.043,02	49.598,76		14.343,96	21.987,00		69.269,54	93.126,72
São Jorge d'Oeste	2.863,19	3.742,94	3.979,14	18.078,20	20.551,75	22.908,68	12.502,54	12.109,07	17.362,60	35.104,71	39.176,12	46.865,06
Verê	3.074,74	2.747,43	2.804,80	15.587,83	784.918,29	25.910,82	14.563,41	15.359,95	18.172,51	35.171,61	38.655,23	49.923,04
Total da Rede	262.144,4	328.105,7	380.348,56	750.053,6	1.569.836,6	1.054.975,08	344.681,7	294.835,7	423.411,5421	1.457.297,7	1.551.109,7	2004.357,34
Total Paraná	17.727.364	21.063.286	22.939.430	37.361.299	42.903.198	53.535.393	5.492.924	5.905.891	7.081.746	69.130.749	79.827.742	96.954.452

Quadro 14 – PIB dos centros da Rede de Francisco Beltrão – 2000, 2005 e 2010.

Fonte: IBGE, 2000b, 2008; <http://www.ipeadata.gov.br/>. **Org.:** CASARIL, C. C., 2014.

Obs. 1: para o ano de 2000 utilizou-se o REGIC publicado em 2000 para compor a rede de Francisco Beltrão e, para 2005 e 2010 utilizou-se o REGIC publicado em 2008. A diferença entre estes REGICs foi a entrada de Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis e São João e, a saída da rede dos centros de Capanema, Itapejara d'Oeste, Pérola d'Oeste e Planalto.

Obs. 2: * No PIB total está incluso o PIB municipal dos Impostos sobre os produtos.

Cidades da Rede de Francisco Beltrão	PIB per capita (R\$ 1,00)		IDHM	
	2.002	2.010	2000	2010
Francisco Beltrão	7.174	16.471	0,683	0,774
Ampére	4.806	13.118	0,615	0,709
Barracão	4.436	12.260	0,613	0,706
Bela Vista da Caroba		9.938		0,681
Boa Esperança do Iguaçu	6.301	13.650	0,565	0,700
Bom Jesus do Sul		10.411		0,697
Capanema	6.778		0,607	
Cruzeiro do Iguaçu	4.913	14.327	0,562	0,709
Dois Vizinhos	8.391	18.471	0,658	0,767
Enéas Marques	5.625	15.640	0,634	0,752
Flor da Serra do Sul	4.750	14.012	0,583	0,682
Itapejara do Oeste	7.307		0,608	
Manfrinópolis		10.242		0,645
Marmeleiro	4.516	10.823	0,594	0,722
Nova Esperança do Sudoeste	3.986	10.958	0,576	0,714
Nova Prata do Iguaçu	5.315	12.462	0,591	0,716
Pérola d' Oeste	4.773		0,603	
Pinhal de São Bento	3.634	12.041	0,524	0,695
Planalto	4.920		0,586	
Pranchita	6.868	16.266	0,638	0,752
Realeza	6.183	14.968	0,639	0,722
Renascença	9.772	21.904	0,591	0,733
Salgado Filho	4.551	16.111	0,561	0,700
Salto do Lontra	4.299	10.417	0,599	0,718
Santa Izabel do Oeste	5.273	11.617	0,587	0,696
Santo Antônio do Sudoeste	3.802	8.507	0,576	0,671
São João		19.677		0,727
São Jorge d' Oeste	4.995	11.561	0,609	0,722
Verê	5.296	14.200	0,642	0,720
PARANÁ	9.023	20.804	0,650	0,749
BRASIL	8.378	19.766	0,612	0,727

Quadro 15 – PIB per capita (2003 – 2010) e IDHM (2000-2010) da Rede de Francisco Beltrão.

Fonte: IBGE, 2000b, 2008; <http://www.ipardes.pr.gov.br>; <http://www.pnud.org.br/>
Org.: CASARIL, C. C., 2014.

O setor de comércio e serviços de Francisco Beltrão, em 2010 representava um PIB de 56,09%, e o setor indústria somava 27,09% do PIB, ou seja, o setor de comércio e serviços era disparado o principal setor gerador de riquezas na cidade. Em Dois Vizinhos, a segunda principal cidade da rede, o setor terciário possuía um PIB de 49,09% e o industrial somava 31,855, em 2010.

Os centros que possuem os maiores PIBs da rede são Francisco Beltrão (28,95%), Dois Vizinhos (14,88%), Realeza (5,45%), Ampére (5,05%) e São João (4,65%).

Em relação ao PIB *per capita*, verificamos que todos os municípios da rede urbana analisada ampliaram seus PIB *per capita* entre 2002 e 2010. Neste período, dos 25 centros da rede, apenas Renascença possuía PIB *per capita* maior do que o Estado. Relativizando, significa que os centros da rede necessitam ampliar seu desenvolvimento econômico, isto não quer dizer que o atual desenvolvimento econômico e social esteja aquém, mas significa que o Estado ao concentrar seu desenvolvimento, ou melhor, concentrar suas riquezas, sobretudo na Região Metropolitana de Curitiba, onde se localizam grandes indústrias (petroquímicas, automobilísticas, máquinas e equipamentos pesados, etc.), proporciona a concentração. Desse modo, o Estado do Paraná deve buscar desconcentrar suas riquezas e investimentos, dividindo uma fatia maior do bolo com o interior do Estado e, claro, facilitar empréstimos a juros reduzidos para empresários locais de cidades interioranas, pois estes são responsáveis por promover uma maior parcela do desenvolvimento econômico local/regional.

Em relação ao IDHM, vale lembrar que, para um melhor entendimento, este é dividido em cinco “faixas de desenvolvimento humano”: Muito Alto (0,800 – 1,000); Alto (0,700 – 0,799); Médio (0,600 – 0,699); Baixo (0,500 – 0,599); Muito Baixo (0,000 – 0,499).

Em 2000, dos 25 centros da rede, 13 possuíam IDHM Baixo e 12 possuíam IDHM Médio, ou seja, todos os centros da rede se concentraram nestas duas faixas de IDHM (destacando que, tanto o Paraná, quanto o Brasil possuíam IDHM em 2000 e 2010, Médio e Alto, respectivamente). Já, em 2010, dos 25 centros da rede, 18 conquistaram IDHM Alto e 07 possuíam IDHM Médio, ou seja, em uma década os centros da rede conquistaram índices elevados, se concentrando em duas faixas de destaque, o que só por este fato, não poderíamos afirmar que, os centros da rede não possuem relevância (espaços de relevância), ou que são socialmente críticos.

4.2 - As Contemporâneas Interações Espaciais do Setor Terciário

Nesta parte, apresentaremos as interações espaciais que dizem respeito ao setor terciário, destacando as interações dos serviços de educação, mais precisamente das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas presentes na cidade de Francisco Beltrão. Além é claro, de

sublinhar *pari passu* a dinâmica do setor comercial, destacando as empresas que influenciam na centralidade e nos fluxos da rede.

Em relação ao setor terciário, verificamos a partir do gráfico 26, que o total desses estabelecimentos na rede em 2000 somavam 3.226, destacando os segmentos, comércio varejista (53,56%); alojamento (13,33%) e transporte e comunicações (9,33%) e, em 2010, contabilizavam 6.064 estabelecimentos com destaque para comércio varejista (56,15%); alojamento (11,74%) e transporte e comunicações (11,28%).

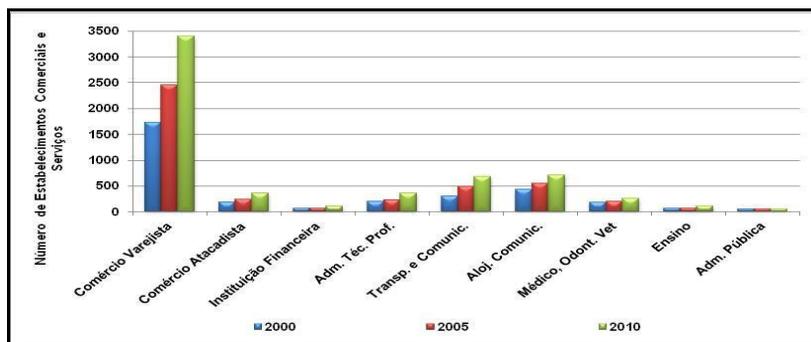


Gráfico 26 – Estabelecimentos comerciais e serviços na Rede (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 2000b, 2008; RAIS-MTE, 2000, 2005, 2010.

Org.: CASARIL, C.C., 2014.

Os empregos do setor terciário na rede, em 2000 somaram 17.976 ocupações e a partir do gráfico 27, podemos verificar que os segmentos da administração pública, somaram 34,77%; o de comércio varejista, 28,98% e o de alojamento e comunicação, apresentaram 12,07% dos estabelecimentos. Em 2010, as ocupações na rede contabilizaram, 35.549 empregos, sendo que, a administração pública, somou 25,50% dos estabelecimentos; o comércio varejista, 35,23% e o de alojamento e comunicação 8,36%. Assim, verificamos que o único dos três principais segmentos que não perdeu porcentagens de ocupações, em relação a todos segmentos analisados, foi o setor de comércio varejista. Destacando que, o número total de empregos gerados na rede pelo setor terciário entre 2000 e 2010, obteve um saldo positivo de 17.373, ou 96,65% de ocupações. O que demonstra a forte dinâmica dos centros da rede nas atividades terciárias.

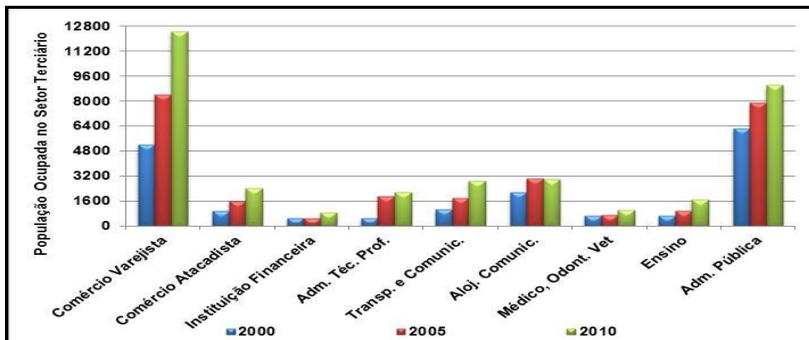


Gráfico 27 – População ocupada no setor terciário na Rede (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 2000b, 2008; RAIS-MTE, 2000, 2005, 2010.

Org.: CASARIL, C.C., 2014.

Em 2000, Francisco Beltrão somava 6.305 empregos do setor terciário com destaque para comércio varejista (30,50%); administração pública (20,43%) e alojamento e comunicação (18,45%) e, em 2010, contabilizou 13.007 ocupações sendo comércio varejista (40,75%); administração pública (12,49%) e alojamento e comunicação (9,12%). Deste modo, Francisco Beltrão entre 2000 e 2010, dobrou o número de seus empregos no setor terciário, o que por sua vez, contribuiu para sua maior dinâmica urbana e centralidade.

Dois Vizinhos, como o segundo principal centro da rede de Francisco Beltrão, apresentou uma forte expansão dos seus empregos no setor terciário. Em 2000, somavam 1.994 ocupações e, em 2010, contabilizaram 5.195 empregos, ou seja, uma expansão de 260,53% sendo este, o centro da rede que mais galgou em porcentagem de ocupações terciárias criadas. Em Realeza, os empregos desse setor em 2000, contabilizaram 953 ocupações e, em 2010, somaram 1.934 empregos. Já, em Santo Antônio do Sudoeste, os empregos em 2000, somaram 805 ocupações e, 2010, somaram 1.441 empregos.

Estes quatro centros somaram juntos em 2000, 10.057, ou 55,95% dos empregos e, em 2010, somaram 21.577, ou 61,04% das ocupações do setor terciário da rede.

Em relação as instituições financeiras, Francisco Beltrão sai de 9 em 1990, para 27 em 2010. E, Dois Vizinhos que contava com 7 instituições financeiras presentes em 1990, atinge 14 em 2010. Estes são os dois principais centros da rede e, contam também com o maior número de instituições do sistema financeiro presentes nos centros da

rede. Vale destacar que em 1995, das 25 cidades da rede 15 não possuíam instituições financeiras. No entanto, em 2010, dos 25 centros da rede, somente Manfrinópolis e Pinhal de São Bento não contavam com instituição financeira. Três possuíam apenas uma instituição financeira, sendo eles, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul e Cruzeiro do Iguaçu que passaram a contar com um Posto de Atendimento Avançado do Banco Bradesco onde são oferecidos serviços básicos como saque e depósito de dinheiro. Este Posto de Atendimento Avançado traz, entre outros benefícios, o pagamento dos aposentados¹³⁸ e do funcionalismo público que recebiam seus salários em cidades vizinhas.

O aumento do número de agências bancárias, pontos de atendimento avançados e caixas eletrônicos, proporciona a diminuição da centralidade de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos em relação à dependência da população situada nos centros da rede, bem como, a uma maior comodidade, fazendo com que muitos que, antes não possuíam contas bancárias, abrissem as suas e passassem a ter acesso a vários serviços, sendo os principais, a conta corrente e poupança. Ao mesmo tempo, gerando uma maior facilidade para as empresas instaladas, que antes, quando dependiam de serviços financeiros, tinham que se deslocar a centros vizinhos até mesmo para fazer o pagamento de seus funcionários, evitando assim, ter que dispor de grande soma de dinheiro, principalmente nos dias de pagamento. Deste modo, a dinâmica dos centros da rede se amplia por essa facilidade gerada para as empresas, até mesmo, gerando estímulos para que novos empreendimentos se instalem nestas cidades.

Interessante destacar que, em se tratando de rede urbana, a agência do Banco do Brasil¹³⁹ de Francisco Beltrão é subordinada a agência de Pato Branco, pois é esta que comanda as agências do Banco do Brasil na região Sudoeste do Paraná.

Já, a agência da Caixa Econômica Federal de Francisco Beltrão e as instaladas nas cidades do Sudoeste do Paraná, são comandadas pela

¹³⁸ O pagamento dos aposentados, antes era realizado pela Agência dos Correios, através de sua marca denominada “Banco Postal”, que até 2011 tinha parceria com o Bradesco, mas que, a partir de 01 janeiro de 2012 iniciou nova parceria com o Branco do Brasil.

¹³⁹ O Banco do Brasil é estruturado da seguinte maneira, ele tem a Presidência, as Superintendências Estaduais (que se localizam nas Capitais dos Estados) e tem as Superintendências Regionais, sendo uma delas Pato Branco, que é responsável pelas agências espalhadas pelas cidades do Sudoeste do Paraná.

Superintendência Regional Oeste/Sudoeste do Paraná, localizada em Cascavel-PR.

Em relação as atividades urbanas da rede urbana (instituições financeiras), outro destaque é dado a Cooperativa de Crédito Agrícola Cresol, com sede em Francisco Beltrão. Esta Cooperativa finalizou 2013 com 200 unidades de atendimento, sendo 81 unidades cooperativas e 119 postos de atendimento. A Cresol visa levar para agricultores familiares os produtos e serviços do mercado financeiro, para tanto, possui parceria fundamental com o BNDES, que contribui segundo Alzimiro Thomé, presidente do sistema Cresol, com a ampliação do crédito solidário. As unidades da Cresol estão distribuídas em nove Estados brasileiros, sendo que, no Amazonas, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo, a Cresol conta com assessorias para prestar atendimentos as cooperativas. Já, no Paraná, a Cresol possui 123 unidades; em Santa Catarina, somam-se 43; em Minas Gerais, 17; no Espírito Santo, 10 e em Rondônia sete unidades de atendimento. Lembrando que, todas essas unidades são controladas/geridas pela unidade de Francisco Beltrão da Cresol, por isso chamada de “Cresol Baser”.

4.2.1 - Os serviços de educação (Instituições de Ensino Superior): como expressão da centralidade de Francisco Beltrão

O objetivo desta parte é analisar a centralidade de Francisco Beltrão a partir do ensino superior, com destaque para as Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas, a saber: UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão e a UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Francisco Beltrão – PR.

Como metodologia para tal estudo, utilizamos o referencial teórico-metodológico onde abordamos as noções e conceitos de centralidade urbana e rede urbana (escala inter-urbana). Utilizamos também o referencial empírico que consistiu na realização de trabalho de campo nas IES mencionadas, a fim de obtermos dados específicos sobre a história das universidades, além do total de acadêmicos matriculados em 2010, bem como a procedência dos mesmos. Este banco de dados possibilitou-nos utilizar o referencial técnico que versou na produção de quadros e mapas que apresentam as interações espaciais, representadas pelos centros urbanos de procedência dos acadêmicos para as IES públicas de Francisco Beltrão.

Conforme Sposito (1998) podemos analisar a centralidade urbana a partir da escala intra-urbana e/ou da escala da rede urbana. Utilizamos neste trabalho a segunda opção, que faz referência ao centro urbano “[...] ou aglomeração urbana principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede, essa, por sua vez, podendo ser vista em diferentes escalas e formas de articulação e configuração, de maneira a que se possam compreender os papéis da cidade central” (SPOSITO, 1998, p.27).

Para Corrêa (1997) as interações espaciais não devem ser vistas como simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação, mas, sim como parte integrante do processo de (re)produção social. Segundo o autor supracitado, as interações espaciais refletem-se nas “[...] diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas [...], predominantemente, [...] por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento do outro, ampliando as diferenças já existentes, isto é, transformando os lugares (CORRÊA, 1997, p. 280).

Portanto, as redes urbanas resultam da formação histórica dos lugares com funções diferenciadas e estratégicas. É por este motivo que Christaller advertia que os principais centros “[...] são dotados de funções centrais, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na região complementar [...]”, na hinterlândia. “A centralidade de um núcleo [...] refere-se ao seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, e maior sua centralidade” (CORRÊA, 1999, p.21).

4.2.1.1 - Características das IES Públicas de Francisco Beltrão

A iniciativa de criar em Francisco Beltrão uma Instituição de Ensino Superior remonta o ano de 1972. Contudo, a autorização para funcionamento da FACIBEL - Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, só ocorreu em 1975, com a participação do Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos, de Palmas – Pr.

Inicialmente os cursos implantados na FACIBEL foram: Estudos Sociais (este desativado em 1986 e implantado o curso de Geografia em 1987) e Economia Doméstica. Ambos os cursos foram posteriormente reconhecidos pela Lei Federal n.83.343/79, de 17 de abril de 1979.

Até a incorporação da FACIBEL pela UNIOESTE em 1997, funcionavam os seguintes cursos:

- a) **Economia Doméstica:** Licenciatura, reconhecido pelo Decreto n. 83.343, de 17 de abril de 1979 e Bacharelado, reconhecido pela Portaria n. 407/88, de julho de 1988.
- b) **Geografia:** Licenciatura e Bacharelado, reconhecido pela Portaria Ministerial n. 297/87, de 04 de maio de 1987.
- c) **Ciências Econômicas:** Bacharelado, autorizado, Decreto n. 90.774, de 28 de dezembro de 1984, reconhecido pela Portaria n.37, de 23 de janeiro de 1990.
- d) **Pedagogia:** Autorizado pelo Decreto de 16 de março de 1994, e em funcionamento as Habilitações das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio, Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério para Pré-Escola (Diário Oficial da União de 17 de março de 1994) e reconhecido pelo Decreto Estadual n.3.938.

De 1977 até a incorporação da FACIBEL pela UNIOESTE buscaram-se diversas alternativas de integração da FACIBEL com outras IES, visando à expansão quantitativa e a melhoria qualitativa de seus cursos. A primeira tentativa foi à união com a FAFI, de Palmas e com a FACICON, de Pato Branco. O embasamento era o atendimento da demanda regional do Sudoeste do Paraná por ensino superior. A década de 1980 foi marcada pela tentativa de constituição de uma Federação Regional de Faculdades, visando instituir a Universidade Regional do Sudoeste. Porém, no período de 1989 a 1992, a luta pela Universidade Regional do Sudoeste tomou outro rumo. Os esforços se voltaram para a viabilização da UNIVALE - Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, que chegou a ser constituída, através do artigo 59 e disposições transitórias, na Constituição do Estado do Paraná, e pela Lei n° 9484/90. Embora as justificativas das comunidades do Sudoeste e do Sul do PR fossem muitas e plausíveis, a implementação da UNIVALE, não ocorreu.

A FACIBEL, entre os anos de 1993 a 1996, buscou reencaminhar por outra direção a busca de alternativas para sua possibilidade de expansão enquanto IES pública. As novas alternativas visualizadas eram, basicamente, três: a) a incorporação a uma Universidade já constituída; b) a criação de uma fundação regional e, c) a simples estadualização. A congregação da FACIBEL decidiu em reunião no dia 09 de agosto de 1996, pela incorporação à UNIOESTE, e em dezembro de 1996, o Conselho Universitário da UNIOESTE aprovou a incorporação da FACIBEL.

A incorporação da FACIBEL à UNIOESTE, no ano de 1997, surgiu na perspectiva de consolidação e de melhoria do ensino superior público na Região Sudoeste do PR. Assim, a UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão – PR, conta além dos quatro cursos de graduação que existiam na FACIBEL (Ciências Econômicas, Economia Doméstica, Geografia e Pedagogia), com mais dois cursos de graduação, que começaram a funcionar no campus a partir de 2002:

- a) **Administração:** Bacharelado, autorizado pelo Decreto Federal n.77.961/76 e reconhecido pelo Decreto Federal n.83.325/79 e reconhecido pelo Decreto Estadual n.313 de 15 de março de 2007.
- b) **Direito:** Bacharelado, autorizado pelo Decreto n. 5.722 de 28 de maio de 2002 (<http://www.unioeste.br/campi/beltrao/>).

Além destes, o campus da Unioeste de Francisco Beltrão somou ao Programa de Mestrado em Geografia, instalado em 2007, mais dois Programas de Mestrado: o Mestrado em Educação, instalado em 2012 e o Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, instalado em 2013.

Outra conquista da Unioeste foi o curso de graduação em Medicina, que iniciou sua primeira turma no primeiro semestre de 2013. Destacando que, este curso, por ser de grande expressão social (curso da elite), irá por hipótese, ampliar a área de influência e/ou a centralidade de Francisco Beltrão no que tange as instituições de ensino superior.

A outra IES Pública de Francisco Beltrão é a UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Francisco Beltrão (Figura 22). Seu funcionamento foi autorizado pela Portaria Ministerial no. 1.863 de 30 de novembro de 2006. O Campus de Francisco Beltrão, conta com quatro cursos de graduação, sendo implantado primeiramente o curso de Tecnologia em Alimentos no início de 2008, em razão da significativa presença de indústrias na área alimentícia na região, que gera elevado número de vagas e, conseqüente, necessidade de mão de obra especializada. Outro curso existente no campus é o de Engenharia Ambiental implantado no início de 2009 (<http://www.utfpr.edu.br/franciscobeltrao>). No segundo semestre de 2011 teve início o curso de licenciatura em Informática e, a mais recente conquista do campus foi o de Engenharia Química que iniciará sua primeira turma no primeiro semestre de 2014.



Figura 22 – UTFPR – Francisco Beltrão.

Fonte: Foto de Edson Flessak, 2013.

4.2.1.2 - As IES Públicas de Francisco Beltrão-PR como Expressão da Centralidade

A partir do total de acadêmicos matriculados em 2010 nas IES Públicas presentes na cidade de Francisco Beltrão, verificamos a centralidade exercida por esta cidade. A centralidade de uma cidade,

[...] é função, acima de tudo, de sua capacidade de ofertar bens e serviços para outros centros urbanos, estabelecendo, desse modo, uma área de influência. Essa centralidade, portanto, é de natureza acima de tudo, econômica. Uma cidade será tanto mais complexa e possuirá uma posição tanto mais elevada na hierarquia da rede urbana, quanto mais ela possuir essa capacidade de ofertar bens e serviços e capturar uma área de influência maior. [...] (SOUZA, 2003, p.57).

Corrêa (1997) mencionou que é preciso considerar as especializações funcionais, sejam industriais ou aquelas vinculadas ao comércio e/ou serviços para analisarmos a centralidade urbana exercida por uma dada cidade. Neste trabalho, optamos por ponderar as atividades de prestação de serviços, entre elas, a educação, mais especificamente o ensino superior público. Este segmento das atividades de serviços ganha destaque na cidade abordada, principalmente a partir dos anos 2000 com a implantação dos cursos de Administração e Direito na UNIOESTE que vieram a se somar aos cursos de Ciências Econômicas, Economia Doméstica, Geografia e Pedagogia, além da

instalação da UTFPR em 2006, que em 2008 passou a ofertar o curso de Tecnologia em Alimentos e em 2009 o curso de Engenharia Ambiental.

Estas duas IES Francisco Beltrão totalizaram 1.544 acadêmicos matriculados em 2010. A UNIOESTE somou 1.162 acadêmicos, dos quais 613 são de Francisco Beltrão e os demais são de outros locais. Já a UTFPR totalizou 382 acadêmicos, sendo 216 de Francisco Beltrão e 166 de outras localidades. Dados estes apresentados nos quadros 16 e 17, bem como representados no mapa 26 e na figura 23.

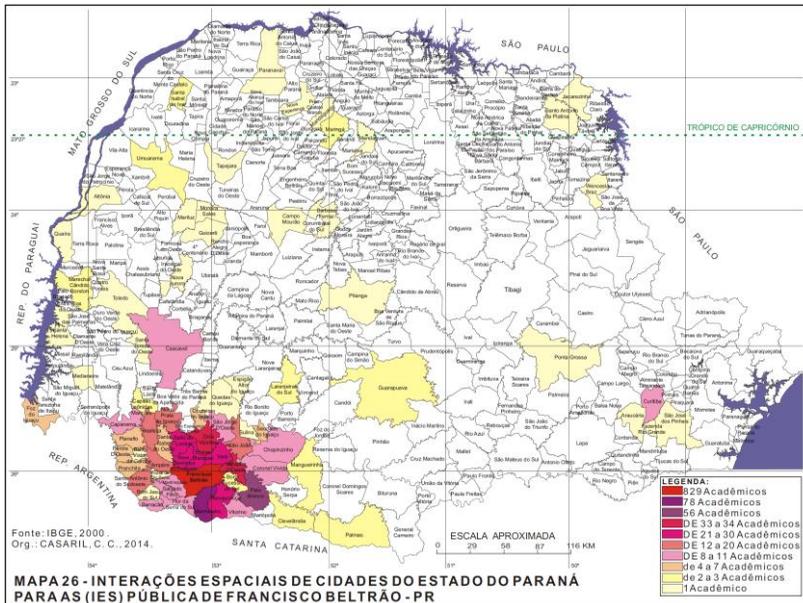
PARANÁ CIDADE	UNIOESTE	UTFPR	CIDADE	UNIOESTE	UTFPR
Altônia	1	0	Medianeira	0	1
Ampére	14	1	Moreira Sales	1	0
Araucária	0	1	Nova Aurora	1	0
Barbosa Ferraz	0	1	Nova Esperança	1	0
Barracão	8	1	Nova Esperança	15	6
Bela Vista da	1	0	Nova Prata do	12	2
Bom Jesus do Sul	1	0	Palmas	0	2
Bom Sucesso do	3	0	Paranaíba	1	0
Campo Mourão	1	0	Pato Branco	38	18
Capanema	5	4	Perola D'Oeste	4	1
Capitão Leônidas	3	0	Pinhal de São	1	0
Cascavel	8	3	Pitanga	0	1
Chopininho	9	2	Planalto	4	1
Clelândia	1	1	Ponta Grossa	1	0
Coronel Vivida	9	1	Pranchita	4	1
Cruzeiro do Iguaçu	5	0	Quedas do	1	0
Curitiba	4	4	Realeza	12	6
Dois Vizinhos	26	7	Renascença	27	3
Enéas Marques	23	2	Salgado Filho	8	2
Espigão Alto do	0	1	Salto do Lontra	26	4
Fazenda Rio	1	0	Santa Helena	1	0
Flor da Serra do	10	0	Santa Izabel do	2	0
Foz do Iguaçu	4	0	Santa Izabel do	5	0
Francisco Beltrão	613	216	Santa Tereza do	1	0
Goioerê	1	0	S ^{anto} Antônio da	1	0
Guairá	0	1	S ^{anto} Antônio do	13	0
Guarapuava	3	0	São João	16	0
Itapejara D'Oeste	26	8	São Jorge	11	0
Jacarezinho	1	0	São José dos	0	1
Laranjeiras do Sul	2	1	Saudade do	3	1
Mandaguaçu	0	1	Sulina	0	1
Mandaguari	1	0	Tapejara	1	0
Manfrinópolis	7	3	Toledo	1	0
Mangueirinha	2	0	Umuarama	3	0
Marechal C.	2	0	Verê	20	4
Mariluz	1	0	Vitorino	9	1
Marmeleiro	65	13	Wenceslau Braz	1	0
Maringá	2	0			
SUB-TOTAL	863	272	SUB-TOTAL	245	56
TOTAL GERAL DO PR	UNIOESTE		UTFPR		
	1108		328		

Quadro 16 - Relação de Acadêmicos matriculados nas IES Públicas de Fco. Beltrão-PR provenientes de Cidades do Estado do Paraná.

Fonte: Secretaria Acadêmica da UNIOESTE – Francisco Beltrão-PR, 2010.

Gabinete da Direção-Geral da UTFPR – Francisco Beltrão-PR, 2010.

Org.: CASARIL, C. C., 2010.



O quadro 17 e o mapa 26 apresentam o total de acadêmicos provenientes de cidades do Estado do Paraná que estudam nas IES Públicas de Francisco Beltrão – PR. A partir da visualização do mapa 26 verificamos a centralidade de Francisco Beltrão proporcionada pelas IES públicas presentes na cidade. A cidade possui uma interação espacial com praticamente todas as regiões do Estado do Paraná, umas com maior intensidade e outras com intensidade média para fraca.

SANTA CATARINA			RIO GRANDE DO SUL		
CIDADE	UNIOESTE	UTFPR	CIDADE	UNIOESTE	UTFPR
Aguas de Chapecó	0	1	Cândido Godói	0	1
Anchieta	0	2	Carazinho	1	0
Campo Erê	3	2	Caxias do Sul	1	0
Chapecó – SC	1	3	Horizontina	0	1
Concórdia	0	1	Itaqui	1	0
Descanso	0	1	São Sepé	1	0
Dionísio Cerqueira	4	1	Sarandi	0	1
Florianópolis	0	1	Tucunduva	1	0
Formosa do Sul	1	0	SUB-TOTAL	5	3
Galvão	0	1	SÃO PAULO		
Guaraciaba	1	0	CIDADE	UNIOESTE	UTFPR
Guarujá do Sul	0	1	Carapicuíba	1	0
Iporã do Oeste	0	1	Garça	1	0
Itapiranga	1	0	Guarulhos	1	0
Jardinópolis	1	0	Juquitiba	0	1
Jupia	0	1	Limeira	1	0
Mafra	0	1	Mococa	1	0
Maravilha	3	0	Morro Agudo	1	0
Monte Castelo	0	1	Presidente Venceslau	0	2
Navegantes	1	0	Registro	0	1
Palma Sola	3	0	Santo André	0	1
Porto União	1	0	São José dos Campos	0	2
São João do Oeste	0	1	São Miguel Arcanjo	0	1
São José do Cedro	2	0	São Paulo	0	2
São Lourenço do Oeste	14	9	Sorocaba	0	1
São Miguel do Oeste	2	2	Taciba	1	0
São Domingos	0	1	Taquarituba	0	1
Xanxerê	0	1	SUB-TOTAL	7	12
SUB-TOTAL	38	32	MINAS GERAIS		
MATO GROSSO DO SUL			CIDADE	UNIOESTE	UTFPR
CIDADE	UNIOESTE	UTFPR	Bom Repouso	0	1
Naviraí	1	0	Lavras	0	1
SUB-TOTAL	1	0	SUB-TOTAL	0	2
MATO GROSSO			BAHIA		
CIDADE	UNIOESTE	UTFPR	CIDADE	UNIOESTE	UTFPR
Alta Floresta	1	0	Itabuna	0	1
Sinop	0	1	SUB-TOTAL	0	1
SUB-TOTAL	1	1	PARÁ		
GOIÁS			CIDADE	UNIOESTE	UTFPR
CIDADE	UNIOESTE	UTFPR	Santarém	1	0
Goiana	1	0	SUB-TOTAL	1	0
SUB-TOTAL	1	0	RONDONIA		
RORAIMA			CIDADE	UNIOESTE	UTFPR
CIDADE	UNIOESTE	UTFPR	Porto Velho	0	1
Boa Vista	0	1	Jaru	0	1
SUB-TOTAL	0	1	SUB-TOTAL	0	2
TOTAL GERAL		UNIOESTE		UTFPR	
		54		54	

Quadro 17 - Relação de Acadêmicos matriculados nas IES Públicas de Fco. Beltrão-PR provenientes de Cidades de outros Estados.

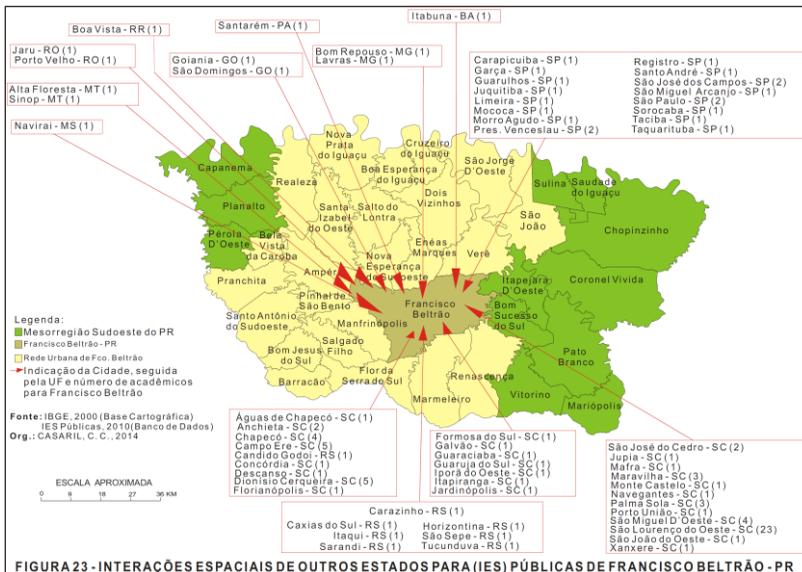
Fonte: Secretaria Acadêmica da UNIOESTE – Francisco Beltrão-PR, 2010.

Gabinete da Direção-Geral da UTFPR – Francisco Beltrão-PR, 2010.

Org.: CASARIL, 2010.

O quadro 17 e a figura 23 permitem visualizarmos as cidades de procedência dos acadêmicos para as IES públicas de Francisco Beltrão

dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Pará, Rondônia e Roraima. Portanto, Francisco Beltrão-PR possui a partir de suas IES Públicas uma interação espacial com 11 Estados Brasileiros, o que por sua vez, permite comprovarmos que Francisco Beltrão possui uma centralidade importante, pois segundo Corrêa (1997) quanto maior a área de influência, maior a população externa atendida e maior a sua centralidade.



Destacando que, os acadêmicos provenientes das cidades situadas na região Sudoeste do Paraná¹⁴⁰, somados aos acadêmicos procedentes das cidades localizadas na região Oeste catarinense, mais especificamente aquelas situadas na divisa com o Sudoeste paranaense,

¹⁴⁰ As cidades da região Sudoeste do PR que possuem acadêmicos procedentes para as IES Públicas de Francisco Beltrão-PR e que realizam o movimento pendular são: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Itapejara D'Oeste, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Pato Branco, Perla D'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge D'Oeste, Verê e Vitorino.

a saber: Campo Erê, Dionísio Cerqueira, Palma Sola e São Lourenço do Oeste, contabilizam juntos 518 acadêmicos, que por residirem em cidades próximas, deslocam-se diariamente¹⁴¹ (movimento pendular) a Francisco Beltrão para estudar, retornando as suas cidades após as aulas, o que por sua vez, confirma o grande fluxo rodoviário em horários de pico nas rodovias da região Sudoeste, estes fluxos realizam-se através das rodovias: PR-182, PR-180, PR-483, PR-475 e PR-566, todas chegando a Francisco Beltrão.

Em relação aos acadêmicos procedentes de outras regiões do Paraná e de outros Estados, devido à distância maior e a despesa para o deslocamento, transferem-se para Francisco Beltrão e fixam residência por tempo determinado, estes totalizam 162 acadêmicos, destacando que, “[...] A mobilidade espacial é função da renda, e isso influencia decisivamente a maneira como a rede urbana é vivenciada e a própria estrutura da rede [...]” (SOUZA, 2003, p.61).

Estas IES ajudaram a ampliar a centralidade urbana de Francisco Beltrão, sendo que esta faz parte da escala da rede urbana (inter-urbana), o que por sua vez, dinamiza a escala intra-urbana, pois esta centralidade vem acompanhada de mudanças econômico-sociais no espaço urbano, principalmente, no que diz respeito ao mercado imobiliário, através da percepção dos agentes construtores, corretores imobiliários, proprietários fundiários urbanos e rurais etc., que ao visualizarem uma demanda solvável, investem no mercado imobiliário, através da construção de “kitchenettes” geminadas, edifícios de 4 pavimentos normalmente com 4 apartamentos por andar, voltados na maioria das vezes ao aluguel, formando a classe dos rentistas (isso é uma das razões da valorização do preço do solo urbano em bairros com “melhores” acessibilidades ao centro urbano e as IES, o que por sua vez, amplia a segregação sócio-espacial que exclui a parcela da população de menor poder aquisitivo para bairros periféricos). Além da dinâmica do capital imobiliário, o comércio e os serviços também seguem o mesmo caminho de intensificação, motivados pelo aumento da demanda proporcionada pela chegada de acadêmicos e professores que passam a fazer parte do mercado consumidor da cidade. Isso nos faz verificar a importância, que o ensino superior vem constituindo-se para Francisco Beltrão, inclusive na estruturação de Polo Universitário, ampliando a qualificação de mão de obra regional.

¹⁴¹ Contudo, isso não quer dizer que alguns acadêmicos das IES de Francisco Beltrão procedentes de cidades circunvizinhas não possam estar residindo em Francisco Beltrão.

Nesta parte do trabalho verificamos a centralidade urbana exercida por Francisco Beltrão, através de suas IES Públicas que juntas, em 2010 totalizaram 1.544 acadêmicos matriculados em oito cursos de graduação. Na verdade a centralidade em 2014 já é muito maior, pois a partir de 2011 outros três cursos foram implantados nas IES públicas. Além disso, se as IES privadas tivessem contribuído com nossa pesquisa¹⁴², formaríamos uma área de influência mais ampla e densa. Em Francisco Beltrão, estão presentes três IES privadas, a UNIPAR - Universidade Paranaense – Campus de Francisco Beltrão¹⁴³ (com 15 cursos de graduação); o CESUL – Centro Sulamericano de Ensino Superior (com apenas, curso superior de Direito); e a UNISEP – União de Ensino Superior do Sudoeste do Paraná¹⁴⁴ (com 8 cursos). Juntas

¹⁴² Solicitamos informações as IES Privadas presentes em Francisco Beltrão, mas as mesmas afirmaram não poder colaborar com a pesquisa, pois os dados solicitados (como o número de estudantes e suas respectivas procedências) são estratégicas, portanto, sigilosas.

¹⁴³ A UNIPAR possui sua Reitoria em Umuarama –PR e mais 8 Unidades Universitárias (Toledo, Cianorte, Guaíra, Cascavel, Paranaíba e Francisco Beltrão).

¹⁴⁴ A UNISEP conta com Campus em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos. Aqui vale destacar que, o Grupo Meimberg é proprietário desta faculdade (e colégio em Dois Vizinhos). Este Grupo nasceu em 1972 no setor automobilístico e, atualmente o grupo que possui sede em Dois Vizinhos, atua na região Sul do país, em vários segmentos do setor industrial, comercial, educação, saúde, agroindustrial, lazer e prestação de serviços, como por exemplo, no setor de concessionárias de automóveis: **Volkswagen** (em Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Campo Mourão, Goioerê, Paranaíba, Pato Branco, Toledo, São Lourenço d'Oeste (SC) e Dionísio Cerqueira (SC)); **Renault** (em Francisco Beltrão, Pato Branco, Guarapuava, Ponta Grossa e Umuarama); **Chevrolet** (em Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Cascavel e Pato Branco); **Fiat** (em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos); **Ford** (em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos); **Kia Motors** (em Pato Branco, Ponta Grossa e Curitiba). Concessionária de motocicletas: Sundown (em Cascavel, Maringá e Pato Branco); **Yamaha** (em Pato Branco); locadoras de veículos, consórcios (Rede Oeste); corretora de seguros (Imperial); colégio e faculdade (**UNISEP** em Dois Vizinhos e Francisco Beltrão); provedor de internet (**WLN** em Francisco Beltrão, Arapongas, Campo Mourão, Capanema, Cianorte, Clevelândia, Dois Vizinhos, Itapejara d'Oeste, Londrina, Mauá da Serra, Mariópolis, Maringá, Pato Branco, Planalto, Pranchita e Umuarama), ramo hospitalar (sócio do **Hospital Teresa Mussi e clínica de radiologia CDIP** em Pato Branco e **DMI Diagnóstico Médicos por Imagens** em Curitiba); Emissoras de Rádio (**Rádio Alternativa** em Pato Branco, **Rádio Dois Vizinhos** em Dois Vizinhos, **Rádio Chopinzinho** em Chopinzinho e

estas IES privadas somam um total de 24 cursos de graduação com cerca de 4.000 acadêmicos em 2013.

Uma questão importante de se mencionar aqui, é o fato da UNIOESTE, de Francisco Beltrão, ter conquistado o curso de Medicina, que como já enfatizamos ampliará a área de influência da rede de Francisco Beltrão, bem como trará mais riquezas para a dinâmica urbana, pois os alunos transferem-se de suas cidades e instalam-se em Francisco Beltrão, ou alugando moradias (normalmente apartamentos) ou adquirindo suas moradias (quando a família possui recursos), além disso, fazem compras no comércio local. Só para termos uma ideia, os alunos do primeiro ano do curso de Medicina matriculados na UNIOESTE em 2013 vieram das seguintes cidades do Estado do Paraná: Apucarana, Arapongas, Araruna, Barbosa Ferraz, Barracão, Cafelândia, Capanema, Cascavel (06), Coronel Vivida, Cruzeiro do Oeste, Curitiba (02), Espigão Alto do Iguaçu, Loanda, Londrina (02), Marechal Cândido Rondon, Maringá (04), Medianeira, Paranavaí (02), São Jorge D' Oeste, Tapira, Toledo (02), Umuarama; além de outras cidade de outros Estados como de Birigui - SP; de Campo Grande - MT; de Florianópolis e Saudade-SC e de Santa Maria-RS.

A história do curso de Medicina da UNIOESTE de Francisco Beltrão, remonta o governo Roberto Requião (2003-2010), pois foi este governador o responsável pela construção do Hospital Regional do Sudoeste, com sede em Francisco Beltrão, que teve sua inauguração em 2009 (Um hospital com instalações e equipamentos modernos, coisa difícil de se ver nesta região que até então era uma das mais esquecidas

Rádio Viva, em São Lourenço d'Oeste); no setor de lazer (Thermas de Sulina, em Sulina – PR); indústria de confecções (sócio da *Traymon* em Santo Antônio do Sudoeste); indústria de embalagens (*Flexibag* em Cascavel e São Jorge d'Oeste); indústria de bebidas “bidestiladas” (*Alambique Matraga* em Capanema); indústria de alimentos (*Reforpan indústria de alimentos* em Piraquara e São José dos Pinhais); (*Santa Rosa* em Nova Santa Rosa), distribuidora de alimentos (*Esdel Distribuidora de alimentos* em Pato Branco, Porto Alegre (RS), Balneário Camboriú (SC), São José dos Pinhais e Maringá) e; agropecuária (em sociedade com a Plantanense e Lavoura S/A, fundaram a *Santa Rosa* em Clevelândia, para atuar no agronegócio como produtora de farelo de soja e óleo de soja bruto degomado para o mercado interno e externo). Esse grupo empresário é um dos mais fortes, se não o mais forte, presente na rede. Porém, só conseguimos saber as empresas e suas localizações, outros dados como os anos de inaugurações e/ou aquisições, bem como as estratégias empresariais e de expansão, o número de sócios do grupo, etc., não nós foram disponibilizadas até o momento.

do Estado). Foi com a instalação deste hospital e das dificuldades advindas para a contratação de médicos que, surgiu a ideia de pleitear junto ao governo do Estado o curso de Medicina (esta ideia surge nas rodas políticas, onde todos os Deputados Estaduais, querem ser o pai/mãe do curso). Mas tirando o trocadilho, foi sim, com a força política que Francisco Beltrão e região conquistou nos últimos anos, através da quantidade de Deputados com mandatos, por está região, aliada a uma carta de intenção assinada pelos prefeitos e vereadores de todos municípios do Sudoeste, além de organizações, associações sindicatos etc., ou seja, “todos” ao que a aparência demonstra foram a favor do curso, o que contribuiu para que o governador Carlos Alberto Richa aprovasse o início do curso, o que por sua vez, fortaleceu ainda mais a rede e a centralidade de Francisco Beltrão.

Outra questão que vem a somar com a dinâmica das IES de Francisco Beltrão é a extinção do curso de graduação de Economia Doméstica¹⁴⁵ devido a falta de demanda pela sociedade, sobretudo, pela baixa inserção no mercado de trabalho e devido à ampliação de cursos tanto em IES públicas como privadas (vide facilidade com bolsa PROUNI e FIES), ampliação esta que, fez diminuir drasticamente a procura por cursos de instalação antiga na cidade.

Com a extinção do curso de Economia Doméstica, o governo acenou com a instalação do curso de Nutrição (que poderá ampliar a centralidade de Francisco Beltrão em relação a proporcionada pelo curso de Economia Doméstica). Aliado a este curso de Nutrição, o governo “promete” instalar os cursos Serviço Social (que a nosso ver, atualmente não possuem demanda social, um exemplo é que a Unipar fechou este curso no campus de Francisco Beltrão pela falta de demanda) e o curso de Computação (a nosso ver, outro tiro no pé, pois será o quarto curso na área de informática na cidade, sendo dois em instituição privada e dois em instituição pública). Na verdade estes dois últimos cursos “prometidos” pelo governo estadual são desnecessário para o andamento do desenvolvimento regional, devido à contemplação dos mesmos na

¹⁴⁵ Para se ter uma ideia, no início do ano letivo de 2013, os acadêmicos matriculados nos quatro anos do curso de Economia Doméstica somavam 39 alunos. Onde os matriculados no primeiro ano somavam apenas 06 alunos. Ou seja, um curso sem demanda social e que, em nosso ponto de vista, o Estado tinha a obrigação de tomar providências. Esta providência foi tomada, retirando-se esse curso como opção de escolha no vestibular de 2014. A promessa por parte do governo é a instalação do curso de Nutrição em um vestibular especial a se realizar no decorrer de 2014.

centralidade e na rede de Francisco Beltrão, o que poderia trazer novas possibilidades para o desenvolvimento da rede e da região seria outro curso, sobretudo, cursos superiores públicos na área de saúde e engenharias.

Uma informação importante que “promete” ampliar a área de influência da rede é que a UNIOESTE a partir de 2014 terá o sistema de entrada modificado, onde 50% das vagas serão via vestibular e as restantes 50% das vagas serão via SISU - Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação e, no SISU podem se candidatar a uma vaga alunos que prestaram o ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio residentes em qualquer localidade do país. Assim, a centralidade pode ser ampliada, com a vinda de alunos procedentes de localidades distantes.

A partir destes dados comprovamos a importância do centro urbano de Francisco Beltrão, ratificando a sua centralidade de Centro Sub-Regional A (IBGE, 2008), o que por sua vez, equivale à centralidade de Forte para Médio (IBGE, 2000b). Através do último REGIC (IBGE, 2008), verificamos que, Francisco Beltrão polarizava em sua rede 25 centros urbanos e pela análise realizada, mesmo levando-se em conta apenas as atividades de serviços de ensino superior públicos e não abrangendo todas as especializações funcionais, quer sejam as produtivas, comerciais e/ou de serviços com um todo, verificamos que Francisco Beltrão possui uma região de influência ampla, o que significa maior centralidade (constatada através do mapa 22 e da figura 24), e que tal, área de influência não fica restrita ao Sudoeste do PR como nos informa o REGIC de 2008.

Em relação aos centros da rede urbana de Francisco Beltrão, temos ainda Dois Vizinhos com duas IES privadas a UNISEP e a VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu e uma IES pública, a UTFPR – Campus de Dois Vizinhos, que ajuda a ampliar a dinâmica da rede com novos empregos e incremento de renda na centralidade. Outro centro da rede que merece destaque é Realeza – PR, que possui uma IES privada e uma pública, a UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul, instalada em 2009 na cidade e que dentro de poucos anos se tornará a principal folha de pagamento da cidade, ultrapassando a folha da prefeitura. A UFFS trouxe toda uma nova dinâmica para este centro, onde surgiram novos loteamentos, empresários iniciaram novos negócios e/ou ampliaram os atuais etc.



Figura 24 – Unisep – Francisco Beltrão, a partir de dois ângulos
Fonte: CASARIL, C.C., 2014.

4.3 - Os serviços de saúde: como expressão da centralidade de Francisco Beltrão

Em relação à dinâmica do setor de serviços de saúde na rede, verificamos que Francisco Beltrão também exerce enorme centralidade,

pois diariamente chegam de ambulâncias, vans e ônibus com pacientes dos centros da 8ª Regional de Saúde. A diferença entre os centros da 8ª Regional de Saúde e os centros da rede de Francisco Beltrão (conforme o REGIC, 2008) é que a cidade de São João não pertence a 8ª Regional, já os demais centros da rede REGIC, fazem parte da 8ª Regional, onde se somam ainda, as cidade de Pérola d'Oeste, Planalto e Capanema, conforme o mapa 26.



Conforme a tabela 27, Francisco Beltrão, em 2009, contava com um total de 91 estabelecimentos que prestavam serviço em saúde. Verifica-se que havia 238 leitos para atendimento médico hospitalar disponível pelo SUS. Na oportunidade havia dois estabelecimentos de saúde com internação pelo SUS (Hospital Policlínica São Vicente de Paula e Hospital São Francisco). Além disso, a cidade contava com outros 68 estabelecimentos de saúde sem internação.

Tabela 27 - Estabelecimentos de Saúde em Francisco Beltrão, em 2009.

Estabelecimentos	Francisco Beltrão
Total de Estabelecimentos de Saúde	91
Total de Estabelecimentos de Saúde Público	28
Total de Estabelecimentos de Saúde Privado	63
Total de Estabelecimentos de Saúde Privado/SUS	17
Total de Estabelecimentos de Saúde com internação	02
Total de Estabelecimentos de Saúde sem internação	68
Total de Estab. de Saúde com atend. ambulatorial	70
Total de Leitos para internação em Estab. de Saúde	238
Total de Leitos para inter. em Est. Saúde Priv./SUS	238

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. **Org.:** CASARIL, C.C., 2014.

Aqui cabem algumas ressalvas. Atualmente, Hospital Policlínica São Vicente de Paula se descredenciou do SUS e atende apenas planos de saúde e tratamentos particulares. No entanto, o município ganhou o Ceonc – Centro de Oncologia de Francisco Beltrão (2013) e o HRS - Hospital Regional do Sudoeste (2009/2010) e segundo dados do Datusus (2013), do Ministério da Saúde, atualmente, Francisco Beltrão conta com 338 leitos para atendimento médico hospitalar, sendo 208 disponível pelo SUS. Deste total, 112 estão disponível no HRS, 28 no Ceonc e 68 no Hospital São Francisco.

No início de 2010, foi inaugurado o HRS - Hospital Regional do Sudoeste, Dr. Walter Alberto Pecóits. O HRS tem por finalidade atender à demanda de todo o Sudoeste paranaense, somando as áreas da 7ª e 8ª Regionais de Saúde do Paraná, compreendendo assim, 42 municipalidades e, ainda outras regiões paranaenses e municípios limítrofes do Estado de Santa Catarina.

O atendimento é estruturado a partir de indicadores da saúde da região sudoeste que apresenta: altos índices de mortalidade materno-infantil, as maiores taxas de mortalidade por acidentes de trânsito (trauma), além de ser uma das regiões do Estado com grande déficit de leitos de UTI. Nesse sentido, o foco do HRS é no atendimento de alta complexidade, sendo referência em áreas médicas críticas, destacando Serviço de Ortopedia de Urgência/Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, Serviços de Obstetrícia de Alto Risco com Ambulatório de Pré-natal e Enfermaria, Ambulatório de Feridas e Cirurgia Vascular. Além desse atendimento de alta complexidade, o HRS presta serviços nas especialidades de Anestesiologia, Angiologia e Cirurgia Vascular, Cardiologia, Cirurgia Bucomaxilofacial, Cirurgia Geral, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Plástica, Clínica Médica, Ginecologia, Infectologia, Intensivismo, Neonatologia, Neurocirurgia, Neurologia, Obstetrícia, Odontologia Hospitalar, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Radiologia e Urologia.

Outro estabelecimento que possibilita ampliar a centralidade de Francisco Beltrão foi a construção do CEONC – Centro de Oncologia (figura 25) e, seu credenciamento pelo Governo Federal, ocorrido no primeiro mês de 2013, o que proporcionou uma redução dos deslocamento para Curitiba dos pacientes com câncer, o CEONC esta realizando a uma média mensal de 1500 consultas, 200 procedimentos de radioterapia, 400 de quimioterapia, 600 pequenas cirurgias e 300 cirurgias de média e alta complexidade, ampliando a centralidade de Francisco Beltrão na rede para os centros da 8ª Regional de Saúde e

diminuindo os deslocamentos de pacientes para o hospital de referência no tratamento ao Câncer em Curitiba.



Figura 25 – CEONC – Hospital do Câncer de Francisco Beltrão
Fonte: Jornal de Beltrão, 2013.

Francisco Beltrão, deste modo possui atualmente, três unidades hospitalares, vinculadas ao SUS, sendo estes, o Hospital Regional do Sudoeste, o CEONC e o Hospital São Francisco. O HRS, presta serviços de alta complexidade, para uma área de abrangência que envolve a 7ª e 8ª Regional de Saúde do Paraná. Os pacientes são encaminhados pela Central de Leitos do Paraná, centralizada em Cascavel, ou seja, pacientes de outras Regionais de saúde, podem ser atendidos, já que o HRS realiza atendimentos de alta complexidade. O Hospital São Francisco destaca-se pelos serviços hospitalares de média complexidade e o CEONC atende exclusivamente, pacientes com câncer, os dois últimos, recebem pacientes da 8ª Regional de Saúde.

Francisco Beltrão, conta também com o hospital Policlínica São Vicente de Paula, fundado em 1968 e, que segundo informações repassadas¹⁴⁶, a partir de 1996 foi adquirido por um grupo de sócios (em

¹⁴⁶ Segundo informações do médico ortopedista Edson Maines, diretor da Policlínica, desde 2007 e que em 2014 passará o cargo para o médico cirurgião do aparelho digestivo Dalberto Dassoler. A Policlínica conta em 2013, com um

2006, foi novamente adquirido), sendo que, atualmente existem 96 sócios (formados por médios, profissionais liberais e empresários de Francisco Beltrão). Desde a aquisição, o grupo passou a realizar vários investimentos e, assim, o hospital passou por várias reformas e expansão (figura 26), com a construção de novos leitos. As reformas vêm ocorrendo desde de 2007 e se completarão no final de 2014 (com reforma completa da área interna e externa e com a troca de todos os móveis e equipamentos). Destacando que, a partir de 2009 o hospital deixou de prestar atendimento via SUS – Sistema Único de Saúde¹⁴⁷ e, desde então, passou a prestar atendimentos particulares e, por planos de saúde, convênios com empresas particulares e estatais, como por exemplo, os maiores usuários do hospital são os beneficiários dos planos de saúde da Unimed e da Empresa BRF, destacam-se também os convênios com o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Copel, Exército, Sanepar e o convênio com o Bradesco.



Figura 26 – Visualização da fachada reformulada da Policlínica São Vicente de Paula

Fonte: Revista Place Curitiba, <http://www.revistaplace.com.br>

Obs.: Projeto e Execução realizados pela Construtora Baggio de Curitiba – PR.

quadro de 67 médicos e aproximadamente, 250 funcionários, entre auxiliares de serviços gerais, atendentes, técnicos de radiologia, enfermagem, enfermeiros e administrativo.

¹⁴⁷ Destaca-se que, em todo o Sudoeste do Paraná (extrapolando para a região formada pela AMSOP e IPARDES, ou seja, 42 municípios – desde Palmas a Capanema), a Policlínica é o único Hospital a não prestar serviços via SUS e, que começa a prestar serviços de qualidade desde o atendimento, o que corrobora para que muitas pessoas não só da rede se desloquem para realizarem atendimentos (consultas, cirurgias, etc.).

Portanto, o hospital Policlínica São Vicente de Paula, é a principal unidade de saúde prestadora de serviços para beneficiários de planos de saúde, de convênios e particulares, ou seja, é o principal hospital na prestação de serviços à parcela da população de maior poder aquisitivo de Francisco Beltrão e dos centros de sua rede (cidades da 8ª Regional de Saúde).

Outra unidade de saúde que está em construção é o CRE – Centro Regional de Especialidades (figura 27), que contribuirá para o aumento da centralidade de Francisco Beltrão, no que diz respeito a prestação de serviços médico-hospitalares. Destacando que, atualmente, o CRE já presta serviços em Francisco Beltrão em uma sede improvisada e segundo fomos informados realiza 7.500 consultas mensais em 22 especialidades¹⁴⁸. Lembrando que, na sede própria o CRE, serão alocados o Programa Ser Mulher, o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, a Clínica de Órteses e Próteses.



Figura 27 – Centro Regional de Especialidades (CRE), em obras
Fonte: Jornal de Beltrão, 2014.

Conforme informações repassadas pela 8ª Regional de Saúde, as maiores dificuldades atualmente, diz respeito a realização das cirurgias eletivas, pois elas são realizadas pela rede pública e a maioria dos médicos não se interessa em prestar esse serviço, desta maneira, o paciente aguarda na fila um pouco e acaba realizando esse procedimento em uma unidade particular de saúde. Segundo nos relatou um

¹⁴⁸ Cardiologia, dermatologia (Hanseníase), endocrinologia, gastroenterologia, ginecologia e obstetrícia, hematologia, nefrologia, neurocirurgia, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, otorrinolaringologia, pneumologia, psiquiatria, reumatologia, urologia, odontologia, odontologia bucomaxilo traumato, nutrição, fonoaudiologia, tuberculose, reumatologia, infectologia, neurologia, cirurgia vascular, proctologia.

enfermeiro da Associação Regional de Saúde do Sudoeste, a “Cirurgia de catarata é um procedimento desses que não temos quem faça, pois acham pouco o que o SUS paga. Então aguardam alguém decidir pelo particular. O equipamento é cedido em comodato desde que as lentes sejam compradas pela empresa que ganhar a licitação”. Verificamos assim que, os médicos ao não realizarem estes serviços via SUS, acabam realizando de forma particular, auferindo rendimentos muito maiores, e como todos sabemos, o corporativismo da classe médica impera. Basta ver as dificuldades que o Governo Federal, sofreu e vem sofrendo ao tentar implantar o Programa Mais Médicos.

4.4 - A Dinâmica do Comércio (e serviços) na Rede.

O comércio e os serviços em geral, também ampliam a centralidade de Francisco Beltrão, perante aos centros da rede. É para Francisco Beltrão que se dirigem pessoas interessadas em adquirir, por exemplo automóveis¹⁴⁹, materiais de construção, vestuário (Pernambucanas, presente na cidade desde os anos 1960), perfumes, lazer (existe 1 cinema), restaurantes/churrascarias etc. Até os anos 1990 haviam poucas franquias na cidade (até porque, as franquias começaram a se multiplicar no final dessa década), existia somente a loja *O Boticário* (franquia, com sede em Curitiba) e a *Fisk* (escola de idiomas, inaugurada em Francisco Beltrão, em 1997). E, a partir da primeira década dos anos 2000, surgem outras franquias na cidade, como por exemplo, a *Cacau Show* (inaugurada em 2010), a *Brasil Cacau* (inaugurada em 2012, uma franquia da Copenhagen, também produtora de Chocolates), o *Subway* (chegou em dezembro de 2013, pelas mãos do empresário e deputado estadual Ademar Traiano), o *Bob's*¹⁵⁰ (se instalou em janeiro de 2014), a *BabooGiovanni* (franquia de Pizzaria, com sede

¹⁴⁹ Interessante mencionar que, como fizemos em nota de rodapé anterior que, o Grupo Meimberg (com sede em Dois Vizinhos e Pato Branco) presidido pelo Sr. Joseti Antônio Meimberg, é proprietário em Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e outras localidades do Sudoeste das concessionárias de veículos da “*GM Sudoauto*”, “*Renault Granvel*”, “*Fiat Bevel*”, “*Volkswagen Revesul*” e “*Ford Suvel*”. O Grupo possui ainda outras empresas em vários setores e concessionárias, como por exemplo a concessionária “*Kia Ponto K*”, que está presente em Curitiba, Ponta Grossa e Pato Branco.

¹⁵⁰ O Brasil Cacau e o Bob's, em Francisco Beltrão são comandados por um médico e sua esposa (a esposa é a empresária responsável pela administração das franquias), possuem também as mesmas franquias em Pato Branco.

em São Paulo, foi inaugurada em Francisco Beltrão em 2013), a *Rockfeller Language Center* (rede de franquias de idiomas com sede em Balneário Camboriú, instalada em Francisco Beltrão, em 2008), a *Wizard* (escola de idiomas), a *Yázigi* (escola de idiomas), Kumon (franquia de reforço escolar), a *Microlins* (escola profissionalizante o setor administrativo e informática), a *LFG*¹⁵¹ (Prof. Luiz Flávio Gomes - franquias especializadas no ensino jurídico, com cursos preparatórios para concursos e exames da OAB, além de cursos de Pós-Graduação na área jurídica. Vale destacar que é uma rede televisiva), a *D'pil Brasil Fotodepilação* (franquia de estética, inaugurou em 2012), a *Emagrecentro* (maior franquias de estética do Brasil, com mais de 200 franqueados, com matriz em São Paulo, a franquias de Francisco Beltrão foi inaugurada em 2011), a *Super Ótica São José* (maior rede de ótica do sul do Brasil, inaugurou sua unidade em Francisco Beltrão em novembro de 2013, possui matriz em São José dos Pinhais), a *Chilli Beans* (maior rede brasileira de óculos escuros e acessórios do Brasil, que será inaugurada em 2014 em Francisco Beltrão, possui matriz em São Paulo. Essa rede possui mais de 450 pontos de venda exclusivos no Brasil, Angola, Colômbia, Estados Unidos, Portugal e Kuwait), a *Moça Biju* (franquia de bijuterias e acessórios, inaugurada em 2013, com matriz em Toledo – PR), Ortobom (franquia de colchões, inaugurou sua unidade em Francisco Beltrão em 2008), Castor¹⁵² (franquia de colchões), *Hering Store* (moda masculina e feminina, inaugurada em 2013), a *Doutor Resolve* (franquia de serviços de reparos e reformas, inaugurada em 2011¹⁵³) etc.

A empresa *Inviolável*, nasceu em Chapecó em 1985, inicialmente realizando atividade de instalação e manutenção de alarmes. Em 1993, abriu uma unidade em Francisco Beltrão, onde ampliou suas atividades no setor de monitoramento patrimonial. Em 1998, como estratégia de expansão, passa a trabalhar com o sistema de franquias, instalando sua sede em Toledo e, atualmente é considerada a maior franquias de segurança eletrônica do Brasil, com franqueados em 350 cidades de 14

¹⁵¹ A Rede LFG faz parte da maior empresa de educação do mundo a partir da Associação da Anhanguera Educacional e Kroton Educacional ocorrida em 20 de abril de 2013. Sujeito a aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

¹⁵² A Castor Colchões nasceu em Ourinhos – SP em 1962 e, atualmente, possui unidade industrial em Ourinhos, Passo Fundo – RS e Juiz de Fora – MG.

¹⁵³ O franqueado da Doutor Resolve de Francisco Beltrão, possui também unidades desta franquias em Pato Branco e Dois Vizinhos.

Estados. A Inviolável oferece, monitoramento eletrônico 24h com comunicação via linha telefônica, monitoramento via rádio frequência, monitoramento e armazenamento de imagens, monitoramento por internet e via chip celular, cerca elétrica e sensores. Também oferece o trabalho de serviços gerais para empresas e condomínios. Em cinco estados a Inviolável disponibiliza os serviços de segurança privada, escolta armada e transporte de valores.

Em Francisco Beltrão, está instalado o Centro Inviolável de Treinamento (CIT), responsável por dar treinamentos para todas as unidades franqueadas da rede. O grupo Inviolável, além das unidades franqueadas e próprias, possui também as empresas: a *Inviosiga*, que atua no rastreamento de frotas e veículos; a *Viaseg*, central de compras da Inviolável; a *Metavision*, Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos, responsável pela produção dos equipamentos utilizados pelas franquias (instalada no Polo Industrial Eletrônico de Pato Branco) e a *Delta Star*, escola de formação para vigilantes.

Vale salientar que, a sede da Inviolável não se encontra em Francisco Beltrão, apenas uma unidade própria, o que por sua vez, não nos permite dizer que esta empresa, proporciona a ampliação da centralidade de Francisco Beltrão, o que só seria possível se esta empresa tivesse sua matriz instalada na cidade.

A rede de farmácias *Nissei*, conta com duas unidades em Francisco Beltrão (que apesar de não ser uma franquias, pretende se expandir, instalando filiais em todas as cidades acima de 50 mil habitantes do sul do Brasil). A rede, possui uma política agressiva de preços baixos e, por isso, em conversas realizadas com o gerente e funcionários da loja, com moradores de Francisco Beltrão e de cidades vizinhas e, com comerciantes de outras farmácias já estabelecidas na cidade, verificamos que grande parte da população, deixou de comprar em farmácias tradicionais da cidade para fazer parte do mercado consumidor da *Nissei*. Segundo informações repassadas pelo gerente da loja *Nissei*¹⁵⁴ de Francisco Beltrão, o Sr. Márcio Ferreira (em dezembro de 2013), uma média de 30% dos clientes mensais, provem de cidades vizinhas¹⁵⁵, o que por sua vez, proporciona a ampliação da dinâmica da centralidade de Francisco Beltrão na rede.

¹⁵⁴ A rede de Farmácias Nissei, possui um grande CD – Centro de Distribuição em Colombo-PR, o qual centraliza todo o abastecimento das lojas da rede.

¹⁵⁵ Os clientes da Nissei provem das cidades de Marmeleiro, Manfrinópolis, Salgado Filho, Renascença, Flor da Serra do Sul, Barracão, Dois Vizinhos,

A *Casas Bahia* se instalou na cidade em 2007, mas logo em 2009 deixou a cidade, alegando falta de demanda.

As Lojas Catarinense (fundada em 1976, em Pato Branco e, atualmente possui suas filiais em, Cascavel, Clevelândia, Chopinzinho, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Palmas e Quedas do Iguacu).

As redes de lojas Romera e Manica se instalaram em Francisco Beltrão em 2013.

As maiores redes de lojas de departamento presentes em Francisco Beltrão, são a *Colombo*, instalada na cidade desde o final dos anos 1990; a *Magazine Luiza* e a *MM – Mercado Móveis* instaladas a partir dos anos 2000.

Alguns dos lojistas acima destacados, vendedores de roupas, móveis, eletrodomésticos, eletro-portáteis, eletrônicos, informática, utilidades domésticas (aparelhos de jantar, talheres, conjunto de panelas etc.), adquirem os produtos para abastecerem suas lojas diretamente das indústrias, por intermédio de representantes comerciais destas indústrias (cerca de 70%), o restante são adquiridos de grandes atacadistas distribuidores localizados, sobretudo, em SP, MG, RJ, SC e Curitiba – PR. Aqui, uma ressalva deve ser feita, pois as lojas que fazem parte de grandes redes varejistas, como por exemplo, a Magazine Luiza, a Colombo, Pernambucanas, entre outras, possuem centrais de compras, abastecimento e distribuição, estas, por sua vez, fazem a aquisição dos produtos, diretamente dos industriais, centralizando seus estoques em suas centrais de abastecimento e distribuição.

Em 2010 foi inaugurada a *Santa Fé*, concessionária *Hyundai* e *Lifan Motors*. Em dezembro de 2011 a *Mont Kóya Motors*, concessionária da montadora japonesa Mitsubishi instalou seu Showroom em Francisco Beltrão (a matriz para o Sudoeste do Paraná, localiza-se em Pato Branco), neste mesmo ano, se instalou na cidade a *CVC*, a maior empresa nacional do setor de turismo. Estas, são algumas das empresas presentes em Francisco Beltrão, entre as redes comerciais e franquias, que proporcionam uma grande ampliação na dinâmica da rede e centralidade de Francisco Beltrão. Pois, muitos se deslocam de cidades vizinhas para adquirirem produtos, serviços, lazer, educação, etc., ou seja, como nos explicou Christaller (1966), estes veem em busca de produtos e serviços mais sofisticados do que aqueles disponibilizados

nos seus centros locais, que basicamente ofertam os bens e serviços, mais procurados pela população para realizar sua reprodução cotidiana.

Interessante notar que, muitas das franquias que mencionamos, somente inauguraram suas unidades em Francisco Beltrão, após os anos 2000, mais precisamente, após 2010. O que, demonstra um crescimento das redes de franquias na cidade e, que muitas franquias que, antes não pretendiam se instalar em cidades do interior com menos de 100 mil habitantes, começam a olhar diferente para a centralidade de Francisco Beltrão, ao mesmo tempo, conversando com empresários donos de franquias na cidade, percebemos que os mesmos, almejam abrir novas franquias, pois segundo eles, se trata de um empreendimento formatado com muita chance de dar certo. Todavia, se isso realmente acontecer, de novas franquias de renome, abrirem suas unidades na cidade, veremos a centralidade se fortalecer ainda mais, na geração de empregos, renda e retorno de mais impostos.

Em se tratando de algumas empresas (do setor de comércio e serviços) criadas por empresários locais, que favorecem a ampliação da centralidade de Francisco Beltrão, temos, por exemplo, as lojas comerciais de materiais elétricos da Flessak, que como já apresentamos é uma indústria local, que atua também, desde seu início na área comercial e, atualmente possui quatro lojas, duas em Francisco Beltrão (uma em anexo a indústria e outra na principal avenida comercial da cidade), uma em Pato Branco e uma em Guarapuava. Estas lojas comercializam todo tipo de material elétrico e prestam vários serviços, como: projetos industriais (alta e baixa tensão), automação industrial; execução de obras elétricas, instalação de geradores e painéis elétricos; correção de fator potência; manutenção elétrica (assistência técnica WEG) e serviços elétricos em geral (instalação de padrão Copel).

Segundo informações recebidas na loja Flessak de Francisco Beltrão, eles juntamente com a loja de Pato Branco recebem compradores provenientes de todas as cidades do Sudoeste, bem como, prestam serviços em toda região, sobretudo, na instalação do padrão Copel (colocação de postes, geradores e cabeamento), nos novos loteamentos que estão em expansão em todos os centros da rede. Mas, já prestaram serviços em todo Paraná e Oeste catarinense (serviços estes que, estão vinculados diretamente com sua atividade industrial).

A Relojoaria e Ótica Tic Tac é uma empresa tradicional de Francisco Beltrão e, tem sua gênese em abril de 1967, quando os irmãos Sr. Antônio Ivo Schmitz e José Armando Schmitz compram esta pequena relojoaria e ótica, do então proprietário Vivaldino Palú, que tinha sua sede em uma pequena sala comercial, na principal avenida da

cidade, sendo transferida no início dos anos 1980 para sua sede própria, também na principal avenida da cidade. Nesta década também um novo integrante da família entra na sociedade, o outro irmão Ivanir Schmitz. No decorrer dos anos 1980 novos produtos foram sendo inseridos na empresa, deixando de ser voltada somente a relojoaria e ótica, mas passando a comercializar brinquedos, eletrônicos e alguns eletrodomésticos, como máquinas de lavar, geladeiras, fogões, liquidificadores, batedeiras, ventiladores etc., ou seja, se inserem produtos mais sofisticados para serem comercializados para clientes de Francisco Beltrão e de cidades vizinhas que, antes tinham que ir para centros mais centralizados para adquirirem tais produtos e, principalmente tais marcas, como a marca Brastemp que, segundo informações recebidas no estabelecimento era, desde aqueles anos voltados para uma população de maior poder aquisitivo, e em Francisco Beltrão eram encontrados inicialmente apenas na Tic Tac. Assim, desde aqueles anos a empresa foi se estruturando para atender, sobretudo uma população de médio e alto poder aquisitivo da cidade e região. Interessante destacar que desde, o final dos anos 1970 fazem entregas nas cidades vizinhas.

Em 1990, Antônio Ivo Schmitz e sua esposa Vera Schmitz, adquirem a parte dos demais sócios e realizam uma grande reforma, ampliando a parte térrea, edificando mais dois andares. Passando também, a comercializar móveis e outros produtos. Em 1994 uma nova reestruturação ocorre na empresa, desta vez, realizou-se uma reforma arquitetônica interna, com nova disposição dos produtos e uma reforma na fachada, buscando, desta forma, se modernizar, para continuar atendendo seu mercado consumidor. Atualmente, a empresa conta com filiais em três cidades da rede, Ampére, Marmeleiro e Nova Prata do Iguaçu. O que por sua vez, fez diminuir os fluxos populacionais que se dirigiam para adquirir produtos na loja matriz, mas por outro lado ampliou a facilidade para esse mercado consumidor e para conquista de novos consumidores. Estas filiais ampliam a centralidade de Francisco Beltrão, pois é esta que faz a gestão das filiais e a extração da renda. Destacando também que, os produtos para abastecer a loja, são adquiridos diretamente de representantes comerciais das indústrias (sobretudo, localizadas em SP, PR, SC, RS) e de distribuidores atacadistas.

Verificamos também, que em Francisco Beltrão, existem muitos lojistas do setor de confecções, que atuam como lojas multimarcas (Lewis, Lee, Zapping, Tommy Hilfiger, Hering, etc.) e que foram fundadas por empresários locais e por comercializarem “marcas

renomadas”, possuem um mercado consumidor distribuído nos centros da rede de Francisco Beltrão (IBGE, 2008), o que por sua vez, os leva a ter um “faturamento razoável”, pois em conversas com alguns destes lojistas, verificamos que a maioria, realiza investimentos no mercado imobiliário da cidade e pensam em abrir novas unidades em outras cidades da região, como Pato Branco, Dois Vizinhos e Ampére. Por exemplo, o proprietário da loja Intermezzo, o Sr. Laudi, possui unidades em Dois Vizinhos e Curitiba e faz investimentos na construção civil, o mesmo já construiu dois prédios de 4 pavimentos e um de 6 pavimentos, sendo que, o próximo edifício terá 12 pavimentos e será edificado na principal avenida da cidade.

Outro segmento comercial que amplia a dinâmica da rede de Francisco Beltrão, diz respeito às lojas de materiais de construção instaladas nos centros da rede. Neste segmento verificamos que alguns lojistas estão associados a “Rede Bem Viver de Materiais de Construção”, uma rede que surgiu em 2001, visando adquirir produtos em maiores quantidades para praticarem preços competitivos. Esta rede possui lojas associadas nos Campos Gerais, no Sudoeste e Oeste do Paraná. Os centros da rede de Francisco Beltrão que possuem lojas associadas são: Renascença (Loja Batistella); Francisco Beltrão (Difer Materiais de Construção; Salvatti Materiais de Construção; Imperial Materiais de Construção); Santo Antônio do Sudoeste (Mai Ferragens); Dois Vizinhos (Geifi Materiais de Construção; Faraó Materiais de Construção); São Jorge d’Oeste (Eletrodomésticos Somensi); Salto do Lontra (Bozó Materiais de Construção); Nova Prata do Iguazu (Polidoro Materiais de Construção); Ampére (De Toni Materiais de Construção) e Santa Izabel d’Oeste (JB Materiais de Construção).

Outras lojas de destaque desse segmento instaladas em Francisco Beltrão são Center Sudoeste materiais de construção, Pio X materiais de construção, Vila Nova materiais de construção e Construmax materiais de construção. Estas, somadas às lojas associadas da “Rede Bem Viver”, realizam aquisições para abastecer suas lojas, diretamente das distribuidoras industriais e de grandes atacadistas, sobretudo, instalados nos Estados de SP, PR, SC e RS.

De São Paulo são feitas aquisições de produtos, das marcas e empresas: **da indústria metalúrgica** - *Aliança Metalúrgica S.A;* *CANAL Artefatos Metálicos Ltda.* (Nova Odessa); **Madeireiras** - *Grupo Ullian* é formado por três empresas: Ullian Portas e Janelas de Aço, Mecal Portas e Janelas de Aço e Lumini Soluções em Portas e Janelas de Alumínio (com sede em São José do Rio Preto); **Indústrias químicas** - *Amanco* (A Marca Amanco pertence à Mexichem, grupo de

empresas químicas e petroquímicas líderes no mercado latino-americano, com sede em São Paulo); *Tintas Suvinil* (indústria BASF S/A, com unidades em São Paulo, São Bernardo do Campo e Jaboatão dos Guararapes - PE); **Pisos, revestimentos, argamassas e impermeabilizantes** - *Artec Cerâmica*; *Astra S/A* (Jundiaí); *Cerâmica Almeida* (Santa Gertrudes - SP); *Cerâmica Lef* (Piracicaba); *Cristofolletti* - pisos e revestimentos (Rio Claro); *Deca* (possui oito fabricas no Brasil – “metais em São Paulo e Jundiaí” – Louças em Jundiaí I e Jundiaí II, São Leopoldo – RS, Recife - PE, Queimados - RJ, João Pessoa - PB); *Grupo Delta de Revestimento Cerâmico* (fabrica as marcas Delta, Duragres e Beta, possui sede em Rio Claro – SP e unidade industrial em Barra Bonita - SP); *Denver Impermeabilizantes* (Suzano); *Fortaleza argamassas e revestimentos* (matriz em São Roque - SP e unidades em Araraquara-SP, Porto Alegre – RS, Campo Grande – MS, Cuiabá – MT, Rio de Janeiro – RJ, Serra – ES, Uberlândia - MG e Aparecida de Goiania – GO); *Incefra* (revestimentos cerâmicos, com unidades fabris em SP e BA); *Karina* (pisos e revestimentos, com sede em Cordeirópolis – SP); *Nardini Cerâmica* (Santa Gertrudes – SP); *Sika* (Osasco); *Smaltcolor cerâmica* (Grupo Embramac, localizado em Santa Gertrudes); *Vedacit* (impermeabilizantes, com unidade em SP e Salvador); *Via Rosa* (porcelanato, localizada em Piracicaba); *Weber* (fabricante dos produtos quarzolit) e **produtos elétricos** - *Corona* (produz chuveiros e torneiras eletrônicas, etc. com sede em SP); *FAME – Fábrica de Aparelhos e Material Elétrico Ltda.*; *Lorenzetti S/A* (Fabricante de Chuveiros, Duchas, Aquecedores, Purificadores, Filtros, Torneiras Elétricas, Metais Sanitários, etc., com sede em SP); *Ilumi* (produtos elétricos, com sede em São Paulo e unidade em Leme); *Mondialle Design* (fabricante de banheiras de hidromassagem em fibra e acrílico, com sede em Santa Barbara d’Oeste).

Do Rio de Janeiro veem produtos da *Stam fechaduras e cadeados* (Nova Friburgo).

No Paraná, são adquiridos produtos da **indústria metalúrgica** - *Ferragens Negrão* (Curitiba); *Metais Talita* (Loanda); *Metais Pevilon* (Santa Izel do Ivaí); *Pado* (cadeados e fechaduras, com sede em Cambé); *VONDER, ferramentas e ferragens* (faz parte do grupo paranaense OVD, com sede em Curitiba); **Indústrias químicas** - *Isdralit* (produtos de P.V.C., polietileno, fibrocimento etc., com unidades em Curitiba e SP); *Plastilit* - Produtos Plásticos do Paraná Ltda. (unidades em Curitiba e Fazenda Rio Grande – PR); *Pincéis Tigre S/A* (Castro-PR); *Polibol* (produz mangueiras para ar comprimido, nebulizadores para avicultura, indústria e comércio, aquecedores para

piscinas etc., com sede em Cascavel); *Pollyana Mangueiras* (Medianeira); *Produza - Indústria e Comércio de Componentes Plásticos Ltda.* (São José dos Pinhais); *Tintas Ciacollor* (Maringá); **Madeireira** - MRG (portas e janelas, com sede em Nova Esperança-PR); **Ferramentas** - Black&Decker (começou em 1910, na cidade de Baltimore, nos Estados Unidos - possui representantes em todos os Estados brasileiros. As lojas de Francisco Beltrão são atendidas pelos representantes de Curitiba); **Cal e cimento** - *Cal Cem* (com sede em Colombo-PR - fornece cal para construção civil, industrial e calcário agrícola); *San Francisco Ind. de Cal e Calcário* (Almirante Tamandaré-PR); *Cimento Votorantim* (fábrica Votoran, Rio Branco do Sul); *Cimento Itambé* (Balsa Nova - PR); **Pisos e revestimentos** - *Incepa* (Campo Largo e São Mateus do Sul); *Roca* (indústria Espanhola de Porcelanas sanitárias e Cerâmicas etc., Em 1999, a Roca entrou definitivamente no mercado brasileiro, ao adquirir a Keramik Holding AG Laufen, detentora das marcas Incepa e Celite, que já era, líder nacional em louças sanitárias) e **Móveis** - GAAM Gabinetes (Ampére); Ghelplus (produz cubas, tanques, pias em inox, etc. localizada em Ampére); Acquavitalle (indústria de Fiber Glass, especializada em Banheiras de Hidromassagens, com sede em Foz do Iguaçu);

Em Santa Catarina, são adquiridos produtos da **indústria metalúrgica** – *CID Produtos* (indústria metalúrgica, sede em Joinville); *Docol* – Metais Sanitários (Joinville); *Irmãos Fischer S/A Ind. e Com.* (com sede em Brusque); *Metalúrgica Inandete Ltda.* (Indaial); **Indústria moveleira** - *Balcony Ind. e Com. de Móveis Ltda.* (Coronel Freitas-SC); **Pias e cubas** - *Resimetal* (cubas e lavabos e resinas, localizada em Palhoça); **Materiais elétricos** - *DWT ferramentas elétricas* (Ind. Suíça. No Brasil possui distribuição e assistência técnica em Jaraguá do Sul); *Eletrocal Indústria e Comércio de Materiais Elétricos Ltda.* (produtora da marca Corfio – fios e cabos elétricos, com sede em Caçador); *Eletro Zagonel Ltda.* (produz torneiras eletrônicas, duchas e chuveiros eletrônicos etc., com sede em Pinhalzinho – SC); Franke (Joinville); *Taschibra* (Indaial); *ThermoSystem* (produz Duchas e Chuveiros Eletrônicos, Aquecedores Solares econômicos etc., com sede em Tubarão – SC); **Indústrias químicas** - *Cipla* - indústria transformadora de plásticos (Joinville); *FortLev* (produtora de soluções em armazenamento de água – possui quadro unidades industriais para atender todo o Brasil, Araquari-SC, Cajamar-SP, Camaçari-BA, Serra-ES); *Incofima* (produtos em fibra, com sede em Chapecó); *Mantac* (fabricação de mangueiras, tubos e acessórios, com sede em Joinville); *Plasforro Perfis de PVC Ltda.* (Joinville); *Blukit* (soluções para

instalações hidráulicas, com sede em Blumenau); *Telhas Rainha* (Rio do Sul); *Imbralit* (Criciúma); **Pisos e Cerâmicas** - Ceramfix (Gaspar-SC); Cecrisa S/A (produz e distribui as cerâmicas Cecrisa e Portinari, possui unidades em Criciúma, Tubarão-SC, Anápolis-GO, Santa Luzia-MG); *Ceusa* (revestimentos cerâmicos, localizada em Urussanga); *Porto Design* (Itajaí); *Elizabeth* (porcelanatos, com unidades em Criciúma – SC, Vinhedo – SP e João Pessoa – PB) e **Ferramentas** - *Grupo GMEG* (Compressores, ferramentas para construção civil, moto-bombas, geradores, etc., com sede em Navegantes); *Orion* (distribuidora de máquinas e ferramentas, com unidades em Palhoça, São José e Florianópolis);

No Rio Grande do Sul, são adquiridos produtos da **indústria metalúrgica** - *Atlas Pincéis e Ferramentas* (Esteio-RS); *Brinox* (Caxias do Sul); *Conesul Atacadista distribuidor de ferragens* (Caxias do sul); *Famastil Taurus* (Porto Alegre); *Paraboni – ferramentas* (Riozinho); *Giosul Aramados* (Garibaldi); *Tramontina* (Carlos Barbosa-RS, Encruzilhada do Sul-RS e Recife-PE); **Indústrias químicas** - *BAKOF TEC Indústria e Comércio de Fiberglass Ltda.* (Frederico Westphalen-RS); *Killing* (tintas e adesivos, com unidades no RS, CE, BA); *Plasbil Revestimentos* (Bianchini Indústria de Plásticos Ltda., com sede em Tapejara-RS); *Tintas Renner* (Gravataí); **Atacadista** - *Distribuidora Nacional* (com sede em Porto Alegre e, filiais em São José-SC e Curitiba-PR); *Horbach & Cia Ltda.* (materiais de construção, com sede em Cachoeira do Sul); **Materiais elétricos** - *Meber - metais e duchas* (Bento Gonçalves); *Soprano* (Matriz e centro de distribuição farroupilha – RS; produção e centro de distribuição Campo Grande - MS; divisão de materiais elétricos, Escada-PE; divisão hidráulica, Caxias do Sul-RS; divisão construção civil, farroupilha-RS) e *Vitesse Ind. e Com. de Produtos Plásticos Ltda.* (Novo Hamburgo);

Deste modo podemos ver que os produtos adquiridos para abastecer as lojas de materiais de construção estão concentrados na região Sul e no Estado de SP e, estas lojas ao que tudo indica possuem uma grande dinâmica, haja vista a dinâmica atual da construção civil em nosso país, ampliada a partir de 2009, quando o Governo Federal criou o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Outro importante subsetor de comércio e serviços, que fortalece a centralidade de Francisco Beltrão na rede é o supermercadista que, segundo informações obtidas nos trabalhos de campo¹⁵⁶, recebem

¹⁵⁶ Realizamos trabalhos de campo nos supermercados Ítalo e Mano Manfroi em Francisco Beltrão, onde o último supermercado pelas informações recebidas,

compradores (seu mercado consumidor) das cidades da rede de Francisco Beltrão (último REGIC, 2008). Um caso interessante a se destacar é que, conforme nos foi mencionado, os clientes de Barracão e Flor da Serra do Sul, veem em menor quantidade, haja visto Barracão ser fronteira com “Bernardo de Irigoyen – Argentina” e Flor da Serra do Sul ser muito próxima a esta fronteira, o que, possibilita a estes moradores adquirirem produtos no país vizinho, pois nossa moeda atualmente esta forte perante ao “*Peso Argentino*”.

Neste caso, a rede delimitada pelo REGIC (IBGE, 2008), está praticamente correta, pois só deixa de fora o centro de Itapejara d’Oeste, onde também há deslocamento populacional para Francisco Beltrão, para aquisição de bens de consumo. Em outros centros da região Sudoeste, o deslocamento é maior em direção a Pato Branco.

A rede Ítalo Supermercados nasceu em 1998, após a aquisição dos Supermercados Sadia de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos¹⁵⁷. A rede Ítalo tem sua gênese, em 1973, quando o Sr. Pedro Dal Berto, chega em Francisco Beltrão e instala uma pequena “bodega” e logo em 1978, amplia seu pequeno comércio e funda o “Supermercado Industrial”, no bairro Industrial (que ainda existe e, é comandado por seu filho Démerson Dal Berto), assim, a rede Ítalo foi fundada após a aquisição dos supermercados da Sadia, sendo que, esta empresa não passou por nenhuma grande dificuldade, só obtendo crescimento, sobretudo, após 2006, quando o mercado de trabalho e o poder de compra da classe média baixa se ampliou. Sendo assim, a empresa passou desde essa data a melhorar suas instalações e a instalar lojas em outras cidades, onde atualmente conta com nove filiais.

Em novembro de 2012 o Ítalo Supermercados iniciou suas atividades em São Lourenço do Oeste (SC), em janeiro de 2013 foi a

possui uma área de influência maior que a do Ítalo, pois trabalha com preços e produtos mais populares. Já na rede Ítalo, principalmente na loja do centro da cidade, encontramos produtos sofisticados, com um setor somente para os importados.

¹⁵⁷ Em trabalho de campo realizado em 2013, com os proprietários da rede Ítalo Supermercados, os Senhores Pedro Dal Berto e seu filho Edy Dal Berto (atual diretor da empresa), verificamos que, os mesmos adquiriram os dois supermercados da Sadia (Francisco Beltrão e Dois Vizinhos) em 1998, por R\$2.800.000,00, onde deram R\$400.000,00 de entrada e o restante foi dividido pela própria Sadia, em 60 vezes corrigido pela TR. Vale destacar que, a Sadia construiu o seu Supermercado em Francisco Beltrão, no início da década de 1990, logo após sua chegada na cidade, com a aquisição do Frigorífico Chapecó Avícola S.A. em 1991.

vez de Clevelândia e em agosto de 2013 a rede Ítalo entrou em Ampére (sua nona loja), através da aquisição das instalações do Supermercado Quadri. Estas nove unidades somam 500 empregos diretos. Assim, a rede Ítalo Supermercados está distribuída (figura 28) da seguinte maneira: três unidades em Francisco Beltrão, o Ítalo Centro, o Ítalo Cidade Norte e o Mega Atacado¹⁵⁸; duas unidades em Dois Vizinhos, o Ítalo e o Center Vizi; o Ítalo Clevelândia; o Ítalo Ampére e; duas unidades em Santa Catarina, São Miguel do Oeste e São Lourenço do Oeste. Destacando que, está programada para janeiro de 2014 a inauguração de uma nova unidade da rede Ítalo Supermercados em Laranjeiras do Sul.



Figura 28 – Unidades Ítalo Supermercados

Fonte: <http://www.superitalo.com.br/>

Assim, a rede Ítalo Supermercados de Francisco Beltrão, além de ampliar a centralidade e a rede de Francisco Beltrão, por atraírem

¹⁵⁸ O Mega Atacado não deu certo e acabou fechando as portas para abrir uma unidade da rede Ítalo em Laranjeiras do Sul. Segundo informação repassada no dia 10 de janeiro de 2014, pelo Sr. Edy Dal Berto, a loja de Laranjeiras do Sul havia sido inaugurada no dia 04/01/2014 (nesta cidade a rede Ítalo adquiriu a loja Mercadão da Rede Lar, da rua Expedicionário João Maria).

compradores de cidades vizinhas, passa a contar com unidades do Ítalo em centros vizinhos, onde como informamos, a décima unidade da rede entrará em funcionamento em janeiro de 2014. A rede como um todo possui, 500 funcionários diretos, cerca de 400 fornecedores, 22 mil itens cadastrados em seu mix de produtos. A rede Ítalo atende aproximadamente, 250 mil clientes mensalmente.

Segundo informações repassadas pelo diretor da rede Ítalo Supermercados, o Sr. Edy Dal Berto, em trabalho de campo, realizado em 2013, em relação ao mercado consumidor dos supermercados da rede Ítalo de Francisco Beltrão, 80% procedem da própria cidade e 20% vem de cidades vizinhas, sobretudo, Marmeleiro, Renascença, Enéas Marques, Campo Erê – SC, Ampére etc. E, aproximadamente, 70% do seu mix de produtos vem diretamente das indústrias (destas, 40% do Estado de SP), os outros 30% vem de atacados regionais, em especial Curitiba e Cascavel. Já os hortifruti, 70% vem da empresa Cantu Alimentos¹⁵⁹ de Pato Branco e 30% de produtores locais.

Conforme o Sr. Edy Dal Berto, somente as lojas da rede Ítalo Supermercados de Francisco Beltrão possuem um faturamento anual de 30 milhões de reais e o grupo como um todo possui um faturamento anual de R\$120.000.000,00. Além disso, 100% desse faturamento é reinvestido nas unidades atuais e na expansão do grupo.

Visando ampliar o mercado consumidor, a empresa, vem apostando na aquisição de outros mercados da região e na construção de novos, além de fazer campanhas de marketing (campanha de prêmios, ofertas na rádio, TV, jornal e tabloide quinzenal).

Já, a rede de Supermercados Super Pão¹⁶⁰, está presente em Francisco Beltrão desde 2001, essa rede tem sua gênese em 1924, em Guarapuava – PR, quando o Sr. Leonardo Valente Hyczy iniciou suas

¹⁵⁹ A história da Cantu nasce a partir de seu fundador, Udir Cantu pioneiro na comercialização de hortifruti na região Sudoeste do Paraná. Em 1969, o Sr Udir iniciou a comercialização dos alimentos que produzia no quintal de sua casa, em 1984 com a necessidade de uma estrutura maior, foi constituída em Pato Branco, a “Cantu Verduras”. Em 1989, a afirmação da empresa nasceu com a instalação em Vitorino da “Cantu Alimentos”. Atualmente, o Grupo Cantu atua na importação, exportação, comercialização de alimentos e no transporte nacional e internacional. Ainda possui granjas para produção de ovos.

¹⁶⁰ Estando a matriz dessa empresa localizada em Guarapuava, podemos auferir empiricamente que esta empresa faz a extração da renda de seu mercado consumidor de Francisco Beltrão, deslocando-a para sua matriz. Pois, em conversas, verificamos que a empresa não faz nenhum investimento na cidade, apenas realiza sua atribuição social, gerando empregos.

atividades em um pequeno comércio (bar e padaria), denominado na época de “Ponto Chique”. A cidade foi crescendo e ao mesmo tempo o comércio do Sr. Leonardo também ia se expandindo e em 1937 inaugurou a panificadora Triunfante. Em 1969, o sistema de auto serviço foi instalado, surgindo assim o primeiro “supermercado” da cidade de Guarapuava, o “Super Pão”. No decorrer dos anos, a empresa passou por algumas diversificação e, atualmente, atua com quatro marcas, o, Superpão, o Superbaratão, o Superbaratão Atacado e a Triunfante. Os Supermercados Superpão possuem seis lojas distribuídas em Guarapuava (que conta com três estabelecimentos), União da Vitória, Francisco Beltrão e Caçador – SC.

Destacando que, os Supermercados Super Pão em Francisco Beltrão adquiriu a instalação do antigo Supermercado Franzoni (instalado na cidade desde o final dos anos 1980) que devido a problemas financeiros, teve que se desfazer desse ativo, mas vale lembrar que, o supermercado Franzoni ainda possuía uma loja na cidade (no bairro Vila Nova), que em 2011 fechou as portas e alugou suas instalações para o Supermercado Mano Manfroi.

Sobre a rede de Supermercado Super Pão, não obtivemos maiores detalhes, mas sabemos que muitas mercadorias são adquiridas pela matriz (central de compras) que somente encaminha os produtos para essa loja, juntamente com os preços que devem ser praticados. Já, os hortifruti são adquiridos pela matriz e vem diretamente do CEASA de Curitiba e, somente, uma pequena parte dos hortifruti são adquiridos, esporadicamente de distribuidores e produtores locais.

O Supermercado Mano Manfroi, nasceu pelas mãos do empresário Sergio Mano Manfroi¹⁶¹ que alugou as instalações do

¹⁶¹ Em entrevista com o empresário Sergio Mano Manfroi em 2013, verificamos que ele é um dos filhos da família que instalou o primeiro supermercado na cidade, o Supermercado Rio Tuna nos anos 1970, empresa esta que, evoluiu do que ele denomina de “Bodegão”. No final dos anos 1980 a família vendeu o Supermercado Rio Tuna em Francisco Beltrão (do qual seu tio “Felit Manfroi” detinha a maior parte) e foram para Salto do Lontra, cidade onde instalaram inicialmente um bodegão e depois um supermercado. Sergio Manfroi era um dos sócios proprietário da empresa e vendeu sua parte em 2007 e logo começou a procurar um supermercado na região para comprar e/ou alugar, nesta empreitada ele conta que visitou algumas cidades como Itapejara d’Oeste, Verê, entre outras, mas foi ao passear por Francisco Beltrão que passou em frente ao antigo Supermercado Zancan e gostou das instalações e principalmente da localização e ao retornar para Salto do Lontra, conversou com alguns vendedores que lhe informaram que o Sr. Darci Zancan queria “vender o ponto”

supermercado Zancan (o segundo supermercado instalado na cidade, ainda na década de 1970) e iniciou suas atividades em Francisco Beltrão em 14 de abril de 2008. E, em setembro de 2011, a empresa alugou as instalações do supermercado Franzoni (instalado no início dos anos 2000 e que passava por algumas dificuldades financeiras), inaugurando assim, o segundo supermercado Mano Manfroi em Francisco Beltrão com uma área de vendas maior e com estacionamento amplo.

O Sr. Sergio Manfroi, desde pequeno ajudava no comércio da família (que possuía Bodega e depois supermercado na cidade), ou seja, sempre atuou neste ramo. Com sua grande experiência, esse empresário instalou essas duas lojas na cidade que rapidamente conquistaram um grande dinamismo, basta verificarmos que o faturamento da empresa Mano Manfroi (somados os dois supermercados de Francisco Beltrão) em 2013, foi de 60 milhões (informação verificada em trabalho de campo, diretamente com o Sr. Sergio Mano Manfroi, no dia 24 de janeiro de 2014). Dado que confirma a grande dinâmica desta empresa na cidade, gerando 160 empregos diretos e figurando entre as 10 empresas que mais geram ICMS para o município.

Em relação às dinâmicas da rede, verificamos que essa empresa adquire os produtos para abastecer suas lojas através de representantes comerciais das indústrias (40%), sobretudo, de São Paulo (por exemplo, a Coca Cola, a Pepsi, a Nestlé, entre outras possuem representantes comerciais instalados em Francisco Beltrão) e de distribuidores industriais e atacadistas de Cascavel (30%), Curitiba (10%), Pato Branco e Francisco Beltrão (10%) e cerca de 10% de pequenas indústrias da região Sudoeste do PR e Oeste catarinense.

Já os produtos hortifruti para abastecer o supermercado são adquiridos, em cerca de 60% da empresa Cantu de Pato Branco e 30% da empresa Soni Frutas de Francisco Beltrão, os outros 20% são adquiridos diretamente de produtores da região, porém estes não possuem produção em escala para fornecer mercadorias durante o ano todo, o que dificulta a realização destas compras. Mas, segundo Sr. Sergio Manfroi, os produtos como repolho e alface são os mais fáceis de serem adquiridos diretamente do produtor local, as bananas são adquiridas diretamente da empresa Babinski de Francisco Beltrão (uma empresa que fornece bananas para todos os estabelecimentos que comercializam este produto em Francisco Beltrão e região Sudoeste).

e alugar as instalações e logo ele fez a proposta, fechou o negócio e iniciou as atividades.

A empresa Babinski¹⁶², tem sua gênese nos anos 1960 e 1970 quando o Sr. Afonso Babinski juntamente com seu filho o Sr. Jair Babinsk, vendiam Bananas na cidade de Francisco Beltrão, destacando que, eles colocavam as bananas num “carrinho de mão” e percorriam as ruas da cidade, realizando as vendas. As bananas vinham de Santa Catarina sendo colocadas em cima de algumas cargas que vinham para Francisco Beltrão, a exemplo das cargas de areia (nessa época o pequeno depósito da família, localizava-se na principal avenida da cidade onde, atualmente está instalada a loja Safira). No início dos anos 1980, o pequeno depósito da família mudou-se para uma área próxima ao centro, onde se manteve até hoje. Atualmente, a empresa¹⁶³ é comandada pela família, pelo Sr. Jair Babinsk e por seus filhos Marcos (que é o administrador), Gustavo e Jair Júnior. As bananas vem de Santa Catarina, exceto a banana prata que vem de Minas Gerais. A empresa comanda a entrega de bananas para o comércio varejista das cidades da rede e do Sudoeste do Paraná. Em Francisco Beltrão, entrega para os maiores supermercados da cidade, Bananas e Mamão (que vem de Minas Gerais – uma carga por semana). Destacando que, a empresa Babinski comercializa não apenas bananas, mas vários produtos para abastecer com hortifruti os médios e pequenos comerciantes varejistas (supermercados e mercados) da rede de Francisco Beltrão e da região Sudoeste. Os produtos são adquiridos diretamente dos produtores de Santa Catarina (fora as bananas que vem desse Estado, na época da safra, de Caçador-SC, procedem os tomates) e Minas Gerais, além de virem também muitas mercadorias do CEASA – Centrais de Abastecimento do Paraná de Curitiba e de Londrina,. A empresa comercializa, sobretudo bananas, porém também atua na comercialização de verduras (repolho, alface, couve-flor, agrião, brócolis, couve, espinafre), legumes (pepino, batata, berinjela, cebola, pimentão, abobrinha, cenoura, alho, tomate) e frutas (manga, maçã, morango, abacaxi, mamão, laranja, banana, pera, goiaba etc.).

Em relação aos supermercadistas, existem também pequenos mercados (que possuem em média de quatro a seis check-outs) e, que instituíram uma associação, denominada de Rede Forte Supermercados, visando realizarem a gestão de compras dos supermercadistas associados, ou seja, visando conseguirem comprar em grande quantidade para terem força para negociarem melhores preços, pois só

¹⁶² As informações sobre a empresa Babinski, foram obtidos através de trabalho de campo, onde realizamos entrevista com o Sr. Marcos Babinski.

¹⁶³ A empresa Babinski alcançou um faturamento de 6 milhões em 2013.

assim conseguiriam aumentar a competitividade com os maiores supermercados instalados nas cidades da rede e região. A Rede Forte de Supermercados foi fundada em 2004, por um grupo de empresários de Francisco Beltrão, cidade onde está estruturada e instalada em uma pequena sala comercial e, é a partir desse local que se realizam a gestão das compras. Em 2004 a rede foi iniciada para centralizar as compras de 41 pequenos “supermercados”, estabelecidos na região Sudoeste do Paraná e, atualmente (2013), a rede conta com 120 associados¹⁶⁴, distribuídos nas regiões Oeste, Sudoeste e Centro-Sul do Paraná e Oeste e Meio-Oeste de Santa Catarina¹⁶⁵. Apesar desta rede ter, atualmente uma ampla área de cobertura, podemos dizer que ela nasceu com as mesmas expectativas do que Bastos (2002, p. 166) mencionou sobre a rede *Masterville* (estabelecida em Joinville-SC), ou seja, foi instalada visando “[...] frear as novas estratégias de expansão das grandes redes nacionais e internacionais que é o estabelecimento de supermercados de vizinhança”.

Verificamos a partir do Sindicato do Comércio Varejista e Sindicato dos Empregados no Comércio de Francisco Beltrão que o piso salarial, desde junho de 2013, era de R\$ 850,00 para funcionários do Comércio em Geral; de R\$ 802,00 para os funcionários de Supermercados; de R\$730,00 para Empacotadores de Supermercados e de R\$730,00 para Zeladoras, office-boys, copa e cozinha.

Ainda em relação ao setor de serviços na rede temos a empresa CISS, em Dois Vizinhos como a principal empresa do setor de TI¹⁶⁶. Está por sua vez, teve um grande crescimento durante os primeiros anos do século XXI, apresentando várias inovações em seus produtos, sendo

¹⁶⁴ Verificamos que, 19 centros da rede urbana de Francisco Beltrão, possuem estabelecimentos associados a rede Forte de Supermercados, sendo eles: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Flor da Serra do Sul, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguçu, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge do Oeste, São João, Verê. Estes centros, somam ao todo 45 “supermercados” associados. Em Francisco Beltrão, 17 estabelecimentos fazem parte da rede.

¹⁶⁵ Para maiores informações, consultar o site <http://www.redeforte.com/site/>

¹⁶⁶ Em Francisco Beltrão encontramos a empresa Leosoft Cia de Informática, uma empresa especialista na produção do software “sistemas” para Cooperativas. No mercado desde 1995 e que atualmente produz sistemas para atender a necessidade de cooperativas rurais, cooperativas de crédito, financeiras, agroindústrias, sindicatos e associações em geral, e segmento de saúde.

que, seu principal é o CISSPoder®, lançado no ano 2000 e, que vem a cada versão ganhando novas funcionalidades.

Desde 2011 a CISS vem conquistando o prêmio de melhores empresas para se trabalhar no ramo de TI e TELECOM, premiação oferecida pelo Instituto *Great Place to Work*, sendo que, neste ano ficou na 95ª colocação e, em 2012, ficou na 52ª posição (representando a 17ª colocação entre as melhores empresas para se trabalhar no Estado do Paraná) (<http://www.ciss.com.br/>).

Só para se ter uma ideia da dinâmica da empresa e, muito alinhada com a dificuldade de se contratar mão-de-obra especializada (que em sua maioria é trazida dos grandes centros), a CISS está finalizando a construção de uma nova Sede (figura 29) em um terreno de 24 mil m² e uma edificação de 7 mil m², sendo que 8 mil m² serão para estacionamento. A construção desta nova sede vem, principalmente devido à necessidade de apresentar modernas instalações para abrigar os funcionários¹⁶⁷ e, também, para suportar o crescimento anual da empresa que é de cerca de 40% a.a.



Figura 29 - Nova sede da CISS, que terá cerca de 7 mil m².

Fonte: <http://www.ciss.com.br/>

¹⁶⁷ Feito que será utilizado na tentativa de conquistar mais mão-de-obra especializada dos grandes centros.

Atualmente, a empresa CISS já atua prestando serviços para estabelecimentos varejistas, com seus softwares especializados em gestão¹⁶⁸ de supermercados, lojas de materiais de construção e redes de negócios, presentes no Distrito Federal e em 25 Estados Brasileiros (apenas o Estado de Roraima ainda não foi contemplado), possuindo aproximadamente 3.500 clientes e 400 funcionários¹⁶⁹ entre desenvolvedores de software, auxiliares, administrativo, setor de vendas e treinamentos.

Assim, como esta empresa presta serviços e possui seus produtos distribuídos por estabelecimentos supermercadistas e de materiais de construção em todos os Estados Brasileiros, a não ser Roraima, possui características que corroboram com o aumento da dinâmica da rede urbana, pois a partir do centro de Dois Vizinhos, a rede se liga diretamente com diversas cidades nacionais, expandindo assim, sua centralidade.

Um fato importante a se destacar é que, essa empresa, pode ser também considerada como uma indústria de TI e não somente como prestadora de serviços. Portanto, tal dinâmica, se vincula ao setor industrial e de serviços.

Outra empresa do setor de serviços que possui grande dinâmica na rede é a COPTRANS – Cooperativa de Transporte Quatorze de Dezembro¹⁷⁰, criada na cidade de Francisco Beltrão, em quatro de dezembro de 2002, com 36 sócios¹⁷¹. Em 24 de março de 2003, a empresa iniciou as atividades de transportes, com frota de dez veículos câmaras frias, atendendo a *Sadia* de Francisco Beltrão. Em 2008

¹⁶⁸ Os clientes, compram o software, o que proporciona que realizem a automação e gestão de seus empreendimentos. Depois, arcam com uma determinada mensalidade para terem o direito de utilizarem o software, para auferirem treinamentos exclusivos e para receberem as atualizações, a medida que as inovações forem sendo lançadas pela CISS.

¹⁶⁹ Com a instalação da nova sede, a expectativa é que dentro de 5 anos cheguem a 1.500 funcionários.

¹⁷⁰ Informações recebidas em trabalho de campo, realizado em 2013, onde conversamos com o Sr. Iduir Pedro Bortot, Gerente Administrativo.

¹⁷¹ Que buscaram se organizaram em uma cooperativa para trazer Grãos e farelo de Soja do Mato Grosso para as empresas produtoras de Ração para a avicultura do Sudoeste do Paraná, mas que, logo depois conseguiu fechar um contrato, com a empresa Sadia (atual *BRF*), para trazer cerca de 10 mil toneladas de farelo de soja de Rondonópolis e Lucas do Rio Verde para a fábrica de ração da Sadia de Francisco Beltrão e fazer o deslocamento de sua produção para os portos de Paranaguá, Itajaí e Navegantes.

começou a atender a *Sadia* de Lucas do Rio Verde – MT, que é considerada a maior planta industrial da América Latina na produção de carnes *in natura* e embutidos. No primeiro quartel de 2010, somou o transporte do setor agropecuário da *BRF* de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, passando então a fazer o transporte de peruzinhos, pintainhos e de ração, para os produtores integrados e de frangos e perus dos integrados para o abate, além de fazer o transporte de ovos das granjas às incubadoras. A partir do segundo semestre de 2010, a cooperativa passou a atender também, as unidades da *BRF* de Ponta Grossa e Toledo no Paraná e, Chapecó e Concórdia, em Santa Catarina.

Com o início da industrialização de carnes de aves em 2011, pela COASUL, de São João – PR, a COPTRANS também começa a atender esta empresa, com a distribuição dos produtos da marca “*Le Vida*” destinados ao mercado interno, inicialmente com quatro carretas câmaras frias, atingindo em 2013, uma frota de 20 carretas e oito veículos quatro eixos. Segundo informações repassadas pelo Sr. Iduir Pedro Bortot, Gerente Administrativo, a cooperativa encaminha em média três caminhões contêiner com Frangos da COASUL, produtos “*Le Vida*” para o Porto de Paranaguá, estes são encaminhados para a África, Europa e América Central.

A produção de grãos é outro importante segmento que a COPTRANS vem atuando desde o segundo semestre de 2003, quando assinou contrato com a Bunge Alimentos, destinando para o início das atividades, 20 *Bitrens* para Rondonópolis – MT, frota esta que foi sendo ampliada com o passar dos anos e com a entrada de novos cooperados.

Suas atividades neste segmentos foram ampliadas em 2007, através de contrato com a “*ADM do Brasil*” para transporte de grãos, atendendo Campo Grande e Rondonópolis.

Outro destaque em relação à rede foi o contrato realizado com a *BRF* em 2009, para o transporte de farelo de soja de Rondonópolis para Francisco Beltrão, que por sua vez, amplia a dinâmica da rede.

A empresa esta estruturada com matriz em Francisco Beltrão e postos de atendimento em São João e Paranaguá, filial em Rondonópolis e posto de atendimento em Lucas do Rio Verde. Como uma empresa logística de significativo porte, possui uma organização administrativa e um sistema gerencial integrado entre a matriz, filiais e postos de atendimento, caminhões com GSP e os Câmaras Frias são também rastreados o que possibilita maior confiabilidade para os prazos de entrega, pois se algum caminhão tiver problemas na viagem, rapidamente é identificado.

A COPTRANS contava em 2013, com uma frota de 120 carretas câmaras frias, 10 veículos quatro eixos câmaras frias, 57 veículos truck de quatro eixos no transporte agropecuário, 90 carretas porta contêiner e 85 caminhões *Bitrens*. Interessante destacar que, a empresa possui parceria com 91 postos de combustíveis, distribuídos em 18 Estados.

A COPTRANS realiza também, o escoamento dos produtos da empresa Satiare Alimentos de Nova Prata do Iguaçu. Por dia saem dois caminhões que fazem o deslocamento dos produtos até os distribuidores dos seus principais mercados consumidores, localizados no Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco e Piauí.

Atualmente, a empresa possui a primeira colocação no ranking paranaense de cooperativas de transportes e é uma das 10 empresas que mais contribuem na geração de ICMS para Francisco Beltrão. Em 2013, o faturamento da empresa atingiu 98 milhões¹⁷².

Como vimos a COPTRANS amplia a dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão, pois somados aos deslocamentos realizados para a empresa Satiare Alimentos; realiza deslocamentos da cidade de Francisco Beltrão e de Dois Vizinhos para as propriedades rurais da região Sudoeste que são integrados da *BRF*, levando para esse, pintainhos, peruzinhos e ração e trazendo para a unidade industrial os frangos e perus para o abate (esse mesmo tipo de transporte é realizado por cooperados da COPTRANS na unidade da *BRF* de Toledo). Além de trazer 10 mil toneladas por mês de farelo de Soja de Rondonópolis e Lucas do Rio Verde – MT para a fábrica de Ração da *BRF*. Faz também, todo deslocamento dos produtos da *BRF* (100% da produção da *BRF* de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos) para os portos, sendo 90% escoados pelos Portos de Itajaí e Navegantes (devido seus menores custos de operação logística) e 10% para o Porto de Paranaguá. Lembrando que, os produtos exportados pelo frigorífico da COASUL são escoados pelo Porto de Paranaguá.

Os produtos do frigorífico da COASUL e os poucos da *BRF* que ficam no mercado nacional, são levados, em maior quantidade para São Paulo e Rio de Janeiro (50%). Lembrando que, os caminhões retornam

¹⁷² Informação repassada, em janeiro de 2014, pelo Sr. Iduir Pedro Bortot, gerente administrativo da COPTRANS. Vale destacar que, a cooperativa possui 230 associados e, para se associar a pequena empresa ou o proprietário de caminhão (que se enquadre na cooperativa) deve comprar uma “Cota-parte” (que quando sair da cooperativa o reembolsa) e recebe 97% de todo valor do frete, sendo que, 2% fica para manter os custos administrativos e 1% é deslocado para ampliar a cota dos cooperados.

de seus destinos, normalmente trazendo outras mercadorias para a própria BRF (como embalagens que a BRF adquire em São Paulo e Chapecó) e mercadorias solicitadas por outras empresas, sobretudo, de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.

Já trouxeram também frangos da unidade da *BRF* de Lucas do Rio Verde – MT para serem processados na unidade da *BRF* de Concórdia – SC. Para a unidade de Lucas do Rio Verde, a COPTRANS faz o escoamento da produção, sobretudo, para a região Norte e Nordeste (na maioria dos retornos os caminhões, trazem outros produtos para o Mato Grosso). Não esquecendo ainda, dos deslocamentos (fretes) realizados para a ADM do Brasil e para as unidades da *BRF* de Ponta Grossa e Toledo no Paraná e, Chapecó e Concórdia em Santa Catarina (para estas unidades da *BRF* a COPTRANS presta serviços, somente para uma pequena parte da produção).

Deste modo, com a dinâmica apresentada pelas IES, filias das redes lojistas, franquias, COPTRANS, CISS e até mesmo o galgado pelos supermercados (fluxos para abastecimento de suas lojas) teremos uma rede de Francisco Beltrão muito mais ampla do que a apresentada pela REGIC (IBGE, 2008).

Outra questão que contribui ainda mais com a complexidade atual da rede urbana, diz respeito ao surgimento de novos fluxos, especialmente os de informações, de compra e venda realizados pela internet, ou seja, atualmente os moradores de cidades pequenas e locais, não precisam mais se deslocar até cidades de maior nível hierárquico para adquirir mercadorias, pois podemos adquirir praticamente qualquer produto e, ainda, com maiores e melhores facilidades de pagamento que as oferecidas pelos comerciantes locais, pois em trabalho de campo em empresas como Pernambucanas, Magazine Luiza, por exemplo, verificamos que as forma de pagamento praticadas se realizavam em no máximo 3 vezes sem juros no cartão de crédito, ou em até 6 vezes no cartão, mas com juros. Diferente, das lojas on-line, onde os pagamentos podem ser realizados em até 10 vezes sem juros no cartão de crédito e até mesmo com entrega gratuita, o que não ocorre nos estabelecimento comerciais de Francisco Beltrão, que cobravam taxas de entregas, em 2013, entre R\$ 20,00 a R\$ 40,00 (pois as mesmas eram terceirizadas).

A seguir, apresentaremos a dinâmica atual do setor produtivo na rede, mostrando suas interações espaciais, principalmente no que tange, aos fluxos evidenciados pela balança comercial.

4.5 - A Dinâmica Atual do Setor Produtivo e suas Contemporâneas Interações Espaciais

Nesta parte iremos analisar as principais empresas produtivas instaladas nos centros da rede, sobretudo, as que, atualmente realizam exportações. Mesmo assim, corremos o risco de esquecermos alguns estabelecimentos, mas lembramos que, nossa pretensão é analisar as empresas mais dinâmicas da rede e, é claro que nosso estudo diz respeito a uma análise qualitativa da dinâmica atual da rede, por isso mesmo, sabemos que algumas poucas empresas ficarão de fora do diagnóstico (talvez por não serem dinâmicas, ou mesmo, por nosso esquecimento), mas essa pequena falha, não prejudicará nossa análise e entendimento da dinâmica atual da rede urbana de Francisco Beltrão.

Para iniciarmos a análise desta parte do trabalho, gostaríamos de lembrar o conceito “básico e não-básico”, proposto por John W. Alexander (1969), que destaca dois tipos de funções econômicas urbanas: o primeiro diz respeito as atividades exteriores aos seus limites e, portanto interurbanas, o segundo relaciona-se as atividades intra-urbanas que a servem ao interior do núcleo urbano. Em relação a este conceito, o geógrafo Peluso Júnior (1974), nos trouxe grande contribuição, pois utilizou este conceito em sua tese de livre docência, que analisou a rede urbana de Santa Catarina. Sabemos que a economia e a população de uma determinada cidade e/ou nação não vivem isoladas, uma vez que, tal isolamento lhe traria grandes dificuldades e/ou até mesmo, o levaria a ruína. Portanto, as cidades necessitam manter relações com outros locais, exportando para estes, bens e serviços e recebendo remuneração de tal mercado consumidor. Alexander (1969) nos diz que, a vida econômica de qualquer cidade está ligada, particularmente, à vida de sua região.

Conforme Peluso Jr. (1974) cada centro urbano possui uma função predominante, seja ela industrial, comercial, de serviços, de transporte etc. e, quando a função dominante perde forças, outra a substitui, lembrando que se a função primitiva subsiste, novas atividades a ela se superpõem, ou seja, compõem uma totalidade concreta que expressa continuidades e discontinuidades como uma unidade.

Conforme o conceito de “básico e não-básico”, verificamos que, as atividades de exportação constituem as fontes da renda “básica”, em contraste com a renda derivada da circulação interna (intra-urbana) de bens, moeda e crédito, que é denominada “não-básica”, portanto, uma parte do esforço da cidade origina-se da demanda interurbana. Mas a população da própria cidade, por sua vez, precisa dos serviços intra-

urbanos, o que mostra o segundo tipo de funções, o que atende às necessidades urbanas.

“O conceito básico-não-básico permite a classificação funcional dos centros urbanos no sistema de cidades de que faz parte”. Todavia, “[...] A evolução das funções urbanas reflete-se na classificação funcional das cidades, se para diversas épocas se usar o mesmo método e se contar com o levantamento de dados comparáveis entre si” (PELUSO JÚNIOR, 1974, p.4-5). Ou seja, se analisarmos as funções urbanas de determinados centros de uma rede, desde suas gêneses, veremos muitos centros modificarem suas funções principais com o passar dos anos.

Para verificarmos, as funções principais dos centros urbanos da rede de Francisco Beltrão, temos que analisar as atividades urbanas, deste modo, sabemos que as “rendas básicas” correspondem aquelas atividades ligadas a rede urbana, ou seja, as desenvolvidas pelo setor industrial e por algumas do setor terciário, principalmente aquelas responsáveis por produzir um deslocamento demográfico para uma determinada centralidade, contingente este, que ampliarão o mercado consumidor, deslocando/extraindo então, recursos/renda de um centro para outro (este fato ocorre, por exemplo, para Francisco Beltrão, principal centralidade de uma rede que, polariza outros centros, fazendo com que muitos recursos venham para a cidade, através de consumidores, que ao invés de gastarem todos seus recursos no comércio local, se deslocam para a principal centralidade, ampliando assim, seu mercado consumidor).

Assim, se verificarmos o número de estabelecimentos e de empregos gerados por cada setor (secundário e terciário), somados aos seus respectivos PIBs, poderemos falar claramente que os centros da rede, concentram seus maiores números de empregos no setor terciário e possuem seus maiores PIBs, igualmente no setor terciário, onde somente quatro centros da rede apresentaram em 2010 seus maiores PIBs no setor agropecuário (Bom Jesus do Sul; Enéas Marques; Manfrinópolis e Nova Esperança do Sudoeste), estes apresentam funções urbanas reduzidas, capazes de satisfazer somente suas necessidades mínimas. A partir das informações, já incluídas no trabalho, verificamos que, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Ampére, possuíam fortes dinâmicas no setor industrial, onde seus PIBs e empregos industriais somavam, em Ampére, 27,09% do PIB e 2.860, ou 65,55% dos empregos¹⁷³; em Dois

¹⁷³ Ampére é um dos exemplos de desenvolvimento regional via industrialização, realizado após os anos 1980. Esse município que antes era

Vizinhos, 31,85% do PIB e 4.767, ou 47,85% das ocupações e em Francisco Beltrão, 25,85% do PIB e 8.717, ou 40,12% dos empregos no setor industrial. Assim, podemos dizer que, estes três centros possuíam fortes dinâmicas no setor produtivo e, sobretudo, Ampére tinha seu principal papel, representado pela função industrial. Contudo, os outros dois centros, apesar de possuírem forte função industrial, ao mesmo tempo, possuíam uma vigorosa função no terciário. Assim, Francisco Beltrão por ser a principal centralidade da rede, possuía forte dinâmica no setor terciário, porém uma dinâmica que fortalece sua centralidade e suas interações (renda básica, ou seja, aquela que tem vinculações interurbanas) com destaque para a área comercial e os serviços (sobretudo, o setor da saúde e das IES, além de uma pequena parte do comércio em geral que contribuem para o deslocamento da população da rede em direção a centralidade principal). Dois Vizinhos, também possui uma centralidade, mesmo que reduzida, que proporciona fluxos (renda básica) com destaque para o setor comercial e de prestação de serviços (comércio em geral e IES).

Mas como veremos, o setor produtivo dos centros da rede são os principais fomentadores do que Alexander (1969) denomina de renda básica, aquelas que ampliam as interações interurbanas, pois a partir destas, a rede amplia seus alcances para centros de todas as regiões brasileiras, não nos esquecendo da dinâmica proporcionada via exportações e importações de outros países.

No gráfico 28, apresentamos a balança comercial da rede urbana de Francisco Beltrão entre os anos de 1997 e 2012 (dados disponibilizados pela SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior). Estes dados demonstram que em 1998 a balança comercial da rede foi negativa, mantendo-se positiva até o ano de 2006, quando a partir de 2007 o saldo negativo da balança comercial só veio a aumentar. Em 2007, foram exportados US\$ 38.882.365 e importados US\$ 42.210.481, ou seja, inicia-se aí um saldo negativo de US\$ 3.328.116 na balança comercial da rede, chegando a atingir em 2012, uma exportação de US\$ 46.612.364 e uma importação de US\$

dependente basicamente do setor rural, passou por uma mudança em sua dinâmica, onde os industriais do setor moveleiro e do vestuário, passaram a instalar suas empresas e a modernizá-las, passando a produzir para atender a demanda nacional e não apenas regional, desse modo, o setor industrial gerou em 2010, 2.860 empregos (65,55% do total de empregos). População total 17.308 habitantes, destes 13.257 são habitantes urbanos (21,57% da população urbana estão ocupados no setor industrial).

129.918.923, ou seja, um saldo negativo de US\$ 83.306.559 na balança comercial da rede urbana de Francisco Beltrão. E, uma das explicações deste fato, diz respeito, sobretudo, ao aumento das importações realizadas pelo centro urbano de Barracão, uma cidade de fronteira, que faz divisa com a cidade de Bernardo de Irigoyen – Argentina.

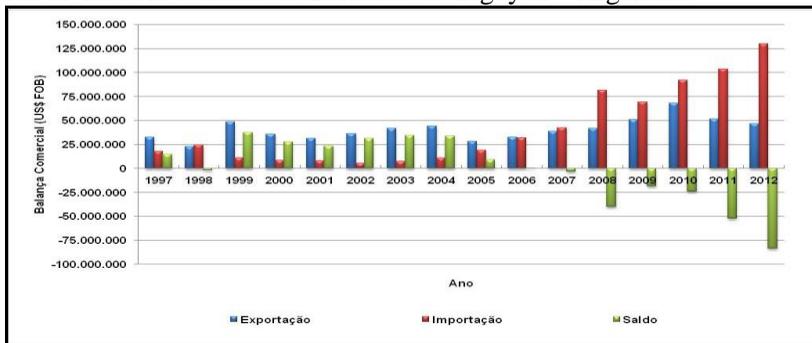


Gráfico 28 – Balança comercial da rede urbana de Francisco Beltrão – PR (1997-2013)

Fonte: SECEX, 2012.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Já no gráfico 29, apresentamos os dados da balança comercial da rede urbana de Francisco Beltrão, no mesmo período demonstrado no gráfico anterior, porém neste, retirados os dados da cidade de Barracão e, através dele verificamos que a balança comercial da rede fica positiva em todos os anos, comprovando dessa forma que, Barracão é o principal centro responsável pelo saldo negativo da balança da rede.

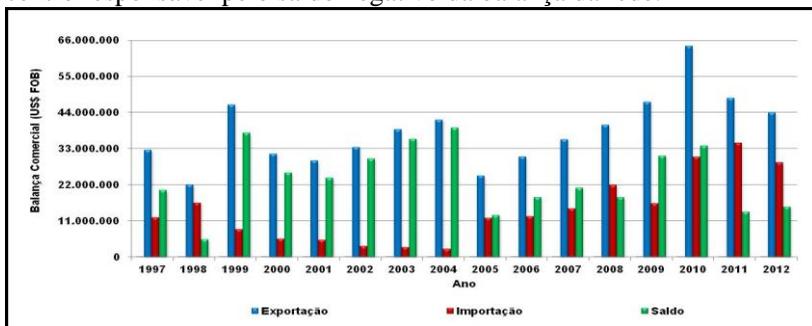


Gráfico 29 – Balança comercial da rede urbana de Francisco Beltrão – PR – retirados os dados de Barracão (1997-2013)

Fonte: SECEX, 2012.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Na tabela 28, verificamos os centros urbanos da rede que realizaram exportações entre os anos de 2007, 2009 e 2011.

Tabela 28 – Cidades exportadoras da Rede de Francisco Beltrão (2007-2009-2011)

Centros da Rede de Francisco Beltrão que realizaram exportações	2007 (Jan/Dez)		2009 (Jan/Dez)		2011 (Jan/Dez)	
	US\$ F. O.B. ¹	%	US\$ F. O.B.	%	US\$ F. O.B.	%
Ampère	1.742.671	4,48	1.329.773	2,64	2.516.061	4,99
Barracão	2.978.720	7,66	3.416.691	6,77	2.918.097	5,79
Dois Vizinhos	3.138.730	8,07	2.741.220	5,43	7.496.232	14,86
Enéas Marques	4.082.154	10,50	1.084.397	2,15	3.410.567	6,76
Flor da Serra do Sul	17.328	0,04			147.708	0,29
Francisco Beltrão	14.335.077	36,87	12.188.245	24,17	7.200.137	14,28
Marmeleiro	44.853	0,12			255.816	0,51
Realeza					42.350	0,08
Renascença	7.431	0,02				
Santa Izabel do Oeste	4.410.485	11,34	2.655.930	5,27	11.025.148	21,86
Santo Antônio do Sudoeste	380.099	0,98	205.379	0,41	900.000	1,78
São João	7.607.781	19,57	26.815.460	53,17	15.439.291	30,61
Verê	137.036	0,35				
Total	38.882.365	100	50.437.095	100	51.351.407	100

Fonte: SECEX, 2007; 2009; 2011.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Em 2007, 12 centros da rede realizaram exportações para 41 países; em 2009, 8 centros realizaram exportações para 42 países e; em 2011, 11 centros da rede realizaram exportações para 36 países.

São João é desde 2009, o centro que mais exporta entre os centros da rede de Francisco Beltrão, está dinâmica é produzida pela empresa Coasul Cooperativa Agroindustrial, única empresa exportadora daquele centro.

Em 2011, logo atrás de São João, aparecia a cidade de Santa Izabel do Oeste, como o segundo centro mais dinâmico, em relação a exportações, nesta podemos destacar a empresa Irmãos Bocchi & Cia Ltda., conhecida também como Grupo Bocchi Agronegócios, que iniciou suas atividades na década de 1960, nesta mesma cidade, como um comércio de secos e molhados e que, atualmente é uma grande empresa responsável por fazer escoamento da produção de grãos, com destaque para soja, trigo, aveia e feijão, realizando o transporte desses grãos com frota própria (12 caminhões) dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo aos portos do Brasil, sobretudo, os portos do Paraná e Santa Catarina, visando a exportação.

Na sequência, para esse mesmo ano (2011), aparece Dois Vizinhos e, logo após, Francisco Beltrão, ou seja, esse último centro que

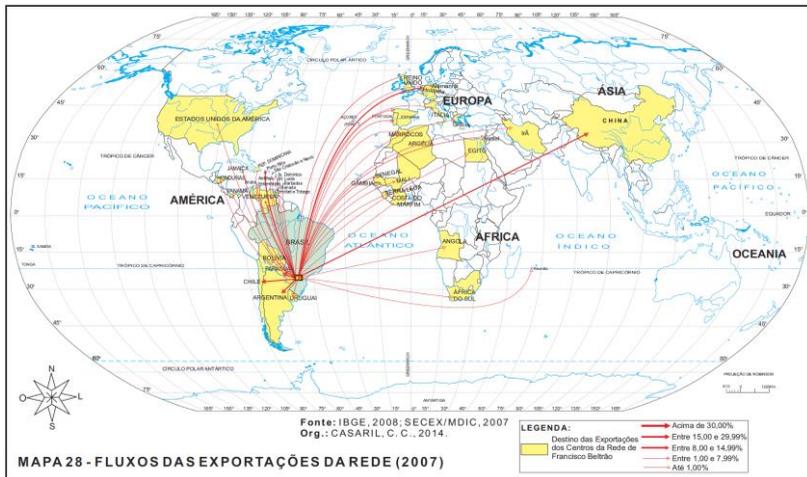
era o principal exportador da rede em 2007, chega em 2011 na quarta colocação entre as cidades que mais exportam da rede urbana. O que quer dizer que, as empresas estabelecidas nos outros centros ampliaram suas dinâmicas. Sendo assim, Francisco Beltrão é praticamente o único centro que reduziu seu valor exportado, entre os anos analisados, saindo da casa dos 14 milhões de dólares FOB para os 7 milhões de dólares FOB.

São João, ampliou seu valor exportado da casa dos 7,6 milhões de dólares FOB, para os 26,8 milhões, em 2009, ano em que o Sudoeste do Paraná colheu uma “super” safra, sobretudo, de soja, sendo grande parte desta, exportada pela COASUL, de São João. Este centro reduz seu valor exportado em 2011, para a casa dos 15,4 milhões de dólares, porém manteve a proeminência entre os centros que mais realizam exportações da rede.

Na sequência apresentamos os mapas dos fluxos produtivos e comerciais, apresentando a origem das importações e o destino das exportações dos centros da rede de Francisco Beltrão.

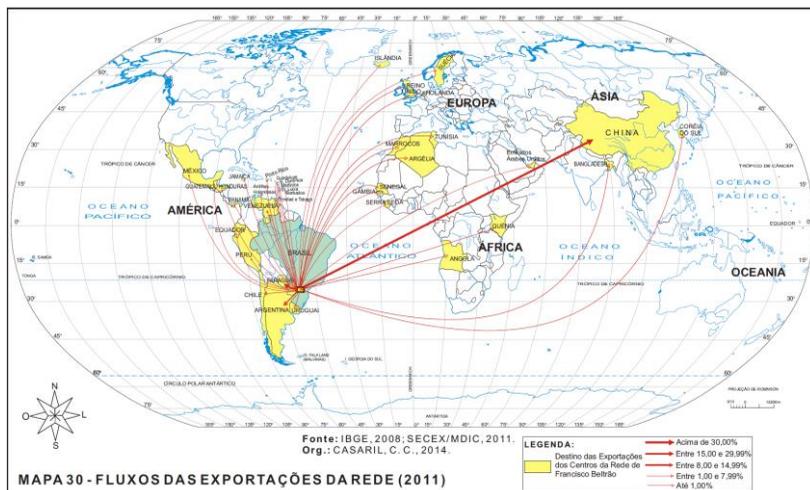
Iniciamos apresentando os mapas das exportações realizadas pelos centros da rede de Francisco Beltrão, nos anos 2007, 2009 e 2011. Assim, podemos verificar que, além da rede urbana estar inserida na economia nacional, vem atualmente, ampliando os alcances dos fluxos, aprofundando deste modo, as relações da DIT - Divisão Internacional do Trabalho.

Em 2007, os países que mais recebiam as exportações dos centros da rede de Francisco Beltrão eram: Argentina (12,10%), Chile (11,64%), China (10,88%), Países Baixos (Holanda) (10,60%), Paraguai (9,58%), Porto Rico (9,51%), Espanha (5,52%) (destacando que, nos anos de 2009 e 2011 não aconteceram exportações para esse país); Reino Unido (4,64%) e Venezuela (4,33%), somando-se ainda, 32 países com porcentagens menores de exportações, como podemos ver no mapa 28.



A partir de 2009, uma profunda mudança ocorre na dinâmica das exportações realizadas pelos centros da rede de Francisco Beltrão, pois nesse ano a China alcança 54,07% do total exportado, se tornando assim, o principal parceiro, exercendo um papel concentrador das exportações. O que todavia, veio beneficiar o nosso país e os centros da rede, pois nesse ano (2009), teve início a crise financeira Estadunidense que trouxe grandes dificuldades para muitos países, sobretudo europeus, além de refletir em muitos países, principalmente naqueles que possuíam saldos positivos na balança comercial com os países mais atingidos pela crise. Assim, até mesmo nosso país e os centros da rede urbana de Francisco Beltrão, passam a ampliar suas relações com a China e a diminuir as relações com os EUA.

Na sequência dos países que a rede urbana mais realizava exportações tínhamos, a Argentina (10,36%), Paraguai (6,51%), Holanda (3,65%), Peru (3,21%), Venezuela (2,65%), Chile (2,12%) e o Reino Unido (2,07%). Somando-se ainda, interações com 34 países, com menores participações nas exportações, como podemos verificar no mapa 29.



Os países que eram compradores das mercadorias dos centros da rede foram diminuindo, estes passaram de 41-42 em 2007-2009 para 36 países em 2011. A pequena relação mantida com os EUA, desaparece em 2011, ampliando as relações com a China, Paraguai e Argentina.

A tabela 29, nos permite verificar os centros urbanos da rede que realizaram importações, entre os anos de 2007, 2009 e 2011.

Tabela 29 – Cidades Importadoras da Rede de Francisco Beltrão (2007-2009-2011)

Centros da Rede de Francisco Beltrão que realizaram Importações	2007 (Jan/Dez)		2009 (Jan/Dez)		2011 (Jan/Dez)	
	US\$ F. O.B.	%	US\$ F. O.B.	%	US\$ F. O.B.	%
Ampère	2.064.860	4,87	4.250.509	6,16	13.279.999	12,82
Barracão	27.618.257	65,12	52.131.439	75,59	57.788.057	55,79
Dois Vizinhos	479.953	1,13	31.360	0,05	1.922.288	1,86
Flor da Serra do Sul					92.555	0,09
Francisco Beltrão	8.506.919	20,06	5.475.919	7,94	14.597.874	14,09
Marmeleiro	60.228	0,14			247.760	0,24
Pranchita	1.307.621	3,08	1.485.196	2,15	445.268	0,43
Realeza	1.859.658	4,39	4.327.638	6,27	14.461.082	13,96
Renascença			7.211	0,01	23.053	0,02
Santo Antônio	417.735	0,99	1.259.937	1,83	718.768	0,69
São João	9.282	0,02				
Verê	84.568	0,20				
Total	42.409.081	100	68.969.209	100	103.576.704	100

Fonte: SECEX, 2007; 2009; 2011.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Em 2007, dez centros da rede realizaram importações de 25 países; em 2009, oito centros da rede realizaram importações de 28

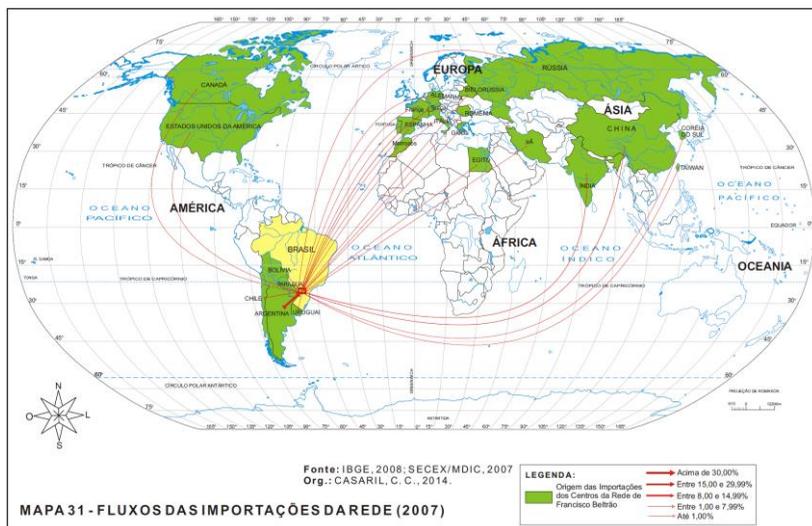
países e; em 2011, dez centros da rede realizaram importações de 29 países.

A cidade de Pranchita realizou importações nos três anos analisados, mas não realizou exportações. Enéas Marques e Santa Izabel do Oeste realizaram exportações, mas não realizaram importações. Já São João e Verê só realizaram importações em 2007 (realizados pela empresa COASUL, que no ano mencionado importou máquinas e equipamentos).

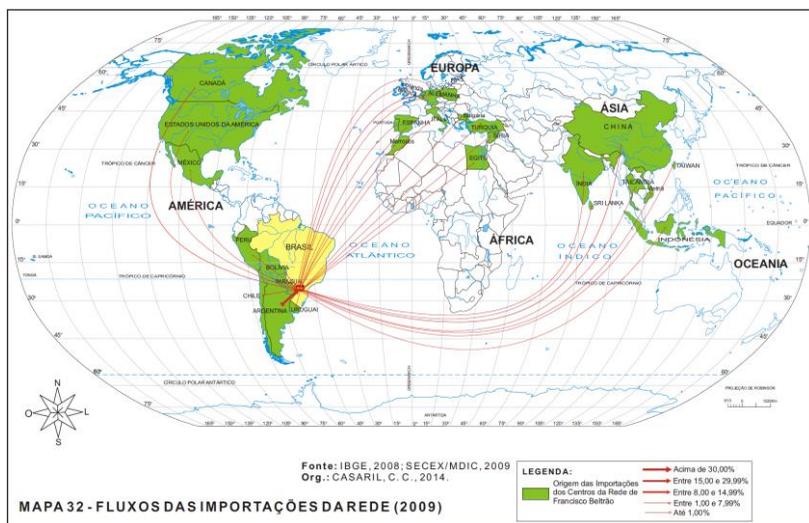
Os mapas que seguem apresentam os fluxos das importações, realizadas pelos centros da rede de Francisco Beltrão, reforçando que estas importações foram feitas por empresas industriais e por empresas especializadas em realizar exportações e importações.

Em 2007, dos países que os centros da rede realizaram importações, a Argentina, participou com 76,34%, logo após aparece o Paraguai (7,02%), a China (4,54%), a Rússia (2,44%), a Índia (2,29%) e o Chile (1,75%). Somando-se ainda, outros 19 países que os centros da rede realizam importações.

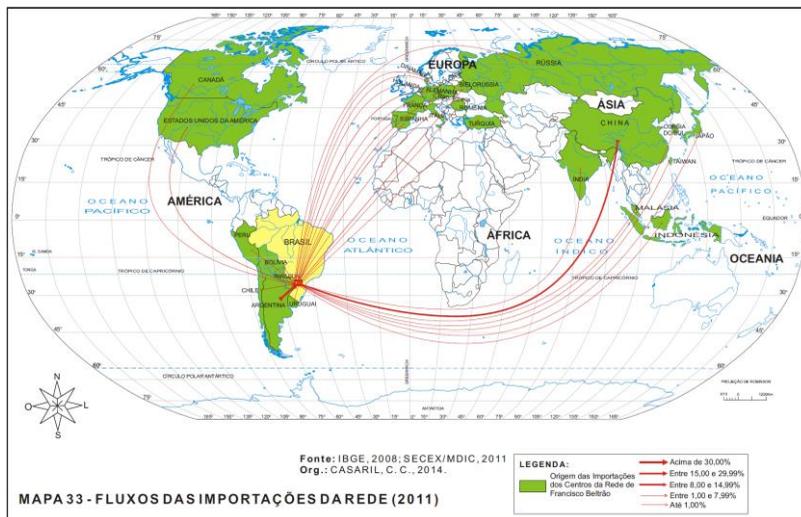
Basta visualizarmos o mapa 31, para vermos que os fluxos com destino para a rede de Francisco Beltrão, procedem em maior quantidade da América do Sul, da Ásia e da Europa, além de algumas pequenas interações com a América Central e África.



Em 2009, entre os países que os centros da rede mais realizavam importações, tínhamos a Argentina com 73,79%; a China (6,45%), o Paraguai (4,48%), o Canadá (3,65%) e o Chile (2,68%). Somam-se ainda, 23 países que os centros da rede realizaram importações. No mapa 32, percebemos que as interações com a Ásia se ampliam e que passam a existir fluxos procedentes da América Central.



Já em 2011, a Argentina continuou com a maior concentração das importações realizadas pelos centros da rede, porém diminuiu um pouco sua participação atingindo, 65,36%; a China continuou ampliando sua participação e somou 15,03%; na sequência aparece o Paraguai (4,32%), o Chile (2,64%) e a Alemanha (2,37%). Somando-se ainda, 24 países que os centros da rede importaram produtos. Além disso, podemos verificar no mapa 33, a força das interações mantidas com Argentina e China. Os fluxos procedentes da Europa também possuem uma dinâmica razoável.



O enorme volume das exportações e importações (sobretudo, as importações, que como já mencionamos, faz a balança comercial da rede ficar negativa) realizadas pela cidade de Barracão, nos despertou interesse em decifrar esta dinâmica. Para tanto, verificamos que a grande maioria dos produtos exportados por Barracão (se destinaram à Argentina). Sendo que, 87,36%; 95,19% e 94,68% dos produtos exportados entre 2007; 2009 e 2011, respectivamente, foram do setor de “hortifruiti” (frutas e legumes). Onde os que mais se destacaram, em 2007 foram as bananas que somaram 40,63% das exportações, na sequência aparecem as cebolas com 23,32%. Em 2009, as bananas, somam 84,27%, seguida pelas melancias (4,33%). Já em 2011, a exportação das bananas são reduzidas, mesmo assim, continuam com forte concentração, atingindo, 56,73%, na sequência aparecem as cebolas (28,36%) e as melancias (4,19%). Outro setor que se destaca nas exportações realizadas por Barracão, para a Argentina é o madeireiro, que apresentou participações de 5,92%; 4,42% e 4,03%, para os anos de 2007, 2009 e 2011, respectivamente.

Já em relação às importações realizadas por Barracão temos que, 66,49%; 53,22% e 62,14% dos produtos importados entre 2007, 2009 e 2011, respectivamente, foram do setor de “hortifruiti” (frutas e legumes). Os grãos também se destacaram, somando, 23,62%; 29,88% e 33,37%, das importações realizadas entre 2007, 2009 e 2011, respectivamente. Em relação aos hortifruiti, no ano de 2007, as maçãs somaram 21,09%,

as peras, 33,94% e as cebolas, 5,55%. E, em relação aos grãos o destaque foi os feijões que alcançaram 22,37% das importações. Em 2009, as maçãs recuaram para 8,63%, as peras reduziram para 27,98%, as uvas atingiram 4,39% e as cebolas somaram 6,93%. E, os feijões continuaram, se destacando entre os grãos importados, somando 22,17%. No ano de 2011, as maçãs somaram 13,75%, as peras, 25,01%, as uvas, 6,04% e as cebolas, 11,85%. E os feijões atingiram 31,74% das importações realizadas por Barracão.

Como verificamos, os produtos exportados e importados por Barracão, são produtos não industrializados, do setor agrícola. Também verificamos que, estas exportações e importações não foram realizadas por nenhuma indústria, mas sim, por empresas especializadas no processo de exportação/importação. Nesse caso, o que nos interessou foi decifrar a dinâmica destas empresas, verificar se existe alguma legislação nacional que dê incentivos para que estas se instalem nas cidades de fronteira, ou se é uma dinâmica própria das fronteiras (pois, sabemos que na cidade de Foz do Iguaçu, ocorre uma dinâmica parecida, onde existem várias empresas desse segmento de importação/exportação). Assim, para entendermos a dinâmica dessas empresas, nos dirigimos até a cidade de Barracão, onde conversamos com alguns caminhoneiros, moradores e solicitamos entrevistas nas principais empresas especializadas em exportação e importação, porém a única empresa que nos atendeu e aceitou colaborar com a pesquisa foi a empresa “Benini e Cia Ltda.”. Essa empresa foi a que mais realizou importações em 2011, contabilizando US\$ 13.729.858 (FOB), somando uma participação de 23,76%, entre as empresas que realizaram importações em Barracão.

Em entrevista realizada em 2013, com o senhor Giovanni Maronezi (gerente da empresa), fomos informados que a empresa Benini e Cia Ltda., pertence ao senhor Rogério Benini (99%) e ao seu filho (1%). O Sr. Benini, natural de Santo Antônio do Sudoeste, atuava como representante comercial de empresas de São Paulo e do Rio de Janeiro, atuação que levou o mesmo a residir por quatro anos na Argentina.

Desde 2003, o Sr. Benini decidiu instalar sua empresa na cidade de Barracão (figura 30). Começou comprando frutas na Argentina e vendendo no Brasil. Inicialmente, não tinha nenhuma estrutura, comercializava as frutas em cima da própria carreta. Hoje a empresa tem sede própria e conta com 70 funcionários. Destacando que, 99% dos produtos comercializados são frutas, sendo aproximadamente 100 carretas por mês.



Figura 30 – Benini e Cia Ltda. (em primeiro plano visualização da entrada, em segundo plano vista da área administrativa).

Fonte: CASARIL, C.C., 2014.

A instalação da empresa na cidade de Barracão ocorreu por causa da fronteira, devido à facilidade de liberação (despacho) junto ao Posto da Receita Federal na Aduana (localizado em Dionísio Cerqueira - SC, cidade que faz divisa com Barracão – PR, separadas apenas por uma rua. Vale ressaltar, para aqueles que não conhecem que, a fronteira com a Argentina é uma fronteira seca).

Um dos acordos entre os países do MERCOSUL, isenta de impostos (PIS, COFINS, ICMS etc.) todas as frutas frescas comercializadas entre os países. E, este acordo foi um dos incentivadores para a instalação desta e de outras empresas em Barracão. A Benini somente atua como importadora. Muitos produtos são comprados diretamente do produtor, caso da Argentina.

Da Argentina, são adquiridos produtos, em sua maioria da região do vale do Rio Negro e Mendoza que fica a 2.500 Km de Barracão. Entre os produtos importados as maçã e as peras, representam a maior quantidade. Esses produtos foram colhidos, por exemplo, em janeiro e fevereiro de 2013, estocados pelos produtores na Argentina e são comercializados durante todo ano de 2013 e parte de 2014.

A Benini realiza importação, também, de outros países como: Uruguai, China Espanha; EUA, Itália, Portugal e Chile. Entre os produtos trazidos estão laranja, limão siciliano, alho (da China), ameixa, nectarina, pêssego, peras, uva e cereja, além de uva passa e azeitonas. A maioria desses produtos chegam pelo porto de Itajaí e Santos. Do total de produtos, 50% são comercializados com São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Os demais são enviados para praticamente todo o Brasil, principalmente para os CEASAS e outros atacados. São poucos os varejos que a empresa atende, destacando alguns da região. Uma vantagem é que a empresa faz o fracionamento da venda, enquanto algumas empresas limitam-se a vender carretas fechadas de apenas um produto.

Parte dos produtos é transportada pela própria empresa que possui 35 carretas. Além disso, existem mais de trintas agregados que prestam serviços para a empresa Benini, entre eles, a Transportadora Santo Expedido de Barracão (que possui 70 carretas câmaras frias).

Vale destacar que, para facilitar as vendas e o escoamento logístico, a empresa abriu uma filial em Campo Grande – MS, instalada no CEASA desta cidade.

Além de importação, a empresa comprou 45 hectares de terra em Santo Antônio do Sudoeste e iniciou há dois anos o plantio de limão e maçã. Essa plantação é experimental, como forma de incentivar outros produtores da região a plantarem e venderem seus produtos ao mercado nacional e contribuir para o desenvolvimento da região.

A Benini inaugurou em 2013, uma loja em Barracão para comercializar seus produtos no varejo, uma loja experimental, para ver o comportamento do mercado consumidor e, dependendo do resultado a empresa instalará unidades em outras cidades da região (partindo até mesmo para o sistema de franquias).

Em 2013, a empresa adquiriu também 15 caminhões bi-trucks para facilitar a logística nacional. Lembrando ainda, que a empresa possui em seu quadro de funcionários, um despachante que atua dentro da empresa e somente para a empresa, na liberação de cargas na aduana (não precisando assim, terceirizar despachantes que na realidade de Barracão realizam trabalhos para várias empresas ao mesmo tempo).

Em relação ao centro urbano de Ampère, as exportações se concentram no setor moveleiro, somente em 2007 apareceram com 5,62% as exportações do setor vestuário que, em 2009 e 2011, não se realizaram. Só para se ter uma ideia, em 2007, 94,37% das exportações foram do setor moveleiro, em 2009 foram 99,85% e, em 2011, 99,41%. Entre os móveis se destacam, móveis de madeira, para dormitórios,

cozinhas, escritórios etc., e pias e lavatórios inoxidáveis. E as empresas que realizaram as exportações foram, a Indústria de Móveis Notável Ltda., que somou em 2011, 63,88% de tudo que foi exportado; seguido pela Indústria de Pia Ghelplus Ltda., que neste mesmo ano, foi responsável por 24,58% das exportações; a Gaam Indústria e Comércio de Móveis Ltda., somou 8,51% e, a Indústria de Móveis Simosul Ltda., 3,03% das exportações realizadas por Ampére. No ano de 2011, as exportações da indústria moveleira de Ampére totalizaram US\$ FOB 2.516.061 e foram encaminhadas para a Argentina (30,73% do total), Paraguai (28,08%), Uruguai (17,16%), Panamá (7,02%), Chile (5,23%), Angola (6,96%), Equador (1,98%), Honduras (1,48%) e Guatemala (1,35%).

Entre as importações realizadas pelas empresas de Ampére, destacam-se os tecidos e as confecções com 84,96% em 2007, 38,12%, em 2009 e, 49,93%, em 2011 (entre, calças de algodão e de fibra sintética, camisas e camisetas de algodão e de fibras sintéticas, ternos e paletós de fibras sintéticas, sobretudos e suéteres, além dos diversos tipos de tecidos); seguido do madeireiro que se destacaram em 2009 com 33,93% e, em 2011, com 8,31% (destaque para painéis de fibras de 5 e 9 mm), já as partes de móveis em madeira, fibras e metais (corrediças, dobradiças e etc.), somaram em 2007, 2,30% e, em 2009 e 2011, atingiram 4,00%.

E as empresas de Ampére que realizaram as importações foram a Krindges Industrial Ltda., que em 2011 foi responsável por 49,94% das importações; na sequência aparecem a Indústria de Pias Ghelplus Ltda. (25,49%) a Indústria de Móveis Notável Ltda. (19,05%), a Gaam Indústria e Comércio de Móveis Ltda. (2,79%), a Simosul (0,75%), a Movelmar – Indústria de Móveis Ltda. (0,26%) e três empresas especialistas em realizar exportação e importação que juntas somaram 1,72%.

Em 2011, o total das importações, realizadas por Ampére, contabilizaram US\$ FOB 13.279.999 e, estas foram originadas da China (67,23% do total), Alemanha (17,89%), Argentina (8,27%), Taiwan (3,17%), Itália (2,28%), Hong Kong (0,76%), Turquia (0,4%) e EUA (0,01%).

Em Ampére, verificamos que entre as empresas do setor produtivo mais dinâmicas e que realizaram exportações estão a Notável, a Ghelplus, a Gaam e a Indústria de Móveis Simosul Ltda. (Nome Fantasia: Simonetto Design). Estas, como demonstramos no capítulo anterior, nasceram no decorrer dos anos 1990 e, atualmente estão entre as mais dinâmicas da rede urbana. Todas as indústrias que realizaram

exportações, também realizaram importações, onde somamos a estas, ainda, a Movelmar e a Krindges.

A Notável¹⁷⁴ contava em dezembro de 2013, com 402 funcionários e produzia 85 mil peças por mês, entre racks, estantes, escrivaninhas, tabuas de passar, fruteiras e armários multiusos. Possuindo ainda, uma frota de 40 caminhões, para operação logística própria. Do total da produção, 85,0% é destinada ao mercado interno, sobretudo, para 15 Estados (Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo, Tocantins) e, desde 2004, a empresa passou a atuar no mercado externo, especialmente, nos países da América do Sul, América Central e para Angola. Em relação as importações, a China é o seu principal fornecedor, sobretudo, em relação aos derivados de aço e metal, como as corrediças, dobradiças e outros produtos derivados desta matéria-prima, que permitem baratear os móveis e conquistar maior competitividade.

Conforme o Sr. Aristani Angonese, sócio-diretor da Notável e o Sr. Vianir Angonese, sócio e diretor geral da Notável, o setor moveleiro poderia ser muito mais forte em Ampére e nas cidades da região, porém devido à falta de contrapartidas do poder público os empresários preferem investir em regiões mais centralizadas, como o Norte do Paraná e a Região Metropolitana de Curitiba. Segundo o sócio-diretor, a Notável planejou a construção de uma nova unidade no Norte do Paraná, porém, o município ofereceu contrapartidas para continuarem em Ampére e a empresa investiu mais de R\$ 20 milhões na ampliação da unidade (25 mil m²) e mais 12 milhões foram investidos em maquinários/tecnologia¹⁷⁵, mas, a prefeitura não cumpriu com os acordos. O Sr. Aristani Angonese, também nos informou que, antes da empresa realizar os novos investimentos (reinserções) na própria

¹⁷⁴ Vale destacar que o proprietário da Notável Móveis, atuava como representante comercial de empresas do mesmo ramo, antes de instalar a Notável e, essa atuação lhe proporcionou um conhecimento de seu mercado consumidor em uma visão holística.

¹⁷⁵ Vale a pena destacar que, a Notável vem investindo em tecnologia para ampliar os lucros com a venda dos resíduos gerados pela empresa. Em 2012, conforme o Sr. Aristani Angonese, a empresa adquiriu uma máquina que produz “briquetes” de madeira com os resíduos dos móveis, que são comercializados com outras indústrias que o utilizam como combustível em caldeiras. Antes a empresa vendia 14 toneladas de resíduos por R\$ 400, já os “briquetes” são comercializados por R\$ 160 a tonelada e, a empresa produz 8 toneladas de “briquetes” por dia.

indústria ou em outro setor, fizeram uma pesquisa de mercado e de risco e verificaram que o setor moveleiro continuaria em expansão e que a China, não iria competir com as indústrias desse segmento no país, pois lhes faltam a matéria-prima e outro fator é a complicada logística e assistência técnica.

A indústria de móveis Simosul Ltda. (Simonetto Design), conforme o Sr. Ivan Simonetto (diretor-geral), conta com uma unidade industrial com área construída de 14 mil m², com maquinários de tecnologia avançada, com capacidade de produzir 40 mil unidades por mês de móveis fabricados com material *MDP* e *MDF*. A Simonetto, produz móveis planejados, para cozinha, dormitórios, banheiros, área de serviço, closet e Home Office.

A Simonetto Design comercializa seus produtos em algumas lojas multimarcas e em lojas exclusivas (as vendas e escolhas dessas lojas multimarcas se realizam por representantes comerciais), atendendo atualmente os estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Conta também com uma loja exclusiva em Santa Rita no Paraguai.

A Simonetto realiza exportações para o Paraguai, onde possui uma loja exclusiva, mas, as maiores interações realizadas no mercado externo por esta empresa, diz respeito a importações de matérias-primas, sobretudo, da China.

Importante destacar que, o Sr. Pedro Rodrigues da Silva em sociedade com o Sr. Dair Sabedot são proprietários da empresa Ghelplus Inox (fundada em 1990) e o Sr. Pedro Rodrigues da Silva é também sócio proprietário da GAAM (instalada em 1995) e da Grilazer (fundada em 1999, uma empresa especializada na produção de espetos e grelhas para churrascos, que distribui seus produtos em todos dos Estados brasileiros).

Assim, podemos ver que primeiro veio a Ghelplus, produzindo pias e cubas em alumínio e inox, o que por sua vez, suscitou a instalação da GAAM, produzindo gabinetes para banheiro e balcões para cozinhas¹⁷⁶ (indústria acessória), para complementar a produção da Ghelplus, e logo após instalam a Grilazer, pois já trabalhavam com

¹⁷⁶ Como estratégia para sair da crise durante a década de 1990, a GAAM se especializou na produção gabinetes para banheiro, retirou alguns produtos da linha de produção e diminuiu a produção dos outros produtos. Ou seja, a GAAM, apostou no crescimento da construção civil, para aumentar a demanda de seus gabinetes modernos para banheiro.

alumínio e inox e devido a colonização gaúcha (acostumados a fazer churrascos), formavam uma grande demanda para esse produto, servindo assim, como estímulo a instalação dessa empresa.

A Ghelplus pesquisa e desenvolve seus produtos na unidade matriz, a empresa exporta para América Central, Europa e África. A filial em Escada – PE, fabrica diversas linhas de produtos para atender as regiões Norte e Nordeste do Brasil. A empresa possui também, um Centro de Distribuição localizado na cidade de Atibaia - SP, à uma distância de 60 km da capital do Estado.

Outro destaque em relação a Ghelplus é que, em 2006 a empresa adquiriu a marca chamada De Bacco (móveis planejados), uma indústria com atuação apenas no sul do Brasil e, para tanto, a empresa mantém em Bento Gonçalves - RS, uma central para atender o mercado consumidor dos produtos De Bacco.

Os produtos da Ghelplus são comercializados por meio de representantes comerciais e vendidos em 145 lojas de móveis e materiais de construção distribuídos em todos os Estados, como por exemplo, as lojas Koerich, Balaroti, Telhanorte, etc.

Tanto a Ghelplus como a GAAM vem realizando muitos investimentos em tecnologia, por exemplo, a GAAM adquiriu dois robôs (*ABB Robotics*) para realizar pinturas de pias, cubas e tampos, tecnologia essa, importada da Suécia, contando ainda, com máquinas importadas da Itália e da Alemanha operadas por controle CNC – Controle Numérico Computadorizado, com centros para furação, frisagem e corte, além de pintura UV (figura 31). Vale ressaltar que, esta empresa importa esporadicamente pias e cubas da China, como estratégia para baratear os produtos e competir no mercado.

Destacando ainda que, a GAAM, possui uma área construída de 10.000 m², conta com 174 operários e produz cerca de 30 mil peças por mês.

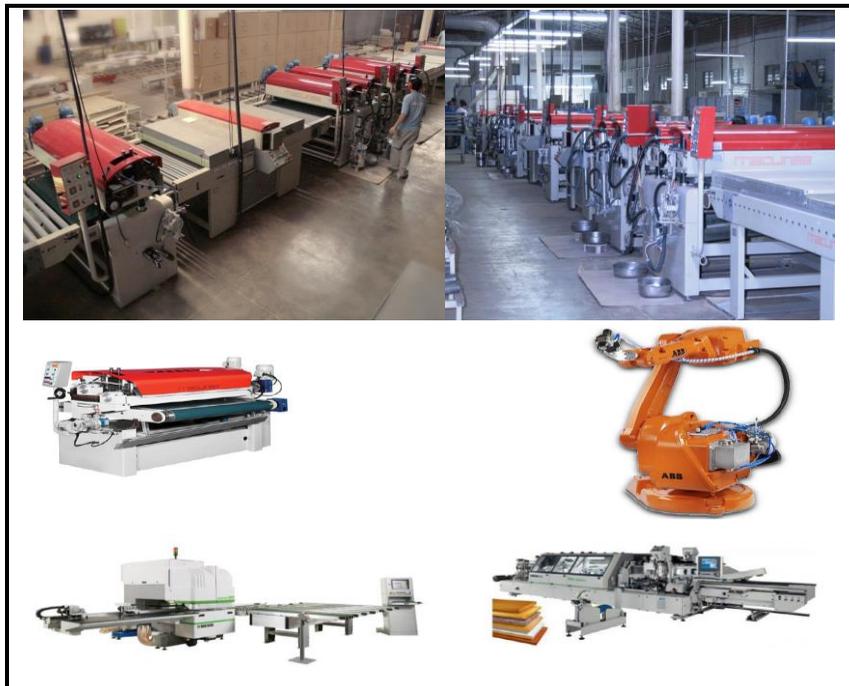


Figura 31 – Em primeiro plano: Máquina de pintura UV da Gaam; no centro: Impressora de acabamento UV e ABB Robotics; e na parte inferior: Centro de Furação e Máquina coladeira.

Fonte: <http://www.gaam.com.br/>

Outra empresa de grande destaque em Ampére do setor moveleiro é a Movelmar (esta realizou somente importações no período entre 2007 e 2011 – máquina circular da Alemanha), que iniciou suas atividades em 2001 e fabrica móveis planejados. Conforme o Sr. Leocir Marafon, diretor da empresa, a Movelmar comercializa seus produtos através de representantes comerciais e as vendas são realizadas para o mercado consumidor por meio de lojas de móveis multimarca. A empresa conta com frota própria para fazer a distribuição dos produtos e, atualmente possui 80 funcionários. Os produtos são comercializados na região Sul e em São Paulo. A comercialização, no Rio Grande do Sul, se dá nas cidades de Bento Gonçalves, Erechim, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Torres; em Santa Catarina nos municípios de Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Joinville, Lages, Lajeado e Tubarão; no Paraná, em Ampére, Cascavel, Curitiba, Foz do

Iguaçu, Francisco Beltrão, Londrina e Maringá, além de serem comercializados na cidade de São Paulo.

Já a Krindges Industrial Ltda., figura entre uma das três maiores indústrias do setor de confecções instaladas na rede de Francisco Beltrão, que como vimos no capítulo anterior iniciou suas atividades em 1977, industrializando-se em 1982 com somente 20 operários, mas que atualmente emprega um total de 1.650 funcionários, com uma produção de 330 mil peças/mês, em sua matriz em Ampére, unidade industrial está que possui uma área construída de 36 mil m² e modernos equipamentos, como máquina de corte, enfiesto, costura, tinturaria automatizada, entre outras tecnologias (figura 32).



Figura 32 – Imagens da estrutura fabril e suas tecnologias, como a máquina de corte, da matriz Krindges, em Ampére – PR.

Fonte: <http://www.krindges.com.br/>

Conforme o Sr. Luiz Krindges (diretor da indústria), em 2003, a empresa instalou uma filial (unidade industrial) na cidade de São Miguel

do Iguaçu - PR¹⁷⁷, que conta com 200 funcionários, ampliando sua produção e área de atuação. Atualmente, a empresa conta com as marcas registradas: *Aicone*, *Docthos*, *Guilherme Ludwer* e *K&F*. Estes produtos são comercializados por representantes comerciais que realizam vendas para lojistas de praticamente todos os Estados (exceto os Estados do Acre, Amazonas, Roraima e Tocantins) e Distrito Federal e já chegou até a exportar seus produtos para países do Mercosul (destacando que, entre os anos analisados 2007, 2009 e 2011, a empresa não realizou exportações, somente realizou importações). Já a aquisição das matérias-primas se realizam a partir das empresas do Estado de São Paulo: Santista Têxtil da cidade de Tatuí; Têxtil Carvalho e Têxtil Fávero de Americana; além das empresas Horizonte Têxtil de Belo Horizonte – MG e da Têxtil Renault de Brusque – SC. Sem nos esquecermos ainda, que as importações realizadas, desde pelo menos 2007, foram de tecidos e de artigos acabados da China.

Outro fato importante a se destacar é que a Krindges¹⁷⁸, atualmente, divide em sua capacidade instalada, aproximadamente 70% para a produção dos artigos próprios e 30% para terceiros (facção), sobretudo, para artigos destinados as grandes redes varejistas Renner e C&A. Para esse fato (facção), Rangel (1980) diz que a expansão de uma indústria favorece a instalação de uma seção auxiliar em outra que se liga diretamente a outra indústria. Ou seja, as grandes e pequenas empresas confeccionistas presentes nos centros da rede de Francisco Beltrão, são procuradas por outras empresas, presentes na rede ou em qualquer região do Brasil e solicitam sua prestação de serviços (facção – terceirização) para a realização de partes do processo, como costura, acabamento, produção total, entre outros.

Em relação às exportações realizadas por Francisco Beltrão, verificamos que os setores de maior destaque são o madeireiro, o moveleiro e o ligado a avicultura. Em 2007, o setor moveleiro, somou uma participação de 31,47%, em 2009, recua para 12,4% e em 2011, volta a se ampliar, atingindo 48,07%, entre os produtos exportados, destacam-se pias, lavatórios, móveis para cozinhas, rodízios com armações em metal etc. O setor madeireiro, possuía uma participação nas exportações de Francisco Beltrão, em 2007, de 47,5%, em 2009, 43,93% e em 2011, recua para 23,09%, entre os produtos exportados,

¹⁷⁷ A Krindges possui também uma filial (escritório e centro de distribuição) em São Paulo.

¹⁷⁸ A empresa atua com estoque mínimo. E, aproximadamente 70% da lucratividade é reinserida na empresa.

destacam-se as madeiras compensadas com espessura de 6mm e as portas. Já o setor avícola, somou em 2007, 17,95%, em 2009, 35,17% e em 2011, 28,55% e, os produtos do segmento avícola exportados foram aves para reprodução e ovos de galinha para incubação. Lembrando ainda que, em 2009, foram exportados, 7,88% de milho em grãos.

Em relação às importações realizadas por Francisco Beltrão, destacam-se milho em grãos, adubos e fertilizantes, tecidos, pneus etc. Os milhos em grãos somaram uma participação em 2007, de 28,82%, em 2009, de 53,42% e em 2011 de 25,62%. Os adubos e fertilizantes, em 2007, atingiram 15,25%, em 2009, 8,62% e em 2011, 22,83%. Os tecidos não foram importados em 2007 e, em 2009, atingiram apenas 2,97% e em 2011, somaram 22,83%, entre os tecidos importados, encontramos, camisas de algodão, tecidos de algodão e de fibras sintéticas, paletós, sobretudos etc. (da China). Vale destacar ainda que, os pneus importados em 2007, somaram uma participação de 37,83% e não foram importados em 2009 e, em 2011, participaram apenas com 0,85% das importações realizadas por Francisco Beltrão. Os alumínio em forma bruta, foram importados em 2011, contabilizando 9,88%. Em 2011, foram importados também, máquinas de costuras automáticas (da Itália e Alemanha) e outras máquinas para o setor moveleiro.

Já as empresas de Francisco Beltrão que realizaram exportações em 2011, segundo a SECEX/MDIC, foram a Galha Azul Avícola Ltda., que somou (US\$ FOB 2.063.013) ou 28,65% de tudo que Francisco Beltrão exportou; seguido pela Marel Indústria de Móveis S.A., que contabilizou (US\$ 2.034.195) representando 28,25% das exportações; a Luthag Indústria de Móveis Ltda., somou (US\$ 1.037.008) correspondendo a 14,40%; a Fremapar Madeiras e Plásticos Ltda., contabilizou (US\$ 909.569) ou 12,63%; a Angelo Camilotti e Cia Ltda., com (US\$ 861.200) ou 11,96% e a Mazza Compensados Laminados Ltda., somou (US\$ 235.883) ou 3,28% das exportações realizadas por Francisco Beltrão¹⁷⁹. E, estas exportações contabilizaram US\$ FOB 7.200.137 e foram encaminhas para o Paraguai (31,29% do total); Argentina (16,54%); Reino Unido (14,66%); Porto Rico (14,51%); Angola (5,23%); Uruguai (4,76%); Barbados (2,85%); Venezuela (2,19%); Emirados Árabes Unidos (2,00%); Peru (1,73%); Trinidad e Tobago (0,80%); Serra Leoa (0,66%); Suécia (0,62%); Gâmbia (0,47%);

¹⁷⁹ Em 2011, somavam-se ainda outras três empresas especializadas na exportação e importação que juntas não alcançaram 1% das exportações, ou US\$ FOB 59.269. E, o total das exportações realizadas por Francisco Beltrão, contabilizaram US\$ FOB 7.200.137.

México (0,35%); Guadalupe e Jamaica (0,23%); Antilhas Holandesas, Islândia e Martinica (0,22%) e Dominica e Santa Lucia (0,11%).

E, as empresas que realizaram importações em 2011 foram a Sipal Indústria e Comércio Ltda., que somou 25,80%, Plantanense Agroindustrial Ltda. (22,83%), Confecções Raffér Ltda. (15,86%), Alcast do Brasil Ltda. (10,76%), Confecções Luiz Eugênio Ltda. (6,86%), Docesar – Distribuidora de Cristais Ltda. (3,77%); Papertech Importadora e Exportadora de Papéis Ltda. (2,82%); entre outras, com pequena expressão na importação, como a Flessak Eletro Industrial Ltda., a Mazza Compensados e Laminados Ltda., Sergio Urío Baterias Ltda., Marel S/A etc. Estas importações contabilizaram US\$ 14.597.874 e, foram originadas da China (31,92% do total); Paraguai (26,09%); Belarus (12,94%); Argentina (11,26%); Dinamarca (4,20%); Peru (3,33%); Rússia (2,40%); Itália (1,74%); Polônia (1,39%); EUA (1,04%); Indonésia (0,73%); Índia e Japão (0,48%); Uruguai (0,43%); Alemanha (0,38%); França (0,34%) e outros que não somam juntos 1%.

Entre as empresas que realizaram exportações em Francisco Beltrão, encontramos por exemplo, a Galha Azul Avícola, que nasceu nos anos 1970 e que, atualmente possui uma grande dinâmica. Em 2008 a empresa ampliou o número de seus aviários para produção de ovos e, essa ampliação ocorreu através de uma parceria firmada com Salgado Filho e com pequenos agricultores¹⁸⁰. Em Salgado Filho, a Galha Azul conta com 30 aviários em atividade, produzindo ovos.

Atualmente, a Galha Azul Avícola possui 32 granjas, sendo 19 próprias e 13 arrendadas de terceiros. Sem esquecer que, a empresa mantém 40 produtores integrados para a produção de ovos. Essa estrutura garante uma capacidade produtiva de seis milhões de ovos por mês, sendo três milhões de ovos férteis, mais três milhões de ovos para consumo¹⁸¹, que correspondem a 255 mil dúzias de ovos.

A empresa gera 275 empregos e uma das dificuldades salientadas pelo Sr. Roberto Pécóits (proprietário da empresa), diz respeito à dificuldade em encontrar trabalhadores, mesmo trazendo trabalhadores de cidades vizinhas, por exemplo, a empresa arca com o custo do

¹⁸⁰ Conforme Alexandre Pecóits (diretor da Galha Azul Avícola), foram investidos em Salgado Filho, mais de R\$ 1 milhão de reais na instalação de granjas para a produção de matrizes poedeiras. Para os pequenos agricultores, a integração é uma forma de ampliar a renda familiar e para a municipalidade uma forma de ampliar a arrecadação via ICMS.

¹⁸¹ A Galha Azul, subdivide os ovos para consumo em três grupos: colonial ou caipira, ovos vermelhos tradicionais e orgânicos.

transporte de 35 funcionários que vem de Salgado Filho e mesmo assim, não consegue manter seu quadro de operários completo. Vale destacar também que, o Sr. Roberto Pécoits é o representante no Sudoeste do Paraná da Agência FIEP e, deste modo, mantém contato muito próximo com os demais industriais da região e segundo o mesmo, a dificuldade de encontrar trabalhadores esta presente em toda região. Uma estratégia utilizada pelos industriais, foi trazer, desde 2011, mão de obra estrangeira¹⁸² para atuar nas indústrias presentes nos centros da rede urbana de Francisco Beltrão, bem como do Sudoeste do Paraná, sobretudo, Haitianos. Segundo fomos informados, essa estratégia está gerando resultados positivos, pois os Haitianos chegam querendo trabalhar e crescer na empresa, além disso, muitos querem casar para conquistar o visto permanente no país.

Conforme Roberto Pécoits, a primeira experiência com exportação ocorreu na década de 1980, porém foi somente a partir do terceiro quartel dos anos 1990 que o mercado externo passou a responder por boa parte do faturamento da empresa. A atuação no mercado externo se deu inicialmente, com a Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Venezuela. O Paraguai, porém, se mantém até os dias atuais como o principal destino das exportações, aproximadamente 60% do mercado¹⁸³. Vale destacar também que, entre 2006 e 2011 foram realizadas exportações para Arábia Saudita, Bélgica, Costa do Marfim, Espanha, Gana, Holanda, Portugal e Senegal. E, em 2007, assinou um contrato com um distribuidor sediado em Dubai (Emirados Árabes)¹⁸⁴, que desde então, passou a ser o segundo maior mercado externo da Galha Azul, respondendo com cerca de 25% das exportações.

¹⁸² Isso só demonstra que o Brasil esta numa rota de desenvolvimento econômico (claro que, temos alguns obstáculos a serem transpostos, como a taxa de juros que eleva nossa dívida interna e nossa moeda forte que dificulta a ampliação de nosso parque industrial, etc.), pois na década de 1980 e 1990, muitos habitantes dos centros da rede de Francisco Beltrão e, por que não do Sudoeste do Paraná, tiveram por necessidade que buscar oportunidades em outros países, sobretudo (a grande maioria) na Itália e (uma pequena parte) nos EUA e, hoje nós somos um país com muitas oportunidades.

¹⁸³ Importante destacar que a Galha Azul Avícola chegou a firmar uma sociedade com os proprietários de um aviário no Paraguai visando ampliar a logística e o abastecimento nesse país.

¹⁸⁴ Segundo Pagel (2009), o cliente de Dubai (Emirados Árabes), fez questão de visitar as granjas e o incubatório da empresa antes de fechar os primeiros negócios.

A Marel Indústria de Móveis S.A. é outra empresa que realizou exportações e que possui uma grande dinâmica atualmente. Em trabalho de campo, fomos informados que em 2003 a empresa resolveu apostar em uma linha de produtos diferenciados, onde a empresa deixou de fabricar móveis populares, para se concentrar na produção e comércio de móveis com maior valor agregado. Assim, os produtos com a marca Marel são voltados para um público de classe alta e média alta, onde um dormitório com roupeiro embutido, por exemplo, dificilmente ficará abaixo dos R\$ 8.000,00, o mesmo equivale para os móveis de uma cozinha. Lembrando que, a tecnologia empregada nos móveis da Marel é “top de linha” e vai sendo empregada nos projetos à medida que o consumidor solicita, esta por sua vez, vai aumentando consideravelmente os valores finais dos produtos, por isso, os projetos contam com alguns “itens de série” e muitos “itens opcionais” que vão sendo apresentados aos clientes pelos vendedores projetistas.

Destacando que em 2004 a Marel S/A começou a expandir sua comercialização através da instalação de lojas exclusivas da marca Marel, sendo algumas delas próprias e outras franqueadas.

Em 2005, visando ampliar seu mercado consumidor, a empresa Marel S/A lança uma segunda marca de móveis, a “Dimare”, voltada como eles mencionam, para atender “um segmento direcionado”, na verdade os produtos da Dimare visam conquistar uma parcela da população com renda ligeiramente abaixo daquele mercado atendido pelos móveis Marel, ou seja, para uma população de classe média. Seus produtos são de excelente qualidade, uma diferença é que utilizam chapas de *MDP*¹⁸⁵ e os móveis Marel utilizam chapas de *MDF*, além

¹⁸⁵ O **MDF** (*Medium Density Fiberboard*) tem sua tradução mais adequada para a língua portuguesa como (Placa de Fibra de Madeira de Média Densidade). O MDF é um painel de madeira reconstituída, fabricado através da aglutinação de fibras de madeira com resinas sintéticas e outros aditivos, que se fixam através de pressão. O **MDP** (*Medium Density Particleboard*), ou em português (Painel de Aglomerado constituído de Partículas de madeira Aglutinadas). Portanto, é um painel de aglomerado de partículas de madeira, produzidos pela aglutinação das partículas com resinas ureicas, por meio de temperatura e pressão. Uma característica importante do MDP é que ele é produzido em três camadas (uma grossa no miolo e duas finas nas superfícies). As principais diferenças entre estes dois sistemas produtivos são que, além da estruturação (um é produzido por fibras de madeira coladas umas sobre as outras e o outro por partículas de madeira aglutinadas em duas camadas finas e uma grossa), um não é melhor que o outro, cada um tem seu papel e os dois são excelentes quando utilizados corretamente. O MDP é mais econômico em relação ao MDF.

disso, os produtos Dimare não possuem os “itens opcionais” que a marca Marel disponibiliza.

A terceira marca de móveis da Marel S/A. foi lançada no mercado, em 2013, denominando-se “Kless Móveis Planejados”. Esta marca nasce como uma aposta para conquistar a demanda solvável da nova tendência do mercado consumidor brasileiro. Conforme o empresário Eloy Luiz Scheuer, o investimento se fez necessário para competir com outras empresas, num mercado em expansão. Assim, a Kless vem para atender a classe C, a chamada nova classe média, aquela “que financia as residências por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida e, que almeja planejar os móveis, mas prioriza a economia”. O móvel planejado se tornou uma necessidade, em tempos de habitações com áreas úteis cada vez mais reduzidas. Destacando que, diferentemente dos produtos da Marca Marel e Dimare que possuem lojas exclusivas, a Kless será comercializada em lojas multimarcas.

A estrutura atual da indústria Marel S/A¹⁸⁶ (onde são produzidos os móveis das marcas Marel, Dimare e Kless), possui cerca de 38.000m² de área construída entre o departamento fabril (equipado com muitas máquinas e equipamentos, com tecnologia de ponta), a área de embalagem, estoque e setor administrativo (figura 33). A empresa contava com 460 funcionários diretos em julho de 2013¹⁸⁷ e, com um faturamento anual de aproximadamente R\$ 100 milhões.

¹⁸⁶ A Marel atualmente é comandada por Nelson Behne (Diretor-Presidente), Edgar Behne (Diretor Administrativo-Financeiro), Ilson Behne (Diretor Comercial) e, Rudi Scheuer (Diretor Industrial). Importante destacar também que, a Marel S/A possui a Duranox, unidade fabril de onde saem às pias e baixelas de aço inox. Conforme informações nos repassadas na indústria a Marel S/A realiza exportações, principalmente para os países do MERCOSUL, porém não obtivemos dados precisos sobre a exportação, como por exemplo, a quantidade exportada para cada país (Essa questão da dificuldade de obter dados das empresas, nos fez ir diretamente aos dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, para assim analisar no capítulo 4, os fluxos produtivos das empresas da atual rede de Francisco Beltrão).

¹⁸⁷ Os 460 funcionários fazem parte somente da área industrial, não estão contabilizados os funcionários das lojas exclusivas Marel (estes fazem parte dos funcionários indiretos).

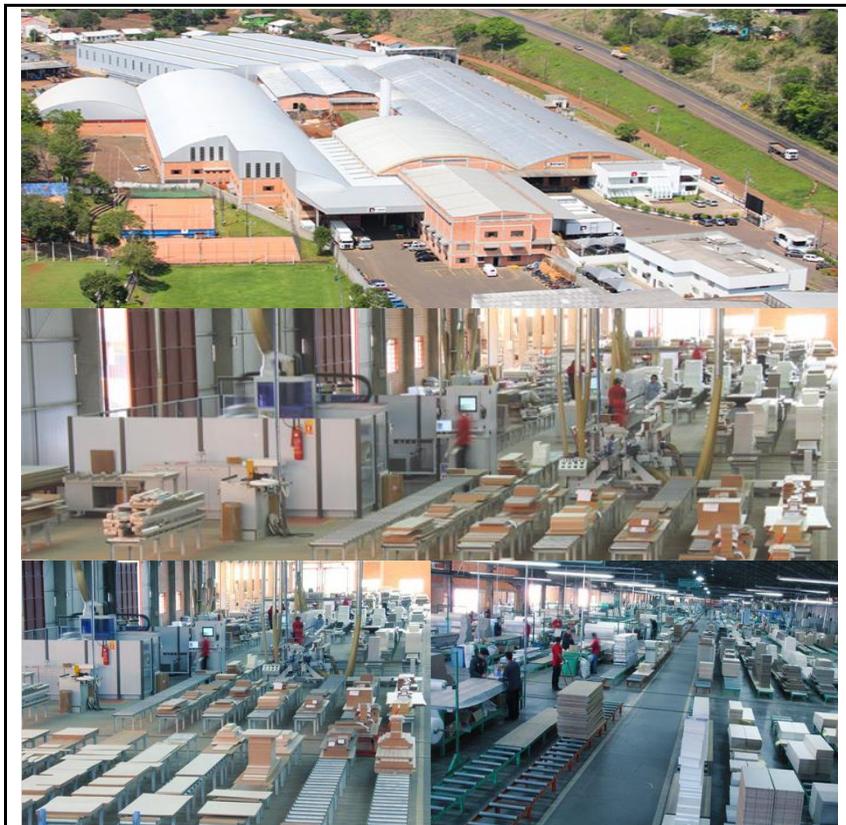


Figura 33 – Vista aérea e chão de fábrica da Marel S/A, Francisco Beltrão – PR.

Fonte: <http://www.marel.com.br/>; <http://www.dimare.com.br/empresa.php>

As lojas exclusivas da marca Marel estão presentes em 29 cidades de 12 Estados e no Distrito Federal. Na tabela 30, apresentamos as cidades que contam com as lojas Marel.

Tabela 30 – Unidades da Federação e Cidades que contam com Lojas Marel.

UF	CIDADE	UF	CIDADE
AL	Maceió*	RJ	Volta Redonda
CE	Fortaleza*	RS	Passo Fundo
DF	Brasília	RS	Porto Alegre*
ES	Vitória	RS	Santo Ângelo
MA	São Luís	SC	Balneário Camboriú
PB	Campina Grande	SC	Chapecó
PB	João Pessoa	SE	Araçajú
PE	Recife*	SP	Bertioga
PR	Curitiba*	SP	Campinas
PR	Foz do Iguaçu	SP	Piracicaba
PR	Francisco Beltrão*	SP	Praia Grande
PR	Londrina	SP	Santos
RJ	Campos dos Goytacazes	SP	São Paulo
RJ	Rio de Janeiro	SP	Sorocaba
RJ	Teresópolis		

Fonte: Trabalho de Campo na Marel S/A, 2013.

Obs.: * Lojas próprias.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

A Marel S/A já realizou importações de máquinas para seu parque fabril, especialmente da Itália e da Alemanha (a máquina selecionadora de chapas de *MDF* e que faz a colocação da mesma na máquina de corte, apresenta uma grande rapidez em seu processo, economizando, dessa forma, mão de obra e acelerando o processo produtivo; já a máquina de corte trazida da Alemanha, possui uma tecnologia avançada que permite a diminuição de perdas, onde por exemplo, a cada 100 chapas de *MDF*, apenas 1 no máximo é perdida, enquanto com a máquina anterior, chegava-se a perder até 8 chapas). Já as exportações são realizadas somente para os produtos Dimare, sobretudo, para a Argentina, Uruguai e Paraguai.

Conforme informações repassadas pela Marel S/A¹⁸⁸, a Dimare possui uma rede com aproximadamente 300 pontos de venda,

¹⁸⁸ Vale a pena destacar que, segundo o empresário Nelson Behne (Diretor-Presidente da Marel S/A.), toda lucratividade da empresa e investida na cidade. A Marel é formada por três famílias que vivem na cidade, cada família possui sua cota dentro da empresa e, é a partir desta cota que saem seus dividendos,

distribuídos em lojas multimarcas por todo o Brasil, muitos deste também comercializarão a marca Kless. Lembrando que, a Dimare está iniciando sua expansão por meio de lojas exclusivas no formato das lojas Marel, onde se estuda utilizar o sistema de franquias.

Tabela 31 – UFs e Cidades que contam com pontos de venda dos produtos Dimare.

UF	CIDADE
AL	Maceió (02)
AM	Manaus
BA	Alagoinhas; Feira de Santana; Ipiaú; Salvador (03); Santa Maria da Vitória; Santo Antônio de Jesus; Vitória da Conquista.
CE	Fortaleza; Juazeiro do Norte.
DF	Brasília (05)
ES	Afonso Cláudio; Alegre; Cachoeiro de Itapemirim; Castelo; Guaçuí; São Mateus; Serra; Vitória (02).
MT	Água Boa; Lucas do Rio Verde; Nova Mutum; Primavera do Leste; Rondonópolis; Sorriso.
MG	Araxá; Barbacena; Belo Horizonte (03); Bom Despacho; Caratinga; Conselheiro Lafaiete; Francisco Badaró; Ipatinga; Itaúna; Jenipapo de Minas; Juiz de Fora; Manhuaçu; Montes Claros (02); Para de Minas; Paracatu; Patos de Minas; Patrocínio; Pirapora; Poços de Caldas; Salinas; São Lourenço; Uberlândia; Varginha.
PA	Belém (03); Paragominas.
PB	Campina Grande; Catolé do Rocha; João Pessoa.
PR	Cascavel; Chopinzinho; Cornélio Procópio; Coronel Vivida; Curitiba (04); Dois Vizinhos; Foz do Iguaçu; Francisco Beltrão; Goioerê; Guarapuava; Ibaiti; Irati; Jaguariaíva; Londrina; Mandaguari; Maringá; Marmeleiro; Matinhos; Medianeira; Nova Esperança do Sudoeste; Palmas; Paranavaí; Pato Branco; Ponta Grossa; Prudentópolis; Ribeirão Claro; Rolândia; Santo Antônio da Platina; São Mateus do Sul; São Miguel do Iguaçu; Umuarama.
PE	Arcoverde; Cabrobó; Jaboatão dos Guararapes; Petrolina; Recife; Salgueiro; São José do Egito; Serra Talhada; Timbaúba.
RJ	Araruama; Itaperuna; Macaé; Niterói (02); Nova Friburgo; Nova Iguaçu; Rio das Ostras; Rio de Janeiro (05); Teresópolis.

que por sua vez, são investidos em Francisco Beltrão. “Se hoje, fossemos montar uma indústria, pensando numa empresa, você não montaria aqui, você iria para Curitiba ou centralizava, mas como nasceu aqui, se criou aqui e agente tem amor pela cidade, não sou Beltronense de nascença mais sou de coração, então agente torce pela cidade e tudo que agente tem, tudo que agente fez nós investimos aqui”.

RN	Natal
RS	Carazinho; Erechim; Gramado; Gravataí; Guaíba; Jaguarão; Montenegro; Passo Fundo; Porto Alegre (03); Santa Rosa; Santa Vitória do Palmar; São Sebastião do Cai; Três Passos.
SC	Balneário Camboriú; Biguaçu; Blumenau; Canelinha; Chapecó; Criciúma; Florianópolis (03); Itajaí; Itapema (02); Ituporanga; Nova Trento; Palhoça; São José (02); Tijucas; Xaxim (02).
SP	Americana; Artur Nogueira; Atibaia; Bady Bassitt; Bauru; Botucatu; Bragança Paulista; Buri; Capão Bonito (02); Conchal; Dracena; Garça; Holambra; Itararé; Itatiba; Itu; Jundiaí (02); Lins; Lorena; Mairinque; Marília (02); Matão; Mogi das Cruzes (04); Ourinhos; Pariqueira-açu; Pilar Do Sul; Piracicaba (03); Potirendaba; Praia Grande; Presidente Prudente; Registro; Ribeirão Preto (03); Rio Claro; Salto; Santo André (02); Santos (02); São Bernardo Do Campo (03); São Caetano Do Sul; São Carlos (02); São José do Rio Preto (02); São José dos Campos (02); São Paulo (44); Socorro; Sorocaba; Suzano; Taubaté; Votuporanga.

Fonte: Trabalho de Campo na Marel S/A, 2013.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Vale destacar que, os produtos da Dimare são revendidos por lojistas que se tornam representantes comerciais da empresa, sendo estes responsáveis por tirar a medida do local onde ficará o móvel e fazer o projeto de acordo com as especificações dadas pelo consumidor, além disso, são responsáveis por fazer a montagem do produto e prestar assistência técnica. Os produtos da marca Marel, também seguem este esquema, mas são comercializados por lojas exclusivas da marca.

A Marel S/A possui alguns parceiros¹⁸⁹ que fornecem matérias-primas¹⁹⁰, como a empresa Cinex de Bento Gonçalves – RS, que fornece portas e divisórias de alumínio e vidro; a Artetífica, também de Bento Gonçalves é especialista em design e projetos de iluminação; a Blum, uma empresa Austríaca (possui vários representantes comerciais no Brasil), que produz produtos inovadores e sofisticados, como sistemas de portas de elevação, sistemas de dobradiças e extensões para móveis, sobretudo, para cozinhas; a OMP do Brasil que possui sua matriz em

¹⁸⁹ Alguns dos parceiros da Marel S/A possuem sites onde o leitor que se interessar poderá obter informações: www.cinex.com.br; www.artetifica.com.br; www.blum.com; www.ompdobrasil.com.br; www.zendesign.com.br; www.finotoc.com.br; www.alumiglass.com.br.

¹⁹⁰ Algumas chapas de MDF e MDP são trazidos de Piên – Pr, Curitiba, São Paulo e RS.

Flores da Cunha – RS e é uma empresa que produz e comercializa uma grande linha de cadeiras, que permite a customização, produz também, alguns componentes como apoios, pistões, assentos e encostos; a Zen Design de Bento Gonçalves, que desenvolve e produz linha de puxadores e acessórios para banheiro; a Finotoc de Bento Gonçalves, que é especializada na produção de acabamentos de altíssimo padrão de qualidade; possui também como parceiro fornecedor a Alumiglass de Caxias do sul, que produz acessórios para móveis e, é parceira principalmente da linha de produtos da Dimare.

Deste modo, percebemos que, esta empresa além de possuir uma forte dinâmica de interações na distribuição de seus produtos com abrangência nacional, possui também uma rede de fornecedores parceiros de onde adquire grande parte das matérias-primas, ou seja, a Marel S/A é uma das responsável por ampliar os alcances da rede urbana de Francisco Beltrão.

A Luthag Indústria de Móveis Ltda. é outra empresa que realiza exportações e, conforme o Sr. Alceu Pressoto (proprietário), iniciou suas atividades em 2004. Atualmente, a empresa produz camas e toda a produção é encaminhada para a Inglaterra, na verdade a produção é adquirida pela empresa Cecconik que segundo fomos informados, é uma grande lojista desse país e chega a comprar móveis de outras empresas instaladas no Oeste de Santa Catarina.

A Fremapar Madeiras e Plásticos Ltda.¹⁹¹ que havia realizado exportações, em praticamente todos os anos, desde 2000 até o ano de 2011 (América Central e África), não atua mais na exportação e concentra a venda de toda sua produção de portas e compensados no mercado nacional, atuando em todos os Estados brasileiros através de representantes comerciais, com centrais de atendimento em Francisco Beltrão e em São Paulo.

A Angelo Camilotti e Cia Ltda. (Razão Social), Camilotti Camidoor (fantasia), já importou maquinários da Alemanha e, exporta grande parte de sua produção (compensados e portas) para América Central, Europa, Oriente Médio e África. Os EUA, eram antes da crise, um grande mercado para essa empresa, porém após a crise, esse mercado se fechou e, até mesmo a Europa recuou em suas aquisições. Deste modo, a empresa teve que ampliar a venda no mercado interno e procurar outros mercados.

¹⁹¹ A Fremapar, utiliza o sistema Toyota de produção que visa o desperdício zero.

A Mazza Compensados Laminados Ltda. se instalou em Francisco Beltrão em 1999, através da aquisição da massa falida da empresa Colambra. Os empresários investiram nesse ramo nesta cidade, conforme Flores (2009), devido existir uma grande quantidade de trabalhadores qualificados para esse segmento industrial, até mesmo pela “tradição” da indústria madeireira na região.

Segundo Mazzochin (2011), tanto a Camilotti Camidoor como a Mazza, possuem trabalho intensivo (ao contrário de capital intensivo) na linha de produção no chão de fábrica, pois não possuem máquinas modernas. Entretanto, possuem extensas áreas de florestas plantadas no Sudoeste do Paraná. A Mazza, como a Camilotti “[...] tem na produção de portas o segmento de maior valor agregado o que enfatiza a necessidade da gestão de florestas para o desenvolvimento das indústrias. A extração da mais-valia se corporifica no trabalho vivo dentro da fábrica” (MAZZOCHIN, 2011, p.110).

A Mazza¹⁹² possui 70 funcionários e 80% de sua produção de portas compensadas, compensados plastificados, compensados resinados etc., se destinam ao mercado interno, onde a empresa atua através de representantes comerciais em 14 Estados, sendo eles, Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo. Os 20% restantes da produção são encaminhados para o mercado externo, onde a empresa atua, segundo informações que nos foram repassadas, em 23 países da África, América do Sul, América Central (Ilhas do Caribe), Europa e Oriente Médio.

Uma outra empresa que vale a pena destacarmos é a Tram’s que foi fundada em 1961, pelo falecido Dr. Ronaldo Antônio Tramujas, através da fabricação do Café Sudoeste, comercializado na Região Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste Catarinense. A Tram’s possui uma linha completa de café torrado e moído e cappuccino, além das balas Tram’s, pirulitos, chicletes, achocolatados etc. A empresa possui frota própria para distribuição de seus produtos.

A Tram’s continua sendo uma empresa comandada pela família Tramujas, Luciano Tramujas (diretor comercial), Ronaldo Tramujas

¹⁹² A Mazza, com intenção de se tornar autossuficiente em matéria-prima, passou a investir na H2O Reflorestamento Ltda., uma empresa criada em 2001, que conta atualmente, com um grupo formado por 16 pessoas e possui uma área de reflorestamento de 400 hectares de eucaliptos e pinus no Sudoeste do Paraná e Oeste Catarinense, nos municípios de Francisco Beltrão, Marmeleiro, Flor da Serra do Sul e Dionísio Cerqueira (SC).

(diretor financeiro) e Janaina Tramuja (Engenheira de Alimentos). Conforme verificamos pelas informações da SECEX, a empresa não realizou exportações em 2011, mas conforme informações repassadas pela empresa, a mesma já realizou exportações para Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Jamaica, Haiti, República Dominicana, República da Guiné, Canadá, EUA, Nova Zelândia, Austrália, África do Sul, Serra Leoa, Argélia.

Entre as empresas que realizaram importações, estão a Plantanense Agroindustrial Ltda.¹⁹³ que iniciou suas atividades em 1987, como uma pequena revenda de insumos agrícolas em Campo Erê – SC. Na década de 1990 a empresa passa atuar na compra e venda de cereais e, em 1994, inaugura sua unidade em Francisco Beltrão, com capacidade para receber e armazenar 10 mil toneladas de cereais. Em 2001, inaugura sua unidade em Palma Sola – SC e, em 2005, instala sua filial em Rondonópolis – MT. Nesse mesmo ano, a empresa se torna sócia da Soloceres, uma empresa de Pato Branco. Em 2007 a Plantanense adquire a Karina, uma indústria de biscoitos, instalada em Pato Branco, desde 1979, com capacidade atual de 550 toneladas/mês de biscoitos.

A expansão da área de atuação da Plantanense continuou e, em 2010, em parceria com as empresas, Lavoura S.A. e Grupo Meimberg, foi instituída na cidade de Clevelândia, a empresa Santa Rosa¹⁹⁴, produtora de farelo de soja e óleo bruto degomado. Atualmente, a empresa possui uma capacidade instalada de 1.500 toneladas/dia, sendo que, 15% da produção é comercializada na região, em pequenas e médias agroindústrias e consumidores finais; 55% da produção é comercializada, via *traders* (mercado de ações) ou grandes agroindústrias e 30% da produção é destinada à exportação.

A Plantanense também investiu em logística, com frota própria para fazer o escoamento de seus produtos e, além disso, implantou a TransLD, passando assim, atuar no ramo de logística. E, em 2012, a empresa adquiriu a fonte de água mineral Ipuacu, localizada em Ipuacu, no Oeste Catarinense, com capacidade de captação de 150 mil litros de água por dia, realizando assim, a captação e envase do produto.

¹⁹³ A maioria das informações desta empresa foram adquiridas no site <http://www.plantanense.com.br/site/>

¹⁹⁴ O nome Santa Rosa foi dado em homenagem à cidade berço nacional da soja, Santa Rosa – RS. Atualmente a empresa produz, Farelo de Soja, Óleo de soja bruto degomado, refino de óleo, etc.

Em Francisco Beltrão a Plantanense atua na produção e comercialização de sementes de soja, revenda de insumos agrícolas e recebimento e comercialização de grãos. A Plantanense importa matérias-primas para produção de seus fertilizantes oriundos do Rússia, EUA, Canadá, Israel e Holanda.

A Confeccões Raffer Ltda. nos anos 1990 ampliou seu raio de atuação, atingindo, determinados centros urbanos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, sempre através de representantes comerciais, que realizavam vendas para lojas multimarcas. Nessa mesma década, através do aumento da procura por produtos femininos, a empresa, criou uma marca de roupas para esse público, a partir da união dos nomes das filhas, Nayara e Fernanda, nascendo assim, a NAFFER.

A Raffer não realizou exportações nos anos analisados (2007, 2009 e 2011), mas entre as empresas de Francisco Beltrão ela é a terceira que mais importou, atingindo 15,86% das importações realizadas. Entre os principais produtos importados estão ternos, paletós, sobretudos, camisas e tecidos oriundos da China e Coréia. As matérias-primas adquiridas no mercado nacional são tecidos, linhas e botões, oriundos de SP, RS e MG. Esta empresa possui atualmente, mais de 6 mil m² de área produtiva, produzindo mais de 7 mil peças mensais, conta com 280 funcionários e comercializa para todos Estados brasileiros, com exceção do Amazonas, para lojistas multimarcas, através de representantes comerciais (o “*Sobretudo*” é o único produto comercializado, somente na região Sul). A empresa conta com sete lojas próprias, sendo cinco no Paraná, em Francisco Beltrão, Pato Branco, Toledo, Londrina e Cascavel; e duas em Santa Catarina, em Chapecó e Concórdia. Destacando ainda que, a logística da empresa é terceirizada.

Alcast do Brasil Ltda. (figura 34) possui matriz instalada em Francisco Beltrão desde 1997 e, ainda uma filial em Palmas – PR¹⁹⁵, esta empresa é dona da marca “Panelux”. A empresa atua produzindo conjuntos de painéis e painéis de pressão, além de fabricar discos para artefatos de alumínio natural e antiaderente. Através de um financiamento do BRDE, de R\$ 15 milhões, a empresa está ampliando suas instalações em Francisco Beltrão visando fabricar bobinas de alumínio, chapas xadrez de alumínio, telhas de alumínio, entre outros

¹⁹⁵ As duas unidades da Alcast do Brasil Ltda., de propriedade dos Sr. Abelson Carles e Elisandro Carles, geraram 646 empregos diretos, em 2012 e um faturamento de R\$ 108 milhões de reais. Vale ressaltar que no dia 12/02/2014 a empresa Alcast anunciou via Jornal de Beltrão que irá transferir sua unidade de Palmas para Francisco Beltrão.

produtos. A unidade matriz contava em 2013, com 260 operários. A Alcast realizou importação de alumínio em forma bruta, liga de alumínio e outros artefatos da China em 2011. No mercado interno, a Alcast comercializa seus produtos para todos os Estados brasileiros, através de grandes redes (como Supermercados Condor, Havan etc.) e por mais de 18 distribuidores atacadistas.



Figura 34 – Visualização das Instalações da Alcast do Brasil Ltda.

Fonte: Site Institucional da Alcast – Francisco Beltrão – PR.

A empresa Flessak participa na rede a partir da importação de produtos, máquinas e parte de máquinas (em 2011 segundo dados da SECEX, a Flessak era a 15ª empresa da rede que realizava importação), além é claro, através da montagem de PCHs em várias partes do Brasil e da comercialização de geradores de energia. A empresa ainda hoje é comandada pela família, os quatro filhos do casal Pedro e Ceni Nogueira Flessak, estão à frente dos negócios, cada qual com suas responsabilidades departamentais, onde Ilson é o diretor técnico, Joceni e Edson são diretores comerciais e, Joceneide responde como diretora financeira. A empresa possui uma grande dinâmica e sua capacidade instalada não é totalmente absorvida pelo mercado.

Conforme Rangel (1982, p.39) “cada crise resolve-se em mudanças institucionais que sensibilizam certos grupos de atividades, suscitando, afinal, investimentos que elevam a conjuntura e permitem melhor utilização da capacidade excedente, deixada pelos ciclos anteriores”. Essa transferência é estudada por Ignácio Rangel com o nome de “dialética da capacidade ociosa”.

Uma capacidade produtiva maior que a demanda global faz o ciclo entrar em fase depressiva. Este período recessivo tem sido ciclicamente interrompido porque são criadas condições para que os setores que estão superinvestidos encontrem novas oportunidades de inversão. Por exemplo, a Flessak, indústria que produz geradores de energia elétrica e que como resultado de investimentos feitos em ciclos anteriores, não consegue utilizar-se de toda sua capacidade produtiva por falta de demanda. Portanto, não havendo razão para novos investimentos, a empresa investe na verticalização da produção, buscando novas formas de geração de energia “limpa” (moda da sustentabilidade e economia verde) e a saída encontrada foi buscar parceria para produção de equipamentos para geradores de energia eólica, pois em nosso país muitos empreendedores e o governo começam a ampliar os investimentos nessa fonte de energia.

Vale ressaltar que, em 2012 a Flessak cria a empresa FELL - Flessak Energia Eólica uma parceria entre a família Flessak, de Francisco Beltrão, família Igreja, de Toledo e a família de Luiz Furlan, ex-ministro de Indústria e Comércio na gestão do presidente Lula. Esta nova empresa conta ainda, com a parceria tecnológica da Global Blade Technology, da Holanda, pois a Flessak possui a tecnologia dos geradores e os holandeses, possuem a tecnologia das pás da usina eólica. Porém, segundo Edson Flessak esta parceria foi interrompida em meados de 2013, mas a empresa pensa em futuramente investir nessa fonte de energia. Para a rede urbana de Francisco Beltrão, a concretização dessa parceria, significaria saltos qualitativos.

Outra empresa que vale a pena comentarmos aqui é a San Rafael Sementes e Cereais¹⁹⁶. Esta empresa nasceu em 1977, em Coronel Vivia (que não pertence à rede de Francisco Beltrão), inicialmente denominando-se como “Casa da Lavoura” e atuando no ramo de insumos agrícolas. Atualmente a empresa é denominada de San Rafael Sementes e Cereais. Desde o ano 2000, a empresa conta com uma loja de insumos em Francisco Beltrão e conta com um gerente, um agrônomo, três técnicos agrícolas, secretária e mais duas pessoas que cuidam do setor administrativo interno.

¹⁹⁶ A empresa San Rafael Sementes e Cereais é de propriedade do Sr. Reneu Rafael Colferai que atua na compra e venda de grãos, no comércio de fertilizantes e defensivos agrícolas e na pecuária de corte. Essa empresa realiza importações e exportações a partir de seu quadro próprio de funcionários (uma informação adicional é que essa empresa foi lesada no ano de 2013, em R\$ 7 milhões, a partir de desvios realizados por um de seus funcionários).

Em 2011, inaugurou sua unidade recebedora de grãos em Francisco Beltrão, totalizando assim 12 unidades recebedoras de grãos (soja, trigo, triticale, aveia e feijão). A unidade de Francisco Beltrão, conta com 45 empregos diretos e possui quatro silos, com capacidade de 6.600 toneladas cada, totalizando assim, capacidade para receber 26.400 toneladas de grãos, principalmente de produtores de Francisco Beltrão, Ampére, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Marmeleiro, Manfrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste e Salgado Filho.

Essa é uma empresa muito dinâmica, a exemplo de outras pequenas cerealistas e recebedoras e grãos espalhadas nos centros da rede de Francisco Beltrão. Porém, a unidade de Francisco Beltrão, não contabiliza importações, nem exportações (SECEX/MDIC), pois essa operação é realizada diretamente pela sua unidade matriz, que como já mencionamos, não faz parte de sua rede, estruturada, conforme o REGIC, publicado em 2008.

O centro de Marmeleiro realizou importação e exportação, em 2011 (SECEX/MDIC), e estas duas operações import./export.¹⁹⁷, foram realizadas pela indústria MTA Indústria e Comércio de Artefatos de Inox Ltda. (figura 35), exportando US\$ 237.062 e importando US\$ 108.789. Entre os produtos importados encontramos vidro temperado, peças e ligas de alumínio, artefatos de ferro e máquinas (da China, Coréia do Sul, Hong Kong e EUA).

Entre os produtos exportados encontramos painelas, colheres, garfos, conchas, artefatos de ferro fundido não esmaltado e artefatos de ferro e aço esmaltados etc. Em 2007, as exportações desse centro urbano totalizaram US\$ 44.853; em 2009, não foram realizadas e, em 2011, as exportações somaram US\$ 255.816.

¹⁹⁷ Outras empresas de Marmeleiro já realizaram importações e/ou exportações, como a empresa Perin Plásticos que se transferiu para a Região Metropolitana de Curitiba alegando dificuldades com a logística, está produzindo foros em PVC; outra empresa que já realizou exportações foi a Alumínios Marmeleiro Ltda., além da empresa Urio Plásticos Ltda., que já realizou importações, está produzindo foros em PVC.



Figura 35 – Fachada da loja da fábrica e da indústria MTA

Fonte: CASARIL, C.C., 2014.

As matérias-primas utilizadas pela empresa provêm da CBA – Companhia Brasileira de Alumínio de São Paulo, somam-se ainda as matérias-primas importadas, sobretudo, da China e algumas máquinas (destaque para a linha de pintura) da Alemanha. A venda é realizada por representantes, sendo 60% para todo o Brasil. E a venda para exportação é realizada pela própria empresa, sem representantes, principalmente para a América Latina e seu principal mercado é a Argentina e o Paraguai. O transporte é realizado 100% por empresas terceirizadas. Atualmente, empresa conta com 150 funcionários.

Essa empresa¹⁹⁸, como já mencionamos no capítulo anterior, através de uma inovação tecnológica em 2010, ampliou seu mercado e, segundo o proprietário Antônio Frozza, trouxe um crescimento de 52% nas vendas, de 2012 para 2013, enquanto a média das concorrentes foi de 4,2%. Portanto, a inovação realizada permitiu que a empresa invertesse seu ciclo, atingindo agora um ciclo ascendente, que como Rangel (1982) nos ensinou, é na crise que as empresas são forçadas a conceber novas inovações tecnológicas para ampliarem a demanda de sua capacidade instalada e, com essa novíssima tecnologia (nem tão nova assim, apenas diferencia-se pela aplicação de um componente), o ciclo da empresa e, em outros casos o ciclo interno se inverte.

A inovação realizada pela empresa foi a colocação de um visor (vidro temperado) na tampa da panela de pressão. Segundo o empresário, ele se baseou nos conhecimentos científicos de uma aeronave e a partir desse conhecimento verificou que, a janela de um avião não pode ser quadrada, pois dependendo da pressão externa do ar, em elevada altitude, os cantos do vidro podem trincar, levando ao aparecimento de outros problemas mais graves. Por outro lado se o vidro for redondo, isso não é possível. Deste modo, o vidro deve ser

¹⁹⁸ As informações sobre a MTA foram adquiridas em trabalho de campo realizado em 2013.

redondo e colocado pelo lado interno da panela, sendo o vidro maior que a abertura da panela. Desta maneira, a pressão interna do ar mantém o isolamento em relação ao ambiente externo.

Segundo o Sr. Antônio Frozza, foram realizados vários testes hidrostáticos para verificar a segurança do produto e, principalmente se o vidro temperado não corria o risco de ser quebrado. Em todos os testes, o produto se mostrou confiável. O empresário conta também que, não conseguiu nenhum fabricante/fornecedor do vidro temperado no Brasil, pois os mesmos ficaram receosos e se recusaram a fornecer o produto. Deste modo, Antônio Frozza se deslocou para a China, onde encontrou um fornecedor do produto.

Atualmente, todos os possíveis fornecedores do vidro temperado no Brasil reconhecem a panela de pressão com visor, como um produto seguro. A inovação foi patenteada e foi aprovada com louvor em todos os testes do Inmetro. O empresário chega a afirmar que essa inovação fez nascer uma nova dinâmica na empresa “a empresa era uma antes da inovação e outra depois dela”. A panela ajudou a dinamizar a empresa e obrigou a mesma a investir em outros itens para sua linha de produção (hoje são mais de 500 itens produzidos).

A partir desse novo produto a empresa passou a exportar o mesmo para a Europa (onde conta com a patente para sua proteção) e já possui uma unidade industrial licenciada para produzir a panela na China, além disso, está fechando contrato com empresas distribuidoras em vários países da América do Sul, sobretudo, na Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Vale destacar que a empresa ganhou vários prêmios nacionais por esta inovação (Prêmio Senai de Inovação e Prêmio House & Gift de Design, em 2010 e, em 2013 a empresa lançou a panela de pressão de inox com visor (figura 36), que também conquistou o prêmio House & Gift de Design, em 2013). Sem esquecer que um dos maiores marketing (sem custo para a empresa), ocorreu com a divulgação da panela no programa *Mais Você*, da Rede Globo, com a apresentadora Ana Maria Braga.



Figura 36 – Dois modelos de panelas de pressão com visor da MTA
Fonte: www.mta.com.br

Atualmente, as vendas da MTA Indústria e Comércio de Artefatos de Inox Ltda., acontecem por intermédio de representantes comerciais (em 2008 eram 20 representantes e, em 2013, já somavam 70) presentes em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, além disso, seus produtos, com destaque para sua principal inovação tecnológica (os dois modelos da panela de pressão com visor), são vendidos pelos principais *sites* de vendas multimarcas, como Lojas Americanas, Walmart, Extra, Ricardo Eletro, entre outras. Essa forma de comercialização a partir da *internet*, gera novas formas de fluxos e novas formas de estruturação da rede urbana, pois mesmo uma pessoa residente em uma cidade local, pode fazer aquisições de produtos e serviços sofisticados, sem precisar se deslocar até um centro urbano de maior nível hierárquico.

Em relação ao centro urbano de Dois Vizinhos, a única empresa que realizou exportações em 2011 foi a Pluma Agro-Avícola Ltda., que totalizou US\$ 7.496.232 entre ovos (74,65%) e aves (25,35%), para a Venezuela, Paraguai e Senegal. Já no que diz respeito às importações, verificamos que a única empresa que realizou esta operação foi a Sadia S.A. (BRF), que somou US\$ 1.913.480, através da aquisição de máquinas e partes de máquinas da China, Espanha, EUA, França, Holanda, República Tcheca e Uruguai.

Aqui vale a pena, destacarmos a empresa Latreille, pois esta, mesmo não realizando importações (a empresa já importou máquinas da Alemanha e Itália) nem exportações em 2011, possui uma grande dinâmica na rede. A empresa está estruturada da seguinte maneira, a matriz em Dois vizinhos (469 funcionários) e filiais em Foz do Chopim (91 funcionários), São Jorge d'Oeste (106 funcionários) e Cruzeiro do Iguaçu (93 operários), sublinhando que, estas filiais foram instaladas,

sobretudo, a partir de estímulos dados por estas municipalidades, como incentivos físicos (barracão) e tributários (redução de impostos) em troca deveriam gerar alguns empregos (quanto mais empregos gerados, mais os tributos reduzir-se-iam).

A indústria possui cinco marcas de jeans: Latreille, Yet, Bahsiko, Oposição e L. Seven e tem todo o desenvolvimento da peça feito na própria empresa, do início do processo até o final. Sendo que, cada uma das marcas possui seu próprio(a) estilista. Deste modo, todo o processo é realizado pela empresa, desde a concepção, desenvolvimento e acabamento. Destacando também que a Latreille utiliza tecnologia de ponta (30% máquinas italianas e alemãs e 70% nacionais) e com isso consegue produzir produtos sofisticados e modernos, não deixando nada a desejar às maiores marcas nacionais e, por quê não internacionais, já consolidadas no mercado.

Os operários das filiais recebem os tecidos cortados (processo que é realizado pela matriz) e são responsáveis por realizarem a costura. Esse deslocamento da produção internamente entre a unidade matriz e as filiais é realizado por transporte próprio da empresa. Os produtos que são costurados nas filiais, retornam para a matriz, onde realiza-se a lavagem, acabamento e, por fim, são embalados.

Segundo informações recebidas em trabalho de campo, a Latreille possui sete lojas próprias: duas em Dois Vizinhos (Latreille Center, instalada em 1979 e Loja da Fábrica, instalada em 2002); e as demais lojas da Latreille encontram-se nos seguintes centros: em Francisco Beltrão (instalada em 2005); Pato Branco (2008); Coronel Vivida (2012); Chopinzinho (2013) e Guarapuava (2013). Além destas, a empresa tem planos de expandir sua comercialização através da instalação de novas lojas próprias, sendo que, está no planejamento da empresa, atingir 20 lojas próprias, distribuídas nas cidades da região Oeste e Sudoeste paranaense.

Em dezembro de 2013, a empresa contava com 759 funcionários diretos e com uma produção anual de 950 mil peças, em média 4.000 peças por dia, a comercialização do jeans produzido pela Latreille é feita, além das lojas próprias, por representantes comerciais presentes no Distrito Federal e em todos os Estados Brasileiros, onde atendem praticamente todas as cidades nacionais, através da venda de seus produtos para lojas multimarcas. Em média 35% dos produtos são encaminhados para a região Sul, 25% para a região Sudeste, 20% para a Nordeste, 10% Centro-Oeste e 10% para o Norte.

Já as matérias-primas são adquiridas de empresas de São Paulo¹⁹⁹ e de Caxias do Sul – RS. A empresa ainda não realizou exportação de seus produtos, apenas importou máquinas, sobretudo, da Itália.

A logística de seus produtos finais é realizada pelas empresas transportadoras: Correios, Viação Sudoeste, Mercúrio, Vapex e, principalmente pela Princesa dos Campos Cargas.

Conforme o diretor Sr. Carlos, a empresa possui atualmente um grande projeto de expansão para ser concluído até 2020. O projeto diz respeito a construção de um parque fabril, já em andamento (figura 37), que pretende atingir 25.000 m² de área construída, lembrando que hoje a empresa conta com 13.000 m². Os investimentos para tal realização, ultrapassam 25 milhões de reais. E, com essa ampliação de área, pretende-se ampliar também, o número de operários dos atuais 759 para 1200 funcionários, saindo também das 950 mil peças/ano para 1 milhão e 800 mil peças/ano.



Figura 37 – Imagens do Projeto de expansão da Latreille Jeans (2013)

Fonte: <http://www.grupolatreille.com.br/>

¹⁹⁹ As principais empresas fornecedoras de São Paulo são a Santista, Canatiba e Vicunha.

Outra empresa que atualmente, possui forte dinâmica na rede, sobretudo, em relação às suas exportações é a Pluma Agro-Avícola Ltda.²⁰⁰, que foi fundada em fevereiro de 1999, na cidade de Dois Vizinhos, voltada à produção de ovos férteis e rações para aves.

A Pluma Agro-Avícola iniciou suas atividades com um plantel de 100.000 aves, depois vieram as parcerias, sendo a primeira iniciada em março de 1999, com a Granja Santa Cruz de propriedade do Sr. João Dalpasqualle (que também possuía granjas em Indaial – SC), onde o alojamento aumentou em 12.500 aves. No terceiro quartel do ano 2000, a parceira foi realizada com a Granja do Sr. Alberto Dalpasqualle, abrigando nesta, 6.000 matrizes. E, desta forma, foi ocorrendo o crescimento da empresa, sempre com parceria e/ou arrendamento.

Atualmente, a Pluma Agro-Avícola dispõe de um plantel próprio de 1.707.000 aves distribuídas nos Estados do Paraná (1.452.000) e Santa Catarina (255.000), através dos Incubatórios Pluma e parceiros: Incubatório Pluma (Dois Vizinhos – PR, com produção de pintainhos de 1 dia e capacidade de 6.500.000 ovos incubados/mês e 100 funcionários); Incubatório Cassilândia (Cassilândia – MS, com produção de 3.800.000 ovos por mês e capacidade de 3.200.000 ovos incubados mensal, com 140 funcionários); Incubatório Cruzeiro Agroavícola (Cruzeiro do Iguaçu – PR, com produção de pintainhos de 1 dia e capacidade de produzir 3.700.000 ovos incubados por mês, com 55 funcionários) e o Incubatório Avimasa (Mondai – SC, com produção de 1.200.000 ovos e 1.000.000 de pintainhos mensais, com 60 funcionários).

Além das mais de 700.000 matrizes com os Frigoríficos abatedouros parceiros²⁰¹ sendo o “Frango Ouro” de Aparecida do Taboão/MS; o “Frango Bello” de Itaquiraí/MS e o “Mais Frango” de Miraguaí/RS. Produzindo também, como já mencionamos, rações para aves, através de sua marca, “Rações Colina”, com unidade industrial em Dois Vizinhos.

No mercado nacional a empresa distribui seus produtos no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, São

²⁰⁰ Em 2011, por exemplo a Pluma Agro Avícola foi a única empresa a realizar exportações na cidade de Dois Vizinhos, com um total de US\$ 7.496.232, desse valor, 25,35% foram pintainhos e 74,65% ovos para incubação (SECEX/MDIC, 2011).

²⁰¹ Os abatedouros parceiros são: <http://www.frangoouro.com.br/>; <http://www.frangobello.com.br/> e <http://www.maisfrango.com.br/>. E, sua marca de ração é <http://www.racoescolina.com.br/>.

Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia, Acre e Rondônia. Já, no mercado externo a empresa exportou seus produtos para a Venezuela, Paraguai e Senegal e já chegou a exportar para os Emirados Árabes e Mali.

Vale a pena destacar que, verificamos em 2013, as mesmas dificuldades observadas por Flores, em sua pesquisa sobre a industrialização do Sudoeste do Paraná, em 2009, ou seja, a dificuldade das indústrias avícolas em encontrar operários, mesmo, trazendo trabalhadores da área rural das cidades locais. Por exemplo, a Galha Azul Avícola e a BRF de Francisco Beltrão, arcam com o custo do transporte para trazer trabalhadores das cidades locais, entre elas Marmeleiro, Renascença, Manfrinópolis, Verê, Enéas Marques etc. e as empresas avícolas de Dois Vizinhos (*BRF* e Pluma Agro Avícola), arcam com os custos de transporte para buscar trabalhadores nas áreas rurais de Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge d'Oeste.

Deste modo, verificamos que as indústrias avícolas presentes nos centros da rede de Francisco Beltrão contribuíram para ampliar a dinâmica da rede, gerando empregos e renda, passando desde os industriais produtores de ovos e pintainhos, pelos pequenos proprietários rurais integrados às indústrias, aos operários nas indústrias, as próprias indústrias abatedoras de aves, as empresas que comercializarão os produtos e as cidades e região, pois estas receberão os recursos, dos salários dos funcionários²⁰² das empresas (operários e agricultores) que, gastarão seus recursos na aquisição de mercadorias e serviços, além disso, as municipalidades onde estão instaladas tais indústrias, receberão os impostos que lhes são devidos, como por exemplo, o ICMS.

Para além dos centros da rede de Francisco Beltrão, essas empresas dinamizam outros centros, pois estas adquirem matérias-primas de outras localidades, como por exemplo, farelo de soja de Rondonópolis – MT e Lucas do Rio Verde – MT; embalagens de São Paulo e Chapecó – SC, que por consequência, necessitam ser transportados de e para Francisco Beltrão, envolvendo empresas de transporte (Coptrans) e outros, que geram os empregos indiretos. Além disso, a dinamização da rede é realizada por meio das interações que

²⁰² Só para termos uma ideia, a Galha Azul Avícola e a *BRF* de Francisco Beltrão, geram juntas 4065 empregos, onde o menor salário pago em 2013 por estas empresas era de R\$ 842,00 e, se imaginarmos que, todos os funcionários recebessem esse salário, teríamos a injeção de R\$3.422.730 mensais na economia de Francisco Beltrão.

essas cidades mantêm com outros países através da exportação de produtos elaborados pelas indústrias avícolas e da importação, geralmente trazendo máquinas e equipamentos.

Essa dinâmica da avicultura não é uma particularidade, apenas dos centros da rede, mas diz respeito a uma totalidade estruturada em nível nacional. Basta verificarmos o aumento do consumo *per capita* de aves ao longo das duas últimas décadas, conforme gráfico 30.

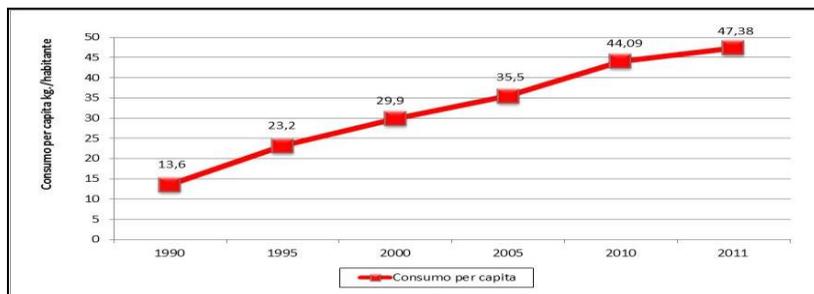


Gráfico 30 – Consumo de Carne de Frango no Brasil

Fonte: ABEF, 2012.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Esse aumento generalizado do consumo de carne de frango no Brasil, iniciado nos anos 1990, como uma das âncoras da política econômica do início do Plano Real, foi em muito ampliada no Governo Lula. O que por sua vez, nos leva a entender os investimentos realizados pelos industriais desse setor em nosso país²⁰³. Essa dinâmica fez nascer uma grande cadeia da indústria avícola. Além disso, várias foram as empresas “acessórias” que nasceram para prestar serviços às indústrias avícolas. Na rede de Francisco Beltrão, temos como exemplo de empresas “acessórias” a Kucmaq e a Sulmetal de Dois Vizinhos, as quais já explicamos suas gêneses no capítulo anterior.

Destacando que, nos anos 2000 as empresas Kucmaq (80 funcionários) e Sulmetal (65 operários), ampliaram suas áreas de atuação, passando pela região Sul e alcançando a região Centro-Oeste. Importaram máquinas da Alemanha (corte a laser, dobradeiras e centros de usinagem). Atualmente, essas empresas concorrentes, produzem

²⁰³ Só para termos uma ideia, as unidades industriais produtoras de carne de aves, instaladas na rede de Francisco Beltrão, a BRF de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, somam 1 milhão e 400 mil aves por dia e a Coasul, já atinge 100 mil frangos por dia, estas atingem juntas 45 milhões de aves por mês.

nebulizador eletro pneumático, esteiras para pendurar frango, cabines de sangria, tanque de escaldagem, depenadeira, calha para separar miúdos, máquina lavadora e de resfriamento de aves, máquina embaladeira, plastificadoras de caixas de papelão etc.

Já no que diz respeito ao centro urbano de São João, verificamos que o mesmo realizou em 2011, apenas exportações por intermédio da empresa Coasul²⁰⁴, que encaminhou Soja (US\$ 13.783.291, ou 89,27%) e Trigo (US\$ 1.656.000, ou 10,73%) para a China (79,1% do total); Coréia do Sul (3,59%); Holanda (6,58%) e Tunísia (10,73%).

Para falarmos sobre a dinâmica da Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda. - COASUL²⁰⁵, se faz importante relatarmos um pouco sobre seu processo histórico²⁰⁶ (não havíamos mencionado esse processo até o momento, pois foi somente no último REGIC publicado em 2008 que São João inseriu-se na rede urbana de Francisco Beltrão).

A COASUL foi fundada em 1969, visando suprir a ausência de armazéns e as dificuldades de escoamento da produção para os centros consumidores, outra questão de grande relevância foi a dificuldade para a aquisição de insumos, que se somaram às demais e estimularam um grupo de 43 agricultores a constituírem uma cooperativa agropecuária, que se realizou em 21 de junho de 1969 em São João – PR.

À medida que a produção e o número de cooperados foi aumentando, a construção de entrepostos foi se fazendo necessária, assim, nos anos 1970, foram construídos entrepostos em Chopinzinho (1975) e em São Jorge d'Oeste (1976); na década de 1980 foi a vez dos entrepostos em Sulina (1982), outro em Chopinzinho (1983), São João (1984); em 1986 a COASUL construiu um armazém sementeiro, para sementes beneficiadas (6.600 ton.); nos anos 1990, foram construídos entrepostos em Renascença e Saudade do Iguaçu (1999). Em 1994 iniciou-se o Laticínio COASUL, instalando um posto de recebimento e

²⁰⁴ Vale destacar que, em 2007 e 2009 a Coasul exportou somente Soja. Em 2007, esse produto contabilizou US\$ 7.607.781 e, foi encaminhado para a Alemanha (0,49% do total); China (36,7%); Espanha (20,15%); Holanda (34,85%); Portugal (7,53%) e Reino Unido (0,27%). E, em 2009, a exportação contabilizou US\$ 26.815.460 e, foi encaminhado para a China (91,8% do total); Coréia do Sul (1,34%) e Holanda (6,87%).

²⁰⁵ Em 2007 a Cooperativa alterou sua razão social para Coasul Cooperativa Agroindustrial.

²⁰⁶ O processo histórico da Coasul é apresentado, a partir de informações recebidas em trabalho de campo, realizado em 2012, somados as informações contidas no Relatório Anual de 2011 da COASUL.

resfriamento de leite, o que por sua vez, possibilitou novas oportunidades para pequenos produtores. Destacando que, em 2002 a cooperativa fez uma parceria, alugando o laticínio para a Frimesa.

Nos anos 2000, a cooperativa claramente, obteve um grande crescimento. Em 2000, a COASUL instalou em estruturas alugadas, os entrepostos de Itapejara d'Oeste e Bom Sucesso do Sul²⁰⁷ e, instalou suas primeiras lojas de Insumos em Rio Bonito do Iguaçu e Francisco Beltrão; e, em 2008 foram instaladas as lojas de insumos de Palma Sola-SC e Enéas Marques.

Em 2002 foi instalado o entreposto de Porto Barreiro. E, diante das dificuldades da CAMDUL - Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda., em 2007 a Coasul alugou parte de suas estruturas, sendo os seguintes entrepostos: Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra Verê e Sede Progresso (Verê) (estas foram adquiridas em 2012).

Em 2004 foram construídas as unidades de Rio Bonito do Iguaçu e Marmeleiro. Nesse mesmo ano, foi iniciado o processo de agroindustrialização da cooperativa e, em sua fase inicial foi construído a indústria de Rações. A segunda fase, realizou-se em 2008, com o começo das atividades avícolas, onde o primeiro lote de frangos foi abatido na Coopavel. Em 2010, inaugurou-se uma indústria de rações, voltada a atender à demanda dos integrados na avicultura e, juntamente com lançamento da Marca *LeVida*, inaugura-se o Abatedouro de Aves Coasul²⁰⁸.

Interessante notar, como descrevemos sucintamente que a COASUL teve um grande desenvolvimento e, com ele todo um desenvolvimento regional prosperou, com geração de empregos, impostos e com o fortalecimento econômico dos cooperados.

Atualmente, a prestação de serviços da COASUL envolve o recebimento, beneficiamento, armazenagem e comercialização de grãos como soja, milho, trigo, feijão, arroz, triticale, centeio e aveia. Também, comercializa e distribui insumos, implementos, ferramentas e máquinas. As operações, envolvem ainda, serviços de transportes e uma rede de supermercados (Supermercado de São João; Supermercado de São Jorge d'Oeste e Supermercado de Sulina). A cooperativa também,

²⁰⁷ A estrutura de Bom Sucesso do Sul foi adquirida em 2005.

²⁰⁸ Em julho de 2012 teve início o 2º turno do abate de aves. Nesse mesmo ano, a COASUL instalou uma unidade própria em Dois Vizinhos, para recebimento de cereais, com capacidade de armazenar 200.000 sacas.

industrializa carnes de aves (*Le Vida*)²⁰⁹, possuindo aviários próprios e uma rede de agricultores integrados, neste setor soma ainda, a indústria de rações. Além disso, conta com uma rede de armazéns a partir de seus entrepostos, sem esquecer que os cooperados recebem assistência técnica de uma equipe própria, formada por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas. Para finalizar, vale ressaltar que, em 2012 o número de cooperados era de 5.374 e o de funcionários de 1.591 trabalhadores.

Vale destacar que, segundo o gerente de operações da COASUL, Luiz Carlos Walter, atualmente (em 2013), a empresa está realizando o maior investimento de sua história, os quais serão aportados na ampliação e manutenção de suas unidades, o valor reservado para os investimentos, atinge os R\$ 50 milhões, lembrando que em 2011 e 2012 a cooperativa investiu cerca de R\$ 25 milhões, somando a aquisição e ampliação das unidades. Em 2013, onze unidades da cooperativa passarão por investimentos, que proporcionarão um aumento da área para armazenamento em um milhão de sacas; aumento da capacidade de secagem para 660 ton./hora; serão adquiridas máquinas modernas e maiores para limpeza de grãos; 24 empilhadeiras que aumentaram a velocidade na prestação de serviços aos produtores na entrega de insumos; oito tombadores, sendo dois para bitrens; somando ainda, os investimentos planejamentos para ampliação e modernização das lojas e da parte elétrica das unidades.

Outro fato importante a se destacar é que, assumiram o cargo de Diretor Presidente da COASUL, os seguintes cooperados Izaltino Rossi, de 1969 a 1970; Ângelo Rafael Brusamarello, de 1970 a 1971; José Antonio Scholtz, de 1971 a 1976 e Paulo Capelin Fachin, que assumiu em 1976 e se mantém no poder até o momento. Ou seja, esta cooperativa teve até o momento quatro Diretores Presidentes, sendo que o último está no “poder” há 37 anos, o que subentende-se que, o perpetuasse no “poder” pode não ser um acontecimento ruim como muitos falam, até porque a COASUL teve um crescimento impressionante e possui a melhor posição entre as empresas localizadas na rede de Francisco Beltrão e região, quanto a seu valor (US\$) exportado desde, pelo menos 2007 (vide SECEX/MDIC e Revista Amanhã, 2010).

²⁰⁹ No segundo semestre de 2013 a COASUL passou a exportar parte de sua produção de frangos (a estimativa é de que a produção de frangos atinja 170 mil dia no início do segundo semestre de 2014), inicialmente para Europa, África e América Central.

Destacando que a Sadia (atual *BRF*), presente com unidades produtivas em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos (exporta aproximadamente 98% do que produz, ficando somente no mercado interno, as carcaças com problemas). Esta exportação poderia colocá-la na primeira posição entre as empresas exportadoras da rede, porém toda exportação é “faturada/contabilizada” pela sede exportadora da *BRF* de Paranaguá, ou seja, até poderíamos por hipótese estimar a quantidade de aves que foi exportada, mas não seu valor (US\$), pois até mesmo os funcionários do setor administrativo e logístico da *BRF*, de Francisco Beltrão (e também de Dois Vizinhos), não informam tais valores, verificamos isso, em um de nossos trabalhos de campo na empresa. Vale ressaltar que, as exportações da *BRF* (Francisco Beltrão e Dois Vizinhos)²¹⁰ não constam até mesmo nos dados do órgão oficial (SECEX/MDIC), somente aparece Paranaguá como centro exportador da *BRF* no Paraná.

O centro de Santa Isabel do Oeste realizou somente exportações através da empresa Irmãos Bocchi & Cia Ltda. exportando em 2011, soja (49,49%) e trigo (50,51%), que totalizaram US\$ 11.025.148 e foram encaminhados para a China (36,75% do total); Holanda (8,07%); Coreia do Sul (4,67%); Argélia (15,78%); Quênia (15,66%); Bangladesh (11,25%); Marrocos, (7,83%).

A empresa Irmãos Bocchi & Cia Ltda. ou Grupo Bocchi Agronegócios surgiu em março de 1962, em Santa Isabel do Oeste, como um pequeno comércio de secos e molhados, ferragens e tecidos. Ao longo dos anos, passou a atuar em outras atividades como: agricultura, cereais e insumos. A empresa cresceu muito e conta, atualmente com a matriz em Santa Isabel do Oeste e cinco unidades/entrepósitos localizadas em Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Ampére, Planalto e Realeza. A empresa também criou a Unidade de Beneficiamento de Sementes localizado junto à matriz. O Grupo Bocchi produz, anualmente mais de 300.000 sacas de soja, trigo, aveia e feijão e para a logística desses grãos possui uma frota própria de 12 caminhões que realiza o escoamento dos grãos entre os Estados do RS, SC, PR, MS, MT e SP e para os portos do PR, SC e SP, visando à exportação.

²¹⁰ Não sabemos se a não contabilização destas exportações para Francisco Beltrão e Dois Vizinhos prejudica ou não estas cidades na transferência de impostos. Todavia, acreditamos que não, pois se estivesse prejudicando, o poder público já teria tomado providências.

O centro urbano de Enéas Marques, foi outro centro que somente realizou exportações pela empresa Folem, Indústria e Comércio Ltda., que produz alimentos para animais e suas exportações contabilizaram US\$ 4.082.154, em 2007; US\$ 1.084.397, em 2009 e 3.410.567, em 2011. Em 2007, encaminhou toda sua produção para o Chile; em 2009, para o Chile (95,9% do total) e Paraguai (4,1%) e em 2011, a exportação foi toda encaminhada para o Chile.

A Folem surgiu como uma empresa acessória, voltada a prestar serviços para as indústrias avícolas. Em 1997, através do Sr. Altair Barazetti²¹¹ (Sócio fundador), surge a ideia de constituir uma empresa no ramo de fabricação de farinha e óleo de origem animal, para suprir as necessidades dos frigoríficos em processar tudo o que não servia para o consumo humano. Em 1999, Enéas Marques foi escolhida para sediar a empresa, pois encontra-se a uma distância de 200 Km de Chapecó - SC e Toledo, 25 Km de Francisco Beltrão e 50 Km de Dois Vizinhos, localidades onde estão instaladas unidades da *BRF*, ou seja, grandes indústrias abatedoras de aves.

Para se instalar em Enéas Marques, a empresa contou com a doação de um terreno de 30.000 m² e da terraplenagem da prefeitura. No final de 1999, a empresa começou a construção da unidade industrial e no início do segundo quartel do ano 2000, a empresa iniciou suas atividades, com capacidade para produzir 75 toneladas/dia e, atualmente, a capacidade produtiva é de cerca de 500 toneladas/dia (figura 38). A empresa produz, farinha de vísceras de suínos e de aves, farinha de penas hidrolisadas, óleo de vísceras de suíno e de aves.

²¹¹ O grupo Barazetti, proprietário da empresa Folem, soma outras quatro empresas, destas, além da Folem, outras duas produzem farinhas e óleos de origem animal, a Farima, de Tupãssi – PR e a Ipufol, de Ipuçu – SC. O grupo possui também a empresa Prestatti, com matriz instalada em Erechim – RS e uma filial em Enéas Marques, esta empresa atua na produção de soluções para processamento de resíduos frigoríficos de origem animal (aves e suínos). A Prestatti, produz digestores para vísceras e penas, moinhos para farinha de vísceras, máquina de prensar penas de frangos e perus, triturador de ossos, silos para armazenagem de farinhas, secador de farinhas, tanques para armazenamento de óleo, etc. Destacando que, em 2013, a Folem possuía 220 funcionários.



Figura 38 – Unidade Industrial da Folem, em Enéas Marques

Fonte: <http://folem.hospedagemdesites.ws/empresa.asp>

Outra empresa que vale a pena ser mencionada é a Satiare Alimentos, instalada em Nova Prata do Iguçu. Lembrando que este centro não realizou operações de importação e exportação entre os anos de 2007, 2009 e 2011. A partir de trabalho de campo realizado em 2011 e 2012, verificamos que a Satiare Alimentos iniciou suas atividades nos últimos meses de 2010, sendo uma empresa constituída a partir da união de capitais de empresários regionais, onde os investimentos alocados ultrapassaram 23 milhões de reais, para a edificação de uma unidade fabril com área construída de 7.800 m². A empresa atua no processamento de carne de suínos, fabricando linguiças fininhas, calabresas, bacon, mortadelas, presuntos, salsichas, cortes especiais etc. Mas, aqui o fato mais importante é que, essa empresa foi vendida em agosto de 2012 para a Cooperxanxerê (do Oeste de SC), por R\$ 40 milhões. Conforme fomos informados a cooperativa, pretende investir outros R\$ 7 milhões na modernização da indústria.

E, em relação ao processamento, verificamos que os animais são abatidos na Cooperxanxerê e depois encaminhados para industrialização na Satiare. A cooperativa possui mais de 600 cooperados integrados no Oeste catarinense, de onde inicialmente estão sendo obtidos os animais, porém, a cooperativa pretende integrar pequenos agricultores da região Sudoeste do Paraná, mais especificamente de Enéas Marques e municípios vizinhos. No final de 2012 a empresa processava 50 toneladas/dia de carne suína e contava com 260 funcionários. A empresa firmou parceria com a Coptrans, para transporte dos produtos até a rede de distribuidores no mercado brasileiro. Diariamente, deslocam-se dois caminhões de cooperados da Coptrans de Nova Prata do Iguçu e a produção destina-se aos mercados consumidores dos Estados do PR, SP e, sobretudo, RJ, AL, PE e PI.

Como apresentamos no capítulo anterior e neste, as exportações realizadas pelas indústrias presentes nos centros da rede, iniciaram suas experiências na década de 1980 (indústria madeireira e avícola), mas foi a partir dos anos 1990 que a quantidade de importações e exportações foi aumentando, sobretudo, para Argentina.

Em 2011, verificamos que 33 empresas instaladas nos centros da rede realizaram exportações e 89 empresas importações. Em Barracão, 12 empresas realizaram exportações e 38 operações de importação, estas operações foram efetivadas em sua totalidade por empresas especializadas em export./import., principalmente de frutas e legumes. Francisco Beltrão, contabilizou nove empresas que realizaram exportações e 21 que realizaram importações, entre indústrias e empresas especializadas em export./import. Em Ampére, as quatro maiores indústrias de móveis que apresentamos, realizaram exportações, já as operações de importação foram efetuadas por cinco indústrias de móveis, uma de confecções e três especializadas em operações de export./import. Dois Vizinhos, contabilizou apenas uma empresa que realizou exportação e importação (podemos incluir ainda a *BRF*, que não é citada nos dados referentes as exportações da SECEX/MDIC).

As demais cidades da rede que realizaram exportações e/ou importações aparecem com praticamente uma empresa cada. O destaque fica para São João, que apesar de somar, apenas uma empresa, obteve proeminência, pois a empresa COASUL, obteve o maior valor nas exportações entre os centros da rede e, portanto, é a empresa da rede melhor posicionada no Estado do Paraná.

Podemos verificar, a partir dos mapas dos fluxos das importações e exportações, que os centros da rede, atualmente possuem maiores ligações em relação às exportações com a China, Paraguai, Argentina e Chile, mas se destacam ainda, 32 países da América Central, Europa, África e Ásia. Em relação às importações, as maiores interações são realizadas com a Argentina, China, Paraguai, Chile e Alemanha, somando-se ainda, outros 24 países da América do Sul, do Norte, Europa e Ásia.

Os produtos que mais se destacam nas exportações são os fornecidos pela indústria avícola (carnes de aves, ovos para consumo humano e ovos fertilizados), lembrando que a *BRF* não apresenta as exportações realizadas pelas unidades de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, porém sabemos que a quantidade exportada alcança os 99% e o total de aves abatidas por estas duas unidades chega a 1 milhão e 400 mil unidades/dia, ou seja, essa empresa possui uma grande dinâmica no mercado externo. Destacando que, até mesmo o setor de logística que

antes, no tempo da Sadia S.A., possuía uma divisão em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, encontra-se agora centralizado em Curitiba. As unidades da *BRF* instaladas nos centros da rede, encaminham seus produtos, conforme, verificado em trabalho de campo, para a Europa, Arábia Saudita, Emirados Árabes e África. Além disso, a *BRF* importou máquinas e partes de máquinas da China, Espanha, EUA, França, Holanda, República Tcheca e Uruguai. Já A Pluma Agro-Avícola e a Galha Azul Avícola, realizaram exportações para a Argentina, Arábia Saudita, Bélgica, Bolívia, Colômbia, Costa do Marfim, Dubai (Emirados Árabes), Espanha, Gana, Holanda, Mali, Paraguai, Portugal, Senegal e Venezuela. Ressaltando ainda que, a Galha Azul Avícola, foi uma das indústrias que trouxe em 2012, trabalhadores haitianos (a maioria das empresas que trouxeram trabalhadores Haitianos, para o Sudoeste do PR, encontram-se em Pato Branco). Aqui podemos incluir ainda, a empresa Folem (uma empresa acessória do setor avícola), produtora de farinha e óleo para alimentação animal (a partir de vísceras e penas de aves e suínos), que já exportou para o Chile e Paraguai. Em relação ao mercado interno, verificamos que esse setor adquire matérias-primas na região Sudoeste do Paraná e Oeste catarinense, além de farelo de soja do MT e embalagens de SP e SC, somam-se ainda máquinas e equipamentos de SP e Curitiba. As empresas Kucmaq e Sulmetal comercializam seus produtos na região Sul e Centro-Oeste. A Pluma Agro-Avícola distribui seus produtos em toda região Sul e Sudeste, além dos Estados do MS, GO, BA, AC, RO. E, a empresa COASUL, comercializa seus produtos “*Le vida*” em todo o território nacional. Aqui podemos incluir ainda os produtos da suinocultura, produzidos pela *SATIARE* de Nova Prata do Iguaçu que distribui seus produtos nos Estados do PR, SP, RJ, AL, PE e PI.

Em relação ao setor madeireiro, podemos destacar as empresas Camilotti Camidoor, Fremapar e Mazza que produzem, principalmente, chapas de compensados e portas. Estas empresas possuem, uma grande dinâmica na rede, pois encaminham seus produtos para África, América do Sul, América Central (Ilhas do Caribe), Europa e Oriente Médio. E suas comercializações no mercado interno alcançam todo o território nacional. E, adquirem suas matérias-primas de áreas de reflorestamentos situadas no PR, SC e MS.

Entre as indústrias moveleiras, instaladas na rede de Francisco Beltrão, verificamos que as mesmas fazem ou já fizeram exportações (camas, dormitórios, cozinhas, pias e lavatórios de inox, etc.) para Angola, Argentina, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, Inglaterra, Panamá, Paraguai e Uruguai. E já realizaram importações (chapas de

MDF, máquinas e equipamentos) da Argentina, Alemanha, China, Itália, Taiwan, Turquia e Suécia. Em relação ao mercado interno, verificamos que os produtos das indústrias moveleiras instaladas nos centros da rede, alcançam todo o território nacional (aproximadamente 60% de suas vendas se concentram em SP e na região Sul). Por exemplo, a Ghelplus distribui seus produtos em todo território nacional; a Notável, comercializa seus produtos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e nos Estados de AL, BA, PA, PB, PE, PI, SE e TO; a Simonetto, comercializa seus produtos na região Sul e nos estados do AC, BA, ES, MT, RJ, SP e SE; a Movelmar distribui seus produtos na região Sul e em São Paulo e os produtos da Marel e da Dimare são comercializados na Região Sul e nos Estados de AL, CE, ES, MA, PB, PE, RJ, SE e SP. Já, as mercadorias destinadas à renovação de estoques desse setor produtivo são adquiridas no RS, principalmente em Bento Gonçalves, Flores da Cunha e Caxias do Sul, no PR e em SP.

Em relação às empresas agroindustriais e cooperativas, responsáveis por fazer a comercialização e escoamento da produção dos centros da rede, verificamos que as empresas de maior destaque são a COASUL e a Irmãos Bocchi & Cia Ltda., que já exportaram grãos (soja e trigo) para a Alemanha, Argélia, Bangladesh, China, Coreia do Sul, Espanha, Holanda, Marrocos, Portugal, Quênia, Reino Unido e Tunísia. E, juntamente com a Plantanense, já importaram matérias-primas para produção de fertilizantes, máquinas e equipamentos da Alemanha, Canadá, China, Espanha, EUA, França, Holanda, Israel, Itália e Rússia.

O setor de alumínio já importou vidro temperado, peças e ligas de alumínio, alumínio em forma bruta, artefatos de ferro e máquinas da China, Coreia do Sul, EUA e Hong Kong. Somando-se às suas exportações que já se realizaram para a Argentina, Chile, Colômbia, Europa, Paraguai, Uruguai e Venezuela. No mercado nacional as vendas são realizadas em todo território nacional e pelos *sites* das principais redes varejistas. As aquisições de matérias-primas ocorrem em SP, mas a maior parte vem diretamente do mercado externo.

As indústrias de confecções instaladas nos centros da rede de Francisco Beltrão, importam ou já importaram tecidos, produtos acabados (como camisas, ternos, paletós, *sobretudos* etc.), máquinas e equipamentos da Argentina, Alemanha, China, Coreia do Sul, EUA, Itália e Peru. E, atualmente, verificamos que nenhuma indústria do segmento de confecções estão realizando exportações. Porém, conforme Flores (2009), a empresa Traymon e a Krindges já realizaram exportações, a primeira para Portugal e a segunda para Itália. No mercado interno, as indústrias de confecções instaladas na rede, buscam

matérias-primas no PR, SC (Brusque), RS (Caxias do Sul), MG (Belo Horizonte) e SP (Americana, São Paulo e Tatuí). O principal mercado consumidor desse segmento localiza-se na região Sul e Sudeste, mas os produtos alcançam todo o território nacional, com exceção do Estado do Amazonas. Algumas destas empresas atuam com lojas próprias, como por exemplo, a Latreille que atualmente possui sete lojas próprias, com unidades em Francisco Beltrão, Pato Branco, Coronel Vivida, Chopinzinho, Guarapuava e duas em Dois Vizinhos; e a Raffer que, também possui sete lojas próprias, em Francisco Beltrão, Pato Branco, Toledo, Londrina, Cascavel, Chapecó e Concórdia. Não nos esquecendo ainda, que muitas empresas desse segmento instaladas na rede prestam serviços para outras empresas (facção), especialmente para as grandes redes varejistas Renner e C&A.

Em relação às empresas especializadas nas operações de importação e exportação, sobretudo, as localizadas em Barracão, verificamos que a maior parte das operações são realizadas com a Argentina, levando sobretudo, banana, cebola e melancia e trazendo principalmente, peras, maçãs, cebolas e feijão. A empresa Benini, que analisamos, realizou também, importações do Chile, China, Espanha, EUA, Itália e Portugal. E, no mercado interno comercializa seus produtos em todo o território nacional (concentrando-se em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro).

Verificamos que a empresa Tram's, produtora de cafês, balas, chicletes, pirulitos etc., contribui para ampliar a dinâmica da rede no mercado externo, pois conforme fomos informados já chegou a exportar para 15 países da América Latina, Central e do Norte, África e Oceania. E, no mercado interno, comercializa seus produtos no Oeste e Sudoeste paranaense e no Oeste catarinense.

Ao analisarmos a dinâmica atual do setor produtivo e suas contemporâneas interações espaciais, verificamos que a rede urbana de Francisco Beltrão se torna cada vez mais complexa, “[...] uma complexificação, vinculada a intensificação dos processos de produção, circulação, distribuição e consumo [...]” (FRESCA, 2002, p.17). E, essa complexidade se amplia à medida que se amplia a divisão territorial do trabalho e, com isso, notamos que mesmo cidades locais a exemplo de São João, Enéas Marques, Santa Izabel do Oeste, entre outras, realizam interações diretamente com outros países, da América Latina, Europa, África, Ásia etc., ou seja, mantêm relações não apenas com a rede urbana estrutura pela teoria das localidades centrais (vide a REGIC publicada em 2008), mas se estruturam, ao mesmo tempo, em outra rede

urbana, deste modo, um dos aspectos desta complexidade diz respeito ao fato de cada cidade situar-se em pelo menos duas redes.

Assim, a rede estruturada pelo REGIC é uma rede mais regular e a outra, uma rede mais irregular e menos sistemática, pois abrange um grande número de interações, tanto internas, como externas. Conforme Fresca (2004, p. 248) “[...] a inserção de um núcleo em outras redes ocorre vinculada aos outros papéis que este desempenha, sejam eles singulares ou complementares em relação a outros centros. E o fato da inserção em outra rede ser não sistemática e irregular é, em realidade, uma das traduções das diferentes participações na divisão territorial do trabalho [...]”.

Por exemplo, Ampére mesmo sendo um centro local na área de influência de Francisco Beltrão nos anos 1960 e 1970, cuja dinâmica era dada, sobretudo, pela distribuição da produção rural de bens e serviços, foi nos anos 1990 e 2000 se transformando em um centro especializado na produção industrial moveleira e confeccionista. Deste modo, a cidade se inseriu em diversas relações que dão conta da aquisição de matérias-primas, fluxos de mão de obra, produção, distribuição da produção que alcançam todos os Estados brasileiros (concentrando-se no Sul e Sudeste do país) e uma pequena parte da produção é encaminhada para o mercado externo, não nos esquecendo ainda que, tais relações produzem fluxos financeiros, responsáveis, principalmente, por manter a dinâmica econômica do centro urbano.

Situação distinta acontece em São João, que a partir de uma cooperativa (COASUL), insere-se atualmente como um centro de grande expressão na produção agroindustrial cooperativista, fazendo o encaminhamento de grãos e de carnes de aves para o mercado nacional e externo, ou seja, insere-se na rede internacional de comercialização de *commodities*. Outro exemplo dessa dinâmica, temos em Santa Izabel do Oeste, um centro local que a partir de uma empresa agroindustrial (Irmãos Bocchi e Cia Ltda.) insere-se na rede internacional de comercialização de grãos.

Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, a partir da empresa *BRF* e de outras do setor avícola, inserem-se na rede de comercialização destes produtos, setores estes que suscitam a maior quantidade de empregos industriais nestes centros. Em Francisco Beltrão, destacam-se também o setor moveleiro e confeccionista através da aquisição de matérias-primas, especialmente da China e da comercialização destes produtos no mercado interno, alcançando todo território nacional e no mercado externo, sobretudo, na América Latina.

Essa análise, portanto, nos permitiu verificar o qual complexa é a dinâmica da rede atual. Uma rede que nos anos 1970 possuía um padrão *christalleriano* e era praticamente isolada no quadro nacional e que, atualmente, a partir da divisão territorial do trabalho, se insere em uma rede de alcance mundial, ou seja, a rede passou por uma substancial transformação que a retirou do isolamento e da situação periférica.

Para termos uma ideia, o parque industrial instalado nos centros da rede urbana de Francisco Beltrão, possuía em 2010, um total de 1.562 unidades industriais, as quais geravam 25.862 empregos. Se fizéssemos uma contabilidade básica, multiplicando o total desses funcionários com o salário base dos trabalhadores na indústria no Estado do Paraná em 2013, ou seja, R\$ 949,53, teríamos um total de R\$ 24.556.744,86 injetados mensalmente na economia dos centros da rede. E, além disso sabemos que uma porcentagem substancial dessa renda será extraída/deslocada para as principais centralidades da rede, ou seja, Francisco Beltrão e em menor nível, Dois Vizinhos.

Se ampliarmos a análise, contabilizando o total de empresas do setor terciário, que somavam 6.064, em 2010 e geravam 35.549 funcionários, e se realizarmos o mesmo cálculo, feito para o setor produtivo, verificaremos que, utilizando-se o piso salarial pago aos funcionários do comércio em geral de Francisco Beltrão, em 2013, ou seja, R\$850,00, teremos um total mensal de R\$ 30.216.650,00 inseridos na economia dos centros da rede. Que ao somarmos com a massa salarial do setor produtivo, totalizaríamos R\$54.773.394,86 injetados mensalmente na economia da rede. E, como mencionamos, uma porcentagem substancial dessa quantia será deslocada para Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, as principais centralidades da rede.

Deste modo, podemos ver ainda, que a média de empregos gerados por cada indústria na rede é de 16,55 empregos e a média do setor terciário é de 5,86 funcionários. Somente, por esta pequena análise podemos dizer claramente que o setor produtivo é o principal responsável pelo desenvolvimento regional. Além disso, podemos dizer que a ampliação desse setor é fator primordial para o desenvolvimento econômico dos centros da rede, pois sob o capitalismo a distribuição de renda ocorre quando a conjuntura econômica é expansiva em investimentos produtivos (MARX, 1983; LENIN, 1982).

Um outro nível de interações verificado se desenvolve através da circulação da *mais-valia*, da renda da terra, dos lucros comerciais e produtivos. Por exemplo, em nossos trabalhos de campo nos centros da rede, conversamos com muitas pessoas, desde agricultores a proprietários industriais e de estabelecimentos comerciais e de serviços.

E, nestas conversas, verificamos que o excedente financeiro gerado nos centros da rede são em parte reinseridos no próprio negócio e em parte encaminhado para investimentos em diferentes setores no próprio centro urbano e município. Nos últimos anos, a maior parte dos investimentos estão sendo alocados na especulação da terra urbana (quarta renda, analisada por Ignácio Rangel) e na construção civil, especialmente na aquisição e na construção de unidades habitacionais (parte das edificações são voltadas a comercialização e alcançam lucros acima de 100%; além de ampliar, a classe dos rentistas, via aluguel²¹²). Existem ainda grupos comerciais e industriais, especialmente o Grupo Meimberg que investe parte de seu excedente financeiro na aquisição de outras empresas do setor secundário e terciário instaladas no PR e SC. Não nos esquecendo ainda da COASUL que reinsere seus excedentes na construção de novos entrepostos nos centros da rede e em meados dos anos 2000, direcionou grande parte de seus excedentes para uma nova área de atuação, a agroindustrialização, construindo aviários próprios e um moderno frigorífico de abate de aves. Uma pequena parte ainda é reinvestida em atividades agropecuárias, sobretudo, na aquisição de terras e tecnologia (destaque para o melhoramento do rebanho leiteiro – atualmente a região é a principal bacia leiteira do Estado do Paraná).

Para encermos essa parte, vale a pena mencionarmos que os fluxos da rede urbana são representados em sua quase totalidade pela infraestrutura viária, expressando uma intensa fragmentação. O mais importante acesso se dá por meio da BR-373, que promove o escoamento de boa parte da produção regional, complementando-se com uma densa malha de estradas rurais, principalmente municipais, numa configuração radial das rodovias. Interessante destacar que, desde 2008, veem ocorrendo discussões políticas e estudos de viabilidade para construção de um ramal da FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. de Cascavel (região Oeste do Paraná) até Chapecó (Santa Catarina), passando por Francisco Beltrão e Pato Branco no Sudoeste do Paraná. A ampliação do ramal da FERROESTE em Cascavel já iniciou ligando o município de Guairá-PR fronteira com MS. Se o ramal ligando o Sudoeste sair do papel aumentará os fluxos das produções

²¹² Em relação a construção de apartamentos, verificamos que a classe dos profissionais liberais, especialmente a classe médica é a que mais realiza investimentos neste setor. Em, pesquisas no cartório de imóveis, no setor de obras da prefeitura de Francisco Beltrão e com os corretores imobiliários, verificamos que existem médicos que possuem mais de 60 apartamentos na cidade, todos alugados.

rurais, agroindustriais e industriais dos centros da rede de Francisco Beltrão, tanto de e para SC, como de e para MS, além da possibilidade de escoamento das produções para exportação via Porto de Paranaguá (ACAMSOP, 2008; AEN, 2008).

Em conversa com o gerente administrativo da COPTRANS, cooperativa de transportes sediada em Francisco Beltrão, este se mostrou favorável a construção do ramal, pois segundo ele, mesmo existindo esse entroncamento ferroviário em Francisco Beltrão, o escoamento das produções via caminhões irá continuar, pois estes dois modais não suprirão as necessidades futuras da região, que a cada dia vem aumentando a quantidade da produção agroindustrial e industrial que é encaminhada para o mercado consumidor de outros Estados brasileiros e para os portos de SC e PR. Ou seja, uma vez, ouvíamos da classe dos rodoviários (transportadoras e caminhoneiros), a negativa em relação à construção de mais ramais ferroviários, pois o receio era que acabaria gerando muitos desempregados no setor, porém a análise atualmente é outra, até mesmo eles veem a necessidade da construção de infraestruturas de diferentes modais, para sustentar e ampliar o crescimento econômico nacional.

Conforme a rede formada pelo REGIC (IBGE, 2008), o centro de Francisco Beltrão é polarizado por Cascavel, o que não vai de encontro com nossa análise, pois a partir desse estudo, percebemos que os maiores fluxos produtivos e comerciais da rede são realizados com Curitiba e São Paulo.

Outro fato importante é que, no último REGIC, publicado pelo IBGE em 2008, Francisco Beltrão, não possuía nenhuma interação com Chapecó, a principal centralidade da mesorregião Oeste catarinense. Porém, pelo fato de Francisco Beltrão não contar com nenhuma companhia de aviação comercial (de 2011 ao início de 2013, a empresa “NHT Linhas Aéreas²¹³”, atuou em Francisco Beltrão com voos diários com destino a Curitiba, passando por Concórdia, mas devido à falta de demanda, especialmente pelos preços praticados por esta empresa, as passagens variavam entre R\$400,00 a R\$650,00, a NHT obrigou-se a encerrar suas atividades na cidade), o empresariado e a população como um todo que necessite se locomover para centros maiores, como Curitiba, São Paulo, Florianópolis etc., na maioria das vezes viaja com

²¹³ A companhia NHT Linhas Aéreas pertencia à holding JMT de Santa Maria - RS, comandada pelo empresário Pedro Teixeira, foi vendida em 2012 para o Grupo Acauã do empresário Jorge Barouki com base em Balneário Camboriú, e passando a se chamar Brava Linhas Aéreas (Revista Amanhã).

seu próprio automóvel para a cidade de Chapecó²¹⁴, e deste centro se utiliza do aeroporto, destacando ainda que, se as passagens forem compradas com antecedência (via internet) o preço sai razoavelmente em conta, isso se compararmos aos preços das passagens aéreas que estavam sendo praticadas pela empresa que atuava em Francisco Beltrão.

Assim, devido a este fato, podemos falar que a centralidade de Francisco Beltrão está ligada diretamente com Chapecó, principalmente no que tange aos serviços de transporte aéreo, pois como já afirmamos, vários empresários se utilizam deste serviço, além das Universidades Estaduais e Federais que de tempos em tempos necessitam trazer professores de outras instituições para ministrarem palestras e comporem bancas de concurso e de defesas de dissertações de mestrado. Só destacando aqui, mais uma razão para as mobilizações dos empresários junto aos representantes políticos da região para a construção do Aeroporto Regional do Sudoeste do Paraná, este que servirá a todos centros das redes de Francisco Beltrão e de Pato Branco, porém pelas pesquisas realizadas, uma das alternativas seria a instalação do mesmo no centro urbano de Renascença (localizada entre Francisco Beltrão e Pato Branco), abrangendo assim, uma demanda regional, incentivando ainda, a geração de novos investimentos no centro local de Renascença. Porém, as problemáticas político-partidárias não levam em conta essa análise de integração regional e cada uma das duas principais centralidades da região batalham para que a construção desse aeroporto seja realizada em seu território municipal.

Esta análise por nós desenvolvida vai de encontro com as análises desenvolvidas pela Prof^a. Dr^a. Tania Maria Fresca (1990; 2004), que a denomina de re-inserção das cidades na rede urbana através da produção industrial. Deste modo, buscamos entender a rede urbana articulada à produção industrial, somando-se ainda, a dinâmica do setor terciário.

²¹⁴ Francisco Beltrão, distancia-se de Cascavel em 192 Km e de Chapecó – SC em 179 Km, em uma rodovia em melhores condições se comparado a que direciona-se para Cascavel. E, além disso, Cascavel, praticamente não possui voos regulares para os maiores centros (os voos foram desativados várias vezes nos últimos anos, por problemas na pista do aeroporto e devido estar localizado em uma área de ventos muito fortes, tanto é que igualmente como ocorre com Francisco Beltrão, Cascavel tenta instalar um aeroporto regional).

4.6 – Considerações do Capítulo

Neste capítulo, analisamos a dinâmica atual da rede urbana de Francisco Beltrão, verificando suas contemporâneas interações realizadas pelos setores secundário e terciário.

Uma das questões mais importantes foi verificar que, os centros urbanos da rede analisada, situam-se em pelo menos duas redes, a primeira estruturada pela teoria das localidades centrais (REGIC), portanto, uma rede mais rígida e sistemática, onde centros locais mantêm relações com a área rural e com os centros de sua rede e, a segunda menos rígida e estruturada por fluxos irregulares.

Deste modo, segundo o REGIC (IBGE, 2008), Francisco Beltrão polariza uma rede urbana que compreende 25 centros, porém constatamos que no que se refere às IES públicas, Francisco Beltrão expressa uma centralidade muito mais ampla do que a informada pelo mesmo REGIC. E, quando ampliamos a análise para a dinâmica do setor terciário, verificamos que as interações da rede se ampliam ainda mais, alcançando praticamente toda região Sul e Sudeste do país, sem nos esquecermos do mercado externo, responsável por encaminhar produtos para abastecer os lojistas instalados nos centros da rede.

Da mesma forma os alcances da rede se ampliam ainda mais quando analisamos a rede a partir da dinâmica do setor produtivo, pois possibilita que centros locais (de menor nível hierárquico da rede) realizem interações diretamente com centros que comandam a rede urbana nacional e, até mesmo, com o mercado externo. Valendo enfatizar que, “[...] não apenas a relação de uma nação com outras, porém até mesmo toda a estrutura interna dessa nação, depende do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

Ao analisarmos a dinâmica atual do setor produtivo, verificamos que, a rede urbana de Francisco Beltrão se torna cada vez mais complexa e à medida que se amplia a divisão territorial do trabalho, se amplia a complexidade da rede. Como demonstramos cidades locais que só mantinham relações com suas áreas rurais e com centros de sua rede, passam a realizar interações diretamente com outros países. Deste modo, encontramos uma das explicações para essa problemática, no fato de cada centro urbano situar-se em pelo menos duas redes. Uma formada pelo REGIC e outra por fluxos irregulares e não sistemáticos, expressando continuidades e descontinuidades.

Assim, a complexidade da rede está associada a divisão territorial do trabalho, engendrada por ações, intervenções e estratégias de atores

econômicos locais, políticos, sociais, sem esquecer da elite local. Deste modo, quando se estabelece uma nova divisão territorial do trabalho, seja pelo aumento das atividades produtivas (agropecuárias e/ou industriais), ou pela ampliação do setor terciário (comércio e/ou prestação de serviços), desenvolvem-se novas interações, com ampliação do alcance de fluxos de todas as ordens, configurando-se assim uma nova rede urbana, ou melhor, centros urbanos passam a participar de outras redes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho analisou a dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão, apresentando a formação sócio-espacial do Sudoeste paranaense, a gênese dos centros da rede e as transformações suscitadas até os anos 1980 e no decorrer dos anos 1990, além de uma análise mais atenta da dinâmica atual da rede.

Através da pesquisa realizada e apresentada por meio dos capítulos, chegamos a um entendimento da problemática. No entanto, aqui não se trata de conclusões propriamente ditas, mas sim de considerações, visto que o tema da rede urbana determina várias outras investigações e análises, no sentido de arrematar as lacunas perdidas no decorrer deste estudo, e, devido, este processo ser dinâmico, ele está em constante transformação, que suscitam descontinuidades (a rede está constantemente se modificando, onde o velho dá lugar ao novo e, em muitos casos os dois convivem antagonicamente ao mesmo tempo).

A formação sócio-espacial dos centros da rede calcada na pequena produção mercantil foi de extrema importância para o processo de ocupação e para suscitar a gênese das cidades e do processo de industrialização, vinculados a um pequeno comércio (as conhecidas bodegas) e artesanato local (produtor de utensílios domésticos e ferramentas), além das serrarias que vieram depois e ajudaram a limpar a área, liberando-a para produção. Vale destacar que a gênese das cidades da rede ocorreu, principalmente, pela necessidade da coleta e expedição dos produtos agrícolas, somada a imprescindível distribuição de bens e serviços. A modernização da agricultura se adentrou nos municípios da região nos anos 1970, o que levou a uma ampliação no cultivo de culturas trazidas pela modernização, aumento da produtividade e inserção de todo cabedal originado com a aplicação de capital (maquinários, equipamentos, adubos, fertilizantes, sementes etc.) o que por sua vez, foi um dos fatores responsáveis pela liberação de população trabalhadora no campo, para os centros urbanos, que serviram de mão-de-obra nas indústrias e atividades do setor terciário. Deste modo, muitas atividades artesanais que eram realizadas nos estabelecimentos rurais, foram lentamente até meados dos anos 1980 se desintegrando do campo, para se transformarem em atividades industriais (divisão do trabalho), explanação realizada por Rangel (1990).

Os primeiros ramos industriais e os mais destacados até o momento foram o madeireiro e mobiliário, as indústrias beneficiadoras de carne de aves e as confecções.

A rede urbana estruturada até os anos 1980 produziu interações em sua grande maioria com os centros da região Sudoeste do Paraná e Oeste Catarinense, além de alguns poucos produtos que eram comercializados com Curitiba e São Paulo. Mas se lembrarmos que grande parte das matérias-primas adquiridas pelo setor produtivo e das mercadorias para o abastecimento dos comerciantes instalados na rede provinham de atacadistas de São Paulo, Curitiba, Ponta Grossa, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, etc., conseguimos ampliar os alcances da rede.

Mas, foi somente na década de 1990 que o setor produtivo galgou maior impulso, começou a realizar exportações de seus produtos e a trazer matérias-primas importadas para suas instalações. Além disso, foi um momento de dificuldades para a indústria com as mudanças econômicas que tivemos com o “Real”, a abertura econômica, a invasão de produtos chineses, coreanos etc. no mercado, o que por sua vez, ampliou a concorrência e forçou os industriais a se reestruturarem, implantando melhorias contínuas nas matérias-primas, mão-de-obra, máquinas, equipamentos etc. (melhoria no produto final) e, no processo de comercialização a reestruturação se deu no sentido de ampliar a quantidade de vendas com redução da rentabilidade.

Nessa década os alcances da rede se ampliaram, atingindo, sobretudo, centros da região Sul do país e Sudeste. Através da aquisição dos artigos para abastecer as lojas dos comerciantes e das matérias-primas para produção industrial. Ainda, verificamos uma ampliação do número de indústrias que produziam e encaminhavam seus artigos para cidades da região Sudoeste paranaense e Oeste catarinense, mas, nessa época, já haviam indústrias que encaminhavam seus produtos para centros distantes, como Curitiba, São Paulo, Santa Maria, Porto Alegre, Chapecó, Ponta Grossa, Toledo, Cascavel etc., com destaque para os produtos do setor de confecções, moveleiro, madeireiro, além do setor de TI, foi nessa década que a empresa CISS, produtora de software, localizada em Dois Vizinhos, teve um grande crescimento, vendendo seus softwares e prestando suas assistências técnicas para automação de supermercados e lojas de materiais de construção. A empresa Sadia (atual *BRF*), também era responsável pela ampliação dos fluxos de longo alcance da rede, deslocando-se seus produtos para exportações. A Galha Azul foi outra empresa que, apesar de ter realizado algumas experiências em relação a exportações de seus produtos na década de 1980, ganhou forte destaque na exportação a partir dos anos 1990; outra empresa que ampliou seu processo de exportação nos anos 1990 foi a Camilotti Camiddor.

A rede urbana de Francisco Beltrão na atualidade apresenta-se complexa e diversificada, fato ocasionado via acontecimentos históricos estruturados em sua formação e estruturação, somados a sua participação na divisão territorial do trabalho. Participando da complexidade desta divisão mediante a produção agroindustrial, soja, milho, trigo, aves, ovos, suínos entre outras produções de menor valor suscitado. Estas atividades foram implantadas e ampliadas a partir do terceiro quartel dos anos 1960 e, sobretudo, no decorrer dos anos 1970, via governo federal, através do SNCR e ampliação de órgãos extensionistas e de pesquisas científicas (vide Embrapa), o que contribuiu para uma efetiva modernização da agricultura e/ou inserção do capitalismo na agricultura nas áreas rurais da rede. Essa modernização contribuiu para que já nos anos 1960, fosse fundada a COASUL em São João, a maior cooperativa agroindustrial presente na rede, que por sua vez, contribuiu para que atualmente esse centro local passasse a manter relações com outros centros da rede a partir de seus cooperados e entrepostos instalados, além de relações estabelecidas diretamente com o mercado externo (vale destacar que a COASUL possui atualmente um frigorífico de abate de aves e a distribuição de seus produtos alcança todos os Estados do território nacional e alguns países da América Latina, Central, África e Europa). Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, a partir da empresa *BRF* também mantêm relações com os centros da rede, sobretudo com seus integrados, responsável pela engorda de perus e frangos e com a mão-de-obra utilizada na indústria que provem de centros adjacentes a Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, somando-se ainda interações realizadas através da aquisição de matérias-primas (farelo de soja do Mato Grosso, embalagens de SP e SC, etc.), e relações mantidas com o mercado externo na aquisição de maquinários e no encaminhamento dos produtos. Somam-se a estas empresas a Galha Azul Avícola de Francisco Beltrão e a Pluma Agro Avícola de Dois Vizinhos.

Essa observação que acabamos de mencionar passou a se desenvolver, sobretudo nos anos 1980, quando ocorre uma descontinuidade, novas culturas se dinamizam, nascem novas indústrias e empresas do setor terciário, porém a dinâmica dessas relações se amplia nos anos 1990. Os centros da rede urbana como um todo passaram a ampliar e diversificar suas atividades produtivas no decorrer dos anos 1990 e, atualmente os alcances da rede se ampliaram ainda mais, sobretudo quando falamos em mercado externo, destacando as relações de importação e exportação mantidas com a Argentina e com a China. As empresas do setor moveleiro, vestuário, alumínio e

alimentos, por exemplo, distribuem seus produtos em todas as regiões brasileiras, destaque para os produtos da GAAM e Ghelphus de Ampère e MTA de Marmeleiro, que são comercializados por vários sites de empresas que atendem o mercado consumidor nacional.

Na verdade a rede urbana de Francisco Beltrão apresenta sua gênese e formação até a década de 1980, estruturada segundo Corrêa (1970) por um padrão de tipo christalleriano e, a partir da década 1990, apresentou uma transformação calcada em uma maior dinâmica urbana, vinculada através da ampliação dos setores de comércio e de prestação de serviços, somando-se ainda, a transformações estabelecidas pela divisão territorial do trabalho, através do aumento do setor produtivo, aliado ao aumento de suas produções e de seus fluxos. Portanto, a rede urbana deixa de ter um padrão christalleriano para torna-se mais complexa, levando em conta o setor produtivo que faz o alcance da rede se ampliar.

A forma espacial da rede, só atinge sua plenitude, isto é, só termina seu processo de estruturação, no final da década de 1990, quando se verifica a fundação dos últimos núcleos urbanos do Sudoeste paranaense. A formação e estruturação da rede urbana caracterizou-se por dar condições efetivas para que a ocupação do território se concretizasse e por desempenhar funções tanto ligadas à produção (agrícola e industrial), como vinculadas ao fornecimento de bens e serviços à sua população.

Conforme, a última pesquisa REGIC (IBGE, 2008), Francisco Beltrão polariza uma rede urbana que compreende 25 centros, porém constatamos que, no que se refere às IES públicas, Francisco Beltrão expressa uma centralidade muito mais ampla do que a informada pelo mesmo REGIC. E, quando ampliamos a análise para a dinâmica do setor terciário, verificamos que as interações da rede se ampliam ainda mais, alcançando praticamente toda região Sul e Sudeste do país, sem nos esquecermos do mercado externo, responsável por encaminhar produtos para abastecer os lojistas instalados nos centros da rede.

Da mesma forma os alcances da rede se ampliam ainda mais, como já enfatizamos, quando analisamos a rede a partir da dinâmica do setor produtivo, pois possibilita que centros locais (de menor nível hierárquico da rede) realizem interações diretamente com centros que comandam a rede urbana nacional e, até mesmo, com o mercado externo. Valendo enfatizar que, “[...] não apenas a relação de uma nação com outras, porém até mesmo toda a estrutura interna dessa nação, depende do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

Ao analisarmos a dinâmica atual do setor produtivo, verificamos que, a rede urbana de Francisco Beltrão se torna cada vez mais complexa e à medida que se amplia a divisão territorial do trabalho, se amplia a complexidade da rede. Uma das explicações para essa problemática, esta no fato de cada centro urbano situar-se em pelo menos duas redes. Uma formada pelo REGIC e outra por fluxos irregulares e não sistemáticos, expressando continuidades e descontinuidades.

Outro componente central da dinâmica atual da rede, diz respeito ao fato de que, uma parcela de seu desenvolvimento mantém ligações próprias com as especificidades de sua formação sócio-espacial, que nos permitem melhor compreender as determinações que atuam na construção das particularidades da rede. Pois, como verificamos a rede tem sua formação sócio-espacial calcada na pequena produção mercantil de onde saíram parte dos industriais, comerciantes e prestadores de serviços. Mas, o que na realidade interessa é destacar que, a dinâmica da rede está ligada diretamente com a força dos empreendedores de capital local/regional. Assim, se não fosse a “ousadia” e desprendimento de alguns atores econômicos locais a rede não teria o mesmo dinamismo apresentado atualmente. Acrescentamos ainda que, desde a formação de Francisco Beltrão a elite local e política vêm desenvolvendo ações e estratégias para que esta se mantenha com o maior nível hierárquico entre os centros de sua rede.

Vale considerar que, em grande parte das cidades locais, não se verifica o desenvolvimento de novas funções especificamente urbanas como as atividades industriais e a prestação de serviços especializados. Seu papel nos últimos anos restringe-se basicamente a fornecer a população local bens e serviços necessários para satisfazer suas demandas vitais de sobrevivência e reprodução. Sendo que, os serviços especializados, a exemplo da área médico-hospitalar, são buscados por seus moradores nas cidades com maiores níveis hierárquicos, sobretudo Francisco Beltrão, lembrando que o deslocamento, especificamente para os serviços de saúde são custeados pelas prefeituras municipais.

Esta análise por nós desenvolvida vai de encontro com as análises desenvolvidas pela Prof^a Dr^a. Tania M. Fresca (1990; 2000), que a denomina de re-inserção das cidades na rede urbana através da produção industrial. Deste modo, buscamos entender a rede urbana articulada à produção industrial, somando-se ainda a dinâmica do setor terciário.

Outro fato importante é que, duas perguntas desta tese, diziam respeito aos estudos do IPARDES “*Os Vários Paranás*”, que dava conta de que o Sudoeste do Paraná era considerado como um espaço de

mínima relevância e socialmente crítico e, além disso, a região Sudoeste era distinguida por possuir um único vetor de desenvolvimento, o setor têxtil. Neste trabalho apesar de não analisarmos a mesorregião como um todo, somente a área formada pela rede urbana de Francisco Beltrão, respondemos através dos capítulos com uma recusa para estas duas questões. Até porque com toda essa dinâmica apresentada pela rede urbana, não podemos cogitar em avaliar que o Sudoeste seja um espaço considerado de relevância mínima e/ou como socialmente crítico e nem mesmo que apenas o segmento de confecções represente o vetor de desenvolvimento da região, pois verificamos, por exemplo, que somadas ao setor de confecção, a indústria de alimentos (onde se incluem os laticínios, as unidades avícolas, etc.), o segmento moveleiro e de alumínio, representam juntas os principais vetores de desenvolvimento.

Aqui gostaríamos de destacar também que, para que ocorra um desenvolvimento econômico regional pleno ou ao menos satisfatório, existe a necessidade daquilo que Ignácio Rangel falava, “existe a necessidade de bons projetos”, ou seja, bons projetos para cada centro da rede, aliando política com a elite local, seja ela comercial, industrial ou rural, formando-se assim, um pacto local de poder, visando a união de forças para buscar apoio no governo estadual e federal para aquisição das mais variadas verbas.

Por exemplo, a construção de um aeroporto regional do Sudoeste do PR, edificado fora dos dois centros polarizadores de rede urbana (Francisco Beltrão e Pato Branco), não causaria problemas na economia destes centros, mas poderia dinamizar a economia de outros centros. Um dos problemas que ainda impera nos centros urbanos é querer receber todas as benesses governamentais e empresariais, mas a questão é que para a rede e/ou a região se desenvolver, o caminho passa pela integração intermunicipal e não pela concentração de investimentos públicos e privados nos centros de mais alto nível hierárquico. Por exemplo, a instalação dos campus da UFFS em Realeza e da UTFPR em Dois Vizinhos, ajudaram a ampliar a dinâmica destas localidades, deixando de concentrar tudo em Francisco Beltrão e/ou Pato Branco. Do mesmo modo a instalação de um possível Aeroporto Regional de passageiros e de cargas em Renascença (como já existe projeto), atrairia um desenvolvimento não apenas para esse centro, como para toda a região, pois as áreas equipadas com melhores infraestruturas (sistemas de engenharia) possuem, via de regra um maior poder de atração e estímulo à instalação de novas unidades produtivas, destacando que as lógicas do capital operam em busca de combinações geográficas vantajosas para a reprodução e acumulação.

Mao Tsé-Tung disse uma vez que um grande estadista seria aquele que acertasse no mínimo 70%, ou seja, poderia errar 30% que mesmo assim seria um grande estadista. Desta forma, corroboramos da ideia desse grande líder, ou seja, se tivermos acertado no mínimo 70% nesse trabalho, mesmo com essa margem de erro, acreditamos ter ao menos contribuído para o debate e avanço da ciência geográfica. Trabalho de pesquisa este, que poderemos continuar a desenvolver pelo resto de nossa carreira, pois existe muito ainda a ser analisado.

REFERÊNCIAS

ABEF- Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos. **Relatório Anual**, 2000, 59p.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: O Sudoeste paranaense**. 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), USP – São Paulo.

ACAMSOP, Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná **Sudoeste luta pelo ramal da Ferroeste**. Disponível em <<http://www.acamsopm14.org.br>>. Acesso em 18/07/2008.

_____. **Reunião da Ferroeste em Chapecó supera expectativa**. Disponível em <<http://www.acamsopm14.org.br>>. Acesso em 18/07/2008.

AEN, Agência Estadual de Notícias do Paraná. **Ferroeste pode ser expandida até o Sudoeste do Paraná e Oeste de SC**. Disponível em <<http://www.aenoticias.pr.gov.br>>. Acesso em 16/09/2008.

ALEXANDER, John W. Conceito Básico – Não Básico das Funções Econômicas Urbanas. **Boletim Geográfico**, n. 203, ano 27, p.34-50, março/abril, 1968.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1995.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930/1975. Londrina: Ed. UEL, 1998.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. Trad. Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 1996.

BASTOS, José Messias. **Comércio de Múltiplas Filiais em Florianópolis**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGeo-UFSC, 1996.

BERNARDES, Lísia Maria Cavalcanti. O problema das “frentes pioneiras” no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, a.15, n.3, jul./set., 1953.

_____. **O Rio de Janeiro e sua Região**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG IBGE, 1964.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, a.14, n.4, out./dez., 1952.

BERRY, B. Cidades como sistemas dentro de Sistema de Cidades. In: FAISSOL, S. (Org.) Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____.; HORTON, F. E. Geographic perspectives on urban systems. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1970.

BESSA, Kelly. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro: Convergências e Divergências entre Uberaba e Uberlândia.** Uberlândia: [s.n.], 2007. 348p.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; CASTRO, Márcio H. M. Contribuições de Ignácio M. Rangel ao Pensamento Econômico Brasileiro. In: RANGEL, Ignácio. **Economia Brasileira Contemporânea.** São Paulo, Bional, 1987.

BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

BRAUDEL, Fernand. As Cidades. In: BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV, XVIII.** Vol. 1 – Estruturas do Cotidiano: O possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 439-465.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Modernização incompleta e pactos políticos no Brasil. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (Org.) **Lições da década de 80.** São Paulo: Edusp: GENEBRA: UNRISD, 1995. p. 105-133.

BRUNA, Gilda Colet; STEINBERGER, M. (Org.). **Avaliação do programa nacional de cidades de porte médio e revisão de critérios de seleção das referidas cidades.** São Paulo, FAU/USP 19 v., 1984.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.** 4ª ed.. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998.

_____. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil – 1970-2005.** São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos (part. 1). **Boletim Geográfico.** Rio de Janeiro: IBGE, n.179, p. 139-145. 1964. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 05/08/2008.

_____. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos (part. 2). **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n.180, p. 267-276. 1964. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 05/08/2008.

CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1966.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 93-116, out./dez. 1967. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 07/06/2007.

_____. O sudoeste paranaense antes da colonização. **RBG**, v.32, n.1, p. 87-98, jan./mar. 1970a. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 07/06/2007.

_____. Cidade e Região no Sudoeste Paranaense. **RBG**. v.32, n. 2, p. 3-155. 1970b. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 07/06/2007.

_____. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 61-83, jan./mar. 1988. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 08/06/2007.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. 96p.

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.15-47.

_____. **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. RJ: Bertrand Brasil, 1997 a. p. 279-318.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p. 43-52, jan./jun. 1999a.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999b.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, v. 1, n.1, p.65-78, 2004.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.

COSTA, Wanderley. Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CROCETTI, Zeno Soares. Formação Sócio-Espacial do Paraná. 2012. 355f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia UFSC, 2012.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades. **Boletim Geográfico**, v.2, n. 14, p. 141-148, maio, 1944.

_____. Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades II. **Boletim Geográfico**, v.2, n. 15, p. 299-308, maio, 1945.

DELFIN NETTO, Antônio. O Desemprego é a âncora do Real. In: MINEIRO, Adhemar dos Santos; FURTADO, Celso; ELIAS, Luiz Antônio; BENJAMIN, César. **Visões da Crise**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. 199p. p.141-159.

_____. **Crônica de um debate interdito**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

DELGADO, Guilherme Costa. Cesta Básica: o que há de novo na regulação dos mercados agrícolas. In: BELIK, Walter; MALUF, Renato S. (Org.). **Abastecimento e Segurança Alimentar: Os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. p. 65-76.

DOWBOR, Ladislau. **A crise financeira sem mistérios: Convergências dos dramas econômicos, sociais e ambientais**. Disponível em <<http://dowbor.org/2009/07/a-crise-financeira-sem-misterios-fev-2009-atualizacao-jul-2009-pdf-2.html>>. Acessado em 18/02/2010.

ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil Agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Savério; BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar (Org.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.279-304.

ESPÍNDOLA, Carlos José; SILVA, Marcos Aurélio da. Formação Sócio-Espacial: um referencial aos estudos sobre industrialização (notas). **Experimental**, São Paulo, n. 3, p. 61-67, setembro, 1997.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne do Sul do Brasil**. 2002. Tese. 261f. (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____ ; BASTOS, José Messias. Reestruturação agroindustrial e comercial no Brasil. **Cadernos Geográficos**, n.9, março, 2005. 71p.

FAISSOL, S. As grandes cidades brasileiras: dimensões básicas de diferenciação e relação com o desenvolvimento econômico. Um estudo de análise fatorial. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 87-130, 1970.

_____. **Urbanização e regionalização**: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

FIRKOWISK, Olga Lucia C. de Freitas. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH - USP, São Paulo.

FLORES, Edson Luiz. **Industrialização e desenvolvimento no Sudoeste do Paraná**. 2009. 226f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNIOESTE – Francisco Beltrão.

FRESCA, Tania Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista**. 1990. 281f. Dissertação (Mestrado em Geografia) PPGG, UFSC, Florianópolis.

_____. **Transformações da rede urbana do Norte do Paraná**: estudo comparativo de três centros. 2000. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. **Geografia** (Londrina), v. 10, n.1, p.27-34, jan./jun. 2001.

_____. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004. 403p.

_____. Pequenas cidades de rede urbana norte-paranaense e especialização em produção industrial: Re-inserções complexas. **Anais... EGAL – Encontro de Geógrafos da América Latina**. Montevideú/Uruguai, 2009. Disponível em <<http://egal2009.easyplanners.info/>>. Acesso em 09/10/2009.

_____. Centros locais e pequenas cidades: distinções necessárias. **Anais... ENG – Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010. Disponível em <<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/index.html>>. Acesso em 01/10/2010.

_____. Rede Urbana e Divisão Territorial do Trabalho. **Geografia** (Londrina), v.19, n.2, 2010b. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>>. Acesso em 05/07/2012.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. A Revolução quantitativa na Geografia e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 05-22, 1970.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

GRAZIANO DA SILVA, Jose. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

_____. Prefácio – Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil: uma introdução à obra de Ignácio Rangel. In.: RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (p. 7-37).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico - 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

_____. **Censo demográfico - 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. **Censo demográfico – Paraná – 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. v. 1. Tomo 14.

_____. **Esboço preliminar de divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados**. Rio de Janeiro, 1967.

_____. Subsídios à Regionalização. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

_____. **Censo demográfico - 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972. 110p.

_____. **Censo agropecuário – Paraná: VIII recenseamento geral – 1970**. v. 3, t. 19. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Censo demográfico - 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo demográfico, mão-de-obra - 1980**. v. 1, t. 5, nº 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

_____. **Regiões de influência das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. **Censo demográfico – Paraná – 1991.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo demográfico – Paraná – 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Regiões de influência das cidades 1993.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000b. 230p. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 28/03/2007.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201p. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em 12/10/2008.

_____. **Censo demográfico – 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acessado em 12/06/2011.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego: Série Histórica.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Projeto de regionalização administrativa.** Curitiba: IPARDES, 1976. v.2.

_____. **O Paraná: economia e sociedade.** Curitiba: IPARDES, 1982. 71p.

_____. **Nova configuração espacial do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 1983. 140p.

_____. **Econômico e Social. Crescimento, reestruturação e competitividade industrial no Paraná: 1985-2000.** Curitiba: IPARDES, 2002. 84p.

_____. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses.** Curitiba, 2004.

_____. **Os vários Paranas: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional.** Curitiba, 2005.

_____. **Os vários Paranás:** identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba, 2006.

_____. **Arranjo Produtivo local de software de Pato Branco, Dois Vizinhos e Região Sudoeste:** estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2006b. 38p.

_____. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná:** relatório de pesquisa APL de Confeccões do Sudoeste. Curitiba: IPARDES, 2006c. 24p.

_____. **Caracterização socioeconômica da atividade leiteira no Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2008. 187p.

_____. **Comentários sobre os resultados do REGIC 2007.** Curitiba: IPARDES, 2009. 34p.

_____. **Dinâmica urbana dos Estados:** Estado do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2010. 49 p. (Projeto Dinâmica Urbana dos Estados – Acordo de cooperação técnica IPARDES, IPEA).

IPEA. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil.** Brasília: IPEA, 2002.

JOFFILY, José. **Londres – Londrina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JORNAL DE BELTRÃO. Marel Indústria de móveis comemora 41 anos de atividades em Francisco Beltrão. Publicado em 10/05/2008. **Jornal de Beltrão.** Disponível em <http://www.jornaldebetrão.com.br/negocios/marel-industria-de-moveis-comemora-41-anos-de-atividades-em-francisco-beltrao-32365/>. Acessado em 10/06/2012.

_____. Pedro Flessak Filho: há 67 anos trabalhando com energia (elétrica). Publicado em 20/03/2010. **Jornal de Beltrão.** Disponível em <http://www.jornaldebetrão.com.br/geral/pedro-flessak-filho-ha-67-anos-trabalhando-com-energia-eletrica-48043/>. Acessado em 22/06/2010.

_____. Indústria Beltronense produzirá usinas eólicas. Publicado em 22/08/2012. **Jornal de Beltrão.** Disponível em <http://www.jornaldebetrão.com.br/geral/industria-beltronense-produzira-usinas-eolicas-77512/>. Acessado em 23/08/2012.

_____. Da araucária nasceram os primeiro lares dos pioneiros. Publicado em 13/05/2013. Reportagem assinada por TESSER, Lígia. **Jornal de Beltrão**. Disponível em <<http://www.jornaldebeltrao.com.br/geral/da-araucaria-nasceram-os-primeiros-lares-dos-pioneiros-113964/>>. Acessado em 13/05/2013.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRÜGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé**. Curitiba: Posigraf, 2004.

LEÃO, Igor Zanoni C. C. QUATRO visões sobre o Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.7, n.2, p.3, fev. 1985.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

_____. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980b.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: 1982. 402 p.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. A economia Paranaense nos anos 80. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 12, n. esp., p.02-04, 1990.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, n.50, março de 1976.

_____. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: SANTOS, Milton (Org.) **Novos rumos para a geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988, p.203-208.

_____. A Geografia e “A Formação Social como Teoria e como Método”. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. (Org.) **Mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.198-206.

_____. Imperialismo, universidade e pensamento crítico. **Coleção Princípios**, n.71, 2003. Disponível em <http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=180&id_indice=1339>. Acesso em 20/09/2011.

_____. **Estudos de Geografia Industrial e Pensamento Geográfico**. 2005. Tese (Livre Docência) USP, São Paulo.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; et al. (Org.) **A cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Rubens S. **Entre jagunços e posseiros**. Francisco Beltrão: Edição do autor, 1986.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. (Os economistas).

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **A ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846**. Trad. Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 643p.

MATOS, Ralfo (Org.) **Espacialidades em Rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MAZZOCHIN, Marinez da Silva. **Indústria madeireira mundial e brasileira: O Caso Paranaense**. 2010. 202f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão, 2010.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **A Geografia Econômica do Setor Agroalimentar Brasileiro: Investimentos, Recursos Ociosos e Dinâmica Cíclica (1990-2007)**. 2009. 247f. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH – USP, São Paulo, 2009.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. **Boletim Geográfico**, a.1, n. 7, p. 7-29, maio, 1943.

_____. **Pionners et Planteurs de São Paulo**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

_____. **Resumo da Geografia Econômica do café**. Boletim Geográfico, a.12, n. 122, p.276-287, set./out., 1954.

_____. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difel, 1957.

_____. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. **RA'E GA**, Curitiba, n.8, p.33-44, 2004.

_____. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 2009. 249f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

_____ et. al. O Estado do Paraná no Censo 2010. **Boletim do Observatório das Metrôpoles**. Curitiba, 2011. Disponível em http://web.observatoriodasmetrôpoles.net/download/PR_Censo2011.pdf. Acesso em 2012

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS – Relação Anual de Informações Sociais**, diversos anos. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>>. Acesso em 20/06/2010.

MÜLLER, N. L. Evolução e estado atual dos estudos de geografia urbana no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 209, p. 28-64, mar./abr. 1969.

PARANÁ. Governo do Estado. Coordenação do Planejamento Estadual. **PDU – Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná**. Curitiba, 1973.

PEGORARO, Ivo A. **Sudoeste político: Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e deputados do Sudoeste do Paraná, de 1879 a 2010**. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2010. 256p.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **A classificação funcional das cidades e sua evolução: aplicação do método das exigências mínimas, de Ullman e Dacey ao estudo da evolução das funções urbanas e da classificação funcional das cidades do Estado de Santa Catarina**. 1974. 196f. Tese. (Livre Docência em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **A Geografia e as Bases da Formação Nacional Brasileira: uma Interpretação Fundamentada nas Ideias de Ignácio Rangel**. 1997. Tese. Doutorado em Geografia. USP – FFLCH, 1997.

_____. A geografia e as bases da formação nacional brasileira. **Alcance (Ciência Política e Ciências Sociais)**. Itajaí, A. V, n. 3, p. 30-37, Jul./Dez., 1998.

_____. A Revolução de 30: um marco do passado, uma referência para o presente. **Alcance (Ciência Política e Ciências Sociais)**. Itajaí, A. VIII, n. 4, p. 113-120, Agosto, 2001.

PIZZO, Maria Rosário. Rangel e a concessão de serviços públicos à iniciativa privada. In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1997, p.104-118.

RANGEL, Ignácio. **El Desarrollo Económico en Brasil**. CEPAL, Santiago do Chile, 1954. 167p.

_____. **A questão agrária brasileira**. Recife: Condepe, 1962.

_____. **A inflação brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1963. (Coleção Brasil Hoje – 1).

_____. *Recursos ociosos e política econômica*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-34, out./dez., 1981. Disponível em <<http://www.rep.org.br/>>. Acesso em 09/03/2009.

_____. Ciclo, tecnologia e crescimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 3 (2), p. 31-42, 1983.

_____. **Economia: Milagre e Anti-Milagre**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bional, 1990. 125p.

_____. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Prefácio e organização de José Graziano da Silva. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. (vol.1 e vol.2).

REZENDE, Cyro. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2002.

RIBEIRO, M. A. C. **A complexidade da rede urbana amazônica: três dimensões de análise**. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROCHFERT M. Determination des types de villes d'un reseau urbain – méthode d'analyse de la population active. In UGI (Union Géographique Internationale). *Les comptes rendus du XVIIIe Congrès International de Géographie*. Rio de Janeiro: UGI, Comité du Brésil, 1959, III, p.426-431.

_____. Métodos de estudos das redes urbanas: interesse da análise e do setor terciário da população ativa. **Boletim Geográfico**, a. 19, n. 160, p. 3-19, jan./fev., 1961.

_____; HAUTREUX, J. **La fonction régionale dans l'armature urbaine française**. Paris: Ministère de la Construction et de l'Equipement, 1963. 230 p

SAMPAIO, Fernando dos Santos; BROIETTI, Marcos Henrique; MEDEIROS, Marlon Clovis. Dinâmica Capitalista na Agricultura Brasileira: acumulação e relações de trabalho. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis, UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências, n. 11, maio, 2005. 78p.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. As cidades locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina. In: SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979b.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Cidades locais no terceiro mundo: o caso da América Latina. In: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SEAB, Secretária de Estado da Agricultura e do Abastecimento do PR; DERAL, Departamento de Economia Rural do Paraná. Leite. **Cultura -**

Análise da Conjuntura Agropecuária, 2012-2013. Disponível em <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/leite_2012_13.pdf>. Acessado em 09/12/2013.

SECEX, Secretária de Comércio Exterior; MDIC, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Estatística da balança comercial brasileira, municípios. Vários anos. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/sistema/balanca/>>. Acesso em 10/10/2013.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil.** São Paulo: Scipione, 1999.

SERENI, Emílio. De Marx a Lenin: la categoria de “formación económica - social”. **Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 13, p. 5-53, 1971.

SILVA, Marcos Aurélio da. O processo de industrialização no Sul do Brasil. **Cadernos Geográficos.** Florianópolis. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências, n.15, maio, 2006. 63p.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil.** 2003. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP – Presidente Prudente.

SINVEPAR. Arranjo Produtivo Local moda Sudoeste do Paraná. 2005. Disponível em <<http://www.sinvespar.com.br>>. Acessado em 05/05/2009.

SPOSITO, Maria E. Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F.; SEABRA, O. C. de L. (Org.). **O Espaço no fim de século: a nova raridade.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A economia paranaense: 1985-1998.** 2001. 185f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970-2000,** Maringá, EDUEM, 2006.

UGI (Union Géographique Internationale). **Les comptes rendus du XVIIIe Congrès International de Géographie.** Rio de Janeiro: UGI, Comité du Brésil, 1959. <<http://www.igu-online.org/site/>>.

ULLMAN, E. L.; DACEY, M. F. **El método de las necesidades mínimas em el estudio de la base econômica urbana, em classificação Funcional das Cidades.** Textos Básicos. 2, Comissão de Geografia, Instituto Panamericano de Geografia e História, Rio de Janeiro, 1969.

VASCONCELOS, José Romeu de; CASTRO, Demian. Paraná: economia, finanças públicas e investimento nos anos 90. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, nº 624). 44p.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma análise empírica. **Texto para discussão n. 1273**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2007. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 01/04/2010.

VIEIRA, M. G. E. de D.; PEREIRA, R. F. do A. Formações Sócio-Espaciais Catarinenses: nota preliminar. **Anais... Congresso de História e Geografia de Santa Catarina.** Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná.** Curitiba: Vicentina, 1977.

WESTPHALEN, C. M. et.al. Nota Prévia à Ocupação da Terra no Paraná Moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná – Curitiba.** 1958.

ZENI, Isolete Gorges. **Evolução da Agroindústria Alto Alegre de Verê - PR.** 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão da Qualidade na Tecnologia de Alimentos) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, 2011.

ZÓRTEA, A. J. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida:** homenagem aos pioneiros. São Paulo: Juriscredi, 1975.

SITES CONSULTADOS:

<http://cnes.datasus.gov.br/>

<http://folem.hospedagemdesites.ws/empresa.asp>

<http://franciscobeltrao.pr.gov.br/>

<http://sanrafael.gaud.com.br/institucional.htm>

<http://www.cidades.ibge.gov.br>

<http://www.ciss.com.br/>

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sistema/balanca/>

<http://www.dimare.com.br/empresa.php>
<http://www.frangobello.com.br/>
<http://www.frangoouro.com.br/>
<http://www.gaam.com.br/>
<http://www.ghelplus.com.br/>
<http://www.grupolatreille.com.br/>
<http://www.ipeadata.gov.br/>
<http://www.krindges.com.br/>
<http://www.laticinioaltoalegre.com.br/>
<http://www.maisfrango.com.br/>
<http://www.marel.com.br/>
<http://www.plantanense.com.br/site/>
<http://www.plumaagroavicola.com.br/>
[http://www.racoescolina.com.br/.](http://www.racoescolina.com.br/)
<http://www.redeforte.com/site/>
<http://www.revistaplace.com.br>
<http://www.superitalo.com.br/>
<http://www.unioeste.br/campi/beltrao/>
<http://www.utfpr.edu.br/franciscobeltrao>
www.alumiglass.com.br
www.artetilica.com.br
www.blum.com
www.cinex.com.br
www.finotoc.com.br
www.ompdobrasil.com.br
www.zendesign.com.br

ANEXO 1

**ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E POPULAÇÃO
OCUPADA NA INDÚSTRIA (1990 – 2000)**

Cidades da Rede de Fco. Beltrão	Extrativa Mineral			Prod. Mineral ã Met.			Ind. Metalúrgica			Indústria Mecânica			Elétrico e Comunic.			Material de Transp.			Madeira e Mob.		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Ampére	0	0	0	1	1	2	3	3	6	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6	17	21
Barracão	0	0	0	2	1	1	0	0	4	0	0	2	1	1	1	0	0	0	2	4	3
Boa Esperança do Iguaçu		0	0		1	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0
Capanema		1	2		0	3		2	3		0	1		0	0		0	1		7	13
Cruzeiro do Iguaçu		0	0		0	1		0	1		0	0		0	0		0	0		0	0
Dois Vizinhos	1	0	0	6	6	7	5	10	10	4	1	6	0	1	1	1	2	1	10	8	7
Enéas Marques	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Flor da Serra do Sul		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0
Fco. Beltrão	3	4	3	10	10	14	16	22	29	6	4	8	2	1	0	4	1	5	44	47	51
Itapejara d'Oeste		0	0		0	0		1	2		0	0		0	0		0	0		0	2
Marmeleiro	0	0	0	2	1	0	2	1	5	3	1	1	0	1	1	0	0	0	10	15	14
Nova Esperança do Sudoeste		0	0		0	0		0	1		0	0		0	0		0	0		0	0
Nova Prata Iguaçu		0	0		1	1		2	3		0	0		0	0		0	0		1	3
Pérola d'Oeste		0	0		2	1		1	1		0	0		0	0		1	1		5	3
Pinhal de São Bento		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0
Planalto		0	0		0	1		1	3		0	0		0	0		0	0		6	6
Pranchita		0	1		3	3		1	2		0	0		0	0		0	0		3	3
Realeza	1	0	0	3	3	4	1	3	5	2	1	0	1	1	1	1	0	1	10	12	10
Renascença	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6	4	7
Salgado Filho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	5	4
Salto Lontra	0	1	0	3	2	3	2	3	3	0	0	1	0	1	0	0	0	0	3	6	6
S ^{ta} Izabel W	0	0	0	2	1	2	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	4	8
S ^{ta} A. do SW	0	0	0	1	2	3	2	2	3	0	0	0	0	1	2	0	0	0	9	9	5
São J. d'W	0	1	1	1	2	2	3	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	6
Verê	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	6
Total	5	7	7	32	37	49	36	52	88	16	7	21	4	7	6	6	4	10	120	164	179

Continua...

Continuação...

Cidades da Rede de Fco. Beltrão	Papel e Gráfica			Indústria Têxtil			Alimentos e Bebida			Construção Civil			Outras			Total indústria		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Ampère	0	0	1	8	11	9	0	3	4	2	0	5	2	1	1	22	36	50
Barracão	1	1	1	0	3	3	0	0	3	3	5	6	0	0	1	9	15	25
Boa Esp. do Iguaçu		0	0		0	0		0	2		0	1		0	0		1	3
Capanema		2	2		6	4		6	2		10	9		2	2		36	42
Cruzeiro do Iguaçu		0	1		0	1		0	2		0	1		0	1		0	8
Dois Vizinhos	1	1	5	11	8	14	7	10	15	12	44	30	4	7	6	62	98	102
Enéas Marques	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	0	0	0	0	2	2	5
Flor da Serra do Sul		0	0		0	3		0	1		0	2		0	0		0	6
Fco. Beltrão	6	7	8	28	38	31	19	27	33	29	92	88	8	16	14	175	269	284
Itapejara d'Oeste		0	1		0	1		2	6		3	8		0	0		6	20
Marmeleiro	2	1	1	1	1	3	3	4	6	2	1	1	2	3	0	27	29	32
Nova Esperança SW		0	0		0	0		0	0		0	0		0	1		0	2
Nova Prata do Iguaçu		0	0		0	4		1	1		1	5		0	1		6	18
Pérola d'Oeste		0	0		0	0		1	2		0	0		2	0		12	8
Pinhal de São Bento		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0
Planalto		0	0		0	2		2	4		5	2		2	1		16	19
Pranchita		0	1		1	1		0	1		5	2		0	1		13	15
Realeza	1	1	1	8	6	7	2	7	6	3	11	18	2	1	1	35	46	54
Renascença	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	0	2	0	0	1	9	5	12
Salgado Filho	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	2	0	0	0	0	7	8	6
Salto Lontra	1	1	1	0	2	4	0	4	4	4	6	7	0	1	1	13	27	30
S ^{ta} Izabel W	1	1	1	0	2	5	0	2	1	1	4	0	0	1	1	8	15	22
S ^{to} A. do SW	1	1	2	6	10	22	7	6	9	4	6	10	1	1	1	31	38	57
São J. d'W	0	0	2	0	0	3	0	3	5	0	3	6	0	0	0	11	15	27
Veré	0	0	0	0	1	3	0	2	1	1	0	1	0	0	0	6	8	13
Total	14	16	28	64	89	121	38	83	113	63	198	204	19	37	34	417	701	860

Quadro 1 – Estabelecimentos industriais (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 1987, 2000; RAIS-MTE, 1990; 1995; 2000.

Obs.: para o ano de 1990 utilizou-se o REGIC publicado em 1987 para compor a rede de Francisco Beltrão e, para 1995 e 2000 utilizou-se o REGIC publicado em 2000. A diferença entre estes REGICs foi o retorno para a rede dos centros de Capanema, Pérola d'Oeste e Planalto, somada a entrada na rede de 8 centros urbanos (Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Itapejara do Oeste Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento e Pranchita).

Obs.: Algumas indústrias que fazem parte da coluna "Outras" são: *Indústria da Borracha, fumo, couros, peles, similares, Indústria de Calçados* e *Indústria Química.*

Cidades da Rede de Fco. Beltrão	Extrativa Mineral			Prod. Mineral n Met.			Ind. Metalúrgica			Indústria Mecânica			Elétrico e Comunic.			Material de Transp.			Madeira e Mob.		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Ampère	0	0	0	0	3	4	6	4	138	0	0	2	0	0	0	0	0	0	42	143	391
Barracão	0	0	0	5	5	1	0	0	15	0	0	1	5	24	24	0	0	0	4	1	5
Boa Esperança do Iguaçu		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0
Capanema		2	3		0	28		22	11		0	9		0	0		0	4		20	26
Cruzeiro do Iguaçu		0	0		0	1		0	1		0	0		0	0		0	0		0	0
Dois Vizinhos	1	0	0	46	30	59	19	46	70	19	11	42	0	4	2	3	3	3	16	24	26
Enéas Marques	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	7
Flor da Serra do Sul		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0
Fco. Beltrão	21	34	13	50	50	59	41	134	201	52	48	58	3	1	0	13	2	53	1312	1471	881
Itapejara d'Oeste		0	0		0	0		2	2		0	0		0	0		0	0		0	7
Marmeleiro	0	0	0	8	2	0	8	0	74	33	16	6	0	26	24	0	0	0	150	169	72
Nova Esperança do Sudoeste		0	0		0	0		0	1		0	0		0	0		0	0		0	0
Nova Prata Iguaçu		0	0		2	4		2	84		0	0		0	0		0	0		2	4
Pérola d'Oeste		0	0		22	1		1	1		0	0		0	0		3	4		28	6
Pinhal de São Bento		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0
Planalto		0	0		0	3		4	7		0	0		0	0		0	0		19	49
Pranchita		0	5		34	41		3	3		0	0		0	0		0	0		2	7
Realeza	3	0	0	30	30	33	6	9	10	10	7	0	5	7	16	1	0	0	182	104	81
Renascença	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	196	84	86
Salgado Filho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19	13	24
Salto Lontra	0	6	0	11	7	13	3	8	7	0	0	0	0	3	0	0	0	0	7	4	14
S ^{ta} Izabel W	0	0	0	1	3	25	0	0	4	0	0	8	0	0	0	0	0	0	15	6	20
S ^m . A. do SW	0	0	0	1	14	18	12	1	9	0	0	0	0	1	2	0	0	0	29	13	8
São J. d'W	0	3	3	7	0	5	3	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	36	63
Veré	0	0	0	0	3	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	31	131
Total	25	45	24	159	205	295	100	236	645	114	82	126	13	66	68	17	8	65	2034	2174	1908

Continua...

Continuação...

Cidades da Rede de Fco. Beltrão	Papel e Gráfica			Indústria Têxtil			Alimentos e Bebida			Construção Civil			Outras			Total indústria		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Ampère	0	0	3	350	875	1341	0	14	45	0	0	48	2	2	2	400	1041	1974
Barração	2	1	4	0	3	24	0	0	43	14	7	14	0	0	12	30	41	143
Boa Esperança do Iguaçu		0	0		0	0		0	11		0	0		0	0	0	0	11
Capanema		6	11		87	91		39	527		6	9		8	21	0	190	740
Cruzeiro do Iguaçu		0	56		0	17		0	9		0	5		0	1	0	0	90
Dois Vizinhos	9	10	88	74	163	365	2118	1058	1661	67	203	144	28	10	121	2400	1562	2581
Enéas Marques	0	0	0	0	0	0	0	1	32	0	0	0	0	0	0	3	5	40
Flor da Serra do Sul		0	0		0	29		0	0		0	1		0	0	0	0	30
Fco. Beltrão	33	57	69	179	200	475	1431	1296	1317	264	307	393	53	209	160	3452	3809	3679
Itapejara d'Oeste		0	1		0	33		123	172		6	19		0	0	0	131	234
Marmeleiro	15	6	8	1	27	51	9	12	28	11	0	1	8	59	22	243	317	286
Nova Esperança do Sudoeste		0	0		0	0		0	0		0	0		0	2	0	0	3
Nova Prata do Iguaçu		0	0		0	30		30	1		1	7		0	1	0	37	131
Pérola d'Oeste		0	0		0	0		3	8		0	0		0	0	0	57	20
Pinhal de São Bento		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0	0	0	0
Planalto		0	0		0	34		34	30		0	1		10	15	0	67	139
Pranchita		0	2		4	31		0	2		3	6		0	0	0	46	97
Realeza	4	1	3	35	17	33	78	101	93	79	34	36	7	1	10	440	311	315
Renascença	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	16	199	85	103
Salgado Filho	0	0	0	1	0	14	0	4	0	0	3	0	0	0	0	20	20	38
Salto Lontra	5	3	0	0	1	34	0	16	14	5	73	39	0	0	5	31	121	126
S ^o Izabel W	2	0	5	0	5	37	0	2	11	1	2	0	0	1	14	19	19	124
S ^o A. do SW	1	1	1	71	134	405	13	21	31	19	12	13	0	2	1	146	199	488
São J. d'W	0	0	1	0	0	97	0	11	31	0	1	12	0	0	0	39	51	217
Verê	0	0	0	0	1	15	0	20	26	2	0	1	0	0	0	34	55	174
Total	71	85	252	711	1517	3156	3649	2786	4092	465	658	749	98	302	403	7456	8164	11783

Quadro 2 – População ocupada na indústria (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 1987, 2000; RAIS-MTE, 1990; 1995; 2000.

Obs.: para o ano de 1990 utilizou-se o REGIC publicado em 1987 para compor a rede de Francisco Beltrão e, para 1995 e 2000 utilizou-se o REGIC publicado em 2000. A diferença entre estes REGICs foi o retorno para a rede dos centros de Capanema, Pérola d'Oeste e Planalto, somada a entrada na rede de 8 centros urbanos (Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Itapejara do Oeste, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento e Pranchita).

ANEXO 2

**ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR
TERCIÁRIO (1990 – 2000)**

Cidades da Rede	Com. Varej.			Com. Atac.			Inst. Financeira			Adm. Téc. Prof.			Transp. e Comunic.		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Ampère	34	35	73	4	9	4	2	1	4	3	1	2	2	17	5
Barracão	40	51	79	4	2	4	1	0	1	4	2	7	2	2	8
Boa Esp. Iguaçu		2	2		1	3		0	0		0	0		0	0
Capanema		77	113		12	10		5	7		7	14		10	7
Cruzeiro Iguaçu		2	6		2	3		0	0		0	0		2	1
Dois Vizinhos	115	161	236	15	12	11	7	7	12	18	26	30	27	54	80
Enéas Marques	17	13	13	1	3	1	2	0	1	7	2	3	0	5	7
Flor da Serra Sul		2	11		0	1		0	0		0	0		1	0
Fco. Beltrão	222	354	480	32	42	54	9	7	20	62	81	101	38	86	102
Itapejara d' W		21	36		9	5		1	2		3	2		4	5
Marmeleiro	27	39	62	8	6	5	3	1	4	7	5	8	4	10	11
Nova Esp. SW		3	8		1	2		0	0		0	1		0	0
Nova P. Iguaçu		28	36		7	13		0	2		0	2		4	10
Pérola d'Oeste		31	32		2	5		0	1		3	1		6	4
Pinhal S. Bento		1	1		1	0		0	0		0	0		0	0
Planalto		34	53		3	7		0	2		2	1		5	6
Pranchita		20	41		2	6		0	1		2	3		9	9
Realeza	57	83	127	21	11	13	4	2	4	14	5	11	8	27	14
Renascença	12	14	23	2	1	4	1	0	1	4	1	1	4	4	4
Salgado Filho	13	18	23	1	2	1	1	0	1	2	1	0	0	1	4
Salto do Lontra	28	29	58	8	9	9	3	2	3	5	1	2	4	9	8
Santa Izabel W	8	27	44	11	2	3	2	1	2	3	2	1	2	5	3
Santo A. SW	53	69	100	10	5	13	4	2	3	5	3	8	3	8	4
Sao Jorge d' W	23	23	49	2	4	2	1	0	2	3	2	5	2	6	3
Verê	18	18	22	7	4	10	1	0	1	1	0	1	5	10	6
Total	667	1155	1728	126	152	189	41	29	74	138	149	204	101	285	301

Continua...

Continuação...

Cidades da Rede	Aloj. Comunic.			Médico, Odont. Vet.			Ensino			Adm. Pública			Total		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Ampére	5	9	14	2	1	5	0	1	4	2	2	2	54	76	113
Barracão	8	11	17	1	3	2	0	2	2	2	4	3	62	77	123
Boa Esp. Iguaçú		1	0		0	0		0	0		1	1		5	6
Capanema		20	26		4	7		3	2		2	2		140	188
Cruzeiro Iguaçú		0	3		0	0		0	0		1	2		7	15
Dois Vizinhos	28	34	56	12	17	24	2	7	9	3	2	3	227	320	461
Enéas Marques	2	2	4	3	3	2	0	0	1	1	1	1	33	29	33
Flor da Serra Sul		1	2		0	0		0	0		1	1		5	15
Fco. Beltrão	99	102	130	14	54	101	3	16	25	5	7	3	484	749	1016
Itapejara d' W		3	10		3	1		3	1		2	1		49	63
Marmeleiro	19	9	12	3	3	2	0	1	2	2	2	2	73	76	108
Nova Esp. SW		1	3		0	0		0	0		2	1		7	15
Nova P. Iguaçú		2	9		2	3		1	1		2	2		46	78
Pérola d'Oeste		6	7		3	2		1	0		1	1		53	53
Pinhal S. Bento		0	0		0	0		0	0		1	2		3	3
Planalto		3	10		3	2		1	1		1	2		52	84
Pranchita		8	9		1	0		0	2		2	3		44	74
Realeza	26	22	37	6	8	9	0	5	7	4	7	4	140	170	226
Renascença	6	3	10	1	1	3	0	1	0	1	1	1	31	26	47
Salgado Filho	0	2	5	1	1	1	0	0	0	1	1	1	19	26	36
Salto do Lontra	4	7	13	6	5	4	0	1	2	4	4	6	62	67	105
Santa Izabel W	2	6	13	2	1	3	1	1	2	1	2	2	32	47	73
Santo A. SW	14	13	23	1	4	4	0	1	5	2	5	4	92	110	164
Sao Jorge d' W	4	4	9	1	2	3	0	0	1	2	1	1	38	42	75
Verê	7	6	8	1	2	1	0	1	1	1	1	2	41	42	52
Total	224	275	430	54	121	179	6	46	68	31	56	53	1388	2268	3226

Quadro 1 – Estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 1987, 2000; RAIS-MTE, 1990; 1995; 2000.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Cidades da Rede	Com. Varej.			Com. Atac.			Inst. Financeira			Adm. Téc. Prof.			Transp. e Comunic.		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Ampére	85	61	175	7	48	28	26	10	18	28	2	2	3	21	13
Barracão	97	137	235	9	6	7	11	0	7	18	5	8	3	3	13
Boa Esp. Iguaçú		4	1		13	10		0	0		0	0		0	0
Capanema		338	358		19	41		41	68		13	22		36	35
Cruzeiro Iguaçú		7	9		15	8		0	0		0	0		5	4
Dois Vizinhos	573	673	747	198	120	88	123	40	74	44	127	98	95	164	200
Enéas Marques	37	21	31	7	5	1	18	0	6	20	4	6	0	21	34
Flor da Serra Sul		1	20		0	4		0	0		0	0		3	0
Fco. Beltrão	1731	1643	1923	153	221	263	239	101	169	234	209	298	371	400	452
Itapejara d' W		42	89	29	32	17		9	14		3	2		9	8
Marmeleiro	65	151	179	55	20	17	35	6	20	27	14	14	17	27	36
Nova Esp. SW		3	13		10	2		0	0		0	2		0	0
Nova P. Iguaçú		50	66		34	53		0	7		0	1		8	13
Pérola d'Oeste		98	79		5	27		0	4		3	0		7	4
Pinhal S. Bento		1	2		4	0		0	0		0	0		0	0
Planalto		122	103		35	73		0	6		5	4		10	19
Pranchita		54	84		9	16		0	4		2	3		34	52
Realeza	220	266	300	155	88	76	54	21	32	19	11	22	16	58	41
Renascença	21	49	42	15	15	14	9	0	4	28	1	1	11	9	5
Salgado Filho	20	29	67	4	7	0	6	0	5	11	1	0	0	1	53
Salto do Lontra	85	89	218	28	46	23	44	11	17	4	1	15	22	23	20
Santa Izabel W	58	116	125	88	32	48	24	9	12	8	1	1	16	8	10
Santo A. SW	113	137	232	76	53	68	67	23	23	21	4	11	15	25	23
São Jorge d' W	47	25	75	12	9	7	13	0	6	4	3	6	2	4	2
Verê	41	28	36	45	30	44	9	0	5	1	0	1	13	20	18
Total	3193	4145	5209	881	876	935	678	271	501	467	409	517	584	896	1055

Continua...

Continuação...

Cidades da Rede	Aloj. Comunic.			Médico, Odont. Vet.			Ensino			Adm. Pública			Total		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Ampére	9	26	45	20	13	15	0	4	6	256	305	266	434	490	568
Barracão	24	41	60	2	17	6	0	7	11	343	272	176	507	488	523
Boa Esp. Iguaçú		0	0		0	0		0	0		76	74		93	85
Capanema		48	54		13	22		13	22		412	350		933	972
Cruzeiro Iguaçú		0	10		0	0		0	0		105	86		132	117
Dois Vizinhos	97	88	252	59	66	64	5	78	34	656	552	437	1850	1908	1994
Enéas Marques	4	3	6	10	19	13	0	0	13	198	192	215	294	265	325
Flor da Serra Sul		3	7		0	0		0	0		119	128		126	159
Fco. Beltrão	490	544	1163	265	340	386	13	250	363	12	1402	1288	3508	5110	6305
Itapejara d' W		6	37		11	1		9	14		181	175		302	357
Marmeleiro	40	43	32	19	17	16	0	3	24	184	243	203	442	524	541
Nova Esp. SW		6	9		0	0		0	0		117	125		136	151
Nova P. Iguaçú		3	22		15	13		14	1		203	220		327	396
Pérola d'Oeste		10	38		15	10		15	0		238	195		391	357
Pinhal S. Bento		0	0		0	0		0	0		71	92		76	94
Planalto		22	42		24	14		22	16		305	246		545	523
Pranchita		14	43		7	0		0	17		206	244		326	463
Realeza	141	52	90	46	24	36	0	52	59	376	406	297	1027	978	953
Renascença	15	4	40	2	6	7	0	24	0	91	157	116	192	265	229
Salgado Filho	0	1	26	4	11	11	0	0	0	221	204	189	266	254	351
Salto do Lontra	11	14	22	27	18	15	0	13	31	311	284	227	532	499	588
Santa Izabel W	10	35	62	32	1	2	1	2	9	232	292	192	469	496	461
Santo A. SW	42	30	49	19	22	20	0	15	49	361	359	330	714	668	805
São Jorge d' W	9	20	19	12	14	16	0	0	2	182	199	203	281	274	336
Verê	17	14	42	5	14	0	0	10	1	146	160	176	277	276	323
Total	909	1027	2170	522	667	667	19	531	672	3569	7060	6250	10793	15882	17976

Quadro 2 – População ocupada no setor terciário (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 1987, 2000; RAIS-MTE, 1990; 1995; 2000.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

ANEXO 3

**ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E POPULAÇÃO
OCUPADA NA INDÚSTRIA (2000 - 2010)**

Município	Extrativa Mineral			Mineral não Metálico.			Ind. Metalúrgica			Ind. Mecânica			Elétrico e Comunic.			Material de Transp.			Madeira e Mobiliário		
	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010
Ampére	0	0	0	2	2	5	6	8	10	1	0	0	0	0	22	0	1	2	21	22	20
Barracão	0	0	0	1	0	1	4	3	5	2	0	0	1	3	0	0	0	0	3	4	3
Bela Vista da Caroba		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		1	0
Boa Esperança Iguaçu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Bom Jesus do Sul		0	0		0	0		1	1		0	0		0	0		0	0		2	2
Capanema	2			3			3			1			0			1			13		
Cruzeiro do Iguaçu	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dois Vizinhos	0	0	0	7	7	14	10	16	21	6	8	13	1	1	3	1	1	2	7	13	13
Enéas Marques	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	1	2	2
Flor da Serra do Sul	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	5
Fco. Beltrão	3	2	3	14	8	17	29	55	73	8	12	12	0	4	4	5	10	7	51	49	54
Itapejara d'Oeste	0			0			2			0			0			0			2		
Manfrinópolis		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	1
Marmeleiro	0	0	1	0	2	8	5	9	12	1	2	1	1	2	2	0	0	0	14	12	12
Nova Esp. do Sudoeste	0	0	0	0	0	0	1	2	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Nova Prata do Iguaçu	0	0	0	1	0	3	3	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	2
Pérola d'Oeste	0			1			1			0			0			1			3		
Pinhal de São Bento	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Planalto	0			1			3			0			0			0			6		
Pranchita	1	1	1	3	3	3	2	3	4	0	2	2	0	0	0	0	0	0	3	5	2
Realeza	0	0	0	4	8	8	5	5	9	0	0	0	1	3	2	1	2	2	10	13	10
Renascença	0	0	0	0	0	1	0	4	3	0	0	2	0	0	0	1	0	2	7	6	7
Salgado Filho	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	4	4	3
Salto Lontra	0	1	1	3	3	2	3	5	7	1	0	0	0	0	0	0	0	0	6	7	6
S ^ª Izabel W	0	0	0	2	3	6	3	4	5	1	1	0	0	0	1	0	0	0	8	6	7
S ^º A. do SW	0	0	0	3	2	3	3	3	7	0	0	2	2	1	1	0	0	0	5	4	5
São João		1	1		1	2		1	3		0	0		0	0		0	0		5	7
São J. d'W	1	1	1	2	2	2	2	3	5	0	0	0	0	0	2	0	0	0	6	5	4
Verê	0	1	0	1	2	2	1	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	3	5
Total	7	7	8	49	45	80	88	132	178	21	28	36	6	14	15	10	14	15	179	175	172

Continua....

Continuação...

Município	Papel e Gráfica			Indústria Têxtil			Alimentos e Bebidas			Construção Civil			Outras			Total indústria		
	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010
Ampére	1	3	6	9	11	28	4	8	11	5	13	11	1	2	4	50	70	97
Barracão	1	2	4	3	3	4	3	4	7	6	5	8	1	1	3	25	25	35
Bela Vista da Caroba		0	0		1	0		0	0		0	1		0	0	0	2	1
Boa Esperança Iguaçu	0	0	0	0	1	0	2	2	2	1	0	0	0	0	0	3	4	3
Bom Jesus do Sul		0	0		0	1		0	0		0	0		0	0	0	3	4
Capanema	2			4			2			9			2			42	0	0
Cruzeiro do Iguaçu	1	0	0	1	2	3	2	2	1	1	1	3	1	2	2	8	8	9
Dois Vizinhos	5	8	9	14	12	22	15	20	23	30	24	58	6	10	14	102	120	192
Enéas Marques	0	0	0	0	0	2	3	1	2	0	1	6	0	1	1	5	6	16
Flor da Serra do Sul	0	0	0	3	1	7	1	3	2	2	2	4	0	0	0	6	14	20
Fco. Beltrão	8	12	20	31	41	48	33	41	52	88	103	227	14	14	27	284	351	544
Itapejara d'Oeste	1			1			6			8			0			20	0	0
Manfrinópolis		0	0		0	1		1	0		0	3		0	0	0	1	5
Marmeleiro	1	1	2	3	2	2	6	6	9	1	7	9	0	3	4	32	46	62
Nova Esperança do Sudoeste	0	0	0	0	3	6	0	3	3	0	0	2	1	0	1	2	10	16
Nova Prata do Iguaçu	0	0	2	4	11	14	1	2	4	5	5	16	1	3	2	18	28	48
Pérola d'Oeste	0			0			2			0			0			8	0	0
Pinhal de São Bento	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	3	7
Planalto	0			2			4			2			1			19	0	0
Pranchita	1	1	1	1	3	2	1	4	1	2	3	8	1	2	0	15	27	24
Realeza	1	2	2	7	7	9	6	8	8	18	18	65	1	3	1	54	69	116
Renascença	0	0	0	0	0	3	1	0	0	2	1	3	1	1	2	12	12	23
Salgado Filho	0	0	0	1	1	3	1	1	1	0	0	3	0	0	0	6	9	13
Salto Lontra	1	1	1	4	9	20	4	5	3	7	7	23	1	0	1	30	38	64
S ^{ta} Izabel W	1	2	2	5	6	5	1	5	6	0	1	7	1	2	3	22	30	42
S ^{to} A. do SW	2	1	1	22	34	36	9	7	6	10	13	28	1	4	3	57	69	92
São João		2	3		7	6		3	10		8	15		2	4	0	30	51
São J. d'W	2	3	3	3	2	13	5	6	10	6	11	11	0	1	5	27	34	56
Verê	0	1	1	3	6	2	1	3	9	1	2	2	0	0	0	13	49	22
Total	28	39	57	121	165	239	113	135	170	204	225	515	34	51	77	860	1058	1562

Quadro 1 – Estabelecimentos industriais (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 2000, 2008; RAIS-MTE, 2000, 2005, 2010.

Obs.: para o ano de 2000 utilizou-se o REGIC publicado em 2000 para compor a rede de Francisco Beltrão e, para 2005 e 2010 utilizou-se o REGIC publicado em 2008. A diferença entre estes REGICs foi a entrada de Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis e São João e, a saída da rede dos centros de Capanema, Itapejara d'Oeste, Pérola d'Oeste e Planalto.

Município	Extrativa Mineral			Mineral não Metálico.			Ind. Metalúrgica			Ind. Mecânica			Elétrico e Comunic.			Material de Transp.			Madeira e Mobiliário		
	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010
Ampére	0	0	0	4	12	37	138	204	372	2	0	0	0	0	0	0	5	12	391	411	776
Barracão	0	0	0	1	0	18	15	28	51	1	0	0	24	48	0	0	0	0	5	8	11
Bela Vista da Caroba		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0
Boa Esperança Iguaçu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	17
Bom Jesus do Sul		0	0		0	0		2	3		0	0		0	0		0	0		16	1
Capanema	3			28			11			9			0			4			26		
Cruzeiro do Iguaçu	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dois Vizinhos	0	0	0	59	159	100	70	109	93	42	57	155	2	2	50	3	1	10	26	149	86
Enéas Marques	0	0	0	0	0	0	1	0	6	0	18	44	0	0	0	0	0	0	7	10	43
Flor da Serra do Sul	0	0	0	0	3	0	0	1	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	22
Fco. Beltrão	13	24	25	59	54	117	201	425	692	58	97	64	0	57	212	53	67	29	881	793	1148
Itapejara d'Oeste	0			0			2			0			0			0			7		
Manfrinópolis		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	1
Mammeleiro	0	0	2	0	9	37	74	97	135	6	15	19	24	48	57	0	0	0	72	63	82
Nova Esp. do Sudoeste	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0	11	31	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Nova Prata do Iguaçu	0	0	0	4	0	15	84	58	106	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	5	3
Pérola d'Oeste	0			1			1			0			0			4			6		
Pinhal de São Bento	0	0	0	0	0	6	0	6	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Planalto	0			3			7			0			0			0			49		
Pranchita	5	10	4	41	36	40	3	5	12	0	11	24	0	0	0	0	0	0	7	13	4
Realeza	0	0	0	33	39	66	10	29	27	0	0	0	16	32	48	0	7	3	81	125	121
Renascença	0	0	0	0	0	3	0	4	29	0	0	8	0	0	0	1	0	30	86	91	125
Salgado Filho	0	0	0	0	2	2	0	1	1	0	3	1	0	0	0	0	0	0	24	17	25
Salto Lontra	0	1	2	13	16	22	7	11	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	43	46
S ^o Izabel W	0	0	0	25	36	106	4	6	24	8	5	0	0	0	4	0	0	0	20	22	12
S ^o A. do SW	0	0	0	18	11	15	9	10	30	0	0	9	2	0	2	0	0	0	8	13	15
São João		0	0		14	25		0	3		0	0		0	0		0	0		25	36
São J. d'W	3	3	12	5	9	13	5	8	11	0	0	0	0	0	13	0	0	0	63	86	85
Verê	0	4	0	0	14	3	1	7	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	131	24	40
Total	24	42	45	295	414	625	645	1014	1650	126	217	355	68	187	386	65	80	84	1908	1946	2700

Continua....

Continuação...

Município	Papel e Gráfica			Indústria Têxtil			Alimentos e Bebidas			Construção Civil			Outras			Total indústria		
	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010
Ampère	3	13	36	1341	1493	1516	45	40	52	48	20	41	2	8	18	1974	2206	2860
Barracão	4	11	11	24	59	85	43	49	117	14	3	38	12	5	12	143	211	343
Bela Vista da Caroba		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0		0	0
Boa Esperança Iguaçu	0	0	0	0	20	0	11	14	18	0	0	0	0	0	0	11	44	35
Bom Jesus do Sul		0	0		0	2		0	0		0	0		0	0	0	18	6
Capanema	11			91			527			9			21			740	0	0
Cruzeiro do Iguaçu	56	0	0	17	52	124	9	10	5	5	0	17	1	18	22	90	81	168
Dois Vizinhos	88	36	24	365	569	524	1661	2440	3168	144	108	395	121	63	162	2581	3693	4767
Enéas Marques	0	0	0	0	0	41	32	131	186	0	1	6	0	2	1	40	162	327
Flor da Serra do Sul	0	0	0	29	47	189	0	11	13	1	3	11	0	0	0	30	85	249
Fco. Beltrão	69	95	157	475	807	867	1317	2572	3500	393	600	1723	160	242	183	3679	5833	8717
Itapejara d'Oeste	1			33			172			19			0			234	0	0
Manfrinópolis		0	0		0	14		7	0		0	6		0	0		7	21
Marmeleiro	8	9	11	51	25	34	28	31	79	1	3	15	22	33	19	286	333	490
Nova Esperança do Sudoeste	0	0	0	0	78	159	0	9	17	0	0	0	2	14	29	3	116	240
Nova Prata do Iguaçu	0	0	5	30	179	1427	1	2	32	7	9	67	1	10	13	131	263	1668
Pérola d'Oeste	0			0			8		0	0			0			20	0	0
Piñhal de São Bento	0	0	0	0	29	78	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	35	88
Planalto	0			34			30			1			15			139	0	0
Pranchita	2	5	5	31	23	69	2	25	24	6	3	6	0	5	0	97	136	188
Realeza	3	8	16	33	88	79	93	119	131	36	82	261	10	7	3	315	536	755
Renascença	0	0	0	0	0	47	0	0	0	0	0	21	16	31	29	103	126	292
Salgado Filho	0	0	0	14	20	88	0	0	1	0	0	2	0	0	0	38	43	120
Salto Lontra	0	1	1	34	191	351	14	13	16	39	12	161	5	0	6	126	288	640
S ^ª Izabel W	1	3	8	37	167	378	11	16	29	0	7	6	14	25	34	120	287	601
S ^ª A. do SW	1	4	4	405	749	1122	31	56	128	13	16	80	1	19	15	488	878	1420
São João		4	5		169	140		17	621		27	101		3	18	0	259	949
São J. d'W	1	29	28	97	129	330	31	46	100	12	15	86	0	17	42	217	342	720
Verê	0	1	0	15	12	41	26	17	109	1	3	3	0	0	0	174	82	198
Total	248	219	311	3156	4906	7705	4092	5625	8346	749	912	3049	403	502	606	11779	16064	25862

Quadro 2 – População ocupada na indústria (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 2000, 2008; RAIS-MTE, 2000, 2005, 2010.

Obs.: para o ano de 2000 utilizou-se o REGIC publicado em 2000 para compor a rede de Francisco Beltrão e, para 2005 e 2010 utilizou-se o REGIC publicado em 2008. A diferença entre estes REGICs foi a entrada de Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis e São João e, a saída da rede dos centros de Capanema, Itapejara d'Oeste, Pérola d'Oeste e Planalto.

ANEXO 4

**ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS E POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR
TERCIÁRIO (2000 - 2010)**

Município	Comércio Varejista			Com. Atacadista			Inst. Financeira			Adm. Técnica Prof.			Transp. e Comunic.		
	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010
Ampère	73	115	182	4	8	10	4	4	6	2	6	14	5	12	23
Barracão	79	113	132	4	12	29	1	1	2	7	10	15	8	9	37
Bela Vista		25	24		0	5		1	2		0	0		3	2
Caroba															
Boa Esp. Iguaçú	2	11	26	3	1	1	0	0	1	0	0	1	0	3	4
Bom Jesus do Sul		12	15		0	3		0	1		1	0		0	2
Capanema	113			10			7			14			7		
Cruzeiro do Iguaçú	6	13	28	3	1	3	0	0	1	0	2	3	1	4	3
Dois Vizinhos	236	349	476	11	16	37	12	10	14	30	40	67	80	117	116
Enéas Marques	13	18	44	1	5	2	1	1	3	3	6	3	7	15	13
Flor da Serra Sul	11	25	50	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	14
Francisco Beltrão	480	810	1.067	54	80	125	20	18	27	101	109	171	102	183	229
Itapejara d' W	36			5			2			2			5		
Manfrinópolis		3	74		1	2		0	0		0	0		0	5
Marmeleiro	62	94	122	5	13	9	4	3	4	8	7	7	11	19	32
Nova Esp. do SW	8	18	31	2	4	2	0	0	2	1	1	1	0	3	6
Nova Prata															
Iguaçú	36	59	81	13	12	11	2	2	4	2	1	4	10	8	25
Pérola d'Oeste	32			5			1			1			4		
Pinhal São Bento	1	4	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3
Planalto	53			7			2			1			6		
Pranchita	41	49	65	6	7	7	1	2	2	3	3	4	9	8	14
Realeza	127	178	227	13	23	34	4	6	9	11	16	21	14	26	40
Renascença	23	39	58	4	6	9	1	2	2	1	2	4	4	7	15
Salgado Filho	23	28	33	1	3	3	1	2	2	0	0	1	4	5	4
Salto do Lontra	58	94	125	9	11	9	3	4	5	2	3	6	8	17	18
Santa Izabel W	44	72	89	3	5	4	2	3	3	1	4	6	3	10	18
Santo A. SW	100	149	195	13	10	14	3	5	6	8	13	16	4	15	17
São João		73	104		7	11		3	6		5	8		12	19
São Jorge d' W	49	77	82	2	5	7	2	5	3	5	5	5	3	8	9
Verê	22	35	64	10	8	16	1	2	3	1	1	4	6	7	16
Total	1728	2463	3405	189	238	354	74	71	108	204	235	361	301	495	684

Continua...

Continuação...

Município	Aloj. Comunic.			Médico, Odont. Vet.			Ensino			Adm. Pública			Total		
	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010
Ampére	14	18	38	5	9	14	4	3	8	2	2	2	113	177	297
Barracão	17	25	31	2	2	8	2	3	5	3	3	3	123	178	262
Bela Vista		0	3		0	0		0	0		2	2		31	38
Caroba															
Boa Esp. do Iguaçu	0	1	3	0	1	2	0	0	0	1	1	1	6	18	39
Bom Jesus Sul		3	6		0	0		0	0		1	1		17	28
Capaneama	26			7			2			2			188		
Cruzeiro Iguaçu	3	5	11	0	1	1	0	0	1	2	2	1	15	28	52
Dois Vizinhos	56	61	87	24	24	29	9	11	21	3	4	4	461	632	851
Enéas Marques	4	6	9	2	1	1	1	0	2	1	1	3	33	53	80
Flor da Serra Sul	2	0	3	0	0	1	0	0	1	1	1	2	15	28	72
Francisco Beltrão	130	201	244	101	122	141	25	30	37	3	5	5	1016	1558	2046
Itapejara d' W	10			1			1			1			63		
Manfrinópolis		1	0		0	0		0	0		2	3		7	84
Marmeleiro	12	22	29	2	5	11	2	2	4	2	2	2	108	167	220
Nova Esp. SW	3	2	3	0	0	2	0	1	1	1	2	2	15	31	50
Nova Prata															
Iguaçu	9	13	17	3	3	5	1	1	1	2	2	2	78	101	150
Pérola d'Oeste	7			2			0			1			53		
Pinhal São Bento	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2	2	1	3	8	17
Planalto	10			2			1			2			84		
Pranchita	9	12	13	0	3	4	2	0	1	3	3	3	74	87	113
Realeza	37	46	49	9	9	12	7	7	8	4	2	3	226	313	403
Renasçença	10	12	8	3	2	1	0	1	2	1	2	2	47	73	101
Salgado Filho	5	2	3	1	1	0	0	1	1	1	2	3	36	44	50
Salto do Lontra	13	19	17	4	4	8	2	1	2	6	6	6	105	159	196
Santa Isabel W	13	20	26	3	2	3	2	2	5	2	1	2	73	119	156
Santo A. SW	23	29	44	4	7	8	5	3	5	4	3	2	164	234	307
São João		21	20		5	7		1	4		1	2		128	181
São Jorge d' W	9	19	27	3	4	3	1	1	2	1	2	2	75	123	140
Verê	8	11	20	1	0	2	1	0	2	2	2	2	52	66	129
Total	430	549	712	179	205	264	68	69	115	53	56	61	3226	4381	6064

Quadro 1 – Estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 2000, 2008; RAIS-MTE, 2000, 2005, 2010.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Município	Comércio Varejista			Com. Atacadista			Inst. Financeira			Adm. Técnica Prof.			Transp. e Comunic.		
	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010
Ampére	175	317	552	28	55	59	18	15	29	2	8	41	13	23	55
Barracão	235	287	389	7	22	105	7	5	15	8	23	34	13	78	218
Bela Vista		19	27		0	20		2	9		0	0		4	5
Caroba															
Boa Esp. Iguaçu	1	23	148	10	10	16	0	0	2	0	0	1	0	2	9
Bom Jesus do Sul		22	29		0	14		0	2		1	0		0	2
Capanema	358			41			68			22			35		
Cruzeiro do Iguaçu	9	27	42	8	11	72	0	0	2	0	2	4	4	2	3
Dois Vizinhos	747	1300	1776	88	222	223	74	92	131	98	151	668	200	350	519
Enéas Marques	31	46	118	1	27	10	6	2	12	6	12	5	34	70	73
Flor da Serra Sul	20	50	86	4	0	11	0	0	0	0	0	0	0	3	32
Francisco Beltrão	1923	3551	5301	263	465	745	169	174	336	298	1568	1076	452	779	1317
Itapejara d' W	89			17			14			2			8		
Manfrinópolis		6	64		3	25		0	0		0	0		0	5
Marmeleiro	179	347	452	17	46	40	20	16	32	14	9	36	36	49	86
Nova Esp. do SW	13	111	112	2	20	3	0	0	9	2	3	3	0	3	11
Nova Prata															
Iguaçu	66	119	187	53	83	82	7	7	21	1	4	8	13	18	61
Pérola d'Oeste	79			27			4			0			4		
Pinhal São Bento	2	4	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4
Planalto	103			73			6			4			19		
Pranchita	84	140	198	16	21	51	4	3	14	3	6	17	52	37	33
Realeza	300	523	770	76	102	161	32	25	54	22	33	104	41	81	130
Renascença	42	92	160	14	46	70	4	3	12	1	3	6	5	10	20
Salgado Filho	67	64	93	0	7	18	5	4	10	0	0	1	53	50	14
Salto do Lontra	218	311	428	23	33	49	17	17	29	15	4	11	20	48	41
Santa Izabel W	125	214	279	48	60	96	12	12	23	1	9	15	10	60	67
Santo A. SW	232	347	542	68	76	80	23	21	35	11	27	48	23	39	62
São João		216	324		206	288		68	56		7	17		22	36
São Jorge d' W	75	184	222	7	58	58	6	6	18	6	8	20	2	16	26
Verê	36	69	137	44	31	109	5	5	20	1	1	7	18	16	32
Total	5209	8389	12454	935	1604	2405	501	477	871	517	1879	2122	1055	1763	2861

Continua...

Continuação...

Município	Aloj. Comunic.			Médico, Odont. Vet.			Ensino			Adm. Pública			Total		
	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010
Ampére	45	49	137	15	20	47	6	21	92	266	410	491	568	918	1503
Barracão	60	194	86	6	13	9	11	61	81	176	271	316	523	954	1253
Bela Vista		0	8		0	0		0	0		148	198		173	267
Caroba															
Boa Esp. do Iguaçu	0	10	13	0	1	2	0	0	0	74	163	173	85	209	364
Bom Jesus Sul		12	4		0	0		0	0		150	164		185	215
Capanema	54			22			22			350			972		
Cruzeiro Iguaçu	10	16	32	0	1	0	0	0	1	86	169	210	117	228	366
Dois Vizinhos	252	264	506	64	59	131	34	270	490	437	715	751	1994	3423	5195
Enéas Marques	6	35	42	13	9	2	13	0	7	215	207	268	325	408	537
Flor da Serra Sul	7	0	4	0	0	1	0	0	2	128	194	227	159	247	363
Francisco Beltrão	1163	1678	1186	386	486	647	363	491	775	1288	1365	1624	6305	10557	13007
Itapejara d' W	37			1			14			175			357		
Manfrinópolis		3	0		0	0		0	0		151	178		163	272
Marmeleiro	32	66	73	16	21	21	24	13	38	203	294	345	541	861	1123
Nova Esp. SW	9	17	22	0	0	1	0	2	3	125	193	222	151	349	386
Nova Prata	22	49	63	13	18	17	1	2	5	220	249	339	396	549	783
Iguaçu															
Pérola d'Oeste	38			10			0			195			357		
Pinhal São Bento	0	0	7	0	0	2	0	0	0	92	100	142	94	107	173
Planalto	42			14			16			246			523		
Pranchita	43	69	74	0	4	8	17	0	1	244	246	278	463	526	674
Realeza	90	162	209	36	24	37	59	83	75	297	360	394	953	1393	1934
Renascença	40	30	36	7	0	1	0	7	7	116	157	218	229	348	530
Salgado Filho	26	17	21	11	0	0	0	2	4	189	180	205	351	324	366
Salto do Lontra	22	50	52	15	11	14	31	5	7	227	451	476	588	930	1107
Santa Izabel W	62	72	51	2	2	2	9	9	40	192	373	394	461	811	967
Santa A. SW	49	101	135	20	21	22	49	8	14	330	467	503	805	1107	1441
São João		63	46		3	23		4	12		283	327		872	1129
São Jorge d' W	19	33	51	16	19	17	2	3	3	203	299	315	336	626	730
Verê	42	43	97	0	0	2	1	0	4	176	269	256	323	434	664
Total	2170	3033	2955	667	712	1006	672	981	1661	6250	7864	9014	17976	26702	35349

Quadro 2 – População ocupada no setor terciário (Subsetores IBGE)

Fonte: IBGE, 2000, 2008; RAIS-MTE, 2000, 2005, 2010.

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

ANEXO 5

DADOS DA DINÂMICA AGROPECUÁRIA DA REDE – 1975
(REGIC publicado em 1972)

Tabela 1: Quantidade efetiva de animais (por cabeça) existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1975.

	Bovinos	Equinos	Asininos	Muare	Suínos	Ovinos	Caprinos	Bubalinos	Galináceos	Vacas Ordenhadas
Municípios	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975
Ampére	9.529	1.336	23	82	39.785	658	904		129.091	454
Barracão	14.030	2.106	38	201	40.804	1.034	651		134.829	2.266
Capanema	20.826	650	66	35	79.289	181	263		251.670	4.498
Dois Vizinhos	25.257	3.248	28	322	103.682	653	1.052		283.229	4.784
Enéas Marques	14.840	1.472	10	53	55.199	586	394		132.679	2.886
Francisco Beltrão	22.002	2.742	41	265	93.053	1.343	583	3	258.948	4.763
Marmeleiro	11.615	1.218	13	139	34.923	634	340		78.669	1.912
Pérola d'Oeste	13.267	1.015	18	71	49.840	293	330		152.890	2.618
Planalto	16.190	707	165	246	59.716	295	195		187.109	3.497
Realeza	12.754	985	24	83	42.793	342	352	1	143.056	2.603
Renascença	7.969	812	4	70	13.469	414	364		41.544	1.103
Salgado Filho	9.424	1.686	8	235	49.812	517	749		130.262	1.965
Salto do Lontra	24.038	3.224	36	230	83.552	787	653		251.473	5.002
Santa Izabel do Oeste	10.468	1.293	23	129	38.945	701	406		127.899	1.833
Santo Antônio do SW	27.528	2.483	63	154	102.106	1.313	1.380		287.816	4.605
São Jorge d'Oeste	14.181	795	26	50	41.334	211	235		102.233	1.666
Verê	13.698	1.241	7	61	43.096	521	639		120.073	2.409
Total da Rede de FB	267.616	27.013	593	2.426	971.398	10.483	9.490	4	2.813.470	48.864

Fonte: IBGE, 1972; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 2: Produção de leite (L), ovos (Dz) e mel de abelhas (Kg) existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1975.

	Leite	Leite RS 2000 (mil)	Ovos de Galinha	Ovos de Galinha RS 2000 (mil)	Ovos de Codornas	Ovos de Codorna RS 2000 (mil)	Mel de Abelhas	Mel de Abelha RS 2000 (mil)
Municípios	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975
Ampère	459.000	487,94	212.000	393,43		0,53	1.450	9,03
Barracão	2.042.000	2.709,94	147.000	390,24			69	0,53
Capanema	5.236.000	4.170,04	523.000	1.111,27	1.000	1,59	8.000	50,97
Dois Vizinhos	5.626.000	5.974,19	399.000	741,73	1.000	1,06	915	5,84
Enéas Marques	2.724.000	3.616,26	122.000	259,10			150	0,53
Francisco Beltrão	5.020.000	6.663,35	324.000	859,07			630	2,65
Marmeleiro	2.834.000	3.761,21	175.000	465,64			300	1,06
Pérola d'Oeste	2.977.000	3.160,71	266.000	705,63	1.000	2,12	65	0,53
Planalto	4.441.000	3.537,15	311.000	659,43			6.000	38,23
Realeza	3.295.000	2.624,46	172.000	364,76			3.000	19,11
Renascença	1.003.000	1.331,08	55.000	145,48			12	
Salgado Filho	2.303.000	2.445,53	137.000	363,17			67	0,53
Salto do Lontra	4.377.000	4.647,89	299.000	555,37	2.000	2,65	1.360	8,50
Santa Izabel do Oeste	1.963.000	2.084,49	230.000	427,41		0,53	2.420	15,40
Santo Antônio do SW	4.223.000	4.484,36	279.000	740,67	1.000	1,59	506	2,65
São Jorge d'Oeste	2.119.000	1.800,43	134.000	291,49	1.000	1,06	250	1,59
Verê	2.739.000	3.126,73	311.000	676,95			150	1,06
Total da Rede de FB	53.381.000	56.626	4.096.000	9.151	7.000	11	25.344	158

Fonte: IBGE, 1972; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 3: Produção de grãos (Ton.) e outros produtos existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1975.

	Feijão	Feijão RS 2000 (mil)	Mandioca	Mandioca RS 2000 (mil)	Milho	Milho RS 2000 (mil)	Soja	Soja RS 2000 (mil)	Trigo	Trigo RS 2000 (mil)	Fumo	Fumo RS 2000 (mil)	Uva	Uva RS 2000 (mil)
Municípios	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975	1975
Ampère	4.830	3.897,13	12.160	1.291,26	24.156	7.694,98	5.568	3.192,57	1.310	1.161,18	209	388,12	20	26,55
Barracão	18.200	14.494,79	75.000	7.964,17	36.000	9.557,00	27.000	14.335,50	312	219,81	72	76,46	24	31,86
Capanema	4.186	3.333,27	31.136	3.306,19	27.930	8.600,77	25.872	15.110,15	855	680,67	359	687,57	28	29,73
Dois Vizinhos	9.114	7.258,01	12.880	1.367,71	37.080	11.812,45	14.790	8.480,78	1.224	1.085,25	79	167,78	40	53,09
Enéas Marques	5.472	4.357,99	7.200	1.911,40	13.920	4.212,51	2.700	1.433,55	1.008	695,54	36	73,80	6	7,96
Francisco Beltrão							18.750	10.751,63	1.590	1.097,46			16	21,24
Marmeleiro							8.280	4.747,71	936	645,63			18	23,89
Pérola d'Oeste							19.224	10.206,88	960	677,49			12	15,93
Planalto							21.168	12.362,51	735	585,10			24	25,49
Realeza							15.792	9.223,04	1.046	833,05			9	9,56
Renascença	3.404	2.801,26	16.800	1.783,97	17.850	5.496,87	12.770	7.322,26	1.803	1.244,00	212	399,27	6	7,96
Salgado Filho	3.888	3.096,47	12.600	3.344,95	34.920	11.124,35	2.160	1.261,52	204	143,89			12	15,93
Salto do Lontra	15.960	12.710,81	30.000	3.185,67	15.000	4.141,37	16.182	9.278,79	1.016	900,48	36	57,34	30	39,82
Santa Izabel do Oeste	14.786	11.775,29	14.000	1.486,64	39.456	12.569,05	5.568	3.192,57	605	536,25	130	276,09	20	26,55
Santo Antônio do SW	3.024	2.408,36	17.477	1.855,65	23.400	7.454,46	52.272	27.753,53	6.200	4.378,17	66	132,74	10	13,27
São Jorge d'Oeste	250	253,79	800	84,95	3.024	775,18	3.696	2.315,45	630	558,55			5	6,37
Verê	4.320	3.440,52	600	63,71	19.380	5.350,33	10.472	6.004,45	445	344,58			19	20,18
Total da Rede de FB	87.434	69.828	230.653	27.646	292.116	88.789	262.264	146.973	20.879	15.787	1.199	2.259	299	375

Fonte: IBGE, 1972; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Obs.: O REGIC publicado em 1972 é utilizado para compor os centros da Rede de Francisco Beltrão – PR

ANEXO 6

DADOS DA DINÂMICA AGROPECUÁRIA DA REDE – 1980
(REGIC publicado em 1987)

Tabela 1: Quantidade efetiva de animais (por cabeça) existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1980.

	Bovinos	Equinos	Asininos	Muares	Suínos	Ovinos	Caprinos	Bubalinos	Galináceos	Vacas Ordenhadas
Municípios	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980
Ampére	9.740	1.406		10	41.273	760	874		122.544	580
Barracão	17.260	869		125	46.770	1.100	850		177.282	2.750
Capanema (*)										
Dois Vizinhos	33.714	3.918		24	130.261	980	1.458		729.217	4.860
Enéas Marques	16.788	1.000	6	72	51.558	580	400		137.200	5.200
Francisco Beltrão	25.784	1.387	8	135	98.149	1.320	720		309.898	5.720
Marmeleiro	13.363	700	5	92	38.273	730	340		118.808	2.700
Pérola d'Oeste (*)										
Planalto (*)										
Realeza	14.747	75		3	44.318	120	223		187.977	3.358
Renascença	8.432	540		60	17.124	425	410		52.649	1.210
Salgado Filho	13.093	1.020		55	47.869	580	850		162.033	1.780
Salto do Lontra	30.155	1.713		20	101.650	780	926		355.886	3.960
Santa Izabel do Oeste	10.136	1.480		10	40.698	1.418	646		206.007	1.446
Santo Antônio do SW	28.284	1.200		105	101.847	1.300	1.650		291.600	4.250
São Jorge d'Oeste	25.645	210	2	100	41.649	160	300		482.408	2.470
Verê	12.879	220		60	45.097	400	400		126.393	3.000
Total da Rede de FB	260.020	15.738	21	871	846.536	10.653	10.047	0	3.459.902	43.284

Fonte: IBGE, 1987; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 2: Produção de leite (L), ovos (Dz) e mel de abelhas (Kg) existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1980.

	Leite	Leite RS 2000 (mil)	Ovos de Galinha	Ovos de Galinha RS 2000 (mil)	Ovos de Codornas	Ovos de Codorna RS 2000 (mil)	Mel de Abelhas	Mel de Abelha RS 2000 (mil)
Municípios	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980
Ampére	389.000	221,09	178.000	336,27			1.930	18,29
Barracão	2.228.000	1.686,07	298.000	469,68				
Capanema (*)								
Dois Vizinhos	3.791.000	2.152,02	992.000	1.876,69			2.300	21,76
Enéas Marques	5.490.000	3.982,29	195.000	319,17			50	0,38
Francisco Beltrão	6.157.000	4.466,28	434.000	711,52			210	1,58
Marmeleiro	3.206.000	2.325,87	168.000	274,70			50	0,38
Pérola d'Oeste (*)								
Planalto (*)								
Realeza	2.418.000	1.525,35	306.000	454,16			1.848	9,34
Renascença	1.321.000	958,21	65.000	107,04				
Salgado Filho	1.559.000	1.180,12	217.000	342,39				
Salto do Lontra	2.970.000	1.686,07	498.000	942,82			2.600	24,60
Santa Izabel do Oeste	1.036.000	588,39	342.000	647,11			2.484	23,53
Santo Antônio do SW	3.442.000	2.605,74	480.000	757,69				
São Jorge d'Oeste	1.585.000	1.499,23	511.000	645,10			220	1,14
Verê	1.920.000	1.211,09	147.000	231,18			1.000	9,46
Total da Rede de FB	37.512.000	26.088	4.831.000	8.116	0	0	12.692	110

Fonte: IBGE, 1987; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 3: Produção de grãos (Ton.) e outros produtos existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1980.

	Feijão	Feijão RS 2000 (mil)	Mandioca	Mandioca RS 2000 (mil)	Milho	Milho RS 2000 (mil)	Soja	Soja RS 2000 (mil)	Trigo	Trigo RS 2000 (mil)	Fumo	Fumo RS 2000 (mil)	Uva	Uva RS 2000 (mil)
Municípios	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980
Ampére	1.530	1.447,63	9.600	1.089,98	18.708	5.802,33	12.240	6.498,52	1.680	1.181,19	416	651,59	75	47,31
Barracão	2.744	2.704,65	1.120	211,94	48.147	13.256,48	13.247	6.839,27	81	60,24	128	145,33	9	5,68
Capanema (*)														
Dois Vizinhos	4.488	4.246,39	8.000	403,70	61.028	18.927,99	21.360	11.340,56	1.920	1.349,99	250	391,59	38	23,97
Enéas Marques	3.349	3.366,08	3.720	281,58	21.340	5.384,32	2.784	1.412,06	132	92,22	216	490,49	6	3,78
Francisco Beltrão	4.214	4.315,78	5.040	381,49	51.500	11.909,02	19.800	10.042,67	1.477	1.032,52	630	1.430,60	33	20,82
Marmeleiro	1.184	1.193,24	2.160	163,50	28.548	6.601,46	14.400	7.302,89	666	465,58	134	304,29	24	15,14
Pérola d'Oeste (*)														
Planalto (*)														
Realeza	2.018	1.909,36	8.750	883,09	19.200	5.147,14	13.503	7.097,51	6.029	4.154,68	825	1.040,78	20	15,14
Renascença	984	994,04	1.320	99,92	21.340	4.934,70	36.000	18.259,49	1.315	919,30	27	61,31	23	14,51
Salgado Filho	4.491	4.370,09	3.728	705,46	50.429	13.884,80	5.229	2.699,66	17	12,62	128	145,33	8	5,05
Salto do Lontra	5.355	5.066,72	9.600	484,44	57.960	17.976,46	34.800	18.476,17	594	417,64	328	513,77	75	47,31
Santa Izabel do Oeste	2.295	2.171,45	8.800	444,07	24.043	7.456,99	21.360	11.340,56	2.080	1.462,46	179	280,38	13	8,20
Santo Antônio do SW	2.714	2.728,93	5.248	993,10	51.437	14.162,34	44.099	22.767,91	4.266	3.175,21	321	364,46	9	5,68
São Jorge d'Oeste	1.530	2.531,94	3.225	305,11	22.878	10.823,20	8.100	4.526,84	65	38,60	153	213,27	0	0,00
Verê	1.895	1.797,72	3.910	468,60	31.987	8.433,81	12.713	6.415,26	1.008	694,30	164	186,21	40	25,23
Total da Rede de FB	38.791	38.844	74.221	6.916	508.545	144.701	259.635	135.019	21.330	15.057	3.899	6.219	373	238

Fonte: IBGE, 1987; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

ANEXO 7

DADOS DA DINÂMICA AGROPECUÁRIA DA REDE – 1985
(REGIC publicado em 1987)

Tabela 1: Quantidade efetiva de animais (por cabeça) existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1985.

	Bovinos	Equinos	Asininos	Muares	Suínos	Ovinos	Caprinos	Bubalinos	Galináceos	Vacas Ordenhadas
Municípios	1985	1985	1985	1985	1985	1985	1985	1985	1985	1985
Ampére	9.598	1.146		50	29.196	1.814	1.912		360.990	1.073
Barracão	18.200	1.070			21.200	1.160	880	2	166.250	2.400
Capanema (*)										
Dois Vizinhos	38.929	1.712	3	5	95.656	1.914	3.188		2.724.325	4.705
Enéas Marques	16.015	1.005	7	93	23.890	651	490	128	421.230	3.743
Francisco Beltrão	27.260	1.423	12	304	58.205	1.547	822	123	1.805.720	5.997
Marmeleiro	14.188	661	5	73	15.120	847	439	25	439.913	3.520
Pérola d'Oeste (*)										
Planalto (*)										
Realeza	15.537	103		9	25.200	178	572		213.089	3.380
Renascença	6.894	516		46	7.549	474	463		786.276	1.143
Salgado Filho	16.000	1.000		50	31.500	850	900		185.000	2.780
Salto do Lontra	14.838	942	1	2	29.230	843	1.724		433.518	1.441
Santa Izabel do Oeste	10.551	998			26.447	2.018	2.115		380.244	1.213
Santo Antônio do SW	16.100	780		60	26.500	900	850		281.070	2.600
São Jorge d'Oeste	25.100	680		51	27.435	655	785	149	1.087.405	2.475
Verê	12.000	700		20	25.280	470	630		481.000	3.354
Total da Rede de FB	241.210	12.736	28	763	442.408	14.321	15.770	427	9.766.030	39.824

Fonte: IBGE, 1987; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 2: Produção de leite (L), ovos (Dz) e mel de abelhas (Kg) existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1985.

	Leite	Leite RS 2000 (mil)	Ovos de Galinha	Ovos de Galinha RS 2000 (mil)	Ovos de Codornas	Ovos de Codorna RS 2000 (mil)	Mel de Abelhas	Mel de Abelha RS 2000 (mil)
Municípios	1985	1985	1985	1985	1985	1985	1985	1985
Ampére	1.193.000	1.303,42	194.000	248,73			2.930	37,92
Barracão	2.172.000	1.395,97	103.000	165,18			1.200	11,57
Capanema (*)								
Dois Vizinhos	4.504.000	4.921,90	1.718.000	2.704,54			8.200	105,40
Enéas Marques	5.951.000	3.201,36	232.000	223,66			1.210	6,43
Francisco Beltrão	10.795.000	5.807,56	2.133.000	2.056,04			11.680	63,63
Marmeleiro	5.379.000	2.893,50	102.000	98,34			4.750	25,71
Pérola d'Oeste (*)								
Planalto (*)								
Realeza	3.637.000	2.454,52	346.000	333,57			4.320	46,28
Renascença	1.852.000	996,21	85.000	81,62			1.170	6,43
Salgado Filho	2.530.000	1.626,06	109.000	174,82			6.300	60,42
Salto do Lontra	1.437.000	1.569,51	326.000	524,45			4.500	57,84
Santa Izabel do Oeste	1.211.000	1.322,70	288.000	369,56			2.200	28,28
Santo Antônio do SW	2.366.000	1.520,66	743.000	1.193,52			1.000	9,64
São Jorge d'Oeste	3.465.000	2.287,42	368.000	582,30	1.000	0,64	3.600	23,14
Verê	3.723.000	2.457,09	223.000	359,92			1.900	12,21
Total da Rede de FB	50.215.000	33.758	6.970.000	9.116	1.000	1	54.960	495

Fonte: IBGE, 1987; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 3: Produção de grãos (Ton.) e outros produtos existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1985.

	Feijão	Feijão R\$ 2000 (mil)	Mandioca	Mandioca R\$ 2000 (mil)	Milho	Milho R\$ 2000 (mil)	Soja	Soja R\$ 2000 (mil)	Trigo	Trigo R\$ 2000 (mil)	Fumo	Fumo R\$ 2000 (mil)	Uva	Uva R\$ 2000 (mil)
Municípios	1985	1985	1985	1985	1985	1885	1985	1985	1985	1985	1985	1985	1985	1985
Ampère	3.132	2.618,86	14.000	989,78	26.076	7.514,21	12.000	6.170,05	4.886	6.018,90	570	3.054,23	225	144,61
Barracão	3.757	3.147,71	9.000	433,83	43.952	12.514,10	3.910	1.759,11	543	613,88	58	119,29	20	10,28
Capanema (*)														
Dois Vizinhos	7.656	6.400,78	23.400	1.654,34	92.000	26.786,43	13.747	7.068,30	4.939	6.084,19	185	991,29	165	106,05
Enéas Marques	7.141	5.970,53	3.000	424,19	23.264	6.146,95	1.980	1.018,06	120	161,59	196	125,97	18	11,57
Francisco Beltrão	6.403	5.358,62	10.000	1.413,97	46.930	12.400,12	23.560	12.113,86	1.600	2.154,51	378	655,95	26	16,71
Marmeiro	2.600	2.293,38	5.000	706,98	32.175	8.501,47	15.120	7.774,26	1.020	1.373,50	34	59,00	19	12,21
Pérola d'Oeste (*)														
Planalto (*)														
Realeza	3.202	2.648,89	15.000	964,07	22.014	6.191,47	25.324	11.889,51	6.151	7.215,46	435	683,29	149	95,76
Renascença	1.437	1.205,36	2.800	395,91	21.630	5.715,21	32.040	16.474,03	3.043	4.097,61	21	36,44	18	11,57
Salgado Filho	9.012	7.534,14	15.000	723,05	60.600	17.059,41	3.060	1.376,69	208	292,50	67	137,80	70	35,99
Salto do Lontra	5.401	4.513,35	6.000	424,19	52.480	15.139,93	4.500	2.313,77	1.815	2.235,84	92	492,96	75	48,20
Santa Izabel do Oeste	2.527	2.113,37	9.072	641,38	27.060	6.940,66	18.000	9.255,07	7.566	9.320,31	262	1.403,87	45	28,92
Santo Antônio do SW	2.940	2.432,13	19.500	939,97	34.440	9.982,91	10.000	4.606,47	2.637	4.215,06	427	887,35	45	23,14
São Jorge d'Oeste	5.505	4.482,37	6.000	578,44	38.352	10.588,86	2.160	1.052,76	105	122,60	40	59,99	175	106,85
Verê	4.419	3.608,35	7.400	998,78	28.587	8.213,94	10.436	5.198,20	6.876	7.954,74	59	83,42	168	86,38
Total da Rede de FB	65.132	54.328	145.172	11.289	549.560	153.696	175.837	88.070	41.509	51.861	2.824	8.791	1.218	738

Fonte: IBGE, 1987; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

ANEXO 8

DADOS DA DINÂMICA AGROPECUÁRIA DA REDE – 1990
(REGIC publicado em 1987)

Tabela 1: Quantidade efetiva de animais (por cabeça) existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1990.

	Bovinos	Equinos	Asininos	Muares	Suínos	Ovinos	Caprinos	Bubalinos	Galináceos	Vacas Ordenhadas
Municípios	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990
Ampére	14.284	1.054			9.937	2.038	2.114		591.820	3.353
Barracão	22.000	940		46	11.020	1.190	860	60	150.000	3.450
Capanema (*)										
Dois Vizinhos	44.000	1.450	3	10	52.450	1.990	3.240	50	2.707.000	5.900
Enéas Marques	20.200	980	7	80	16.260	690	530	230	698.500	4.150
Francisco Beltrão	30.200	1.380	10	290	33.050	1.840	920	50	2.726.680	7.720
Marmeleiro	16.100	665	5	72	11.020	950	470	52	555.500	4.000
Pérola d'Oeste (*)										
Planalto (*)										
Realeza	20.194	102			7.767	353	603		235.238	4.752
Renascença	11.300	500		40	7.160	500	480		709.800	1.400
Salgado Filho	22.100	970		55	16.700	900	960	75	318.250	3.550
Salto do Lontra	19.560	1.050	1	2	13.170	1.085	1.930	20	967.894	4.205
Santa Izabel do Oeste	13.191	1.008			8.432	3.606	2.509		407.385	3.149
Santo Antônio do SW	24.500	450		19	16.130	1.000	1.160	50	370.500	3.240
São Jorge d'Oeste	32.200	720		25	10.050	820	750	150	1.022.200	3.140
Verê	16.900	730		25	9.700	600	650		800.000	4.225
Total da Rede de FB	306.729	11.999	26	664	222.846	17.562	17.176	737	12.260.767	56.234

Fonte: IBGE, 1987; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 2: Produção de leite (L), ovos (Dz) e mel de abelhas (Kg) existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1990.

	Leite	Leite R\$ 2000 (mil)	Ovos de Galinha	Ovos de Galinha R\$ 2000 (mil)	Ovos de Codornas	Ovos de Codorna R\$ 2000 (mil)	Mel de Abelhas	Mel de Abelha R\$ 2000 (mil)
Municípios	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990
Ampére	3.856.000	1.455,81	572.000	415,48			3.398	17,77
Barracão	4.882.000	1.843,20	154.000	134,18		0,15	1.260	6,59
Capanema (*)								
Dois Vizinhos	7.411.000	3.228,50	5.856.000	5.102,25			9.560	49,98
Enéas Marques	6.608.000	2.878,68	2.011.000	1.752,30			2.780	14,52
Francisco Beltrão	14.205.000	6.188,21	1.878.000	1.636,25	22.000	12,72	8.400	43,91
Marmeleiro	6.104.000	2.659,12	376.000	327,25	2.000	1,39	4.400	23,00
Pérola d'Oeste (*)								
Planalto (*)								
Realeza	5.607.000	2.117,07	261.000	189,62	1.000	0,78	4.832	25,27
Renascença	2.302.000	1.002,83	91.000	79,29			1.760	4,09
Salgado Filho	3.231.000	1.407,54	222.000	193,25			12.200	63,78
Salto do Lontra	4.626.000	1.746,55	1.102.000	800,20			6.870	35,93
Santa Izabel do Oeste	3.621.000	1.367,26	863.000	626,47			2.954	15,45
Santo Antônio do SW	2.223.000	968,42	1.160.000	1.011,02			1.180	6,16
São Jorge d'Oeste	3.925.000	1.949,27	285.000	248,31	1.000	0,70	2.200	7,67
Verê	5.281.000	2.622,79	180.000	156,83			3.700	12,89
Total da Rede de FB	73.882.000	31.435	15.011.000	12.673	26.000	16	65.494	327

Fonte: IBGE, 1987; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 3: Produção de grãos (Ton.) e outros produtos existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 1990.

	Feijão	Feijão RS 2000 (mil)	Mandioca	Mandioca RS 2000 (mil)	Milho	Milho RS 2000 (mil)	Soja	Soja RS 2000 (mil)	Trigo	Trigo RS 2000 (mil)	Fumo	Fumo RS 2000 (mil)	Uva	Uva RS 2000 (mil)
Municípios	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990
Ampére	1.280	461,52	10.000	813,19	28.000	5.310,92	8.100	1.489,09	3.008	1.140,04	300	191,68	384	55,76
Barracão	1.200	636,03	4.500	418,21	24.600	5.001,10	3.000	784,14	960	376,39	51	29,62	30	4,36
Capanema (*)														
Dois Vizinhos	2.640	1.399,26	31.500	2.927,47	71.400	14.515,38	9.000	2.352,43	7.210	2.826,84	357	207,36	138	20,04
Enéas Marques	1.345	712,88	12.150	1.129,17	24.960	5.074,28	316	82,60	900	352,86	240	139,40	18	2,61
Francisco Beltrão	1.675	887,79	17.010	1.580,83	44.400	9.026,37	21.600	5.645,84	2.835	1.111,52	105	60,99	100	14,52
Mammeleiro	1.010	535,32	17.550	1.631,02	32.400	6.586,81	14.400	3.763,89	3.150	1.235,03	63	36,59	19	2,76
Pérola d'Oeste (*)														
Planalto (*)														
Realeza	1.000	203,30	13.750	1.118,13	25.500	4.836,73	19.800	3.640,00	5.917	2.122,27	120	76,67	164	23,81
Renascença	330	174,91	8.400	780,66	20.800	4.228,57	28.800	7.527,79	4.500	1.764,32			18	2,61
Salgado Filho	2.180	1.155,45	16.500	1.533,44	49.200	10.002,20	1.120	292,75	1.120	439,12	63	36,59	30	4,36
Salto do Lontra	2.400	487,91	10.000	813,19	49.969	11.146,81	5.760	1.058,91	1.013	373,63	210	134,18	83	12,05
Santa Izabel do Oeste	824	297,10	10.000	813,19	29.400	5.576,47	16.200	2.978,18	4.800	1.746,03	44	28,11	81	11,76
Santo Antônio do SW	1.220	646,63	23.400	2.174,69	25.920	5.269,45	7.200	1.881,95	2.622	1.028,01	405	235,24	30	4,36
São Jorge d'Oeste	865	481,46	10.000	638,93	46.380	10.676,21	5.112	1.342,57	3.420	1.655,75	173	323,06	140	20,33
Verê	1.630	907,25	7.400	472,81	31.890	7.621,38	10.679	2.804,63	7.650	3.703,64	72	134,45	68	9,87
Total da Rede de FB	19.599	8.987	192.160	16.845	504.819	104.873	151.087	35.645	49.105	19.875	2.203	1.634	1.303	189

Fonte: IBGE, 1987; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

ANEXO 9

DADOS DA DINÂMICA AGROPECUÁRIA DA REDE – 2000
(REGIC publicado em 2000)

Tabela 1: Quantidade efetiva de animais (por cabeça) existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 2000.

	Bovinos	Equinos	Asininos	Muares	Suínos	Ovinos	Caprinos	Bubalinos	Galináceos	Vacas Ordenhadas
Municípios	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000
Ampère	23.479	421		16	22.343	1.263	588	13	525.561	8.811
Barracão	11.935	456	3	12	13.060	1.940	450	285	105.740	4.600
Bela Vista da Caroba (**)	10.384	107			7.428	590	456	65	115.456	4.027
Boa Esperança do Iguaçu (**)	14.022	340	1	6	7.970	540	190		470.180	3.870
Bom Jesus do Sul (**)	14.322	413		6	5.469	355	76	116	92.370	3.830
Cruzeiro do Iguaçu (**)	16.907	276	9	14	11.700	42	67	35	621.492	5.060
Dois Vizinhos	31.881	722		18	33.999	900	320	118	3.632.595	10.370
Enéas Marques	17.461	485		22	39.350	225	48		564.100	4.885
Flor da Serra do Sul (**)	14.065	400		4	5.725	145	48		486.500	2.740
Francisco Beltrão	45.063	1.160	8	21	74.640	4.170	435		2.274.950	16.200
Manfrinópolis (**)	13.849	209		6	3.383	295	290		280.220	4.080
Marmeleiro	19.114	570		6	28.100	922	269		1.182.800	6.980
Nova Esperança do SW (**)	18.220	520		3	23.058	54	47		525.930	7.500
Nova Prata do Iguaçu (**)	27.241	442		5	47.124	962	226		436.645	10.629
Pinhal de São Bento (**)	9.501	205		4	5.850	270	190		14.850	3.420
Pranchita (**)	8.930	270		5	10.040	875	52		46.445	3.270
Realeza	23.677	120		6	19.420	976	490	40	417.310	9.706
Renascença	14.016	437	3	4	13.590	360	37		830.885	5.711
Salgado Filho	17.114	325		12	25.610	430	360		152.600	5.733
Salto do Lontra	24.838	582		14	21.528	979	422	60	1.673.367	8.348
Santa Izabel do Oeste	21.995	474			21.776	997	689		1.082.200	8.249
Santo Antônio do SW	24.477	450	5	8	22.510	1.350	800		361.220	8.078
São João (**)	21.550	500	2	30	9.340	1.275	360		882.750	3.970
São Jorge d'Oeste	32.837	665		16	17.900	950	200	200	1.100.000	3.850
Verê	22.144	370		5	16.300	790	210		1.450.000	3.475
Total da Rede de FB	499.022	10.919	31	243	507.213	21.655	7.320	932	19.326.166	157.392

Fonte: IBGE, 2000; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 2: Produção de leite (L), ovos (Dz), mel de abelhas (Kg) existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 2000.

	Leite	Leite RS 2000 (mil)	Ovos de Galinha	Ovos de Galinha RS 2000 (mil)	Ovos de Codornas	Ovos de Codorna RS 2000 (mil)	Mel de Abelhas	Mel de Abelha RS 2000 (mil)
Municípios	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000
Ampére	9.586.000	2.205,00	172.000	112,00			4.638	18,00
Barracão	5.662.000	1.359,00	238.000	167,00	3.000	2,00	4.600	17,00
Bela Vista da Caroba (**)	5.155.000	1.186,00	105.000	68,00			3.788	15,00
Boa Esperança do Iguaçu (**)	4.749.000	1.140,00	1.453.000	1.017,00	2.000	1,00	3.100	12,00
Bom Jesus do Sul (**)	4.648.000	1.116,00	119.000	83,00			4.050	15,00
Cruzeiro do Iguaçu (**)	5.264.000	1.263,00	1.938.000	1.357,00	1.000	1,00	2.780	11,00
Dois Vizinhos	11.694.000	2.807,00	4.774.000	3.342,00	4.000	2,00	8.520	32,00
Enéas Marques	5.872.000	1.409,00	2.020.000	1.414,00			10.730	41,00
Flor da Serra do Sul (**)	3.847.000	923,00	96.000	67,00			1.060	4,00
Francisco Beltrão	19.362.000	4.647,00	2.977.000	2.084,00	105.000	66,00	21.360	81,00
Manfrinópolis (**)	4.848.000	1.164,00	40.000	28,00			13.200	50,00
Marmeleiro	7.874.000	1.890,00	510.000	357,00			3.150	12,00
Nova Esperança do SW (**)	8.640.000	2.074,00	122.000	85,00			7.430	28,00
Nova Prata do Iguaçu (**)	12.101.000	2.783,00	257.000	167,00	39.000	143,00	3.774	15,00
Pinhal de São Bento (**)	3.859.000	926,00	12.000	8,00			1.535	6,00
Pranchita (**)	4.326.000	1.038,00	46.000	32,00			2.655	10,00
Realeza	12.033.000	2.767,00	283.000	184,00	1.000	5,00	4.648	18,00
Renascença	6.503.000	1.561,00	78.000	54,00			4.765	18,00
Salgado Filho	6.207.000	1.490,00	54.000	38,00			4.780	18,00
Salto do Lontra	9.927.000	2.283,00	1.604.000	1.042,00			6.938	27,00
Santa Izabel do Oeste	9.391.000	2.160,00	361.000	234,00			3.973	15,00
Santo Antônio do SW	9.315.000	2.236,00	1.958.000	1.370,00	1.000	1,00	5.320	20,00
São João (**)	7.622.000	1.829,00	200.000	180,00	2.000	2,00	21.500	86,00
São Jorge d'Oeste	7.161.000	1.719,00	176.000	158,00			13.200	53,00
Verê	7.089.000	1.701,00	800.000	720,00			14.000	56,00
Total da Rede de FB	192.735.000	45.676	20.393.000	14.368	158.000	223	175.494	678

Fonte: IBGE, 2000; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 3: Produção de grãos (Ton.) e outros produtos existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 2000.

	Feijão	Feijão RS 2000 (mil)	Mandioca	Mandioca RS 2000 (mil)	Milho	Milho RS 2000 (mil)	Soja	Soja RS 2000 (mil)	Trigo	Trigo RS 2000 (mil)	Fumo	Fumo RS 2000 (mil)	Uva	Uva RS 2000 (mil)
Municípios	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000
Ampére	603	261,40	12.500	1.137,50	27.320	4.821,98	11.780	3.251,28	1.470	308,70	300	536,10	350	310,10
Barracão	435	188,57	6.000	546,00	23.300	4.112,45	690	190,44	236	49,56	205	366,34	54	47,84
Bela Vista da Caroba (**)	790	342,47	7.500	682,50	18.300	3.229,95	9.180	2.533,68	480	100,80	310	553,97	100	88,60
Boa Esperança do Iguaçu (**)	1.204	521,93	3.750	341,25	26.425	4.664,01	3.900	1.076,40	238	49,98	160	285,92	76	67,34
Bom Jesus do Sul (**)	590	255,77	4.500	409,50	26.550	4.686,08	230	63,48	39	8,19	90	160,83	150	132,90
Cruzeiro do Iguaçu (**)	244	105,77	4.500	409,50	23.250	4.103,63	3.120	861,12	495	103,95	18	32,17	64	56,70
Dois Vizinhos	2.118	918,15	10.450	950,95	75.135	13.261,33	11.200	3.091,20	1.113	233,73	603	1.077,56	243	215,30
Enéas Marques	1.206	522,80	9.600	873,60	27.200	4.800,80	250	69,00	68	14,28	162	289,49	210	186,06
Flor da Serra do Sul (**)	662	286,98	7.000	637,00	40.250	7.104,13	5.600	1.545,60	945	198,45	323	577,20	120	106,32
Francisco Beltrão	1.680	728,28	25.000	2.275,00	86.380	15.246,07	12.600	3.477,60	1.550	325,50	170	303,79	1.000	886,00
Manfrinópolis (**)	326	141,32	2.640	240,24	25.450	4.491,93			105	22,05	110	196,57	56	49,62
Marmeleiro	803	348,10	6.000	546,00	47.000	8.295,50	11.910	3.287,16	444	93,24	362	646,89	80	70,88
Nova Esperança do SW (**)	1.263	547,51	8.400	764,40	25.575	4.513,99	345	95,22	62	13,02	462	825,59	40	35,44
Nova Prata do Iguaçu (**)	4.484	1.943,81	12.500	1.137,50	31.800	5.612,70	20.800	5.740,80	1.500	315,00	492	879,20	230	203,78
Pinhal de São Bento (**)	424	183,80	4.000	364,00	12.300	2.170,95	750	207,00	72	15,12	195	348,47	50	44,30
Pranchita (**)	2.250	975,38	5.600	509,60	27.650	4.880,23	27.155	7.494,78	6.565	1.378,65	200	357,40	189	167,45
Realeza	1.504	651,98	25.000	2.275,00	44.100	7.783,65	27.085	7.475,46	4.556	956,76	100	178,70	330	292,38
Renascença	960	416,16	8.100	737,10	73.500	12.972,75	39.075	10.784,70	4.460	936,60	63	112,58	80	70,88
Salgado Filho	430	186,41	4.000	364,00	26.100	4.606,65			150	31,50	99	176,91	770	682,22
Salto do Lontra	1.604	695,33	18.750	1.706,25	32.700	5.771,55	7.800	2.152,80	1.200	252,00	630	1.125,81	150	132,90
Santa Izabel do Oeste	684	296,51	16.250	1.478,75	23.450	4.138,93	27.307	7.536,73	3.450	724,50	95	169,77	160	141,76
Santo Antônio do SW	1.470	637,25	18.750	1.706,25	32.200	5.683,30	14.880	4.106,88	1.995	418,95	459	820,23	180	159,48
São João (**)	307	133,08	6.000	546,00	23.100	4.134,90	34.918	9.637,37	2.525	530,25	80	142,96	60	53,16
São Jorge d'Oeste	912	395,35	10.000	910,00	37.400	6.601,10	8.475	2.339,10	420	88,20	587	1.048,97	153	135,56
Verê	840	364,14	10.000	910,00	42.500	7.501,25	15.600	4.305,60	1.950	409,50	347	620,09	80	70,88
Total da Rede de FB	27.793	12.048	246.790	22.458	878.935	155.190	294.650	81.323	36.088	7.578	6.622	11.834	4.975	4.408

Fonte: IBGE, 2000; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

ANEXO 10

**DADOS DA DINÂMICA AGROPECUÁRIA DA REDE – 2007 e
2010
(REGIC publicado em 2008)**

Tabela 1: Quantidade efetiva de animais (por cabeça) existente nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 2007.

	Bovinos	Equinos	Asininos	Muares	Suínos	Ovinos	Caprinos	Bubalinos	Galináceos	Vacas Ordenhadas
Municípios	2007	2007	2007	2007	2007	2007	2007	2007	2007	2007
Ampère	33.925	370		24	26.396	1.495	820	155	966.844	6.297
Barracão	18.086	360		8	6.176	573	166		82.126	4.972
Bela Vista da Caroba	14.230	112			10.587	659	847		145.972	3.025
Boa Esperança do Iguaçu	16.406	300			6.005	181	105		630.352	3.016
Bom Jesus do Sul	17.938	293			5.068	277	196	102	101.212	4.315
Cruzeiro do Iguaçu	17.539	180			6.509	354	81	50	1.079.331	3.486
Dois Vizinhos	39.226	490		8	58.218	1.033	299	31	5.830.805	9.821
Enéas Marques	22.171	406		14	64.648	340	403		2.295.216	5.530
Flor da Serra do Sul	16.983	289			11.355	552	115		805.440	3.982
Francisco Beltrão	53.632	893	3	11	51.786	2.400	1.343		4.191.714	15.217
Manfrinópolis	19.424	171			3.149	394	425		1.450.858	3.574
Mammeleiro	22.653	474		2	11.664	1.703	406		1.666.050	5.673
Nova Esperança do SW	26.841	378			12.491	278	129		1.432.120	6.604
Nova Prata do Iguaçu	34.744	388		6	40.117	529	492	15	647.873	9.024
Pérola d'Oeste	15.211	304		19	20.950	453	194		180.379	4.208
Pinhal de São Bento	12.671	171			4.465	142	72		120.374	2.584
Planalto	31.870	125		36	22.610	890	526	85	518.737	7.885
Pranchita	8.065	204			12.189	209	228		108.047	2.142
Realeza	30.334	125		6	24.693	548	1.197	18	895.977	7.107
Renascença	17.599	370			8.496	772	437		812.633	4.461
Salgado Filho	22.387	293		6	25.597	470	513	28	614.442	4.837
Salto do Lontra	31.387	527		19	28.303	1.052	648	64	3.658.984	5.985
Santa Izabel do Oeste	26.245	409			23.489	516	748		1.475.966	6.573
Santo Antônio do SW	24.459	390	2	3	13.071	1.061	277		769.232	5.903
São João	27.033	450	5	27	7.600	1.600	350		1.009.177	4.718
São Jorge d'Oeste	36.200	650		15	13.500	1.100	260	70	944.350	7.000
Verê	21.900	365		5	8.900	1.000	100		2.137.794	6.000
Total da Rede de FB	659.159	9.487	10	209	528.032	20.581	11.377	618	34.572.005	153.939

Fonte: IBGE, 2008; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 2: Produção de leite (L), ovos (Dz) e mel de abelhas (Kg) existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 2007.

	Leite	Leite R\$ 2000 (mil)	Ovos de Galinha	Ovos de Galinha R\$ 2000 (mil)	Ovos de Codornas	Ovos de Codorna R\$ 2000 (mil)	Mel de Abelhas	Mel de Abelha R\$ 2000 (mil)
Municípios	2007	2007	2007	2007	2007	2007	2007	2007
Ampère	16.623.000	5.232,44	584.000	381,14	14.000	5,15	15.000	48,07
Barracão	12.230.000	3.149,88	110.000	89,85	3.000	0,57	14.000	52,08
Bela Vista da Caroba	7.318.000	2.303,47	177.000	115,60			11.104	35,48
Boa Esperança do Iguaçu	6.000.000	1.545,18	1.612.000	1.319,70	1.000		5.000	18,89
Bom Jesus do Sul	9.115.000	2.347,53	121.000	99,01			7.600	28,04
Cruzeiro do Iguaçu	7.282.000	1.875,39	4.115.000	3.367,35	1.000	0,57	16.089	60,09
Dois Vizinhos	19.871.000	5.117,41	17.227.000	14.098,35	3.000	1,14	20.111	74,97
Enéas Marques	13.794.000	3.552,20	6.530.000	5.344,04	9.000	2,86	11.193	41,78
Flor da Serra do Sul	10.017.000	2.579,88	124.000	101,30			4.959	18,31
Francisco Beltrão	32.998.000	8.497,93	4.618.000	3.779,40	4.000	1,72	30.969	115,03
Manfrinópolis	8.042.000	2.071,12	61.000	50,36			20.654	76,69
Marmeleiro	13.803.000	3.554,49	577.000	472,14	4.000	1,14	13.195	49,22
Nova Esperança do SW	17.435.000	4.490,18	141.000	115,60			6.256	23,46
Nova Prata do Iguaçu	24.365.000	7.669,25	478.000	311,33	6.000	2,29	17.000	54,37
Pérola d'Oeste	11.362.000	3.576,24	215.000	140,21	9.000	3,43	12.500	40,06
Pinhal de São Bento	5.892.000	1.517,14	18.000	14,88			2.438	9,16
Planalto	22.235.000	6.998,53	533.000	347,95	12.000	4,58	23.000	73,83
Pranchita	5.479.000	1.410,69	74.000	60,09	2.000	0,57	12.972	48,07
Realeza	20.360.000	6.408,50	343.000	223,77	2.000	0,57	14.191	45,21
Renascença	11.500.000	2.961,60	69.000	56,08	3.000	0,57	26.481	98,43
Salgado Filho	9.189.000	2.366,42	66.000	54,37	2.000	0,57	15.515	57,80
Salto do Lontra	16.756.000	5.274,22	4.721.000	3.080,06	13.000	4,58	18.000	57,80
Santa Izabel do Oeste	18.141.000	5.709,73	2.769.000	1.806,72			17.932	57,23
Santo Antônio do SW	11.406.000	2.937,56	3.401.000	2.783,04	1.000		12.457	46,36
São João	17.215.000	4.925,70	244.000	199,73	1.000		20.115	74,97
São Jorge d'Oeste	18.000.000	5.150,61	265.000	217,47	1.000	0,57	13.980	52,08
Verê	18.000.000	5.150,61	2.959.000	2.421,93			14.300	53,22
Total da Rede de FB	384.428.000	108.374	52.152.000	41.051	91.000	31	397.011	1.411

Fonte: IBGE, 2008; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

Tabela 3: Produção de Grãos (Ton.) e outros produtos existentes nos municípios da rede de Francisco Beltrão em 2010

	Feijão	Feijão RS 2000	Mandioca	Mandioca RS 2000	Milho	Milho RS 2000	Soja	Soja RS 2000	Trigo	Trigo RS 2000	Fumo	Fumo RS 2000	Uva	Uva RS 2000	Tomate	Tomate RS 2000
Municípios	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010
Ampére	260	171,48	8.640	1.056,27	44.935	5.943,12	18.925	6.335,35	6.840	1.291,61	361	944,08	220	180,61	84	44,24
Barracão	810	356,65	6.090	569,18	32.000	3.502,66	3.850	916,71	920	167,84	216	515,37	253	150,05	240	106,72
Bela Vista da Caroba	142	93,50	5.940	726,07	5.450	721,06	10.500	3.514,98	5.400	1.019,79	665	1.738,56	110	90,30	164	86,20
Boa Esperança do Iguaçu	320	140,93	3.220	301,01	11.840	1.296,17	9.675	2.303,18	3.080	561,89	650	1.550,66	48	28,28	205	91,22
Bom Jesus do Sul	480	211,62	4.200	392,68	54.615	5.978,24	3.300	785,82	1.150	209,79	116	276,84	128	75,71	200	88,93
Cruzeiro do Iguaçu	35	17,33	54.600	7.221,51	3.160	432,36	11.520	2.742,38	2.700	492,56			52	31,01	123	54,73
Dois Vizinhos	1.980	872,47	9.200	860,16	56.200	6.151,55	44.224	10.528,51	13.200	2.408,08	946	2.256,66	520	308,31	252	112,19
Enéas Marques	260	114,48	2.520	235,79	18.000	1.970,25	3.860	918,99	960	175,13	152	362,58	300	177,87	410	182,43
Flor da Serra do Sul	500	220,28	4.200	392,68	65.560	7.175,90	13.500	3.213,97	2.400	437,83	362	863,35	164	97,14	126	56,10
Francisco Beltrão	1.620	713,76	12.100	1.131,52	77.500	8.483,01	46.080	10.970,45	5.400	985,12	372	887,52	960	569,18	675	300,10
Manfrimópolis	351	154,61	1.600	149,59	16.300	1.784,17	280	66,59	480	87,57	193	460,18	100	59,29	123	54,73
Marmeleiro	2.310	1.017,51	4.200	392,68	39.500	4.323,60	46.350	11.034,76	3.240	591,07	395	942,25	162	96,23	246	109,46
Nova Esperança do SW	118	51,99	4.620	431,90	19.080	2.088,37	6.700	1.594,90	1.920	350,27	335	799,04	36	21,44	123	54,73
Nova Prata do Iguaçu	2.840	1.873,10	9.600	1.173,48	33.900	4.483,68	46.270	15.489,25	19.570	3.695,13	613	1.602,65	418	342,97	172	90,30
Pérola d'Oeste	198	130,44	8.580	1.048,52	13.750	1.818,83	29.040	9.721,26	15.707	2.965,86	837	2.188,71	110	90,30	129	67,96
Pinhal de São Bento	102	45,15	2.000	186,99	14.075	1.540,62	2.905	691,41	440	80,27	446	1.064,03	60	35,57	40	17,79
Planalto	600	395,87	13.200	1.613,60	13.550	1.792,38	40.000	13.390,39	16.430	3.102,23	1.872	4.894,61	363	297,82	172	90,30
Pranchita	945	416,40	3.150	294,63	14.510	1.588,06	43.600	10.379,83	25.146	4.587,21	241	574,66	200	118,58	126	56,10
Realeza	900	593,35	24.000	2.933,48	40.000	5.290,48	51.200	17.139,79	16.384	3.093,56	1.017	2.658,92	363	297,82	168	88,48
Renascença	6.550	2.867,81	3.300	308,76	45.650	4.996,77	88.592	21.091,23	16.200	2.955,37	137	327,01	120	71,15	80	35,57
Salgado Filho	570	251,30	3.000	280,49	49.950	5.467,44	840	199,76	1.200	218,92	278	663,13	1.120	664,05	120	53,36
Salto do Lontra	750	494,84	9.600	1.173,48	29.200	3.862,05	30.450	10.193,30	9.180	1.733,54	900	2.353,35	165	135,45	129	67,96
Santa Izabel do Oeste	1.160	764,84	9.600	1.173,48	16.000	2.116,19	42.160	14.113,27	21.792	4.114,72	351	917,62	176	144,58	172	90,30
Santo Antônio do SW	1.980	872,47	6.300	589,25	35.800	3.918,60	34.440	8.199,33	10.500	1.915,52	494	1.178,50	130	77,08	172	76,62
São João	2.406	1.294,80	4.000	364,86	32.640	3.453,41	63.010	14.799,66	18.525	3.633,10	26	32,84	49	26,91	120	54,73
São Jorge d'Oeste	145	77,99	5.500	501,68	14.200	1.502,31	29.400	6.905,44	10.200	2.000,35	799	1.005,65	90	49,26	126	57,47
Verê	2.420	1.302,55	5.280	481,62	66.550	7.041,81	39.389	9.341,35	14.245	2.793,46	416	523,58	350	191,55	126	57,47
Total da Rede de FB	30.752	15.518	228.240	25.985	863.915	98.723	760.060	206.582	243.209	45.668	13.190	31.582	6.767	4.428	4.823	2.246

Fonte: IBGE, 2008; IBGE apud <http://www.ipeadata.gov.br/>

Org.: CASARIL, C.C., 2013.

